

# VIVER NAS RUAS:

TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS



ORGANIZADORES/AS

Verônica Morais Ximenes  
Andrea Ferreira Lima Esmeraldo  
Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

# **VIVER NAS RUAS:**

TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

## CONSELHO EDITORIAL

Alexsandra Maria Sousa Silva  
*Faculdade Luciano Feijão (FLF)*

Aline Accorssi  
*Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)*

Ana Vlória Holanda Cruz  
*Centro Universitário Unifanor Wyden  
(UniFanor)*

Cássio Adriano Braz de Aquino  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Clarice Regina Catelan Ferreira  
*Universidade Paranaense (UNIPAR)*

Daniela Ribeiro Castilho  
*Universidade Federal do Pará (UFPA)*

Emanuel Meireles Vieira  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Francisca Denise Silva Vasconcelos  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Iolete Ribeiro da Silva  
*Universidade Federal do Amazonas  
(UFAM)*

Jáder Ferreira Leite  
*Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte (UFRN)*

João Paulo Pereira Barros  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

João Paulo Sales Macedo  
*Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
(UFDPAr)*

Léo Barbosa Nepomuceno  
*Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Marília Maia Lincoln Barreira  
*Universidade Maurício de Nassau  
(UNINASSAU) e Centro Universitário  
Christus (UNICHRISTUS)*

Pedro Henrique Antunes da Costa  
*Universidade de Brasília (UnB)*

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ)*

Rafael Andrés Patiño Orozco  
*Universidade Federal do Sul da Bahia  
(UFSB)*

Sâmia de Carliris Barbosa Malhado  
*Centro Universitário Ateneu (UniAteneu)*

Ticiania Santiago de Sá  
*Universidade Maurício de Nassau  
(UNINASSAU)*

# VIVER NAS RUAS: TRAJETÓRIAS, DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

ORGANIZADORES/AS

Verônica Morais Ximenes  
Andrea Ferreira Lima Esmeraldo  
Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Copyright © 2022 by Verônica Morais Ximenes, Andrea Ferreira Lima Esmeraldo, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

**Capa e diagramação**

Léo de Oliveira

**Revisão e Suporte Técnico**

Bruno Souza Barbosa

Carolina Marinho Marcelo

Sâmia de Carliris Barbosa Malhado

**Autor das pinturas**

Antônio Josivan Silva de Paula

Fone: 85 98591-7070

**Impressão e Acabamento**

Expressão Gráfica e Editora

arte@expressaografica.com.br

**Financiamento:**



Esse livro foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil, especificamente pelo Edital Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa B com o processo 420426/2018-3 da pesquisa “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”.

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte.

A violação dos direitos autorais (Lei no 9.610/98) é crime (art. 184 do Código Penal)

As informações contidas nos capítulos desta obra são de responsabilidade dos autores e das autoras.

**Ficha Catalográfica**

*Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães*

*CRB 3/801-98*

---

Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências / Organização de Verônica Morais Ximenes, Andrea Ferreira Lima Esmeraldo, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho .- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022.

448 p.

ISBN: 978-65-5556-439-6

1. Pessoas em Situação de Rua 2. Pobreza 3. Vulnerabilidade Social  
I. Ximenes, Verônica Morais II. Esmeraldo, Andrea Ferreira Lima III.  
Esmeraldo Filho, Carlos Eduardo IV. Título.

CDD: 150

---

# SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>9</b>
<i>Verônica Morais Ximenes, Andréa Ferreira Lima Esmeraldo e Carlos Eduardo Esmeraldo Filho</i>	

<b>Prefácio .....</b>	<b>15</b>
<i>Raquel Souza Lobo Guzzo</i>	

## EIXO 1- RELATOS DE TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS DO VIVER NAS RUAS

<b>A extensão em Psicologia Comunitária com Pessoas em Situação de Rua: reinventando caminhos no cenário de pandemia da covid-19 .....</b>	<b>23</b>
<i>Bruno Souza Barbosa, Gabriele Cavalcante Sousa, Carolina Marinho Marcelo, Andressa Pontes Macedo Melo Cavalcante, Andreza Kelly Angelim Rocha, Sara Ferreira Soares e Verônica Morais Ximenes</i>	

<b>Percursos e desafios na luta coletiva das Pessoas em Situação de Rua: entrevista com representantes do Movimento Nacional da população em Situação de Rua (MNPR).....</b>	<b>41</b>
<i>José Vanilson Torres da Silva, Antônio Arlindo Ferreira, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho e Andrea Ferreira Lima Esmeraldo</i>	

<b>ArRUAça: histórias de arte, luta e construção em rede com e para as Pessoas em Situação de Rua .....</b>	<b>61</b>
<i>André Luiz Barbosa Souza, Emilie Collin Silva Kluwen, Mariana Elâni Santos de Oliveira, Nicole Sousa Pompeu Saboya e Wagner Gonçalves da Silva</i>	

<b>População em Situação de Rua: diálogo entre o ser, o estar e as políticas públicas diante do contexto de caos pandêmico da covid-19 no Brasil ....</b>	<b>85</b>
<i>Elias Figueiredo Neto</i>	

<b>Pessoas em Situação de Rua e o uso de crack e outras drogas: relato de uma equipe de aproximação social de rua .....</b>	<b>101</b>
<i>Itamar Sousa de Lima Júnior, Fábio Pereira da Silva e Gilson Rodrigues Silva Júnior</i>	

**O movimento na “terra da luz”: arranjos e rearranjos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na capital cearense ..... 119**

*Messias Douglas Coelho Pessoa*

**Ser e Resistir: modos de vida de mulheres em situação de rua..... 139**

*Andréa Ferreira Lima Esmeraldo e Verônica Morais Ximenes*

**Um olhar socioambiental sobre a imigração venezuelana no Brasil: da situação de rua para o acolhimento institucional ..... 161**

*Halaine Cristina Pessoa Bento, Andie de Castro Lima e Zulmira Áurea Cruz Bomfim*

**Experiência da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza: trajetória de espiritualidade, justiça social e defesa dos direitos humanos da população em situação de rua ..... 183**

*Hedwig Reul, Lino Allegri, Eugênia Maciel Costa, Priscila Nottingham de Lima, Magaly Marques Lima, Rosana Marques Lima, Lisane Marques Lima, Maria das Dores Costa, Fernanda Gonçalves de Souza e Emília da Silva Evangelista*

**“A mão que ajuda é a mesma que agride”: uma etnografia da luta pela humanidade de pessoas em situação de rua..... 201**

*Tiago Lemões*

**Solidariedade e resistência: a trajetória do Grupo Espírita Casa da Sopa e sua experiência de ação em rede ..... 223**

*Lidia Valesca Bomfim Pimentel Rodrigues*

**EIXO II- DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO TEÓRICA  
E METODOLÓGICA DO VIVER NAS RUAS**

**Direitos humanos enquanto dimensão da pobreza de Pessoas em Situação de Rua ... ..... 239**

*Carlos Eduardo Esmeraldo Filho e Verônica Morais Ximenes*

**Processos de discriminação cotidiana e de pobreza na vida das Pessoas em Situação de Rua..... 267**

*Verônica Morais Ximenes, Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho, Vilkiane Natércia Malherme Barbosa, Natacha Farias Xavier e Carlos Eduardo Esmeraldo Filho*

**Gênero, pobreza e políticas públicas nas trajetórias de mulheres em situação de rua..... 285**

*Larissa Pimenta Coldibeli, Fernando Santana de Paiva e Cássia Beatriz Batista*

<b>Trabalho e população em situação de rua: vidas (das)nas ruas nos espaços urbanos.....</b>	<b>309</b>
<i>Régia Maria Prado Pinto</i>	
<b>Análise da percepção do suporte social da População em Situação de Rua de Fortaleza-CE.....</b>	<b>335</b>
<i>Andréa Ferreira Lima Esmeraldo, Júlia Monte Salles Gonçalves, Carolina Marinho Marcelo, Renata Cristina Façanha de Meneses e Verônica Morais Ximenes</i>	
<b>“Nada sobre nós, sem nós”: uma discussão sobre a importância de pesquisas participantes junto às pessoas em situação de rua e ao Movimento Nacional da População de Rua .....</b>	<b>357</b>
<i>Matheus Rios Silva Santos, Candida Maria Bezerra Dantas e José Vanilson Torres da Silva</i>	
<b>As multideterminações do ‘viver nas ruas’ e o olhar psicossocial: ideologia, preconceito e humilhação social.....</b>	<b>379</b>
<i>Antonio Euzébios Filho e Iris Barboza Pastor Souza</i>	
<b>A População em Situação de Rua e suas multipli-cidades.....</b>	<b>395</b>
<i>Welison de Lima Souza e Maria Teresa Nobre</i>	
<b>População em Situação de Rua e seus entrelaçamentos com a violência e a segurança .....</b>	<b>419</b>
<i>Rayssa Modesto de Souza Brito, Samyla Fernandes de Sousa, João Paulo Pereira Barros e Verônica Morais Ximenes</i>	
<b>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES .....</b>	<b>437</b>





## APRESENTAÇÃO

A organização do livro **“Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências”** é a concretude de um sonho construído no Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará. O NUCOM desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em Psicologia Comunitária com pessoas em situação de vulnerabilidade social no Ceará. Em 2017, iniciamos um trabalho com as pessoas em situação de rua de Maracanaú e em 2019, com as pessoas em situação de rua de Fortaleza. Essas pessoas participam de atividades no Centro Pop de Maracanaú e Centro Pop Centro em Fortaleza. Para o desenvolvimento desses trabalhos, tivemos o apoio e a parceria com as políticas públicas de Assistência Social e com financiamento de bolsa da Pro-Reitoria de Extensão da UFC.

A partir desses trabalhos, a realidade da vida das pessoas em situação de rua começou a fazer parte das nossas discussões no grupo de estudantes de graduação e de pós-graduação em Psicologia do NUCOM e tensionar como a Psicologia Comunitária pode contribuir no conhecimento e na produção teórica e metodológica sobre esse tema. Do ponto de vista acadêmico, reverberou em projeto de extensão, disciplina optativa na graduação, desenvolvimento de dissertações, teses, artigos, apresentação de trabalhos em eventos, construções de podcast e de vídeos (NUCOM POP), postagens de matérias nas redes sociais, realização de dois cursos de extensão e construção de um projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”, financiado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Edital Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa B com o processo 420426/2018-3 no período de 2019, 2020 e 2021 possibilitou os recursos financeiros para a publicação desse livro e agradecemos muito esse financiamento. Do ponto de vista prático, passamos a participar do Fórum do Povo de Rua, atividades de mobilização social, parceria com o Coletivo Arruaça, atividades de arrecadação de doações no contexto da pandemia de COVID-19, participação de um grupo de trabalho (GT) para realização do II Censo da Pop Rua de Fortaleza e outras ações.

Esses caminhos trilhados pelo NUCOM com as pessoas em situação de rua passaram a fazer parte da nossa vida acadêmica e pessoal. Estamos no emaranhado dessa realidade tão desigual, injusta e perversa que exclui e discrimina seres humanos, somente porque não possuem moradia e vivem nas ruas. Foi convivendo, ouvindo, chegando junto e participando das vidas dessas pessoas nas ruas, que aumentou a nossa vontade de dar visibilidade e publicizar de diversas formas a realidade do que é viver nas ruas.

Não podemos deixar de mencionar que a produção do livro está sendo atravessada pela pandemia do COVID-19 que impactou em milhares de mortes de pessoas, sofrimento, dor, tristeza, aumento da fome e do desemprego. As pessoas em situação de rua sofreram e sofrem muito com a pandemia, pois estão privadas de questões básicas que contribuem para a diminuição do contágio do vírus, como: acesso a água e a máscara, higienização das mãos, fazer distanciamento social e ter acesso à vacinação, já que muitos e muitas não possuem documento de identidade. Também foi um desafio para os autores e as autoras escreverem nesse contexto, já que passavam por angústias, dores e lutos, mas o compromisso com a luta das pessoas em situação de rua deu forças para seguir adiante e aceitar o nosso convite para essa publicação.

Nosso objetivo com esse livro foi reunir diversas pessoas que possuem alguma relação com as pessoas em situação de rua e inclusive ter pessoas em situação de rua como autores e autoras. Assim conseguimos reunir professoras, professores, estudantes de pós-graduação e de graduação, profissionais das políticas públicas, de coletivos e de projetos religiosos, militantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e pessoas em situação de rua, pertencentes às cidades de Fortaleza, Juiz de Fora, São Paulo, Natal, Porto Alegre, Recife e Boa Vista.

O livro reúne vinte capítulos divididos em dois eixos: o primeiro abrange trabalhos que tratam de **relatos de trajetórias e resistências do viver nas ruas**, e o segundo problematiza os **desafios na construção teórica e metodológica do viver nas ruas** e o segundo. Ambos os eixos englobam uma diversidade de discussões e problematizações a partir de diferentes áreas e perspectivas teórico-metodológicas, incluindo: relatos de pesquisas, ensaios teóricos, relatos de experiências e uma entrevista com representantes do Movimento Nacional da População de Rua.

O eixo **Relatos de trajetórias e resistências do viver nas ruas** contém onze capítulos, iniciando com o texto “A extensão em Psicologia Comunitária com pessoas em situação de rua: reinventando caminhos no cenário de pandemia da

Covid-19”, relato da experiência do projeto de extensão do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC) em parceria com o Centro Pop, localizado no Centro de Fortaleza, mais especificamente as ações remotas realizadas após a pandemia de COVID-19, que implicaram na criação de conteúdos audiovisuais voltados para as pessoas em situação de rua que frequentam o Centro Pop. O trabalho “Percurso e desafios na luta coletiva das pessoas em situação de rua: entrevista com representantes do Movimento Nacional da população em Situação de Rua (MNPR)”, organizado no formato de entrevista, apresenta as reflexões de dois representantes do MNPR, um de Natal-RN e outro de Fortaleza-CE, acerca da vivência nas ruas e dos principais desafios que se colocam diante da luta coletiva pela garantia dos direitos humanos dessa população.

Considerando que a produção desse livro ocorreu em 2020, período em que vivenciamos os impactos da pandemia de Covid-19, muitos capítulos trazem reflexões e análises provocadas pela necessidade de problematizar o papel do poder público e da sociedade civil organizada no enfrentamento das vulnerabilidades sociais das pessoas em situação de rua, que foram intensificadas nesse período. Nesse sentido, os textos intitulados “ArRUAça: Histórias de Arte, Luta e Construção em Rede com e para as Pessoas em Situação de Rua” e “População em situação de rua: diálogo entre o ser, o estar e as políticas públicas diante do contexto de caos pandêmico da covid-19 no Brasil” abordam, sob perspectivas diferentes, reflexões sobre o trabalho junto à população em situação de rua no contexto da pandemia. Enquanto o primeiro contempla a experiência e estratégias adotadas pelo coletivo ArRuaça, o segundo problematiza as ações do poder público frente ao aumento da desigualdade social e de ameaça aos direitos humanos no Brasil.

O capítulo “Pessoas em situação de rua e o uso de crack e outras drogas: relato de uma equipe de aproximação social de rua” apresenta reflexões sobre a prática de uma equipe de aproximação de rua junto a pessoas que fazem uso de crack, a partir da educação social e redução de danos. Já o trabalho “O Movimento na “Terra da luz”: arranjos e rearranjos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na capital cearense” traz os resultados de uma pesquisa etnográfica sobre o amadurecimento do MNPR no Ceará e os percursos trilhados pelos atuais representantes desse movimento. Outro relato de pesquisa, o texto “Ser e Resistir: modos de vida de mulheres em situação de rua” expõe as ações de resistências concretizadas por mulheres diante do cotidiano opressivo das ruas de Maracanaú (Ceará).

O trabalho “Um olhar socioambiental sobre a imigração Venezuelana no Brasil: da situação de rua para o acolhimento institucional” é um relato de experiência que aborda as ações da Organização Humanitária Fraternidade sem Fronteiras (FSF) junto a imigrantes venezuelanos em Roraima. Já o capítulo “Experiência da Pastoral do Povo da rua de Fortaleza: trajetória de Espiritualidade, Justiça Social e Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua” apresenta a experiência da Pastoral do Povo de Rua, na fronteira entre religiosidade e militância política no apoio ao MNPR de Fortaleza-CE.

O capítulo “A mão que ajuda é a mesma que agride’: uma etnografia da luta pela humanidade de pessoas em situação de rua” consiste no relato etnográfico de um encontro nacional da população de rua realizado em Brasília-DF e busca demonstrar a potência política das denúncias efetuadas pelos representantes do MNPR no Brasil. Fechando esse primeiro eixo, o trabalho “Solidariedade e resistência: a trajetória do grupo espírita casa da sopa e sua experiência de ação em rede” apresenta a trajetória do Grupo Espírita Casa da Sopa, localizado no município de Fortaleza-CE, analisando as experiências solidárias desde os primeiros passos, quando se oferecia sopa, água, música e diálogo para as pessoas em situação de rua, até a fase atual, quando percebeu a necessidade de compreender os aspectos estruturais da sociedade e adotou o Tratamento Comunitário como metodologia de intervenção social.

O segundo eixo, **Desafios na construção teórica e metodológica do viver nas ruas**, temos nove capítulos, sendo que os dois primeiros, “Direitos humanos enquanto dimensão da pobreza de pessoas em situação de rua” e “Processos de discriminação cotidiana e de pobreza na vida das pessoas em situação de rua”, são recortes de uma pesquisa maior, realizada pelo NUCOM-UFC junto a uma amostra de 236 pessoas em situação de rua no município de Fortaleza. O primeiro aborda os Direitos Humanos, enquanto dimensão da pobreza das pessoas em situação de rua, demonstrando a realidade das violências e violações sofridas pelas pessoas em situação de rua, que abrange agressões físicas, violências simbólicas e discriminação nos serviços públicos. Já o segundo, abrange as análises quantitativa das relações entre Discriminação Cotidiana e Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) das pessoas em situação de rua.

Em seguida, o capítulo “Gênero, pobreza e políticas públicas nas trajetórias de mulheres em situação de rua” destaca a necessidade de fortalecimento das políticas de atenção às mulheres em situação de rua tendo em vista o cruzamento de intensas

opressões vivenciadas por elas. O texto “Trabalho e População em Situação de Rua: vidas (das)nas ruas os espaços urbanos” corresponde a uma recorte de tese de doutorado que aborda as condições de precariedade e informalidade características do trabalho da população em situação de rua em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Mediante o uso de uma abordagem quantitativa de pesquisa, o trabalho “Suporte social – o que pensam as pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE”, diante da rede de apoio disponível para essa população, analisa a percepção de suporte social junto a uma amostra de 236 pessoas, buscando delimitar as variações dessa percepção em função de raça, sexo, idade, estado civil e outras variáveis. O capítulo seguinte, intitulado “Nada sobre nós, sem nós”: uma discussão sobre a importância de pesquisas participantes junto às pessoas em situação de rua e ao Movimento Nacional da População de Rua e problematiza a militância política da população em situação de rua, a partir da aproximação entre Psicologia Social Crítica e Estudos Decoloniais, de modo a construir metodologias participativas necessárias ao fortalecimento do protagonismo do MNPR.

O capítulo “As multideterminações do ‘viver nas ruas’ e o olhar psicossocial: ideologia, preconceito e humilhação social” busca compreender os processos psicossociais de preconceito e humilhação social vivenciados pelas pessoas em situação de rua, a partir da análise da ideologia dominante que contribui para naturalizar a desigualdade social e culpabilizar o indivíduo pelo seu fracasso. Em seguida, o trabalho “A População em Situação de Rua e suas multipli-cidades” analisa a diversidade da população em situação de rua, mediante o estudo de como a cidade influencia os modos de vida e percursos dessa população. Para tanto, faz um paralelo entre a cidade de Natal-CE e três cidades da região do Cariri, no Sul do Ceará, considerando tanto a precariedade das condições de vida como as múltiplas possibilidades de resistência dessas pessoas.

Por fim, fechando o segundo eixo e o livro, temos o capítulo “População em situação de rua e seus entrelaçamentos com a violência e a segurança”, o qual discute, a partir de uma pesquisa bibliográfica, sobre as diversas formas de violência que caracteriza a vida das pessoas em situação de rua num contexto estrutural de criminalização e gerenciamento da pobreza, de maneira a subsidiar formas de democratizar as políticas de segurança pública no Brasil.

Esperamos que a leitura desses textos atinja acadêmicos, militantes, pessoas em situação de rua e outros, de modo a proporcionar encontros, reflexões,

emoções e desejo de agir em busca de fortalecer processos de enfrentamento e de resistência diante de uma realidade social e estrutural caracterizada pela intensificação e complexificação dos desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos.

Fortaleza, Janeiro de 2022.  
*Verônica, Andréa e Carlos Eduardo*

## PREFÁCIO

*Raquel Souza Lobo Guzzo*

Agradeço às pessoas que organizaram esse livro pela oportunidade de refletir sobre essa temática que nos é muito cara, sobretudo agora, e que, ainda hoje, não é pautada na formação de profissionais de Psicologia como deveria. Entender o que leva as pessoas a morarem nas ruas, buscar formas de lidar com essa realidade por uma perspectiva crítica, são questões que permeiam a nossa profissão e, muitas vezes, não nos preparamos para enfrentá-la. Por isso, poder prefaciá-lo me permite compartilhar minhas reflexões sobre a formação em Psicologia, especialmente voltada às Políticas Públicas e nosso compromisso com a construção de uma psicologia que, de fato, enfrente a realidade com a perspectiva de uma radical mudança.

O livro está composto por 20 capítulos que desenvolvem distintas dimensões do mesmo problema social e as possíveis formas de enfrentamento, a partir de distintos espaços e grupos de pesquisadores ou profissionais envolvidos. De questões específicas a mais gerais os capítulos nos remetem à imensidão do que seja esse fenômeno e sobre as dificuldades e questionamentos sobre como enfrentar e minorar o impacto sobre o desenvolvimento das pessoas.

Foram reflexões decorrentes de levantamentos e pesquisas com pessoas que vivem nas ruas, apontando para uso de substância (Lima Júnior e Pereira), para a prevalência do gênero feminino (Coldibeli, Batista e Paiva; Esmerado e Ximenes), para uma relação entre características de cidades (Souza e Nobre; Pinto). A presença de pessoas em situação de rua desemboca, inevitavelmente, nos questionamentos sobre o desenvolvimento de políticas específicas para essa questão, como são implementadas e avaliadas (Figueiredo Neto), em perspectivas de movimentos sociais que envolvem essa população (Pessoa) e ações de resistência e solidariedade em rede (Rodrigues). Os capítulos ainda focalizam aspectos da subjetividade e modos de vida dessas pessoas que vivem nas ruas (Esmeraldo, Gonçalves, Marcelo, Meneses e Ximenes; Esmeraldo Filho e Ximenes) e como



elas respondem à violência a que são submetidas (Brito, Sousa, Barros e Ximenes), também para uma análise psicossocial do viver nas ruas (Euzébio Filho e Souza) e a contradição expressa na luta pela humanização dessas pessoas e as lutas sociais (Lemões; Santos, Dantas e Silva; Ferreira, Silva, Esmerado Filho e Esmeraldo). Chama a atenção também o trabalho da Pastoral do Povo de Rua (Sousa, Lima, Costa, Sousa, Allegri, Lima, Evangelista e Lima) que se organiza tendo como fundamento a justiça social e o compromisso da igreja com o povo, e que, caracterizada como um movimento social, percebe a necessidade de compreender as demandas subjetivas dessa população fazendo a mediação pela dignidade do morar nas políticas habitacionais.

A partir das reflexões mais focadas nessa população, o livro apresenta um debate importante dirigido a questões gerais sobre os direitos humanos (Esmeraldo Filho e Ximenes) e a questão da migração venezuelana no contexto atual (Bento, Lima e Bonfim), sobre preconceito, discriminação cotidiana da pobreza (Ximenes, Carvalho, Barbosa, Xavier e Esmeraldo Filho) desembocando no compromisso que a Psicologia Comunitária deve ter com essa população sobretudo nesse momento de pandemia em que essas pessoas passam a ser o grupo mais vulnerável e desprotegido (Barbosa, Sousa, Marcelo, Cavalcante, Rocha, Soares e Ximenes).

De modo abrangente, esse livro nos apresenta resultados de pesquisas e reflexões que nos levam a perceber como a Psicologia precisa se rever, atualizar a formação básica e continuada nos distintos campos de atuação, para que não seja cúmplice da invisibilização de uma população que, a cada dia, cresce em função de um projeto neoliberal o qual amplia as impossibilidades de uma vida digna para todos, independentemente de que lugar ocupe nesse cenário econômico e social e ainda mais pandêmico.

## **Como ampliar e fortalecer a perspectiva crítica da Psicologia para enfrentar a questão social?**

Ao me aproximar das reflexões e informações trazidas nesse livro, sinto a necessidade de reafirmar o caminho que penso ser o mais viável nesse tempo tão sombrio para uma Psicologia que nos traga o conforto de estarmos contribuindo para a mudança social – a efetiva mudança que sonhamos, mas que sabemos temos que construir na luta cotidiana e de modo coletivo.

Em primeiro lugar, penso ser importante retomarmos a importância da Psicologia voltada para as questões sociais, mais diretamente, como a Psicologia

Comunitária sob diferentes formas e contextos. Em para isso, é necessário que possamos, por meio de uma análise histórica, constatar a inflexão política porque passou a Psicologia Comunitária no Brasil e como ela contribuiu para que profissionais e pesquisadores pudessem participar, organicamente, de movimentos sociais à época fazendo avançar a teoria e a prática profissional nesses contextos.

O trabalho de Baima (2019) buscou o surgimento da Psicologia Comunitária considerando o primeiro trabalho publicado no país, e outras que seguiram ao longo dos anos, analisando a situação política e econômica que se constituía como cenário determinante para essas produções. Acompanhando as lutas sociais e o fortalecimento das entidades da psicologia, a autora concluiu que houve um ajuste conservador sem claros enfrentamentos ao sistema neoliberal vigente. A Psicologia Comunitária em suas práticas profissionais, quando nas suas produções bibliográficas, perderam a radicalidade nas discussões e ações voltadas para a questão social. Viver a prática da Psicologia Comunitária significa estar nos diferentes grupos sociais e trabalhar, coletivamente, em diferentes espaços.

Esse livro, que ora prefacio, chama a atenção para essa condição. O atual contexto político e sanitário com a pandemia da COVID-19 tem causado sofrimento, adoecimento e enfraquecimento nas pessoas de grupos sociais e, fortalecer os grupos tem sido a única possibilidade de se enfrentar esse cenário desolador, buscando romper com as propostas de uma Psicologia convencional, conservadora que se orienta para indivíduos, mais do que para seus contextos de vida.

Apontar para o futuro na formação e prática de profissionais da Psicologia no Brasil e para o Brasil, necessariamente, passa por uma ampla revisão da estrutura curricular dos programas de formação, de modo a contemplar a construção crítica de uma psicologia inserida no mundo real, próxima da vida cotidiana das diferentes pessoas e grupos sociais. Essa proposta significa fazer avançar a consciência política de estudantes e de profissionais, no entendimento de que lugar eles ocupam no mundo pela via da consciência de classe; assegurar a presença em espaços concretos de vida e não apenas na universidade, pela obrigatoriedade de estágios e compromissos assumidos com as pessoas que vivem e sofrem em outros contextos; conhecer os processos históricos de constituição das políticas públicas, que atualmente tem profissionais de Psicologia em seus espaços de concretude conhecendo, compreendendo o que se faz e como se vive e se trabalha nas políticas de saúde, de assistência, nas escolas públicas e outros equipamentos sociais.

A Psicologia não é neutra. Não se organiza em campos e práticas que considerem apenas os sujeitos descolados de seus grupos e movimentos sociais. Não se pode desenvolver a Psicologia sem que ela se proponha a trabalhar pela mudança social. Reproduzir o *status quo* não pode mais ser o projeto da Psicologia brasileira. É preciso avançar, definir caminhos políticos, formação adequada e acompanhamento de práticas. É preciso fortalecer a perspectiva crítica na Psicologia.

Para Holzkamp (1992), as pessoas não respondem apenas a estímulos externos, mas sim a estruturas de significado, as quais são generalizadas em possibilidades sociais de ação. As pessoas agem mediadas por bases subjetivas, ou seja, pelo que parece ser razoável e apropriado no seu ponto de vista. Assim, construir a Psicologia com base nas dimensões físicas ou biológicas apenas, resulta em um reducionismo incapaz de implicar as pessoas em mudanças. Essa crítica é baseada na concepção materialista e histórica, em que seres humanos não vivem em um mundo natural que é simplesmente dado a eles, mas ao contrário, existem somente criando sentidos e condições para suas vidas por meio do trabalho social em uma escala histórica. A Psicologia tradicional ignora essa relação entre indivíduo e sociedade na qual é possível entender e desenvolver sua existência, somente participando das relações sociais de modo criativo e transformativo nas condições de suas vidas pessoais.

Por esse caminho, quando construímos e desenvolvemos a Psicologia em contextos comunitários, torna-se muito importante que as próprias pessoas compreendam o lugar que ocupam no mundo e reflitam sobre como atuam cotidianamente nele para manter ou mudar seu contexto. É a perspectiva dos sujeitos que faz avançar essa necessária consciência para mudança. Conhecer o sentido que sujeitos atribuem à sua vida, às microestruturas que controlam sua vida, é o caminho primeiro para se efetivar a mudança social e conseguir melhorar o mundo para todas as pessoas.

## Referências

BAIMA, L.S. *Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária*. 2019. 315 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

HOLZKAMP, K. On doing Psychology Critically. *Theory & Psychology*, v. 2, n. 2, p 193-204, 1992.

# **EIXO 1**

RELATOS DE TRAJETÓRIAS E  
RESISTÊNCIAS DO VIVER NAS RUAS







# A extensão em Psicologia Comunitária com Pessoas em Situação de Rua: reinventando caminhos no cenário de pandemia da covid-19

*Bruno Souza Barbosa*

*Gabriele Cavalcante Sousa*

*Carolina Marinho Marcelo*

*Andressa Pontes Macedo Melo Cavalcante*

*Andreza Kelly Angelim Rocha*

*Sara Ferreira Soares*

*Verônica Moraes Ximenes*

## 1 INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária é construída a partir de trajetórias históricas distintas. No contexto norte-americano, por volta da década de 1960, esse campo surge a partir de ações voltadas para a saúde mental preventiva e ampliada aos sujeitos da comunidade que não tinham acesso a esses serviços. Já no contexto latino-americano, a Psicologia Comunitária é instituída a partir da Psicologia Social, buscando uma prática mais compromissada com a realidade social e histórica (GONÇALVES; PORTUGAL, 2016). No Brasil, Lane (1996) indica a importância de considerar o contexto de repressão e violência advinda do golpe militar como aspecto fundamental na construção da Psicologia Comunitária no país, além de apontar diferentes pontos de partida na criação dessa área nos estados brasileiros.

Segundo Gonçalves e Portugal (2016), os referenciais teórico-epistemológicos desta área são múltiplos e isso afasta consensos e delimitações conceituais bem definidas. Existem formas variadas de se fazer essa Psicologia, com perspectivas e ações distintas. Como bem destaca Vidal (2007), não há possibilidade de definir a intervenção comunitária com um único prisma. O autor indica que existem várias correntes distinguidas por suas ênfases e valores teórico-práticos, como: a saúde mental comunitária, ecológica, social/crítica, dentre outras. Dessa forma, na medida em que se considera a existência de características particulares desse campo nas diferentes localidades, apontamos a Psicologia Comunitária desenvolvida na América Latina, e mais especificamente no Ceará, como a base teórica e



metodológica das ações do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), mas levando em conta a pluralidade existente nesse campo. Portanto, consideramos a Psicologia Comunitária como constituída de caráter crítico e libertador, configurando um campo que surge para atuar efetivamente como prática de transformação da realidade latino-americana, a qual é perpassada por diversas desigualdades sociais (MONTERO, 2004).

Dessa forma, pode-se perceber que nos países sul-americanos, a Psicologia Comunitária atua junto a populações em contexto de pobreza, como a população em situação de rua, buscando estudar as implicações de um ambiente marcado pela exclusão e precarização. Na América Latina, a Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005) é uma área da Psicologia Social da Libertação que estuda as relações entre grupos de pessoas em seus lugares de moradia, sejam eles macro (como cidades e bairros) ou micro (como em vilas, aldeias e ruas). Essas relações desenvolvidas em territórios em comum por pessoas que compartilham a mesma cultura, mesmos laços históricos e representações sociais, caracterizam a comunidade, campo de atuação da Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005). Os estudos e atuações dessa área se desenvolvem a partir de uma visão de sujeito que é constituído pela sua realidade social e histórica, perpassado pela estrutura econômica, simbólica e cultural, que designam os modos de vida nos quais atravessam a vivência objetiva e subjetiva dos moradores (GÓIS, 2005).

Em um contexto como o da América Latina, onde os países são marcados pela desigualdade social extrema, a maioria da população vivencia a pobreza em seu grupo comunitário. Essa experiência traz consigo a opressão enraizada por um modelo econômico que visa sua manutenção a partir da submissão e passividade do indivíduo frente a sua realidade, impedindo-o de se tornar um sujeito na sua comunidade (MOURA JR.; XIMENES, 2016).

Para Ximenes e Góis (2010), a Psicologia Comunitária tem como principal objetivo uma prática pautada na libertação, ou seja, buscando facilitar o processo de aprofundamento da consciência, na qual o sujeito se percebe como participante da sua realidade e história, tanto individual quanto coletiva. Segundo estes autores, essa apropriação permite o desenvolvimento do sujeito da comunidade, que se sente capaz de transformar suas condições de existência.

O processo de facilitação do/a profissional a partir da Psicologia Comunitária se dá através de metodologias participativas, buscando promover a cooperação ativa do sujeito; porém, essa atuação sempre deve estar pautada pelo compromisso

ético-político. Ao se inserir nesses espaços, esse/a profissional deve buscar compreender as necessidades dos moradores, as condições psicossociais, os modos de vida próprios desse ambiente e as atividades ali desenvolvidas. Então, a partir disso, construir juntamente a esses/as moradores/as o processo de autonomia e libertação (GÓIS, 2005).

O desenvolvimento da Psicologia Comunitária no Ceará se deu na Universidade Federal do Ceará (UFC), através da criação do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), seguindo na perspectiva de compromisso político e social. O NUCOM é um programa composto por estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia que trabalham baseando-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, sempre atuando junto a diversas comunidades em situação de pobreza em Fortaleza e em sua região metropolitana, e em contextos rurais no interior do estado do Ceará (XIMENES *et al.*, 2016). Portanto, as ações de facilitação grupal partem dos referenciais e do compromisso ético-político da Psicologia Comunitária, pautadas pela horizontalidade e coparticipação, utilizando o diálogo problematizador.

Desde 2019, o NUCOM trabalha com as Pessoas em Situação de Rua (PSR), em um projeto de extensão financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFC (PREX/UFC) junto à população atendida no Centro de Referência Especializado para População de Rua (Centro Pop) do bairro Centro de Fortaleza, e no desenvolvimento da pesquisa “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”, financiada pelo CNPq. Além disso, proporciona grupos de estudos internos e externos e cursos de extensão, potencializando discussões acerca das implicações psicossociais da pobreza.

A população em situação de rua (PSR) sempre foi uma das populações em situação de pobreza mais invisibilizadas no Brasil. Esse processo de exclusão teve origem no período de colonização, pois nesse momento histórico a relação entre o colonizador e o colonizado eram marcadas pela desigualdade e discriminação com uma lógica excludente tanto no sentido da economia como no de cidadania (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015).

Apesar da origem da PSR no Brasil remeter ao período colonial, não existem documentos que mostrem dados marcantes sobre essa população no início da sociedade brasileira (KLAUMANN, 2015). Os processos de exclusão e discriminação sofridos historicamente pela PSR continuam sendo refletidos até hoje, sendo reproduzidos pela sociedade em geral e pelas políticas públicas. A discriminação

classifica e deprecia a vida dessa população e acaba criando processos de estigmatização, onde esses indivíduos são marginalizados e levados a ver a si mesmos como inferiores frente às outras pessoas (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013).

As denominações da PSR mudaram no decorrer do tempo para conseguir se adequar e abranger a complexidade de características dessa população. Ao utilizar o termo “pessoas em situação de rua” se tem como objetivo provocar o questionamento dos diversos processos que não eram considerados em termos como “moradores de rua”, que só demonstra falta e estagnação em condições específicas (PIMENTA, 2019). As categorias utilizadas pelas políticas públicas para caracterizar uma pessoa como em situação de rua são diversas, e entre elas estão a busca por serviços especializados para essa população, sejam eles voltados para proteção ou garantia de direitos, e outra categoria - e talvez a mais conhecida pela população em geral - é o fato dessas pessoas ocuparem o espaço da rua e fazerem dele seu local para morar e viver (SCHUCH; GEHLEN, 2012).

As chamadas “pessoas em situação de rua” configuram uma classificação complexa e ainda em construção que no cotidiano ocupam espaços e papéis sociais que transitam entre o visível e o invisível (PIMENTA, 2019). Atualmente, no Brasil, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008a, p. 8) define este grupo como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

De acordo com o Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b), as pessoas em situação de rua sofrem discriminações pela sociedade, onde, muitas vezes, são impedidas de entrar em alguns lugares, como estabelecimentos comerciais, shopping centers, transportes coletivos e bancos. De acordo com esta pesquisa, as políticas públicas de assistência social também reproduzem tal discriminação, pois muitas vezes essa população é impedida de acessar órgãos públicos, locais onde se emitem documentos e ambientes para receber atendimento na rede de saúde. Tal processo de exclusão

e isolamento promovido por todas as instâncias sociais acaba homogeneizando e despersonalizando essas pessoas, que são tratadas como sem saber, sem habilidades e sem conhecimentos (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015).

A partir de uma visão multidimensional de pobreza, não se pode reduzi-la somente ao seu aspecto monetário, pois a renda, por mais que seja o principal fator considerado ao falar deste processo, está longe de ser o único. Ao analisar a pobreza a partir de uma visão multidimensional, se torna possível observar processos em que as pessoas nessa situação podem acabar desenvolvendo sentimentos de humilhação, de vergonha e de fatalismo (MOURA JR.; SARRIERA, 2016). É importante ressaltar a diferença entre os sentimentos de vergonha e de humilhação, pois muitas vezes eles são tidos como sinônimos. A diferença está no fato de uma pessoa envergonhada compartilhar uma imagem ruim de si mesma que foi imposta à ela, enquanto uma pessoa humilhada aceita o humilhador, mas não aceita a imagem que lhe foi imposta (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013). Já o fatalismo pode ser entendido como uma maneira de enfrentamento da vida onde o indivíduo se sente em um destino pré-determinado e que não pode ser mudado nem evitado, levando o ser humano a ver a si mesmo como alguém que não tem outro caminho a seguir a não ser aceitar esse destino, o que acaba se traduzindo em comportamentos de conformismo e resignação perante as situações, mesmo as mais negativas (MARTÍN-BARÓ, 1998). Como alternativa psíquica, o processo de fatalismo é uma ferramenta que os indivíduos utilizam para não ter contato com as situações difíceis e dolorosas ao seu redor (CIDADE, 2019).

Portanto, se pode concluir que a pobreza é caracterizada como privações, tanto monetária (objetivas), como psicológica (subjetivas). Além do estado de pobreza, a PSR também sofre com os constantes processos de violência. A violência é considerada parte da rotina dessa população e muitas vezes é cometida pelos próprios indivíduos em situação de rua, contra eles ou contra alguma pessoa na mesma situação com quem se tenha um contato mais próximo (ESMERALDO FILHO, 2010).

### **1.1 PSR e o contexto da pandemia de covid-19**

Diante dessa situação, a PSR sofre a discriminação tanto por parte da sociedade como por parte das políticas públicas, reforçada por estigmas advindos da pobreza que criam situações propícias para que os sentimentos de vergonha e

humilhação se mantenham presentes. Estes são fatores que afastam essa população do serviço de saúde, que acabam padecendo com o preconceito e, consequentemente, com o despreparo de alguns profissionais que reproduzem práticas higienistas, desconsiderando processos referentes à dignidade e aos direitos humanos (ANTUNES; ROSA; BRÊTAS, 2016).

Seja procurando por serviços de saúde e não recebendo um tratamento adequado para sua demanda (discriminação) ou não procurando os serviços por não se sentir digna de receber atendimento (vergonha e humilhação), a PSR acaba se tornando mais vulnerável a adquirir comorbidades do que a população em geral. A maior probabilidade ao desenvolvimento e a cronificação de doenças entre a PSR é causada pela própria situação de rua, pois as pessoas que ali passam o dia e a noite, principalmente aquelas que estão a mais de 5 anos nessa situação, tem maiores chances de utilizar substâncias químicas, desenvolver distúrbios psiquiátricos, problemas respiratórios (pneumonias e tuberculose) e dermatológicos, lesões físicas por atropelamento, brigas e outras formas de violência e presença de HIV/AIDS (BRASIL, 2008a).

Em dezembro de 2019, foi identificado o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus, SARS-CoV 2, na cidade de Wuhan, na China, previamente identificado como uma “pneumonia de causa desconhecida”, o vírus apresentou um rápido poder de transmissão, fazendo, assim, com que a OMS declarasse situação de Emergência Internacional no dia 30 de janeiro, um mês após a divulgação do primeiro caso da doença (BRASIL, 2020).

A COVID-19, enfermidade causada pelo coronavírus, tem como alguns de seus sintomas mais recorrentes tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar, no entanto, apenas 20% dos infectados apresentam sintomas mais graves, chegando a precisar de atendimento hospitalar, os outros 80%, geralmente, apresentam quadros assintomáticos ou sintomas mais leves. A transmissão desse agente patológico ocorre de forma direta através do contato com gotículas de saliva ou secreções respiratórias de pessoas infectadas (WHO, 2020). Apesar do alto poder de transmissibilidade da doença em questão, existem medidas que, quando realizadas de maneira correta, diminuem significativamente a taxa de contaminação. São elas a higienização frequente das mãos, o uso de máscara, o distanciamento social e a vacinação.

No Brasil, as primeiras medidas de isolamento social e quarentena foram adotadas somente um mês depois da identificação do primeiro caso no país em

fevereiro de 2020, cada estado teve seu próprio decreto, porém, em geral, todos determinaram o fechamento de serviços não essenciais, como shoppings, comércios, igrejas, academias e muitos outros. Essas determinações tiveram um impacto significativo na redução do número de possíveis infectados apesar de, nem de longe, terem sido cumpridas de forma rígida (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Um dos fatores que dificultaram bastante a adesão da população aos decretos de contenção social foi a propagação de *fake news*, diariamente divulgadas nas redes sociais sem nenhum cunho científico, que descredibilizavam a seriedade da doença, considerada por muitos como um simples resfriado, e as suas medidas de prevenção. Outro fator foi a atuação do Governo Federal, que apresentou uma resposta tardia diante da situação de pandemia e das determinações da OMS (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020).

Somado a isso, há o atual contexto social, econômico e político do país, que vem enfrentando uma forte crise de desemprego, cortes nas políticas sociais e uma restrição significativa no repasse de verbas para áreas como saúde e pesquisa. Isso agravou ainda mais a situação das populações mais vulneráveis, que, por não terem outra forma de sustento, precisavam continuar trabalhando, por vezes, não respeitando as recomendações de prevenção e se expondo, chegando, até mesmo, a contrair a doença e sofrer, ainda mais, com o desamparo do Estado por ter um acesso mais difícil à saúde (GARRIDO; RODRIGUES, 2020).

Com a chegada da COVID-19 ao Brasil, as populações mais pobres acabaram se tornando as mais vulneráveis à infecção. Entre as causas que demonstram esse maior risco entre tais populações estão a dificuldade de manter o isolamento social, menor acesso à renda e ao emprego, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, muitas vezes, a inexistência de saneamento básico (CARVALHO; PIRES; XAVIER, 2020). No contexto específico da PSR, a própria situação de rua somada à situação de pobreza e à dificuldade em acessar equipamentos de saúde acabam tornando essa população muito vulnerável ao contágio da COVID-19. Por ser uma população historicamente desassistida e por seus locais de convivência serem, em sua maioria, locais onde várias outras pessoas também habitam como logradouros e albergues (HINO; SANTOS; ROSA, 2018), a PSR acaba se encontrando no grupo onde a taxa de transmissão do novo coronavírus é uma das mais altas, mesmo quando existe vigilância com alto controle do processo de infecção (BAGGETT *et al.*, 2020).

Nesse cenário da pandemia da COVID-19, a atuação presencial do projeto de extensão do NUCOM no Centro Pop - Centro foi paralisado devido ao

isolamento social, e foi necessária uma atualização para que as atividades não permanecessem estagnadas. A partir disso, este capítulo tem por objetivo apresentar a atuação de um projeto de extensão em Psicologia Comunitária junto a PSR no cenário da pandemia da COVID-19.

## **2 CAMINHO METODOLÓGICO**

Diante de um cenário de privações que a PSR sofre, sobretudo de práticas psicológicas voltadas para esse grupo, o projeto de extensão “Pessoas em situação de rua: processos de fortalecimento e de autonomia a partir da Psicologia Comunitária” surge em 2017 com o objetivo de facilitar processos de conscientização, autonomia, libertação, dentre outros que são atravessados pela Psicologia Comunitária. As ações de extensão foram realizadas inicialmente em parceria com o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, o Centro Pop do município de Maracanaú (Ceará), e migrando em 2019 para o Centro Pop - Centro em Fortaleza.

O Centro Pop é uma unidade de referência da oferta de serviços especializados no campo da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, que se caracteriza pelo acompanhamento de indivíduos “[...] em situação de risco pessoal e social [...] por violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 38). Reconhecido nacionalmente como “[...] um espaço essencial para a oferta de atenção especializada no SUAS às pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2011, p. 39), foi previsto na Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) e é de responsabilidade municipal, que deve fazer, logo ao início, um diagnóstico socioterritorial, para que o planejamento e implantação do equipamento sejam realizados de acordo com as demandas de estabelecimento e localização no território.

Um dos principais objetivos do serviço é que a população em situação de rua possa construir novos projetos de vida através da “[...] construção de estratégias e alternativas para atender as [suas] complexas demandas [...] e o enfrentamento de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, que estejam vivenciando” (BRASIL, 2011, p. 78).

O espaço do Centro Pop deve ser acolhedor e com um atendimento ético, visando à inclusão social dos sujeitos, e guardando a acessibilidade devida a idosos, pessoas com deficiência e mulheres grávidas. Funciona ao menos cinco dias por semana, 8 horas ao dia, e seu quadro profissional inclui profissionais da psicologia, assistência social, auxiliares administrativos, além de técnico de nível superior

em Direito, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Antropologia ou Sociologia e profissionais capacitados para a realização de oficinas socioeducativas e, quando houver, Abordagem Social, um trabalho ativo de busca de pessoas em situação de rua que visa o maior acesso da população ao serviço especializado (BRASIL, 2011).

Dentre as características do equipamento, destaca-se, além do já citado diagnóstico socioterritorial, a localização de fácil acesso, onde haja uma concentração da população atendida - o Centro Pop em que realizamos nossas atividades se localiza na região central de Fortaleza. Suas atividades envolvem a identificação da rede que poderá compor um atendimento integral à pessoa em situação de rua, sobretudo os vinculados à saúde, trabalho e renda, habitação, educação, segurança alimentar e nutricional e assistência social, bem como a inserção destas pessoas no Cadastro Único, para que possam ser incluídas nos programas sociais do Governo Federal. Além disso, o espaço disponibiliza local para lavagem e secagem de roupas, para refeitório, e proporciona emissão de documentos, assim como atividades em grupo, e deve promover o desenvolvimento de uma consciência dos direitos da população, com vistas ao enfrentamento de situações adversas através de uma participação social coletiva (BRASIL, 2011).

A parceria do Centro Pop com o NUCOM possibilitou que o equipamento disponibilizasse uma sala e um horário para que fossem realizadas ações grupais semanais junto à PSR, os temas tratados nos encontros, escolhidos pelos próprios usuários do serviço, eram atravessados por assuntos como racismo, machismo, preconceito, etc. Tais atividades aconteceram de forma presencial até março de 2020 e eram perpassadas por metodologias participativas dialógico-vivenciais, que visavam o desenvolvimento de autonomia, libertação e a transformação dos atores sociais de uma comunidade em protagonistas de suas narrativas (GÓIS, 2005). Para atingir esses objetivos, foi necessário que uma intervenção fosse feita “[...] numa perspectiva político-pedagógica de libertação, de trabalho, de aprendizagem e de produção conjunta de conhecimento [...]” (GÓIS, 2005, p. 79), entre PSR e extensionistas, para que fosse desenvolvido um olhar crítico sobre questões que muitas vezes aparentam ser uma realidade cristalizada. A chegada da pandemia da Covid-19 no início de 2020 teve como consequência a suspensão das atividades presenciais do NUCOM no Centro Pop - Centro, dessa forma mudanças na metodologia da extensão tiveram que ser feitas e esta passou a ser realizada de forma remota.

Como forma de não perder o contato com o Centro Pop, participamos, sobretudo durante a vigência do *lockdown*, período com medidas mais restritivas do



tráfego e circulação de pessoas como forma de conter a disseminação do vírus, decretado no mês de maio de 2020 pelo Governo do Estado do Ceará (QUINTELA, 2020), de campanhas de doação de água mineral e máscaras para a PSR que estava sendo atendida pelo equipamento e pelo Coletivo ArRUAça, movimento que atua com a PSR através da arte, cultura e educação popular a fim de promover seu protagonismo, interação, empoderamento e emancipação.

Também nos mobilizamos no Dia Nacional de luta da População em Situação de Rua (19 de agosto) e participamos do Fórum do Povo da Rua, bem como da cerimônia de assinatura do documento de comprometimento para a causa das pessoas em situação de rua de Fortaleza pelos então candidatos a vice prefeitos do segundo turno das eleições de 2020 à Prefeitura de Fortaleza, realizado pela Defensoria Pública do Estado do Ceará.

### **3 PERCURSOS DO NUCOM JUNTO À PSR**

Apresentaremos como era desenvolvida a ação de extensão do NUCOM em um momento anterior à pandemia e destacaremos a forma que encontramos de dar continuidade às nossas atividades diante do cenário que se descortinou com a chegada da COVID-19, ou seja, durante um período de atuações remotas.

#### **3.1 Grupos vivenciais com a PSR**

Antes do contexto de pandemia, o qual impossibilitou a atuação presencial das extensionistas, as atividades eram realizadas semanalmente no espaço do Centro Pop do Centro de Fortaleza, em que se realizavam facilitações de grupo dialógico-vivencial (GÓIS, 2005), partindo de questões características da realidade dos participantes. O planejamento ocorria de maneira semestral, onde no primeiro encontro de cada semestre era levantado junto ao grupo - composto de homens e mulheres de diferentes faixas etárias, em situação de rua e frequentadores do equipamento que se apresentavam dispostos a participar - quais temas mais gostariam que fossem trabalhados durante o período.

Ao fazer esse levantamento no primeiro encontro, esses temas eram levados para as reuniões de planejamento e supervisão que também ocorriam semanalmente. Entre alguns dos pontos trazidos pelo grupo estavam temas relacionados à pobreza, à fragilidade de vínculos sociais, aos estigmas, as políticas destinadas a esse grupo, dentre outros temas que eram sugeridos ao decorrer do semestre. As

temáticas planejadas eram facilitadas, mas sempre eram levadas em consideração outras temáticas que pudessem surgir nas discussões, respeitando sempre a demanda do grupo.

Semanalmente, nas supervisões, eram estudados temas que seriam trabalhos no próximo encontro e também eram planejadas atividades que pudessem suscitar discussões importantes junto com o grupo. Para promover o diálogo problematizador, eram utilizadas técnicas de participação ativa, como dinâmicas de interação grupal e vivencial, oficinas e rodas de conversas (TORO, 2005), recorrendo a recursos audiovisuais e artísticos, dispondo de documentários, músicas, construções coletivas, teatro, produção de colagens e contação de histórias. Então, a atuação das extensionistas visava o desenvolvimento de processos grupais característicos do Círculo de Cultura (FREIRE, 1980). Neles os atores sociais compartilham experiências, histórias de vida, crenças, etc., que abrem espaço para problematizações visando um aprofundamento da consciência e, conseqüentemente, uma transformação social, assim como a valorização de potencialidades que a comunidade possa apresentar (REBOUÇAS JR.; XIMENES, 2010).

Além da construção de um sujeito comunitário, os encontros também tinham como objetivo o fortalecimento de um sentimento de coletivo entre a PSR. É se reconhecendo como um grupo que há uma maior aderência e participação dessas pessoas em movimentos sociais que lutam pela garantia e construção de seus direitos, como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que busca por melhores condições de vida para a PSR a partir da organização e mobilização desse grupo (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010).

### **3.2 Projeto NUCOM POP**

Diante da pandemia, além do atendimento que já era realizado, coube ao Centro Pop reforçar a limpeza do seu espaço, disponibilizar aos usuários recursos para lavagem de roupas e higiene pessoal, recolher o lixo ali depositado com frequência, evitar aglomerações, fornecer espaços para guarda de pertences dos usuários de forma higienizada, continuar disponibilizando orientações para emissão de documentos e registro no Cadastro Único, realizar atendimentos individuais em locais onde haja circulação de ar e privacidade, distribuir comida em embalagens e talheres descartáveis, com os usuários divididos em subgrupos para que sejam evitadas aglomerações, entre outras ações. E, assim como em todo o país,

ali também ficaram suspensas as atividades coletivas e em grupo (BRASIL, 2020), e paralisamos nossa ação de extensão do NUCOM.

Diante de tal cenário, buscamos um meio de manter o vínculo já construído e dar continuidade às atuações. Era sabido que o equipamento dispunha de uma televisão que, inclusive, já foi bastante usada para exibir filmes e documentários durante os momentos de facilitação das dinâmicas de grupo realizadas pelas extensionistas. Assim, surgiu a ideia de montar um projeto audiovisual envolvendo a apresentação de discussões acerca de temáticas que compreendessem as questões vivenciadas pela população em situação de rua e, além disso, que incluíssem momentos com produções artístico-culturais das mais variadas.

Desse modo, o NUCOM POP foi construído para colocar essa ideia em prática. A equipe de produção foi composta pelas próprias extensionistas e pelas supervisoras, tendo como responsabilidade as tarefas de pensar o roteiro dos episódios e de entrar em contato com os convidados que tratariam dos temas a serem abordados e que participariam dos momentos artísticos ao final de cada episódio. O processo de filmagem e edição ocorreu de maneira amadora, de forma que as extensionistas e convidados buscaram se aproveitar dos recursos gratuitos e disponíveis diante do novo contexto de atividades remotas – câmeras de celular, editores de imagem e de vídeo gratuitos, etc.

Os episódios eram gravados ao longo das semanas, simultaneamente, e conforme iam ficando prontos, eram enviados ao Centro Pop no início de cada semana e exibidos para a PSR na televisão, que o local disponibilizava na sala de espera. Às sextas-feiras, os vídeos eram postados na página do Instagram (@nucomufc) e do Facebook do NUCOM ([www.facebook.com/nucomufcpsicologia](http://www.facebook.com/nucomufcpsicologia)), de modo que não só os usuários do equipamento tinham acesso aos episódios, mas estes ficaram disponíveis para quem quisesse conferir *online*.

Para compor os vídeos, foram convidadas 24 pessoas para participar de 13 vídeos temáticos que tinham como objetivo divulgar e dar visibilidade aos vários problemas sociais relacionados à população em situação de rua por meio de uma linguagem acessível. Ao todo, os vídeos apresentam, em média, 15 minutos de duração e tratam dos seguintes assuntos: Cuidados na Pandemia, Primeiros socorros físicos e psicológicos, Pesquisa junto às pessoas em situação de rua, Mulheres em situação de rua, Trabalhos com a população em situação de rua, Redução de danos, Estigma e preconceito, Movimento Nacional da População de Rua, Direito à cidade, Meninos e meninas em situação de rua, Sentimento de pertença

e Auto de Natal. Os convidados faziam parte dos meios acadêmico, militante e artístico e trouxeram contribuições para a construção de diálogos entre os pontos de vista de quem atua junto à população em situação de rua e de quem já teve a experiência de viver nas ruas. Além da participação das extensionistas e convidados, os episódios contaram com a inclusão de vídeos, trechos de notícias e de documentários retirados da internet, no intuito de trazer mais referências sobre os temas.

Paralelamente ao desenvolvimento dos vídeos do NUCOM POP, a equipe de extensionistas fez um trabalho de movimentar as redes sociais do núcleo: Instagram e Facebook. Inicialmente, em decorrência da semana do Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, os *posts* abordavam discussões pertinentes para a elucidação acerca dessa data e das temáticas relacionadas à população em situação de rua. Após esse período, focamos em compartilhar as notícias do momento que traziam atualizações sobre a situação em que se encontrava a PSR diante do cenário da pandemia. Essas publicações eram feitas através de postagens no *feed* e *stories* do Instagram e na página do Facebook do NUCOM.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste capítulo foi apresentar a atuação de um projeto de extensão em Psicologia Comunitária junto a PSR no cenário da pandemia da COVID-19, e, para tal, apresentamos a amarração teórica e prática da Psicologia Comunitária na América Latina junto à nossa atuação extensionista, bem como as condições da população em situação de rua no Brasil e os cenários impostos pela chegada do Coronavírus ao país; compreendendo que a PSR se encontra em uma posição de extrema vulnerabilidade, o que a coloca como linha de frente na recepção de iniquidades sociais e sanitárias.

Com nossas atividades de extensão presencial paralisadas devido à necessidade de barrar o número de contágios da COVID-19, encontramos a opção de elaborar os NUCOM POP, vídeos com profissionais, pesquisadores e trabalhadores junto à população em situação de rua que tinham, de início, finalidade informativa à PSR que frequentava o Centro Pop do bairro Centro de Fortaleza nos meses de agosto a dezembro de 2020. No decorrer da construção dos vídeos, encontramos em seus formatos a possibilidade de estendê-los ao alcance de qualquer pessoa, e passaram, também, a assumir o papel de dar visibilidade e

divulgação às diversas questões que atravessam a situação de rua, sendo postados periodicamente em nossas redes sociais.

Como resultados, destacamos primeiramente a possibilidade de continuar nossas atividades de extensão em Psicologia Comunitária em meio a um cenário onde todas as práticas presenciais estavam suspensas, onde pudemos reconfigurar nossas ações e adaptá-las a uma conjuntura virtual. Em segundo lugar, salientamos o comprometimento e a disponibilidade da coordenação e da equipe técnica do Centro Pop em apoiar e implementar na prática as nossas atividades remotas, sem esse apoio seria impossível seguir com a atuação do NUCOM. Em terceiro lugar, destacamos o potencial de abrangência dos vídeos, que por apresentarem uma linguagem acessível e estarem disponíveis em redes sociais como *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*, facilitam a exibição para as pessoas em geral - em situação de rua ou não - de, praticamente, qualquer lugar do país.

Salientamos, ainda, que a temática dos vídeos podem servir como mote para discussões em grupos de estudos, disciplinas de graduação e até mesmo produções científicas, trazendo assim uma maior visibilidade à questão das Pessoas em Situação de Rua. Vemos, ainda, o processo de produção dos vídeos pelas extensionistas como extremamente enriquecedor para suas trajetórias acadêmicas, visto que estas pesquisaram sobre diversos temas voltados à PSR, conheceram pessoas e projetos que também trabalham com esse assunto e participaram ativamente da editoração do conteúdo audiovisual, aprendendo novas habilidades.

Como limitações, ressaltamos que o modelo remoto não permitiu que a equipe de extensionistas entrasse em contato direto com a PSR que acessa o Centro Pop - Centro, não podendo, assim, ouvir diretamente deles e delas o que acharam dos vídeos enviados, o que também impossibilitou uma discussão com a população. Apesar disso, o contato e a parceria com a coordenação do equipamento existia e constantemente nos eram enviados vídeos e fotos dos usuários do equipamento assistindo aos NUCOM POP.

Por fim, destacamos que a Psicologia Comunitária tem se mostrado para nós um aporte teórico e metodológico importante para a atuação com populações vulnerabilizadas. A extensão e o trabalho com a população em situação de rua nos mostra a necessidade da Psicologia se inserir em contextos de pobreza e oferecer subsídios de apoio, cuidado e conscientização aos sujeitos que se encontram perpassados por cenários de privações.

## 5 AGRADECIMENTO

Ao CNPq, que financiou a Bolsa Pesquisadora PQ 2 - CNPq da última autora e a bolsa de PIBIC/CNPq da terceira autora e a Pro-Reitoria de Extensão da UFC pelo financiamento das bolsas da quarta e quinta autoras.

## 6 REFERÊNCIAS

ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, p. 129-143, 2015. Disponível em: <doi:10.15446/rcp.v24n1.40659>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ANTUNES, C. M. C.; ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. Da doença estigmatizante à resignificação de viver em situação de rua. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 18, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v18.33141>>. Acesso em: 3 maio 2021.

BAGGETT, T. P. *et al.* COVID-19 outbreak at a large homeless shelter in Boston: implications for universal testing. **MedRxiv**, 2020.

BRASIL. Decreto 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, [2009]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, 2008a.

BRASIL. Governo Federal. **Sumário Executivo**: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop: SUAS e População em Situação de Rua Volume 3. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020**. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Brasília: Diário Oficial da União, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CARVALHO, L.; PIRES, L. N.; XAVIER, L. L. **COVID-19 e Desigualdade no Brasil**, 2020. Disponível em: <10.13140/RG.2.2.27014.73282>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CIDADE, E. C. **Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza**: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira. 2019. 300f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CORREIO BRAZILIENSE. COVID-19: veja como cada estado determina o isolamento social. **Correio Brasilense**, 2020. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/01/interna-brasil,841754/covid-19-veja-como-ca-da-estado-determina-o-isolamento-social.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ESMERALDO FILHO, C. E. **Necessidades de saúde dos moradores de rua**: desafios para as políticas sociais no município de Fortaleza-CE. 2010. 159 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREIRE, P. Quatro cartas aos animadores de Círculos de Cultura de São Tomé e Príncipe. *In*: BEZERRA, A; BRANDÃO, C. (Org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GARRIDO, R. G.; RODRIGUES, R. C. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária**: atividade e consciência. Editora Instituto Paulo Freire do Ceará, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42537>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. T. Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n.3, p. 562-571, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/qx3RY8zTvxCGDGwVwNCcznw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. People living on the street from the health point of view. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 684-692, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0547>>. Acesso em: 2 maio 2021.

KLAUMANN, A. R.. **Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil**: a realidade do Centro Pop de Rio Sul/SC. (Especialização em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social) - UNIDAVI, Campus de Ituporanga, Ituporanga, 2015.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.), **Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia** (p. 17-34). 13. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1996.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUSA, R. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MONTERO, Maritza. Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana. **Psykhé**, Santiago, v. 13, n. 2, p. 17-28, nov. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-22282004000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22282004000200002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016. Disponível em: <[doi:http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051](http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1051)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MOURA JR., J. F.; SARRIERA, J. C. . Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (Org.). **Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências**. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editoria, 2016, p. 263-288.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar**: cartilha para formação política. Brasília, 2010.

PIMENTA, M. M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019.

REBOUÇAS JR, F. G.; XIMENES, V. M. Psicologia Comunitária e Psicologia Histórico-Cultural: Análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, n. 2, 2010.

QUINTELA, S. Ceará tem decreto de isolamento prorrogado até 31 de maio; Fortaleza segue em 'lockdown'. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/negocios/ceara-tem-decreto-de-isolamento-prorrogado-ate-31-de-maio-fortaleza-segue-em-lockdown-1.2247732>. Acesso em: 12 fev. 2021.



SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: DORNELLES, A. E. *et al.* (Orgs.). **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Editora do Brasil, 2012. p. 11-26.

TORO, R. **Biodanza**. 2. ed. São Paulo: Olavobras, 2005.

VIDAL, A. S. **Manual de Psicologia Comunitaria**: un enfoque integrado. Madrid: Ediciones pirámide, 2007.

XIMENES, V. M. *et al.* Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) e suas implicações na formação da graduação e pós-graduação em Psicologia. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 202-209, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21217>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária – uma práxis libertadora latinoamericana. *In*: Guzzo, R.; LACERDA JR. F. **Psicologia e Sociedade**: interfaces no debate da questão social. Campinas: Alínea Editora, 2010, p. 45-64.

WHO. World Health Organization. **Q&A on coronaviruses**, 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses>>. Acesso em: 3 maio 2021.

# Percursos e desafios na luta coletiva das pessoas em situação de rua: entrevista com representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)

*José Vanilson Torres da Silva*

*Antônio Arlindo Ferreira*

*Carlos Eduardo Esmeraldo Filho*

*Andrea Ferreira Lima Esmeraldo*

## 1 INTRODUÇÃO

Esse capítulo se apresenta no formato de entrevista, com a participação de dois representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): Vanilson Torres, integrante do movimento no município de Natal-RN, e Arlindo Ferreira, do MNPR em Fortaleza-CE. São duas pessoas que, após vivenciarem a face mais cruel da situação de rua, desenvolveram potenciais de liderança, encontraram a militância e passaram a atuar na luta coletiva pela garantia de direitos das pessoas em situação de rua. Ambos relatam dificuldades relacionadas à pobreza, aos conflitos familiares e à adaptação à vida nas ruas. Violência, discriminação e invisibilidade também fizeram parte do percurso antes e após a situação de rua. No entanto, frente a essas dificuldades, os entrevistados demonstram criatividade e potenciais de luta, liderança política e representação.

Devido à Pandemia da COVID-19, as entrevistas foram realizadas por meio remoto, com quatro perguntas básicas para cada um dos entrevistados: Como foi sua vivência na situação de rua? Qual a posição da pessoa em situação de rua na sociedade? Como é sua participação no MNPR? Quais são as ações e desafios enfrentados pelo movimento? Essas questões motivaram narrativas sobre a vivência na rua que culminou com o amadurecimento político no Movimento Nacional da População em situação de rua. É importante ressaltar que alguns trechos do relato de Vanilson Torres, especialmente na resposta à primeira pergunta, já foram publicados no livro “Vozes, imagens e resistências nas ruas: A vida pode mais” (NOBRE *et al.*, 2019), e aparece aqui com adaptações e novos relatos e reflexões sobre a situação de rua e o MNPR.

## 2 COMO FOI SUA VIVÊNCIA NA SITUAÇÃO DE RUA?

### 2.1 ENTREVISTADO VANILSON TORRES

Nasci no dia 05 de maio de 1972, em NATAL/RN. Sempre tivemos dificuldades em sobreviver, pois meu pai era alcoólatra e me lembro muito bem das vezes em que ele chegava em casa sob efeito do álcool e por nenhum motivo, se é que existem motivos para isso, queria espancar nossa mãe, que se defendia da maneira que podia, às vezes pegando cadeiras pra se defender, outras vezes da maneira que conseguisse se defender. Contando comigo, somos oito irmãs e irmãos: 6 homens e 2 mulheres.

No mês de outubro de 1985, minha mãe, com 44 anos de idade, sofre um ataque cardíaco e se interna em um hospital em Natal, foram meses de sofrimento muito difíceis para nós. No dia 27 de novembro de 1985, nossa mãe faleceu no hospital. Ficamos desesperados sem saber o que fazer e o que pensar. Eu particularmente pensava em muitas coisas ao mesmo tempo. Com apenas 3 meses da partida de nossa mãe, meu pai conhece uma mulher também viúva, que passa a morar em nossa casa. Daí nossa família se desestruturou ainda mais, pois essa mulher começou a fazer intrigas entre nosso pai e nós.

Passei um ano sofrendo com essa situação, até que um dia de domingo decidi que iria embora daquela casa mesmo sem ter para onde ir, e assim o fiz. Vim em 1987 para as ruas de Natal-RN, mais precisamente morar em uma das portas da Nova Catedral de Natal (Porta Santa) no bairro da cidade, que ainda estava em construção. Eu pensei assim: é melhor eu ir morar nas ruas do que viver nessa vida de sofrimentos e espancamentos, pensei ser melhor vir para as ruas em busca da felicidade, pois vivia num inferno.

Já nas ruas de Natal passei a sobreviver como podia, ainda “novo” nas ruas não sabia como proceder. Mas tive que aprender, pois aquela era minha nova realidade, minha nova casa. Passei por muitas situações difíceis. Apanhei da polícia, mendigava, juntava recicláveis e assim o tempo foi passando.

Aos 14 anos de idade por está em situação de rua fui internado na Centro de Recepção e Triagem-CRP da Fundação do Bem Estar da Criança e Adolescente-FUNDAC/RN através do programa Canteiros, fiquei lá dos 14 aos 18 anos, e, ao sair dessa instituição, fui jogado novamente nas ruas, pois não havia e não há até hoje o Programa Individual de Acompanhamento-PIA, para que os/as adolescentes, ao completarem 18 anos, sejam encaminhadas/os a outros equipamentos

socioassistenciais. Passei mais um ano nas ruas até ser acolhido pela minha família de coração.

Conheci um rapaz por apelido “Doidinho” e, ao contar-lhe um pouco de minha história nas ruas, ele relata que tem uma família moradora da rua da Campina. “Doidinho” me convida para ir até a casa dessa família, e assim eu fiz, chegando lá ele me apresentou para a família, contei um pouco de minha história nas ruas. Essa família me acolheu de uma forma tão amorosa, nem me conheciam, mas me acolheram com todo respeito, carinho e amor. Morei com a família Pereira de Souza durante 6 anos, preciso dizer que há amigos e amigas mais chegados que irmãos/as, e essa família que muito amo mostrou isso na prática.

Voltei pra São Gonçalo do Amarante em 1997 no mês de Janeiro e encontro meu pai em um terreno onde ele plantava legumes, frutas e verduras. Ele estava muito doente. Eu o ajudava vendendo frutas e verduras que ele plantava e colhia no terreno. Passaram-se 1 mês e em fevereiro de 1997, meu pai chega pra mim e me diz assim: “José (meu primeiro nome), você já é de maior e não dá para você ficar aqui não”. Naquele momento senti como se outra vez tivesse sido espancado pelo meu pai e jogado novamente nas ruas.

Mas algo me dizia que eu acharia uma solução. Foi quando no outro dia um conhecido meu me disse que a ex-patroa dele da serraria o chamou para trabalhar novamente e que precisaria de outra pessoa, eu nunca havia trabalhado em serraria mas via nessa serraria a oportunidade de me reerguer. Passaram dois meses e fui morar com o chefe da nossa equipe por nome Ivanilson (“Boy Nil”) e, três meses depois, conheci uma pessoa por nome de Flaviana, que na ocasião morava com um de seus irmãos. Começamos a namorar e fomos morar juntos em uma casa que eu havia alugado.

Em 2001, desse relacionamento nasce meu filho Jonathan Gabriel, mas também nasce algo em mim que seria um grande tormento, eu conheci o vício no crack. Em 2003, nasce minha filha Larissa Gabrielly. Foram momentos difíceis com o uso dessa substância, e a consequência veio rápido, fiquei doente com tuberculose e derrame pleural, água na pleura, tecido que envolve os pulmões. Nesse ínterim, me separo da minha companheira. E fiquei em situação de rua mais uma vez. No dia seguinte, vim paras as ruas da Cidade Alta, mas precisamente na Praça Vermelha. Continuei a viver nas ruas e em 2011 a Prefeitura de Natal inaugurou dois serviços para a População de Rua, que são o Centro Pop e o Albergue Municipal.

No mês de Março de 2012 e Natal passava por uma espécie de “Tsunami Social” com greves, a cidade sem serviços essenciais e teríamos eleições municipais no Brasil e também em Natal, e a equipe técnica do Albergue Municipal nos lançou uma proposta até então inusitada. Eles nos perguntaram se alguém gostaria de fazer parte de uma espécie de eleição para prefeito do Albergue Municipal, no intuito de mostrar para a sociedade que a poprua tem direitos, saberia votar, que somos cidadãos e cidadãs como qualquer outra pessoa. Eu, que durante minha vida inteira sempre fui muito crítico com as questões políticas e sociais de nosso país e também pela minha condição enquanto pessoa em situação de rua, me lancei candidato junto com outros 4 candidatos, levei a sério essa eleição mesmo sabendo que se tratava de uma “brincadeira”. Dos 5 candidatos, 3 desistiram!! Então ficamos eu e Marcos Maciel (Cabelo) como candidatos, cabelo escolheu o número 12, número esse que foi do candidato do PDT, que naquele ano foi eleito prefeito de Natal, e eu escolhi o número 21. Além do número também criei um nome pro partido que foi o PAF: Partido Albergue Feliz, pois o que queríamos tão somente era termos um lugar tranquilo para conviver. Fiz um slogan (Natal tem jeito, Vanilson Prefeito), fizemos também propostas de melhorias para a cidade para serem entregues ao prefeito que fosse eleito, e fiz em 10 minutos dentro do centro pop uma paródia da música de Lairton dos teclados chamada morango do nordeste, que em minha versão ficou (Vote e Acerte):

### **Paródia (Morango do Nordeste).**

Autor: José Vanilson Torres da Silva

#### **VOTE E ACERTE**

ESTAVA INDECISO QUANDO  
ELE APARECEU !!!!  
VANILSON PREFEITO  
O POVO O ESCOLHEU

#### **II**

O POVO DE NATAL JÁ SOFREU DEMAIS, ESSA É A HORA DE CORRER  
ATRÁS, ESSA É A HORA DE CORRER ATRÁS, ESSA É A HORA DE CORRER  
ATRÁS

III  
VOCÊ SÓ SOFREU PORQUÊ  
VOCÊ VOTOU  
NA PESSOA ERRADA  
NO MAL GESTOR

IV  
MUITA GENTE FALA  
EU NÃO VOTO MAIS  
VOTE CONSCIENTE VOCÊ É CAPAZ  
VOTE CONSCIENTE VOCÊ É CAPAZ

V  
EU DIGO O QUE O VOTO  
SIGNIFICA PRA MIM  
ELE PODE MUDAR  
O BRASIL E O NORDESTE

VI  
EXERÇA SEU VOTO  
VOTE EM QUEM MERECE  
APESAR DE EXISTIR 7 BILHÕES DE PESSOAS NA TERRA  
SEM O SEU VOTO O BRASIL EMPERRA

VII  
AÍ VOU VOTAR  
AÍ AÍ AÍ  
VOU VOTAR 21 PRA PRA MUDAR  
AÍ VOU VOTAR AI AÍ AÍ VOU VOTAR  
21 PRA MUDAR.

Então chegou o dia da eleição dentro do albergue municipal, foram computados 50 votos, uma abstenção, 49 votos válidos eu tive 33 votos e Cabelo obteve 16 votos. Para nós era como se fosse uma brincadeira, mas eu não sabia que aquela eleição era o início da nossa militância por direitos sociais.

Passaram uns dias e o Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH/ UFRN recebeu um usuário do Albergue Municipal em sua sede em capim macio e ele alegava que pela madrugada alguns profissionais do albergue entravam no dormitório e com uma seringa retiravam seu sangue sem sua permissão, a então

estagiária de Psicologia, Fernanda Cavalcanti e a assistente social Hellen Tatthiane de Almeida resolveram averiguar essa situação e chegando no albergue municipal não observaram tal conduta da seringa, porém receberam diversas reclamações de violações para com a poprua, e após alguns dias dessa visita buscavam uma forma de se aproximarem dessa população em situação de rua que estava sendo violada, foi então que viram um vídeo de Maria Lúcia Santos Pereira que foi pessoa em situação de rua, que se tornou uma das lideranças do MNPR - Movimento Nacional População de Rua, e a convidaram para vir a Natal para a semana de direitos humanos da UFRN. E Fernanda e Hellen também pensaram num evento na praça Augusto Severo no bairro da Ribeira denominado: Vivências de rua, população de rua, somos (in)visíveis pra vocês? Eu confesso que até aquela manhã eu ainda não havia ouvido falar do MNPR e nem sabia que a poprua tinha direitos.

Na tarde do dia 23 de Outubro de 2012, eu chego no albergue municipal onde estava a cópia da paródia “vote e acerte”, fui pedir pra eu pegar a cópia no intuito de cantar no vivências de rua, e ler as propostas feitas na ocasião da eleição para prefeito do albergue municipal. Chegando na praça vi que havia várias tendas montadas com diversos serviços e instituições presentes, e que também havia cerca de 70 pessoas em situação de rua. Começou o evento e quando abriu-se para a poprua falar eu pedi para cantar a paródia e foi então que quiseram saber como foi feita a paródia e, explicando como se deu, comecei a cantar.

Mas eu não sabia que a Maria Lúcia estava no RN em busca de identificar uma liderança para instituir o MNPR aqui, e quando terminei de cantar a paródia “vote e acerte”, a Lúcia pediu para a poprua ali presente escolher um representante do RN para participar de uma formação de lideranças do MNPR em Brasília, que era realizada pelo Departamento Estratégico e Participativo-DAGEP do Ministério da Saúde. Então a poprua presente começou a gritar: (prefeito, prefeito!), já que após a eleição no albergue municipal era assim que me chamavam. No Rio Grande do Norte, a Luta por Direitos da População em Situação de Rua é muito difícil, mas se fosse fácil não seria LUTA.

Em 2014, conheci uma guerreira potiguara maravilhosa, o nome dela é Fátima Matias, a conheci em Pium, que é um município do RN, na ocasião eu estava como voluntário trabalhando como cozinheiro na casa de apoio ‘Renascença’, uma Casa Espírita que acolhia pessoas em situação de rua e que tinham envolvimento com álcool e drogas, e Fátima Matias foi nos visitar. Começamos a conversar e daí dessas conversas começamos a nos relacionar, depois de 2 meses

fomos morar juntos na casa da mãe dela no bairro de Areia Preta. Hoje moramos de aluguel aqui na rua do Motor na Praia do Meio. Fátima é uma mulher muito especial.

## **2.2 ENTREVISTADO ARLINDO FERREIRA**

A minha vivência foi meio complicada, eu vim de um casamento desfeito, com conflitos familiares e acabei indo parar na rua em outro estado. Minha mulher me trouxe de Brasília para o Nordeste e eu acabei ficando aqui na terra desconhecida sem ninguém e sem conhecer a realidade da rua. Então foi muito duro, muito cruel, me vi perdido, tive que me adaptar, tive que sobreviver. E através disso vi que era muita gente, todo mundo pedindo na rua, aí tive que arrumar um jeito de desenvolver algum trabalho e comecei a fazer artesanato para tentar amenizar a situação, mas foi difícil, antes de começar a desenvolver algum trabalho, foi muito difícil. A gente viver da misericórdia ali é uma coisa muito complicada.

## **3 COMO A SOCIEDADE VÊ A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA?**

### **3.1 ENTREVISTADO VANILSON TORRES**

Historicamente com muito preconceito e discriminação, ainda nos vêem enquanto pessoas perigosas, drogaditas, e que se estamos nas ruas é porquê fizemos algo, não levando em consideração os processos históricos e excludentes da nação, ainda não perceberam que não houve “descobrimto” e sim INVASÃO da Terra Brasilis, como se descobre uma lugar que já tem habitantes? Que são nossos povos originários, nossos irmãos e irmãs indígenas. Não percebem que com o os processos de escravização tivemos violações históricas contra povos que em seus países eram reis, rainhas, príncipes, princesas, eram povos livres, que foram trazidas em navios negreiros e chegando ao Brasil foram humilhadas, violentadas, mortas pelas elites dominantes que nos escravizaram e escravizam, sim, pois não houve “libertação”. Eu pergunto: como se é livre de fato e de verdade quando se é jogadas e jogados após 13 de maio de 1888 nas ruas do império? Sem direito a alimentação, moradia, terras pra cultivar? Como se sentir livre quando senhores de engenho, classes dominantes, praticavam violências sexuais contra as mulheres



negras e indígenas, e, elas engravidando, seus filhos e filhas não eram assumidos e assumidas e perambulavam pelas ruas do império, em situação de rua junto com suas mães? Essas situações nos dizem muito do porquê que 67% da população em situação de rua é NEGRA, segundo o único Censo Nacional da População em Situação de Rua, realizado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

É importante relatar que, com as crises econômica, política e sanitária, qualquer pessoa que não tem sua casa própria, que dependem de um salário, ou até quem é dono de seus pequenos negócios, podem vir a ser uma pessoa em situação de rua. Nas ruas a população em situação de rua passa por várias situações desafiadoras, agora com a pandemia da Covid19, a ausência de garantia de uso de máscaras, álcool em gel, água potável, segurança alimentar e nutricional e da moradia nos deixa mais suscetíveis aos perigos da Covid19 e suas consequências. A Organização Mundial de Saúde (OMS) orienta o distanciamento social, mas como ficar distante socialmente se antes da pandemia já vivíamos «Socialmente Isolados?» Isolados de políticas públicas, da garantia de ir e vir, de dormimos e permanecermos vivos e vivas.

O Estado brasileiro é o maior violador, pois promove retrocessos travestidos de políticas públicas para o aumento do contingente populacional nas ruas do Brasil, ou políticas aprisionadoras de corpos e mentes, como por exemplo: a população em situação de rua, por meio da portaria emergencial nº 69, de 14 de maio de 2020, que determina que, em nome da “proteção” contra a Covid19, a internação em comunidades terapêuticas, sem respeitar nossas singularidades; ou quando em pequenos delitos que poderiam ser pagos com penas alternativas e comunitárias, somos levados para as audiências de custódia e, por não termos garantia do nosso direito constitucional à moradia, pela ausência de endereço fixo, somos levado e levadas para os presídios. A ausência do Estado que deveria garantir os mínimos sociais, mas na verdade quem garante são as ONGs do terceiro setor, levando alimentação, água, máscaras e outros insumos para a população em situação de rua.

Algumas universidades por sua vez muitas delas nos vêem enquanto objeto de pesquisa, como se fôssemos “Ratos de laboratório” e através de projetos de pesquisas e extensão onde chegam até nós nas marquises, calçadas, ou serviços socioassistenciais para a População em Situação de Rua ou de Saúde, nos digam nossas histórias, nossos sentimentos e sonhos, e ao terminarem, muitas dessas

pessoas pesquisadoras não aparecem nunca mais, como se fôssemos descartáveis urbanos. Ora, foi criado um vínculo de confiança entre nós população em situação de rua e esses seres que nos pesquisam? Qual seria o natural? que elas voltassem até nós para que pudéssemos conhecer o produto final do trabalho, mas infelizmente em muitas ocasiões esse retorno nunca acontece.

Nós, do Movimento Nacional População de Rua-MNPR, percebendo essa prática, questionamos essas atitudes e passamos a nos inserir nas discussões nas universidades. Isso se dá muitas vezes pelo compromisso de professoras e professores que tem vínculo com as questões sociais da população em situação de rua. Assim sendo passamos a fazer rodas de conversa em várias disciplinas, pois acreditamos que formandos e formandas, ao ouvirem de quem vive ou viveu essa realidade, além de repassar pra outras pessoas, ao irem para os serviços ou instituições lá na ponta com certeza serão profissionais mais conscientes das realidades que envolvem as especificidades da população em situação de rua. O MNPR também proporciona aos estagiários e estagiárias das disciplinas participarem das reuniões, seminários, formações e ações do movimento, pois elas e eles viverão na prática o que aprenderam na teoria nos bancos universitários. Imaginem só se as universidades tivessem disciplinas sobre a população em situação de rua e ou outras populações vulnerabilizadas? Com certeza teríamos um atendimento mais humanizado lá na ponta. Precisamos humanizar a humanidade.

### **3.2 ENTREVISTADO ARLINDO FERREIRA**

A posição da população de rua é uma posição de desprezo. As pessoas que estão na rua ou foram desprezadas pela sociedade, ou foram desprezadas pela família ou foram desprezadas por si mesmo e acabam vindo para a rua. Então é uma posição que não existe, é um lugar que ninguém está, é uma posição de ser visível e invisível. É visível quando é marginalizada, é visível quando você ver a sujeira que população faz, porque se passa a noite comendo, é claro que vai ter sujeira no outro dia. É visível pela aglomeração, pela poluição visual que causa nas praças. É uma posição de rejeitados. Na realidade, somos rejeitados. Antigamente, éramos chamados de andarilhos, depois fomos chamados de mendigos. Hoje em dia somos “pessoas em situação de rua”, mas a realidade ainda é a mesma. Somos pessoas reflexos da sociedade, reflexos da sociedade mal resolvida, de uma educação mal educada, de um sistema que não funciona, aí as pessoas acabam na rua.

## **4 COMO É SUA PARTICIPAÇÃO NO MNPR?**

### **4.1 ENTREVISTADO VANILSON TORRES**

Estou enquanto coordenação nacional do MNPR, coordenação do MNPR no RN e Nordeste, porém as demandas são tão grandes que recebemos inúmeras mensagens ou pedidos de “Socorro” vindos inclusive da América Latina, são pedidos solicitando informações sobre como proceder para implementar o MNPR em municípios ou Estados, são pedidos de apoios de profissionais das várias áreas que atuam para e com a População em Situação de Rua, convites para dialogar e contribuir com doutorados e mestrados que trazem em seu escopo a População em Situação de Rua, agora na modalidade virtual vários convites para participação em eventos que tem relação com a População em Situação de Rua. E nós sempre damos um jeito de poder participar pela importância que é buscarmos reverter a situação de invisibilidade dessa população. Ser coordenação do Movimento Nacional População de Rua-MNPR é ter a certeza de não tirar férias, de não ter finais de semana e nem feriados, mas mesmo assim é muito bom está nessa luta para e com a População em Situação de Rua, pois se nós que vivemos ou vivenciamos essa vida nas ruas não lutarmos, quem irá fazer essa Luta? “Nada Sobre Nós, sem Nós”, “Nada Sobre Mim, sem Mim”.

### **4.2 ENTREVISTADO ARLINDO FERREIRA**

Hoje em dia eu tento participar de movimentos sociais, de espaços públicos onde a gente pode dizer qual é a situação verdadeira que a gente vive, o que é que nós necessitamos e tentar buscar algum direito que são poucos. Cada dia a gente tem mais irmãos, e os direitos que praticamente já não existem.

## **5 QUAIS SÃO AS AÇÕES E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO MOVIMENTO?**

### **5.1 ENTREVISTADO VANILSON TORRES**

As ações são muitas, pois antes da pandemia da Covid19 já vivíamos em uma epidemia social de ausência de direitos. Com a Pandemia, essa realidade ficou escancarada, mas não resolvida, pelo contrário, só aumentou. O MNPR vem desenvolvendo várias ações na garantia de Políticas Públicas para e com a

População em Situação de Rua, seja no que se refere à serviços socioassistenciais, de saúde, mas sabemos que o que irá realmente garantir a saída da situação de rua será a derrubada da Emenda constitucional 95, termos uma Política Nacional de Habitação Popular e de interesse social, Programas de Trabalho e Renda através do Empreendedorismo e da Economia Solidária. Durante a pandemia, o MNPR atuou em várias frentes, seja já na busca das Políticas Públicas, pelo auxílio emergencial para quem não estava no Cadastro Único, seja pelo abrigo dessa população, como também na busca pela garantia de proteção contra a Covid19 pra quem não teve abrigos, por meio de campanhas solidárias, parcerias com outros movimentos sociais, como por exemplo: em Curitiba temos a Cozinha solidária em parceria com o Movimento de Trabalhadores/as sem Terra (MST); em Recife, também em parceria com o MST, temos a “Marmita Solidária”; em Belo Horizonte, em parceria com a Pastoral do Povo da Rua, temos o Canto da Rua; em São Paulo capital temos a Cozinha Comunitária que proporciona cursos profissionalizantes para e com a População em Situação de Rua; em Porto Alegre temos o Projeto Amada Massa, que é gerenciado pelo MNPR e quem trabalha lá tem ou teve vivência na rua. Já no Rio Grande do Norte, estamos numa Luta grande pois no cenário da Pandemia da Covid-19, a principal orientação para evitar a disseminação do vírus é o isolamento social, no entanto, para a população em situação de rua, tal direcionamento é completamente distante da realidade. Dessa forma, o acesso a políticas públicas se torna decisivo para a vida ou para a morte dos sujeitos.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN), compreendendo o agravamento da situação de vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas em situação de rua no contexto pandêmico, articulou a campanha “A Solidariedade não pode entrar em Quarentena”. Desse modo, eram arrecadados alimentos, roupas, kits de higiene pessoal, água mineral, máscaras, álcool em gel e 70%, vitamina C, informativos sobre a Covid 19, sandálias, cortes de cabelo, mantas, lençóis, calçados, kits e lanches, distribuídos para as pessoas em situação de rua de Natal e região metropolitana.

Em se tratando do município de Natal/RN, o início do ano de 2020 foi marcado pelo fechamento do espaço físico do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP). Nesse sentido, a equipe profissional do Centro POP passou a atuar no mesmo ambiente do Albergue Municipal.

Logo depois, com o novo coronavírus, os serviços públicos supracitados foram fechados e o espaço se tornou um abrigo para mulheres e idosos em situação de rua. Em concomitância, mediante a crítica nacional da contradição entre o isolamento social e a situação de rua e a luta política do MNPR/RN, foram estruturados outros dois abrigos temporários no espaço físico das Escolas Municipais Celestino Pimentel e Santos Reis para receber a população em situação de rua durante a pandemia.

À vista disso, a partir do amadurecimento político do debate e da luta organizada do MNPR/RN, pressionou-se a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), a qual, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Bom Samaritano e com a Sociedade Espírita da Cultura e Assistência (SECA), abriu-se um abrigo para triagem. De tal forma, o funcionamento se deu de modo que as pessoas em situação de rua passariam 15 dias no abrigo para triagem e, em seguida, seriam encaminhadas para os abrigos das escolas municipais.

O MNPR/RN, também através de doações, fez um projeto piloto de trabalho e renda para a população em situação de rua que estavam nos dois abrigos temporários que funcionavam nas escolas, onde compramos materiais elétricos, hidráulicos, de pintura, carros de mão, bicicletas cargueiras e normais, flanelas, materiais para limpeza de terrenos, máquina de solda portátil, perfumes, roupas no atacado, doces e guloseimas buscando proporcionar a emancipação desta população.

Isto posto, cabe tecer considerações sobre a estrutura dos abrigos e a permanência das pessoas em situação de rua. É sabido que as vivências nas ruas possibilita algumas liberdades aos sujeitos, bem como o desenvolvimento de dinâmicas particulares para a sobrevivência, desse modo, passar a viver de maneira abrupta em locais com rotinas extremamente burocratizadas pode ser insustentável para a pessoa em situação de rua, a ponto de ocasionar a impermanência nos abrigos temporários.

Nessa perspectiva, diante da transitoriedade e da incapacidade de abarcar todas e todos nos abrigos temporários, as pessoas em situação de rua ocuparam o Viaduto do Baldo. Como desdobramento, a Prefeitura do Natal/RN ajuizou uma Ação de Reintegração de Posse contra as famílias que passaram a viver embaixo do viaduto.

A partir do diálogo do MNPR/RN com a Prefeitura e com o Ministério Público do RN, o despejo foi suspenso por período indeterminado. Tendo em

vista que a Prefeitura do Natal/RN pretendia orquestrar um despejo e não apresentar alternativas de habitação para as famílias em situação de rua, o MNPR/RN atuou na articulação de Aluguéis Sociais de 5 meses, através de uma portaria federal emergencial de prevenção e combate à Covid19 juntamente ao Governo do Estado, para garantir direitos fundamentais a esses sujeitos.

De maneira simultânea, o MNPR/RN levantou o debate acerca da importância e da necessidade do abrigamento das pessoas em situação de rua por 24 horas na forma de serviço público permanente. Assim, por meio da luta organizada do MNPR/RN, no dia 27 de Julho de 2020 o MNPR/RN, a população em situação de rua e suas apoiadoras(es) fizeram uma mobilização na prefeitura de Natal e atualmente, o município de Natal/RN dispõe de um Abrigo 24 horas, com capacidade para abrigar 50 pessoas, e somente um Centro POP em funcionamento; os abrigos nas escolas municipais foram fechados com a abertura do Abrigo 24 horas. Vale lembrar que temos atualmente uma fila de espera de mais de 70 pessoas por uma vaga para acessar o abrigo 24h. Vale salientar que numa capital de quase um milhão de habitantes, só dispomos de dois serviços socioassistenciais para a população em situação de rua.

Em continuidade, os Aluguéis Sociais em novembro de 2020 começaram a ser implementados com muitas dificuldades, pois somente famílias poderiam ser incluídas nos aluguéis sociais de 5 meses, os indivíduos que estavam embaixo do viaduto não foram contemplados, somente 11 famílias em situação de rua entraram nos aluguéis sociais, porém 14 pessoas que moravam sozinhas não foram inseridas nos aluguéis sociais devido aos critérios estabelecidos pelo Governo do Estado, de só serem contempladas famílias em situação de rua. Apesar disso, a Prefeitura do Natal/RN no dia 11 de fevereiro de 2021, afirmando que todas as pessoas que estavam no viaduto do baldo haviam sido inseridas nos aluguéis sociais, conduziu um despejo violento contra pessoas que viviam ainda embaixo do viaduto e não foram incluídas no Aluguel Social, como também não deu alternativas de habitação para essas cidadãs e cidadãos em plena Pandemia.

Nesse momento, o MNPR/RN atuou de maneira intensa, realizando reuniões itinerantes com a SEMTAS, Centro POP e Abrigo 24 horas, no período de um único dia, a fim de dar respostas às pessoas que foram brutalmente despejadas do Viaduto do Baldo. Por fim, conseguiu-se articular 4 vagas no Abrigo 24 horas até que houvessem soluções, o município por sua vez para outras 10 pessoas ofereceu vagas temporárias em uma comunidade terapêutica por nome “Missão Braços Abertos”, porém somente uma pessoa foi pra esse local.

A luta continua. Foi observado que um Abrigo 24 horas com 50 vagas não é suficiente para atender minimamente o quantitativo de pessoas em situação de rua na Capital do estado. Além disso, a infraestrutura precária acarretou problemas como a infecção coletiva da Covid-19 por servidores e usuários, em 26 de fevereiro de 2021 dentre 49 usuários e usuárias do Abrigo 24h, 33 foram diagnosticados(as) com a Covid19 sendo aberto na modalidade emergencial um abrigo temporário no centro de convivência de Cidade Nova para os infectados.

Ainda, com o agravamento da disseminação do novo coronavírus, via Decreto Estadual nº 30.383/2021, foi estabelecido o toque de recolher. Foi autorizada a abordagem policial e a aplicação de multa contra aqueles que estivessem nas ruas em momento posterior ao permitido que no decreto acima citado, que era das 22:00 às 05:00 da manhã. É preciso considerar o histórico da atuação da segurança pública com as pessoas em situação de rua, assim como a atividade de grupos solidários em favor dessa população. Desta feita, o MNPR/RN, juntamente a secretarias estaduais, editou a Portaria Conjunta nº 001 - SESAP/SESED/SEM-JIDH, de 2 de março de 2021, a qual escusa pessoas em situação de rua do toque de recolher, como também voluntários em ações filantrópicas no período noturno e nos finais de semana.

Ato contínuo, uma articulação de muitas mãos, de órgãos, serviços e entidades da assistência social, grupos solidários, saúde e judiciário, bem como do MNPR/RN, resultou na conquista da inclusão da população em situação de rua na vacinação no segundo grupo prioritário para à vacinação contra a Covid-19. Também, foi pautada e conquistada a vacinação dos profissionais dos serviços socioassistenciais que trabalham com a população em situação de rua.

A vacinação da população em situação de rua no estado iniciou no dia 29 de março de 2021 no espaço dos serviços públicos, contemplando os usuários dos Centros POP, albergues, abrigos temporários albergue e do Abrigo 24 horas; depois, no dia 7 de abril de 2021 foi realizada a vacinação de pessoa em situação de rua de várias zonas da cidade, de modo que eram levadas em Micro ônibus da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal-SEMTAS, acompanhadas pelo MNPR/RN e voluntárias(os) até a Toca do Assis, grande apoiadora franciscana da luta da população em situação de rua na cidade do Natal.

Todavia, a pasta da Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) ajuizaram uma Ação Civil Pública para impedir que o governo

modificasse a ordem dos grupos prioritários previstos no Plano Nacional de Imunização-PNI, sem a autorização do Ministério da Saúde, bem como para impedir que o Município do Natal aplicasse as doses do imunizante. Por sua vez, o pedido foi deferido em sede de liminar e a vacinação da população em situação de rua no estado do Rio Grande do Norte foi suspensa. É importante ressaltar que as doses da reserva técnica da vacina da Oxford destinadas à população em situação de rua no RN não interfeririam e nem prejudicaria os outros grupos prioritários. Foram disponibilizadas cerca de 1.583 doses, número esse retirados das pessoas em situação de rua inseridas no Cadastro Único-CADÚNICO/RN. Ainda foram vacinadas cerca de 500 pessoas em situação de rua em todo o RN. Em Natal se imunizaram cerca de 300 pessoas e nos outros municípios do RN outras 200 pessoas. Após Judicialização no dia 10 de abril de 2021, o Ministério Público das promotorias da cidadania e Saúde juntamente com o núcleo de Tutela Coletiva que dá Defensoria Pública do RN, convidaram extraoficialmente o MNPR/RN para dialogarem sobre a paralisação da vacinação da população em situação de rua no RN. Durante a reunião buscaram Justificar a ação judicial, o MNPR fez as ponderações trazendo os determinantes sociais e de saúde da população em situação de rua, a ausência de proteção contra a Covid19 no RN desta população, a ausência de condições de cumprir as orientações de distanciamento social e o *fique em casa* da Organização Mundial da Saúde-OMS, por justamente essa população estar em situação de rua, como também não ter acesso a água potável, segurança alimentar e nutricional, uso de máscaras e álcool em gel, ausência de pias e banheiros para sua higiene pessoal, dentre outras, mas o Poder Judiciário não levou em consideração todos esses aspectos e particularidades dessa população e manteve a ação judicial, solicitando inclusive o recolhimento das doses da vacina destinadas à PopRua no RN.

À vista disso, o MNPR/RN, Defensoria Pública da União, Polos de Cidadania da UFMG, Pastoral do Povo da Rua, Fiocruz e CiampRua Nacional iniciaram um diálogo proveitoso com o Ministério da Saúde, a fim de garantir o aumento do quantitativo de doses destinadas para a população em situação de rua no Brasil, sendo que até o 4º Plano Nacional de Imunização-PNI, esse número era de 66.963 doses, e após os primeiros diálogos o número subiu para 140.595 doses. E sendo assim, quando chegar o momento da vacinação desse grupo populacional que está em 16º lugar no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19, teremos um quantitativo mais aproximado do



número real de pessoas em Situação de Rua no Brasil, as reuniões também estão sendo importantes para dar visibilidade a outras pautas importantes para a luta da população em situação de rua.

No que diz respeito aos Aluguéis Sociais, cabe elencar que foram disponibilizados 80 aluguéis para pessoas em situação de rua e mulheres em situação de violência. A Cáritas Diocesana de Caicó ficou, enquanto entidade, responsável por gerenciar os aluguéis, e a SEMTAS de fazer os relatórios das famílias e enviar para a CÁRITAS. A SEMTAS também ficou responsável pelos acompanhamentos psicossociais das famílias, e também de proporcionar gêneros alimentícios, e possibilitar políticas públicas estruturantes para que essas famílias tivessem apoio e conseqüentemente não voltassem para as ruas.

Os trâmites burocráticos, como a autenticação em cartório dos documentos e contratos de aluguel, se mostraram distantes da realidade da população em situação de rua, o que fez com que o MNPR/RN tivesse atuação fundamental orientando e indo com as famílias em busca de fazerem seus relatórios no Centro Pop Natal.

Nesse sentido, em maio de 2021 apenas 53 aluguéis tinham sido efetivados e somente no município de Natal. Diante do fato de que a vigência do programa dos Aluguéis Sociais é até agosto de 2021, a partir de maio não foi mais possível contemplar novas famílias, afinal, não haveria condições objetivas de garantir 5 (cinco) meses de aluguel para possíveis novas famílias. Assim, o MNPR/RN se reuniu junto à comissão dos aluguéis Sociais do governo do estado do RN, Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social-SETHAS e CÁRITAS se reuniram e dialogavam, nos diálogos o MNPR/RN propôs que com o recurso que seria destinado aos 27 aluguéis que não foram efetivados fosse utilizado para garantir a continuidade da moradia das 53 famílias contempladas até agosto de 2021. A SETHAS dialogou internamente e deliberou por acatar a proposta do MNPR/RN.

Para além disso, a Arquidiocese de Natal articulou uma reunião com a Prefeitura do Natal para o dia 18 de maio, onde estiveram presentes o MNPR/RN e demais entidades de defesa da população em situação de rua. Na oportunidade, a SEMTAS aceitou o pleito do MNPR/RN e se comprometeu a dar celeridade ao Projeto de Lei dos Benefícios Eventuais, o qual possibilitará uma política pública de aluguéis sociais também para pessoas em situação de rua na cidade do Natal. Ainda, o MNPR/RN entregou ao Prefeito do Natal um documento solicitando:

Ampliação dos Serviços socioassistenciais para a População em Situação de Rua em Natal, possibilitando assim a proteção contra a Covid-19; que o Município disponibilizasse para a população em situação de rua: pias, banheiros, materiais de higiene pessoal, água potável, máscaras, álcool em gel para mitigar possíveis danos causados pela pandemia da Covid-19; ampliação das equipes de Consultório na Rua, tendo em vista que só temos 3 equipes, e só cobrem duas zonas administrativas de Natal/RN; criação de um projeto piloto de trabalho e renda através de vagas nas empresas terceirizadas e ou privadas que prestam serviços à Prefeitura de Natal, levando em consideração que as pessoas que estão no Centro Pop e do Abrigo 24h são acompanhadas pelos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua e em sua grande maioria possuem uma profissão; e efetivar a política municipal para a população em situação de rua.

Por fim, o MNPR/RN tem atuado ativamente recebendo cestas básicas e distribuindo para pessoas em situação de rua e famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como confeccionando kits de higiene pessoal, considerando o momento de disseminação do vírus da Covid-19 e as restrições de higienização pessoal as quais são vivenciadas pela população em situação de rua.

Sabemos que o cenário mundial e brasileiro em meio a pandemia da Covid19 é desafiador e nunca antes visto, por isso é importante reforçar que não importa quem você seja, mas se você quiser mudar esse cenário precisamos que essa mudança comece por você, e lembramos que 2022 teremos eleições gerais e depende de você a continuidade do Brasil continuar sendo opressor ou ser um País para todas, todos e todes, pois brasileiras e brasileiros somos, desde os que moram em mansões, como também os que moram e dormem em papelões, marquises, praças e logradouros públicos. Cabe a você, com sua consciência, não permitir que mais pessoas vivenciem a difícil missão de sobreviver e viver nas ruas deste PAÍS tão rico e tão excludente e opressor desde sua invasão em 1.500.

## **5.2 ENTREVISTADO ARLINDO FERREIRA**

Um dos principais é o motivo nosso, uma das principais lutas nossas é um reconhecimento, a luta pela moradia, a luta pelo trabalho. A gente vê que muitas pessoas se aproximam do Movimento, para levar a gente pra tirar foto como um inocente útil. E a gente não quer mais papel, a gente que ser protagonista da nossa própria história. Nossa maior dificuldade é essa, é o protagonismo verdadeiro, não é só a gente aparecer na foto. A gente quer fazer a nossa foto. Essa é nossa luta:

é achar nosso espaço e fazer nosso reconhecimento. Às vezes até na rua é difícil a gente ser reconhecido, porque muita gente não quer, prefere continuar na rua. E a gente busca uma melhora e muitas vezes as pessoas não entendem, é difícil. E a gente também, toda quinta feira, procura fazer uma formação política. Esclarecer às pessoas sobre os direitos que elas têm, dizer que não é porque a gente está na rua mas a gente também tem direito, a gente é cidadão. Buscar que a gente seja englobados em direitos que já existem, a gente não quer que tirem direitos específicos população de rua, mas sim que nos englobem nos direitos que já existem. Essa é a maior dificuldade: a gente ter o reconhecimento dos direitos nossos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Arlindo Ferreira e Vanilson Torres, repletas de reflexões críticas e significações sobre a vida e resistência na rua, revelam alguns aspectos importantes para o amadurecimento na direção da militância política. Nesse sentido, destacamos que, diante das múltiplas privações, violações de direitos, enfraquecimento de laços familiares, as pessoas em situação de rua se mostram resilientes, criativas e combativas para enfrentar as adversidades e buscar transformações que vão além da dimensão individual. A mensagem trazida aponta claramente, portanto, para a ideia de que as pessoas em situação de rua não aceitam passivamente a violação de direitos humanos imposta contra elas, buscando se unir para cobrar do poder público políticas públicas a fim de garantir seus direitos.

Dessa forma, os relatos apontam para um caminho que, aos poucos, foi levando os entrevistados para a inserção e protagonismo no Movimento Nacional da População de Rua. Essas trajetórias tem em comum a construção de novos vínculos sociais após a ida para as ruas, inserção numa rede de apoio social que inclui outras pessoas em situação de rua e entidades governamentais e não governamentais. As parcerias com atores vinculados à política pública, órgãos de defesa dos direitos humanos e integrantes do MNPR de outros estados foram cruciais para o protagonismo dos entrevistados.

Existem, na literatura científica, algumas publicações que buscam dar visibilidade e compreender a atuação do MNPR em diferentes estados do Brasil. No âmbito do Ceará e do Rio Grande do Norte, estados onde atuam os dois representantes do Movimento, destacamos duas publicações: a dissertação de mestrado “o pessoal do Ceará: a mobilização das pessoas e do movimento nacional

da população em situação de rua em fortaleza”, publicada em 2021, por Messias Douglas Coelho Pessoa, que faz uma análise etnográfica das atuações de representantes do MNPR em Fortaleza-CE, demonstrando o amadurecimento dessas pessoas, seus embates e lutas por políticas públicas e a busca por encontrar espaços de vida e superação da situação de rua; e o livro “Vozes, imagens e resistências nas ruas. A vida pode mais”, publicado pela EDUFRRN, Natal, em 2019, que se divide em duas partes: a primeira traz escritos acadêmicos com relatos de pesquisa e de intervenções diversas, e a segunda parte da publicação foi dedicada a capítulos escritos por pessoas em situação de rua. Desatacamos ainda o artigo “Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil”, de autoria de Tiago Lemões, publicado na Revista de Ciências Sociais Civitas, em 2019, que traz uma necessária reflexão sobre as características e valores necessários para a militância política das pessoas em situação de rua. Por fim, este capítulo aponta ainda para a necessidade do uso de métodos participativos de pesquisas e intervenções, que coloquem as pessoas em situação de rua e os representantes do MNPR como protagonistas desses trabalhos, evitando o distanciamento entre pesquisador e pesquisado.

## 7 REFERÊNCIAS

LEMÕES, T. Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 123-141, 2019.

NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas: A vida pode mais**. Natal: EDUFRRN, 2019.

PESSOA, M. D. C. **A mobilização das pessoas e do movimento nacional da população em situação de rua em Fortaleza**. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.



# ArRUAça: histórias de arte, luta e construção em rede com e para as Pessoas em Situação de Rua

*André Luiz Barbosa Souza*

*Emilie Collin Silva Kluwen*

*Mariana Elâni Santos de Oliveira*

*Nicole Sousa Pompeu Saboya*

*Wagner Gonçalves da Silva*

## INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA HISTÓRIA

### ESTOUROU BRASIL

“Estourooooo! Calma Calma Calma Calma. Não precisa correr, estourou, mas não estourou pão, não estourou água, não estourou roupa, não estourou sopa, não estourou comida. Estourou o nosso silêncio, exigindo estouro dos nossos direitos. Pois para os desabrigados a realidade é crua. E nas leis dessa vida é certo que se inclui, algo para nós da população em situação de rua.

Pois como diz o velho ditado né: quem espera sempre alcança. Ideia ridícula que abrange desde o mais velho até a criança, fazendo-os guardar em sua mente um futuro de esperanças. Mas graças a uma bela ação de uma bendita entidade chamada caridade que na sua “verdade” e com a colaboração de almas de “bondade”, nos ajudam a superar a realidade.

Porque gente nasceu pra ser cuidada. Pra ter casa, pra ter educação, pra ter alimentação, pra ter família, e principalmente pra ser amada. Gente é pra ter escolas, e não pra tá pedindo esmolas, dormindo nas ruas deitada em papelões, se acabando nas drogas. E você que é ser humano. Você que se diz intelectual, faça uma reflexão. A gente não nasceu pra viver nas ruas.

A gente não é lixo não. Gente de toda cor, de toda raça, de toda idade, vinda de todo lugar que chega lá na Praça do Ferreira e em todo local em busca dos seus direitos e da tal inclusão social. Direitos? Inclusão? Pois deitado no banco da praça eu acordo com o grito do meu irmão: estourou! Corre pra fila irmãozinho, corre pra fila pivete.

Olha a fila hein, olha a fila hein. Calma Calma Calma Calma. Não precisa empurrar que tem comida pra todo mundo. A gente corre pra nascer, gente vive a correr, só não vale mesmo é correr pra morrer meu irmão.

Sabemos que essa vida tem os seus ideais, um tantinho diferentes dos conceitos sociais, porém tem a sua graça e é isso que nos satisfaz.

Eu? Satisfeito? Tu aí tá satisfeito? Eu fico satisfeito quando recebo meus direitos. Eu fico satisfeito quando eu não sou preconceito. Mas acima de tudo, eu fico satisfeito quando

alguém da sociedade desce do seu pedestal, olha no meu olho e me diz: somos iguais. Tá com medo? Tu aí tá com medo? A gente só tem medo daquilo que não conhece, a gente só tem medo daquilo que não entende.

Eu sou gente, nós somos gente. E gente é pra ter teto e não ser tratado como objeto. Gente é pra ter os seus direitos e receber sim dessa sociedade hipócrita o digno respeito. Ei meu amigo, ei meu irmão chegou nossa hora. Vamos mudar a história, vamos escrever uma nova história. Ó Brasil, pátria amada nossa, enquanto ainda dá tempo, cuida dos teus filhos agora.” (GONÇALVES, 2020)

Em um país tão desigual como o Brasil, a População em Situação de Rua (PSR) tem representado a população mais expressiva de indivíduos socialmente vulneráveis presentes nas cidades brasileiras sendo reconhecida como um fenômeno social e urbano. Wagner Gonçalves (2020), em seu texto, declama o seu relato de experiência e o uso da arte como uma forma de dar voz aos processos excludentes vivenciados pela PSR. O texto, portanto, faz denúncia a uma realidade ainda vivenciada por muitos e que massacra identidades.

Assim, objetivamos através desse texto discorrer a trajetória do Arruaça com e para as pessoas em situação de rua; reconhecer a força da arte e da cultura na luta por protagonismo, autonomia e emancipação das pessoas em situação de rua; e por fim, narrar as potencialidades e desafios da articulação e atuação em rede com e para as pessoas em situação de rua.

Nesse contexto, um importante marco da construção política de direitos sociais deste grupo social é a definição a partir do Decreto Presidencial 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política nacional:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Dessa forma, a existência da PSR representa as contradições gritantes de uma sociedade desigual. O desenvolvimento do capitalismo, a internacionalização da economia, a urbanização acelerada, a hegemonia neoliberal, entre outros termos

que representam a nova ordem mundial, têm produzido, entre outros efeitos, um aumento considerável da exclusão social, o que suscita possíveis rupturas sociais capazes de comprometer o sonho de uma sociedade democrática e justa. De tal modo, percebe-se que a condição da situação de rua, além de vulnerabilidade, envolve um processo violento de invisibilização e estigmatização.

A partir disso, o Coletivo ArRUAça emerge enquanto movimento social de luta e resistência, com o objetivo de ampliar os contextos de prática da educação popular como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista o posicionamento em favor da democracia, equidade e justiça social que assegure à universalidade de acesso às políticas sociais.

Partindo da percepção freiriana (FREIRE, 2010, 2014), rejeitamos todas as concepções segregadoras de arte e educação. Dessa forma, acreditamos que a arte e a cultura têm o poder de transformar um ambiente hostil em um ambiente de convivência, além de surtir outros efeitos em detrimento das ações capitalistas, podendo corroborar com a cultura contra-hegemônica. Essa luta da arte, da cultura e da educação popular incorpora os saberes tradicionais e populares, onde a fonte de conhecimento e aprendizagem se dá de forma horizontal, transdisciplinar, transversal e circular.

Por esses motivos acreditamos que, mesmo com todos os obstáculos tanto sociais, quanto relacionais internos e externos ao ArRUAça, o nosso trabalho é pautado em práticas decoloniais. Práticas essas que visam à quebra da institucionalização/hierarquização dos processos e das relações, buscando criações artísticas que não possuam imposições opressoras em que o respeito é mútuo, garantindo segurança a todos que estão envolvidos nessa rede.

O que nos mobiliza e alavanca para que continuemos nossos trabalhos é o afeto, estreitar laços com as pessoas em situação de rua é um passo fundamental que beneficia: a qualidade dos processos artísticos, a valorização e visibilidade ao povo da rua, a qualidade das relações de um modo geral e o sentimento de igualdade entre pares. O afeto se entrelaça a tudo que move nossas ações, ele também é uma forma de redução de danos bem eficaz.

## **2 O CAMINHAR DO ARRUAÇA COM E PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Em Fortaleza, entre as décadas de 1980 e 2000, tivemos um fenômeno em alto índice de extrema complexidade, que foi a permanência de crianças e



adolescentes em situação de rua, muitos advindos das periferias mais vulneráveis da cidade e da região metropolitana. Conforme o IPECE (2011), parcela significativa dos indivíduos em situação de miséria no Estado do Ceará é composta por pessoas com idade entre 0 e 14 anos, mais precisamente tinha-se em 2010 um montante de 583.865 crianças nesta condição, significando uma participação de 38,84% do total de extremamente pobres neste ano.

Concentrados em vários pontos de grande movimentação urbana, como praças, terminais de ônibus, Avenida Beira Mar e principalmente no Centro da Cidade. Na época, existiu uma grande mobilização social, principalmente da sociedade civil, que foi se organizando enquanto movimento e/ou instituições, como o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, a Barraca da Amizade, a Associação Curumins, O Pequeno Nazareno, Fundação André Luiz e outras. O poder público também se vê pressionado e também surgem projetos governamentais, em âmbito municipal e estadual. Em 1993, a Prefeitura de Fortaleza cria a Fundação da Criança e Família Cidadã - FUNCI, com sede no conhecido Parque das Crianças, no Centro de Fortaleza. Neste lugar, funcionava a secretaria e administração da FUNCI e um projeto social de prevenção, da Assistência social básica, chamado Projeto Crescer com Arte. Porém, existiam também projetos que já referenciavam a violação do direito das crianças e adolescentes que estavam em situação de rua: o “Projeto Da Rua para Cidadania”, o Abrigo de Meninos e Abrigo de Meninas (chamados assim na época).

Costumamos dizer que a história do Coletivo ArRUAça se entrelaça com a trajetória das/os suas/seus integrantes. Dessa forma, o ponto de partida dessa “caminhada” foi em 1996, quando André Foca começa sua jornada de trabalho com Pessoas em Situação de Rua (PSR). O Parque das Crianças era/é um lugar muito central, onde André Foca articulou a utilização do salão aberto da Casa Branca para desenvolver um trabalho com a Capoeira. A escolha do local, para além da sua beleza e representatividade histórica, se deu também porque o espaço foi reconhecido como Parque da Liberdade, referenciando a liberdade de índios nativos. Além disso, foi uma escolha por localização, para facilitar a locomoção dos alunos de Foca, que vinham de outros bairros. Porém a atividade, os movimentos, o toque dos tambores e berimbaus começaram a chamar atenção de transeuntes, trabalhadores e estudantes do Centro, assim como o público que definiu o caminho profissional de André Foca, que foram as crianças e adolescentes em situação de rua.

Em 2017, novas trajetórias foram possíveis a partir de novos encontros. André Foca e o percussionista Biro Araújo foram convidados a realizar um trabalho no Centro de Convivência e Pousada Social Cirlândio Rodrigues de Oliveira. O equipamento faz parte da rede socioassistencial municipal ofertado à PSR de Fortaleza e é localizado no Centro de Fortaleza. O trabalho tinha por objetivo fomentar oficinas de produção de tambores para o grupo de percussão na instituição. Porém, o trabalho tomou outros rumos, pois um dos usuários do serviço na época, Wagner Gonçalves, indagou a equipe sobre a possibilidade de uma oficina de teatro, pois, anteriormente a situação de rua, ele participou de grupos de teatro e música em sua trajetória.

A arte e a cultura têm o poder de transformar um ambiente hostil em um ambiente de convivência, e foi isto que eu testemunhei e vivi durante o meu período de vivência em situação de rua. A questão não é o que é oferecido, mas sim o que ansiamos: a arte é revolucionária, mas é necessário detectarmos o que cada indivíduo que vive nas ruas se identifica em relação aos trabalhos de arte, que vai desde batuque, teatro, pintura e etc. No meu caso ao conhecer o André foca (na época educador contratado para ensinar a criar tambores) eu pedi por teatro, algo que não era da proposta do equipamento que eu frequentava na época, mas a partir desse meu interesse o André convidou o Biro Araújo (arte educador) e começou a se desenvolver o trabalho com teatro. A rua possui vários talentos, cada um com sua arte, mas é necessário tentarmos visualizar e incentivar a arte com a qual cada um se identifica, o que tem afinidade, deste modo inicia-se o processo de incentivo. [Trecho de conversa com Wagner Gonçalves]<sup>11</sup>

Assim, os processos de arte foram redesenhados a partir de novas demandas e interação com os protagonistas no dia a dia e assim nasceram junto com a PSR os projetos: Rádio Mil Grau, Show de Talentos, Sarau Urbano, A Turma do Papelão e o Arraiá do Povo da Rua. Inspirados na cultura popular, no protagonismo, com intuito de alimentar-se de vivências comunitárias e despertar o pertencimento, os projetos fortaleceram a interação, participação e reexistência do povo da rua com tais vivências artístico-culturais.

O sucesso do trabalho executado despertou o convite da gestão municipal aos Arte-Educadores André Foca e Fabrício de Leal para compor a gestão do então serviço Centro de Convivência e Pousada Social Cirlândio Rodrigues de

<sup>1</sup> Trecho de conversa com Wagner Gonçalves, em 11/06/2021 às 15h10.

Oliveira. A perspectiva de fluxo, trabalho em rede e articulação foram fortalecidos neste período por meio de uma gestão participativa com ações e estratégias reconhecendo as especificidades do público atendido.

Wagner Gonçalves, antes usuário do serviço e pessoa em situação de rua atravessado por todos esses projetos de arte e empoderado dos seus processos de luta, foi convidado a compor a equipe de trabalho do então Serviço de Convivência e Pousada Social como Educador Social. Certamente, com todas essas vivências uma rede foi crescendo e se fortalecendo.

Dessa forma, em novembro de 2017, através de diálogos e troca de experiências com a professora Bernadete Porto e o professor Rui Aguiar, junto ao grupo de bolsistas do PET Pedagogia (Ana Flávia Sales, Ana Jessica, Evelyn Lima e Israel Araújo), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, nasce o Coletivo ArRUAça, idealizado junto e coordenado por André Foca. O Coletivo ArRUAça é um movimento social que desenvolve um trabalho de arte, cultura, educação popular, geração de renda e redução de danos junto com pessoas em superação e situação de rua. Na luta pela garantia de direitos, autonomia, emancipação, protagonismo e inclusão social, constituído por membros da sociedade civil, com formações e experiências profissionais e acadêmicas voltadas à população em situação de rua. A origem do nome ArRUAça vem por inspiração do adjetivo arruaçeiro, que segundo o Dicio (2020) significa: “aquele que causa ou tende a fazer arruaça, que participa ou gosta de participar de brigas de rua; que é valente em brigas de rua.” O Coletivo ArRUAça surge da necessidade de criação de um grupo independente, sem vinculação com o poder público e se deu a partir da identificação de demandas referentes à educação, arte e cultura não contempladas com as políticas públicas vigentes efetivas nos equipamentos socioassistenciais para a população em situação de rua.

Historicamente, esses sujeitos são colocados à margem da sociedade, excluídos e invisibilizados por uma sociedade pautada na mundialização do capital. Dessa forma, busca-se ampliar os contextos de prática da educação popular como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista o posicionamento em favor da democracia, equidade e justiça social que assegure a universalidade de acesso às políticas sociais.

Assim, o Coletivo ArRUAça tem como princípios fundamentais para a elaboração e desenvolvimento das atividades a acolhida, escuta sensível, diálogo, protagonismo, criticidade, defesa dos direitos humanos e a conscientização

sobre os direitos sociais e civis como práticas emancipatórias e transformadoras da realidade que nos cerca. Objetivamos através do ArRUAça promover espaços formativos e propositivos que possibilitem o empoderamento e a emancipação sociopolítica da e com a população em situação de rua, por meio do fomento à arte, cultura, educação popular e redução de danos na cidade de Fortaleza-CE.

**Figura 1** - Sarau Urbano na Praça do Ferreira



Iniciativa do Coletivo Arruaça, Sarau Urbano leva poesia para pessoas em situação de rua

Fonte: Página Oficial Diário do Nordeste, 21 de março de 2019<sup>2</sup>.

O ArRUAça é impulsionado por militantes que desenvolvem e realizam diversas ações e projetos de cunho político, social e artístico cultural, e por toda a rede de parceiros de coletivos e grupos na qual atuam com pessoas em vulnerabilidade social. As despesas de manutenção e custos são advindas de apoiadores, entre eles, o Instituto Compartilha SEMEAC (OSC), participação de editais de captação de recursos, doações financeiras e doações de diversos gêneros, roupas,

<sup>2</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/dia-mundial-da-poesia-data-celebra-a-reinvencao-do-genero-literario-a-partir-de-diferentes-projetos-1.2077425>. Acesso em: 1 jun. 2021.

materiais de limpeza e higiene pessoal, alimentos não perecíveis, água mineral, entre outros. Recebemos ainda doações de trabalhos artísticos para venda em favor do Coletivo e de trabalhos diversos.

Nesse sentido, o Coletivo ArRUAça busca desenvolver projetos na perspectiva da arte, cultura, educação, sustentabilidade, desenvolvimento do trabalho e geração de renda, dialogando sempre com a PSR e na luta por protagonismo, emancipação e autonomia.

### **3 A FORÇA DA ARTE E DA CULTURA NA LUTA POR PROTAGONISMO, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Segundo o dicionário Priberam, a palavra Coletivo (latim *collectivus*, -a, -um, recolhido) é um

*adjetivo* 1. Que forma coletividade ou provém dela. 2. Que pertence a ou é utilizado por muitos (ex.: *obra coletiva; transporte coletivo*). *substantivo masculino* 3. conjunto de indivíduos que formam uma unidade em relação a interesses, sentimentos ou ideais comuns (ex.: *coletivo de artistas*). = COLETIVIDADE, COMUNIDADE. *adjetivo e substantivo masculino* 4. [Gramática] Diz-se substantivo que, mesmo no singular, representa pluralidade (ex.: *as palavras bosque, dúzia, multidão e rebanho são coletivos*).

Grupo de indivíduos com interesses em comum, o que pertence a muitos: escolhemos essas definições para o ArRUAça, pois esse sentimento de pertencimento e de afinidade é o que nos mantém unidos. Compreendemos que nossa luta se fortalece nas práticas e vivências junto ao Povo da Rua, todavia para podermos ter ciência dos reais impactos sofridos por essa população, faz-se necessário entendermos que a batalha que estamos travando requer diálogo e conhecimento do que o poder público promulga, entendendo até onde as leis são efetivamente exercidas e até onde elas só existem no papel.

Há, ainda, a importância da diversidade das percepções e impressões, os multiculturalismos que a Rua possui, os valores agregados pelas vivências e experiências da população em situação de rua. A escuta é, inicialmente, um método de reconhecer saberes contidos no que é dito. Esclarece-nos o que Santos (2002) prioriza em sua sociologia das ausências e a implicação da ecologia dos saberes, que coloca em voga a descolonização e a democratização dos múltiplos saberes,

descentralizando a aplicabilidade do conhecimento científico em detrimento de conhecimentos outros, em que a própria formulação acadêmica pode tornar-se um meio alternativo de conhecimento, pois

a ideia central da sociologia das ausências neste domínio é que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância particular [...] O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias. Neste domínio, a sociologia das ausências visa substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite, não só superar a monocultura do saber científico, como a ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico. (SANTOS, 2002, p. 250)

Adentrar os domínios da Rua é tocar um solo sagrado e profano, é enveredar por processos escusos à conjuntura normativa social. É um território transitório, porém possuidor de leis e regras regidas por seus habitantes. Cabe a nós respeitar a diversidade de conhecimentos que se confrontam e ao mesmo tempo coadunam-se, em que não há conhecimento superior a outro, muito menos um conceito de lógica que prepondere sobre os demais, em um sentido de desqualificação.

Ainda sobre a natureza da sociologia das ausências, Santos (2002) nos traz a reflexão sobre experiências de reconhecimento, em que

trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social. Nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes - natureza capitalista, racismo, sexismo e xenofobia - existem como disponíveis ou possíveis experiências de natureza anticapitalista - ecologia anticapitalista, multiculturalismo progressista, constitucionalismo multicultural, discriminação positiva sob a forma de direitos coletivos e cidadania pós-nacional e cultural (SANTOS, 2002, p. 260).

Os preceitos citados acima são relevantes à medida que reconhecemos na Rua a diversificação dos diálogos gerados. Quem está à margem é quem mais sofre com a sobrecarga imposta. Embora isso aconteça, essas pessoas conseguem refletir sobre suas realidades e, por essas razões, entre outros atravessamentos, algumas questões vão se desmistificando aos poucos. Um dos caminhos para chegar à reflexão sobre seu pertencimento no mundo vem através da Arte.

Observando a trajetória do Coletivo, deparamo-nos com a máxima freireana de que “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles.” (FREIRE, 2014, p. 73). Acrescentamos que a ação cultural não está tão no fundo, que na realidade essa ação reverbera no meio político graças à união de agentes sociais junto às pessoas em situação de Rua, mantendo através do eixo artístico, discussões e pautas dialéticas que corroboram para a transformação da PSR, mas principalmente para a transformação da forma como a sociedade enxerga esses movimentos. O melhor exemplo foi a repercussão midiática do bloco carnavalesco *A Turma do Papelão*, que existe há três anos, porém, no ano de 2020 desfilou na Avenida Domingos Olímpio como concorrente à premiação do Carnaval de 2020 em Fortaleza. Concordamos com Freire (2010) quando ele diz que

O papel do trabalhador social se desenvolve num domínio mais amplo, no qual a mudança é um dos aspectos. O trabalhador social atua, com outros, na estrutura social. Daí que se nos imponha compreendê-la em sua complexidade. Se não a entendemos como algo que, para ser, tem de estar sendo, não teremos dela uma visão crítica. O que, de fato, caracteriza a estrutura social não é a mudança nem a permanência tomada em si mesmas, mas a ‘duração’ da contradição entre ambas, em que uma delas pode ser preponderante sobre a outra. (FREIRE, 2010, p. 44).

As criações artísticas junto à PSR são atravessadas pela educação popular, que é uma das bases fundamentais do Projeto Político Pedagógico – PPP (em desenvolvimento), do *Coletivo ArRUAça*, que vem se fortalecendo como grupo desde 2017, porém os integrantes possuem seus históricos em ações para e com a população de Rua, e o fundador do grupo, André Foca, possui uma maior experiência nesse trabalho sociocultural. Sobre as ações pedagógicas inerentes nos processos criativos junto ao coletivo e a conscientização do lugar em que estamos discutindo e praticando isso, Freire (2010, p. 70) aborda que

a pedagogia que defendemos, concebida na prática realizada numa área significativa do terceiro mundo, é em si, uma pedagogia utópica. Utópica, não porque se nutra de sonhos impossíveis, porque se filie a perspectiva idealista [...] Utópica porque, não ‘domesticando’ o tempo, recusa um futuro pré-fabricado que se instalaria automaticamente, independente da ação consciente dos seres humanos. Utópica e esperançosa porque, pre-

tendendo estar a serviço da libertação das classes oprimidas, se faz e se refaz na prática social, no concreto, e implica a dialetização da denúncia e do anúncio, nesta pedagogia, não são palavras vazias, mas compromisso histórico.

O compromisso histórico está entrelaçado com o compromisso de direcionar o olhar para a vulnerabilidade dessas pessoas, compreendendo que a falta de políticas públicas para a população são o cerne e fio condutor dessa problemática. Por tais motivos, é sucinto aprofundar esse campo de estudo em conceitos marxistas. Concluindo as ideias de Freire (2010, p. 70) neste eixo, ele afirma que

por outro lado, a denúncia da sociedade de classes como uma sociedade de exploração de uma classe por outra exige um cada vez maior conhecimento científico de tal sociedade e, de outro, o anúncio da nova sociedade demanda uma teoria da ação transformadora da sociedade denunciada. A denúncia e o anúncio tomam corpo quando as classes dominadas os assumem, assim como a teoria da ação transformadora - a teoria revolucionária - se efetiva quando é igualmente assumida por aquelas classes [...] de qualquer maneira, quando a educação já não é utópica, isto é, quando já não se faz na desafiante unidade da denúncia e do anúncio, é porque o futuro perde sua real significação ou porque se instala o medo de viver o risco do futuro como superação criadora do presente que envelhece.

Um exemplo dessa reflexão freireana foi a performance-instalação do presépio com a população de Rua em que os componentes do presépio representavam figuras diferentes das figuras cristãs comuns nas lapinhas, pois a construção da crítica se deu através da modificação representativa de cada personagem, implícita por meios semióticos de ampla compreensão.

De acordo com a Figura 1, a disposição e importância das personagens, cada uma estava imbuída de um forte teor crítico: os reis magos eram as três estruturas que, atualmente, têm sido aliadas da resistência da PSR, que são o Sistema Único de Saúde - SUS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e as instituições religiosas que levam à Praça do Ferreira e outras adjacências do Centro de Fortaleza, a prática de preceitos cristãos e a distribuição de alimentos no sentido da redução de danos. Acorrentados aos pés dos Reis Magos, haviam três mazelas sociais que são as grandes dificuldades enfrentadas cotidianamente: as drogas, a violência e a desigualdade social (representados por bonecos).



**Figura 2** - Intervenção artística de Natal com a População da Rua.



Fonte: Acervo Coletivo ArRUAça, dezembro de 2019.

José era um homem negro, com uma gaiola presa à cabeça, fazendo menção ao encarceramento exorbitante do povo negro e crítica as modelos manicomialis; o burrinho em que Maria chegou a Nazaré era na realidade um carro-geladeira de reciclagem; Maria era a mulher negra pedinte de rua sentada sobre um pedaço de papelão e nosso Menino Jesus era um boneco enrolado com um tecido escuro e fino, sendo a sua manjedoura um pedaço de papelão. Havia uma personagem a mais na representação, espreitava como uma ave de rapina todo o cenário do alto de um banco. Era a *Morte*, a olhar toda a situação, como se fosse a guardiã e logo atrás dela, uma pilha de caixas de papelão com códigos de barra impressos, era o consumismo como pano de fundo.

Essa performance-instalação transmite sobre o que o ArRUAça propõe e que se conecta com a ideia de Tendler (2010, p. 30), a respeito do exercício da identidade cultural pois

consideramos o indivíduo como um ser em estado de possibilidade e o estimulamos na construção de sua identidade única e não apenas o enquadrados no nosso espectro de alternativas. Colocar esta pessoa em cena é potencializar este estado de iminente possibilidade e, assim, acreditar no olhar reflexivo dela sobre sua própria realidade. [...] Trabalhamos para

viabilizar através da arte teatral o redimensionamento de indivíduos livres e autônomos, capazes de refletir criticamente sobre suas realidades e, por isso mesmo, possuidores de uma identidade única e real enquanto cidadãos.

Com essa reflexão, é notória a necessidade de agarrarmo-nos às chances de dar continuidade à sintaxe artística pautada em ações que favoreçam a PSR nos mais diversos âmbitos. O despertar dessa performance-instalação veio a partir da observação do consumo cultural das festividades do Natal de luz, realizadas pela prefeitura de Fortaleza. Parte de sua programação ocorreu na Praça do Ferreira, atraindo um grande contingente de pessoas para ver shows de artistas nacionais na praça, para ver o lindo coral de crianças nas janelas do Hotel Excelsior e a chegada do Papai Noel. Na contramão de todo esse encanto natalino, os habitantes da *Mãe Ferreira* eram vistos como um infortúnio, uma inconveniência para o lazer das famílias que iam para as festas. Se houve truculência em demasia para expulsar a população em situação de rua dos espaços públicos, tivemos sim, ciência sobre ações violentas de agentes de segurança pública.

Natal de luz para quem afinal? Luz para quem pode consumir? Luz para quem está no capital de giro? Para quem tem um cartão de crédito ou um celular pré-pago? Talvez todas as opções, e em nenhuma delas o Povo da Rua está inserido. Analisar esse ato artístico de Natal é dar vazão aos questionamentos levantados por todos os teóricos que enfatizam a construção coletiva sociocultural, a visibilização da população vulnerabilizada, a conscientização das lutas de classe, a percepção e relevância da memória e da identidade cultural, entre outros estudos à luz da revolução educacional e artística, pois tudo que está sob esta óptica é relevante para nós.

A luta tem que ser feita de maneira conjunta, por isso é tão importante que a sociedade, de um modo geral, rompa com muitos paradigmas sociopolíticos. Para que, pelo menos, pare de enxergar-se através de um espelho ilusório que encarcera as possibilidades de conquistas, anulando expectativas de mudanças, por menores que sejam, mas que possuem garantias de um processo que será continuado. Contudo, ainda poderá haver percalços pelo fato de que:

a história assume dimensões de exercício de poder, sendo inclusive capaz de produzir memórias oficiais e memórias dirigidas e também de silenciar sobre acontecimentos e de impedir a manifestação das memórias dos seg-

mentos sociais ou ‘minoritários’, ou ‘subalternos’ ou ‘vencidos’. Na verdade, a oposição entre memória e História não chega a ser real. O que existe são atribuições diferentes, mas complementares entre cada uma delas; a necessidade de construção de identidades as aproxima, tornando fértil a sua relação. (DELGADO, 2006, p. 49)

A perda da identidade é a perda, em parte, de uma memória que fora subtraída pelo engenho cotidiano, pela sede excessiva de futuro, enquanto o presente é pisoteado, e o passado é enterrado. Agora imaginemos que a herança identitária de cada pessoa em situação de rua vagou pelas inúmeras localidades: periferias de centros urbanos, cidades do interior, tribos indígenas, bairros desenvolvidos de grandes metrópoles, quilombos, terreiros, aldeamentos e junto de seus familiares partilharam vivências em tempos diversos. Como fazer ligames e deparar-se consigo, sendo a soma de todas as influências externas de vida e mais outras memórias recentes, da vida que estão passando, na situação em que se encontram?

Quando falamos sobre a perda de laços que se conectam aos aspectos da memória, sobre esta senhora “construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas” (DELGADO, 2006, p. 38), também erguemos o olhar para os sujeitos que constroem suas memórias despreziosamente, pois ainda as reconhecem somente como a junção dos pedaços de lembranças que escapam às suas mentes. Possivelmente, não reconhecem a importância da memória como fortalecedora da história de vida de cada um deles, onde, mesmo com todo nomadismo e desapego, o caminho realizado seja e tenha um valor concreto para suas vidas.

Cada pessoa em situação de rua, em sua grande maioria, fez/faz parte de uma família, e dela, compartilhou, possivelmente, eventos e manifestações que, mesmo com risco do apagamento desses, vivenciou tais momentos em que podem ter: brincado um boi, dançando quadrilha, malhando Judas ou participado de outros tipos de manifestações culturais. Em vista da localização que esses sujeitos se encontram atualmente, e ainda, observando as demandas sociopolíticas e econômicas do fluxo contemporâneo, muitas práticas artísticas populares que ficaram ao longo do caminho à deriva ou simplesmente não foram levadas adiante, foram assim submetidas por inúmeras circunstâncias. Contudo, cremos que uma das circunstâncias que mais influenciaram foi o fato de não fazerem parte de uma urgência sedimentada em propósitos capitalistas.

O Coletivo constrói sua militância através das lutas por políticas públicas com e para a população em situação de rua, mas os processos de criação artística

também estão imbricados nesse contexto. Não podemos separar o fazer artístico da luta sociopolítica, pois isso fortalece a resistência e visibilidade do Povo da Rua. Queremos transformar a revolta em Arte, a dor em estratégia para seguir lutando, compreendendo que um dia é para ser vivido de cada vez, e que há dias que isso será possível, mas em outros, será difícil resistir ao medo, à saudade, à escassez de palavras que não foram ditas. A sensibilidade em estado de latência reverbera por todo corpo, entra em sintonia com outros corpos, propõe empatia, afeto e revolução. Acreditamos numa Arte que promova em seu cerne dois pontos fundamentais: político-crítico e sensível, e os vemos andando de mãos dadas, indissociáveis e retroalimentando-se para proporcionar experiências artísticas que atinjam os mais diversos campos de pensamentos, sensações e sentimentos que gerem diálogos que transformem os olhares tanto dos artistas quanto dos espectadores.

Afinal, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte”<sup>3</sup>. Nesse sentido, enxergamos a Arte pelo viés prático, assumindo lugares de proposição e apropriação popular, a partir de práticas decoloniais como saída da alienação e porta de entrada para reflexão sobre questões sociais das mais diversas. Levantando a importância do protagonismo, da visibilidade e da valorização do Povo da Rua e nos deparando com as trocas de saberes e aprendizados que conquistamos a cada encontro dentro ou fora dos processos artísticos.

Os trabalhos de Arte e Cultura com a população em situação de Rua trazem um processo que está além da inserção, inclusão, evolução ou transformação de vida do indivíduo que participa de tais atividades; pois através desse processo artístico em meio à população de Rua, é nítida a quebra de barreiras, alguns preconceitos e estereótipos por parte de uma sociedade que quase sempre (senão sempre) é induzida a aceitar o fato distorcido de que a população de Rua é generalizadamente composta por pessoas com vidas resultantes do crime, dependentes químicos sem correção ou simplesmente pessoas inúteis. O trabalho de Arte e cultura com a população em situação de Rua ajuda não só quem participa, mas também a todos que contribuem e a sociedade em geral que passa a enxergar os talentos e as potências artísticas de pessoas que muitas vezes tem seus talentos enterrados em meio a papelões e as dores e dificuldades de se viver na rua; talentos muitas vezes enterrados, pois o indivíduo muitas vezes chega nas ruas subjugado e

---

<sup>3</sup> TITÃS. **Comida**. Disco: Jesus não tem dentes no país dos banguelas, 1987. Disponível em: < <https://www.letras.mus.br/titas/91453/>>. Acesso em: 7 jan. 2021.

condenado. Enfim, a Arte e a Cultura trabalhadas com a pessoa que vive nas ruas são acima de tudo: plantar a semente de que a pessoa em situação de Rua pode e tem o direito de recomeçar.

#### **4 ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO EM REDE COM E PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Em março de 2020, fomos surpreendidos pelo contexto epidemiológico mundial da pandemia da COVID-19. A PSR por sua vez ficou ainda mais exposta ao risco de contaminação pelo novo coronavírus devido às precárias condições de acesso às necessidades básicas. Assim, na cidade de Fortaleza, diante do contexto de urgência e compreendendo as complexidades e particularidades da população em situação de rua, estratégias de atuação interdisciplinar e intersetorial foram articuladas em rede e organizadas diante deste novo cenário de crise sanitária.

Vale ressaltar que a história aqui contada parte do lugar que o Coletivo ARUAça experienciou e sentiu junto à rede e no como nos organizamos e articulamos enquanto movimento social, trabalho e luta, para fortalecer, ainda mais, as conexões de resistências. Outrossim, um recorte fruto de uma base que visa estar em uma ética de luta *com e para* a População em Situação de Rua; um trabalho de sentir, de sentido e sentimento. Nesse contexto, a história se faz no processo, em espiral, revisitando os saberes apreendidos anos atrás e formulando também novas formas de conhecimento e práticas em conjunto. Nessa perspectiva, a arte do fazer é produzida no caminho, é construída com o encadeamento de significados e significantes comuns, da força de muitos e de tantos.

Nesse sentido, a seguir descreveremos os projetos frutos do cotidiano da articulação e atuação em rede na pandemia *para e com* PSR, no qual se deu de forma interdisciplinar e intersetorial. E, em seguida, refletiremos sobre as potencialidades e desafios frutos desse trabalho de atuação e articulação em rede.

No dia 19 de março de 2020, foi iniciado o processo de doações de alimentos, água, materiais de limpeza e itens de higiene pessoal, nas praças e logradouros da cidade, os chamados “estouros”, termo utilizado no dialeto da rua. Vale ressaltar que essa prática de doações e de caráter emergencial não ia de encontro com as nossas atividades antes realizadas na atuação com a PSR. Portanto, percebeu-se a necessidade de operar a abertura de dois espaços físicos como base de apoio, nos quais se ofereciam a assistência à saúde, espaço para higiene pessoal e segurança alimentar.

Fruto da articulação em rede, realizou-se a organização e estruturação de ações junto ao Centro Espírita Casa da Sopa, espaço situado no Centro de Fortaleza e que representou a primeira base de apoio, com atendimento de 400 pessoas por dia durante o período de março a junho de 2020. Concomitante a esses movimentos de cuidado em saúde e segurança alimentar, fomos apoiados por parceiros da chamada Rede Rua Contra a Covid-19 (Rede Rua) e instituições da rede empresarial que apoiam e partilham estratégias para o cuidado emergencial da PSR. Entre estes: Instituto Compartilha, Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares do Ceará, Projeto Dormi Aluna Acordei Professora, Coletivo Raízes da Periferia, Pastoral do Povo da Rua, Associação de Amparo aos Pacientes com Tuberculose (APTU), O Pequeno Nazareno, Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM/UFC), IPREDE, Loja Pimentá, Aço 10, Instale Engenharia, Design Mais, Marmilar, artistas, pintores, entre outros apoiadores.

Outrossim, foi observada, a partir do cotidiano tecido nas atividades realizadas *para e com* a PSR em tempos de pandemia, a importância dessas ações tomarem um movimento itinerante. Nesse sentido, foi percebida a necessidade emergente de outros territórios em vulnerabilidade social, entre eles, o território no bairro do Moura Brasil, onde se localiza a comunidade Oitão Preto na cidade de Fortaleza. Na segunda base de apoio, o Coletivo ArRUAça em conjunto com os demais parceiros da Rede Rua, movimentos sociais, entidades religiosas, grupos e entidades do território, deu continuidade ao formato de trabalho que vinha sendo tecido, realizando ações que também objetivavam a segurança alimentar e a promoção de saúde. Na segunda base de apoio, passou-se a atender em média 150 pessoas por dia no período de junho a setembro de 2020.

Ademais, partindo da observação, da experiência prática e da escuta sensível e qualificada, foi possível desenvolver processos que emergiram diante das necessidades sentidas (SARRIERA, 2010) da PSR no contexto de pandemia. Entre elas descrevemos a seguir os projetos, ações e atividades executadas a partir da articulação e atuação em rede e que permanecem em constante construção:

- Projeto Mó Limpeza: Desenvolvido em parceria entre o Instituto Compartilha, Coletivo ArRUAça, Projeto Dormir Aluna e Acordei Professora, Verônica Castelo professora do curso de Engenharia Civil, Mariana Xavier e Camila Barros professoras do curso de Design da Universidade Federal do Ceará e Pedro Medeiros professor do curso de Engenharia do Instituto Federal do Ceará, além de seus respectivos alunos de graduação

e pós-graduação. O Projeto criou lavatórios móveis, construídos inicialmente com base em metalon, disponibilizados em diferentes locais da cidade de Fortaleza para que a PSR possam higienizar-se e reduzir os riscos de contaminação pela Covid-19, além de diversas outras doenças, levando, também, para essa parcela da população condição mínima de higiene básica.

- Mukambo de Cultura: Base de apoio para as atividades junto com a rua, com aluguel de um galpão no Bairro do Benfica, com intuito de formar um Centro de Formação em Arte, Cultura e Educação Popular, para pessoas em vulnerabilidade social, intitulado de Mukambu de Cultura. O espaço funciona como guarderia dos insumos, materiais e equipamentos e serve também como local para ensaios e apoio de 5 grupos culturais.
- Máquina Cultural: Projeto que tem como objetivo promover de forma itinerante através de uma base móvel - Kombi, a difusão e a inclusão artística e cultural com processos de Educação Popular para a PSR e comunidades periféricas de acordo com a Figura 3.

**Figura 3** - Máquina Cultural



Fonte: Acervo do Coletivo ArRUAça, 2021.

- Projeto Teia do Cuidado: Durante os meses de maio e setembro de 2020, em parceria com o Núcleo de Psicologia Comunitária/UFC realizou-se o projeto “Teia do Cuidado”, que teve como intuito ofertar o cuidado em saúde mental, através do atendimento psicoterapêutico online, gratuito e voluntário formado por um grupo de 12 (doze) psicólogas para os militantes e parceiros do Coletivo ArRUAça.
- Marias pelo Oitão: Em parceria com a Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares do Ceará, lideranças e movimentos sociais locais (Coletivo Raízes do Brasil e Projeto Brincando com a Terceira idade), realizou-se o I Mutirão do Cuidado Marias pelo Oitão - Tudo Que Nos Une na Comunidade Moura Brasil, mais conhecida como Oitão Preto. Um encontro fruto de demandas das mulheres do próprio bairro, que teve como objetivo ofertar o autocuidado às mulheres do território e às PSR das redondezas, com o fortalecimento da autoestima e o empoderamento, foram ofertados o cuidado de beleza e promoção de saúde, oferecendo hidratação, escova e corte de cabelo, maquiagem, manicure, espaço para banho, presentes e atendimento em saúde.
- Projeto Tempo de Plantar: Criação de uma horta urbana localizada na Praça do Liceu/Jacarecanga e de duas hortas comunitárias na comunidade do Oitão Preto/Moura Brasil.

Segundo Sarriera (2010, p. 141), a análise de necessidades de uma comunidade se dá a partir “da aproximação e diálogo, de mútua aprendizagem e respeito”. Corroborando com o autor, os tecimentos desses projetos realizados na pandemia se deram a partir de processos de aproximação, diálogo, mútua aprendizagem e de respeito com as pessoas em situação de rua e as vicissitudes nas quais foram ampliadas pelo atual momento. Assim, na comunicação com a PSR, foi possível a escuta de necessidades e problemas que extrapolavam a crise sanitária atual e revelavam consequências de uma crise estrutural e nas Políticas Públicas para as Pessoas em Situação de Rua.

Assim, desde os anúncios do isolamento social, o Coletivo ArRUAça buscou intervir com participações políticas através do controle social em conjunto com a sociedade civil organizada por meio das entidades representativas da PSR, a fim de dialogar e pressionar o poder público no monitoramento e sugestões de medidas a serem tomadas no cuidado à PSR frente o contexto de pandemia da



COVID-19. É relevante ressaltar que em 2020 e 2021, por meio de Assembléia de Eleições, o ArRUAça passa a integrar, como representante, o Comitê Estadual de Políticas Públicas Para a População em Situação de Rua (CEPOP). Assume, como coordenação, o Comitê Municipal de Políticas Públicas Para a População em Situação de Rua (COMPOP), e também a nova Coordenação integrada, juntamente com o NUCOM/UFC, do Fórum de Rua de Fortaleza, com mandato de 2020 – 2022, cada um.

Desse modo, projetos como os citados encadeavam novas formas de conexão, com novas articulações em rede. Essa articulação contou com um viés de ação conjunta, em que ações foram planejadas. A execução das ações para a PSR só se tornou possível a partir da agilidade, planejamento e comunicação entre os profissionais e parceiros. A cada início das ações presenciais, tentava-se realizar reuniões para a logística do dia e, ao fim daquele mesmo dia, um encontro com os diferentes coletivos para avaliação do trabalho realizado. Além disso, o uso da tecnologia foi fundamental para estreitar a comunicação entre os diversos sujeitos, coletivos e movimentos.

Reconhecem-se os diferentes desafios advindos dessa articulação na prática, pois exige dos atuantes um tipo de disponibilidade de comunicação e habilidade de mediação específica para a situação de urgência e que necessita de uma construção que se alinha a todos, somando-se a complexidade já existente, que envolve o público atendido, da PSR.

Atualmente, o Coletivo ArRUAça continua sua atuação atendendo as demandas das Pessoas em Superação e Situação de Rua no espaço físico do Mukambu de Cultura e de forma itinerante, na Máquina Cultural. Além disso, desenvolve também o Projeto Arte de Rua, na Rua, junto com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR/CE), onde o objetivo é gerar renda e autonomia ao grupo de 15 pessoas que estão em superação da situação de rua.

Destarte, retomamos a rede, ou melhor, continuamos em suas linhas. Colocando na busca rápida do *Google*, achamos que é “*um entrelaçado de fios, de espessura e materiais diversos, formando um tecido de malhas com espaçamentos regulares*”. Uma peça de tecido resistente. Peça que só fica suspensa se estiver conectada por, no mínimo, dois pontos. Redes, sejam elas virtuais ou reais, partem de necessidades comuns e de relações que se estabelecem a partir de um entrelaçamento de saberes. Questionamos então, o que une então as pessoas nessa rede *com e para* a PSR nesse contexto de crise? Quais as potencialidades e desafios?

De acordo com Góis (2012, p. 141),

a potência de vida vem da teia da vida, dos fios naturais que tudo une sutilmente, em uma profunda, delicada e transparente trama entre as energias sutis, as partículas elementares, as estrelas, os planetas, as montanhas, o vento, os rios, os pássaros, os animais, as florestas e os seres humanos com seus arquétipos.

Concordando com a perspectiva do autor de que a potência de vida se encontra na “qualidade da conexão indivíduo-outro-universo, na qualidade dos vínculos das pessoas com sua espécie e com o ambiente natural” (GÓIS, 2012, p. 141) e que “a potência de vida gera ação que gera vínculo” (GÓIS, 2012, p. 141). Correlaciona-se esse conceito com o trabalho vivido e sentido por nós, em articulação e atuação em rede. Compreende-se que as potencialidades se dão a partir dos significados atribuídos aos vínculos e trocas vivenciadas em solidariedade. Alguns dos integrantes do Coletivo ArRUAça não se conheciam ou tinham vinculação antes das ações realizadas na Rede Rua Contra a COVID-19. Muitos adentraram nas atividades pela prevalência de um sentimento comum de “preciso fazer algo diante da realidade que se faz à minha frente”.

Assim, foram necessários encontros de sensibilização e contextualização política e social da temática que envolve a PSR, nos quais as lideranças do Coletivo promoveram formações e reflexões críticas sobre quais eram os objetivos da atuação do Coletivo ArRUAça em tempos de pandemia. Esses momentos foram importantes para a criação de uma práxis crítica e de um olhar mais sensível à realidade na qual a equipe estava executando os trabalhos. Ademais, o fortalecimento, o acolhimento e o compartilhamento de dificuldades, propiciavam sentimentos de apoio mútuo naquele momento. Sobonfu Somé (2003, p. 35) diz que

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e receber as dádivas dos outros.

Em vista disso, o momento de crise no qual se denunciavam as várias facetas de processos de exclusão na sociedade - como a fome, a sede e a morte - e enfrentamento de dificuldades internas e externas dos sujeitos, o trabalho em conjunto dos integrantes do ArRUAça, promovia vida entre os mesmos. O trabalho se fazia a partir do reconhecimento entre uns e outros enquanto rede de suporte social e emocional para aquele momento de tamanhos temores. Naquele momento, esse sentimento se estendia para as demais articulações em rede, somando-se a uma perspectiva aplicada de articulação intersetorial e interdisciplinar entre os sujeitos que formavam a Rede Rua.

Entretanto, os desafios também se revelavam no decorrer dos dias de articulação e atuação. Devido o caráter por vezes imprevisível dos acontecimentos, a comunicação efetiva em rede se mostrava um dos maiores desafios a serem constantemente cuidados e reavaliados para a implementação das ações. Além do mais, notou-se a sobrecarga emocional e de trabalho nos profissionais atuantes na Rede Rua. Cenário esse que suscita a importância da implantação e elaboração conjunta - do Poder Público com as Organizações da Sociedade Civil - de serviços que visem à ampliação das ações e articulações para o enfrentamento de necessidades existentes antes mesmo da pandemia. Além disso, a realização de novas pesquisas e censos que atualizem dados sobre a PSR e a solidificação da rede intersetorial e interdisciplinar municipal e estadual, que permita a atuação efetiva e em conjunto dos serviços.

Para além dos desafios enfrentados no trabalho realizado nas ações da pandemia, acrescenta-se: 1. Complexidade nas demarcações e organizações territoriais; 2. Alta complexidade enfrentada no cotidiano do público assistido; 3. Pouca articulação interinstitucional e intersetorial com as redes socioassistenciais; 4. Dificuldades no diálogo com o Poder Público na efetivação de Políticas Públicas voltadas à PSR; 5. Ausência de recursos humanos, financeiros, materiais, insumos, editais públicos, apoio institucional e incentivos de empresas privadas; 6. Formação técnica continuada nas áreas de: administração, jurídica, comunicação, captação e gerenciamento de recursos financeiros e 7. Recursos financeiros para a manutenção de espaço físico permanente para a nossa sede, o Mukambo de Cultura, de desenvolvimento das atividades.

Portanto, é de suma importância que estejamos em constante processo de reflexão crítica de nossas atuações e articulações com o intuito de potencializarmos o fazer *com e para* a PSR. O *com e para* nos norteia enquanto lugar que estaremos

sempre retomando em nossos processos de trabalho para que tenhamos o cuidado e não sejamos aqueles que reproduzem e potencializam as violências vivenciadas na rua. Nessa perspectiva, a rede de luta e resistência se faz a partir do tecimento e construção de forças e saberes com cada um que se propõe a somá-la.

## 5 UM TRABALHO DE SENTIR, SENTIDO E SENTIMENTO

Chegando ao fim da contação de histórias sobre os recortes das nossas vivências que nos propusemos a realizar aqui, se faz importante pontuar que os trabalhos de arte e cultura com a PSR trazem um processo que está além da inserção, inclusão, evolução ou transformação de vida do indivíduo que participa de tais atividades. Pois através desse processo artístico em meio a população de rua, é nítida a quebra de barreiras, de alguns preconceitos e estereótipos por parte de uma sociedade que quase sempre (senão sempre) é induzida a aceitar o fator distorcido de que a PSR é, generalizadamente, composta por pessoas com vidas resultantes do crime, dependentes químicos, “sem correção” ou simplesmente por “pessoas inúteis”.

O trabalho de arte e cultura com a população em situação de rua é tão singular, pois promove que desenvolvamos um olhar sensível à potência artística de pessoas que muitas vezes tem seus talentos enterrados em meio a papelões, a dores e dificuldades de se viver na rua; talentos muitas vezes enterrados pelo próprio indivíduo que chega às ruas condenado por si próprio. A arte e a cultura trabalhada com a pessoa que vive nas ruas são acima de tudo: plantar a semente de que a pessoa em situação de rua pode e tem o direito de recomeçar. Logo, parafraseando o nosso querido Belchior, amar e mudar as coisas *nos* interessa mais!

Agradecemos à todes aqueles que possuem o coração e o fazer *arruaceiros*. E, principalmente, às Pessoas em Situação de Rua que nos ensinam que os processos de luta só são possíveis quando estamos disponíveis a enxergá-los, senti-los e escutá-los com afeto, força, generosidade e coletividade. Portanto, seguimos *esperançando*, no sentido que Freire (2014, p. 110-111) nos faz recordar:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo *esperançar*; porque tem gente que tem esperança do verbo *esperar*. E *esperança* do verbo *esperar* não é *esperança*, é *espera*. *Esperançar* é se levantar, *esperançar* é ir atrás, *esperançar* é construir, *esperançar* é não desistir! *Esperançar* é levar adiante, *esperançar* é juntar-se com outros para fazer de outro modo.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 24 dez. 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/arruaceiro/>>. Acesso em: 2 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade e outros escritos.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia clínico-comunitária.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

GONÇALVES, Wagner (TV ARRUAÇA). ESTOUROU BRASIL. Youtube, 9 de out. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4bjtQuvpFqI>>. Acesso em: 30 maio 2021.

IPECE. A caracterização da extrema pobreza no estado do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2011 (Informe Econômico n. 09). Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipeceinforme/lpece\\_Informe\\_09\\_junho\\_2011.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipeceinforme/lpece_Informe_09_junho_2011.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, p. 237-280, 2002.

SARRIERA, Jorge Castellá. Análise de necessidades de um grupo ou comunidade: a avaliação como processo. In: Sarriera, J.C. e Saforcada, E. (Org.). **Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas.** 1 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010, v. 1, p. 141-154.

SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade.** São Paulo: Odysseus, 2003.

TENDLAU, Maria. **Teatro vocacional e a apropriação da atitude épica/dialética.** São Paulo: Hucitec, 2010.

# População em Situação de Rua: diálogo entre o ser, o estar e as políticas públicas diante do contexto de caos pandêmico da COVID-19 no Brasil

*Elias Figueiredo Neto*

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é propor uma reflexão sobre o triângulo estabelecido entre as pessoas em situação de rua, a atuação do poder público frente à necessidade de atendimento urgente enquanto perdure o caos pandêmico causado pela COVID-19 e o processo histórico de exclusão dessa população diante da chamada higienização social já tão evidenciada nas grandes cidades do Brasil.

Enquanto trabalhador da Política de Assistência Social e também militante dos Movimentos de Direitos Humanos e Fórum da Rua do município de Fortaleza, ao caminhar pelas ruas da cidade, região metropolitana de Fortaleza e também outros centros do Brasil, a impressão que se tem é de aumento da população em situação de rua desde a chegada do novo coronavírus. Não obstante a realidade do restante do Brasil e partindo da experiência de Fortaleza-CE, já que não existem dados oficiais e o último censo local da população em situação de rua aconteceu em 2014, seguimos ainda sem quantitativo atual. Mas é a nítida impressão desse aumento populacional vulnerável que, sem moradia convencional, recorre às praças, aos viadutos e demais logradouros públicos como locais de permanência e moradia.

Os obstáculos no acesso à alimentação, à saúde, à higiene e a outros direitos fundamentais são apenas algumas dificuldades que a população em situação de rua enfrenta diariamente e que a torna ainda mais vulnerável que os demais. A recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é pelo isolamento social e recolhimento em casa como forma de proteção individual e coletiva. Com isso, vem à tona a preocupação com aqueles que não têm onde morar e/ou moram de maneira improvisada nas ruas, sem acesso a água e banheiro para higienização.

Construir políticas sociais para pessoas em situação de rua sempre foi desafiador no Brasil, e apesar de existirem decretos e de leis de âmbito nacional, estadual e municipal que garantam atendimento especializado, é possível constatar ainda muita fragilidade e pouca eficácia nos resultados alcançados até agora.

No entanto, o momento atual de mudanças provocadas no cenário pelo novo coronavírus exige respostas rápidas e eficazes para a estabilização da situação, em especial para populações que têm alta possibilidade de contaminação pelas condições de vulnerabilidade e exclusão social a que estão intimamente inseridas.

Por fim, destacam-se também algumas questões que precisam ser repensadas pelos governos federal, estadual e municipal diante da urgência da implementação de políticas públicas durante a pandemia da COVID-19. Assim como, a própria sociedade que solicita do poder público a retirada das pessoas em situação de rua dos seus locais de permanência e moradia.

Diante do agravamento dos efeitos causados pela pandemia da Covid-19, observamos atônitos a velocidade com que a pobreza, enquanto problema crônico e sistêmico no Brasil, avança ainda sem freios tornando milhões de pessoas vulneráveis e carentes de auxílio social em cada esquina das pequenas, médias e grandes cidades do território nacional. O abismo social, que sempre foi uma marca resistente no Brasil, jamais demonstrou retração significativa perante as políticas públicas empregadas até o momento no país. Além disso, nenhuma iniciativa obteve solução definitiva diante das principais demandas que se apresentaram ao longo da constituição dessa nação, especialmente aquelas tocantes à erradicação da pobreza extrema no Brasil. Considerando o momento emblemático de caos pandêmico e a falta de coordenação do governo federal em negociar a compra dos imunizantes para toda a população brasileira, cresce a disparidade social que se revela ainda mais contundente na rotina e no cotidiano de vida de milhares de pessoas de Norte a Sul do país mais vulneráveis socialmente.

O negacionismo em torno da pandemia e o desinteresse do governo federal em articular ações práticas de contenção da disseminação do vírus fez com que se observasse um aumento do número de pessoas em situação de rua que, sem trabalho e renda, se depararam com a rua enquanto possibilidade de moradia e sobrevivência.

A partir disso, homens, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de rua confrontam suas existências a uma jornada de vida deixada para trás, e na maioria das vezes, abandonados e ignorados pela sociedade, convivem com suas angústias e adoecimentos físico e mental, sem qualquer suporte para a resignificação e superação dessa realidade.

Nas ruas, esses atores sociais se deparam com as feridas da exclusão, a discriminação, o desafeto, a fome, a violência, os estigmas, os abusos e a negligência.

Carregam a marca da vulnerabilidade e lutam diariamente pela sobrevivência. Uma parte ainda significativa das pessoas em situação de rua vivem restritas a uma condição de subsistência dependendo do circuito da caridade, seja através de doações realizadas por voluntários da sociedade civil ou ainda da parte de missionários das mais diversas denominações religiosas, e não conseguem desenvolver plenamente as suas potencialidades e capacidades em virtude da influência do ambiente limitador em que vivem e pela condição que se encontram lutando tão somente pela existência no dia a dia, do hoje, do aqui e agora, perante um imediatismo que desafia toda e qualquer possibilidade de futuro.

A vivência na rua impõe às pessoas que se submetem a esta condição uma série de regras que nenhum livro acadêmico, em sua mais conceituada teoria, seria capaz de codificar na mesma velocidade que essas regras próprias vão se modulando para agregar um número ainda maior de pessoas diferentes, vivências diversificadas, e que se utiliza de estratégias variadas para uma existência tão limitada.

Entretanto, há também entre estas pessoas, alguns pontos de convergência que podemos considerar, tais como, o perigoso vínculo com o uso intensivo de álcool e outras drogas, a incidência de transtornos psiquiátricos, o baixo índice de escolaridade e qualificação profissional, o racismo estrutural, a exploração vivida no mercado de trabalho e o próprio trabalho desgastante normalmente exercido nas ruas, a violência urbana diante do advento das facções criminosas que dividem territórios nas periferias, os estigmas sociais e as relações familiares fragilizadas e rompidas.

É nesse cenário que observamos se avolumar um quantitativo ainda maior de pessoas vivendo em situação de rua, espaços meramente de passagem e de encontros, transformados em endereço de permanência e de moradia para tantos indivíduos e famílias que perderam renda e condição de sustento.

## **2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Sem moradia convencional, é nas ruas que milhares de pessoas sobrevivem e também se expõem ao risco de contaminação do vírus da Covid-19. Da mesma forma, ainda sem a democratização da vacina no Brasil e na falta de um plano nacional que contenha o avanço do vírus no país, essas pessoas vivem uma perigosa dialética que se torna ainda mais desafiadora quando defendida por muitos



estados e municípios que atingiram a saturação da rede de saúde e permanecem apresentando uma crescente demanda pela procura do serviço de internação e ocupação de leitos por longa permanência.

Forçosamente, mas sempre baseados por boletins epidemiológicos e por meio de um corpo técnico e científico, estados e municípios constantemente realizam a adoção de medidas mais austeras, impondo desde a limitação da circulação da população nos espaços públicos até o fechamento do comércio, o isolamento social mais rígido e a recomendação expressa para que todos os cidadãos fiquem em casa como tentativa de estabilizar os altos índices de contaminação e óbitos entre a população.

Diante da orientação de estados e município no que se refere ao isolamento social rígido decretado enquanto medida de segurança sanitária contra a covid-19, como prover para quem vive nas ruas os mecanismos plausíveis de proteção sanitária e social diante da explosão do quantitativo exorbitante de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal, sem casa, sem renda, sem trabalho, sem auxílio emergencial e ainda exposto à contaminação?

Com a economia paralisada, o desemprego em alta, o descontrole nos preços dos itens da cesta básica e um auxílio emergencial incapaz de atender as demandas da população brasileira cada vez mais empobrecida e vulnerável, um quantitativo crescente de pessoas em meio ao caos pandêmico recorre à situação de rua como principal forma de sobrevivência.

Em meio à necessidade de decretos restringindo a circulação da sociedade em espaços públicos com a obrigatoriedade do fechamento do comércio e demais atividades econômicas em diversas cidades do país, as ruas vão aglomerando e registrando um quantitativo cada vez maior de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

É nesse contexto que se apresenta o atendimento essencial da política de Assistência Social que, embora tão assaltada, agredida e acometida pelos cortes e congelamentos de verbas da parte do próprio governo federal nesses últimos anos, muitas vezes tão vulnerável quanto o próprio público que assiste, num esforço descomunal e apesar de todas as adversidades possíveis, busca atender as demandas da população mais vulnerável socialmente jamais perceptível neste país até este momento da história.

A chamada população em situação de rua no Brasil nunca foi algo recente, pontual, esporádica. Ao contrário, sempre foi percebida apesar de tentativas em

vão de torná-la invisibilizada. Como população mais vulnerável, foi se firmando em todo o território nacional e sem intervenções coerentes por parte de vários governos foi também se agravando em múltiplas vulnerabilidades, e ao longo do tempo, desde o período colonial até os dias atuais chegando a esta massiva e incontestável situação de um contingente em completo desamparo como a que observamos, por exemplo, no território da Cracolândia no Centro de São Paulo, mas também, em vários outros territórios do país. Rotulados como problema e negligenciados pelo Estado, sobrevivem (e morrem) à margem da sociedade quando não são expulsos de um território para o outro indefinidamente.

Ao longo dos últimos anos a exclusão da população em situação de rua tornou-se tão naturalizada que a própria sociedade arrojou em culpar somente o sujeito como responsável de sua vulnerabilidade e em muitos casos reforçou também uma tabela de discursos fatalistas como se a pobreza fosse um castigo divino, um carma, uma prova de fogo que define personalidade e caráter, uma espécie de campeonato de sobrevivência que testa o limite do ser humano. Por outro lado, cresceu também o incômodo das elites sociais e a exigência de que a pobreza e o pobre já tão expostos a uma condição de vulnerabilidade seja exemplarmente expurgados para as longínquas e remotas periferias que sequer o campo de visão ou a percepção do mais atento cidadão seja capaz de alcançar.

A relação das elites e de boa parte das camadas da sociedade brasileira com a população em situação de rua nunca foi amistosa. Ao contrário, em sua maioria sempre defendeu ações de remoções compulsórias e apreensões de pertences pessoais em seus espaços de permanência, tornando-os ainda mais fragilizados e expostos ao universo de preconceitos e estigmas a qual estão diretamente interligados e frequentemente associados, não apenas às enfermidades mas também à delinquência, à marginalidade, à violência, acentuando o processo de expulsão desses atores dos principais centros para as periferias de maneira mais generalizada.

Para a população em situação de rua, a falta de condições mínimas de sobrevivência que levam à miséria e à fome geram situações de desgaste e de conflitos mais acentuados, fragilizando os vínculos ainda existentes, comprometendo qualquer possibilidade de resignificação de suas vivências. Nesse contexto, o uso de drogas, a violência estrutural simbólica e material e a solidão levam a rupturas irreparáveis. Como resultado, torna ainda mais difícil novas abordagens a esses sujeitos, seja por parte da política de Assistência Social ou mesmo por parte de

voluntários e/ou entidades da sociedade civil, causando desconfiança e resistência dos usuários sobre a eficácia de futuros encaminhamentos.

No Brasil, de acordo com o Ministério da Cidadania, segundo o Decreto nº 7.053 de 23 de novembro de 2009, Política Nacional da População em Situação de Rua “(...) trata-se de um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular”.

Apesar dos programas sociais desenvolvidos ao longo dos anos para a população em situação de rua serem diversificados e pautados nas diretrizes da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual prevê estruturação de uma rede de proteção incluindo as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, segurança alimentar, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos, estes têm em comum a ideia de institucionalização de práticas e muitos ainda priorizam a retirada dessas pessoas das ruas, oferecendo, porém, poucas possibilidades de reorganização de suas vidas.

Denotam-se assim, soluções imediatistas, muitas vezes ao encontro da remoção das pessoas em situação de rua dos seus espaços de permanência e moradia, gerando atos de violência, culminando na expulsão desses atores das principais áreas nobres da cidade. Demandando dessa forma o aprimoramento de metodologias e a montagem de retaguardas eficientes.

Diante do quadro de agravamento pandêmico e social no Brasil em decorrência da Covid-19 precisamos trabalhar para prover políticas públicas eficientes. O histórico da Assistência Social, antes de se tornar política pública, é caracterizada pelo assistencialismo, pelo clientelismo, pela caridade, pelo voluntariado e estes sentidos ainda estão presentes no cotidiano desta política até hoje (PESTANO, 2008).

No entanto, a contextualização da Assistência Social como direito e não como ajuda cresce não só no âmbito do Serviço Social, mas em uma conjuntura mobilizadora de classes no decorrer da década de 80. Desse modo, em meio a um cenário de crises econômicas e de luta por abertura política, em 05 de outubro de 1988, é promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, introduzindo um conceito abrangente de proteção social, compreendendo “[...] um conjunto integrado de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988, Art. 194).

No Brasil, desde o seu período colonial, a solidariedade dirigida aos mais pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. No modelo dessas iniciativas de assistência, também assentadas em hospitais e albergarias, foi criada, no final do século XV, a mais significativa e permanente instituição de assistência portuguesa: a “Irmandade da Misericórdia”, que veio para o Brasil aliada ao projeto colonizador, e retrata uma concepção cristã “[...] era a forma dos mais ricos exercitarem a caridade e ‘ascenderem ao reino do céu’ (SPOSATI, 1991, p. 83).

Visto essa primeira fase de colonização do país já no período de expansão das cidades pelo litoral e interior do Brasil, surgiu outra modalidade de alienação e controle do povo, no que concerne a assistência social, aos quais, alguns estudos chamam de “fenômeno do coronelismo” que demarca a força do poder local resultante do controle de votos do eleitorado em troca de promessas, favores e amparo às necessidades básicas.

Como podemos observar, historicamente, a Assistência Social se estabeleceu enquanto política sem muita importância para os governantes e até certo ponto, subalterna, que ora se desenvolvia através da filantropia, da benemerência e da caridade, e ora a base da “troca de favores”, seja para manter os ajustes sociais necessários, ou ainda, para garantir a permanência do interessante de uma classe dominante e a submissão dos mais pobres ao contexto de subserviência permanente.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ter um status de política pública, juntamente com a saúde e a previdência social, formando assim, a Seguridade Social no Brasil. Dessa forma, se busca a superação da ordem anteriormente constituída, em que a Assistência Social era vista como o espaço para benefícios, e passa-se a ideia de ser, de fato, uma política de garantia de direitos, conforme afirma Sposati (2004).

Assim, de acordo com a Lei 12.435/2011, conhecida como Lei do SUAS, em seu Art.1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Atualmente, como política pública devidamente estabelecida no Brasil, muitas leis, decretos, normas operacionais e orientações técnicas foram necessárias

para regulamentar as ações da Assistência Social e tais documentos têm sido escritos a partir das ruas, das contribuições, vivências, lutas e movimentos sociais, profissionais e usuários envolvidos na construção de uma efetiva cidadania de direitos (BRASIL, 1999).

Como Estado democrático de direito, sabemos que ainda precisamos avançar muito sob o ponto de vista de vários aspectos, uma vez que nenhuma democracia se faz de maneira vertical e definitiva, principalmente quando estamos rodeados por um governo autoritário, e quando o assunto é Assistência Social precisamos, sobretudo, observar a mentalidade das pessoas, políticos e gestores que, em parte significativa, parecem estar e/ou ficaram retidos ainda na prática do coronelismo e assistencialismo.

O público-alvo da Política de Assistência Social são os segmentos mais fragilizados (crianças e adolescentes, mulheres, idosos, população em situação de rua, entre outros) com necessidades provisórias ou permanentes, por privações financeiras ou outros fatores que os tornem vulneráveis, a fim de garantir qualidade, efetividade e ampliação da rede de atendimento, proporcionando aos seus usuários a possibilidade de superação das situações de precariedades e violações de direitos vivenciadas.

Aprovada em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, que apesar de relativamente recente no contexto histórico merece cuidado e garantias para a sua plena execução diante de um cenário sempre de perigo e fragilidade em se tratando das instabilidades políticas e econômicas brasileira. Desse modo, precisamos incorporar as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, já que a PNAS define o novo modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A NOB/SUAS, aprovada em 2005, pelo CNAS, apresenta os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Brasil, tais como:

- Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/1993 que regulamentava os artigos da Constituição que trata da Assistência Social;

- Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 que institui o SUAS-Sistema Único de Assistência Social;
- Norma Operacional Básica-NOBSUAS/2005;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/2006;
- Resolução 109-Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais/2009;
- Lei 12.435/2011-Lei do SUAS. (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS – MDS, novembro/2005).

Todas as leis supracitadas (BRASIL, 1993; 2005; 2009) trazem a regulamentação e orientações para o desenvolvimento da Política de Assistência Social como garantia de acesso a direitos pela população brasileira, sobretudo aquela que mais precisar.

Em Fortaleza, a Política de Assistência Social também vem se construindo, fortalecendo e consolidando programas e projetos sociais, assumindo o fundamental compromisso de enfrentamento à pobreza, que atinge grande parte da população dessa cidade, seguindo a concepção da garantia de direitos, ou seja, o acesso aos direitos socioassistenciais e a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, buscando desta forma desvencilhar-se de práticas antigas de fazer assistência, e ainda, do assistencialismo.

De acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, essa população, seja em Fortaleza e/ou em qualquer outra parte do Brasil e do mundo se apresentando de forma bastante complexa e heterogênea (BRASIL, 2008), pois abrange diferentes públicos e diferentes níveis de exclusão, talvez a mais grave de todas elas e também mais simbólica atualmente seja a remoção compulsória dessas pessoas dos seus espaços de permanência, geralmente espaços públicos em áreas mais nobres, sobretudo, aqueles espaços mais valorizados e com grande circulação de turistas, próximos de pontos comerciais, cinemas, teatros, supermercados, dentre outros, criando um certo clima de insegurança, desconforto e intolerância entre essas diferentes realidades.

Portanto, a realidade brasileira é que a excessiva valorização agregada às áreas centrais e nobres das cidades, que recebem melhor tratamento urbanístico por parte dos governantes, sendo equipadas com saneamento básico, iluminação pública, pavimentação das ruas, fez com que os moradores mais necessitados não

tivessem condições de adquirir imóveis nestas áreas, mas sabem que nelas podem ainda sobreviver mesmo que de maneira improvisada, indesejada e ameaçada.

Além de complexa, a população em situação de rua também é heterogênea, ou seja, com histórias de vidas que perpassam por problemas referentes à migração, ao desemprego, à baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação profissional, ao uso abusivo e frequente de álcool, crack e outras drogas, à baixa autoestima, ao desenvolvimento de transtorno mental e diversas outras formas de adoecimento, ao abandono da realidade temporal e espacial, aos conflitos familiares, dentre outros (BRASIL, 2009). É importante enfatizar, ainda, que como agravante de toda essa situação, a população em situação de rua tem que enfrentar o estigma e o preconceito da sociedade em geral que os vê muitas vezes como “ameaçadores, desordeiros, marginais, vagabundos e perigosos”.

Por todas essas considerações, o viver na Rua adota uma dinâmica paralela ao modelo posto pela sociedade, onde o imediatismo, a forma de sustento, o improvisado nas moradias e as relações efêmeras e fragmentadas, sejam de trabalho, amizade e ou afetivas, se tornam frequentemente questionadas pela maioria das instituições sociais e também pela própria sociedade de modo geral, causando estranhamento e rupturas de convivência entre essas partes.

Enquanto que para boa parte da sociedade, a rua se configura como sendo local de transitoriedade, circulação e de passagem, para outros, no entanto, é local de permanência, fixação e moradia, de exposição da própria vida, suas relações e rotinas. Para muitos é impossível viver na Rua e para milhares de homens e mulheres e suas famílias, mais que uma alternativa é a única realidade possível de sobrevivência. O viver na Rua se apresenta de uma maneira dicotômica onde a liberdade de não seguir normas e regras traz certo fascínio, mas as dificuldades geradas pelas carências básicas, a violência constante e o preconceito vivenciado acarretam sentimentos ambivalentes e muito sofrimento. “A rua não é apenas um lugar de circulação. Para muitos, é lugar de viver” (CRAIDY, 1999, p. 21). Rosemberg (1996) define a rua como “(...) toda via ou logradouro público externo” (p. 31), incluindo avenidas, parques, praças, estacionamentos, jardins, feiras, calçadas, assim como todo espaço público ao redor de instituições ligadas a comércio, alimentação, lazer, transporte, desporto, saúde e religião, dentre outros.

O descaso do governo federal com as pessoas em situação de rua é tão ultrajante que nenhuma nova pesquisa e atualização do perfil e necessidades dessas pessoas foi realizada em âmbito nacional após 13 anos, desde a realização da

primeira e única pesquisa coordenada nacionalmente pelo o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no ano de 2007.

Sem pesquisas para pautar o andamento dos atendimentos seguimos tateando e desatualizados nas estatísticas e sem o real retrato da realidade desse público vulnerável. Sem o devido conhecimento sobre as demandas dessas pessoas e como as políticas públicas devem se nortear para atuar diante dos desafios que se apresentam, e quais as medidas a serem adotadas com mais urgência para o alcance eficiente dessas demandas, inevitavelmente os resultados continuarão incipientes. Já àquela época alguns dados apontavam para o tamanho do fosso e demandavam de intervenções urgentes e imediatas que infelizmente ficaram no registro estatístico sem que nada significativo pudesse alterar a realidade.

De acordo com a Pesquisa Nacional Censitária da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 cidades do país (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes), foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos e essa população desenhava um perfil que se apresentava predominantemente: masculina (82%), com idade entre 25 e 44 anos (53%), declarando-se pardas (39,1%), provenientes do mesmo município em que viviam (45,8%), com ensino fundamental incompleto (48,4%), tendo no uso de álcool e outras drogas a razão de ida para as ruas (35,5%). Em relação à renda e ocupação, 52,6% recebiam entre R\$ 20 a R\$ 80 semanais, 70,9% exerciam algum tipo de atividade remunerada e apenas 15,7% praticavam a mendicância. Além disso, a maioria era usuária de drogas (72%), não eram beneficiadas pelos programas governamentais (88,5%) e não possuíam qualquer tipo de documentação civil (24,8%).

Quando falamos sobre pessoas, sabemos que há particularidades e vivências diferenciadas entre elas e que cada uma pode ter apresentado um motivo particular para viver nas ruas, mas há também questões em comum e até mesmo motivações múltiplas que são repetidamente vistas em muitos casos. Em conformidade com a Pesquisa Nacional Censitária da População em Situação de Rua realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2007 relacionou alguns desses fatores. Quanto aos motivos que levam as pessoas a morar nas ruas, os maiores são: alcoolismo e/ou uso de drogas (35,5%), perda de emprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Das pessoas entrevistadas, 71,3% citaram ao menos um dos três motivos e muitas vezes os relatos citam motivos que se correlacionam dentro da perda de emprego, uso de drogas e conflitos familiares.



Essas constatações embora defasadas pelo tempo, mas necessárias para uma melhor compreensão desses atores sociais ao longo dos anos, demanda dos profissionais da política de Assistência Social muita atenção e múltiplos olhares para o alcance de resultados. Isso denota, por exemplo, o quão específico deve ser o trabalho dessa política pública e qual deve ser a atuação dos seus técnicos para uma devida abordagem de cada caso e melhor atendimento e encaminhamento desses indivíduos e/ou grupo familiar.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 93-95) identificam pelo menos três situações em relação à permanência na rua:

As pessoas que ficam na rua: configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo, da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. As pessoas que estão na rua: são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. As pessoas que são da rua: são aqueles que já estão fazendo um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência (VIEIRA et al., 1994, p. 93-95).

Há ainda quem defenda que existe uma diferença entre população de rua, população em situação de rua e morador de rua, sendo esta última já cronicada. Conforme Vieira et al (1994), são as situações de permanência na rua, ou seja, ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente), que dentre outras, facilitará o entendimento, o atendimento e o acompanhamento a essas pessoas nos equipamentos sociais, principalmente o Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Geralmente, se emprega o termo “população em situação de rua” para designar uma condição passageira, temporária, e que se acredita também, que seja possível de superação mediante acompanhamento sistemático, seja através das políticas públicas, organizações da sociedade civil, ou também a partir de esforço próprio de cada indivíduo. Assim, podemos conceituar a população de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (DECRETO nº7053/2009-Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, art.1º, Parágrafo Único).

O entendimento sobre a vivência na rua não implica apenas em enfrentar carências, mas adquirir novos referenciais de vida social que diferem na maioria das vezes daqueles relacionados aos valores normalmente associados. A partir do momento que as ruas são adotadas como o espaço de permanência e de moradia, as referências no cotidiano de quem vive a rua não somente como lugar de passagem, muda de configuração e em grau de dificuldade, e em vários casos, torna-se também mais difícil de abordagem, solução e encaminhamentos.

Por estes motivos, as unidades de acolhimento institucional assumem importância temporária para as necessidades básicas mais urgentes desses sujeitos quando causados por uma incapacidade ou ameaça iminente, mas após minimamente solucionada, contribui para o retorno dessas pessoas outra vez para o espaço da rua. Aqueles que passam a morar nas ruas desenvolvem um modo de vida próprio nesse contexto, elaborando formas específicas de sobreviver e conviver apesar das dificuldades, dos problemas e das adversidades.

Ao contrário do que pensa uma parcela desinformada da sociedade, a população em situação de rua estigmatizada pelos termos “marginais”, “vagabundos”, “preguiçosos”, dentre outras nomenclaturas pejorativas, é na verdade composta, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional Censitária da População em Situação de Rua, em grande parte de trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). A mendicância como principal meio para a sobrevivência corresponde apenas a 15,7% das pessoas.

Estes dados são importantes para desfazer o preconceito muito difundido que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”. Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria. Deste modo, a maioria tem profissão, ainda que não a estejam exercendo no momento: 58,6%

dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas destacam-se aquelas vinculadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Esta não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isto ocorreu há muito tempo (50% há mais de 5 anos; 22,9% de 2 a 5 anos).

Atualmente prejudicados pelos riscos de contaminação da covid-19 e dos sucessivos decretos de isolamento social mais rígidos impondo maior restrição sobre o funcionamento de comércios e de menor circulação de pessoas nos centros das cidades, sem trabalho e geração de renda, a maioria da população em situação de rua passa a depender mais da caridade e da atenção de grupos voluntários que distribuem comida na rua, mas também e principalmente dos equipamentos da política de Assistência Social para a manutenção da subsistência diária.

Sem o avanço significativo nos índices de imunização da sociedade contra a covid-19 a níveis adequados capazes de promover uma barreira de proteção para a maioria da população brasileira, vivemos aterrorizados com os efeitos da segunda onda de infecção que se mostrou ainda mais mortal diante da descoberta de variantes e mutação do vírus, e a possibilidade de uma terceira onda que não deixou de ser descartada pelas autoridades sanitárias.

A cidade de Fortaleza, como qualquer outra do país, busca alternativas viáveis para a convivência entre a retomada gradual da economia e a manutenção das rotinas e protocolos de segurança no combate à covid-19, mas continua vivenciando um enorme desafio diante da magnitude no quantitativo de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social expostas aos riscos de contaminação nos mais diferentes espaços públicos da cidade.

Ainda diante do agravamento da pandemia as pessoas em situação de rua demandam de atendimentos especializados nos mais variados aspectos de suas vivências e realidades, tais como, a necessidade de retirada da documentação civil, a orientação sobre a oferta de auxílio emergencial e outros benefícios eventuais, acolhimento institucional, segurança alimentar, cuidados básicos de higienização pessoal, moradia, qualificação profissional, tratamento da dependência química, fortalecimento dos vínculos familiares, trabalho e geração de renda, dentre outros do sistema da garantia de direitos.

Visualizar a trajetória da Assistência Social é perceber a própria trajetória do direito à luz da cidadania, que no caso das pessoas em situação de rua ainda se faz num contínuo processo de construção, fortalecimento e necessidade de vigilância, que perigosamente nos últimos três anos dessa recente trajetória se mostrou claramente evidenciados pelos sucessivos ataques, cortes e congelamento no orçamento levantando contradições e tentativa de desmonte das políticas públicas em geral.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É necessário perceber que a Política de Assistência Social permanece em contínua construção em todo o Brasil e também em Fortaleza. Nesse cenário, fica evidente que encontramos importantes avanços e muitos desafios. Entretanto, observa-se a existência de uma caminhada positiva, numa tentativa de acertar e proporcionar às pessoas em situação de rua e maior vulnerabilidade social uma melhor qualidade de vida e a garantia de atendimento socioassistencial e acesso às políticas públicas intersetoriais, o direito à cidade, e ainda, a possibilidade de se repensar, ressignificar e superar a vivência de rua.

Faz-se, ainda, necessária uma maior sensibilização de gestores, profissionais e sociedade civil de um modo geral, para que entendam a população em situação de rua na sua integralidade e não somente de maneira fragmentada, quase sempre subjugada e estigmatizada, atribuindo a eles todas as violências, contradições e conflitos existentes na cidade, bem como, o melhor direcionamento das demandas apresentadas.

A luta pela garantia e a verdadeira efetivação dos direitos da crescente população em situação de rua nas cidades de todo o Brasil, principalmente diante desse caos pandêmico que se apresenta e se mostra longe de uma solução razoável, é urgente e necessária de entendimento por parte de toda a sociedade.

O engajamento político e social da população em situação de rua enquanto verdadeiros protagonistas e cidadãos de direitos na direção da promoção e garantias de políticas públicas que correspondam às demandas trazidas das calçadas, das praças, dos viadutos, e que a partir de suas vivências, vulnerabilidades, percepções e dificuldades possam combater as práticas meramente assistencialistas e higienistas, exigindo a implementação de políticas públicas eficientes e coerentes no combate da pobreza extrema, da precarização do emprego, da falta de moradia digna, do acesso à educação e à qualidade de vida para todos.

## 4 REFERÊNCIAS

Substituir por:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. LOAS Anotada. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Secretaria de Estado da Assistência Social. Mínimos sociais. Questões conceituais opções e estratégias**. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS – MDS, nov/2005**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Pesquisa Nacional Censitária e por Amostragem da População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome(coordenador). Brasília, 2007. BRASIL. MDS. **Guia de Políticas e Programas**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

BRASIL. **Caderno de Orientações técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a população em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, Setembro de 2011.

CRAIDY, Carmem Maria. **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre, RS. Artes Médicas. 1999.

PESTANO, Cíntia Ribes; REIS, Carlos Nelson. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 5, ano V, nov.2008.

ROSEMBERG, Fulvia. Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: procedimentos de uma pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 9, 21-58, 1996.

SPOSATI, A. **A Assistência Social no Brasil 1983-1990**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, A. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

# Pessoas em Situação de Rua e o uso de crack e outras drogas: relato de uma equipe de aproximação social de rua

*Itamar Sousa de Lima Júnior*

*Fábio Pereira da Silva*

*Gilson Rodrigues Silva Júnior*

## 1 INTRODUÇÃO

Este relato visa compartilhar a experiência e as estratégias de proteção social e redução de danos praticadas por uma equipe de aproximação social de rua com pessoas usuárias de drogas, em situação de risco e vulnerabilidade social no município de Recife – PE. O serviço em questão se chama Programa Atitude<sup>1</sup>; trata-se de um projeto do governo do estado executado por Organizações Sociais em quatro cidades do estado. Três núcleos do projeto funcionam na Região Metropolitana do Recife; um núcleo no próprio município de Recife, um no Cabo de Santo Agostinho, um em Jaboatão dos Guararapes e outro em Caruaru, no agreste pernambucano.

O Programa Atitude é um serviço de baixa exigência que atua a partir da estratégia da redução de danos; elaborado em 2011 pelo estado de Pernambuco para reduzir os índices dos Crimes Violentos Letais Intencionais, os CVLIs (RIGONI; BREEKSEMA; WOODS, 2019). O serviço atua diretamente com pessoas usuárias de crack e outras drogas e toma como diretriz de funcionamento a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>2</sup> para uma atuação

---

<sup>1</sup> O programa Atitude é uma referência nacional e é reconhecido internacionalmente como uma estratégia de redução de danos criativa para pessoas usuárias de crack e outras drogas. A forma como o serviço dialoga com a estratégia de redução de danos está relatada num estudo realizado em 2018, que conta várias experiências eficazes para a promoção do cuidado e proteção de pessoas usuárias de drogas estimulantes. São ideias criativas baseadas na redução de danos em países de diferentes continentes descritas no livro *Speed Limits: Harm reduction for people who use stimulants*; traduzido para o português pela Escola Livre de Redução de Danos como *Limites da correria: redução de danos para pessoas que usam estimulantes* (RIGONI; BREEKSEMA; WOODS, 2019).

<sup>2</sup> O serviço busca sua tipificação na política da Assistência Social, tendo semelhanças com os serviços de acolhimento institucional, com as equipes de abordagem social e o serviço especializado para a população em situação de rua. Ver a Re-

referenciada na Política Nacional de Assistência Social, e desse modo executa complementarmente a proteção social especial de média e alta complexidade da política citada.

O serviço, constitui-se em quatro núcleos nas cidades em que estão dispostos. Os núcleos contam com quatro modalidades de atendimento cada, sendo: o Centro de Acolhimento Apoio, onde as pessoas acessam diariamente para realização de necessidades básicas como alimentação e banho, acompanhamento socioassistencial por equipe interdisciplinar e estrutura para dormida de pessoas que se encontram com a vida em risco; o Centro Intensivo que funciona como um abrigo institucional - em Recife, o Centro Intensivo é específico para mulheres, suas crianças de até dois anos e pessoas transgênero feminino -, nos outros municípios os serviços são mistos; já a modalidade do Aluguel Social funciona semelhante a uma república, onde as pessoas são incluídas em moradias financiadas pelo serviço. A outra modalidade se chama Atitude nas Ruas (ANR); descreveremos e aprofundaremos esta última durante o relato.

Os autores deste relato compuseram uma equipe do Atitude nas Ruas (ANR), sendo o motorista a pessoa com mais tempo de trabalho no serviço, desde a fundação em 2011; o técnico social em psicologia com entrada em 2019 e o educador social que iniciou no serviço em 2020. Assim, o relato faz um recorte de tempo situado entre 2019 e meados de 2021. O serviço do ANR tem características similares aos dos serviços especiais de abordagem social municipais<sup>3</sup>; guardando a peculiaridade de as equipes serem redutoras de danos. Faz a aproximação social de rua e atendimento a pessoas em situação de rua, realiza traslado das pessoas atendidas, articulação entre serviços, encaminhamentos para equipamentos de atendimento, oficinas, acompanhamento familiar e demais ações e atividades que se desdobram dos atendimentos nas ruas.

A ideia aqui não é fazer uma análise da prática institucional do serviço, mas sim, de partilhar a forma de aproximação social que facilitou nosso trabalho nas ruas dentro de um equipamento público que presta um serviço crucial para as

---

solução nº 109, de 11 de novembro de 2009; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

<sup>3</sup> Utilizaremos o termo aproximação social em vez de abordagem social, pois o termo abordagem remete à atuação de agentes de segurança pública, e a intenção de uma equipe de redução de danos nas ruas é de estabelecer vínculos que ajudem a construir possibilidades de acesso aos direitos sociais.

peças que precisam de cuidado e proteção por causa do uso abusivo de Substâncias Psicoativas (SPA). As narrativas trazidas são produto de discussões internas entre nossa equipe. Falamos aqui de uma rotina que é estabelecida no próprio cotidiano da atuação. Como estávamos boa parte do tempo nas atividades de rua, era preciso que avaliássemos com certa agilidade as demandas que chegavam através da nossa presença nos territórios, pois nem sempre havia condições de esperarmos reuniões ou deliberações de alguns serviços para dar conta das vulnerabilidades encontradas. Às vezes a pessoa estava na iminência de sofrer alguma violência física ou mesmo já havia sofrido, ou ainda estava tão debilitada por questões de saúde ou por consumo excessivo de SPA. E assim, com certa frequência, nossa intervenção precisava achar o melhor caminho a se seguir durante o acontecimento no território. Ou seja, embora estivemos amparados por protocolos de atendimentos e baseados em estratégias discutidas no serviço, cada situação poderia desdobrar em vários caminhos para conseguirmos garantir a efetividade do atendimento à pessoa em vulnerabilidade.

## **2 REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA**

Refletir sobre a prática aqui significa, dentre outras questões, falar sempre das vulnerabilidades sociais. Então, parte de nossas discussões aconteciam durante o nosso traslado, momento em que estávamos à sós no carro. Isso se dava por dois motivos, primeiro que estamos falando de uma quantidade enorme de pessoas que estão em situação de rua, fazendo uso abusivo de SPA e correndo risco por causa do comércio de drogas. Assim, em vários momentos precisávamos rever as estratégias de cuidado para dar conta de várias cenas de uso de crack nos nossos territórios de atuação. Algumas situações não podem esperar muito tempo para se resolver, e como atuávamos em ao menos cinco bairros em localidades que nem sempre eram próximas, utilizar o traslado como um espaço de avaliação de nossa intervenção era estratégico. O carro era também o local onde instituímos para falar de nossas angústias e impotências diante as negações de direitos que encontrávamos todas as vezes que colocávamos os pés nas ruas. No carro, discutíamos entre nós, expúnhamos a nossa indignação, nos apoiávamos e ficávamos desolados, às vezes. Era comum um desabafo do tipo: “Como pode ser?... ela é só uma criança...”. Eram discussões que perpassavam o serviço, mas principalmente a dignidade humana. Uma menina não pode estar submetida à exploração sexual e fazer uso de crack, certo? A prática, infelizmente, diz outra coisa.



Essas angústias, sabemos, não são só nossas. Pessoas que trabalham em contexto de alta vulnerabilidade se deparam com situações limite o tempo todo. Diante do cenário que estava posto, as nossas discussões quase sempre geravam intervenções mais diretas. De acordo com as vulnerabilidades presenciadas, decidíamos ou intervir na hora exata – avaliando os benefícios de nossa atuação de forma emergencial - ou planejar ações que tocassem diretamente em determinado contexto de vulnerabilidade, podendo ser algo individualizado ou coletivo. Apresentaremos dois exemplos de como essas decisões acontecem na prática<sup>4</sup>:

**Exemplo 1:** *Encontramos um homem adulto em uma das cenas mais quentes de nossa atuação, local onde havia muita violência e falta de acesso a serviços que atendessem pessoas usuárias de crack e em situação de rua. Este rapaz tinha uma boa vinculação com o motorista, posto que se conheciam há anos. Quando chegamos no território, ele veio direto ao nosso encontro; cabeça baixa, como se estivesse envergonhado. Nos falou que havia acabado de sair do trabalho e disse que tentou não fazer o uso do estimulante, pois queria usar seu dinheiro para outras coisas pessoais. Perguntamos se ele iria para casa aquela noite. Ele disse, sem nos convencer muito, que iria para casa; só ia dar mais um tempo na cena e seguiria para casa. Perguntamos se aceitava que o levássemos para casa. Ele aceitou. Sabíamos que ele tinha condições de ir só, não estava debilitado, tinha recurso para pagar a passagem para casa, mas também sabíamos que era comum as pessoas receberem o dinheiro da semana e passarem o final de semana nas ruas fazendo uso intenso de crack. Levamos ele para casa. Não era nosso roteiro do dia, mas sempre que alguém aceitava ser levado para casa, criava-se um vínculo diferente. No carro, dava tempo de “entrar na mente”<sup>5</sup> das pessoas, e era um ambiente seguro para fazer as pessoas ficarem mais à vontade. A carona para casa nunca foi crucial, mas sim a oferta de cuidado por um serviço que se destina a atuar na garantia dos direitos.*

**Exemplo 2:** *Encontramos uma mulher jovem, em um bairro onde havia dezenas de pessoas em cenas de uso. Local muito agitado, onde nossa atenção precisava ser*

---

<sup>4</sup> Por questões de sigilo não apresentaremos nomes, detalhes discricionais, descrições pessoais ou mesmo as localidades de nossa atuação.

<sup>5</sup> Entrar na mente é um termo utilizado por boa parte das pessoas em situação de rua que atendíamos. Remete à intervenção que gera reflexão nas pessoas para tomada de decisões ou posicionamentos frente a sua necessidade.

*redobrada. Nossa equipe era formada por três homens, e isso impedia nossa aproximação a ela. Chegamos à conclusão que era preciso uma mulher para atendê-la. Mas como, se ela mal queria a água que levávamos? Presentes, mas sem ultrapassar o espaço vital da jovem, um dia, após ser servida com água, ela chegou e perguntou se podíamos ajudá-la. Disse que não poderia ir naquela hora para um abrigo conosco, pois tinha umas pendências. Logo, combinamos dia e hora, e já no carro passamos a mobilizar todo o serviço para que ela fosse atendida. Assim, tínhamos combinado que uma de nossas colegas iria conosco para a aproximação de rua. Em pouco tempo ela não só tinha sido atendida, como também tinha sido garantida sua vaga em serviço de acolhimento institucional que era seu desejo.*

Partindo da premissa política que direitos não são negociáveis buscávamos a forma efetiva de uma pessoa acessar os seus direitos. Rapidamente entendemos que oferta de serviço e acesso a serviço eram coisas bem distintas, principalmente para pessoas em situação de rua e usuárias de drogas. Entendemos que algumas pessoas precisavam que as conduzíssemos a algum serviço, mesmo que houvesse oferta e funcionamento regular deste. Com algumas pessoas o direito foi negado por tanto tempo que elas passaram a acreditar que algumas coisas na vida não eram para elas. Encontrar portas que se fecham por não estarem com roupas limpas ou descalças, é um dado de realidade. Em seguida falaremos um pouco mais sobre a caracterização das pessoas atendidas. Doravante, esse relato pretende contar parte de nossa experiência<sup>6</sup> pautada na defesa intransigente dos direitos humanos, na educação social de rua e na estratégia de redução de danos.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ATENDIDAS**

As pessoas atendidas nas ruas por nossa equipe estavam em vários pontos de Recife e em alguns pontos da Região Metropolitana de Recife, geralmente pessoas com trajetória de vida nas ruas, homens jovens, negros, com baixa escolaridade, com histórico de privação de liberdade, extremamente pobres, fazendo o uso problemático do crack, trabalhadores informais, entre outros aspectos. A maior parte

---

<sup>6</sup> Segundo Benjamin (1994) a experiência é algo a ser transmitida. As narrativas são o exemplo de como a experiência tem a função de comunicar algo vivido, para isto as experiências precisam ser comunicáveis. Para o autor a dificuldade de transmitirmos a experiência tem modificado a forma como nos relacionamos e criado uma pobreza de experiências.

das pessoas atendidas estavam em situação de rua, assim, era preciso compreender quais os direitos dessa população e como a política pública para a população em situação de rua refletia na realidade de quem precisava dela.

As pessoas em situação de rua têm uma caracterização diversa e bastante ampla<sup>7</sup>, são diretamente prejudicadas por falta de estratégias das políticas públicas para a garantia de seus direitos. Ademais, mesmo a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (PNIPSR) sendo de 2009, vários estados e capitais ainda não se adequaram a este marco legal. O estado de Pernambuco e o município de Recife iniciaram o processo de elaboração da política pública em nível estadual e municipal respectivamente, mas até o momento em que este texto está sendo construído as políticas ainda não tinham sido finalizadas. Sem a política pública estabelecida pelos entes federados como preconizada na política nacional (BRASIL, 2009), há uma dificuldade concreta para a garantia dos direitos humanos deste público: falta de prioridade.

Sem políticas públicas vigentes nos níveis estadual e municipal a corresponsabilidade das políticas setoriais como habitação, trabalho e renda, por exemplo, não conseguem ser ativas na vida das pessoas em situação de rua. Segundo os princípios e diretrizes da política nacional é necessário que sua concretude seja efetivada através de um conjunto de ações nas diversas políticas sociais que devem ser asseguradas pelo Estado (BRASIL, 2009):

As propostas assinaladas representam uma agenda mínima de ações, cuja implementação constitui desafio para toda a sociedade brasileira, tanto para os gestores governamentais quanto para a sociedade civil, devendo as mesmas serem detalhadas em programas, planos e projetos dos Ministérios e órgãos, contendo estratégias e mecanismos de operacionalização (p.16).

Assim, a efetivação da PNIPSR versa sobre ações a serem realizadas de forma intersetorial, ou seja, pelas diversas políticas que atendem diretamente esta população, a saber, são ações no campo dos Direitos Humanos, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Urbano/habitação, Assistência Social, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde e Cultura.

---

<sup>7</sup> Cf. a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

Estar ciente destes processos nos ajudou a ler a realidade a partir do direto e chegar à conclusão de que as pessoas atendidas nas ruas acumulam vulnerabilidades que perpetuam ciclos de preconceitos, exclusão e desumanização. Para as pessoas pretas, transsexuais, extremamente pobres e que fazem o uso do crack de forma intensa, por exemplo, os riscos acabam se aglutinando. A situação de rua nos mostrou que há problemas estruturais muito anteriores ao uso de drogas ou à situação de falta de moradia. Cabe aqui relembrar que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravização; ao todo foram trazidas de África cerca de 6 milhões de pessoas em condições subumanas até o final do século XIX (REIS; GOMES, 1996).

Sabíamos que as pessoas que estávamos atendendo nas ruas não haviam chegado à situação de vulnerabilidade do dia para a noite. Os vários relatos que escutávamos por dias a fio falavam de trajetórias de negação de direitos, ausência de cuidados básicos, violências cotidianas e preconceitos de todas as ordens. Eram fruto de processos históricos. Ignorá-los não era uma possibilidade para nós. Então, lançávamos mão de estratégias que pudessem nos auxiliar para falarmos sobre educação em direitos humanos, redução de danos e riscos, violência, entre outras questões. Uma das estratégias era utilizar a linguagem que é vigente nas ruas, termos que são rotineiros no dia a dia como: “ideia check”, “moscar” e “castelar”<sup>8</sup>. Ao longo do relato outros termos aparecem de forma contextualizada. Assim, tematizávamos as situações que encontrávamos nas nossas aproximações com vistas a atenuar cada circunstância violadora de direitos. O objetivo de tais discussões era para situar a pessoa como agente direto da situação em que se encontrava, mas não como a responsável por estar em vulnerabilidade, pois essa vulnerabilidade tinha forte ligação com a sua trajetória e com a negação histórica dos direitos humanos em sua vida. Se tornou - para nós - um imperativo afirmar que as pessoas pretas e pobres não eram vítimas e/ou algozes de violências apenas por escolha. Sobretudo, se a única escolha que teve à mão foi a da ida para as ruas.

O Brasil é um país perigoso para uma pessoa negra viver. Àquelas pessoas que precisam fazer seus “corres”<sup>9</sup> diários para garantir o uso de SPA nas ruas

---

<sup>8</sup> Os termos utilizados no cotidiano das ruas significam: ideia check: ideia precisa, orientação adequada, aconselhamento; moscar: ficar de bobeira, se colocar em risco; e castelar: ter pensamentos persistentes, refletir sobre algo. Ex.: - Fiquei castelando naquela ideia check de vocês. Não vou ficar mais moscando aqui.

<sup>9</sup> Corre se refere a busca da subsistência, compra de drogas e estratégia de conseguir dinheiro, seja por trabalho ou por outro meio.

sabem muito bem como operam as violências, seja do comércio de drogas, seja dos agentes públicos de segurança. Nosso trabalho em direitos humanos tentava demonstrar que a pessoa atendida não estava numa situação de risco por coincidência. As ameaças sofridas por causa de dívidas com o comércio de drogas, por exemplo, não eram fruto de escolhas ruins, mas sim, da falta de políticas reparadoras para pessoas pretas e pobres e da inabilidade do Estado brasileiro em tratar de forma democrática o uso das drogas. Não é nossa intenção aprofundar o debate socioantropológico, mas os fatos históricos trazem evidências concretas de como o Estado ajudou a criar e manter os ciclos de violação de direitos.

É sabido que a partir da Lei áurea de 1888 a institucionalização da escravização não era mais permitida no Brasil, mas há uma sucessão de fatos notórios que precisam ser levados em consideração. O Estado brasileiro criou em 1890 o seu segundo código penal. Nele havia artigos que puniam pessoas sem teto, desempregadas e praticantes de capoeira<sup>10</sup>, por exemplo. Entre a lei que “liberta” e a lei que pune, parece-nos que a segunda foi bem mais eficiente. O nível de subjugação das pessoas negras recém libertas está registrado assim:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

[...] Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellullar por dous a seis mezes [sic].

---

<sup>10</sup> Ver o Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código penal dos Estados Unidos do Brazil. 1890, que instituiu o código penal brasileiro de 1890, onde a falta de moradia, emprego, e ainda a prática de atividades grupais eram tipificados como crimes, a lei criminalizava as pessoas que não estavam exercendo atividade laboral, pedintes e a prática da capoeira.

Esta lei não está mais vigente, mas na rua não era difícil escutarmos relatos de que a polícia acordava as pessoas com chutes e ameaças; mandando as pessoas saírem ou as expulsando-as dos logradouros públicos. Outro fato notório nos leva a compreender que o Brasil é um país perigoso por causa da quantidade de homicídios que acontecem diariamente. Segundo o Atlas da Violência de 2020 (CERQUEIRA et al., 2020), em 2018 as mortes por homicídio computadas no Brasil somaram 57.956, sendo a taxa de homicídios de 27,8 mortes por cada 100 mil habitantes.

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria (CERQUEIRA et al., 2020, p.20).

Para a população negra os dados são ainda mais alarmantes. 75% de todos os homicídios praticados em 2018 foram contra pessoas negras; a taxa de homicídios naquele ano foi de 37,8 mortes por cada 100 mil habitantes. Seguindo o fluxo do acúmulo de vulnerabilidades, o IPEIA constatou que em Pernambuco entre 65% e 75% dos crimes violentos letais intencionais estão relacionados ao comércio de drogas. Diante deste cenário, nossa atuação precisava ser efetiva, pois as condições estruturais não permitem dignidade para as pessoas usuárias de crack e em situação de rua, como os dados mostram.

Várias pessoas atendidas por nossa equipe tinham algum risco de vida relacionado aos conflitos que envolvem a busca pela subsistência, seja pela prática de ilícitos, seja pelo uso abusivo de SPA gerando em muitos casos dívidas que podem ser pagas com a própria vida. Assim, em certa medida, nosso trabalho também presenciava cotidianamente situações de violências físicas, psicológicas, ameaças de morte. Presenciávamos algumas tentativas de homicídio por conflitos interpessoais, mas também por prestação de contas das dívidas relacionadas às drogas, especificamente ao crack.

Desta feita, sempre avaliávamos o quanto de risco era possível administrar para garantir atendimento e a preservação da vida das pessoas em cenas de uso. Por diversas vezes tivemos que sair apressados com o carro, porque um de nós

percebeu um conflito mais grave, ou mesmo, diante um fato violento provocado por cobrança de dívidas. Sabíamos que os conflitos e violências nas ruas são constantes, e que a nossa equipe ter presenciado algo mais grave era apenas um retrato momentâneo daquela situação. Sabíamos que para quem está há vários dias nas ruas ou tem trajetória de anos nessa situação, a nossa atuação territorial era apenas um paliativo diante as negações de direitos, pois garantir a segurança das pessoas era da ordem do impossível. Logo, a nossa atuação em território precisava estar alinhada com as características das pessoas beneficiadas. Sempre buscando flexibilidade e abertura nos diálogos com as pessoas atendidas, baseando a atuação na perspectiva da baixa exigência. Como exemplo podemos citar que era comum nas cenas de uso, as pessoas serem atendidas enquanto estavam usando suas substâncias, ou mesmo quando precisavam de fazer um “corre” e pediam que passássemos depois de algum tempo novamente. Essa forma de estar nos territórios garantem acesso a direitos.

#### **4 METODOLOGIAS SOCIAIS APLICADAS**

A redução de danos e a educação social são os caminhos de cuidado e proteção que fazemos questão de destacar como metodologias efetivas de acesso e vinculação às pessoas em situação de rua e usuárias de crack e outras drogas. As práticas dessas estratégias se alinham para diversas situações e partem de princípios regidos pelos direitos humanos. Aqui não estamos propondo ineditismo, mas sim reivindicando formas de atuação adequadas à necessidade das pessoas atendidas em serviços socioassistenciais.

A redução de danos (RD) tem se afirmado como um conjunto de práticas que contribuem para o processo de cuidado e educacional de pessoas que fazem uso de SPA. A RD visa atenuar os riscos e danos do uso das substâncias, para garantir experiências menos danosas, mas também para auxiliar pessoas que chegaram à situação de vulnerabilidade social por causa do uso abusivo das substâncias; o que, na nossa experiência, relaciona-se com a falta de uma estrutura de Estado que consiga absorver as pessoas usuárias em políticas públicas que promovam a dignidade humana e elimine o perigo iminente do relacionamento com o comércio de drogas, posto a ilicitude de drogas como a maconha e o crack.

O livro *Limites da Correria* (RIGONI et al., 2019) traz uma revisão de literatura sobre RD que reúne práticas e estratégias utilizadas por programas ou

projetos dedicados a pessoas usuárias de drogas pelo mundo todo. “Existe um aumento das evidências acadêmicas e não acadêmicas sobre o que é eficaz para reduzir os danos do uso de drogas estimulantes. Isto se deve ao aumento do volume de pesquisas, e ao aumento da necessidade prática [...]” (RIGONI et al., 2019, p.35). As experiências relatadas no texto mostram estratégias que vão desde kits para fumar com maior segurança a moradias para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. O estudo mostra que a aproximação social de rua também se caracteriza como uma dessas estratégias de redução de danos, o que de fato se alinha com a nossa prática e atuação em território.

A redução de danos é um dos pilares fundamentais do serviço do ANR. Sem a redução de danos facilmente a estrutura do serviço seria comprometida e não teria efetividade. Nossa equipe estava nas ruas com pequenas coisas que ajudam no estabelecimento da redução de danos, seja pelo fato de distribuímos água ou preservativos, mas também pela abertura que surge nesse contato para dialogarmos sobre a prevenção dos riscos sexuais, por exemplo. No entanto, reduzir danos no contexto de proibição das substâncias é um desafio ainda mais complexo, posto que a estrutura de políticas públicas de drogas ainda está pautada exclusivamente no combate às drogas ilícitas e consequentemente às pessoas que usam estes tipos de substâncias.

Algumas vezes ouvíamos os relatos das pessoas atendidas que haviam sofrido alguma violência ou negligência pelo fato de serem usuárias de drogas; em outras vezes presenciávamos as tais cenas. Agentes de segurança pública e privada que referiam ameaças contra as pessoas atendidas, a dificuldade de acesso a serviços públicos, incluídos os de saúde e de assistência que, por vezes, negam o atendimento de uma pessoa sob efeito de SPA, são alguns exemplos. Ao nosso ver, falta integração entre as políticas públicas para a efetivação da redução de danos como uma estratégia permanente de proteção social para pessoas usuárias de drogas. Diante tais dificuldades e barreiras para a nossa prática, tínhamos sempre como horizonte de possibilidades a construção gradativa de vínculos com as pessoas atendidas. Isso garantia que elas confiassem nas pessoas que as estavam atendendo e isso fazia toda diferença na hora de convencê-las a ir num atendimento médico, algo corriqueiro no nosso fazer.

Esta forma de atuação está relacionada com a educação social/popular de rua, onde pretendemos compreender a realidade da pessoa atendida para que a prática tenha como ponto de partida a necessidade da pessoa e não a expectativa



do serviço. Paulo Freire (1989)<sup>11</sup> chama esse entendimento da realidade de cotidianidade. Para Freire não basta sabermos que as pessoas estão em vulnerabilidade, mas sim compreender o contexto em que se encontram para assim refletirmos juntas sobre a realidade de cada uma. Na cotidianidade precisamos aprender a diferenciar o que é uma atitude automática e o que é um fato. Por exemplo, alguém que se nega a aderir aos cuidados em saúde, mesmo estando debilitado, pode ter tido uma atitude automática, uma espécie de defesa diante tantas negativas da vida; o fato por sua vez tem a ver com a pessoa não ter local protegido para dormir naquela noite. Essa diferenciação contribui para a reflexão permanente da atuação. Não se trata de se colocar no lugar da outra pessoa, mas saber que o lugar que ela está carrega um histórico de vida, construído no cotidiano da rua.

Em algumas conversas com as pessoas atendidas perguntávamos sobre a possibilidade de saída das ruas, ao que muitas delas diziam que estavam bem nas ruas ou que não se acostuariam mais dentro de uma moradia. Com o tempo de vinculação encontrávamos estratégias para provocar essa cotidianidade e questionar a atitude automática. Nossa curiosidade sobre o cotidiano da pessoa era: “Conta para a gente como é isso..., ou, desde quando é assim?” Atentos a resposta; não escutamos só a palavra dita, mas procuramos entender as entrelinhas que geralmente estão cheias de vulnerabilidades. Em muitos casos a pessoa havia desistido de sair das ruas pelo histórico de negação de direitos até então. O cotidiano dela não permitia mais questionar a realidade, haja vista que é muito desgastante viver o tempo todo ciente das negações que se sofre nas ruas. Compreendendo melhor como foi a trajetória da pessoa, esperávamos o momento adequado para oferecer algo que ela estivesse em condições de aderir. Segundo Freire, não levar em conta o cotidiano de uma pessoa, e assim, impor o sistema de valores dos profissionais na hora da vinculação, é uma atitude autoritária. Assim, no ato da educação social de rua é preciso “Ter paciência histórica para iniciar o processo [...]” (FREIRE, 1989, p. 13). Algo que só é possível se for respeitado o espaço vital de cada pessoa, e sem a qual nos parece ser impossível garantir a dignidade das pessoas.

Ao nosso ver é preciso insistir no tripé: reflexão sobre a prática; instrumentalização política e metodologias sociais aplicadas. Um dos documentos que

---

<sup>11</sup> No texto, Educadores sociais de rua: uma abordagem crítica Paulo Freire (1989), o autor faz uma síntese do trabalho de educadores sociais de rua a partir de projetos que atuam na América Latina com crianças e adolescentes. E propõe fundamentos teóricos para o conjunto de experiências ali relatadas.

conseguem agregar estes três campos operacionais foi publicado pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) e se destina ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua (BRASIL, 2017). Esse material traz elementos que foram amadurecidos ao longo do tempo para a atuação de educadoras e educadores sociais de rua. Guardada a especificidade das crianças e adolescentes, o texto orienta sobre alguns dos pontos que tratamos aqui neste relato. Cabe aqui ressaltarmos os princípios da educação social propostos neste documento:

Exercício de reflexão crítica, comprometida e protagonista no campo social e educativo; Reconhecimento da cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua; Respeito à diversidade e não discriminação: nenhuma criança e adolescente será discriminado por sua condição socioeconômica, arranjo familiar, raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, deficiência, por conviver com o vírus HIV/AIDS ou outros motivos; valorização dos laços afetivos, familiares e com outras relações socialmente construídas; Conhecimento das áreas de atuação, bem como as dinâmicas territoriais; Construção de vínculos com o sujeito e com a comunidade; Respeito à livre adesão, ao desejo e ao momento do sujeito para a Realização do acompanhamento; Respeito a temporalidade da ação educativa; Conhecimento da rede de atendimento local; e Conhecimento do arcabouço legal e do funcionamento do Sistema de Garantias de Direitos (SGD) (BRASIL, 2017, p.05).

Embora este material se destine a crianças e adolescentes a sua proposta se alinha diretamente com qualquer segmento geracional de pessoas em situação de rua. O documento ainda descreve um conjunto de metodologias para instrumentalizar educadoras e educadores sobre a observação qualificada; a aproximação progressiva e respeitosa e a construção de laços de confiança. Não temos conhecimento de outro texto normativo que verse com tamanha propriedade sobre a atuação de educadoras e educadores sociais de rua.

Na atuação do ANR era preciso lançar mão deste conhecimento acumulado para evitar o que na política de assistência social chamamos de desproteção, ou seja, para assegurarmos a oferta do serviço, mas também o acesso ao mesmo. Como exemplo podemos citar os casos em que as pessoas estão precisando de cuidados por causa de ameaças de morte decorrentes de dívidas de SPA. Algumas das pessoas encontradas por nossa equipe estavam dentro de processos de

vulnerabilização tão intensos que não permitiam nossa aproximação. Sabendo que a aproximação é gradativa e que a presença com qualidade no contexto da rua é preditivo para acessar pessoas em vulnerabilidade, criávamos estratégias que iam desde a marcação de consultas, agendamento de retirada de documentos, visita a familiares, entre outras. Uma pessoa que foi ameaçada de morte e que tem experiência nas ruas sabe que existe um risco real, mas quando ela está reativa ao cuidado não adianta forçá-la. Ora, a pessoa sabe do risco, ela já viu e ouviu várias situações de violência e mesmo de morte. Não adianta dizer que ela está em risco, propomos um trabalho com ela até que permita ser acompanhada por uma equipe para que seja convencida da necessidade de ser cuidada. Para ilustrar, temos um dito popular aqui em Pernambuco para quando alguém quer abrir algo de abertura fácil e não conseguindo apelar para a força bruta, então dizemos: “Não precisa de força; precisa de jeito”.

Como o terreno de nossa prática não dependia apenas dos serviços que, ao existirem, poderiam dar conta das situações de vulnerabilidade e risco social do público atendido, refletíamos sempre sobre os nossos limites institucionais e pessoais. Em muitos momentos vimos o brilho se (r)estabelecer nos olhos das pessoas que atendíamos; por algumas vezes ainda nas ruas era possível perceber que a pessoa estava organizando as suas demandas e conseguia visualizar os caminhos para o cuidado mais efetivo com a vida; mas na maior parte do tempo, nosso trabalho era fomentar a esperança na vida das pessoas atendidas. Quando viam nossa equipe, algumas pessoas chegavam a ter vergonha se estivessem “trágicas”<sup>12</sup> na rua. Ao procurar saber o porquê daquela vergonha, era devido a já terem tentado várias vezes sair do uso intenso de crack e/ou das ruas, e sem sucesso. Embora as pessoas atendidas sejam as mais prejudicadas no processo das ruas; lidar com uma pessoa que acredita que os seus esforços pessoais são em vão extenua a energia de qualquer profissional, quando não, somos tomados por alguma tristeza ou raiva, sabendo que para algumas das pessoas de quem nos aproximamos a caminhada ainda será muito dura, mesmo com o suporte que o serviço pode oferecer.

Um último relato nosso demonstra a cruza da situação de rua:

*Durante alguns meses atendemos uma pessoa que não conseguia aderir a nenhum serviço de saúde. Para ela era crucial a ida ao serviço médico, porque à*

---

<sup>12</sup> Trágica é um termo utilizado nas ruas para se referir a pessoas que estão sob uso descontrolado de SPA, algumas destas pessoas chegam a ficar uma semana sem tomar banho e dias sem se alimentar ou beber água.

*olhos vistos se percebia a debilitação de seu corpo, muito emagrecido e com a aparência abatida o tempo todo. Chegamos a articular alguns serviços da rede de saúde e de assistência social, mas não houve vinculação alguma da pessoa atendida. Esse caso mobilizou toda a rede que atendia pessoas em situação de rua. O seu quadro de saúde se agravou e chegamos a acionar o SAMU para tentar uma remoção, mas não foi possível num primeiro momento. Certo dia enquanto estávamos chegando no local onde a pessoa ficava fomos informados que havia sido deslocada para um serviço de emergência. Fomos ao seu encontro. Estávamos no auge da pandemia do novo Coronavírus, a unidade estava lotada, mas precisávamos falar com a pessoa, ela morria de medo de ficar internada, mas não teve jeito, precisou ficar na unidade e no dia seguinte houve seu traslado para um hospital de referência para a sua doença. Muito debilitada, a pessoa não resistiu e chegou a óbito.*

Foi como uma tragédia para nós, havíamos mobilizado muita gente para conseguir dar conta daquela situação. Estabelecemos os vínculos, pensamos estratégias, mudamos dias e horários para tentar garantir a vida dela. Mas no final a vulnerabilidade venceu mais uma. Este, infelizmente, não foi o único caso de alguém que veio a falecer. Em alguns momentos tentamos nos convencer de que havíamos feito tudo que era possível, mas rapidamente vinha o sentimento de que às vezes não adiantava fazer tudo, a violação era muito maior do que a gente podia dar conta.

## **5 CONSIDERAÇÕES SEM FINAIS**

Nossa reflexão indica que existem acumuladores de vulnerabilidade estruturais para pessoas em situação de rua, sobretudo, se essas forem usuárias de crack e outras drogas, pretas, extremamente pobres, entre outras condições. As questões tematizadas aqui não podem ser respondidas de forma simplista, haja vista que o processo de pessoas em situação de rua e o tempo em que as políticas se destinam a ser efetivas para este público é muito recente. O programa ATITUDE, pioneiro para a política pública de drogas só completa 10 anos em 2021.

Nosso relato não tenta encerrar nenhum caminho para o atendimento das pessoas em situação de rua, mas tenta reafirmar práticas e políticas já existentes que precisam ser incorporadas de forma enérgica para a diminuição das violações de direitos que as pessoas em situação de rua vivenciam. Nossa experiência indica

que a reflexão sobre a prática deve ser uma constante no fazer de equipes de aproximação social de rua, posto que se trata de uma atuação estritamente voltada para pessoas que estão com os seus direitos violados. O que dizer de alguém que virá para a equipe e diz: “Vocês só estão empregados porque existe gente como nós nas ruas!” Não se tem o que dizer; essa pessoa está realmente certa. O trabalho só existe por causa da falta de organização social, pela inabilidade de gestores públicos e pela disputa da suposta guerra às drogas.

A instrumentalização da prática a partir das políticas públicas nos mostrou que já existem caminhos para a maioria dos direitos que pleiteamos nas ruas. E o direito não pode ser negociado. Se uma pessoa em situação de rua está precisando de atendimento médico e não tem documentos, isso não pode ser um impeditivo para a garantia do seu direito à saúde. Quem precisa dos serviços de uma equipe de rua tem que ter a garantia do respeito a sua condição, tal como preconizado na Resolução do CONANDA supracitada. Sem a observação das políticas públicas facilmente se pode cair em sobreposições dos serviços, fazendo com que quem precise da agilidade do serviço se fragilize ainda mais, dado o contexto da situação de rua.

Toda a gente tem uma história para contar sobre si mesma, com pessoas em situação de rua não é diferente. Assim, não são os bens sociais que modificam a vida de uma pessoa ao ponto de ela repensar possibilidades de saída das ruas, mas a relação que ela estabelece com o mundo onde vive e com a história de vida que se delineia de forma contínua. Precisamos fomentar os espaços para que essas histórias de vida não sejam contadas apenas a partir da violência estrutural e da negação de direitos. Com a presença constante de equipes nos territórios é possível ajudar as pessoas a contar histórias permeadas pelas garantias de direitos.

Ressaltamos as potências da educação social de rua e da redução de danos, vistas por nós como tecnologias de cuidado, adaptáveis a cada contexto humano. Estratégias que possibilitam a diminuição dos estigmas sobre as pessoas em situação de rua, usuárias de crack e outras drogas. Além de ajudarem no acompanhamento sistemático de pessoas em situação de rua e em uso intenso de SPA, pois contribuem para a dignidade de cada pessoa que precisa de acompanhamento, na medida em que torna as equipes profissionais referência para pessoas que estão em desproteção social. Percebemos por diversas vezes que o conhecimento das estratégias de aproximação de rua e da prática de redução de danos eram as portas de entrada para a nossa atuação. O olhar aberto da aproximação social de

rua permitia que as pessoas ficassem à vontade. Conversas informais se transformam em processos de cuidado sistemáticos através destas estratégias de acesso às pessoas.

Desse modo, não pretendemos encerrar a reflexão sobre um único caminho para garantia dos direitos, posto que as legislações, referências teóricas e técnicas seguem sendo atualizadas tanto no campo das políticas sobre drogas como no contexto da população em situação de rua. Pensamos que a formação profissional e a troca de experiência são fundamentais para a garantia de atendimento digno a pessoas em vulnerabilidade e risco social; evitando assim a revitimização destas pessoas que acessam políticas públicas.

## 6 REFERÊNCIAS

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política, obras escolhidas: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes**. Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Resolução CONANDA nº 183, de 9 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009.

CERQUEIRA, D. R. C (coord.) et al. **Atlas da violência 2020**. Brasília, IPEA, 2020.

FREIRE, P. **Educadores de rua: uma abordagem crítica**. Bogotá: Gente Nueva, 1989.

REIS, J. J., GOMES, F. S. (Ed.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIGONI, R.; BREEKSEMA, J.; WOODS, S. **Limites da correria**. Recife: Escola Livre de Redução de Danos, 2019.



# O movimento na “terra da luz”: arranjos e rearranjos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua na capital cearense

*Messias Douglas Coelho Pessoa*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de minha pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Na ocasião, em meados de 2019 e 2020, pude acompanhar os arranjos e rearranjos que permitiam a efetivação e atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em Fortaleza. Tais meios envolvem não apenas as pessoas social e economicamente vulneráveis e a consequente militância que exercem, mas também a atuação de uma rede de proteção de pessoas em situação de rua. Objetivo no presente artigo é expor um trecho de uma etnografia, onde pude multiplicar as vozes de pessoas em situação de rua sob o viés do movimento social, mostrando atores cada vez mais politizados e conscientes de seus direitos.

Meu contato com os militantes foi direto e, por ocasião de um evento promovido pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), o evento em questão se tratava de um debate a respeito dos avanços da Política Nacional da situação de rua. Instituída via Decreto 7053/09 em 2009, o evento em 2019 foi promovido para fazer uma discussão sobre o tema. No encontro conheci Josivan e Arlindo, dois militantes da célula cearense do MNPR que me guiaram no meu trabalho de campo. Posteriormente, junto às pistas dadas pelos atores pude construir minha partitura etnográfica, pude conhecer as instituições de apoio à população em superação e situação de rua, que constituem essa rede de proteção, nomeadamente um grupo heterogêneo composto por membros de entidades que atuam na defesa do segmento em extrema vulnerabilidade.

A partir desse contato e imersão no campo, através do método etnográfico pude então observar um trecho da realidade triste dessas pessoas, bem me unir junto a atuação política exercida via movimento social. Importa salientar que, enquanto antropólogo, não me interessei em interpretar/registrar as contingências



imediatas a elas postas, mas sim seguir os atores em suas redes imprevisíveis, rastreando suas pistas em suas associações de formação junto ao movimento social (LATOURE, 2012), a fim de procurar ecoar tanto no meu diário de campo, como nas minha pesquisa, as suas vozes, bem como me unir ao coletivo criando uma saudável parceria, seguindo o método etnográfico, as pessoas se tornaram o fator central do estudo, afinal estes que norteiam todo e qualquer etnografia feita por antropólogos. Longe de vê-los como mero objeto, meu estudo se construiu, nos termos de Fonseca (2017), dialogicamente com parceiros de campo, e quanto mais me valia da companhia deles, mais me descobria enquanto indivíduo (MINTZ, 1984).

Uma das grandes problemáticas das ditas sociedades modernas está relacionada à população em situação de rua. Por questões que unem desvinculação familiar, desemprego e a ausência da garantia de uma moradia fixa, um sem-número de pessoas pernoitam embaixo de marquises, ou vivem ciclos intermináveis de estar em um teto temporário e estar na rua.

Uma parte da literatura nas ciências sociais explorou esse fenômeno sob vários aspectos, enfatizando motivações, corporalidades e trajetórias do grupo (FRANGELLA, 2004; RODRIGUES, 2005; MARTINEZ, 2011). Ou seja, a problemática que marcou parte das pesquisas nesse campo de estudo põe em causa as individualidades dos corpos, a diversidade das formas de ocupar, experienciar e sobreviver nas ruas. Observar os indivíduos e suas micropolíticas individuais constituiu um passo importante para expor o fenômeno da situação de rua para a academia. Entretanto, observá-los enquanto passivos a esta condição ignora o fato segundo o qual esses indivíduos estão cada vez mais ativos politicamente nos últimos anos.

No universo das ruas, constatei como regra que as desconfianças entre os seus pares ofereciam forçosamente as benesses da liberdade, pois quanto menos se sabia sobre uma pessoa, mais se estaria livre de problemas: “na rua quanto menos você souber da outra pessoa é melhor, ninguém conhece ninguém na rua” dizia um dos indivíduos em situação de rua, que pernoitava na Praça do Ferreira. Esse universo de suspeitas e estranhamentos, que dificulta o restabelecimento de fortes e consistentes vínculos intersubjetivos, acentua uma das características do chamado *sistema*. “*Sistema da rua*” é o conjunto de regras que regem a dinâmica das pessoas em superação e situação de rua em Fortaleza. Não há outra forma de se manter na situação de rua na capital cearense que não seja *se virando* nessa

ordenação, seguindo desde riscos, privações, exclusões. *Difícil, pesado e cruel* são adjetivos para se referenciar a esse conjunto de experiências (HOLANDA, 2019).

Apesar das desconfianças, havia aqueles que não soçobravam ao factualmente vigente e estabeleciam um relacionamento de quase “irmandade”. Não raro havia também aqueles que, a despeito da individualidade momentânea, preteriam a vivência de micropolíticas individuais, geralmente emergenciais, para a busca em grupo por melhorias coletivas em um movimento social.

Neste artigo objetivo expor um outro aspecto do fenômeno das pessoas em situação de rua: a articulação por elas engendradas via Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Assim como em outras pesquisas que abordam contextos de violência e luta política (LARCERDA, 2014), a adesão ao movimento na capital cearense se deu a partir do inequívoco sofrimento decorrente da situação de rua, mas também da solidariedade e luta política. Apesar de suas próprias urgências individuais, os componentes deste grupo conseguem negociar com outros atores a criação e efetivação de medidas protetivas para essas pessoas. Meu maior interesse era compreender como se constrói essa relação entre o individual e o coletivo, que transcendia os próprios atores, ecoando para a construção de uma rede de apoio.

Portanto, com base no protagonismo político do grupo, a temática dos movimentos sociais veio à tona, mas como uma célula política, composta fundamentalmente por pessoas em superação e situação de rua se organiza e ordena seus embates? Qual a maior luta do MNPR na capital cearense?

Durante pouco mais de um ano e meio, ouvi e segui os militantes do MNPR. Constatei a dramática realidade ali vigente, seus transtornos e embaraços, nas mais das vezes unindo minha voz a deles na vigorosa defesa de políticas públicas efetivas. Assim como boa parte dos antropólogos que trabalham com movimentos sociais, passei a me reconhecer como um antropólogo partícipe e ativista (SILVA, 2010), uma vez que não estava lá para tomá-los como objetos de pesquisa, mas antes unir-me a eles naquilo que com justiça pleiteavam. Fiz o máximo para disseminar, na escrita, suas queixas de uma forma que pudesse contribuir, também, para que fossem elaboradas ações concretas da parte do Estado.

## **2 OS ARRANJOS DO MOVIMENTO**

Em termos históricos, os movimentos sociais foram inicialmente vistos como revolucionários. Numa fase mais madura, passaram a encampar variantes de ação

coletiva, o que fez surgir a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TMNS). Com o novo, a ideia do que era velho ficou para trás, ou seja, os velhos movimentos sociais que antes visavam a revolução do Estado deram lugar a novas condicionantes sociais que buscavam não mais a tomada do Estado, mas sim fazer com que, no entendimento de Alonso (2009), este fosse inclusivo, tal era o pleito renovado dos componentes desses grupos (ESCOBAR *et al.*, 2000). Convém salientar, no entanto, que não há uma teoria conceitualmente unificadora a respeito dos movimentos sociais (ALONSO, 2009). Cientistas sociais são exímios observadores da dinâmica social e, como tal, sabem que uma teoria nesses termos é impraticável.

Grande parte das abordagens teóricas referentes a movimentos sociais no contexto latino-americano dão conta de movimentos globais – realizados em fóruns e conselhos –, movimentos identitários, que lutam por direitos sociais, movimentos de luta por melhores condições de vida e trabalho (GOHN, 2008). Para além dos citados, ressalto, no atual contexto brasileiro e latino-americano, a presença de coletivos, nomeadamente grupos (antissociais) relativamente articulados, os antiglobalistas, e vários outros movimentos associados à extrema direita, ambos ferrenhos críticos das pautas sociais.

Por isso, todo movimento social, enquanto ação coletiva organizada em torno de vieses políticos, luta por seus pares, mas com objetivos essencialmente conflitantes. Com base em uma forte identidade de caráter grupal e negociada entre seus membros, é correto dizer que os movimentos sociais são grupos muito bem articulados capazes de balançar as estruturas de um arcabouço social.

Citarei o caso do MNPR. Criado em alusão a inúmeras situações de violências lançadas contra a dignidade do povo em situação de rua, porém, a situação-limite foi o massacre da Sé – ocorrido em 2004, na Praça da Sé da capital paulista –, que lamentavelmente pôs fim, em quatro dias, a vida de sete moradores em situação de rua. Covardemente foram assassinados enquanto dormiam. Os envolvidos eram seis policiais militares e um segurança particular. Esse fato emblemático ensejou mobilizações políticas, particularmente das pessoas em situação de rua. Claro que a gênese do movimento é resultado da ampla coordenação de uma grande rede de atores, a fim de garantir o protagonismo da representatividade das pessoas em situação de rua, pelo que se uniram sociedade civil, igreja e setores do Estado.

Em junho de 2005, a semente do coletivo foi plantada no “Seminário de Políticas Públicas”. Segundo Costa (2007), o evento aconteceu no auditório do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, e contou com a presença de

estudantes, centrais sindicais e ativistas de outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), presente no encontro. Ainda com a lembrança triste do Massacre da Praça da Sé, aquela era a ocasião ideal para lançar as bases do que viria a ser, tempos depois o MNPR, um movimento que se propunha ser ativo e atuante na defesa de pessoas em situação de rua.

Segundo Costa (2007), momentos antes do encontro, o então subprefeito da região central da capital paulista, teria ensaiado um processo de reordenamento urbano do centro de São Paulo. Para isso se concretizar, o projeto ocasionaria a expulsão de pessoas em situação de rua e dificultaria o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, situações essas que geraram a indignação do grupo para com o gestor, uma vez que as medidas foram tomadas sem nenhum tipo de debate público.

A oportunidade de discutir o reordenamento do centro era o seminário, daí ter sido o subprefeito convidado e se fez, para a surpresa de todos, presente no seminário. Durante sua fala, o agente público abrandou o discurso na frente do público. Talvez imaginasse algum surto de amnésia coletiva na plateia, onde as pessoas não lembrassem de uma entrevista em que defendera um “banho de limpeza” no centro da capital paulista, declarações dadas dias antes do evento a uma revista de grande circulação, pouco tempo depois do Massacre da Praça da Sé; a ideia de banho de limpeza pôde se cruzar com a ideia de um novo “banho de sangue”. Houve “muitas vaias, insultos como mentirosos, e higienista” (COSTA, 2007, p. 145).

Além das críticas à gestão, uma parte específica do público presente passou a reivindicar o protagonismo na luta por direitos. Unidos pela memória recente de dores, pelo drama de inúmeras situações de violações de direitos, pela frustração de não ter o apoio necessário do Estado para superar a sua situação e, principalmente, o grupo se uniu para tomar o protagonismo de suas lutas e reivindicar seu espaço no debate público. A semente do MNPR estava plantada, mas seu florescer viria meses depois.

Meses depois, em setembro de 2005, deu-se vida ao movimento em concomitância ao IV Festival do Lixo e Cidadania, organizado pelo MNCR, em Belo Horizonte. No encontro, pessoas em situação de rua da capital mineira e São Paulo conseguiram articular a ida de pessoas em igual situação de rua de outros Estados para o evento. A partir deste arranjo, o Movimento Nacional da

População em Situação de Rua foi lançado, com o objetivo de unir as pessoas em situação de rua em uma célula política:

No encerramento do 4º festival Lixo e Cidadania, no dia 9 de setembro, às 12:00, Sebastião Nicomedes, 37, Anderson Lopes, 29, e outras pessoas em situação de rua, lançaram o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua. Nicomedes, vestido com a bandeira do Brasil, comandou o lançamento do movimento e com voz potente arrancou os aplausos dos catadores ao anunciar. “Nós estamos nesse momento, saibam autoridades, saibam os governos, saibam moradores de rua que se encontram embaixo de viaduto, nos unindo aos catadores e lançando o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua” (Lançamento do Movimento Nacional dos Moradores de Rua, O trecheiro, nº 135, 2005, p.3)

Estabelecido o movimento, este passou a tomar a dianteira de eventos então organizados sempre por outros grupos. Por exemplo, o ato no “Dia de Luta do Povo da Rua”, de 2006, em São Paulo, com o apoio da Pastoral Povo da Rua, Rede Rua e outras entidades. O MNPR conseguiu mobilizar militantes tal que buscavam evidenciar o protagonismo, que o movimento nasceu para recuperar as vozes silenciadas das pessoas em situação de rua. Anos depois, junto ao extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o coletivo conseguiu a publicação do Decreto 7053/09, que instituiu a Política Nacional da População em Situação de Rua. O coletivo também foi capaz de organizar eventos rotineiros como o Congresso Nacional do Movimento da População de Rua, cujas duas primeiras edições datam de 2012 e 2014.

Posteriormente, o coletivo travou uma série de embates com o Estado, com algumas vitórias, nomeadamente conseguindo minorar um pouco da burocracia renitente que obstaculiza acesso ao Estado responsável pelas políticas de assistência social e saúde, desde o programa social “Bolsa Família” até o extinto “Minha casa, minha vida”, incluindo a extinção da necessidade de documentos para o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) (MELO, 2016). Além de ter mudado a vida de milhares e milhares de pessoas em superação e situação de rua, que viram na militância um sentido para seguir.

Inicialmente o MNPR teve sua articulação nas cidades onde a Pastoral do Povo da Rua era mais atuante (COSTA, 2007). Vale ressaltar que o coletivo é o primeiro no que se refere ao protagonismo das pessoas em superação e situação

de rua. No entanto, antes do coletivo, existia na década de 1980 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), criado por entidades que atuavam na defesa da criança e do adolescente.

O coletivo unia sociedade civil e igreja e buscou incutir a consciência política em adolescentes e crianças em situação de rua, bem como mudar o tratamento dado às crianças e jovens no país (MACHADO, 2017). Foi uma vanguarda da organização deste segmento, pois foi capaz de se movimentar durante a constituinte de 1988. Junto às mudanças das políticas de cunho assistencialistas para a criação de políticas de assistência social, o MNMMR conseguiu que crianças e adolescentes sejam prioridade máxima do Estado, nos termos do artigo 227 da Constituição Cidadã:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227, p. 132)

Assim como a movimentação feita pelo MNMMR para a Constituinte, e posteriormente conseguiu um maior alcance nacional, anos mais tarde após sua fundação, o MNPR conseguiu mais parceiros e uma maior capilaridade em solo nacional, bem como um diálogo maior com o Estado. Assim, o coletivo viu, em 2008, o Censo Nacional que determinou a quantidade da população em situação de rua do país. O estudo robusto foi feito durante o governo do ex-presidente Lula, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e norteou ações do decreto presidencial citado acima, bem como a criação de um Comitê Intersetorial (CIAMP-Rua) para o acompanhamento de políticas públicas em solo nacional. Junto às alianças, as ações do coletivo conseguiram se horizontalizar, alcançando mais regiões do país.

Um outro exemplo de aliança nacional do coletivo foi o Instituto Polis, que junto com o movimento social, conseguiu em 2010 esboçar uma cartilha para formação política: “MNPR: Conhecer Para Lutar”<sup>1</sup>. O documento, ainda hoje

---

<sup>1</sup> Movimento Nacional da População de Rua – Cartilha Para Formação Política “Conhecer para lutar”. Disponível em <[http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf)> Acesso em 04/10/2017

compartilhado entre os militantes, é uma grande convocatória, criado pelo movimento social a fim de despertar a consciência política do grupo.

A cartilha veio para dar uma nova interpretação para o fenômeno da situação de rua, transcendendo individualidades da questão. O documento produzido pelo MNPR observa os fenômenos macrosociais como fundantes para a perpetuação da vida em situação de rua, a exemplo da desigualdade social que estrutura nossa sociedade. Atesta que as velhas interpretações da vida nas ruas reforçam estereótipos: “mendigos”, “vagabundos”, “incapazes” ou até “bandidos”. Uma das lutas sociais do MNPR são as chamadas “guerras de interpretação” da qual David Slater (apud ESCOBAR *et al.*, 2000, p. 24) menciona, estas são instituídas a partir de uma cultura política dominante, em um país desigual, cabendo ao movimento social uma política cultural a fim de trazer novos olhares ao debate.

Um dos novos olhares trazidos ao debate via cartilha, é a de que pessoas em situação de rua não trabalham e vivem exclusivamente da mendicância. Segundo o MNPR, cerca de 70,9% dos que estão em situação de rua exercem algum tipo de atividade remunerada. O novo olhar que o movimento busca é a de que este segmento é composto por indivíduos ativos, que lutam diariamente por sua sobrevivência e são capazes de transcender suas individualidades, negociando com as pessoas, uma identidade coletiva via movimento social.

Em suma, o MNPR nasceu para dar referência às pessoas social e economicamente vulneráveis, composto por pessoas em superação e situação de rua, o coletivo surge para tomar o protagonismo de suas lutas. O coletivo social objetiva a formação política e expandir a experiência de cidadania a pessoas que vivem à margem, pessoas que às vezes se imaginam sem direitos.

Posteriormente ao lançamento do MNPR, observamos nas ciências sociais um momento de volta aos estudos sobre as mobilizações sociais. Silva (2010) constatava como uma retomada ao tema cujo ápice se deu na década de 1980, no auge da redemocratização. Portanto, além de Costa (2007), antropólogo que em sua etnografia relatou a gênese do movimento, a articulação singular do MNPR se tornou alvo de pesquisas etnográficas em diversas regiões do país: Tomás Melo (2011) em Belo Horizonte, Tiago Silva (2017) em Porto Alegre, Marília Oliveira (2015) em Natal, bem como de outras áreas como o serviço social, linguística, psicologia, sociologia e entre outros ramos do conhecimento.

As pesquisas focadas na mobilização política de pessoas em superação e situação de rua expõem uma outra face do fenômeno. O surgimento do MNPR

ajudou a mudar uma agenda de pesquisa até então focada em individualidades e corporalidades. Desde então, abriu-se o leque teórico, os grupos que antes eram vistos como passivos à sua condição de extrema vulnerabilidade, agora passaram a ser vistos como pessoas ativas política e coletivamente. Reivindicar o protagonismo de suas lutas fez com que o coletivo mostrasse que o grupo é muito mais do que pessoas e indivíduos ligados à sua própria sorte, neste campo de possibilidades do universo das ruas, eles podem ser [e são] também um movimento social organizado.

### 3 EM FORTALEZA

**Imagem 1** - Militantes do MNPR-CE após reunião na Casa Povo de Rua – Fortaleza/ CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2020)

Assim como em outras regiões do país, as sementes do MNPR no Ceará foram trazidas com os ventos da Pastoral do Povo da Rua. Ao mesmo tempo em que o grupo católico se fixava, em 2010, trouxe consigo a ideia do movimento social. Mais recentemente, seus encontros aconteciam em manhãs de dias da semana na arquidiocese ou na casa do povo da rua<sup>2</sup>. O MNPR-CE, movido a outras fomes, esta por direitos, o coletivo é composto por pessoas que transcendem a individualidade e buscam melhorias para o segmento.

<sup>2</sup> Casa administrada pela Pastoral do povo da rua que realiza trabalhos com pessoas em superação e situação de rua.



Em atuação há mais de dez anos na capital cearense, o MNPR-CE é um dos coletivos que vive em constante movimento. Pode parecer pilhéria — um movimento em movimento — entretanto, o grupo vive constantes momentos de articulação e rearticulação, são feitos e refeitos constantemente. Há um caráter dinâmico do grupo, próprio de pessoas que passaram anos de sua vida, sobrevivendo apenas de suas dinâmicas individuais. Em suma, o coletivo do MNPR é composto por pessoas que, segundo Silva (2017, p. 39), “matam um leão por dia” e precisam conciliar a militância no coletivo com suas outras responsabilidades individuais.

O coletivo procura manter reuniões constantes, vez ou outra mantendo contato com o Estado em eventos, seminários, comitês e conselhos. “Não existe grupo sem [o] oficial recrutamento” (LATOURE, 2012, p. 55), foi perseguindo as pistas dessa formação que percebi de forma mais explícita os arranjos do coletivo social em Fortaleza. Geralmente a captação de novos membros ocorre nestes eventos, onde existe a necessidade de negociação de uma identidade coletiva entre os indivíduos, a fim de enfrentar seus antagonistas, que vão desde setores do Estado até aquela entidade patronal que misteriosamente privatiza praças, com reformas misteriosas, ao comerciante que estranhamente lava calçadas durante a madrugada. Para um enfrentamento conjunto, estabeleceu-se em Fortaleza uma rede de proteção de pessoas em situação de rua.

O coletivo social se alia a outros grupos na capital cearense. Entretanto, em caráter local, as alianças possuem problemática própria. Há boas e más, sendo boas as capazes de horizontalizar ações do coletivo, sem tirar o protagonismo do MNPR; estas são capazes de oferecer um leque de chaves para o coletivo abrir certas fechaduras. Ainda neste modelo chave-fechadura (JASPER, 2014) sendo as chaves os repertórios de ações e a fechadura a política pública a fim de ser alcançada. As más alianças são capazes de tomar para si as chaves e abrir as fechaduras, e mostram para todos que abriu, ao invés de permitir as próprias pessoas do movimento façam, ou seja, as más alianças são capazes de tomar o protagonismo do coletivo social. Correr o risco de encontrar uma boa ou má aliança faz parte do coletivo social, o fato da problemática com alianças não é singular à capital cearense e já foi relatado por Silva (2017) em Porto Alegre.

Assumir o risco faz parte da relação do coletivo social com as pessoas, afinal há todo tipo de gente que aparece no universo das ruas. Há instituições e voluntários, academia e pesquisadores, há segmentos do Estado e seus agentes.

Entretanto, na “rede” que se estabeleceu, há grupos e pessoas sérias, estes mais ativos e presentes.

O Fórum da Rua de Fortaleza é um local onde o MNPR-CE encontra parte de suas alianças. O grupo heterogêneo é formado por religiosos, membros da academia, sociedade civil e alguns trabalhadores de equipamentos públicos e membros do Estado. Quando unido e junto ao movimento, o Fórum da Rua é capaz de ser um braço forte na luta por direitos para o grupo. Por estratégia, algumas solicitações apenas membros do Fórum podem efetuar, a exemplo de reclamações de agressões policiais e outros casos em que o risco de represália é real. Segundo os militantes, as pessoas em superação e situação de rua são facilmente rastreáveis por agentes de segurança, facilitando violências e entre outras agressões.

O movimento na capital cearense possui Arlindo Ferreira como um de seus principais representantes. Empático com a luta alheia, o militante do MNPR-CE é um dos que procuram criar pontes entre o poder público e o grupo em superação e situação de rua. Uma das maiores lutas dos coletivos na capital cearense é contra aquilo que o militante classifica como *meia política*. Característica de governos míopes quanto ao seu povo, para Arlindo *a meia política* é grande responsável pela falta de efetividade das ações governamentais. Segundo o militante: “é muito fácil tirar a pessoa da rua, difícil é tirar a rua da pessoa” (Diário de campo pessoal, 2019), referindo-se a uma abordagem da política pública que sempre gera outras demandas, fazendo com que as pessoas vivam anos e anos em superação e situação de rua.

Para o coletivo, enfrentar as *meias políticas* faz parte de uma agenda de manifestações. Alguns dos exemplos de políticas feitas pela metade na capital cearense são o atual Programa de Locação Social<sup>3</sup>, o “Minha casa, minha vida”, “Projeto Novos Caminhos<sup>4</sup>” dentre outros. Projetos destinados ao grupo de vulneráveis, mas que não garantem um apoio na superação plena da rua. Segundo Arlindo, a meia política é capaz de fazer com que tire as pessoas das ruas temporariamente, mas não tiram as ruas das pessoas.

---

<sup>3</sup> O benefício administrado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), atualmente (2021) no valor de R\$ 420,00, custeia uma moradia temporária para os beneficiários.

<sup>4</sup> O projeto Novos Caminhos garante uma formação profissional de uma pessoa em situação de rua, cobertos por uma bolsa durante todo o percurso da capacitação. O projeto de seis meses dá direito a um estágio na sua área, entretanto, na prática o projeto em sua execução não existia garantias do estágio, muito menos uma garantia de inclusão destes no mercado de trabalho.

Os embates contra *as meias políticas* para uma maior inclusão são os mais incisivos do coletivo. O grupo se movimenta em comitês, conselhos e entre outros encontros a fim de procurar a chamada “*política inteira*”. Arlindo por algumas vezes pôde ter contato com agentes públicos; estes por sua vez sempre que buscavam individualizar o problema, deparavam-se com a fala do militante: “*resolver o meu não resolve, meu problema não é só o meu, é o de outras 300 pessoas*” (Diário de campo pessoal, 2019).

Ações e eventos relacionados às *meias políticas* baseiam-se em *pirangagem*, que além de produzir políticas pela metade, é capaz de produzir *engomas*, segundo os militantes. A categoria êmica geralmente é referida a ações que não levam nada, sejam políticas públicas que no papel é algo bom, mas na prática não atingem ninguém. Eventos que possuem uma finalidade específica, mas que de alguma forma são desviados, saindo sem nenhum encaminhamento. As *engomas* são ações e eventos que possuem a finalidade apenas da promoção pessoal de quem os realiza, são feitas apenas para existir. Produto de uma *pirangagem*, a ação da *engoma* é sempre percebida, seja pelos militantes ou pelos seus aliados. Portanto, a *engoma* quando está presente, é porque há uma *pirangagem* anterior, ou seja, a *engoma* é um dos produtos da *pirangagem*, afinal ela não faz só *engoma*, ela faz também *meias políticas*, cabendo ao MNPR lutar contra todas estas ações nocivas.

Josivan Silva é outro representante do coletivo. Ele define a atuação do grupo como uma luta que, para além das individualidades, também pode transcender temporalidades. As políticas públicas que podem ser aperfeiçoadas, agora beneficiarão indivíduos futuros na situação de rua, ou seja, para além da melhoria dos de agora, um dos rearranjos do coletivo é para as melhorias dos que irão vir para a situação de rua na capital cearense.

Para além das responsabilidades para com o coletivo social, Josivan, Carlos Donizete e Arlindo são pessoas que, assim como outros militantes, possuem compromissos a fim de manter seus sustentos. Arlindo transforma latinhas em pequenas baterias que vende em diversos locais por onde vai. Às vezes ele percorre longas distâncias para coletar e vender sua arte reciclável. Josivan, além de poeta, também produz quadros artísticos (Imagem 2) e textos relacionados às suas vivências.

**Imagem 2** - Quadros pintados por Josivan Silva e a bandeira do MNPR - Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2020).

Procurando pensar o fenômeno e seguindo os atores, além da *pirangagem e engoma* alguns outros termos me foram dados pelos militantes: por exemplo, o termo de pessoas em situação de rua para *pessoas em superação e situação de rua*. A partir do que me foi dado pelo grupo, observei que as políticas públicas “consideram” os grupos quase que como antagônicos.

Segundo os militantes, trabalhar com uma inexistente dicotomia entre superação e situação de rua é uma das causas do insucesso das políticas públicas, ou seja, um dos principais problemas sobre a situação de rua é a própria aplicação da definição de pessoa em situação de rua. Tomo como exemplo uma ocasião no Refeitório Social<sup>5</sup>, em meados de 2019, após sua inauguração foi iniciado o processo de cadastramento dos usuários do equipamento público destinado à segurança alimentar. Meses após o início do funcionamento, um grupo de pessoas foi beneficiado pelo programa de locação social. No refeitório social, relatos

<sup>5</sup> Localizado atualmente (2021) na rua Padre Mororó, 686, o Refeitório Social é um dos responsáveis pela segurança alimentar de parte das pessoas em superação e situação de rua. Administrado pela PMF, inaugurado em 2019, o local é um ponto de referência nos trajetos do grupo em extrema vulnerabilidade.

davam conta da existência de uma lista de usuários agraciados pelo programa, de maneira que a eles seria vedado o direito à alimentação, pois já eram beneficiados pelo aluguel social.

Para a surpresa do grupo beneficiado pelo programa de locação social, o direito à segurança alimentar foi negado na porta do refeitório, o que fez com que alguns usuários desistissem do outro benefício simplesmente para ter a certeza de uma refeição no equipamento. Alguns relataram a tristeza de ter que fazer a escolha entre o teto ou a refeição. Alegaram não entender como um direito excluía outro. Entretanto, o movimento ensaiado teve fim a partir da mobilização do MNPR-CE junto ao Ministério Público do Ceará (MPCE), embora tenha deixado danos.

Outros eventos também dão conta de como o Estado observa uma cisão entre o grande grupo, a exemplo do acesso a cursos e formações voltadas às pessoas em situação de rua que não podem ser acessados pelo grupo em processo de superação da situação de rua. Não que este seja o objetivo dos indivíduos, segundo os militantes, não faltam cursos ou formações, o que lhes falta é a inclusão no mercado de trabalho.

Os militantes do MNPR-CE também acessam o Estado via comitês, a exemplo do Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (CEPOP) e o Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua (COMPOP). Nestes espaços há a presença de representantes das secretarias estaduais e municipais. Na ocasião dos encontros, a presença dos militantes dá a oportunidade à administração pública de legibilidade a um tema. Para além de definirem-se *em situação e superação de rua*, eles estão dando luz a um universo novo que se criou, novas realidades que precisam imediatamente de novas definições, dentro da academia e no Estado.

Observar *superação e situação de rua* como antagonicos é fundante para cometer absurdos como este e outros. Fassin (1996), a partir de uma análise com imigrantes em regiões da França, observa como as palavras possuem o poder de orientar políticas públicas. Muito mais que uma descrição ou nomeação de um grupo, elas [as palavras] podem [e são capazes de] nortear ações do Estado.

Apesar do Estado em diversos momentos observar a superação e situação de rua como antagonistas, observo estas etapas como à margem de uma liminaridade, onde as pessoas tornam-se ambíguas, não estão “nem lá, nem cá” (TURNER, 2008, p. 216). Turner (2008) define a liminaridade como um processo de três fases: separação, margem e reintegração. Na margem, o indivíduo está em um

processo de transição para a reintegração. Entretanto, existem os *outsiderhood* ou marginais, que são grupos que vivem anos na condição ambígua. Quando falamos de grupos que dependem do Estado para a conclusão deste processo, a situação fica ainda mais difícil para a solução da ambiguidade, afinal a administração pública muitas das vezes é a razão pela eterna condição de não estar “nem lá e nem cá”.

Fabiano, um dos representantes do MNPR-CE, foi alcançado em meados de 2019 pela locação social. Para o Estado e para alguns, ele saiu da condição de situação para superação de rua. Entretanto, quando evoco a ideia de margem de uma liminaridade (Turner, 2008) é para se referir o quão complexa é a situação. Apesar de possuir um teto, mesmo que temporário, em condições precárias, de ter que ouvir insultos da proprietária, Fabiano gostava do lugar. Porém, bastou um atraso de 5 dias no pagamento do benefício para que a dona do imóvel o expulsasse do local, fazendo-o voltar a pernoitar nas ruas da capital cearense, afinal “a rua sempre acolhe”.

A partir do episódio, sugiro pensar em como o conceito de situação de rua pode ser definido. Talvez esquecido de forma integral por alguns agentes públicos, que lembram apenas trechos, vale ressaltar que no Decreto nº 7053/2009 já se lançava luz sobre a possível ambiguidade, reconhecendo a superação de rua como parte do grande grupo em situação de rua:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 8).

Parte dos arranjos do coletivo social é acessar o Estado a fim deste observá-los como um grupo heterogêneo, que exige políticas sociais para um todo, e não pela metade. Defini-los como um grupo em *superação e situação de rua* pode ser fundante para a mudança de uma abordagem puramente emergencial de administração de pobreza, para um trabalho de mudanças estruturais no segmento social. Portanto, o MNPR existe para abrir o leque de atuação do Estado, a fim deste intervir em suas realidades.

Dentre as lutas mais frequentes do coletivo estavam os embates por definições, por uma legibilidade eficiente da sua realidade difícil. Ora externando nas suas falas em reuniões e eventos que o coletivo estava presente, às vezes silenciosos apenas mostrando sua realidade difícil a fim de ser lida pelo Estado, almejando políticas públicas eficientes. O MNPR em Fortaleza apesar das dificuldades sempre procura se organizar com seus leques de ações.

Junto aos bons aliados, o coletivo procura manter ações regulares na capital cearense. O coletivo Arruaça, é um grupo que trabalha com pessoas em superação e situação de rua. Além de intervenções artísticas na capital cearense, o grupo é composto por pessoas em extrema vulnerabilidade, e dá suporte de articulação do movimento em Fortaleza. Além do coletivo Arruaça, há outros aliados que compõem a chamada “rede de proteção a pessoas em situação de rua<sup>6</sup>” em Fortaleza, instituições como Casa da Sopa, Pastoral povo da rua, Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC) e entre outras, além de pessoas como Frei Nailson, Elias Figueiredo, Regia Prado, Giovana de Melo Araújo além de outros.

O coletivo em Fortaleza conta um número diverso de militantes: homens de diferentes faixas etárias, mulheres cis, mulheres trans. Em comum a situação de desvinculação familiar, a dor de ter que pernoitar nas ruas, de ter que seguir as regras do *sistema da rua*. Estes são capazes de dar ao Estado a oportunidade de legibilidade sobre seu mundo, sobre suas dificuldades, bem como dar legitimidade às ações do poder público. Entretanto, o MNPR-CE não é uma unanimidade; há pessoas de igual condição que inviabilizam a manutenção da identidade coletiva.

Ainda segundo os militantes, para muitos em superação e situação de rua, a maior luta é via uma política de sobrevivência e resistência individual: a busca de alimentos, pequenos trabalhos, os chamados *corres* da vida, que são atividades específicas para a obtenção do sustento ou do alimento. Vez ou outra os *corres* são consoantes às atividades do movimento social MNPR-CE, a exemplo de eventos, seminários e encontros, onde o coletivo consegue recrutar mais pessoas.

Apesar de não ser unanimidade, na adesão entre as pessoas em superação e situação de rua, muitos lembram do MNPR-CE nos embates mais incisivos tanto com Estado ou o poder privado. “Nessas horas que a gente pergunta: cadê o movimento?”, dizia um indivíduo durante um “rapa” em uma madrugada na praça

---

<sup>6</sup> A rede foi de grande importância durante a pandemia de covid-19, onde pôde mobilizar novas pessoas para distribuição de alimentos, entre outras ações emergenciais e necessárias durante a ocasião.

do Ferreira, levando documentos, pertences do grupo que pernoitava no local. Apesar da não adesão de muitos, o coletivo junto aos seus aliados busca através do diálogo com o Estado uma melhoria para todos.

Na luta pelo protagonismo da luta por políticas públicas para pessoas em superação e situação de rua, a atuação do movimento no Ceará existe para procurar dar cara e nome ao grupo em extrema vulnerabilidade. Durante o Seminário Estadual Sobre Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, em 2019, Arlindo criticou as formas de tentar tornar invisível o grupo, convidando todos seus “irmãos de rua” para a frente, pôde falar o nome de cada um destes. Mostrando seus rostos, o militante encerrou dizendo que todos têm nome e rosto, são pessoas, conhecem seus direitos e deveres, mas que reivindicam a condição de cidadão que constantemente lhe é negada.

Sair de políticas individuais, muitas vezes utilitaristas e emergenciais e criar uma identidade coletiva é uma das viradas de chave entre os militantes. A experiência da militância e exercício da cidadania é atrelada como fundamental para a mudança nas suas vidas. Durante suas participações em reuniões, eventos e seminários, é comum ouvir que antes do MNPR, sua vida era baseada em urgências. Após conhecer e participar do coletivo, estes buscam coisas maiores para todos, como a superação plena da rua. O fato é que o MNPR-CE é um vetor de mudanças na vida dos indivíduos. Pessoas que até então só tinham “o papelão”, vivendo apenas das micropolíticas individuais, sem perspectiva de mudança, veem no coletivo um norte. Indivíduos que através da luta se realizam, lutando por políticas sociais e se refazendo enquanto sujeito, almejando a superação plena da rua.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos anseios por mudanças na política pública, os militantes acessam o Estado a fim deste lhes garantir direitos por inteiro e não pela metade. A maior luta do coletivo é para uma redefinição de uma “pessoa em situação de rua” a fim de efetivar um ciclo de cuidado que assegure sair das ruas. Um dos desejos é para que o Estado abandone a ideia de uma dicotomia entre situação de rua ou superação de rua; a administração pública deve vê-los como um só grande grupo de  *pessoas em superação e situação de rua*.

Portanto, apesar dos grandes movimentos sociais ocuparem as ruas para expor suas reivindicações, o MNPR nasce *na* rua. Um dos seus objetivos é para que todos consigam superar a situação de rua, consigam inclusão no mercado



de trabalho, uma moradia fixa e recriar novos ou restabelecer seus antigos vínculos.

Junto a Arlindo Ferreira, Josivan Silva, Fabiano Eusebio, Monalisa Silva, Rodrigo Donário, Vitória, Walter, José Almir, Serena Silva, Antonio Marcos, Rogério e entre outros militantes são alguns dos militantes que compõem o “Pessoal do Ceará”, a célula regional do MNPR em Fortaleza. Há relatos da atuação do coletivo em solo cearense para fora da capital, na cidade de Juazeiro do Norte, entretanto meu campo de pesquisa se deu na capital cearense.

Na sua militância levam outras fomes, a fome por direitos, por ser absorvidos por uma política pública eficiente a fim de efetivar a saída dos indivíduos da superação e situação de rua. Categoria que expressa o universo difícil de grande parte do grupo em extrema vulnerabilidade, que sempre busca o Estado para ler sua realidade a qual possa ser atendida com políticas públicas estruturantes.

Como é sabido, pela área da antropologia que se debruça para análises sobre o Estado, a administração pública não é uma entidade coesa, unânime, muito menos um produto estabelecido. Muito pelo contrário, o estudo de setores do Estado, ao olhar de dentro, mostra que há hierarquia (BEVILAQUA, LEIRNER, 2000), o que pressupõe vários Estados dentro do Estado, enquanto um lado estende a mão ao grupo em superação e situação de rua, abrigando-os em conselhos, comitês e outros eventos deliberativos; há uma outra face que vem com o cassetete, com violências desmedidas.

No meio dessa queda de braço entre segmentos do Estado, estão as pessoas em superação e situação de rua, com seu movimento social, sempre em busca de melhorias para o coletivo social. Em um arranjo que transcende as individualidades das pessoas, o coletivo busca se mobilizar com reuniões rotineiras, em rearranjos que unem grupos, pessoas e até alguns membros do Estado, todos objetivando políticas públicas eficientes para todo um grupo em superação e situação de rua.

## 5 REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de antropologia**, v. 43, n. 2, p. 105-140, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em <https://bityli.com/Hk1Ul>. Acesso em 10 out. 2020.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2007.

ESCOBAR, Arturo; ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ESCOBAR,; ALVAREZ, S.; DAGNINO, **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos:** novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 15-57.

FASSIN, Didier. Clandestins ou Exclux? Quand les mots font les politiques. **Politix. Revue des sciences sociales du politique**, n. 34, p. 77-86, 1996.

FONSECA, Claudia. Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. **Revista Mundaú**, n. 2, p. 96-118, 2017.

FRANGELLA, Simone. **Corpos Urbanos Errantes:** uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Campinas: UNICAMP, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.

HOLANDA, Jorge Garcia de. Se virando no sistema da rua: Moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

JASPER, James M. **Protesto:** uma introdução aos movimentos sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LACERDA, Paula. Pesquisando em contextos de violência e de luta política: sofrimento, adesão e solidariedade. In: RODRIGUES CASTILHO, R.; SOUZA LIMA, C. D.; TEIXEIRA, C. **ANTROPOLOGIA DAS PRÁTICAS DE PODER:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014. Cap. 6, p. 91-113.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-Rede. Bahia: Edufba, 2012.

MACHADO, Érico Ribas. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR Como Origem dos (AS) Educadores - Educadoras Sociais Brasileiros (As). **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Tuiuti, v. 12, n. 30, p. 21-38, 2017.

MARTINEZ, Mariana. **Andando e parando pelos trechos:** Uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos (Dissertação Mestrado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2011.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). Paraná: UFPR, 2011.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. “Da rua pra rua” novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 45-66. MINTZ, Sidney. W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984. Movimento Nacional dos Moradores de Rua. Jornal “O Trecheiro: Notícias do Povo da Rua”. São Paulo, Ano XV, nº 135, 2005.

OLIVEIRA, Marília Melo de. **“ACHAM QUE BROTAMOS DAS FONTES DESSA CIDADE?” Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN** (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). Natal: UFRN, 2015.

RODRIGUES, Lídia Valesca Bomfim Pimentel. **Vidas nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade (Tese de Doutorado em Sociologia).** Fortaleza: UFC, 2005.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, n. 1, p. 2-9, 2010.

SILVA, Tiago Lemões da. **De vidas infames a máquinas de guerra:** Etnografia de uma luta por direitos (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Rio Grande do Sul: UFRGS, 2017.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas.** Niterói: Editora UFF, 2008.

# Ser e Resistir: modos de vida de mulheres em situação de rua

*Andréa Ferreira Lima Esmeraldo*

*Verônica Moraes Ximenes*

## 1 INTRODUÇÃO

As vivências das mulheres em situação de rua são cercadas de invisibilidades, que se por um lado, podem fazer supor um espaço de proteção frente aos olhares estigmatizados de maior parte da sociedade, conduzem ao ocultamento diante de políticas públicas e intervenções voluntárias das quais necessitam. Nas ruas, elas ocupam o lugar do estranhamento, pois “lugar de mulher é em casa!”. Atravessar essa fronteira põe em questão preceitos que a sociedade patrimonialista construiu, e o suposto deslocamento do lugar da mulher indica que a vida nas ruas expressa a intersecção dos espaços interno/externo, público/privado, onde tanto o que é da rua, como o que é de casa é vivido a céu aberto. Isto engendra uma confluência de comportamentos morais, que contribuem para que o seu cotidiano seja visto com repulsa pelo restante da sociedade. Isto nos coloca como objetivo apresentar os modos de vida e resistências de mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano.

Para além do acesso às políticas públicas de atendimento, a invisibilidade das mulheres que vivem nas ruas é patente nas exíguas informações oficiais sobre as pessoas em situação de rua, que, em nível nacional, conta apenas com a já defasada pesquisa realizada entre 2007 e 2008 (BRASIL, 2009), e apesar das mobilizações dos grupos sociais, a população em situação de rua permanece excluída do Censo Brasileiro, reforçando o afastamento das ações estatais da realidade das ruas. Por outro lado, as pesquisas acadêmicas têm contribuído para fazer emergir aspectos importantes da vida nos espaços públicos, contudo os estudos que se dedicam às mulheres compõem uma parcela reduzida das investigações científicas, visto que em dez anos do material publicado pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações 172 (cento e setenta e dois) estudos sobre pessoas em situação de rua, 10 (dez) deles se voltam às mulheres.

Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado de uma das autoras e tem como objetivo apresentar os modos de vida de mulheres em situação de rua a partir de seu cotidiano no espaço público. Acreditamos que uma das formas de

enfrentar a invisibilidade social é fazer da pesquisa acadêmica fonte para conhecer e dar conhecimento às experiências, que tem a virtude de tecer os significados que envolvem o território onde constroem e dão sentido à própria história, à rede de relações que moldam as estratégias de sobrevivência e compõem seu modo de existir e resistir.

Para isso, é necessário compreender a dimensão modos de vida transcendendo o conceito estático onde são assinalados padrões de comportamento, e incorporar o campo das relações na dinâmica do cotidiano. Recorremos a Borsoi (2005), que evidencia que os modos de vida dizem respeito a como os sujeitos, a partir do trabalho, conduzem seu cotidiano, compreendemos como resultante de práticas cotidianas e que definem a sociedade e o indivíduo (CERTEAU, 1996); e Bourdier (1996), para quem o *habitus* se constitui num cabedal formador da experiências e permite incorporar a reinvenção e capacidade criativa do sujeito, assim constrói sua proposição assinalando a relação dialética entre experiência e consciência social, e incorporamos o caráter coletivo (SAUER, 1995) e a dimensão ética e de valores morais que orientam tais práticas cotidianas (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014)

**Figura 1 - Modos de Vida**



Fonte: Elaborado pelas autoras

A relação com o território identifica maneiras diversas de viver a rua, cada espaço percorrido tem um significado e uma motivação, o trânsito entre os pontos onde é possível manter a segurança e obter os meios de sobrevivência vão conduzindo a ocupação dos territórios. Isto contradiz a ideia de imutabilidade de modos de vida, assevera que estão orientados por necessidades sociais e são tecidos na complexidade das estratégias de sobrevivência.

## **2 A RUA COMO LUGAR DE MORADIA E SOBREVIVÊNCIA**

As ruas se constituem como espaços de passagem, e por isso a relação com seus ocupantes é marcada pela impermanência. Ao tomar as ruas como espaço de moradia, há uma subversão deste cenário, e as pessoas que vivem nas ruas são afetadas pela reação social a seu modo de vida. A vivência de pobreza é um aspecto de delimitação importante da situação de rua. O argumento de Rosa, Bezerra e Vieira (1992) é que a agudização da pobreza expõe o conjunto da população à debilidade econômica e ao desemprego fazendo com que haja maior ocupação dos lugares públicos como espaço de moradia e/ou sobrevivência. No mesmo sentido, Costa et al. (2015) argumentam que as pessoas que usam as ruas como espaço de sobrevivência revelam situações de miséria, abandono e vulnerabilidade social, que em nosso entendimento figuram como expressões da pobreza.

Neste trabalho, optou-se por considerar a pobreza em seu aspecto multidimensional, a partir da Abordagem das Capacitações (SEN, 2000), que considera que as privações provocadas pela impossibilidade de satisfação de necessidades, pela fome coletiva, fome crônica, bem como, pela violação de liberdades, liberdade política, e liberdades formais básicas, e pela negligência em relação à condição da mulher e ao meio ambiente, representam uma forma de opressão. Estanislau e Ximenes (2016) evidenciam a relação da pobreza com o modelo de produção capitalista, de forma que transpõe os aspectos materiais e consideram os aspectos ideológicos, psicológicos e simbólicos. Reconhecer as premissas estruturais da pobreza como propulsoras da situação de rua não significa validar sua perpetuação, ou desconsiderar as potencialidades das pessoas envolvidas para a superação de condicionantes circunstanciais que se movimentam na esmagadora estrutura de exploração capitalista.

Afeche Pimenta e Fugazola Pimenta (2011), ao analisar repercussões do processo de globalização no Brasil, afirmam que a cidade representa um fator de agravamento da pobreza, e não apresentam perspectivas alentadoras, dado o

quadro de desproteção e precarização dos serviços públicos, aliados ao que denominaram novo ciclo de desemprego, fazendo com que o Estado reforce a pobreza e a exclusão.

Para compreender a inserção do sujeito nesse *locus*, fazemos menção à classificação de Rosa, Bezerra e Vieira (1992) que diferencia o ficar na rua como um acontecimento circunstancial, marcado pela brevidade da exposição a vivência de rua; o estar na rua, no qual a vivência de rua é um acontecimento recente, porém com percepção menor de ameaça e constituição de relações estabelecidas nesse contexto e com estratégias de sobrevivência vinculadas à rua. E por fim, o ser da rua, que revela uma permanência na condição de rua, na qual a pessoa sofre de maneira mais contundente as debilidades da exposição aos fatores de risco deste universo, além deste ser o ambiente de constituição de relações mais permanentes caracteriza a moradia na rua.

Neste panorama, visitamos algumas terminologias para definir aquelas que vivem nas ruas. Prates, Prates e Machado (2012) mencionam a fragilidade de parte destes conceitos, por revelarem uma série de ideias pré-concebidas. Diante da diversidade de terminologias e definições, adotamos o conceito oficialmente utilizado nas políticas públicas brasileiras, por reconhecer que embora não esteja amplamente consolidado na sociedade, comporta a ideia de desconstrução de estigmas dirigidos às pessoas em situação de rua.

### **3 MULHER NAS RUAS**

Ao eleger a mulher como foco investigativo, priorizamos um conceito de gênero, que busca desenlaçar a noção cristalizada acerca da existência de características tidas como naturalmente femininas, que apenas encobre as relações de poder no qual mulheres são postas em condição de subalternidade frente aos homens. Esta perspectiva tem fundamento nas reflexões elaboradas por Scott (1990), para quem esta é uma categoria que se faz nas relações sociais constituídas em razão de diferenças sexuais percebidas, e é, portanto, uma forma de significar correlações de poder. Compreendemos como Saffioti (2015) que é necessário demarcar que a opressão de gênero é produtora de benesses para o mundo masculino. Todavia é preciso demarcar que cada mulher se compõe singularmente, isto porque o gênero não é sua única expressão, a ele se associam raça, classe, etnia, sexualidade, regionalidade e outros marcadores que organizam identidades discursivamente constituídas.

No contexto de evidente afirmação do modelo patriarcal, é comum que as relações produtoras de violências em razão da condição de gênero sejam também transportadas para o cenário das ruas. Biscotto (2015) faz alusão aos preconceitos e violências que as mulheres têm de conviver estando nas ruas, principalmente por figurar como contingente minoritário, mas salienta que suas histórias pessoais anteriores ao ingresso na rua já são, muitas vezes, confrontadas por violências ocorridas no campo doméstico. Desta forma, a ideia de segurança em virtude da proteção que pode ser oferecida por um companheiro, é minimizada pelas situações vivenciadas na conjugalidade. É importante salientar que no Brasil a violência doméstica tem forte histórico de subnotificação, e a especificidade da situação de rua não é contemplada pelos dados oficiais.

Na rua o corpo adquire uma significação mais intensa. Os estudos de Rodrigues (2005) incidem sobre a corporalidade das pessoas em situação de rua, e apresenta como a sociabilidade das ruas é capaz de construir a suas imagens corpóreas. A partir de marcadores de gênero, verifica-se a expectativa social sobre o cuidado da mulher com o próprio corpo e com a aparência, expectativas transpostas também para o contexto das ruas. O cuidado com a higiene, a tinta nos cabelos e o esmalte nas unhas, a maquiagem e a atenção às vestimentas são comuns no universo feminino que circula nas ruas, mas esta não parece ser uma questão identificada como demanda pelas políticas públicas ou entidades voluntárias.

Poucas são as pessoas que, vivendo nas ruas, demonstram o entendimento de que ações de prevenção estão no escopo dos cuidados com a saúde, e tem se configurado como predominante a relação entre cuidados em saúde e ações para a interrupção do uso abusivo de álcool e outras drogas (DE TILIO; DE OLIVEIRA, 2016). A falta de acesso às políticas de saúde que contemplem questões do feminino incide sobre o planejamento familiar, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, e de diversas formas de cânceres, incluindo o de mama, e a proteção ginecológica de uma forma geral.

O significado da rua na vida das mulheres é permeado pela dicotomia entre o acolhimento e o céu aberto, a liberdade e a ameaça, numa construção dialética que transforma e conduz as suas trajetórias. A condição de rua está cercada de processos opressivos, e neste trabalho foi tratado especificamente de como os estigmas e preconceitos atravessam a vivência nas ruas. Todavia é necessário tornar evidente que não estamos propagando a vitimização das mulheres em situação de rua.



## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para uma apreensão dos modos de vida das mulheres em situação de rua, priorizamos um método que pudesse evidenciar as narrativas representativas de suas histórias, e recorremos ao campo da pesquisa feminista, que compreende necessidade da pesquisa em evidenciar opressões de gênero (RODRIGUES; MENEZES, 2012). E isto é operacionalizado, segundo Navaz e Koller (2006), pela preocupação com todo o processo da investigação científica, desde a escolha da temática, o cuidado com o uso de linguagem não sexista, o reconhecimento da relação de poder diferenciado no que tange às pesquisadoras e as mulheres com quem se dialoga, e assume que estas são as especialistas no conteúdo.

Este processo teve como palco Maracanaú, cidade da região metropolitana de Fortaleza, foi o cenário que permitiu o encontro com as mulheres que vivem nas ruas. Trata-se de um município cujo desenvolvimento foi marcado pela industrialização intensificada na década de 1980. Está posicionado geograficamente em rotas de acesso a diversos outros municípios e estados, e ainda conta com a única Central de Abastecimentos do Estado – CEASA, além de ser a cidade que tem o segundo maior PIB do estado. Num cenário de intensificação da pobreza, estas características seduzem homens e mulheres pela esperança de maiores oportunidades para enfrentar as adversidades (PINTO, 2015). Este fenômeno contribui para a ocorrência de situações que podem culminar em moradia de rua.

Para realização da pesquisa contamos com apoio do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, que é unidade de atendimento da política de Assistência Social, onde se prestam atendimentos que articulam serviços, e benefícios sociais, e, por meio de atividades psicossociais e orientação jurídica, e de estrutura com acesso a banho e guarda de pertences, possibilita a consecução de direitos de pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011). Este espaço se configurou como espaço viável para pesquisa por ser, no município de Maracanaú, o único com vistas a dar suporte a demandas específicas da população em situação de rua, além de ser o espaço de trabalho de uma das pesquisadoras.

Por reconhecer que a pesquisadora detém atributos de gênero, classe, raça, história de vida que entram na interpretação do conhecimento produzido (OLESEN, 2006), destacamos que nosso lugar na disposição deste conhecimento está situado no pertencimento de gênero, contudo envolve, entre outros, os privilégios de raça e classe. O que nos coloca como inflexão a necessidade de perceber como essas assimetrias se presentificam no contexto da pesquisa.

Assim, pontuamos o fato de uma de nós ser coordenadora do Centro Pop, e longe de afastar a possibilidade desta posição interferir na relação com as mulheres protagonistas dos nossos diálogos, assumimos a tarefa de considerar este como um elemento que compõe o processo de investigação, que permeou desde os convites para as entrevistas como suas análises. A partir de então foram ouvidas 7 (sete) mulheres que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: estar em situação de rua, frequentar os serviços do Centro Pop, possuir idade a partir de 18 anos e assinar Termo de Consentimento livre Esclarecido - TCLE. O critério etário se justifica principalmente pelas normativas referentes a crianças e adolescentes, que poderiam implicar interfaces e modos de vida diversos. O número de entrevistas foi definido a partir de critério de saturação (NASCIMENTO et al., 2018) que atingiu aproximadamente 17% das mulheres atendidas no Centro Pop.

Foi composto, então, um perfil com média de idade de 43 anos, que estão em situação de rua por um período entre 1 e 10 anos e apresentam diferentes formas de relação com a rua: moradia de rua, processo de saída das ruas e convívio entre as ruas e moradias precárias.

O processo de pesquisa foi operacionalizado por meio de uma abordagem qualitativa, a partir da realização de entrevistas em profundidade, guiadas por roteiro previamente estabelecido. As falas foram transcritas e, tendo a linguagem como unidade interpretativa, foram submetidas a análise de conteúdo (BARDIN, 2004), com suporte do *software* Atlas ti 5.2. Deste processo, obtivemos três grandes categorias: modos de vida, estigmas e preconceitos, e modos de enfrentamento; compostas por dimensões que se entrelaçam. E, neste trabalho, nos dedicamos aos modos de vida na sua relação com os modos de enfrentamento, que abordamos a partir do conceito de resistência.

O cuidado e o respeito para com a População em Situação de Rua, em especial as mulheres, nos imputa, estar comprometidas com sua realidade, zelando para que o modo de vida e os conteúdos evidenciados pelas participantes sejam acolhidos sem pré-julgamentos. Além do cuidado com o conteúdo, o processo de aproximação e acolhimento, ocorridos no Centro Pop de Maracanaú, a manutenção do sigilo no ato da entrevista se aglutina ao sigilo de identidade para o que foram atribuídos nomes fictícios às participantes, cujos fragmentos de narrativas estarão expostos ao longo deste artigo. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, em conformidade com a Resolução 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde e aguardando o respectivo parecer.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 MODOS DE EXISTIR

Como vimos, o conceito adotado por nós para tratar dos modos de vida indica que o trabalho de produção e reprodução da vida organiza práticas cotidianas definidoras do indivíduo e da sociedade. Conduzem padrões de sociabilidade, de caráter coletivo, que ordenam a cultura e os sentidos e compõe a ética e os valores morais que se incorporam nestas práticas cotidianas.

Para as pessoas em situação de rua, essa construção é permeada pela instabilidade, fazendo o aqui e o agora ser o tempo da urgência e o lugar seja o do abrigo, que para Escorel (1999), inclui a satisfação de necessidades básicas, e conta com uma rede socioassistencial, para aquisições imediatas e acesso a direitos, de maneira a estabelecer um roteiro diário. Assim, modos de vida das pessoas que vivem nas ruas passam pela mobilidade conduzida pelo atendimento de suas necessidades. Esta mobilidade espacial é, para Tiene (2004), fruto de relações estabelecidas no contexto das ruas, por isso não dispõem do padrão de definitividade e podem se estabelecer e se refazer com certa rapidez, conduzindo a deslocamentos baseados nas novas relações que se formam. Podem ser dentro de um mesmo território, como é o caso de pessoas que vivem nas ruas de Maracanaú, e que no momento em que não tem acesso a alguns serviços públicos permanecem na Lagoa, onde podem tomar banho, pescar, e ainda utilizar o espaço para o lazer, como podem envolver outras unidades territoriais. Como retratado por Elza:

É tanto que eu vim pra banda de cá, eu ficava mais era no Centro, quem me trouxe foi uma amiga minha pra cá (...)e não só aqui, lá no Centro também, que eu ando aqui e eu ando no Centro, sabe, também, porque eu num fico só aqui aqui não, vou pro Centro também, pego o metrô e vou. (ELZA, E6).

Modos de vida redesenham e ressignificam territórios em meio ao cotidiano itinerante. Um retrato de desafios que nos leva a ponderar a trajetória das mulheres que rompem a fronteira do espaço doméstico. No diálogo com as participantes da pesquisa, verificamos que o processo de ida para as ruas está posicionado no cruzamento de vivências de pobreza e uma gama de violências de gênero. Para Chiquinha, após o fim do relacionamento com o marido, que também conviveu

com episódios de violência física, as desavenças com os irmãos levaram-na a viver nas ruas de Maracanaú.

*Foi por causa da minha irmã, que eu me chateei muito com ela, ela fala muita besteira comigo, né. Aí eu saí de casa. Eu saí, né Aí nessa (...) nesses motivos que eu não quero mais voltar, né? Pra lá, né? (...) Porque eu apanhei, eu sofri muito com o pai dos meus filho, né? (CHIQUINHA, E3)*

A violência psicológica e o sentimento de inadequação também mobilizam o afluxo para as ruas. Acessamos histórias em que a saúde e os estigmas vinculados ao adoecimento impuseram a rua como alternativa, ainda que esta condição seja agravada pela exposição aos riscos inerentes à vida a céu aberto. Rosário (2015) elenca adoecimentos como um dos motivadores para a saída de algumas mulheres de casa e a vida nas ruas. É o caso, por exemplo, de Tereza, que ao descobrir que era portadora de HIV, e diante de todas as repercussões da doença, começou a sofrer ações de discriminação por parte da família com quem morava e, então, passou à condição de rua:

*Eu morava com meus pais, mas só que... por destino, eu peguei o HIV, e assim a minha família me desprezaro. Não aceitavam a droga, avalie eu doente dentro duma casa. Achavam que o HIV só eu ir entrar no banheiro já (...) o banheiro já tava contaminado. Se entrasse 10 vezes dentro do banheiro, 10 vezes esse banheiro era lavado. Aí isso me arrasou, me deixou mais no chão, aí foi aonde o... virei mesmo, conheci e comecei a usar o crack. Não tava mais aí pra vida, pra mim eu não sabia o que era um HIV. O HIV era uma (...) uma doença que ia me matar qualquer hora, qualquer minuto. (TEREZA, E5).*

O trabalho precário é uma marca das sociedades capitalistas onde predominam relações coloniais. Atinge de maneira contundente as mulheres, pois em decorrência da divisão sexual do trabalho, as atividades de reprodução, que lhes são destinadas, carecem de proteção trabalhista ou previdenciária, são mal remuneradas ou não o são. Carmem retrata essa desvinculação do trabalho doméstico em relação à percepção de renda:

*Meu marido não bebe, não fuma, é do trabalho pra casa. É porque nós não damo mais certo, ele ganha dois salário, ele trabalha no Banco do Nordeste, trabalha de vigilante, em frente ao mercado, só que não dá mais. Ele não bebe,*

*nem fuma, é uma ótima pessoa, é mãe, pai, tudo (...)quem me conhece diz assim: “mulher, volta pra casa. Tem um marido tão bom, tua fia evangélica não tem nem um problema”.Ó, lá em casa eu não faço nem feira, não sei nem quanto é uma caixa de fósforo. Tudo é minha fia com meu marido, faz as compra, minha fia cozinha, o que eu faço lá em casa é só lavar a roupa dela e passar o pano na casa.*

Seu marido é trabalhador assalariado e, como tal, o detentor dos rendimentos. Carmem responsabilizava-se pelos cuidados com a casa e criação dos filhos, com os conflitos que resultaram na ida para a rua ela ficou sem acesso a tais rendimentos, mesmo após anos de convivência, demonstrando assim, que a ideia de uma renda familiar é fictícia, e sob esse aspecto, impõe à mulher a condição de inferioridade e dependência frente a esse provedor. Porém, a relação de trabalho assalariado não se sustentaria sem esta produção cotidiana do trabalho doméstico. Biroli (2018) evidencia a predominância da responsabilização das mulheres pelo atendimento das necessidades cotidianas da família, de modo que a divisão sexual do trabalho é estruturante, não é apenas uma escolha de homens e mulheres, mas organiza uma estrutura desigual de responsabilidades que subordina a mulher e as coloca no lugar de afastamento e desvalorização na esfera pública.

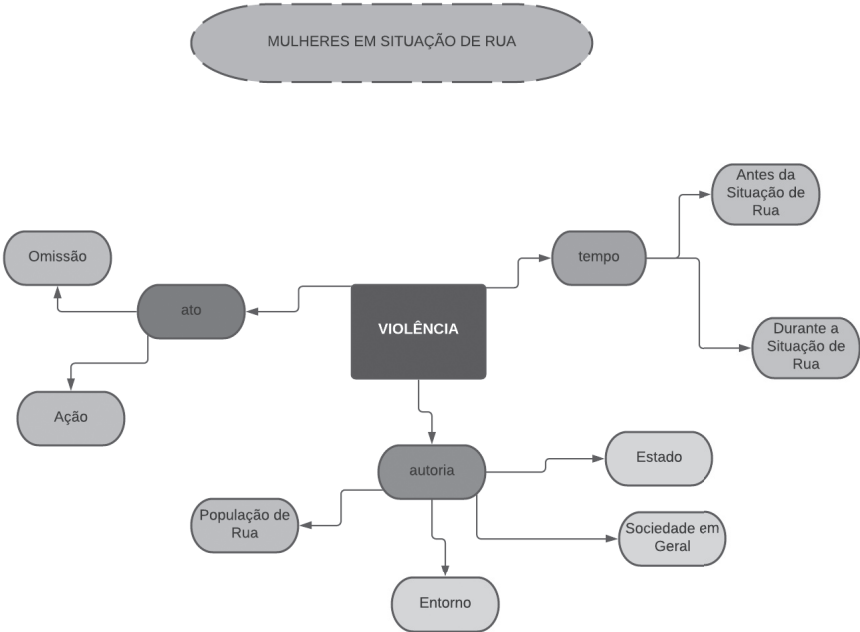
Não é raro escutar das mulheres que frequentam o Centro Pop que o percurso para as ruas foi permeado de diversas tentativas de manter um lugar para família, mas que culminaram com a impossibilidade de preservar o sustento das necessidades mais básicas, ficando a moradia em segundo plano. As famílias chefiadas por mulheres enfrentam condições precárias que sofrem o impacto das discriminações de gênero presentes em nossa sociedade, mas esse quadro se aprofunda para as mulheres pobres (MACEDO, 2008). A necessidade de conciliar os diversos papéis sociais femininos faz com que a realidade das famílias chefiadas por mulheres pobres imponha restrições ao desenvolvimento, à mobilidade social e à felicidade dessas mulheres (PACHECO, 2005)

Guzzo (2016) ressalta a importância de dar visibilidade às condições subjetivas que se moldam a partir de situações econômicas adversas. A vida em situação de pobreza é percebida por Tereza (E5) como associada ao descrédito: “*E a gente pobre da favela, quem é que vai respeitar?*” A pergunta causa impacto e demonstra que ricos e pobres são avaliados sob parâmetros diferentes, a credibilidade e o respeito são seletivos e estão vinculados à condição de pobreza. Accorssi e

Scarpato (2016) afirmam que o descaso social marca a vida de pessoas que vivem em condição de pobreza, e que elas estão submetidas a barreiras invisíveis que causam impacto tanto na própria identidade, quanto na forma de se relacionar com os outros. Desta forma é possível compreender que a vivência nas ruas transcende puramente a renda e marca a desigualdade de acessos, como propulsora de violências.

A violência que atinge as mulheres em situação de rua se faz num contexto complexo, onde as mulheres são alvo de violências antes e depois da trajetória para as ruas. E se dão por omissão, através da ausência ou obstacularização de direitos, ou por ação, quando o corpo ou a moral das mulheres é atingido. Quanto aos agentes de perpetração de violências, tem-se desde outras pessoas nas ruas, o entorno dos percursos como comerciantes, voluntários etc., bem como, da sociedade em geral e do próprio estado, como aponta a Figura 2.

**Figura 2** - Violência direcionada às mulheres em situação de rua



Fonte: Elaborado pelas autoras

Na rua os acessos a direitos são limitados e seletivos, e as demandas das mulheres invisibilizadas. Os serviços de saúde têm se mostrado exíguos, seja em unidades de atenção básica ou especializada, em espaços de atendimento emergencial e até mesmo nos serviços de atendimento móvel. Em todos estes espaços, há negativas de atendimento à população de rua, ou são feitas exigências que obstaculizam o acesso dos/as usuários/as. Tais procedimentos ressaltam uma carência das políticas públicas, enquanto um direito.

As participantes desta pesquisa repetidamente referiram-se aos cuidados com higiene como sendo uma dificuldade que atinge sobremaneira as mulheres que estão nas ruas, e apontam algumas necessidades que são mais intensificadas para as mulheres: “*mulher tem aquela situação. Mulher tem necessidade, mulher precisa tomar um banho, precisa se limpar, homem já é diferente. Mulher tem que... tem uns momentos que tá menstruada, né?*” (BETH, E1). A preocupação de Beth desvela a aridez das ruas para as mulheres. Ao tempo que elas se percebem como tendo mais necessidades que os homens, há restrição de espaços onde possam dispor de meios para suprir tais necessidades.

A mesma rua que é lugar de abrigo para quem precisa se desvencilhar de uma situação de violência familiar, é o meio no qual as relações sociais e pessoais podem se configurar como alimento para outras formas de violências que atingem o mundo feminino. Na rua, Alcione relata mais de um fato envolvendo violência:

*Pronto, minha vida é triste. Fui queimada, já levei tiro, já levei facada (...)  
Que nem fizeram comigo, me queimaram todinha por causa disso, eu tava dormindo... tava dormindo e vieram, tocaram fogo em mim. Tava dormindo também do lado do... desse rapaz que eu vivo, me deram uma facada... tudo por causa disso.* (ALCIONE, E5)

Agentes estatais, em especial agentes de segurança, que à priori, tem a atribuição de garantir proteção e segurança aos cidadãos de um modo geral, têm se mostrado seletivos com o que se considera cidadão. As ações de retirada de pessoas das ruas refletem uma perspectiva higienista, que tem como pano de fundo a ideia de desvalorização de quem vive nas ruas, o que permite o cometimento de agressões físicas. Sposati (2004) alerta que retiramos daqueles que estão na situação extrema de exclusão a condição de humanidade.

Num ambiente de opressão, ficam evidenciadas a resistência e a criatividade de mulheres que cotidianamente reinventam a si, ao espaço, às relações e seus

significados, através de um conjunto de estratégias que lhes permitam acessar espaços e lugares capazes de prover estas carências. Os manejos feitos por estas mulheres coadunam com as observações de Kunz, Heckert e Carvalho (2014) sobre os modos de sobreviver na cidade, pois são necessárias táticas e astúcias para desviar-se de proibições e dar novos usos e significados a objetos e lugares, de forma que se constroem desenhos diferenciados para os espaços urbanos. Neste caso, os processos de resistência, mesmo que não envolvam a superação da condição de rua, estão voltados a permitir resguardar, minimamente, aspectos que dizem respeito à alimentação e ao autocuidado.

## **5.2 SER MULHER NA RUA É RESISTIR**

Neste estudo fizemos a opção de utilizar o termo resistência para colocar em destaque as relações dos processos de enfrentamentos empreendidos por essas mulheres como uma marca de gênero e com isso demarcar o campo de entrelaçamentos de opressões que identificam estas mulheres e suas lutas cotidianas. Bandeira (2009) identifica resistência como as estratégias desencadeadas por mulheres contra os padrões de comportamento sociais e culturais que as situam de modo desigual na nossa sociedade e efetivam uma hierarquização em razão do gênero. Enquanto Wolff (2015) o caráter relacional de reação às estruturas de poder.

Compreendemos que enfrentar o cotidiano das ruas, com os obstáculos estruturais para a manutenção da vida, é por si só, uma condição de dificuldade e adversidade, contudo este é um cenário que agrega toda uma gama de situações de cunho relacional e subjetivo que se impõe, de modo mais intenso e agudo às mulheres. A rua é, então, um fator de risco para as mulheres, sobretudo, quando se distingue o antagonismo entre a hostilidade do ambiente público e a imagem que cerca o feminino, e a vida destas mulheres pode apontar para um sinal de resistência.

A própria trajetória que antecede a ida para as ruas pode revelar um comportamento de insubordinação e resistência frente às expectativas destinadas à mulher. Campos (2016) ressalta que, para além de uma situação imposta, a rua se apresenta como uma estratégia de resistência às violências sofridas. A experiência de Carmem (E2) é um exemplo da resistência ao modelo convencional, pois mesmo tendo uma casa, onde o marido mora com as filhas, a rua é para ela a opção mais viável:



*Eu prefiro tá na rua de que em casa, porque lá em casa eu sou mais discriminada de que na rua. Se eu vou comer é... lá é 'rapariga véia', 'vagabunda', 'vai pros teus mindingo', 'vai fumar tuas droga', mas não é essa realidade da minha vida, minha vida é na semana atrás de faxina', tá aqui meu dedo, ó, é capinando". (CARMEM, E2)*

Por mais paradoxal que pareça, a rua se assemelha ao espaço de exercício de sua liberdade. Longe da ideia de que a rua é uma escolha individual, distante das opressões que compõem a trajetória dessas mulheres, entender a rua como exercício de liberdade implica perceber que o ambiente doméstico é intensamente opressor. Então, como exposto por Andrade, Costa e Maquetti (2014), na rua a liberdade pode ser uma possibilidade de expressar vontades e de não se sentir num cativo, mesmo reconhecendo que outras formas de violações estejam presentes. É o caso das diversas formas de violência urbana que transformam as noites nas ruas em lugar de incerteza e se materializam como risco:

*Eu não durmo, eu passo a noite bebendo, com medo de alguém chegar e pegar nós dormino e fazer besteira (...) Ai, como eu tô na rua, eu fico preocupada, principalmente com a pessoa que tá do meu lado, que não deve nada a ninguém. E eu, como eu devo, eu tenho medo, eu fico acordada, porque qualquer hora pode chegar alguém pra me fazer mal e fazer com a pessoa que tá do meu lado. E eu tano acordada, eu já grito, eu já chamo, pra se acordar, pra poder correr. (ALCIONE, E4)*

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) definem o sono nas ruas como um desafio, que somente se torna possível se a pessoa estiver sob o efeito de alguma substância psicoativa, pois ela contribuiria para passar por essa hora, já que permite que, mesmo o sono turbulento, seja factível. Esta noção é compartilhada por Esmeraldo Filho (2010), que argumenta que para a população em situação de rua o uso de droga se apresenta tanto como um problema com sérios reflexos na condição de saúde, como uma solução para que se consiga realizar atividades próprias do cotidiano:

*Ninguém nem dormia de noite, passava a noite usando droga, passava a noite acordada. Quando terminava aquela substância, que passava aquela coisa, de*

---

1 Para obter renda, durante os dias da semana Carmem realiza trabalhos esporádicos e informais diversos, desde faxina, a atividades de jardinagem e acompanhamento de pacientes hospitalizados.

*novo. Ninguém sabia qual era o dia, qual era a noite. Era muito ruim, era muito difícil, eu num sei nem como (...)* (JOANA, E7)

O envolvimento com o consumo, sobretudo abusivo, de álcool e outras drogas aponta para o convívio com diversas perdas. Pinto (2015) alerta para o perigo de identificar o uso abusivo de drogas como o principal condicionante para a situação de rua, e se apresenta como uma das expressões da questão social, abordando-o como um fenômeno multidimensional e multicausal presente no conjunto da sociedade.

Na rua, a resistência tem o viés da coletividade, que opera por meio do suporte que chega a essas mulheres, que igualmente o prestam a outras. São atitudes como o compartilhamento de informações, a formação de grupos, o compartilhamento de alimentos, entre outros. Além disso, contam com relações sociais no circuito da rua onde podem suprir necessidades de alimentação, higiene e proteção. Esmeraldo Filho (2010) corrobora essa percepção ao afirmar que há entre quem vive nas ruas uma rede de solidariedade.

A força de algumas mulheres que estão nas ruas, por sua vez, é mobilizada pela relação com a maternidade, podendo figurar como aquilo que as impulsiona para sair da condição de rua. Beth (E1) demonstra o valor da relação com a filha: “*Tudo que eu tenho na minha vida é minha filha*. A ideia de proteger os filhos fez com que algumas delas deixassem seus filhos aos cuidados de parentes. E como conta da Silva (2006), algumas mulheres mantêm contato, e procurem contribuir com alguma roupa ou outra necessidade que os filhos possuam. Em nossa pesquisa, assim como ocorreu com as mulheres entrevistadas por Rosário (2015) é recorrente a menção de que elas têm filhos e que estes estão com a avó, demonstrando que esta atitude se faz em função do cuidado com eles. Por estarem expostas aos perigos da rua, as mães não querem o mesmo para seus filhos, mesmo que a situação lhes cause sofrimento.

Para além da proteção e segurança, que são reconhecidamente necessidades de mulheres nas ruas, a afetividade e conjugalidade estão entre as fontes de apoio que se configuram como resistências. Palomar Lever e Cienfuegos Martinez, (2007) apontam o parceiro como uma das principais fontes de apoio social, em nossas entrevistas, verificamos que este apoio pode impulsionar a construção de projetos de vida. Tereza, uma de nossas entrevistadas, conheceu o parceiro quando esteve numa comunidade terapêutica, essa relação organiza seus sonhos em torno da saída das ruas e constituição de um espaço para ambos.

Assim como Tiene (2004), alguns autores afirmam que estando nas ruas as mulheres têm nos parceiros uma forma de proteção, e, embora não negue capacidade protetiva de uma companhia, Sipiassi (2016) salienta a construção de relações fundadas no afeto. O que demonstra que, mesmo diante de um cenário árido onde permeiam violências, as mulheres privilegiam relações de afetividade. A realidade que encontramos em nossas entrevistas mostrou a predominância de mulheres que vivem sozinhas nas ruas.

A história de permanência do corpo feminino nas ruas tem a violência sendo anunciada como um bicho que se mantém à espreita para o ataque. A violência direcionada à mulher transcende a violência doméstica e familiar, e nas ruas a violência sexual se converte no maior temor. Para enfrentar a ameaça e o medo as mulheres recorrem desde a força para lutar, como é o caso de Elza (E6) *“E ele quase me mata, me rasgou todinha, mas ele não transou comigo, eu lutei com ele”*, ou por meio do jogo de transformação com o próprio corpo: *“Me vestia como macho, com medo. Já fui tentada ser estuprada, mas num deu certo não, A vida né boa na rua não”* (JOANA, E7).

As situações de violência ocorrida nas ruas, ou a sua ameaça, são fonte de sofrimento psíquico para essas mulheres (ROSA; BRÊTAS, 2015). Facuri *et al.* (2013) mostram que os efeitos do estupro na vida que quem o sofreu são devastadores e incidem sobre o corpo, assim como, em aspectos da subjetividade, e argumentam ainda que mulheres submetidas a este tipo de violência estão mais susceptíveis a apresentar algum transtorno psiquiátrico como ansiedade, depressão, ideação suicida, entre outros, e como isso evidenciam o sofrimento psíquico que acompanha a violência sexual.

As mulheres com quem dialogamos nos mostraram que em cada dia vivido, opressões e resistências compõem as faces de uma mesma moeda. Cada circuito e cada alvorecer no papelão é o símbolo de que a vida das mulheres nas ruas é expressão de resistência.

## 6 CONSIDERAÇÕES

Para alcançar o objetivo de apresentar os modos de vida e resistências de mulheres em situação de rua, foi fundamental realçar as narrativas presentes nas entrevistas realizadas. Ao abordar o conceito de modos de vida e transpor a ideia de uma repetição de hábitos, consideramos o conjunto de experiências que

contempla as práticas cotidianas, e os valores que lhes dão significado, e a reinvenção criativa do cotidiano, além de ressaltar o caráter coletivo que os modos de vida assumem.

Isso permitiu evidenciar que entre as mulheres, há várias formas de estar em situação de rua, e contradiz olhares lineares que tendem a reforçar uma imagem estereotipada da vida delas. A rua passa a ser o espaço onde serão construídas relações sociais diversas. Nas entrevistas, ao contrário de alguns estudos consultados a título de referência, não foi verificada a busca por parceiros com intuito de proteção, dentre as 07 (sete) entrevistadas, apenas uma dela possui relação conjugal estável, e as demais ou vivem só ou se organizam em grupo, e o grupo para elas se apresenta como espaço protetivo. O próprio ato de romper a fronteira do mundo privado pode se constituir em uma ação de resistência frente a um cotidiano opressivo, e às expectativas que vinculam a ideia de feminino ao espaço da casa e da família. E, mesmo com todos os reveses que se mostram numa vida a céu aberto, algumas mulheres experimentam a rua como um espaço de liberdade.

O apoio social é uma categoria de resistência que possibilita o enfrentamento às limitações de acesso a direitos e à dignidade. Foi possível identificar como as mulheres são capazes de construir uma rede de suporte que permita o trânsito por esse universo tão masculino que as ruas apresentam. Uma rede que transpõe as necessidades materiais e efetiva um suporte emocional. Contudo, mais uma vez, a expressão do apoio instrumental decorrente de políticas públicas é limitada. A experiência da pesquisa, afirma a potência dessas mulheres, que ao manter a capacidade de sonhar diante de um cotidiano que se agiganta é também um grande ato de resistência. Ainda no tocante aos processos de resistência, foi percebido que a busca por soluções individualizadas se sobrepõe às atividades e estratégias coletivas.

A escolha de uma política pública como campo de pesquisa se revelou como um limite, já que circunscreveu o universo deste estudo a um grupo de mulheres que têm acesso à política pública de assistência social, e não atingindo aquelas que por motivos diversos não busquem essa política. E, talvez por estarmos neste contexto, não tivemos oportunidade de aprofundar como as relações com o circuito de facções presentes nas ruas incide sobre seus modos de vida. Além disso, acreditamos que seria interessante investigar mais amiúde a relação de corporalidade do feminino que sobrevive nas ruas.

Essas considerações nos colocam a responsabilidade de dispor do conhecimento acadêmico como instrumento de relação com a sociedade e a necessidade de atuar propositivamente nos espaços para a promoção de direitos humanos de mulheres em situação de rua.

## 7 REFERÊNCIAS

ACCORSI, A.; SCARPARO, H. Representações Sociais da Pobreza. In: XIMENES, V. M. et al. (Eds.). **Implicações Psicossociais da Pobreza**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016. p. 67–94.

AFECHÉ PIMENTA, M. C.; FUGAZZOLA PIMENTA, L. Globalização e os Desafios Urbanos: políticas públicas e desigualdade social nas cidades brasileiras. **EURE (Santiago)**, v. 37, n. 112, 2011.

ANDRADE, L. P.; DA COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: Potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248–1261, 2014.

BANDEIRA, Três Décadas de Resistência Feminista contra o Sexismo e a Violência Feminina no Brasil: 1976-2006. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n.2, p.401-438, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho. In: **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BISCOTTO, P. R. **Viver em Situação de Rua: mulheres que utilizam o albergue para pernoitar**. São Paulo: 2015.

BORSOI, I. C. F. **O Modo de Vida dos Novos Operários: quando o purgatório se torna paraíso**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

BOURDIER, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, Distrito Federal: 2009.

CAMPOS, D. A. **Os Efeitos das Relações de Gênero nas trajetórias dos Moradores de Rua do Município de Florianópolis (SC), 2016**. Florianópolis, 2016.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Saúde em Debate**, v. 39, n. 106, p. 748–759, set. 2015.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, S. L. et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: Reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saude e Sociedade**, v. 24, n. 3, 2015.

DE TILIO, R.; DE OLIVEIRA, J. Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 1, p. 101–113, 2016.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. 1999.

ESMERALDO FILHO, C. E. **NECESSIDADES DE SAÚDE DOS MORADORES DE RUA: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE**. Fortaleza: 2010.

ESTANISLAU, M. A.; XIMENES, V. M. Vivências de Vergonha e Humilhação: uma análise em contextos de pobreza. In: **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

FACURI, C. DE O. et al. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, 2013.

GUZZO, R. A (des)igualdade Social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In: XIMENES, V. M. et al. (Eds.). **Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016. p. 149–164.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal : Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919–942, dez. 2014.

MACEDO, M. DOS S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, 2008.

NASCIMENTO, L. DE C. N. et al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Rev Bras Enferm [Internet]**, v. 71, n. 1, 2018.

NAVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologia Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647–654, dez. 2006.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2005.

PALOMAR LEVER, J.; CIENFUEGOS MARTÍNEZ. Pobreza y apoyo social: un estudio comparativo en tres niveles socioeconómicos. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 2, 2007.

PINTO, R. M. P. **Fenômeno População em Situação de Rua à Luz da Questão Social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú**. Fortaleza: 2015.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, v. 11, n. 22, 2012.

RODRIGUES, L. V. B. P. **Vida nas Ruas, Corpos em percurso no cotidiano da Cidade**. Fortaleza: 2005.

RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES, J. A. O Desafio de Pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Anais**. Florianópolis: 2012.

ROSA, A. DA S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 19, n. 53, 2015.

ROSA, C. M. M.; BEZERRA, E. M. R.; VIEIRA, M. A. A. C. **População em Situação de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

ROSÁRIO, G. O. **Análise das Condições e Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre**. Porto Alegre: 2015.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, jul/dez, p. 5-22, 1990.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. In: **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAUER, C. A noção de modo de vida: exposição e crítica. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. L. L. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno população em Situação de Rua no Brasil 1995 - 2005. 2006.** Brasília: 2006.

SPIASSI, A. L. **A Violência como Fator de Vulnerabilidade para a saúde de mulheres usuárias de drogas do Centro do Município de São Paulo.** São Paulo: 2016.

SPOSATI, A. Prefácio. In: **Mulher moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais.** Campinas: Editora Alínea, 2004.

TIENE, I. **Mulher moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais.** Campinas: Editora Alínea, 2004.

WOLFF, C. S. Pedacos de alma: Emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, 2015.





# Um olhar socioambiental sobre a imigração venezuelana no Brasil: da situação de rua para o acolhimento institucional

*Halaine Cristina Pessoa Bento*

*Andie de Castro Lima*

*Zulmira Áurea Cruz Bomfim*

## 1 INTRODUÇÃO

A Venezuela tem passado por uma grave crise humanitária durante o século XXI em razão da progressiva instabilidade que vem afligindo o país bolivariano nos aspectos econômicos, políticos e sociais. A população venezuelana tem experimentado a ausência de proteção social por parte do Estado e a violação de direitos fundamentais como saúde, educação, trabalho e segurança alimentar. Além disso, os índices de violência crescem cada vez mais devido a furtos ou a protestos reprimidos pelas forças policiais (MILESI; COURRY; ROVERY, 2018).

Em virtude da situação preocupante de 80% da população venezuelana na extrema pobreza, milhares de venezuelanos têm deixado seu país de origem para buscar melhores condições de vida nos Estados vizinhos, o que caracteriza um movimento migratório (FGV, 2020). Até final do ano de 2020, mais de cinco milhões e seiscentos mil venezuelanos haviam deixado a nação de origem e buscado moradia principalmente na Colômbia, no Peru, no Chile, no Equador e no Brasil (R4V, 2021).

Desde 2016, o Brasil tem sido lugar de destino e trânsito para mais de 260 mil imigrantes venezuelanos, sendo o quinto país mais procurado por eles (R4V, 2020). A principal entrada dos venezuelanos em terras brasileiras tem sido pela fronteira entre a cidade de Pacaraima, no norte do estado de Roraima, e a cidade de Santa Elena do Uairén, na Venezuela. Para estes imigrantes, Roraima surge como possibilidades de ficar próximo do seu país e, graças à proximidade, de enviar bens como alimentos e medicamentos para familiares que ficaram na Venezuela (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Importa destacar que, além da Venezuela, Roraima faz fronteira com o país da República Cooperativa da Guiana e, ainda, divisa com o estado do Amazonas. Com os seus quatorze municípios mais a capital Boa Vista, o estado roraimense apresenta pouco mais de meio milhão de habitantes (IBGE, 2021). O estado

possui uma economia muito voltada para o funcionalismo público e um histórico de migrações nacionais e internacionais desde a década de 80 por conta do garimpo (FREITAS, 2009).

Neste século XXI, com um histórico de migrações por sobrevivência como da população venezuelana, pode-se dizer que há um contexto novo com grandes impactos para o norte brasileiro. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020), no ano de 2017, Roraima chegou a um pico de mil pessoas entrando e saindo pela fronteira por dia. Em 2019, houve uma queda para quinhentos imigrantes na média diária, visto que o fluxo fronteiriço começou a ser controlado pelas Forças Armadas do Brasil.

A partir do exposto, destaca-se a necessidade de abordar tal contexto. Assim, será apresentada a seguir, por meio de um relato de experiência, a realidade da imigração venezuelana no Brasil, especificamente em Roraima, bem como as dificuldades encontradas por estes imigrantes no Estado e os trabalhos desenvolvidos pela Operação Acolhida e, especialmente, pela Organização Humanitária Fraternidade sem Fronteiras (FSF). Por fim, serão também apresentadas as possibilidades de melhorias e recomeços das vidas destes imigrantes.

Como forma de compreender e de intervir nas questões mencionadas anteriormente, será considerada a abordagem da Psicologia Ambiental, entendida como o campo de estudo das inter-relações entre o ser humano, seu ambiente sócio-físico e os aspectos individuais e coletivos que perpassam os indivíduos (PINHEIRO; GÜNTHER; GUZZO, 2014); assim como a abordagem da Psicologia Social em sua vertente Sócio-Histórica, que objetiva conhecer os indivíduos no conjunto de suas relações sociais manifestadas de modo grupal e social (LANE, 1984).

A Psicologia Ambiental é um campo transdisciplinar do saber que permite compreender as relações entre as pessoas e os territórios. Contudo, é preciso partir da idéia de que o território

representa muito mais do que o espaço geográfico. [...] Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

Dada essa noção da categoria território, é possível que sua leitura também

seja realizada a partir da Psicologia Social – em específico a partir da Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica. A partir de tal vertente, compreende-se o sofrimento ético-político na sociedade em razão do sofrimento humano a partir das relações de desigualdade e da dialética exclusão/inclusão social velada pela integração social (SAWAIA, 2011).

## **2 IMIGRANTES VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA**

Apesar da distância, a maioria dos imigrantes venezuelanos que vêm para o Brasil optam ir para Boa Vista, capital do estado de Roraima. Após a entrada no Brasil através de Pacaraima, município do estado a uma distância de 214,80 km de Boa Vista, muitas famílias continuam suas viagens de ônibus, pedindo carona ou indo a pé. Ao chegar a Boa Vista, em razão do estado não estar preparado para receber um alto contingente migratório, enfrentam uma série de dificuldades para acessar os serviços básicos de saúde e de educação, assim como não têm acesso a oportunidades de emprego e de moradia. Além disso, os imigrantes sofrem vários tipos de ataques e de violências consideradas xenofóbicas (BENTO, 2019).

O contexto de vulnerabilidades pode agravar-se, ainda mais, para os imigrantes quando estes chegam a Roraima. Neste contexto, ressalta-se a importância dos trabalhos sociais organizados por comunidades, por instituições religiosas, pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), por Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo Governo Federal. Sawaia (1995) já apontava o território como um lugar de contrastes, pois do mesmo modo que pode propiciar identificações entre pares, com relações mais afetivas e libertárias, pode ser também gerador de muitos sofrimentos e relações excludentes.

Assim, levando em consideração este território passível de sofrimento ético-político (SAWAIA, 1995), algo pôde ser feito na esfera jurídica brasileira depois que o Estatuto do Estrangeiro do período da ditadura militar no Brasil, Lei nº 6.815, ao considerar o migrante uma ameaça à segurança nacional (OLIVEIRA, 2017), foi derrubado pela nova Lei de Migração. No ano de 2017, a Nova Lei de Migração, nº 13.335, passou a valorizar o imigrante tratando-o como cidadão do mundo e com direitos universais garantidos pela política internacional dos Direitos Humanos (BRASIL, 2017).

Já no início do ano de 2018, foi decretada a Lei nº 13.684 que dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, em razão de fluxo migratório ocasionado por crise humanitária

(BRASIL, 2018).

Após tais mudanças neste cenário, considerado como sendo a maior crise migratória no Brasil, surge, em março de 2018, a Operação Acolhida, Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima, como medida emergencial ao fluxo migratório de venezuelanos no Brasil em busca de refúgio (BRASIL, 2019). A Operação Acolhida é um esforço de diversos órgãos e agências, a saber: Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), Polícia Federal, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Ministério do Trabalho, Defensoria Pública da União (DPU), Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI), Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil), secretarias estaduais e municipais, dentre outras; mais de cinquenta organizações públicas nacionais e não-governamentais, atuando no acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade em Roraima (OLIVEIRA, 2021).

Além disso, o trabalho da Operação Acolhida é desenvolvido em três linhas de frente: *ordenamento de fronteira* – com centros de triagem e regularização de documentos; *abrigo* – existem quatorze abrigos, alojamento e/ou espaço emergencial em Roraima, totalizando 8.391 venezuelanos abrigados (2.788 grupos familiares, 1.935 mulheres chefes de família, 154 idosos chefes de família e 1.803 indígenas); e a *interiorização* – processo de deslocamento planejado de imigrantes venezuelanos para outros estados brasileiros, com vaga de emprego sinalizada e/ou reunificação familiar, social e institucional –, totalizando em 54.430 pessoas que atualmente vivem nos 26 estados brasileiros, distribuídas em 670 cidades (OLIVEIRA, 2021; BRASIL, 2021a; BRASIL, 2021b).

Quanto aos abrigos, alojamento e espaço emergencial em Roraima, existem dois em Pacaraima (um abrigo para indígenas e um alojamento, ambos coordenados pela FFHI) e doze em Boa Vista (quatro para indígenas, sob coordenação da FFHI, um espaço emergencial e um abrigo organizado pela FSF e outros seis abrigos na coordenação da AVSI Brasil). Já os venezuelanos que vivem em situação de rua e ocupações espontâneas (espaços públicos e privados), existem 1.904 em Pacaraima (com 18 ocupações) e 1866 em Boa Vista (com 14 ocupações), totalizando 3.770 imigrantes venezuelanos em contexto de rua e ocupações espontâneas (OIM, 2021a; OIM, 2021b).

Vale ressaltar que, por meio das últimas leis decretadas sobre a migração no

Brasil (BRASIL, 2017; 2018), houve a possibilidade de ser solicitado pelo venezuelano às autoridades competentes da Operação Acolhida o reconhecimento como refugiado, reconhecimento este importante, de identidade político-jurídica, que abarca as condições de vulnerabilidades dos imigrantes e a necessidade de proteção do Estado.

Nesse sentido, segundo informações da Plataforma Regional de Coordenação Inter-agencial para Refugiados da Venezuela (R4V, 2021)<sup>1</sup>, entre os anos de 2018 e 2020 foram registrados 850.818 pedidos de refúgio de venezuelanos na Espanha, Estados Unidos da América e países da América Latina, sendo Peru, Estados Unidos, Espanha e Brasil as nações mais solicitadas para refúgio por venezuelanos, e o Brasil segundo país mais desejado para o refúgio na América Latina.

Do total de pedidos de refúgio, 171.793 foram deliberados pelos comitês nacionais, sendo que no Brasil, com 60 mil refugiados, apresenta o maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina (R4V, 2021). Considerado um grande avanço quando se fala em direitos humanos e migração internacional, além do reconhecimento de proteção aos venezuelanos em território brasileiro.

A partir do contexto de imigrantes venezuelanos no Brasil e, especificamente, no estado de Roraima, será apresentado o trabalho desenvolvido pela organização humanitária, também parceira da Operação Acolhida, Fraternidade Sem Fronteiras (FSF). Será possível compreender as ações desenvolvidas pelo seu projeto “Brasil, um coração que acolhe”, que iniciou as intervenções com venezuelanos em situação de rua e, posteriormente, em 2017, inaugurou o Centro de Acolhimento Fraternidade sem Fronteiras em Boa Vista, antes mesmo de ser oficializada a Operação Acolhida em Roraima.

### **3 FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS E BRASIL, UM CORAÇÃO QUE ACOLHE**

A Fraternidade Sem Fronteiras é uma organização humanitária e não-governamental fundada em 2009 por um brasileiro, Wagner Moura, e mais um grupo de amigos, também voluntários. Após visitas a Moçambique, no continente

---

1 A Plataforma Regional de Coordenação Inter-agencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (Plataforma R4V, 2021) é formada por um conjunto de 17 agências do sistema das Nações Unidas e mais de 137 parceiros da sociedade civil, para responder, de maneira coordenada, ao fluxo de venezuelanos na América Latina e Caribe.

africano, motivaram-se a ajudar orfanatos, crianças em situação de rua e, posteriormente, comunidades originárias/tradicionais. A realidade é muito preocupante em razão do número de órfãos, por conta do Vírus da Imunodeficiência Humana (*Human Immunodeficiency Virus*, cuja sigla é HIV), malária, e também a ausência de qualquer tipo de assistência do Estado para as crianças da região subsaariana (FSF, 2021).

Desta forma, a FSF surge com a missão de “vivenciar e incentivar a prática da fraternidade, sem restrições étnicas, geográficas ou religiosas, amparando prioritariamente crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social” (FSF, 2020a, p. 5), bem como apresenta os valores de fidelidade ao propósito, valorização do ser, espiritualidade, fraternidade e processos sustentáveis nos seus projetos.

Com mais de dez anos de atividades, a FSF administra e executa diversos trabalhos na África e no Brasil por meio do sistema de apadrinhamento da organização, de doações presentes e avulsas, de campanhas, de eventos e promoções, de voluntariado, de multiplicadores e de caravanas. Diversas pessoas são acolhidas e têm suas vidas transformadas nos dez projetos distribuídos em Moçambique, Madagascar, Senegal, Malawi, Campina Grande/Paraíba, Belo Horizonte/Minas Gerais, Maceió/Alagoas, Caculé e Retirolândia/Bahia, Campo Grande/Mato Grosso do Sul e Boa Vista/Roraima (FSF, 2021).

Indiretamente, a FSF apoia ações no Haiti com alimentação para crianças, e na Venezuela, com o auxílio pontual para famílias em situação de miséria na capital Caracas. Ao todo, seis países são assistidos pela FSF, que realiza ações para os seus quinze mil acolhidos por meio de seus 53 polos de trabalho distribuídos pelos projetos e 430 mil refeições por mês (FSF, 2021).

Além dos trabalhos na África subsaariana, uma das regiões mais pobres do mundo, e das ações sociais em território brasileiro, a sede da FSF fica no Mato Grosso do Sul, Brasil, e apresenta, ainda, núcleos internacionais na Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá (FSF, 2021).

Nesse sentido, dentre os trabalhos presentes na FSF, pretende-se discutir sobre o projeto desenvolvido no Brasil, especificamente, em Boa Vista, Roraima, chamado “Brasil, um coração que acolhe”. Após visitas do presidente da FSF, Wagner Moura, à cidade de Boa Vista em outubro de 2017, acompanhado de grupos de voluntários/profissionais e alunos da Universidade Federal de Roraima (UFRR), foram observadas crianças, gestantes, idosos e famílias venezuelanas em extrema vulnerabilidade, vivendo nas ruas e em praças da cidade.

Com uma crise migratória batendo à porta, havia duas opções: fechar as

fronteiras ou organizar-se em prol dos Direitos Humanos. A FSF escolheu a segunda opção, agindo em prol dos imigrantes venezuelanos que atravessam a fronteira com o Brasil na esperança de melhores condições de vida para as suas famílias.

Em dezembro de 2017, é inaugurado o primeiro Centro de Acolhimento do projeto na zona oeste da capital de Roraima, Boa Vista (que posteriormente, em julho de 2019, foi realocado para a região central da cidade), popularmente conhecido como Abrigo São Vicente II, como parte da Operação Acolhida (FSF, 2021). Abrigo referência no contexto de Boa Vista (no que diz respeito à integração da comunidade, à limpeza e ao regramento), o espaço é mantido e coordenado exclusivamente pela FSF e apoiado pela Operação Acolhida e ACNUR.

Priorizando famílias com crianças e idosos, o projeto passou a receber venezuelanos desabrigados. O trabalho tem tido cada vez mais visibilidade e forças com voluntários e parcerias, tais como: Exército Brasileiro, ACNUR, OIM, AVSI Brasil, Instituto Pirilampos, Igreja dos Mórmons, Igreja Nossa Senhora da Consolata, Projeto Mexendo a Panela, Refúgio 343, dentre outros.

Vale ressaltar que desde maio de 2020, a FSF também começou uma parceria direta com o ACNUR no Espaço Emergencial 13 de Setembro, localizado no bairro 13 de setembro da cidade de Boa Vista, para auxiliar no acolhimento de famílias venezuelanas em situação de extrema vulnerabilidade no local. Gerenciado pela FSF, coordenado e mantido pelo ACNUR e em parceria com a Operação Acolhida, o Espaço Emergencial 13 de Setembro foi criado de forma pioneira em resposta às ocupações espontâneas de Boa Vista. Trata-se de um contexto de trabalho novo, com desafios diferentes dos vivenciados nos abrigos, e apresenta capacidade para 450 acolhidos.

Quanto ao Centro de Acolhimento do São Vicente II, foco deste relato, apresenta capacidade para receber 250 venezuelanos em seu espaço (FSF, 2020a). Desse modo, o “Brasil, um coração que acolhe” desenvolve uma série de atividades de resgate da dignidade humana ao atender as necessidades básicas dos venezuelanos e prepará-los para o processo de interiorização através de quatro frentes de atuação: reunificação familiar, reunificação social, acolhedores voluntários e institucional (abrigo-abrigo).

A reunificação familiar e/ou social ocorre quando existe algum familiar/pessoa próxima venezuelana em outro estado brasileiro que tenha condições de receber estas pessoas. No que tange a modalidade por acolhedor, essa se refere



a voluntários que se colocaram à disposição para ajudar famílias venezuelanas, durante um período de seis meses, a garantirem suas condições mínimas de vida com oportunidade de emprego e/ou auxiliar nesse processo de busca pela autonomia das mesmas no Brasil.

Já a modalidade institucional (abrigo-abrigo) constitui-se a FSF buscar casas de passagem e/ou abrigos em outras regiões do Brasil, nas quais os interiorizados terão apoio por três meses, em sua maioria, para buscarem por sua autonomia. Com mais de dois anos de projeto em Boa Vista, o número já ultrapassa mil pessoas interiorizadas para todas as regiões do Brasil, muitas delas direcionadas para os estados de São Paulo e Minas Gerais (FSF, 2021).

Além disso, as atividades do projeto foram ampliadas também para a fronteira com a Venezuela, em Pacaraima, através do Centro de Capacitação e Referência; e para o Centro de Apoio e Referência na capital do estado do Amazonas, Manaus, com a finalidade de apoiar núcleos familiares em situação de extrema vulnerabilidade e acolher suas necessidades.

Desse modo, o projeto “Brasil, um coração que acolhe” da FSF apresenta cinco unidades de trabalho distribuídos em dois Centros de Acolhimento (Boa Vista), um Centro de Capacitação e Referência (Pacaraima), um Centro de Apoio e Referência (Manaus) e o Setor de Interiorização. São trabalhos que buscam proporcionar melhorias de vida por meio da atuação de profissionais e de voluntários do projeto para muitos venezuelanos que transitam entre a situação de rua e o acolhimento institucional. A seguir, o Quadro 1 sintetiza as atividades descritas.

**Quadro 1** – Organização do projeto “Brasil, um coração que acolhe”

<b>Projeto</b>  <b>“Brasil, um coração que acolhe”</b>	Unidades de atuação	Centro de Acolhimento São Vicente II (Boa Vista)
		Espaço Emergencial 13 de Setembro (Boa Vista)
		Centro de Capacitação e Referência (Pacaraima)
		Centro de Apoio e Referência (Manaus)
		Setor de Interiorização
	Frentes de atuação (interiorização)	Acolhimento Voluntário
		Reunificação Familiar
		Reunificação Social
		Acolhimento Institucional (abrigo-abrigo)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## 4 DA SITUAÇÃO DE RUA PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Desde o ano de 2017, com a intensificação da imigração venezuelana para o Brasil, especificamente para o estado de Roraima, percebe-se que são famílias que saem do seu país de origem em extrema vulnerabilidade social, quando chegam ao território brasileiro, ainda enfrentam uma série de dificuldades (BENTO, 2019). Essas vulnerabilidades sociais são entendidas como a privação de direitos fundamentais no país de origem e, desse modo, as pessoas necessitam deslocar-se para outros locais em busca da sua própria subsistência (COSTA DE SÁ; FERNANDES, 2016).

Levando em consideração que Roraima apresenta uma economia ainda em desenvolvimento e um polo industrial muito pequeno (FREITAS, 2009), as oportunidades de trabalho tornam-se bastante escassas para o número elevado de imigrantes que migram para o estado. Os venezuelanos que tinham melhores condições financeiras passaram por Roraima e não se fixaram, pois seguiram viagem para outros estados brasileiros. Contudo, os venezuelanos que não tinham esta mesma condição mencionada anteriormente tiveram que permanecer em Roraima; alguns deles estando em situação de rua, outros dividindo casas alugadas com o dobro da quantidade de pessoas permitidas no local.

Sem acesso formal à renda, os imigrantes procuram trabalho, porém muitos acabam na informalidade como vendedores de rua, ou mesmo na mendicância, pedindo dinheiro nos semáforos por estarem em situação de pobreza, a qual é entendida como uma construção social que perpassa processos históricos estruturais de exclusão e desigualdades sociais (ACCORSSI, 2011).

No contexto da pobreza, além de questões monetárias, os sujeitos são privados de capacidades básicas, enquanto privação de uma vida boa, condicionada pelas oportunidades sociais (saúde e educação), políticas (liberdade de participação) e econômicas (ocupação) (SEN, 2000).

Por meio do processo de abrigamento realizado pelo ACNUR e pela FSF no Abrigo São Vicente II, as famílias venezuelanas muitas vezes chegam ao projeto “Brasil, um coração que acolhe” com a experiência anterior de já terem vivido por meses nas ruas de Pacaraima e Boa Vista, ou de terem morado em casas alugadas, porém sem renda para custear o aluguel tiveram que desocupar a residência.

Com a coordenação geral do projeto em São Paulo, os venezuelanos, quando chegam ao Centro de Acolhimento, são recepcionados pela equipe local em

Boa Vista. *In loco*, existe uma coordenação de espaço, assistente de coordenação, auxiliar administrativo e profissional da Psicologia para auxiliar nessa nova etapa das vidas das famílias venezuelanas. Vale destacar que, em parceria com o Exército Brasileiro, com a AVSI Brasil e com o Instituto Pirlampos, são mantidos profissionais da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social no local, o que também é muito importante no apoio ao trabalho realizado com os imigrantes.

No abrigo com trinta e nove barracas, onde as famílias dormem no São Vicente II, existe a entrada e saída controlada por porteiros para segurança do local. Além disso, o Centro de Acolhimento apresenta quartos, chamados de “casas de apoio” para idosos e pessoas com alguma enfermidade, há espaços comuns de convivência para as refeições, para reuniões e para palestras, além de espaço recreativo, cozinha, banheiros (femininos e masculinos), área de serviço (com lavatório de roupas e varal), sala de corte e costura, biblioteca para leituras e estudos, salas para aulas de português e informática, horta comunitária, marcenaria e despensas para guardar mantimentos e outros materiais.

A dinâmica de funcionamento dos locais citados anteriormente é organizada pela coordenação e assistência da FSF para que todos usufruam igualmente dos espaços, sejam eles funcionários da FSF, profissionais externos ou voluntários externos, e assim possam desempenhar as propostas de trabalhos e atividades com os acolhidos venezuelanos.

No espaço em questão, consta a sala administrativa da coordenação FSF; a sala da saúde para atendimento psicológico, médico e de demais áreas; a sala do Exército Brasileiro e um espaço organizado pelo Instituto Pirlampos para as aulas com as crianças venezuelanas. É oferecido para todos os acolhidos, ainda, as refeições e lanches, materiais de limpeza e de higiene pessoal, itens de vestuário e outros materiais doados.

Vale lembrar que, muito mais do que abrigar e ter um local para comer e tomar banho, o projeto “Brasil, um coração que acolhe” busca acolher com fraternidade e empatia as histórias, as dores e os amores das famílias venezuelanas.

Quanto às ações de acolhimento realizadas no projeto, existe o que será chamado de sub frentes de trabalho. Primeiramente, existe a sub frente de trabalho na qual é efetuado o procedimento de checagem de documentações e carteira de vacinação na coordenação da FSF, com assistente de coordenação e funcionário administrativo para fins de controle da regularização desses imigrantes no Brasil. Posteriormente, é realizado outro acolhimento com assistente de coordenação e profissional da Psicologia.

Nesse segundo momento, o assistente de coordenação conversa com as famílias sobre as regras e funcionamento do local. Como um espaço comunitário, o local funciona de modo comunitário, isto é, além dos cuidados com os menores de idade, higienização e conservação da sua própria barraca e itens pessoais, é necessário o cuidado em conjunto com todos os ambientes do Centro de Acolhimento, para que esse seja mantido limpo e organizado.

Nesse intuito, são montadas semanalmente de modo rotativo, junto ao assistente de coordenação, escalas de equipes de trabalhos voluntários, tais como: chefes de campo, equipe da limpeza, da cozinha, da segurança noturna, da marcenaria, do bicicletário, da biblioteca e de corte e costura. É válido ressaltar que os chefes de campo nomeados, tanto homens quanto mulheres, a partir dos acordos firmados na coordenação FSE, são responsáveis por fiscalizar e orientar as demais frentes de trabalho, visando um bom funcionamento do Centro de Acolhimento.

Como qualquer casa, é necessário o cuidado e a conservação diária, daí a relevância da formação de equipes para buscar trabalhar estas demandas do Centro de Acolhimento, atentando também para que seja feita a troca semanal, com a finalidade de que todos tenham a experiência de fazer parte de uma equipe para compartilhar experiências e conhecimentos, promovendo o conhecimento mútuo e recepcionando as visitas que vão ao São Vicente II.

Já sobre a sub frente de trabalho da Psicologia, além de reforçar as orientações sobre as regras de convivência e funcionamento do local, também realiza o acolhimento psicossocial. Este é entendido como o acolhimento de histórias de vida, de aspectos de saúde física e mental, da experiência da migração, das dificuldades, das adaptações e das mudanças, pois o fenômeno do deslocamento em situação de vulnerabilidade é atravessado por indivíduos, famílias e coletividades com muitas transformações de ordem psíquica e estrutural (PRADO; ARAÚJO, 2019).

Segundo Antunes (2017), a perda da casa, do trabalho e da comunidade, a fome, as perseguições, a exposição à guerra, as mortes de entes e amigos, as agressões físicas, psicológicas e sexuais, o contexto de tortura e aprisionamento traz para muitos refugiados uma condição de vida insustentável. Giacco, Laxhman e Priebe (2018) falam, ainda, que durante o deslocamento os refugiados enfrentam condições extremas de danos físicos, violência, extorsão e incertezas quanto à nova nação para viver, pois

Ao chegar ao país de acolhimento podem se deparar com uma situação socioeconômica precária, marginalização, ilegalidade, falta de apoio social adequado, inadaptação linguística e cultural, desemprego, além de comumente esbarrar na resistência dos nacionais e vivenciarem processos de exclusão pautados em um ideário sobre os migrantes como moralmente ambíguos ou desviantes, de alta periculosidade, portadores de desordem social, vistos como fontes de gastos públicos e pouco retorno econômico, social e cultural (PRADO; ARAÚJO, 2019, p. 576).

Assim, os contextos de riscos e vulnerabilidades para os refugiados são enormes, desde o momento que saem do seu país de origem até chegar ao novo destino. Quanto aos venezuelanos que chegam ao projeto da FSF em Boa Vista, durante o acolhimento com profissional da Psicologia, muitos relatam que não imaginavam um dia estar nessa situação e passar por uma série de dificuldades para conseguir sobreviver com as suas famílias.

Perder casa, trabalho, não ter o que comer, andar a pé por muitos quilômetros e, ainda, correr o risco de serem roubados durante a longa jornada nas estradas são algumas das situações contadas pelos venezuelanos no acolhimento psicológico da FSF. Muitas vezes, o “morar” na rua é carregado de sofrimento físico e psíquico, pois estar sem empregos, passando fome, não ter roupas limpas para vestir nem perspectivas de melhoria de vida são contextos de intensas dores para muitas famílias venezuelanas no Brasil.

A partir do exposto, é importante destacar que, a partir da Psicologia Ambiental,

A cidade pode ser um território de novos níveis de consciência, organização do trabalho e produção política que possibilite a humanização de uma coletividade ou, ao contrário, pode ser um espaço de alienação e de usurpação dos direitos individuais e coletivos (BOMFIM, 2010, p. 47).

Entender a cidade em uma perspectiva dialética é relevante para compreender as implicações psicossociais do processo migratório. A cidade de Boa Vista, enquanto território, não pode ser entendida apenas como a resolução de todas as problemáticas vivenciadas pelos imigrantes venezuelanos, podendo ainda promover situações de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2011).

O geógrafo Milton Santos elucida sobre a compreensão dialética do território:

Para o autor, o território é, antes de tudo, uma produção socioespacial. É fruto do uso que é feito do espaço por quem o ocupa, e não simplesmente consequência de marcações geográficas. Como resultado do uso de seus ocupantes, o território desvela relações de poder, destacando oprimidos e opressores a partir da forma como se apropriam dos espaços (SANTOS, 2005 *apud* LIMA, 2019, p. 25).

Nesse sentido, torna-se fundamental, dentro do trabalho psicossocial no projeto “Brasil, um coração que acolhe”, fazer um acompanhamento das famílias venezuelanas para identificação de possíveis riscos de saúde física e/ou psíquica dos imigrantes. Alguns casos já são avisados pelos próprios pais e/ou responsáveis de crianças e adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com outros diagnósticos graves de saúde sobre a necessidade de procurar e/ou continuar algum tratamento já iniciado na Venezuela.

Essa atenção psicossocial é muito importante, conforme salientam Coutinho, Rodrigues e Ramos (2012), pois as pessoas em situação de vulnerabilidade que deixam o seu país de nascimento para viverem em outro podem apresentar traumas da trajetória em si e, ainda, dificuldades quanto à língua, os modos de vida e a nova cultura. Dessa forma, trata-se de uma série de sofrimentos e estresses que colocam os imigrantes em estado de risco e vulnerabilidade mental, o que pode propiciar estágios depressivos, de ansiedade e/ou o desenvolvimento de casos mais graves de Transtornos Mentais Comuns e Transtorno do Estresse Pós-Traumático.

O psiquiatra espanhol Achotegui (2009) expõe que, com o aumento dos deslocamentos humanos, muitas pessoas podem adoecer. A intensidade de contextos estressantes que comprometem a capacidade dos indivíduos para se adaptarem será responsável pelo surgimento de sintomas psíquicos e somáticos. Assim, o psiquiatra alerta sobre a Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo (Síndrome de Ulisses), que foi inspirada no mito de Ulisses na sua volta a Ítaca após o término da guerra de Tróia<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ulisses, na mitologia grega, é um personagem na história de Ilíada e Odisseia de Homero, a qual apresenta um jovem herói que deixa o seu reino em Ítaca (ilha da Grécia), esposa e filho recém-nascido para lançar-se ao mar e conquistar novas terras. Porém, desaparecido há anos e já um adulto, após a batalha da Guerra de Tróia e a perda de toda a sua frota de barcos e guerreiros, decide retornar a Ítaca para recuperar a sua casa, família e reino (LOURENÇO, 2005).

A migração em si não é a causa do transtorno mental, mas é um fator de risco, tendo em vista as situações de hostilidade do meio que podem impedir uma elaboração de luto por perdas vividas. Esses fatores de risco que colocam a pessoa em estado de sofrimento intenso e crise permanente para surgir uma Síndrome de Ulisses são, por exemplo, perdas sofridas durante a migração: família e amigos, língua, cultura, terra, contato com grupos étnicos e religiosos, e posição social, além dos riscos à integridade física. A síndrome não é uma enfermidade mental (pertence ao campo da saúde mental), porém um quadro reativo. Por essa razão, há necessidade do acompanhamento das pessoas no campo da prevenção (ACHOTEGUI, 2009; KNOBLOCH, 2015).

Levando em consideração os supracitados fatores de risco aos migrantes, a sub frente de trabalho da Psicologia no projeto “Brasil, um coração que acolhe” trata com muito cuidado e atenção o caráter preventivo no acolhimento com os imigrantes. Isto é, o trabalho de aconselhamento psicológico individual e/ou em grupo para todos os públicos (crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos), as oficinas e as palestras para discutir temas de interesse deles, são desenvolvidas também com a finalidade preventiva de sofrimentos psíquicos.

Em razão das várias demandas de trabalho na FSF, quando o profissional da Psicologia identifica casos que necessitam de acompanhamento terapêutico em longo prazo e com investigações mais a fundo do quadro clínico, são realizados os devidos encaminhamentos para as redes públicas de saúde da cidade de Boa Vista, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ou conta-se com o apoio da equipe de psicólogos e assistentes sociais do Instituto Pirilampos para crianças e adolescentes. O trabalho realizado de forma integrada e responsável com outras parcerias institucionais promove a possibilidade de discussão de casos, o que é fundamental para realização de uma intervenção psicossocial de qualidade com públicos de extrema vulnerabilidade.

Desse modo, trabalhar com população em situação de risco traz grandes desafios e necessidade de adaptações para a prática do profissional da Psicologia (WEINTRAUB *et al.*, 2015), ainda mais por se tratar de um fenômeno muito novo no Brasil, o que é o caso da imigração venezuelana. O acompanhamento do profissional da Psicologia no “Brasil, um coração que acolhe” ocorre também em outras atividades desenvolvidas no Centro de Acolhimento, como o acompanhamento da participação dos venezuelanos em aulas de português e cursos de capacitação oferecidos por outras organizações, os cuidados com o espaço e com

regras de convivência e a participação nas reuniões coletivas com todo o abrigo, que ocorrem quando solicitadas pela coordenação da FSF, pelo Exército Brasileiro e por outras organizações.

O profissional da Psicologia, ao fazer o acompanhamento das outras atividades dos acolhidos, precisa verificar se eles estão conseguindo se adaptar ou não ao novo modo de vida, às mudanças e melhorias na convivência com outras pessoas, suas colaborações com o espaço e à participação em aulas e cursos oferecidos pelo projeto e demais organizações. Estas observações quanto aos venezuelanos do Centro de Acolhimento são essenciais para a preparação dos imigrantes ao processo de interiorização, isto é, desde o momento que entram no espaço até saírem, é feito o acompanhamento em razão da interiorização.

Ao perceber as dificuldades dos venezuelanos, seja por convivência, seja por adaptação cultural, foi elaborada uma Cartilha para Migrantes Venezuelanos por aqueles já interiorizados e por brasileiros de diversas partes do país, que participaram do processo de interiorização de refugiados por meio do projeto “Brasil, um coração que acolhe”, da Fraternidade sem Fronteiras, e da ONG Hermanitos.

É preciso pensar na construção de estratégias que fomentem os processos de transformação social (LANE, 1984). Assim, a Cartilha para Migrantes Venezuelanos tem por intuito apresentar o Brasil e a cultura brasileira, fornecer dicas e compilar as informações mais relevantes para que os venezuelanos tenham melhor adaptação no Brasil. Importa dizer que a cartilha destaca a adaptação bem-sucedida da grande maioria dos imigrantes participantes, mas tiveram também algumas dificuldades esperadas durante o processo, como aprender a língua portuguesa e lidar com a nova moeda – o Real (FSF, 2020b).

Além da adaptação cultural, a Cartilha para Refugiados Venezuelanos (FSF, 2020b) busca facilitar a autonomia das famílias venezuelanas no Brasil, para que elas possam manter o acesso à renda por trabalho, construir uma rede de apoio social com amigos, resolver problemas como questões de documentação e qualquer outra situação inesperada, aprender a língua portuguesa, garantir acesso à educação para as crianças, ter acesso à rede pública de saúde e saber direcionar-se em casos mais complexos.

São muitas informações fornecidas no material sobre o Brasil nos campos da saúde, do trabalho, da educação, das documentações, da vida social (sugestões de condutas, regras e leis), da moradia, das finanças e dos telefones de emergência. As famílias assistidas discutem por meses a cartilha, tirando dúvidas ponto a ponto



através da equipe FSF responsável pela interiorização. Tal cuidado e preocupação fundamenta-se na necessidade de buscar minimizar os impactos e dificuldades durante o processo da adaptação cultural (FSF, 2020b).

Com a avaliação realizada pela equipe da interiorização, coordenação e profissional da Psicologia da FSF nas esferas de convivência, colaborações e participações de grupos e cursos oferecidos pelos “Brasil, um coração que acolhe” aos venezuelanos acolhidos, é possível iniciar o processo de interiorização por acolhedor ou por reunificação familiar ou social. Vale destacar que, após a saída deles do Centro de Acolhimento, ainda é feito o acompanhamento das famílias venezuelanas para saber sobre as adaptações, sobre as dificuldades e sobre as necessidades de melhorias futuras ao projeto.

Para acrescentar trabalhos dentro do projeto “Brasil, um coração que acolhe”, foram pensadas também duas outras ações: Atendimento Fraternal e Caravanas Sem Fronteiras, direcionadas aos venezuelanos acolhidos em Boa Vista. O primeiro consiste na participação de um padrinho ou madrinha do projeto, que uma vez por semana terá um encontro virtual com um acolhido do projeto com intuito de aproximar-se desta pessoa e da causa, conhecê-la e trocar ideias.

Já as caravanas são realizadas por padrinhos, madrinhas e/ou voluntários da FSF nos mais diversos projetos da África e Brasil com a finalidade de conhecerem, participarem e interagirem com os trabalhos desenvolvidos pela FSF. Ao contemplar a realização dessas caravanas, muito mais do que doações e prestação de serviço voluntário, constata-se que são viagens repletas de amor e de fraternidade que ajudam a conectar cada vez mais os doadores à causa e acolhidos (FSF, 2021).

As caravanas existentes para a África são direcionadas a Malawi, Madagascar, Senegal e Moçambique e as que ocorrem no Brasil são direcionadas para Roraima (FSF, 2021). As ações para Roraima consistem em adaptações culturais e promoção de saúde, ou seja, muitos profissionais como médicos, fisioterapeutas, psicólogos e dentistas participam como voluntários para atendimento aos venezuelanos assistidos pelo projeto e para demais localidades que estão precisando de acompanhamento, como outros abrigos em Boa Vista e Pacaraima.

São semanas bastante intensas, muitas atividades e muito contato dos venezuelanos com pessoas de diferentes locais do Brasil. Muitas trocas de histórias de vida, de amor e de empatia que afirmam cada vez mais o propósito do projeto: a fraternidade. Quando se trata de pessoas imigrantes e em situação de

vulnerabilidade os desafios são muito grandes, porém a partir do trabalho em conjunto do terceiro setor (Organizações Não Governamentais e voluntariado) no propósito maior de ajudar o próximo, as barreiras são vencidas diariamente. Por fim, o Quadro 2 sintetiza as sub frentes de trabalho e os espaços descritos no Centro de Acolhimento São Vicente II.

**Quadro 2** – Atuação e espaços de trabalho do Centro de Acolhimento São Vicente II

<p>Projeto “Brasil, um coração que acolhe”</p> <p>Centro de Aco- lhimento São Vicente II</p>	<p>Sub frentes de atuação</p>	Coordenação geral do projeto (São Paulo)
		Coordenação in loco do projeto (Boa Vista)
		Coordenação de campo, assistente de coordenação e auxiliar administrativo (Boa Vista)
		Equipes de voluntários- limpeza, vigilância, construção e manutenção (Boa Vista)
		Profissional da Psicologia (Boa Vista)
		Exército Brasileiro e Organizações Parceiras (Boa Vista)
		Atendimento Fraternal e Caravanas Sem Fronteiras
	<p>Espaços utilizados</p>	Portaria
		Salas administrativas e atendimento
		Barracas
		Casas de Apoio
		Cozinha
		Banheiros
		Área de serviço (lavatório de roupas e varal)
		Espaço de convivência (refeições, reuniões, palestras e eventos)
		Espaço recreativo
		Biblioteca
		Sala de corte e costura
		Salas de aula e de estudos
Horta Comunitária		
Marcenaria		
Bicicletário		
Despensas		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fraternidade sem Fronteiras em parceria com outras organizações, ao executar o projeto “Brasil, um coração que acolhe”, busca oferecer um ambiente seguro para atender às necessidades básicas dos acolhidos, que por vezes estão saindo de uma situação de rua, e promover a integração dos mesmos por meio das atividades e dos serviços no Centro de Acolhimento.

Como uma resposta ao contexto ambiental, social e político preocupante da imigração venezuelana no Brasil, pode-se pensar que as oportunidades oferecidas no projeto da FSF em Roraima são iniciativas que perpassam de um cenário filantrópico para uma política pública pautada na equidade, na ajuda mútua e na reciprocidade entre os povos latinoamericanos.

Por mais que a língua, a cultura e os costumes sejam diferentes entre Brasil e Venezuela, essas condições não foram um problema para a troca da fraternidade diária entre venezuelanos e brasileiros. Novos modos de vida e contatos foram sendo construídos entre os acolhidos venezuelanos, os profissionais e os voluntários brasileiros do projeto.

Os espaços, as ações, as intervenções, a promoção de atividades de capacitação internas (cursos profissionalizantes de marcenaria, corte e costura e manejo de horta) e externas (cursos oferecidos por outras organizações) no projeto “Brasil, um coração que acolhe” do São Vicente II sempre são pensadas buscando agregar o melhor na vida dos venezuelanos, respeitando a diversidade, aprendendo uns com os outros e preparando cada vez mais os imigrantes para a realidade brasileira.

Assim, o acompanhamento médico, educacional e psicológico é fundamental para entender estes processos de mudanças e as necessidades de melhorar os atendimentos, as oficinas, as atividades e os grupos de adaptação cultural dentro do projeto. Todo trabalho só é possível com a ajuda de muitos voluntários e de profissionais de diferentes áreas que entendem e respeitam a causa, além de buscar levar amor e fraternidade ao próximo, independente da cultura, da nacionalidade e da cor/raça/etnia.

Por fim, a reinserção socioeconômica dos núcleos familiares dos imigrantes venezuelanos do “Brasil, um coração que acolhe” no território nacional que ocorre através da interiorização é um grande desafio para todos os envolvidos no processo (seja acolhido, seja acolhedor ou sejam profissionais envolvidos na causa). As tensões relacionadas ao medo de algo não funcionar como planejado

na pré-interiorização e, principalmente, no pós-interiorização, são enormes, mas com responsabilidade e cuidado nos trabalhos é possível minimizar tais riscos.

A saída de uma família venezuelana do Centro de Acolhimento FSE, São Vicente II, em Boa Vista, para outro estado brasileiro é a oportunidade de alcançar a autonomia utilizando o que tanto vivenciou no projeto: a fraternidade. As dificuldades, as necessidades de mudanças e as adaptações irão continuar, independente de em qual local no Brasil se esteja. Porém, o que se busca é a promoção de melhores condições de vida por meio da autonomia individual/familiar do imigrante.

## 6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fraternidade Sem Fronteiras com o projeto “Brasil, um coração que acolhe”, especialmente aos coordenadores Arthur Dias, Vanessa Epifânio e Lenny Figueroa, e a todos os demais profissionais/voluntários envolvidos com a causa pelo importante e urgente trabalho realizado em Boa Vista, Roraima. Também agradecemos ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da Universidade Federal do Ceará (UFC) pela parceria estabelecida para o desenvolvimento deste relato de experiência.

## 7 REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4781/1/000431097-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

ACHOTEGUI, J. Migración y crisis: el síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (síndrome de Ulises). **Avances en Salud Mental Relacional**, v. 7, n. 1, p. 1-22, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2582132>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ANTUNES, J. A. P. Refugiados e Saúde Mental – acolher, compreender, tratar. **Psicologia, Saúde e Doenças**, v. 18, n. 1, p. 115-130, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36250481010.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BENTO, H. **“Es muy difícil ser una persona emigrante en otro país”**: da Venezuela para o Brasil, a experiência de ser jovem e imigrante em contexto de vulnerabilidade na cidade de Boa Vista - RR. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC Edições, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.684 de 21 de junho de 2018**. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13684.htm). Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Acolhida**. 2019. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/operacao-acolhida>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Perfil dos Abrigos em Roraima**. 2021a. Disponível em: [encurtador.com.br/akuD7](http://encurtador.com.br/akuD7). Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Estratégia de Interiorização**. 2021b. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

COSTA DE SÁ, P; FERNANDES, D. A vulnerabilidade social de migrantes: uma análise qualitativa dos haitianos e sírios residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir dos critérios da CEPAL. *In*: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, Paraná: ABEP, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/41>. Acesso em: 22 abr. 2021.

COUTINHO, M. P. L.; RODRIGUES, I. F.; RAMOS, N. Transtornos Mentais Comuns no Contexto Migratório Internacional. **Psico**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 400-407, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10512/8241>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS (FSF). **Relatório de transparência e gestão 2019**. Brasil: FSF, 2020a.

FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS (FSF). **Cartilha para Refugiados Venezuelanos**. Brasil: FSF, 2020b.

FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS (FSF). **Conheça todos os projetos**. 2021. Disponível em: <https://www.fraternidadesemfronteiras.org.br/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima**. 8. ed. Boa Vista: Editora IAF, 2009.

GIACCO, D.; LAXHMAN, N.; PRIEBE, S. Prevalence of and risk factors for mental disorders in refugees. **Seminars in Cell & Developmental Biology**, v. 77, p. 144-152, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29174456/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População em Roraima**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 22 abr. 2021.

KNOBLOCH, F. Impasses no atendimento e assistência do migrante e refugiados na saúde e saúde mental. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 169-174, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n2/0103-6564-pusp-26-02-00169.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. *In*: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 10-19.

LIMA, Andersson de Castro. **Estima de lugar e território: construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE**. 2019. 92f. - TCC (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2019.

LOURENÇO, F. **A Odisseia de Homero adaptada para jovens**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2005.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/83376/49791>. Acesso em: 12 abr. 2021.

OLIVEIRA, A. T. R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

OLIVEIRA, W. A. **Operação Acolhida**: um recorte sobre a maior crise migratória brasileira. Dialética: São Paulo, 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **População Venezuelana Refugiada e Migrante Fora dos Abrigos em Pacaraima**. 2021a. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM-0621-informe-desabrigados-pacaraima-acolhida-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 6 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **População Venezuelana Refugiada e Migrante Fora dos Abrigos em Boa Vista**. 2021b. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM-0621-informe-desabrigados-boa-vista-rodoviaria-acolhida-1.pdf>. Acesso em: Acesso em: 6 ago. 2021.

PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H; GUZZO, R. S. L. Psicologia Ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? *In*: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. (org.). **Psicologia Ambiental**: entendendo as relações do homem com seu ambiente. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 5-13.

PRADO, M. A. M.; ARAÚJO, S. A. Políticas de atendimento a migrantes e refugiados no Brasil e aproximações da psicologia. **Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 570-583, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a14.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

R4V. **Plataforma Regional de Coordenação Inter-agencial para Refugiados da Venezuela**. 2021. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SAWAIA, B. B. O calor do lugar, segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02\\_04.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_04.pdf). Acesso em: 13 mai. 2021.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99- 119.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, G.; SILVA, L.; OLIVEIRA, A. Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. *In*: Simões, G. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. p. 21-48.

WEINTRAUB, A. C. A. M. *et al.* Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 287-297, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832015000200287&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832015000200287&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 abr. 2021.

# Experiência da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza: trajetória de espiritualidade, justiça social e defesa dos direitos humanos da População em Situação de Rua

*Hedwig Reul*

*Lino Allegri*

*Eugênia Maciel Costa*

*Priscila Nottingham de Lima*

*Magaly Marques Lima*

*Rosana Marques Lima*

*Lisane Marques Lima*

*Maria das Dores Costa*

*Fernanda Gonçalves de Souza*

*Emilia da Silva Evangelista*

## 1 INTRODUÇÃO

A Pastoral do Povo da Rua (PPR) é uma pastoral urbana a serviço da vida, especificamente das pessoas mais sofridas que moram, em geral, nos centros das cidades. A missão que orienta o trabalho é: ser presença junto à população em situação de rua e dos lixões, reconhecer e celebrar os sinais de Deus presentes na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos.

Desde o ano 2001, participa da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Sua ação pastoral é desenvolvida em várias cidades do Brasil e sua sede está em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em Fortaleza, iniciou-se os trabalhos de escuta junto à população em situação de rua no ano de 2002; e, em 2004, foi criada juridicamente a Associação Serviço Voluntário ao Irmão de Rua – ASSERVIR.

A ASSERVIR desenvolve seu trabalho baseado na concepção da promoção da dignidade e dos direitos humanos da população de rua. Compreende que o protagonismo e participação social desses sujeitos são fatores preponderantes para o desenvolvimento de sua autonomia. O contexto social em que essas pessoas estão inseridas é vivenciado diariamente pela discriminação, negligência, violência institucional, psicológica e física.



Para superar esse cenário de vulnerabilidade social, a Pastoral do Povo de Rua busca fortalecer o protagonismo e a dignidade dessa população, viabilizando a promoção da geração de emprego e renda, por meio de ações sustentáveis, criando alternativas de inclusão das pessoas em situação de rua quanto ao acesso à produção social e produtiva, bem como, pela garantia da dignidade e dos direitos humanos.

Para isso, realiza atendimento à população em situação de rua em três dias na semana; encontro do grupo da terapia comunitária; curso de autoestima; encontro quinzenal com o grupo da psicologia (teatro e roda de conversa); reuniões do grupo de moradia; momentos de lazer; retiro espiritual; celebrações de Natal, Semana Santa, em outras festividades junto aos agentes; atendimento jurídico e apoio ao movimento nacional de situação de rua no debate quanto ao acesso às políticas públicas, geração de emprego e renda, dentre outros.

A Pastoral foi se materializando a partir da escuta das pessoas em situação de rua e das demandas apresentadas. Inúmeras experiências de convivência enriquecem o conhecimento da realidade e permitem não somente conhecer as pessoas e seus desafios, mas criar vínculos e articular parcerias para otimização do trabalho.

Antes da pandemia, na casa do Povo da Rua Dom Luciano Mendes, às sextas-feiras era destinadas ao momento espiritual da palavra de Deus, congregando diversas manifestações de fé, tendo católicos, evangélicos, espíritas, o que não impedia a partilha da espiritualidade, que era aberta e livre a todos. A convivência com as pessoas em situação de rua, revela a beleza e a verdade da palavra de Jesus: “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos” (Mt. 11,25; Lc. 1,21).

Muito se questiona sobre a espiritualidade das pessoas em situação de rua. Elas rezam? Que experiência elas têm de Deus? Estas perguntas que talvez alguém se faça, revelam como são vistas as pessoas vivendo em situação de rua. Para muitos elas são “ninguém”, não são gente e, portanto, incapazes de ter uma relação com Deus. Pela experiência da Pastoral do Povo da Rua e pelos relatos das pessoas, Deus se manifesta de forma reveladora através da convivência, dos diálogos, sem muita teologia, mas como filhos que a Ele recorrem em forma de reza e agradecimento.

São experiências e reflexões sobre uma vivência que buscam afirmação da dignidade, da recuperação e a autoestima, considerando meios onde as vivências das pessoas em situação de rua no município de Fortaleza, evidenciam as relações

humanas e fraternas, o valor da humanidade a partir da união da caminhada espiritual e a luta por direitos humanos é esse relato construído coletivamente pelos agentes da Pastoral do Povo da Rua.

Nessa conjuntura, o objetivo deste artigo é abordar a trajetória da experiência da Pastoral, por meio de componentes relacionados ao encontro, à acolhida, à partilha e ao fortalecimento da luta da população em situação de rua.

## 2 APRENDENDO FÉ, JUSTIÇA E VIDA

Junto ao Povo da Rua, a pastoral cria um ambiente de aprendizagem. As pessoas em situação de rua representam a espiritualidade de “viver no mundo sem ser do mundo” (Jo.17,16). Elas vivenciam um mundo que, embora lhes pertença, falta alimentação, emprego, moradia, saúde, trabalho, justiça, lazer etc.

A Casa do Povo da Rua Dom Luciano Mendes se coloca como um ambiente favorável para a vivência da espiritualidade do bom-samaritano, pela forma com que se cuida de cada pessoa, que ali chega: pelo respeito, pela dedicação, pela paciência, pela dignidade no trato, tanto da parte da coordenação como dos agentes em geral. Tudo isto faz-nos lembrar os ensinamentos de Jesus: “o que fizeres ao menor dos meus, é a mim que fazes” (Mt. 25,40).

**Figura 1** – Celebração do Natal em frente da Casa do Povo da Rua Dom Luciano Mendes



Fonte: Arquivos da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza (CE).

Através da Pastoral do Povo da Rua, estar com as pessoas em situação de rua, é ao mesmo tempo, aproximar-se do chão sagrado, onde a sarça arde incessantemente. Sentimo-nos ainda mais provocadas a ir como Moisés e ficar a serviço da libertação desse povo marginalizado, humilhado, descartado, até invisível, dentro de uma sociedade tão injusta. A PPR, através dos seus agentes, realiza atividades de celebrações promovendo momentos de vivência e partilha da palavra de Deus, como por exemplo, o Natal.

Diante da experiência, conclui-se que “Deus nunca é um Deus sem nós, concretamente, nunca é Deus sem os pobres da terra”. Acredita-se pela experiência da espiritualidade da Pastoral do Povo da Rua, que de fato, o Reino de Deus, acontece aqui na terra!

### **3 VIVENCIANDO O NASCIMENTO DE UMA NOVA SEMENTE: MNPR-CE DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO**

Foi na vivência da escuta das histórias de vida das pessoas em situação de rua que a pastoral passou a percorrer um caminho que acredita ser de libertação e resgate da dignidade da pessoa humana. Tornou-se presença solidária na organização do Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza – MNPR.

O MNPR busca, na cidade de Fortaleza, gerir com autonomia sua própria vida, recuperar sua autoestima através de sua organização e formação política. Desde sua criação em 2010, vem desenvolvendo momentos de debates e de formação política acerca das principais pautas da população em situação de rua na cidade de Fortaleza.

Em 2018, com a ajuda dos membros fundadores, Zé Carlos, Paixão, Mário, a Pastoral do Povo da Rua realizou uma formação baseada no conteúdo da - Conhecer para Lutar-, juntamente com alguns convidados que formavam o Fórum de Rua de Fortaleza, justificada pela necessidade de retomar a discussão do tema considerando o aumento expressivo de pessoas nas praças, viadutos, sinais, canteiros e ruas dos bairros de Fortaleza e principalmente no centro da cidade. Foi por causa dessa visibilidade escancarada a olhos nus que a pastoral reafirmou sua missão com momentos de formação junto ao MNPR.

O apoio da Pastoral junto ao MNPR se dá pela via da atuação dos agentes de pastoral que acreditam na “solicitude de toda a Igreja para com as questões sociais”. Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora. As

“Pastorais Sociais, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social” (CNBB, 2001, p. 15).

Através do conteúdo da cartilha, a formação política e a organização das pessoas que estão nas ruas revelaram trajetórias de rua que apresenta debates sobre a “culpabilização” dos seus processos de perda, principalmente, dos vínculos familiares, ocorridos em consequência a dependência química, reforçando o estereótipo da culpa.

A partir deste discurso, que reforça o individualismo, foram realizados trabalhos através de parceiros no sentido de fortalecer vínculos familiares e sociais. Os grupos de Psicologia da FANOR e UNIFOR, buscavam mostrar que a realidade das ruas não era somente um problema individual e sim, um conjunto de fatores coletivos e sociais que levam as pessoas a vivenciarem experiência na rua, sendo, portanto, um problema estrutural da sociedade. Foram promovidos vários momentos de debates e construção coletiva, como a formação da cartilha.

**Figura 2** – Encontro da Pastoral Nacional para Discussão da Cartilha “POVO DA RUA POVO DE DEUS”.



Fonte: Arquivos da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza (CE).

Essa formação foi necessária para despertar o interesse da organização para ser representativa na luta pela garantia da dignidade, do direito e o amadurecimento da caminhada. Diante da organização e fortalecimento do Movimento, houve avanços significativos, como a conquista do aluguel social para população em situação de rua, a inclusão de famílias no Programa Minha Casa Minha Vida,

com apoio e a parceria do Ministério Público- MP e a realização do seminário das pessoas em situação de Rua em 2019.

Em 2020, com a pandemia da Covid-19, o trabalho da Pastoral do Povo da Rua e do Movimento tiveram que se readequar à nova realidade, pois o cenário agravou ainda mais o contexto de vulnerabilidade social, tornando ainda mais vulneráveis as pessoas que viviam nas ruas e que não conseguiam acessar os benefícios advindos das políticas públicas, e, portanto, não tinham como se isolarem para se proteger do mal inesperado.

Mesmo estando em contexto de incerteza e dor, o Movimento retoma a luta por direitos e políticas públicas, reunindo-se às quintas-feiras. Do grupo que iniciou a formação, um pequeno coletivo de 10 a 13 pessoas com interesses comuns, entenderam que não queriam voltar para ruas, compreendendo que era preciso primeiro confiar em si mesmos, e que também é possível confiar no outro, principalmente quando os objetivos são comuns a todos:

Como este novo grupo, o entendimento do MNPR se tornou uma vocação, um chamado para ser protagonista e “superar a situação de rua”. Para isso e como estratégia de fortalecimento, o grupo percebeu a importância de um acompanhamento Psicossocial e de possuírem uma sede própria para realização de atividades de grupo, como os artesãos da rua, cuja identidade é a Arte de Rua na rua.

A cada encontro do MNPR, reforça-se a vontade de se ter uma sede própria, onde as pessoas em situação de rua possam ser acolhidas e ser um espaço de formação, sem perder de vista o objetivo do resgate de sua cidadania por meio do trabalho ou geração de renda digna. Assim, por meio da parceria com os Frades Capuchinhos da Província São Francisco das Chagas do Ceará e Piauí, a sede está localizada na Duque de Caxias, 235, Centro, em frente ao Santuário do Coração de Jesus, denominada como a Casa do Artesão de Rua.

Importante destacar que a pastoral permanece na sua missão, devido a percepção de mudanças ocorridas na população em situação de rua. O grupo atualmente é formado por 10 pessoas, entre mulheres, homens, LGBTQIA+ representando a diversidade da população em situação de rua.

Através dessa iniciativa, é possível acolher as diferenças, ser cordial e gentil com o outro, formar comunidade e neste caso, a arte torna-se um importante instrumento de mobilização. É nessa perspectiva que o Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza tem se organizado para continuar nas lutas, buscando a “solidariedade legítima” através de sua participação nos comitês de

políticas públicas, estadual e municipal; no Conselho Municipal de Assistência Social; no Fórum de Rua, tornando-se um movimento forte e participativo.

O caminho do Movimento tem se concretizado através da participação na sociedade, no sentido de acolher o diferente e trabalhando para a construção de uma sociedade justa.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DA LUTA À GARANTIA DE DIREITOS EM FORTALEZA**

A trajetória da população em situação no município de Fortaleza pode ser refletida através dos debates promovidos pelo Movimento da População em situação de rua, centrada na perspectiva dos direitos humanos. Partindo dessa premissa e tomando como base o argumento de Lorenzo (2001) que conceitua políticas públicas como diretrizes, princípios, metas coletivas conscientes que direcionam a atividade do Estado objetivando o interesse público, acrescenta-se que esse caminho é demarcado por trajetória de lutas de classe, por tensionamentos políticos e mediação de interesses.

Nessa perspectiva, a premissa parte, necessariamente, pelo reconhecimento da diversidade humana, suas necessidades, da promoção de sua autonomia e independência, atribuídas à garantia dos direitos. A esse contexto, dada a complexidade do tema e dos interesses, sejam eles individuais ou coletivos, públicos ou privados, caracteriza-se a ação coletiva como um conjunto de interesses individuais que deveriam ser reconhecidos pelo Estado como valor humano, determinantes nas ações públicas, respeitando sua integralidade e reconhecidos como uma questão social a ser considerada como de interesse público.

No Estado capitalista e centralizador, esses interesses se tornam um desafio, visto que o modelo hegemônico de desenvolvimento é centrado no interesse econômico, que por sua vez, valoriza o mercado e sobrepõe os interesses coletivos, ou seja, o próprio Estado que deveria estar a serviço do bem comum, da sociedade e dos interesses coletivos, torna-se um agente público que legitima os interesses da elite dominante, estando a serviço do sistema capitalista.

No horizonte de uma sociedade democrática, o reconhecimento das trajetórias e contribuições de segmentos sociais contribuem diretamente na construção de uma política pública de Estado. Notadamente, a contribuição da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Fortaleza, pode ser evidenciada nas incursões

e diálogos sobre a elaboração de políticas públicas na cidade de Fortaleza e em debates nacionais:

1. *Fórum da Rua de Fortaleza*, coletivo de Organizações da Sociedade Civil que assistiam e trabalhavam com a população de rua, organizado em 2007. Essa iniciativa foi pautada pela pastoral com objetivo de conhecer, discutir, mobilizar e realizar convergência acerca das pautas relativas às questões sociais compreendidas no contexto da população em situação de rua, na cidade de Fortaleza. É coordenado de forma horizontal pela Pastoral do Povo da Rua, Casa da Sopa e o Movimento da Nacional da População de Rua, tendo como objetivo, fortalecer as discussões sobre as políticas públicas, superando a visão assistencialista a partir da participação nos debates e a presença nos comitês estadual e municipal, se configurou como grupo representativo da sociedade civil em defesa da população em situação de rua.

2. Participação no *Seminário Nacional da População de Rua* em Brasília, ocorrido no ano de 2008 e tendo como principal objetivo, discutir subsídios para a construção de uma política pública, resultando, posteriormente, na regulamentação do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), o qual, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

3. Participação no *Seminário Internacional sobre Habitação* em Brasília, ocorrido em 2013, onde a Pastoral e o Movimento apresentaram como demanda ao Projeto de Habitação de Interesse Social da Prefeitura de Fortaleza, a necessidade de garantia de 84 unidades de moradia para a povo da rua, no município de Fortaleza;

4. Realização da *Campanha de Moradia “Chega de Omissão, queremos Habitação”*, que tinha como objetivo a garantia da moradia definitiva para as pessoas que vivem na rua, lançada em Fortaleza no dia 16 de dezembro de 2015, no Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE, 2014) e coordenada pela Promotora de Justiça Giovana de Melo Araújo, titular da 11ª Promotoria Cível, especializada em Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação, que resultando em 2018 e 2019, na inclusão de 32 famílias no Programa Minha Casa Minha Vida, acompanhadas pelas Pastoral do Povo da Rua.

5. Acompanhamento das *Pesquisas Censitárias* realizadas no município de Fortaleza, respectivamente, nos anos de 2007/2008, em 2014 e atualmente em 2021, em resposta a reivindicação por parte do Fórum da Rua, Ministério Público

e demais parceiros, como forma de conhecer a realidade do povo da rua para subsidiar as políticas públicas necessárias em Fortaleza.

6. Apoio na organização da *I Conferência Livre dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua*, realizada pelo MNPR (2016), considerado como um marco na participação das pessoas em situação de rua, em Fortaleza e no contexto nacional do debate das políticas públicas, visto que foi o único evento com este propósito ocorrido em todo país, representando um avanço no aspecto de participação social durante a I Conferência Nacional Conjunta de Direitos Humanos, realizada em Brasília.

Das participações no evento, 164 eram pessoas em situação de rua, 15 representantes de entidades com atuação na defesa de direitos humanos e 25 representantes governamentais, totalizando 204 pessoas envolvidas diretamente no debate de promoção de direitos humanos. Sem dúvida, o protagonismo da população em situação de rua foi um determinante, desde a concepção, organização e condução da I Conferência Livre da População em situação de Rua, discutindo temas de interesse sob à luz dos Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade.

**Figura 3** – I Conferência Livre da População em Situação de Rua do Município de Fortaleza



Fonte: Arquivos da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza (CE).

O caminho das participações sociais contribuiu para modificar o caráter assistencialista das ações voltadas à população em situação de rua, incluindo-a na pauta de construção políticas sob o prisma da garantia de direitos humanos.



7. Participação nos *Comitês de Políticas Públicas*, estadual e municipal, respectivamente, instituídos pelos Decreto Estadual nº 31.571, 04 de setembro de 2014, denominado, Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua-CEPOP e o Decreto nº 13.471 de 18 de dezembro de 2014, Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua-COMPOP.

No âmbito estadual, o espaço foi constituído com o objetivo de planejar estratégias de implementação de políticas, bem como acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados ao segmento; propor medidas que assegure a articulação intersetorial das políticas públicas; apoiar a criação de comitês ou comissões semelhantes na esfera municipal para monitoramento e avaliação das ações específicas para a População em Situação de Rua local; entre outras atividades.

Em Fortaleza, o comitê se propõe avaliar e acompanhar os projetos, ações, programas e planos relacionados às políticas públicas em âmbito municipal para a população em situação de rua; propor medidas que assegure a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para atendimento a esta população; organizar, periodicamente, seminários para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a população em situação de rua; assim como, realizar eventos que possibilitem a sensibilização da sociedade civil e a capacitação de agentes públicos em torno daqueles que estão em situação de rua em Fortaleza, além de acompanhar a tramitação de Projetos de Lei e outras normas relacionadas à população em situação de rua; e apoiar a realização de pesquisa que visem diagnosticar essa população e a violação dos seus direitos, entre outras ações.

Percebe-se, portanto, que a contribuição da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza, em parceria com o Fórum da Rua, avançou no sentido de propor alternativas de transformação social, de forma revolucionária e coletiva, buscando responsabilizar o Estado e o Poder Público a dar respostas às questões relativas à saúde, educação, moradia, trabalho, segurança pública, dentre outras demandas apresentadas em diversos momentos descritos acima.

Os debates e diálogos refletem as lutas diárias da população em situação de rua sobre moradia, trabalho, segurança, assistência médica e social, acesso à informação, à escola, cultura e lazer, dentre outros direitos. Os momentos foram de grande reflexão, balizada pelo protagonismo do Povo da Rua nos debates sobre políticas, programas, projetos e ações públicas.

As diretrizes e princípios apresentados pela Pastoral do Povo de Rua buscam desenvolver ações que garantam direitos e qualidade de vida para a população em situação de rua. Esse trabalho, assumido em Fortaleza pela Pastoral do Povo de Rua, seguem diretrizes nacionais, que em princípio, dizem respeito ao desenvolvimento da Missão enquanto pastoral, estabelecendo um espaço que permite não somente o reencontro consigo mesmo, mas também ajuda a refazer as relações vínculos perdidos pela população em situação de rua. É nesse sentido que a pastoral caminha junto, experimentando o sentimento de pertencimento e acolhimento a um grupo, proporcionando aos acolhidos, o fortalecimento de sua caminhada individual e coletiva.

Neste cenário, as políticas públicas assumem um papel importante para o debate da garantia dos direitos da população em situação de rua. Insere-se na perspectiva de diminuir o abismo da desigualdade entre os que detém privilégios e os que não têm acesso aos bens e serviços públicos. Elas devem responder às demandas apresentadas pela população, sendo, portanto, reconhecidas como uma condição determinante para elaboração de políticas propositivas, assertivas e coletivas.

Desta forma é necessário a incidência em espaços de controle social, com participação organizada e capacitação permanente do povo da rua e catadores de material reciclável com postura crítica aos contextos políticos, sociais, eclesiais tanto locais quanto mundiais.

A transformação social se dá na mudança efetiva das estruturas opressoras e do reconhecimento dos direitos fundamentais garantidos pelo Estado. Desde modo a Pastoral do Povo da Rua reafirma seu papel de protagonista, pois não só possui a trajetória com o povo da rua e catadores, mas participa como os atores sociais destes processos de interlocução junto ao Estado, pois como responsável deve responder às demandas relativas aos direitos sociais: assistência social, saúde, educação, moradia, trabalho e geração de renda, segurança pública, lazer e cultura.

Para potencializar a elaboração e efetivação das políticas públicas para a população de rua e catadores de material reciclável, a Pastoral conta com vários parceiros, públicos e privados. Os Governos em suas esferas federativas, órgãos de defesa e controle social, Ministério Público, Defensoria Pública e Sociedade Civil como também a participação nos espaços de discussão e monitoramento destas políticas. Os comitês, por exemplo, trazem em seus objetivos a garantia de políticas inclusivas, com princípios universais, de equidade, com financiamentos periódicos e regulamentados em lei.

## 5 A LUTA POR DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À MORADIA

A Pastoral do Povo da Rua atua na defesa dos direitos à moradia e no enfrentando no que tange a economia e mercado, para qual a população em situação de rua é considerada descartável; na lógica social, que é considerada como irrecuperável; e para ideologia dominante é visto como desprezível.

A luta por direitos humanos pode ser compreendida, segundo Alves (2005, p. 15) que “os ativistas de direitos humanos não protegem bandidos; monitoram democraticamente o Estado de Direito, protegendo-o contra abusos de quem atua em nome do poder”. O trecho em destaque rebate uma das principais estratégias utilizadas para depreciar os direitos humanos e seus ativistas. Por trás do popular e culturalmente disseminado jargão de que “direitos humanos só defendem bandidos”, esconde-se a ideia de que nem todo mundo deveria ser considerado gente. Essa postura desumaniza o outro, além de desqualificar as lutas coletivas que buscam mais justiça e equidade social.

Foi em nome da desumanização do outro que testemunhamos grandes atrocidades, tais como aquelas que envolveram o genocídio e escravização de indígenas e africanos no período colonial, ou o holocausto protagonizado pelo nazismo alemão, ou ainda as desastrosas intervenções militares em países considerados terroristas ou com bases ideológicas, religiosas ou étnicas destoantes para os interesses do imperialismo, como o caso da guerra civil nigeriana (1967-1970), ou ainda a ocupação do Iraque e Afeganistão pelos norte-americanos em pleno século XXI.

Diante de tantas injustiças promovidas pela sociedade, as ações realizadas pela PPR são tecidas com a própria população em situação de rua, que cansada de tanta violação, começa a traçar caminhos alternativos vislumbrando mudanças da sua condição de moradia, sendo uma das principais bandeiras de luta.

Diante dessa discussão, foi lançada no ano de 2015 em parceria com Ministério Público do Ceará (MPCE, 2014), a campanha pela moradia cujo lema foi “Chega de Omissão! Queremos habitação! Moradia definitiva para Pessoas que Vivem na Rua”, teve como objetivo construir e fortalecer parcerias entre o poder público e a população de rua no contexto da campanha.

Essa ação contou com a participação da Secretaria das Cidades, Fórum de Rua de Fortaleza e os principais sujeitos da campanha, o Movimento de Rua de Fortaleza. A reflexão dessa campanha influenciou em mudanças na estrutura das políticas públicas no Estado do Ceará, por meio da definição de estratégias do

acesso à política pública de habitação do Programa Nacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), compreendendo a necessidade de superação da situação de exclusão, da invisibilidade, da sequência de rupturas sociais, da perda de identidade, da discriminação e a vulnerabilidade social.

Como desdobramento do lançamento, sob orientação do MPCE, a Secretaria das Cidades assumiu o compromisso de garantir a concessão de unidades habitacionais à população em situação de rua. Para tanto, foi necessário considerar alguns elementos importantes dessa ação pública, priorizando, dentre as 32 moradias, as pessoas idosas, mulheres e famílias.

**Figura 4** – Lançamento da Campanha “CHEGA DE OMISSÃO! QUEREMOS HABITAÇÃO!”



Fonte: Arquivos da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza (CE).

Esse contexto de desigualdade social, portanto, insere-se numa conjuntura atravessada por questões de alcance estrutural. Ou seja, não deverão ser elucidadas unicamente através de avanços positivados em lei, mas pressupõem mudanças profundas capazes de desafiar o *status quo* vigente. Desse modo, não apenas discutir, mas efetivar cidadania no Brasil é um processo extremamente desafiador. Acredita-se que o envolvimento da população em situação de rua, antes de tudo, perpassa pela educação cidadã e representatividade, pois para acompanhar, ampliar e exigir direitos sociais a população precisa se posicionar de modo consciente acerca de suas prioridades e interesses. Nesse sentido, a Pastoral do Povo da Rua apoia, articula e colabora com a sua mobilização na busca por ampliação e o acesso à direitos básicos, como é o caso da moradia.

De acordo com Carvalho (2020, p. 6) “os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva”. Todavia, pode-se constatar um profundo abismo

existente entre aquilo que vigora enquanto lei e a realidade objetiva dos fatos. Não se pode ignorar que no decorrer dos séculos de sua trajetória histórico-política, o Brasil mesclou regimes democráticos e autocráticos, consolidando direitos nesse percurso, mas mantendo antigas práticas de exclusão, corrupção, autoritarismo e manutenção de privilégios, reforçando a necessidade de ações como visibilidade, como a campanha.

A Pastoral do Povo da Rua compreendendo a necessidade de continuidade do acompanhamento por parte da pastoral, iniciou em 2015, o trabalho de orientação junto às famílias beneficiárias de novas moradias, pousadas e aluguel social, buscando a realidade e o desejo de estar em sua própria casa, sentir as dificuldades e os desafios das necessidades básicas. Assim, iniciou seu trabalho de visitas a partir de três pessoas, posteriormente, acrescido de quatorze e finalmente, as trinta e duas famílias. Nas visitas, a escuta e o diálogo são essenciais para compreender melhor as diversas realidades e meios de sobrevivência e sustento.

Com realização da campanha, as visitas passaram a ser estratégias de acompanhamento do processo de moradia definitiva, tendo como base, a organização de luta pelo direito à moradia, condições sociais e definição do perfil dos assistidos(as) levando em consideração as questões do trabalho e renda, saúde, retomada de vínculos familiares e sociais, os serviços de acolhimento temporários e permanentes, e por fim, perceber como os projetos e ações dos órgãos públicos não atendem as necessidades e expectativas da população de rua.

**Figura 5** – Visitas realizadas pela Pastoral do Povo da Rua



Fonte: Arquivos da Pastoral do Povo da Rua de Fortaleza (CE).

Observando as significativas transformações no contexto do acesso à moradia, houve notadamente entre os anos de 2017, 2018 e 2019 a entrega de 32 (trinta e dois) empreendimentos de moradia da MCMV como iniciativa de moradia própria. Desde então, as visitas realizadas pela PPR de Fortaleza se expandiram sobre o sentido afetivo e efetivo da moradia por meio da fala dos beneficiários, as mudanças sociais ocorridas com a obtenção da casa própria e os desafios presentes a partir da nova realidade.

As visitas aos apartamentos ofertados pela Secretaria das Cidades do Estado do Ceará é um alargamento das demandas sobre os direitos de homens e mulheres que pautaram o direito à moradia junto aos órgãos públicos. Essa tem sido uma árdua tarefa, no entanto, vem ganhando ao longo dos anos visibilidade nas políticas públicas, mas é importante considerar que as conquistas alcançadas refletem a luta e resistência diária da população em situação de rua, que muitas vezes, tem o seu direito violado por falta não somente de moradia, mas também outros direitos sociais, tais como trabalho, segurança, assistência social, saúde, educação, cultura e lazer.

Segundo dados MPCE (2014), historicamente as ações pontuais de proteção e garantia de direitos da população em situação de rua (PSR) têm sido marcadas pelo trabalho realizado por organizações não governamentais (ONGs) e por entidades religiosas, muitas vezes focando na distribuição de alimentos, roupas, cobertores, além da prestação de serviços assistenciais de aos abrigos temporários, pousadas sociais e albergues. As iniciativas são importantes, entretanto, insuficientes para assegurar a plenitude de direitos, principalmente porque tangenciam a raiz da questão: a exclusão social.

No ano de 2020, em razão da pandemia da covid-19, diante das fragilidades ocasionadas pelo distanciamento social como forma de enfrentamento e prevenção ao vírus, foram realizadas várias campanhas de solidariedade, de conscientização e adoção de protocolos. As Pastorais Sociais realizaram a campanha “Eles e Elas precisam de nós para se proteger”, com o objetivo de mobilizar a sociedade para ajudar pessoas com necessidades urgentes de alimentação e higiene, visto que alguns estavam sem renda devido ao isolamento social. Ao todo, foram contempladas 32 famílias da moradia da MCMV, incluindo as do aluguel social, catadores de recicláveis, imigrantes e dentre outros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do relato acima apresentado, pode-se concluir que a experiência da Pastoral do Povo da Rua é atravessada pelo sentido da união, solidariedade, fraternidade e espiritualidade, mas também o desejo de articular um conjunto de perspectivas para o fortalecimento das lutas e resistências da população em situação de rua, no município de Fortaleza.

Essa vivência de contraposição ao sistema vigente é complexa, mas revela uma potência no pensar e agir sobre os desafios da efetivação das políticas públicas, considerando a realidade da população em situação de rua e seus aspectos fundamentais, o resgate da sua referência, às possibilidades e melhoramento das condições de vida, tendo como princípio basilar a participação social e a dignidade humana.

Por fim, reafirma-se o compromisso da Pastoral do Povo da Rua de continuar na sua missão de acolher, escutar e construir coletivamente, junto à população em situação de rua uma igreja em saída, do encontro, considerando a justiça social e os direitos humanos.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto. Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. São Paulo, 2005.

BÍBLIA, Novo Testamento. Lucas. Português. *In*: **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Americas, Cap. 1, vers. 21.

BÍBLIA, Novo Testamento. Lucas. Português. *In*: **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Americas, Cap. 3, vers. 5.

BÍBLIA, Novo Testamento. Mateus. Português. *In*: **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Americas, Cap. 11, vers. 25.

BÍBLIA, Novo Testamento. Lucas. Português. *In*: **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Americas, Cap. 17, vers. 16.

BÍBLIA, Novo Testamento. Lucas. Português. *In*: **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Americas, Cap. 25, vers. 40.

BRASIL. Decreto nº 7. 053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 28/09/2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Cartilhas de pastoral social: o que é pastoral social.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LORENZO, Garcia Aretio. **La educación a distancia: de la teoría a la práctica.** Barcelona: Ariel Educación, 2001.

MPCE, Ministério Público do Estado do Ceará. **População em situação de rua: guia de atuação do MPCE.** 2014. Disponível em: <http://www.is.gd/uEP6K3>. Acesso em: 28/09/2021.

RELATÓRIO. **I Conferência Livre dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua.** Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Fortaleza. 2016. Disponível em: <http://www.t.ly/NHQF>. Acesso em: 28/09/2021.





# “A mão que ajuda é a mesma que agride”: uma etnografia da luta pela humanidade de Pessoas em Situação de Rua.

Tiago Lemões

## 1 “NÓS NÃO SOMOS BICHOS”

Brasília, 20 de outubro de 2015. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) iniciava a programação do seu terceiro encontro nacional, no objetivo geral de *fortalecer o protagonismo da população de rua*. Reuniram-se caravanas das mais de 14 bases regionais, originárias de várias capitais brasileiras, para discutir políticas voltadas à garantia de direitos, contando com a presença de representantes do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, sob o mandato da então presidenta Dilma Rousseff. No primeiro dia, encontros e reencontros, abraços, sorrisos e confraternização em torno de uma bandeira comum: a celebração e a avaliação de 10 anos de luta pela efetivação dos direitos humanos daqueles que vivem ou viveram nas ruas.

Somando mais de 20 pessoas, entre apoiadores e militantes<sup>1</sup>, saímos de Porto Alegre em direção à capital federal, já sabendo da precariedade do espaço onde ocorreria o evento (o mesmo onde ficaríamos alojados), mesmo tratando-se de um Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro-Pop) – um serviço instituído em 2009 pelo governo federal e voltado ao desenvolvimento de relações de solidariedade, respeito e convívio social de mulheres e homens que vivem nas ruas. Não havia acomodação para todos, de modo que dormimos sobre papelões, abrindo-nos nos espaços entre os ônibus estacionados no pátio frontal do Centro-Pop.

Na primeira noite, embora pudéssemos perceber a insatisfação com a exposição dos corpos e com a falta de privacidade nos sanitários e nos espaços para banho, nada foi tão incômodo quanto a presença de agentes de segurança privada, contratados para a segurança do local durante o evento, com a incumbência de manter

---

<sup>1</sup> As designações de apoiador e militante são utilizadas pelos integrantes do MNPR para diferenciar dois grupos principais. Os militantes são as pessoas em situação ou com trajetória de rua (que viveram nas ruas no passado e que hoje utilizam os espaços institucionais ou possuem casa própria); já os apoiadores são os sujeitos que apoiam a mobilização, como os profissionais da rede socioassistencial, dos órgãos jurídicos, das universidades e outros tantos atores que, por razões diversas, aproximam-se do MNPR, nele permanecendo por intensidades e tempos variados.

o espaço intransitável após às 22 horas. Para muitos, aqueles personagens eram presenças incômodas, com armas em mãos e olhares quase sempre desconfiados.

No dia seguinte, a abertura oficial e os debates subsequentes ocorreram em um espaço enfeitado com balões azuis e vermelhos, onde foram afixados alguns cartazes confeccionados pelos militantes para comemorar os “10 anos de luta, 10 anos de garra, 10 anos de conquistas, 10 anos de MNPR”. Representantes regionais do MNPR, do Ministério da Saúde (MS), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apresentaram-se ao público antes de comporem a mesa. A continuidade das falas centrou-se na apresentação dos avanços das políticas implementadas e dos esforços realizados para que elas se mantivessem. Anunciou-se que uma nova comissão da secretaria executiva do CNDH estava sendo constituída a fim de tratar temas especificamente voltados à população *em situação de rua*. A esse respeito, um defensor público acrescentou: “você serão a nossa clientela e nós vamos levar os direitos de vocês onde vocês estiverem”.

**Figura 1** - Mesa de abertura do III Encontro Nacional da População de Rua (PÉROLA PRYMONND, 2015<sup>2</sup>).



Fonte: Próprio autor

<sup>2</sup> O autor das fotografias utilizadas neste texto, Pérola Prymonnd, é um jovem educador popular que atua em projetos sociais de desenvolvimento social comunitário em Porto Alegre, com inserção na arte e na cultura, bem como na garantia dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), através da ONG Nuances. Atua, igualmente, no Centro de Assessoramento Multiprofissional (CAMP), onde integra coletivos de economia solidária com a população em *situação de rua*. Agradeço enormemente a este fotógrafo e ativista, pelo compartilhamento de suas fotografias, muitas registradas em momentos tensos, e pela parceria e troca de ideias ao longo da viagem para Brasília.

Apesar do tom otimista apresentado pelos componentes da mesa, uma sequência de relatos exposta pela plateia anunciou os limites e os desafios colocados ao debate sobre a especificidade das políticas de direitos humanos para a população de rua. Uma moça de São Paulo pediu a palavra para reivindicar um espaço de acolhimento feminino, mas que não se assemelhasse a uma prisão, “pois somos uma minoria, mas somos seres humanos também”. Um senhor de Minas Gerais parecia apenas desabafar: “eu nunca tive casa na minha vida. Estou na rua desde os oito anos de idade e hoje eu puxo um carrinho de quase 300 quilos por dia”. Um representante regional de Santa Catarina afirmou que “a mão que ajuda é a mesma que agride: não somos presidiários ou criminosos! Somos população de rua e isso não é culpa de ninguém, pois foram as políticas públicas que produziram essa situação de vulnerabilidade”.

Em seguida, um homem de meia idade, em cadeira de rodas, afrontou a proposta de convívio social presente nos objetivos dos espaços de acolhimento, relatando que, no estado do Espírito Santo, os serviços ofertados não passam de um depósito de seres humanos: “é dormir, comer e mais nada”. Militantes do estado do Rio Grande do Norte, por sua vez, disseram que os albergues da capital são como campos de concentração. A mesma postura de denúncia foi mantida por um militante do Rio Grande do Sul, que resolveu começar pelos banheiros: “não tem porta e não tem higiene! E nós não somos bichos para ficarmos trancados aqui com a guarda e com a polícia”. Encerrando as manifestações da plateia, um jovem de Minas Gerais também expôs toda a sua indignação com a presença de guardas armados no local: “somos abandonados igual cachorro, e mesmo assim não somos criminosos! Estamos aqui fazendo políticas públicas. Isso nos massacra! Eu tenho vergonha de saber que um deputado ganha 26 mil por mês e eu cato lata e não ganho nada. Tenho vergonha dessa política...!”.

\*\*\*

O que as pessoas disseram, ainda naquela mesa de abertura, me parece não se restringir à manifestação de uma generalizada insatisfação com o andamento das políticas públicas voltadas à população de rua no Brasil. De fato, qualquer um ficaria atônito com a dissonância entre, de um lado, o otimismo político dos que proclamavam os avanços, os esforços e as comissões formadas para garantir o acesso aos direitos humanos; de outro, uma elementar reivindicação: humanidade.

Ideias, vozes e corpos coletivizados insistiam em contrapor a desumanização vivificada em práticas e discursos de representantes, agentes, serviços e instituições estatais. Por todos os lados, no subterrâneo das experiências e opiniões distintas sobre as políticas, vislumbrava-se um argumento comum: “nós não somos bichos!”. E, ao mesmo tempo em que refutavam a animalidade, denunciavam as forças que os empurravam de volta a ela: “nunca tive casa na minha vida”; “hoje eu puxo carrinho de quase 300 quilos por dia”; “a mão que dá é a mesma que agride”; “depósito de seres humanos”; “campo de concentração”; “abandonados como cachorros”.

Portanto, mais do que insatisfação com resultados objetivos das políticas públicas, tínhamos um clamor por humanidade. As pessoas estavam, o tempo todo, afirmando o mesmo que Judith Butler (2017) tem alertado à comunidade acadêmica: nem todos contam como sujeitos na vida política contemporânea e, apesar de uma generalizada pressuposição multicultural de comunidades estabelecidas, o que está em jogo são sujeitos vivos sem reconhecimento de suas vidas (BUTLER, 2017). Por isso, o que pretendo, neste texto, é evidenciar empiricamente – pela etnografia de um encontro nacional – os efeitos da articulação entre garantia de direitos e a continuidade do que Achille Mbembe (2014) reconhece como *processos de efabulação*: uma produção classificatória e imaginária de zonas de ausência humana (raciais e/ou geopolíticas) ou de humanidades dúbias, adormecidas, entidades incapazes de despirem-se da figura animal e desprovidas de universalidade, as quais, no alvorecer da modernidade, foram inventadas para justificar “a empresa colonial como obra fundamentalmente civilizadora e humanitária, cuja violência, seu corolário, era apenas moral” (MBEMBE, 2014, p. 29).

Acompanhando de perto a mobilização nacional da população de rua desde 2013, como antropólogo e apoiador do MNPR-RS em Porto Alegre, tenho me questionado sobre o que a experiência descrita anteriormente nos revela sobre as políticas específicas para a população de rua e, de modo geral, sobre as políticas públicas inspiradas nos direitos humanos no Brasil e mesmo no contexto latino-americano. Um dos argumentos possíveis é o de que a intencionalidade neoliberal das políticas públicas, atrelada a uma governamentalidade pela qual os sujeitos são encorajados a otimizar, anunciar e comprovar suas escolhas individuais como condição para acessar direitos (HILGERS, 2013), ignora e/ou silencia a continuidade de históricas relações desiguais de poder que produziram e continuam a produzir seres detentores de “humanidades incompletas”. Tal dissonância nos

ajuda a compreender a razão pela qual a promoção das garantias democráticas não se universaliza, pois, a triagem de acesso aos direitos é atravessada por hierarquias sociais e raciais, vigentes sobretudo em contextos pós-coloniais (GILROY, 2002; SAID, 2004; MBEMBE, 2011) e que fortalecem, na acepção de Ribeiro (2004), a emergência de selecionados humanos direitos, mercedores legítimos de reconhecimento ontológico.

Agora que já se sabe até onde pretendo chegar com as reflexões tecidas neste texto, conduzirei o leitor de volta ao *III Encontro Nacional da População de Rua*, mais especificamente aos eventos subsequentes à mesa de abertura descrita anteriormente. Isso se faz necessário pela imprevisibilidade do que se dará a conhecer a partir agora: as forças da ordem, os agentes do cuidado e da garantia dos direitos articulados a uma estranha, violenta e reveladora trama social que, por sua vez, nos permitirá visualizar o modo como o discurso dos direitos e certas práticas desumanizadoras mantêm relações perversas e conturbadas.

## 2 UM CORPO EM QUEDA

Já sabemos que o tom da mesa de abertura foi o mesmo até o fim: denúncias de violações e a exposição das precariedades nas políticas públicas, com ênfase sobre discursos discriminatórios e sobre a continuidade de práticas perversas no interior das instituições socioassistenciais. Mal sabíamos, no entanto, que no mesmo dia, após uma pausa para o almoço – antes de iniciar uma discussão sobre a crise política e econômica e seus impactos na população de rua – cenas de violência seriam vivenciadas literalmente na pele por militantes e apoiadores.

Ainda descansávamos minutos antes do início da programação daquela tarde, quando avistamos duas viaturas da Polícia Militar e um grupo de policiais revistando uma apoiadora e dois militantes em frente ao pátio do Centro-Pop. A partir do primeiro contato visual com a cena, o desenrolar dos acontecimentos foi atormentador: “Filma logo, filma logo!” – gritou, apreensivo, um militante de meia idade que estava ao meu lado. Imediatamente, com o celular, passei a registrar a movimentação, enquanto outros policiais desciam da viatura para impedir que visualizássemos o que acontecia do outro lado da rua. Em poucos minutos, todos os participantes do encontro já haviam atravessado o pátio da instituição, aos gritos contra os policiais, rumo ao portão principal. Nessa multidão em movimento, muitos conseguiram atravessar a rua e ficar frente a frente com os agentes, que já haviam estacionado ao menos 10 viaturas no local.

**Figura 2** - Reforço policial (PÉROLA PRYMONND, 2015).



Fonte: Próprio autor

O confronto foi inevitável, embora, entre os participantes do evento, muitos tentassem conter-se uns aos outros e evitar o pior. Inesperadamente surgiu uma tropa da cavalaria policial, já posicionada estrategicamente, pronta para atuar na dispersão dos que ousassem atrapalhar a ação dos agentes da segurança pública. Enquanto tentávamos nos defender dos incessantes jatos de *spray* de pimenta, presenciávamos três cenas simultâneas, que marcaram os acontecimentos daquela tarde: uma senhora de 60 anos, com dificuldades para caminhar devido a um problema recente no joelho, foi atingida por fortes golpes de cassetete nas costas; um psicólogo e apoiador foi imobilizado e agredido no rosto, também com um cassetete e, por fim, um jovem negro foi atingido na cabeça, caindo inconsciente ao chão. Machucada, com marcas imensas nas costas, a senhora de 60 anos abrigou-se rapidamente no interior do Centro-Pop; com um profundo corte no queixo, o psicólogo recebeu voz de prisão por desacato e foi encaminhado à delegacia; o jovem inconsciente foi carregado por alguns apoiadores até um local mais seguro, próximo ao portão principal. Nos corpos de algumas pessoas, as camisetas brancas, confeccionadas especificamente para o evento, estavam, agora, sujas de sangue.

Muita energia foi gasta para conter o revide à agressão perpetrada pelos policiais e fazer com que as pessoas retornassem ao local do evento. Quando as situações mais tensas foram controladas, três coordenadoras regionais do MNPR

conversaram com um policial – homem branco, de aparentemente 35 anos. “Ele está machucado! O meu sargento está machucado!”. – exclamou ele, indignado. “Mas nós temos um morador de rua que está sangrando, que foi espancado”, argumentou uma das mulheres. “Sim, ele está machucado aí, mas como é que fica o meu policial que está machucado? Para ele não tem direitos? Para a polícia não tem direitos humanos?” – questionou novamente o policial. Em resposta, elas advertiram que “não é disso que nós estamos falando. Se estamos aqui é porque estamos nos organizando pelos nossos direitos, e vocês precisam se organizar pelos de vocês também! Teve abuso de autoridade na cara do senhor e o senhor não quer ver!”. Finalizando bruscamente aquele diálogo, o agente afirmou que as coisas se resolveriam quando a pessoa agredida fosse levada à delegacia para registrar ocorrência.

A rua permaneceu trancada por viaturas, enquanto um grupo de policiais observava a nossa movimentação. A partir desse momento, privilegiamos o socorro aos gravemente feridos. Os ânimos foram se acalmando com a chegada de uma ambulância, que não entrou no pátio do Centro-Pop, obrigando o rapaz machucado a ser novamente carregado nos braços de seus companheiros até o outro lado da rua. “Ele está consciente, vai ficar bem; o ferimento dele é interno”, disse um atendente, enquanto realizava os primeiros socorros. “Mas não foi pedra, isso foi cassetete”, retrucou a irmã do agredido, enquanto acariciava o seu rosto e pedia, em vão, que ele conversasse com ela.

**Figura 3** - Atendimento à ferido pela polícia (PÉROLA PRYMONND, 2015).



Fonte: Próprio autor



Enquanto o atendimento ocorria, algumas pessoas aglomeradas ao redor do ferido iniciaram uma nova discussão. Um dos coordenadores nacionais do MNPR disse em alto e bom tom: “não temos que ter cuidado com as nossas palavras! O que não queremos é ser agredidos por isso. Está todo mundo dizendo que vai nos proteger, mas aqui, na realidade, ninguém protege! O Estado nos agride! O sistema nos agride!”. Aparentemente ofendido, um homem pertencente ao quadro de funcionários do Centro-Pop retirou-se após argumentar que “eu não sou o Estado”. Aproximou-se, em seguida, o coordenador do Centro-Pop, para explicar que a instituição ficou sabendo do evento dentro de um espaço muito curto de tempo, o que dificultou a antecipação de uma estrutura adequada. O mesmo coordenador nacional do MNPR inferiu que “o movimento pediu espaço, pediu estrutura, mas se o governo nos jogou aqui a culpa não é do movimento”. Já alterado, o coordenador da instituição retrucou: “mas a culpa também não é do Centro-Pop”. Concluindo que, de fato, não tínhamos muito o que fazer, o coordenador do MNPR aconselhou que voltássemos “para o nosso movimento, para a nossa situação de rua”.

\*\*\*

Os acontecimentos acima descritos, vivenciados já nos últimos meses de trabalho de campo, me permitem circunscrever uma espécie de microcosmo das experiências de mobilização social conduzidas pelo MNPR. Isso porque, a partir de um intenso engajamento, como antropólogo e apoiador do MNPR, entendo que esse espaço de mobilização social é conformado por narrativas e enunciações em nome dos direitos humanos, da participação e do protagonismo; por relações e intersecções tensas, travadas com um Estado que, através de novas leis, saberes, discursos, serviços, comissões e campanhas especializadas, se produz como engajado e comprometido, ao mesmo tempo em que se presta à reprodução de práticas perversas; pela impressionante ebulição de conquistas, comemorações e exposição física e discursiva de violências, desrespeitos e maus-tratos perpetrados dentro e fora das instituições e dos serviços, fundados justamente sob a promessa de mudança de uma história de violência, abandono e invisibilidade.

Não foi por acaso que o surgimento do MNPR se deu como resposta a um verdadeiro massacre, perpetrado em 2004 enquanto um grupo de pessoas dormia na Praça da Sé, coração de São Paulo, quando sete vidas foram apagadas da mesma forma. Com a comoção, a repercussão e a visibilidade nacional e internacional

dessas mortes – até hoje impunes<sup>3</sup> – nasceu um movimento social articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, moradores de rua e ex-moradores de rua. Era a ação embrionária do MNPR, espalhando-se, em pouco mais de 14 anos, por 15 unidades federativas – incluindo o Rio Grande do Sul a partir de 2013.

No mesmo passo de uma expansão da luta política, assistimos a emergência de um campo de intervenção, reflexão, proposição, e mobilização social: políticas públicas específicas, espaços nacionais e regionais de participação (conferências, conselhos, comitês), monitoramento e avaliação das políticas; programas voltados ao registro de denúncias de violação de direitos; campanhas nacionais contra remoções e internamentos forçados; pesquisas censitárias encomendadas por diferentes esferas de governo; projetos de pesquisa e extensão universitária, monografias, teses e dissertações acadêmicas; reportagens e documentários, encontros, seminários, audiências públicas, reuniões e muito, mas muito debate entre atores extremamente diversos em suas motivações e pertencimentos institucionais, que passaram a integrar o contingente de apoiadores e de militantes *em situação de rua* engajados no MNPR.

A partir destas transformações recentes, os mais de 50 mil homens e mulheres que atualmente vivem nas ruas das capitais brasileiras<sup>4</sup> passaram a ser incluídos em programas sociais instituídos na Era Lula, (como programas de transferência de renda, qualificação profissional e acesso a serviços especializados de assistência) através de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A partir de 2009, multiplicaram-se os Centros de Referência Especializado para a População de Rua<sup>5</sup> (os Centros-Pop, amparados pelos serviços de Proteção Especial do Sistema Único de Assistência Social), com objetivos declarados de promover o convívio, a socialização, o protagonismo e a participação social dos que moram ou sobrevivem nas ruas. Dois anos depois, a Secretaria Nacional de

---

<sup>3</sup> Para uma análise detalhada sobre o andamento do inquérito policial que apurou os referidos crimes, ver Mata (2006).

<sup>4</sup> Os números foram apresentados em 2007 pela primeira contagem nacional de pessoas *em situação de rua*, realizada numa parceria entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

<sup>5</sup> A criação do Centro-Pop integra a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, especificando a organização, a descrição dos serviços ofertados e o público alvo do Sistema Único de Assistência Social.

Direitos Humanos (SDH) implantou o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), com o escopo de sistematizar dados, produzir conhecimento sobre as violações de direitos e planejar capacitações que viabilizassem a eficácia das denúncias<sup>6</sup>. No campo da saúde pública, o Sistema Único de Saúde instituiu, em 2011, a Política Nacional de Atenção Básica, criando equipes de Consultórios de Rua (CR) para atuar de forma itinerante no atendimento às pessoas *em situação de rua*, operando diretamente em seus territórios de fixação e/ou circulação. No mesmo ano, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 940/2011, dispensando a condicionalidade de documentos de identificação e de residência para a obtenção do Cartão SUS, e garantindo o direito das pessoas *em situação de rua* de serem atendidas em qualquer unidade, independente do estado de suas roupas e de suas condições de higiene.

**Figura 4** - Ministério da Saúde, 2014.



Fonte: Próprio autor

<sup>6</sup> A criação do CNDDH atendeu demandas conjuntas do MNPR, do Movimento Nacional de Catadores (MNCR) e do Fórum Nacional da População de Rua. Conforme folder explicativo lançado em 2014 pelo CNDDH, os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) atuavam em 440 cidades, abrangendo todos os estados brasileiros (com exceção de Roraima). Em sua atuação, o CNDDH contou com diversos parceiros envolvidos na defesa da população em situação de rua, quais sejam: a Secretaria de Direitos Humanos do Paraná, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais, o MNPR, o MNCR, a Pastoral Nacional do Povo da Rua e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A formulação de todos esses instrumentos governamentais de garantia de direitos e de combate às violações, coproduzidos por espaços de participação social (tão estimados e anunciados desde a Constituição de 1988) são comemorados por integrantes do MNPR como conquistas históricas, que possibilitam o reconhecimento de uma população antes invisível aos órgãos governamentais e à sociedade. Mas se existe, atualmente, uma visibilidade a ser celebrada, também os percalços e impasses são muitos no que se refere ao campo dos direitos, muitos deles relacionados à continuidade de múltiplas concepções depreciativas e ações violentas contra os que vivem nas ruas. Ações estas que vão desde as insistentes remoções forçadas dos espaços públicos, realizadas por órgãos de segurança pública e assistência social, passando pelas desqualificações midiáticas que, com frequência, apoiam ou cobram iniciativas enérgicas e truculentas do poder público. Para termos uma ideia, em 2013, um vereador de Pirai, no Rio de Janeiro, em sessão ordinária sobre os 25 anos da Constituição Federal, afirmou, com convicção, que mendigo não tem que votar. Mendigo não faz nada na vida. Ele não tem que tomar atitude nenhuma. Aliás, eu acho que deveria até virar ração para peixe (GRELLET, 2013 apud STRAPASSON; PAMPLONA, 2014).

São vidas que continuam sendo produzidas como descartáveis, não apenas por suas supostas improdutividades em um sistema capitalista cada vez mais perverso e desigual, mas porque também provocam e desestabilizam valores, certezas e classificações hegemônicas sobre o mundo. Desde 2013, Taniele Rui, em estudo que conjuga diferentes cenários de uso e comércio de *crack*, entre as cidades de Campinas e São Paulo, vem insistindo na potência dos mecanismos pelos quais o Estado produz zonas de degradação espacial e moral ao capturar, recuperar, assujeitar ou rejeitar determinadas populações. Um dos argumentos centrais de Rui (2014) é de que o encontro entre saberes médicos sobre supostos efeitos devastadores do *crack* e os conhecimentos de patogenia, mobiliza percepções simbólicas, morais, de higiene e de sujeira, de modo que boa parte da violência, da repulsa e do pânico gerado em torno dos usuários advém da radical inversão das nossas concepções de autonomia individual que a droga e seu consumo contrapõem, mas também do questionamento de nossas noções de asseio corporal, de cuidado, saúde, estética e dos próprios limites da experiência humana que a figura do usuário de *crack* desafia (RUI, 2014).

Argumentos semelhantes estão presentes em parte da bibliografia sobre população *em situação de rua*, crescente no Brasil desde a década de 1970. O clássico

estudo de Marie Ghislaine Stoffels (1977), sobre os mendigos na cidade de São Paulo, apontou a segregação ideológica da mendicância através de processos de estigmatização e institucionalização do desvio frente às ideologias dominantes, sustentadas por sistemas repressivos e assistenciais que delimitam fronteiras entre o trabalho honesto, como ordem, e a mendicância, como transgressão. Já na década de 1980, o trabalho de Delma Neves (1983), ao compreender a figura do mendigo na chave da precarização do trabalho, aponta os efeitos da perda de referências e padrões de vida, de organização familiar e da inversão dos princípios de classificação dos espaços públicos e privados (NEVES, 1983). Dez anos depois, Cláudia Magni (2006) faria coro a argumentos análogos, mas analisando, a partir de uma etnografia sobre os nômades urbanos de Porto Alegre, os processos de subversão das funcionalidades espaciais, dos objetos e das corporalidades que orientam as referências hegemônicas da sociedade sedentária. Finalmente, em etnografia com meninos de rua nos espaços centrais do Rio de Janeiro dos anos 1990, Hélio Silva e Cláudia Milito (1995) identificaram uma cultura da evitação, formada por disposições genéricas e paranoicas, que criam objetos e atitudes de indiferença ou de convivência com a violência contra os indesejáveis e perigosos das ruas – vistos como subversivos e ameaçadores por excelência.

Considerando a continuidade destes processos que acentuam a ambiguidade dos modos pelos quais as pessoas *em situação de rua* são produzidas como sujeitos de direitos, toda a produtividade política dos últimos 10 anos deixa claro que a linguagem dos direitos não configura somente discursos, saberes, táticas e práticas conformadoras de específicas tecnologias de governo (FOUCAULT, 2006; ROSA, 2005), mas também possibilita a emergência de performances contestatórias e de importantes espaços de expressão pública, nos quais as ambiguidades e desafios são incontáveis no que se refere ao engajamento na luta por direitos. É isso que Daniel de Lucca (2007) deixa claro ao evocar os impasses enfrentados por militantes que precisam lidar com inúmeras inferências religiosas, demográficas, políticas e urbanas que perpassam a constituição e o desenrolar da reivindicação de direitos conduzida pelo MNPR, ao mesmo tempo em que articulam essa multiplicidade de atores e interesses em jogo, apropriando-se dos esquemas classificatórios e das convenções historicamente produzidas por dispositivos institucionais diversos (DE LUCCA, 2007).

O que interessa, aqui, é que as experimentações reflexivas mostram a produção simultânea de sujeitos de direitos e de grupos que afrontam, desafiam

e desestabilizam valores, classificações e concepções de ordem, trabalho, família e infância. Não é por acaso que, em um evento destinado à comemoração de 10 anos de lutas e conquistas do MNPR, no qual autoridades envolvidas diretamente com as políticas de direitos humanos explicitavam seus avanços e anunciavam novos dispositivos de proteção, a violência estatal tenha se manifestado sem nenhuma cerimônia e – o mais impressionante – sem nenhuma explicação, retratação ou resolução posterior. Com medo, todas aquelas pessoas que haviam atravessado grandes distâncias de ônibus até a capital federal para um debate coletivo sobre os seus direitos, tiveram de voltar para as suas cidades após passarem por situações constrangedoras e truculentas. E retornaram com a certeza de que precisariam se esforçar para deslegitimar categorias acusativas, discriminatórias e hierarquizantes que perpassam olhares, percepções, políticas e equipamentos institucionais a eles direcionados. Veremos, a partir de agora, o modo como a base regional do MNPR, no Rio Grande do Sul, reagiu a experiências semelhantes àquelas vivenciadas na capital da República, mas agora tendo como experiência empírica a morte de uma pessoa em situação de rua no centro de Porto Alegre.

### **3 MORTES EM LUTO, VIDAS EM LUTA**

Em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* (2017), Butler incide reflexivamente sobre a precariedade da vida e da sua dependência em relação ao mundo social. Tais reflexões nos levam a reconhecer que estamos sempre nas mãos uns dos outros e que, por isso, a própria individualidade é colocada em xeque pela precariedade que nos atravessa. Para Butler, estamos expostos aos outros, nascemos precários e dependemos de uma rede social que nos permita sobreviver e que nos apreenda como uma vida que importa, que deve ser cuidada em sua existência e enlutada quando abreviada de sobressalto. Em suma, uma vida que comove, preocupa e emociona é uma vida reconhecida em sua precariedade plena.

No entanto, o reconhecimento e a produção de sujeitos dependem do indeterminismo das normas. São as normas que impõem um problema ético a respeito da definição de quem deve ser protegido contra a violência e a aniquilação, pois elas deslocam temporalmente os termos que permitem o reconhecimento, produzindo uma ontologia historicamente contingente. Com isso, Butler deixa

claro que os esquemas normativos emergem e desaparecem de acordo com operações mais amplas de poder, articuladas às condições gerais de reconhecimento e aparição da vida como um valor suscetível de ser perdido ou lesado. Mas, alerta a autora, o trabalho normativo nunca é definitivo. Os enquadramentos são, de fato, os referenciais que definem o que é vida e morte, mas mesmo o que está fora, de alguma maneira, acontece e coloca em dúvida os campos ontológicos constituídos.

Portanto, o que está vivo e fora das normas torna-se um problema a ser enfrentado pela normatividade e, ao mesmo tempo, expressa o principal efeito de enquadramento normativo: algo que está vivo, não é uma vida, mas seu estatuto ontológico está aberto à apreensão. Se a operação de enquadrar é ressaltar uma maneira específica de criar fronteiras excludentes e direcionar, apresentar e interpretar a realidade, é possível, então, enquadrar o enquadramento, conformando efeitos reversos ao questionar sua moldura e iluminar o que está fora. Vazamentos e contaminações tornam falível o ato de enquadrar, deslocando-o de seu contexto e explorando a sua vulnerabilidade à reversão e à subversão, preparando o terreno para indignação, repulsa, denúncia, comoção e clamor por justiça (BUTLER, 2017).

Se os rompimentos de moldura sugerem um afrouxamento do controle e abrem novos caminhos à comoção coletiva, então é possível compreender a mobilização ritualizada de militantes e apoiadores do MNPR como um constante processo de questionamento das estruturas de percepção e delimitação de vidas que importam e de outras que ainda experimentam uma histórica desumanização. Especificamente em relação aos assassinatos de pessoas *em situação de rua*, o coletivo dos militantes me parece trabalhar para a valorização de certas vidas, cobrando as condições necessárias para que existências sejam preservadas, reconhecidas, protegidas e enlutadas.

A experiência narrada a seguir revela que a brutalidade de uma morte foi enquadrada pelo discurso estatal e midiático da segurança pública, pelo suposto perigo representado às famílias que frequentavam o local do crime, pela perplexidade pública frente a um crime cometido à luz do dia, na face arquitetônica dos poderes legislativos e judiciários de Porto Alegre. Nos meios de comunicação e nas declarações dos agentes da segurança pública, nenhum lamento sobre a perda de mais uma vida nas ruas da capital gaúcha. Foi preciso, então,

fazer vazar outra história, contaminando e desestabilizando o enquadramento hegemônico.

Em 20 de março de 2017, quinze minutos após ser abordado pela PM, às 17 horas, Paulo, 36 anos, fora assassinado com cinco tiros à queima roupa, enquanto descansava em um acampamento improvisado na Praça da Matriz, a poucos metros do Palácio Piratini, do Palácio da Justiça e da Assembleia Legislativa – região conhecida por abrigar os principais prédios históricos da cidade, habitada por distinta classe de afortunados. O autor dos disparos desapareceu imediatamente, mas toda a ação foi registrada por câmeras de vigilância.

Nos dias subsequentes, alguns veículos de imprensa noticiaram o ocorrido, enfatizando, basicamente, duas vertentes complementares de argumentação. A primeira deteve-se no escândalo da violência urbana e na precária segurança pública nos espaços centrais da cidade. Relatos de pessoas que testemunharam o assassinato foram transmitidos no claro objetivo de reforçar tais argumentos. Ao Brasil Urgente, da TV Band, um homem com uma criança nos braços afirmou que ouviu os disparos enquanto brincava com a filha na praça: “só deu tempo de pegar a minha filha no colo e sair correndo”. Uma mulher de meia idade também exclamou indignada aos repórteres: “Eu ouvi cinco tiros! Quer dizer: a nossa segurança é nenhuma!”.

O segundo viés midiático sugeria o envolvimento de Paulo com o tráfico de drogas, insinuando que o homicídio ocorrera em função de um acerto de contas com traficantes da região. Em entrevista ao Correio do Povo, em 20 de março de 2017, um tenente da Brigada Militar (BM), entrevistado no local do crime, afirmou que Paulo estava agitado: “o motivo pelo qual ele estava agitado, nem os amigos sabiam. Então não tem como precisar o que realmente ocasionou o fato”. Aos jornalistas de diferentes emissoras que o cercavam, o tenente informou que uma equipe policial teria abordado Paulo minutos antes de sua morte. Um dos repórteres então perguntou qual era o objetivo da abordagem, ao que o tenente respondeu:

Desde a semana passada, principalmente em pontos da Praça da Alfândega, Mercado Público, passarela da Lagoa da Conceição, Centro Popular de Compras, a Brigada Militar tem intensificado a abordagem para verificar a questão de celulares roubados, armas, se é foragido... Então várias prisões estão sendo realizadas tendo em vista essa abordagem (CORREIO DO POVO, 20 de março de 2017).



Ao mesmo tempo, pelas redes sociais, diversos militantes do MNPR e jornalistas do Boca de Rua<sup>7</sup> marcaram e divulgaram um ato de luto e luta contra o extermínio da população de rua, alertando para a intensificação da violência e para a ineficácia das políticas públicas. Em um texto de divulgação do ato, os organizadores manifestaram a intenção de proporcionar para Paulo um sepultamento digno, “para que ele não vire mais um número invisível entre tantas pessoas *em situação de rua* que morrem e são atiradas num buraco, virando mais um número, assim como foram para a sociedade em vida, enquanto a mídia cumpre seu papel reforçando a criminalização da pobreza”. Outros militantes e apoiadores publicaram, em suas redes sociais, textos, imagens e desenhos produzidos por Paulo, exibindo o que estava oculto até então: “Paulo era um exímio artista e um ótimo jornalista”; “ministrava oficinas de desenho”; “engajava-se politicamente através de pinturas e histórias em quadrinho”; “era um cidadão comprometido com a comunidade onde vivia e que, por isso, todos gostavam dele”. Com 183 compartilhamentos em uma rede social, um breve texto publicado por integrantes do Boca de Rua repercutiu o esforço coletivo para visibilizar as qualificações de uma vida:

Uma barbárie! Deram cinco tiros em um cara, Paulo Ricardo, 36 anos, colega nosso. Isso aconteceu na Praça da Matriz, onde vários moradores de rua estão acampados, em frente à Assembleia Legislativa e ao Palácio Piratini. Ou seja, em um lugar que era para ter segurança 24 horas. *Além de colaborador do jornal, o Paulo Ricardo era um cidadão comprometido com a comunidade onde ele vivia. Ele guardava carros e vendia jornal, trocava ideia com todo mundo e todo mundo gostava dele.* Revoltado, o Boca de Rua pede uma investigação e se compromete em acompanhar o caso, para que os autores sejam descobertos e punidos (JORNAL BOCA DE RUA, 2017).

Conhecidos, amigos, companheiros de rua, apoiadores do Jornal, universitários, militantes e pesquisadores também se manifestaram nas redes sociais, lamentando o caso e clamando por justiça. O colega Bruno Fernandes, à época pesquisador e apoiador do Boca de Rua, ressaltou, em uma rede social, os talentos

---

<sup>7</sup> O jornal Boca de Rua, do qual a maioria dos atuais militantes do MNPR-RS faz parte, é fruto de um descontentamento com as tendências conservadoras da imprensa gaúcha. Criado em 2000 por duas jornalistas, assumiu o papel de dar ressonância às vozes de uma gente invisível, conjugando denúncias de múltiplas violências, preconceitos e violações. Para uma análise do papel político do Boca de Rua, ver Jaenisch, (2007).

artísticos de Paulo, afirmando que nele residia a expressão de um mundo, uma marca e um futuro que fora abreviado inesperadamente:

Paulinho desenhava e sempre me mostrava seus desenhos. Eram genuínos, mas ele sempre queria melhorar. Desenhava seu mundo, deixava sua marca, delineava aquilo que desejava para o futuro. Ele e tantos outros, inseridos em situações inesperadas, que dizem bastante de uma vulnerabilidade que algumas pessoas vivem hoje em dia (e outras tantas vivendo em ilhas de conforto e privilégios). Enfim, temos mais um adeus para os nossos dias, frágeis dias (BRUNO FERNANDES, 21 de março de 2017).

Aproximadamente 15 dias após aquelas declarações em coberturas jornalísticas, eu interrompi a escrita da tese de doutorado para reencontrar os militantes e apoiadores do MNPR no centro de Porto Alegre. Esse encontro não foi promovido para que eu pudesse complementar dados de pesquisa ou apenas rever grandes amigos que conquistei ao longo da militância e do trabalho de campo. Saímos de casa, naquele dia, para partilhar e comunicar sentimentos. Com roupas escuras, éramos, dos pés à cabeça, uma mistura de pesar, luto e revolta. Juntos, nosso esforço foi direcionado à visibilização do ocorrido desde uma perspectiva radicalmente distinta do que vinha sendo publicado até o momento na grande mídia.

Tomamos a Praça da Matriz expondo cartazes e acendendo velas ao redor do local onde Paulo foi morto. Relembramos a existência, os feitos, a personalidade amigável, a criatividade e, sobretudo, a resistência com a qual Paulo conduzia sua própria vida. Apoiadores, militantes e um público de quase cem pessoas, entre trabalhadores da assistência social, estudantes, ativistas religiosos e jornalistas, contribuíram para a produção de um ato de memória, que, pela visibilidade de uma violência histórica, também parecia produzir uma perda e uma dor pública ritualizada pela conjugação de atos, palavras e performances (LACERDA, 2015).

Acompanhada pelos manifestantes, uma apoiadora cobrava responsabilidade dos órgãos públicos e denunciava a ineficácia das políticas públicas e a indiferença da população, que se preocupava mais com a sua segurança do que com as vidas que eram apagadas diante de seus olhos. Nos dirigimos até o amplo saguão de entrada do Palácio da Justiça, onde expusemos os desenhos de Paulo, algumas homenagens em cartazes e estendemos dois grandes tecidos pretos, sobre o qual deitamos nossos corpos, formando uma cruz. Enquanto isso, homenagens a Paulo foram feitas, com leitura de poemas e declarações de alguns de seus amigos mais próximos.

Ao cair da tarde, retornamos para a Praça da Matriz, onde finalizamos o ato espalhando velas pelo local. Na manhã seguinte, o ato em memória de Paulo e em protesto contra o extermínio da população de rua estava estampado nas redes sociais e nas mídias alternativas. Uma edição do jornal Boca de Rua também foi publicada algum tempo depois abordando o caso, descrevendo a manifestação, comunicando o luto e denunciando o aumento de mortes e agressões.

**Figura 5** - Jornal Boca de Rua, n. 63, abril-junho de 2017.



Fonte: Próprio autor

#### **4 ÚLTIMAS REFLEXÕES**

Ainda que para muitos participantes do ato ocorrido em Porto Alegre aquela fosse uma experiência singular, não era a primeira vez que tal performance pública marcava a história do MNPR. O próprio movimento social só nasceu e ganhou fôlego nacional em 2005, frente ao massacre que produziu uma inesperada visibilidade das denúncias de violações do direito à vida em uma das maiores metrópoles da América Latina. No engajamento pelo acesso efetivo à justiça, um conjunto diverso de atores vinculados a organizações sociais, religiosas e conselhos de defesa dos direitos humanos foi incansável na reivindicação de respostas precisas do Estado, mas tiveram as mãos atadas frente a uma investigação marcada por perseguições e desaparecimentos de testemunhas – processo que culminou,

em março de 2012, com a negação, por parte do Superior Tribunal de Justiça, de um pedido do Ministério Público para levar a julgamento quatro policiais envolvidos diretamente nas mortes (MATA, 2006; DE LUCCA, 2016).

Ao percorrerem o trajeto de impunidade já bem conhecido em episódios semelhantes, os atores envolvidos na busca pela solução dos casos encontraram brechas para o surgimento de novos engajamentos como contraponto ao não cumprimento da justiça, desembocando em modos de visibilidade política e de reivindicação de direitos considerados inéditos em relação à população de rua. Os inúmeros atos públicos que marcaram o primeiro ano após o massacre da Sé, elaboraram uma espécie de velório de corpos ausentes. Aquelas vidas comumente esquecidas quando exterminadas, eram agora evocadas em nomes próprios e em fragmentos biográficos que abriam as feridas do sofrimento e da violência das ruas (DE LUCCA, 2016). Eram personagens que, no discurso dos manifestantes, pareciam ter morrido para que outras pessoas não precisassem sofrer o mesmo drama e para que vidas pudessem expor o sofrimento dos que ainda viviam em contextos marcados por violência e impunidade. Em suma, vidas que eram desvalorizadas quando interrompidas, enterradas sem identificação, reconhecimento ou luto, passaram a ter um valor, uma afirmação, uma memória que marcou o dia 19 de agosto como o Dia de Luta da População de Rua e deu visibilidade não somente a uma brutalidade histórica, mas também à vida e ao direito de viver, produzindo novos sentidos para vidas e mortes de rua (DE LUCCA, 2016, p. 31).

Da Praça da Sé, no centro de São Paulo, em 2004, à Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre, em 2017, um movimento semelhante: a emergência de um luto coletivo que, através de performances públicas, imagens, fotografias, memórias e discursos, incidiu sobre enquadramentos que capturam o fim das vidas que vivem nas ruas e que, historicamente, tem provocado, na prática institucional e na opinião pública, a inevitável correlação entre pessoas *em situação de rua*, violência, criminalidade, consumo e tráfico de drogas. Mas, inesperadamente, a biografia, os vínculos e o cotidiano de Paulo foram politicamente reelaborados, lançados publicamente para fazer emergir elementos que permitissem singularizar e reconhecer uma vida cuja perda deveria ser lamentada: trabalhador, comprometido com a comunidade, estimado por todos, alguém que desenhava o seu mundo, deixava a sua marca e desejava um futuro.

Poderíamos afirmar, por outro lado, que o sujeito delineado na cena pública está absolutamente conectado aos valores neoliberais: a individualidade de Paulo é demarcada, o seu engajamento com o universo do trabalho, do cuidado e do autocuidado, suas potencialidades e capacidades artísticas são ressaltadas e

seus engajamentos políticos são declarados – o que, de alguma forma, supõe que o reconhecimento de uma vida passa pela aquisição de certos atributos morais e, conseqüentemente, pela exclusão dos que supostamente desconhecem tais domínios. Poderíamos, inclusive, afirmar que o caminho que nos aproxima de uma humanidade neoliberal passa pela valorização de certos valores ocidentais. E mais: reivindicar uma humanidade pautada em atributos neoliberais pode ser compreendido como legitimação de outros enquadramentos sem questionar os fundamentos perversos que reproduzem múltiplas desigualdades.

No entanto, a atuação dos militantes do MNPR parece apontar para uma ambigüidade estratégica, através da qual se questionam e, ao mesmo tempo, se utilizam valores caros às democracias neoliberais – como a retórica do trabalho – para contrapor discursos cujos efeitos práticos são inquestionavelmente violentos para as pessoas *em situação de rua*. Nesse sentido, sabemos que as políticas públicas são falhas porque ignoram processos históricos de desumanização, atualizados na cotidianidade das instituições de acolhimento e na relação com os agentes estatais. A compreensão deste silenciamento e a sua denúncia foram preponderantes nas performances públicas dos militantes ao longo do encontro nacional em Brasília. Ao mesmo tempo, no caso da morte de Paulo, uma discursividade neoliberal é acionada para que se obtenha um efeito específico: Paulo deixou de ser apenas um número ou simples pivô de uma discussão rasa sobre segurança – que vem justificando, ao menos desde o final do século XIX, as políticas de remoção forçada na capital gaúcha (LEMÓES, 2017).

Através da ênfase nas qualidades, nas sensibilidades, na existência e no valor de uma vida que importa, os participantes do ato fizeram com que a imagem de Paulo servisse, a um só tempo, como denúncia de uma violência coletiva e como potência para afrontar discursos, categorias e percepções deformantes, que insistem em apreender os habitantes das ruas pela chave da criminalização e da culpabilização, negando-lhes, inclusive, o próprio sentido de humanidade. Utilizando-se estrategicamente das armas de uma guerra historicamente declarada e descaradamente camuflada em discursos de combate à criminalidade, os militantes e apoiadores do MNPR esfregaram na face do poder estatal e da opinião pública que as vidas derrubadas nas ruas são muito mais do que vidas passíveis de luta: são, sobretudo, o principal combustível para o levante contra enquadramentos perversos que insistem em criminalizar as existências que circulam e se reinventam nas ruas, por entre os abismos sociais que marcam a vida urbana latino-americana.

## 5 REFERÊNCIAS

BOCA DE RUA. “Eles eram cidadãos e não só moradores de rua”. **Jornal Boca de Rua**, Porto Alegre, 23 de março de 2017. Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/2017/03/23/eles-eram-cidadaos-e-nao-so-moradores-de-rua/>.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CORREIO DO POVO. “Morador de rua é morto na Praça da Matriz”. **Jornal Correio do Povo**. Youtube, Porto Alegre, 20 de março de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpaygRAFh-w>.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 240f. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

DE LUCCA, Daniel. “Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro”. In: T. Rui; M. Martinez; G. Feltran (orgs), **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

FERNANDES, Bruno. “Paulinho desenhava e sempre me mostrava seus desenhos...”. Porto Alegre, 21 de março de 2017. **Facebook**: Bruno Fernandes. Disponível em: <https://www.facebook.com/bruno.fernandes.3950/posts/1180458415384703>.

FOUCAULT, Michel. “Estratégia, Poder-Saber”. In: M. Motta (org), **Michel Foucault: organização e seleção de textos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2002.

HILGERS, Mathieu. « La production de l'Etat néolibéral ». In: M. HILGERS (Org). **État neoliberal et regulation e la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles p. 79-92, 2013.

JAENISCH, Samuel. “Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como espaço de mediação”. In: S. FLEISCHER; P. SCHUCH; C. FONSECA. **Antropólogos em Ação: Experimentos de Pesquisas em Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.121-131, 2007.

LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEMÓES, Tiago. **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

- MAGNI, Cláudia. **Nomadismo Urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.
- MATA, Paulo. **O massacre da Praça da Sé**. Monografia de conclusão de curso de Jornalismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Melusina, 2011.
- NEVES, Delma. “Mendigo: o trabalhador que não deu certo”. **Ciência Hoje**. SBPC. (s/1); jan/fev, ano 1, n.4, p.28-36, 1983
- RIBEIRO, Gustavo L. “Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico”. In: C. FONSECA (org.), **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.29-48, 2004.
- ROSE, Nikolas. “Como se deve fazer a história do eu?”. **Revista Educação e Realidade**. v.26, n. 1, 2001.
- ROSA, Cleisa. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**. Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Lisboa: Cotovia., 2004.
- SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio Fio**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.
- STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- STRAPASSON, Karoline; PAMPLONA, Danielle. 2014. “O direito em contradição: direitos humanos, atuação estatal e população de rua”. **Revista de Políticas Públicas**. V. 18, n. 2, jul-dez, 2014.

# Solidariedade e resistência: a trajetória do Grupo Espírita Casa da Sopa e sua experiência de ação em rede

*Lidia Valesca Bomfim Pimentel Rodrigues*

## 1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre a trajetória do Grupo Espírita Casa da Sopa, sua atuação com a população em situação de rua, desde o ano de 1995 e o modo como foi se reinventando ao longo do tempo, é um esforço de remontar as fases vividas pelo grupo, através da experiência de vínculos e a formação de redes de solidariedade na cidade de Fortaleza. A sua dinâmica junto a população em situação de rua, a metodologia aplicada em suas ações, foi a matéria prima para a escrita desse texto, que tem por objetivo discorrer sobre as práticas de resistência e solidariedade experienciadas pela Casa da Sopa<sup>1</sup>.

A participação na obra “Viver nas ruas: trajetórias, desafios e resistências” reforça a ideia de uma ação conjunta com as diversas organizações da sociedade civil, capaz de mobilizar pessoas, ideias, ações na luta pelos direitos da população em situação de rua, traduzida como ação política de resistência frente a situação de profunda exclusão em que vivem. Apresentar a experiência da Casa da Sopa nesse conjunto de ações tem significativa relevância por contribuir com o acervo de metodologias e práticas sociais desenvolvidas, ao mesmo tempo colaborar com a sua própria produção de saber, bem como fortalecer as ações em rede, as saídas para a garantia de direitos.

Costurando o relato das práticas com a reflexão teórica, buscamos compreender os conceitos de solidariedade e resistência, a correlação entre essas duas dimensões do fazer, tão necessários para os tempos atuais. O cenário da pandemia de Covid 19 em Fortaleza é tomado como o pontapé reflexivo, as mobilizações e potência construída para a garantia da vida e do atendimento imediato, passando por algumas questões de natureza teórica acerca da solidariedade e da resistência. A proposta desse texto é ser um ponto na teia reflexiva que o referido livro propõe.

---

<sup>1</sup> Doravante usaremos Casa da Sopa para substituir Grupo Espírita Casa da Sopa.



## 2 UM FAZER SOLIDÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Para introduzir, trazemos em tela a compreensão crítica sobre o momento histórico do Brasil na atualidade, com o declínio dos investimento em políticas sociais e Direitos Humanos em nível federal e o contexto da pandemia de Covid-19<sup>2</sup>, que tem alterado o cenário da população em situação de rua, tornando-a ainda mais vulnerável. Isso porque a pandemia acentuou pobreza no Brasil de modo radical<sup>3</sup>, ao mesmo tempo que descortinou a situação de milhares de brasileiros que estavam invisíveis aos olhos da sociedade em geral.

Na determinação do isolamento social, como se ausentar do espaço público? Na recomendação de higienização de mãos, como ter acesso a água, sabão, álcool? Quando a regra é usar máscaras, como obtê-las? Quando a maior parte da população se recolheu em suas casas, isoladas, a população em situação de rua apareceu desnudada em sua condição de vida precária.

A pandemia afetou principalmente os trabalhadores do mercado informal, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, autônomos que não tiveram como trabalhar. Na primeira onda de Covid-19, entre os meses de março e maio de 2021, eles formavam grandes aglomerados nas Praças Centrais de Fortaleza, em busca de ajuda para sobreviver. Nesse conjunto, não era possível distinguir entre os que tinham e os que não tinham onde dormir, fazendo o número de pessoas em situação de rua aumentar de modo significativo.

A aparição de um contingente de pessoas em extrema pobreza nas regiões centrais, não os tirou da invisibilidade. Invisível é não ter o direito de existir com dignidade, é viver uma vida vulnerável, relegada ao abandono, uma vida precária, como reflete criticamente Judith Butler (2019), sobre os efeitos do neoliberalismo na vida dos mais pobres. O que nos faz indagar: O que conta como uma vida?

---

<sup>2</sup> Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. A pandemia de Covid 19, teve seu primeiro caso no Brasil em março. Em Fortaleza, no dia 18 de março, as autoridades decretam fechamento dos estabelecimentos considerados não essenciais, como comércio, escolas, espaços públicos e privados. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

<sup>3</sup> Em 2020 12,8% dos brasileiros passaram a viver a 8,20 por dia, quase 27 milhões de pessoas nessa condição <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/>

Como ocorrem os processos de humanização e de desumanização que definem quais vidas serão consideradas vivíveis e quais mortes não poderão ser publicamente pranteadas e sequer serão entendidas como tal? Que tipo de vida não é digna de aparecer na esfera pública?

Esse é um debate necessário desde sempre nos estudos sobre a população em situação de rua, que em tempos de pandemia tornou-se central para denunciar a falta de moradia e as formas precárias de habitação. Eles estão numa linha tênue entre o não ter onde morar e o viver nas ruas, a inclusão e a exclusão como diz Ermínia Maricato:

Não há como definir um limite preciso entre o “incluído” e o “excluído”. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente, a falta de voz (MARICATO, 1994, p.51).

Além de acentuar os processos de exclusão, a pandemia colocou no centro do debate o sentido do viver e do morrer. Para a população em situação de rua, realçou sua prática andarilha, seus deslocamentos pela cidade. Sua aparição ou desaparecimento é percebida? Se não aparece como saber se adoeceu, se sobreviveu, se morreu? Com usufruto exclusivo de ruas e praças centrais vazias devido ao lockdown, a relação entre eles se intensificou e se estendeu aos que se aproximaram. O encontro com a população em situação de rua é marcado pela solidariedade, força mobilizadora de um tipo de experiência de alteridade e do desenvolvimento da compaixão e empatia. Essas foram as saídas durante a pandemia.

### **3 A SOLIDARIEDADE COMO AÇÃO POLÍTICA**

Solidariedade pode ser entendida como um sentimento de vinculação, uma dimensão ética do agir humano que requer uma extensão de si mesmo, é pertencer a uma comunidade maior. Está etimologicamente ligado à ideia de *in solido*, para o todo, um corpo sólido, que está ligado um ao outro, numa coesão de indivíduos. É, portanto, ligada a virtude da generosidade, a virtude do dom, como diz Comte-Sponville (1999). A generosidade nos eleva em direção ao outro com desejo de amor e de partilha. A solidariedade é uma ação ética, um dever que não se traduz como obrigação, mas como intera-ção.

A gênese da reflexão sobre a solidariedade aparece na teoria política de Aristóteles (2001) como atributo humano natural, a idéia de um *mundis communis*. Nela, o viver em conjunto e os vínculos são a tradução mais autêntica da nossa humanidade e da nossa condição de criatura. Se relaciona ao *Oikos e a polis*: O *Oikos*, que língua grega é a casa, não está em oposição a *Polis*, o espaço público. Não é, portanto, o sentido apenas do doméstico, onde mora a família, mas o sentido de uma casa comum e do sentimento de pertença a um todo, como diz a Encíclica de Papa Francisco Laudato Si, numa visão sistêmica, do bem comum:

156. A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social.

157. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum (CAPRA, 2020, p. 7)

O Princípio Constitucional, expresso no artigo 3º da CF, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *Construir uma sociedade livre, justa e solidária* (BRASIL, 2021) . Justiça e solidariedade são elementos éticos para a prática de um bem comum, tanto na empatia, que é sentir junto e do mesmo modo, aquebrantando a hostilidade e o desprezo. A ação de Estado, por meio de políticas públicas de respeito à dignidade da pessoa humana e ações de direitos fundamentais que possibilita a ação coletiva dirigida ao que está em

Um outro aspecto da solidariedade é a ação desinteressada, que encontra na teoria da dádiva pensada por Maus (1993) a fundamentação sobre o dom. O dar, receber e retribuir é um movimento de poder sair de si e poder intercambiar e compartilhar, uma disposição generosa para com o outro, possui uma ambivalência entre a obrigação com o outro e a liberdade de agir. Ele vincula e libera.

Pesquisas recentes sobre hospitalidade, cuidado e prestação de serviços voluntários a terceiros demonstram as novas modalidades de dádivas que se abrem também para a cooperação e o acolhimento. As leituras contemporâneas da dádiva têm tido usos importantes em várias áreas, contribuindo para demonstrar a coerência lógica de iniciativas públicas relevantes como: economia solidária, democracia participativa, terapias integrativas na saúde e pluralismo religioso entre outros. (MARTINS, 2016, p. 29)

Na sociologia de Durkheim (1995) a solidariedade encontra um lugar privilegiado quando aborda a questão dos vínculos sociais nas sociedades modernas

(solidariedade orgânicas) diferenciando-os das sociedades pré-modernas (solidariedade mecânica). As formas solidárias orgânicas, na modernidade aparecem como uma obrigação moral de reciprocidade, mantendo os indivíduos ligados pela divisão social do trabalho, gerando interdependência e organicidade.

O contemporâneo radicalizou o sentido moderno de indivíduo em individualismo, promovendo laços líquidos entre os indivíduos. Como nos diz Bauman e Donskis (2017, p. 23)

O mal não está confinado às guerras ou às ideologias totalitárias. Hoje ele se revela com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos a compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso

Como uma cegueira moral, a variedade líquida moderna é a diaforização do padrão da relação consumidor-mercadoria, e sua eficácia baseia-se no transplante desses padrões para as relações inter-humanas. Se a solidariedade é o contrário do egoísmo e da liquidez, podemos afirmar que a prática da solidariedade é resistência, que golpeia a cultura do individualismo. Inversa ao individualismo, quebra o isolamento e a indiferença provocada pela lógica capitalista. Se entendida como dádiva, a solidariedade é anti-utilitarista, pois não produz sentido de objetificação do outro. Como recusa de um mundo mediado pelo consumismo e pelo individualismo, as ações solidárias convertem-se em estratégias para a construção de práticas comunitárias que colidem com a estrutura dominante da cultura capitalista contemporânea.

Na contracorrente do neoliberalismo em curso, a solidariedade não pode perder de vista a capacidade crítica e a potência, fomentadora de outras formas de relação social, baseadas no convívio comunitário e de valorização das pessoas. Como ação política e moral, não conduzirá a uma transformação infraestrutural, aos modos de uma revolução, mas poderá realizar uma transformação simbólica, cultural, capaz de destruir ou impactar o sistema econômico vigente.

#### **4 A TRAJETÓRIA DO GRUPO ESPÍRITA CASA DA SOPA E AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO SOLIDÁRIA EM REDE**

O Grupo Espírita Casa da Sopa é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos - OSC - que atua desde 1995 no campo da assistência social,

promoção da saúde e defesa dos direitos da população em situação de rua na cidade de Fortaleza-CE. Examinando a sua trajetória, identificamos quatro fases distintas que marcam a sua trajetória: a) O seu surgimento, com a sopa fraterna; b) A participação na construção da política pública para a população em situação de rua; c) A adesão a metodologia do tratamento comunitário; d) As estratégias de ação em rede durante a pandemia de Covid 19. Cada fase marcou suas dinâmicas internas, a sua relação com os movimentos e organizações parceiras. Essas fases são pensadas evocando a memória de seu conjunto de ações ao longo do tempo e são tipificações (como pensou Max Weber com relação às ações sociais).

**A primeira fase**, o seu nascimento como “Sopa Fraterna”, influenciou a identidade do grupo, o seu nome de fundação e sua vinculação com o movimento Espírita em Fortaleza. Teve sua gênese na União Espírita Cearense no ano de 1989, que tinha a distribuição de uma sopa, como uma de suas atividades, todas as sextas feiras no Centro da cidade para as pessoas em situação de rua. Tratava-se de um grupo, em sua maioria jovens, que levava além de sopa, água, música, alento e conversa. A fundação como organização não governamental, veio em 1995, com a saída do grupo do Centro Espírita com o desejo de expansão para outras ações. Primeiro sediou-se na Rua Solon Pinheiro, anos seguintes na Rua Assunção, onde permanece atualmente.

Percebeu-se nessa primeira fase uma característica humanista, que consubstancia as suas práticas até hoje. Uma forma de agir baseada no acolhimento, na espontaneidade desinteressada e amorosa. Como diz Paulo Henrique Martins em seu estudo sobre a dádiva como sentimento e como prática:

Uma espécie de dom, uma racionalidade expressiva que emerge do reconhecimento do outro como figuração psicológica e social amigável surge num contexto de ação pela qual agimos para o outro sem nenhuma expectativa de retorno obrigatório da doação inicial O dom agápico, que faz os indivíduos simplesmente poderem aparecer como um ser vivo, na sua expressividade natural, agindo sem equivalência ou contra dom. (MARTINS, 2016, p.24-25)

Influenciados pelos valores fraternos do Cristianismo, os jovens do iniciaram esse trabalho, eram como peregrinos nas ruas do Centro, que iam pela madrugada, numa experiência de alteridade capaz de mudar os rumos da precaução para benevolência, como diz Pimentel e Souza.

Se a indiferença é geradora de cegueira moral, poderemos, então, reconstituir as utopias do amor que pode vencer a indiferença. Uma ética que se exercita na convivência, isso porque todas as formas de amor nos tornam afetados; o amor erótico, a amizade e o amor ágape podem substituir à insensibilidade a dor e ao mal que se faz presente nos dias atuais (PIMENTEL; SOUZA 2015, p. 390).

O pioneirismo da Casa da Sopa aproximou o grupo para as políticas públicas no ano de 2006, com o convite para promover o seminário de preparação do Congresso Nacional de População de Rua, em parceria com a Pastoral do Povo da Rua, construiu mobilização dos diversos atores públicos e privados envolvidos com a pop rua nas discussões geradoras de propostas para a políticas públicas.

Desse modo, **a segunda fase da trajetória** da Casa da Sopa é de ampliação do entendimento da realidade da população em situação de rua, como problemática estrutural da realidade social e econômica brasileira e a necessidade de lutar por seus direitos. O grupo reuniu esforços no âmbito interno para a formação de seus voluntários, organizou grupos de estudos, ampliou o diálogo com pesquisadores e com outras organizações, fundou o Fórum de Rua de Fortaleza. O Fórum é um espaço que congrega organizações não governamentais, diversos segmentos da esfera pública, movimentos sociais e pesquisadores. Como sinaliza o próprio nome, é constituído de espaço de fala, discussão e deliberação conjunta num diálogo entre os atores envolvidos. Desde 2007, até os dias de hoje, vem discutindo diversas temáticas, dialogando e pressionando o poder público pelos direitos da população em situação de rua em Fortaleza.

Antes da constituição dos Comitês de Monitoramento da Política Estadual e Municipal, o Fórum de Rua atendeu aos propósitos de monitoramento e de controle social da política pública. Depois da criação dos Comitês, tanto no âmbito do Estado e do Município, permaneceu como espaço de ação política e de articulação em rede. A Casa da Sopa participou da coordenação do Fórum e até os dias atuais participa de suas ações, como também integra os Comitês Estadual e Municipal de Política Pública para População de Rua.

O Fórum de Rua de Fortaleza esteve presente no ato político que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2009, na cidade de São Paulo, com a participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Ministros de Estado, gestores públicos dos municípios e diversas organizações da sociedade civil. O ato marcou a história da população em situação de rua, numa era de visibilidade política, protagonismo social e conquista de direitos.

**A terceira fase** da trajetória da Casa da Sopa foi marcada por sua filiação a RAISSS – Rede Americana de Intervenção em Situação de Sofrimento Social<sup>4</sup> e pela implementação da metodologia do tratamento comunitário no âmbito das ações já existentes, desde o ano de 2012 até os dias atuais. A formação em Tratamento Comunitário significou a apropriação de um léxico novo, com significação que incluiu os termos: Rede subjetiva; rede de recursos; educador par, rede operativa, grupo meta, táticas, estratégias entre outros termos que fazem parte de um conjunto saberes práticos devidamente fundamentados no Manual de Trabalho 1 e suas diversas edições revisadas e ampliadas.

O Tratamento Comunitário é entendido como:

como um conjunto de processos no qual se articulam atores, conceitos, ações, instrumentos, práticas e recursos organizados cujo objetivo é promover o melhoramento das condições de vida das pessoas, grupos, redes vinculadas em situações de exclusão graves por diferentes razões (MILANESE, 2018, p. 77).

Metodologia que liga os atores de uma comunidade, gerando processos vinculativos, construindo redes de relações, identificados como recursos comunitários. As saídas do processo de exclusão são gestadas no próprio contexto em que vivem, sem a reclusão em comunidades fechadas e ou artificiais.

O Tratamento Comunitário marcou profundamente a forma como a Casa da Sopa se relacionou com a comunidade em que está inserida, ampliando as suas relações, que antes se restringiam ao grupo meta, para conectar-se a outros atores do território. Uma mudança paradigmática que promoveu o entendimento de que a população em situação de rua não é um sujeito passivo, o “irmãozinho sofredor”, mas sujeito de direitos, parceiros, com potencialidades, competências e habilidades. As ações passaram a ser vistas não como um serviço, onde há um servidor que serve a um receptor vulnerável, mas a formação de vínculos e sua potência na proteção social.

Significou ainda, estabelecer no seu campo de ação, as táticas e estratégias, visando mediar processos de inclusão, identificação dos recursos existentes na

---

<sup>4</sup> A RAISSS é composta por diversas organizações, em especial da América Latina, que atuam com segmentos populacionais vulneráveis/em situação de exclusão extrema. Fundada para apoiar comunidades marginalizadas, inclusive usuários de drogas.

comunidade em que estão inseridos e a criar suas redes operativas. Essa fase permanece fecunda na atualidade, produzindo saberes, com diálogo entre práticas espíritas, o campo de saber acadêmico e o intercâmbio com outras organizações da América Latina, ampliando as fronteiras de seu entendimento sobre as tecnologias de práticas sociais aplicadas a populações vulneráveis.

A pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, é outro marco importante para a trajetória da Casa da Sopa que trouxe novos desafios, a oportunidade de reinvenção e a consolidação da aplicação do Tratamento Comunitário. No cenário pandêmico, a segurança alimentar passou a ser prioridade e as ações visaram ao atendimento imediato e a redução de danos à população em situação de rua e a outros segmentos vulnerabilizados.

Com a determinação do isolamento social, logo no início, o quadro de voluntários da entidade ficou reduzido, exigindo que a equipe se fortalecesse com o apoio de pessoas da comunidade dispostas a atender naquele momento. Desse modo, o que era um problema, passou a ser uma oportunidade de renovação da equipe. Atualmente, o número de educadores pares é paritário aos de voluntários já antigos da Casa.

Durante o lockdown em Fortaleza, as organizações da sociedade civil se organizaram rapidamente, realizando ações imediatas para população em situação de rua, como distribuição de alimentos, água, materiais de higiene, máscaras, atendimento e orientação em saúde. Denominada informalmente de rede rua<sup>5</sup>, mobilizou recursos e pessoas dispostas a agir, formando parcerias, interagindo com diversos segmentos da sociedade, como empresas e universidades. As ações ocorreram em prédios cedidos, como escolas e igrejas e, no caso da Casa da Sopa, em sua própria sede, que aglutinou no primeiro momento as organizações que se revezavam nas ações.

Um sentimento de emergência humanitária guiou a rede para um agir colaborativo construindo pontes entre pessoas e organizações formando um traçado em rede solidária que não dispensou o discurso crítico e combativo, pressionado os gestores públicos para ações eficazes e urgentes para a população em situação de rua; favoreceu, de modo geral, a reflexão sobre a estrutura da sociedade, a escassez de muitos e a abundância de poucos.

---

<sup>5</sup> A rede rua foi composta inicialmente pelo Grupo Espírita Casa da Sopa, Pastoral do Povo de Rua, Núcleo de Psicologia Comunitária, Coletivo Arruaça, Pequeno Nazareno, Pastoral do Povo de Rua, Rede de Médicas e Médicos populares. Associação de Amparo à Pessoa com Tuberculose.



A ampliação da rede de amigos da Casa da Sopa foi visível, permitindo a captação de recursos e aplicação em projetos de combate à pandemia, dentre os quais a segurança alimentar, com a doação de cestas básicas, higiene pessoal, doações de máscaras e quites de higiene. Conectou com pessoas do território do Centro, a vizinhança, bem como pessoas de fora da comunidade que passaram a reconhecer na Casa da Sopa uma instituição de confiança para doação de recursos. O mesmo fenômeno aconteceu com outra rede comunitária: a rede subjetiva comunitária composta pelas pessoas com as quais os membros das equipes têm relações amigáveis (é destas redes que se organizam as redes operativas). No caso da Casa da Sopa em 2016 a amplitude da rede era de 95 pessoas, em 2019 de 273 pessoas, em 2020 de 369, em 2021 -até agora- de 374. De novo: a prescrição do isolamento social produziu, por debaixo das cinzas um aumento das pessoas em relação. O que Milanese (2020, p. 83) chama de permeabilidade, “[...] uma força que vem do exterior, recursos dos quais necessitam e tem direito para o seu desenvolvimento sustentável”.

Mesmo com restrições para a realização de atividades internas, a Casa da Sopa abriu seu espaço físico para um grupo de mulheres numa oficina de fuxico, integrando processos de fala e escuta, cuidados uma com as outras, potencializando a integração e o acolhimento. A experiência culminou na vinculação de quatro integrantes como “educadoras par” à equipe operativa, que atualmente colaboram no atendimento de outras mulheres em situação de rua.

Foi nesse movimento interno que o grupo redefiniu também a sua identidade visual, com uma logomarca nova “Grupo Espírita Casa da Sopa: Redes que cuidam” com o entendimento que o seu foco deve estar na formação de vínculos, fortalecimento de redes vivas e desenvolvimentos de potenciais dos sujeitos envolvidos. Na logomarca a imagem simbólica da casa e do abraço ganhou destaque, no intuito de prestigiar o sentido bem maior, acolhimento do Outro. Por fim, cabe ressaltar que a trajetória de 26 anos do Grupo Espírita Casa da Sopa é de abertura para o aperfeiçoamento de ações, visando sua atuação no terceiro setor, de diálogo com a sociedade de modo geral e de aprofundamento de suas ações com a população em situação de rua.

## 5 REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BAUMAN, Z.; DONSKIS, L. **Cegueira Moral: A perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

BRASIL, Constituição da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 13/06/2021.

BUTLER, J. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019

CAPRA , F. . Laudato si' - A ética ecológica e o pensamento sistêmico do Papa Francisco. **Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)**, v. 6, n. 2, p. 05–17, 2020

MARTINS, P. H.. A dádiva como sentimento e como prática: Desafios do agir amoroso no mundo da vida e dos sistemas. UFPE, **Realis** v.6, n. 01, 2016.

MARICATO, E. Exclusão social e reforma urbana. **Propostas**, Rio de Janeiro, n.62, p.51-56, set. 1994.

MILANESE, Efren. **Tratamento Comunitário**. 3ª ed.. São Paulo. Instituto Empodera, 2018.

MILANESE, Efrem. **Protagonismo da Comunidade: O sistema de Tratamento (SET)** In: LIMA, Maria da Gloria; BARROS, Raquel; OLIVEIRA, Máira Gussi et al. Tratamento Comunitário, Experiencia de um paradigma de transformação social. Brasília, Tecnopolity, 2020. E-book.

PIMENTEL, L. V. SOUZA, A. C. **A benevolência e a Precaução: elementos para pensar a cidadania**. In: Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II. Fortaleza: Imprece; Eduece, 2015.

RODRIGUES, J. A. FERNANDES, F. (Org). In: DURKHEIM, E. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1993.

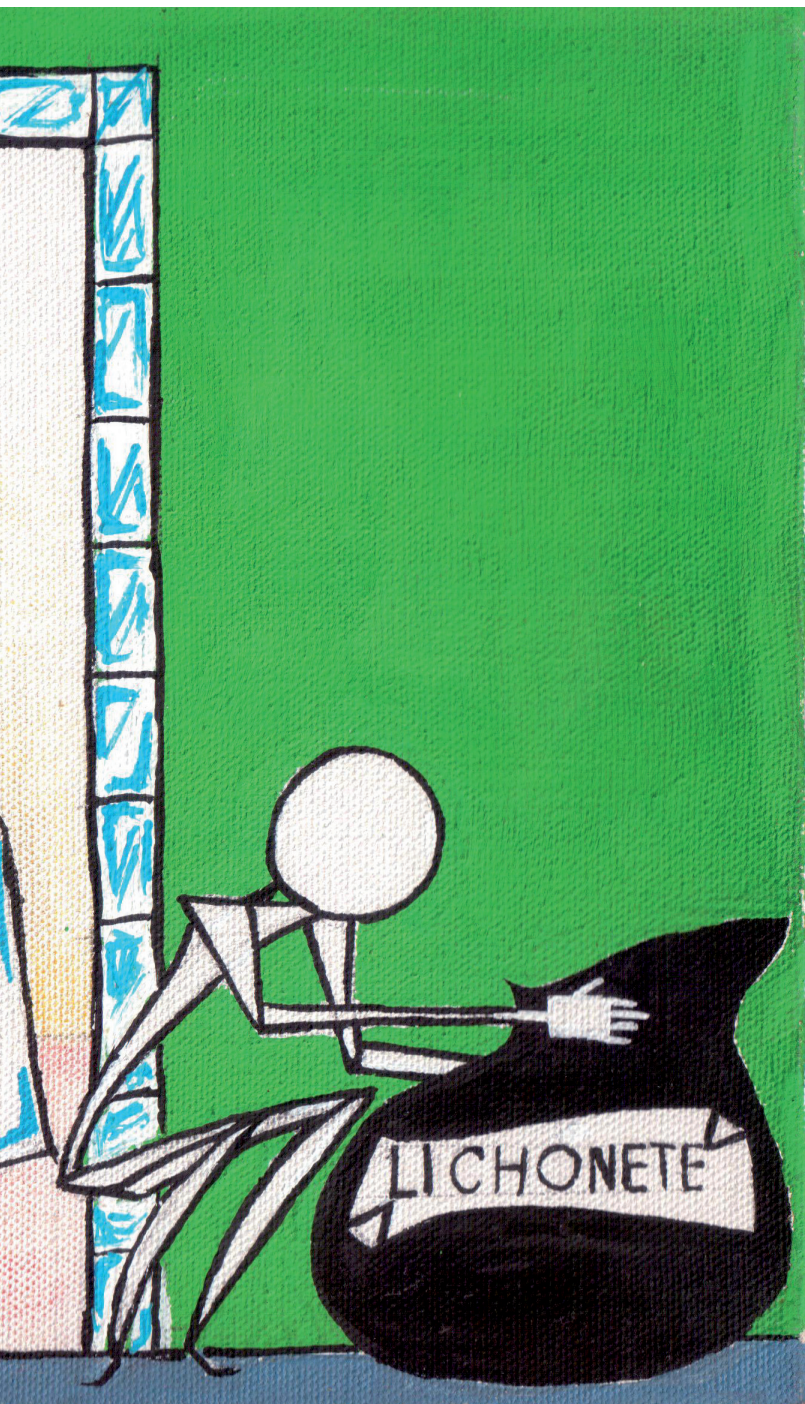
SPONVILLE, A. C. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fonte, 1999.



## **EIXO 2**

DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO TEÓRICA E  
METODOLÓGICA DO VIVER NAS RUAS







# Direitos humanos enquanto dimensão da pobreza de Pessoas em Situação de Rua

*Carlos Eduardo Esmeraldo Filho*

*Verônica Moraes Ximenes*

## 1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua tem sido considerada em sua complexidade e heterogeneidade, de modo que há uma multiplicidade de práticas e de modos de vida nas ruas. Apesar disso, tanto a literatura científica quanto o discurso das políticas públicas apontam que as pessoas em situação de rua têm em comum, além da falta de moradia fixa, a vivência da condição de pobreza extrema (BRASIL, 2009; SANTOS, 2013a). Destaca-se também a compreensão de que atualmente a situação de rua é determinada pelo processo estrutural característico da sociedade capitalista neoliberal, cuja lógica tem como resultado a produção da desigualdade e da pobreza. Essa população, portanto, materializa os processos de inclusão social perversa do atual modelo de sociedade.

Para compreender como as pessoas em situação de rua vivenciam condições de privação características da pobreza, partimos de uma perspectiva multidimensional, ou seja, a pobreza é analisada para além da mera dimensão monetária (SEN, 2000). Não significa deixar de levar em consideração a importância da renda, no entanto, a pobreza multidimensional implica em analisar bens, serviços e recursos relacionados a diferentes dimensões, tais como educação, habitação, trabalho, saúde, participação política, direitos humanos e os aspectos subjetivos da pobreza. Nessa perspectiva, a pobreza é entendida como privação de liberdade e de capacidades (SEN, 2000), de sorte que uma menor disponibilidade de recursos e funcionalidades implica em restrições de capacidades. As dificuldades de acesso à saúde e ao trabalho regular, por exemplo, prejudica a luta pela sobrevivência e o desenvolvimento das capacidades humanas.

No que se refere à população em situação de rua, algumas dessas dimensões abrangem privações mais intensas, tendo em vista a forte vulnerabilidade da vida nas ruas. Nessa lógica, sobressaem-se as más condições de acesso aos serviços de saúde e de educação, insegurança alimentar e nutricional e as várias violações de direitos humanos (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013; SANTANA;



CASTELAR, 2014). Ademais, são diversas as implicações psicossociais da pobreza e da situação de rua, com relatos de ruptura ou fragilização de vínculos sociofamiliares, práticas de discriminação, humilhação e vergonha (MOURA JR. et al., 2013), que se tornam ainda mais intensas devido às precárias condições de higiene e ao uso abusivo de drogas (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015).

Esse estudo se trata de um recorte de uma pesquisa maior, que mensurou a pobreza multidimensional de pessoas em situação de rua do município de Fortaleza-CE. Na ocasião, foram consideradas cinco dimensões para o cálculo da pobreza: Trabalho e Renda, Saúde, Educação, Direitos Humanos e Dimensão Subjetiva. A consideração da dimensão Direitos Humanos é uma inovação desta pesquisa, quando comparada a estudos anteriores que propuseram a mensuração da pobreza multidimensional. Justifica-se, tendo em vista que as diferentes privações de pobreza implicam uma série de desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano. No que tange às pessoas em situação de rua, além das privações relacionadas ao trabalho, educação e saúde, a ausência de moradia caracteriza claramente uma violação básica desses direitos.

Abordar pobreza a partir da especificidade da dimensão Direitos Humanos pode parecer infértil, no entanto, é fundamental estar atento às violações características e específicas da condição de estar e morar nas ruas, e que em muitos casos ocorrem a partir da ação ou da omissão do Estado e de seus agentes. Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar as privações de direitos humanos das pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE enquanto dimensão da pobreza multidimensional.

## **2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA E A DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS**

Na perspectiva multidimensional da pobreza, os direitos humanos são considerados como elementos importantes. Sen (2000), a esse respeito, destaca uma contradição da sociedade contemporânea, caracterizada, de um lado, por opulências, avanços na produtividade econômica e nas trocas comerciais, bem como nos sistemas políticos democráticos, acompanhados da universalização do conceito de direitos humanos e da valorização da liberdade econômica e política. No entanto, por outro lado, considera que persiste a pobreza, marcada por uma série de opressões e privações, nas quais se incluem violações de direitos humanos e de

liberdades políticas em várias partes do planeta. As privações inerentes à condição de pobreza implicam, nessa perspectiva, a precariedade do acesso a bens e serviços de saúde, educação, infraestrutura, liberdade política, dentre outros, que se traduzem em violação de direitos civis, sociais e políticos.

A compreensão de Nussbaum (2000) vai mais além dessa perspectiva, ao propor uma abordagem das capacidades humanas que coloca como central a ideia de dignidade humana. Para ela, quaisquer decisões políticas e econômicas devem se subordinar primeiramente a garantir oportunidades e liberdades que promovam a dignidade humana. Nesse sentido, é necessário promover uma condição global de equidade, de modo que seja respeitado um limiar mínimo de capacidades humanas que permitam o enfrentamento de discriminações e humilhações que promovem a indignidade.

Dessa forma, as abordagens multidimensionais da pobreza referem-se a elementos que se incluem na ideia de direitos humanos. Alguns aspectos básicos são definidos como centrais, tais como liberdade política, ou seja, a garantia de cidadania e de participação política (SEN, 2000); integridade corporal, que diz respeito à capacidade de se deslocar livremente de um lugar para outro, estar protegido contra violência, incluindo abusos sexuais, e ter oportunidade de escolha em termos de satisfação sexual e de reprodução (NUSSBAUM, 2000); e segurança física, que se relaciona tanto à proteção para a propriedade como para a pessoa (ALKIRE, 2007). Esses elementos também são centrais para refletir sobre a condição das pessoas em situação de rua, principalmente porque a vida na rua traz prejuízos para a cidadania, a integridade corporal e a segurança física.

Kehl (2004), ao fazer uma análise crítica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, coloca que o ser humano possui um potencial ilimitado cujo desenvolvimento não depende apenas dele sozinho, sendo necessário que condições mínimas de sobrevivência e de dignidade sejam asseguradas pelo Estado. Por outro lado, é inerente à condição humana a ideia de que o ser humano não é apenas objeto de proteção do Estado, pois deve ser encarado também e fundamentalmente como sujeito de direitos e de deveres para com a comunidade, ou seja, capaz de lutar politicamente pela coletividade e pelo bem comum. Santos (2013b) critica a hegemonia dos direitos humanos como principal vetor de garantia da dignidade humana, na medida em que na maioria das vezes a população é vista meramente como objeto do discurso dos direitos humanos.

No caso da situação de rua, no geral as pessoas têm poucas oportunidades para serem sujeitos de direitos, tendo em vista que as violações de direitos humanos são generalizadas. Segundo Furtado (2017), a moradia constitui um direito social fundamental, de modo que a sua falta é considerada uma grave violação de direitos humanos. Além disso, a habitação é um critério territorial para acesso a vários serviços públicos no Brasil, constituindo um instrumento de garantia de direitos humanos. A falta de habitação, juntamente com a situação de rua, determina outras violações de direitos humanos.

Sublinhamos aqui as dificuldades de acesso aos serviços públicos, por não possuir documentos e residência fixa ou por motivo de discriminação por parte dos trabalhadores (MOURA JR. et al., 2013), as ações higienistas que promovem remoções de indivíduos e grupos de espaços públicos (SCHMIDT; ROBAIMA, 2017) e a violência sofrida por essa população, inclusive por parte de agentes estatais, como a polícia e a guarda municipal (SICARI; ZANELLA, 2018).

Segundo estudo de Pimenta (2019), a violência aparece como um dos principais problemas apontados pelas pessoas em situação de rua. Ao responderem a pergunta “O que menos gosta na rua?”, das cinco respostas mais frequentes, quatro referem-se a algum tipo de violência: brigas entre as pessoas que estão nas ruas (20,1%), a discriminação de estar na rua (19,8%), a vigilância da polícia (11,8%) e os roubos entre as pessoas que estão na rua (10,8%). Já o principal medo foi apontado como o de ser assassinado e dormir e não acordar no outro dia (21,6%). Um dado relevante desta pesquisa é que o principal autor da violência contra a pessoa em situação de rua são os agentes estatais: policiais militares, policiais civis, funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana e da Secretaria de Meio Ambiente.

Furtado (2017), ao investigar denúncias de violações de Direitos Humanos, encontrou cinco tipos de violações mais frequentes junto às pessoas em situação de rua: negligência, discriminação, violência física, violência psicológica e violência institucional. Quanto à negligência, os casos mais frequentes referem-se à limpeza e higiene, alimentação e negligência em assistência à saúde. Os maus tratos e a lesão corporal foram os casos mais recorrentes no que se refere à violência física, no entanto também são comuns casos de homicídios, embora nem sempre sejam corretamente notificados (FURTADO, 2017). A violência psicológica, geralmente associada à física, refere-se a relatos de rejeição, humilhação, discriminação, hostilização, chantagem, calúnia, difamação, injúria e perseguição. A violência

institucional engloba a violência policial, abuso de autoridade e recusa no atendimento. Por fim, a discriminação foi considerada uma categoria diferenciada da violência psicológica, referindo-se a tratamentos diferenciados em relação a questões de gênero, origem, identidade de gênero, raça, religião, orientação sexual e origem social.

Carvalho e Moraes (2016) analisam que a falta de documentos torna o sofrimento subjetivo mais agravante, dificultando a busca por emprego formal e o acesso a benefícios sociais de geração de renda. Associado a isso, os autores destacam ainda outros agravantes, como o estigma de criminoso e de vagabundo, a violência da polícia e as relações hierarquizadas construídas entre as pessoas em situação de rua. Dessa forma, a violência advém da sociedade em geral, do Estado e de outras pessoas que estão em situação de rua. Situações comuns envolvem, ainda, a expulsão de espaços públicos ou proibição de frequentar alguns locais, conforme estudo de Pimenta (2019), cujos participantes relataram ser impedidos de ficar em lugares públicos (37,6%), entrar em transporte coletivo (33,7%), entrar em estabelecimentos (29,5%) e entrar em shopping center (19,9%).

A violência, também comum, dentro do próprio grupo de pessoas em situação de rua, seja na forma de roubos e furtos ou agressões físicas e assassinatos, é um tipo chamado por Freire (2018) de violência horizontal, que ocorre quando o oprimido não se dá conta da ordem social opressora: “Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também hospedado neles e nos outros” (FREIRE, 2018, p.68). É uma ideia parecida com a de Fanon (2005), que, ao abordar o contexto da violência sofrida pelos colonizados, entende que eles, como resultado do processo de colonização, vivenciam um permanente estado de tensão muscular e de alerta, o qual origina uma agressividade que, num primeiro momento, se volta contra seus próprios companheiros. Essas reflexões, embora tenham surgido em outro contexto histórico de uma realidade diferente, são profícuas para compreender a problemática das pessoas em situação de rua, na medida em que, ainda que façam parte de uma situação comum de indignidade e de injustiça social, vivenciam relações conflituosas e rixas que geram atos de violência pesada na rua. Um exemplo é o relato de um participante da pesquisa de Holanda (2018), o qual foi obrigado a fingir que estava dormindo, quando ao lado um grupo de pessoas em situação de rua usou barras de ferros, chutes e socos para espancar até a morte um outro companheiro em situação de rua que dormia ao lado.

Essas informações demonstram que, de modo geral, as violações abordadas na dimensão Direitos Humanos caracterizam o não reconhecimento das pessoas em situação de rua, ou seja, situações de desrespeito que, na visão de Honneth (2003), prejudicam a autorrelação do indivíduo (autoconfiança, autorrespeito e autoestima). Ao tomar como base as contribuições de Mead (2010), que compreende a construção da identidade humana como resultado do reconhecimento intersubjetivo, Honneth (2003) delimita três esferas do reconhecimento: o amor, os direitos humanos e o respeito. A primeira trata das relações primárias de afeto, que se desenvolvem nas relações familiares e se expandem para relações de amizade e amorosas. A experiência de relações de afeto e confiança possibilita a autoconfiança do indivíduo. A segunda esfera trata do reconhecimento jurídico, referindo-se à consideração do todo ser humano como sujeito de direitos, independentemente de seus papéis ou posição social, abrangendo direitos civis, sociais e políticos. O reconhecimento jurídico possibilita o autorrespeito. A terceira esfera do reconhecimento remete às relações de solidariedade e de estima social, que, diferentemente do reconhecimento jurídico, diz respeito às qualidades e valores particulares de indivíduos e grupos, sendo influenciado pelo status social. Sua violação prejudica a autoestima. Entendemos que as pessoas em situação de rua sofrem situações de desrespeito em todas essas esferas de reconhecimento intersubjetivo, na medida em que muitos deles vêm de uma história de violência familiar pregressa à ida para as ruas (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015), além de sofrerem várias formas de violações que abrangem o desrespeito aos direitos básicos e os preconceitos que os colocam como seres inferiores, subalternos (SAWAIA, 2007).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO E CENÁRIO DA PESQUISA**

Trata-se de uma pesquisa com delineamento misto, com uso das abordagens qualitativa e quantitativa. A quantitativa permitiu a mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) específico para as pessoas em situação de rua, bem como a mensuração de pobreza multidimensional. Conforme Michel (2009), a pesquisa quantitativa tem a vantagem de permitir maior precisão na obtenção dos resultados, mediante análises desde as mais simples e descritivas, até as mais complexas que determinam correlações estatísticas. Essa pesquisa analisou o IPM considerando apenas a dimensão direitos humanos.

Já a abordagem qualitativa possibilita aprofundar-se “[...] no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Essa etapa se adequou, portanto, ao estudo dos significados atribuídos pelas pessoas em situação de rua no que se refere às violações de direitos humanos pelos participantes.

No estudo da pobreza multidimensional no contexto das pessoas em situação de rua, a combinação das duas abordagens se mostrou pertinente, na medida em que, mediante os dados quantitativos, foi possível garantir a abrangência da complexidade e diversidade no interior dessa população, permitindo a construção de indicadores que facilitam a avaliação e formulação de políticas públicas (GEHLEN; SCHUCH 2012); e a abordagem qualitativa permitiu produzir uma compreensão mais aprofundada do modo de vida dessas pessoas e da forma como eles vivenciam e enfrentam as condições de privação na rua. A combinação das duas abordagens ofereceu, por conseguinte, a possibilidade de olhar para o objeto de estudo sob vários ângulos.

A pesquisa ocorreu no centro de Fortaleza-CE, local com maior quantidade de pessoas em situação de rua da cidade e onde estão localizados os principais serviços. A coleta de dados foi realizada com apoio de alguns desses serviços, tais como o Centro Pop do Centro, o Centro Pop do Benfica, o Centro de Convivência, a Casa do Povo de Rua e o projeto Corre Pra Vida.

### **3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Na etapa quantitativa, participaram pessoas em situação de rua de Fortaleza que frequentam os espaços públicos do centro da cidade e os equipamentos sociais definidos acima. Fizemos amostragem por conveniência, cujos critérios de inclusão foi ter no mínimo de 18 anos de idade e ter morado na rua por pelo menos seis meses. Para o cálculo do tamanho da amostra, consideramos o último censo realizado em Fortaleza, que encontrou a quantidade de 1718 pessoas vivendo nas ruas. A partir dessa população, o tamanho da amostra, para nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 5%, foi de 236 pessoas em situação de rua. Desses, 118 (50%) eram usuários do Centro Pop do centro, 74 (21,4%), do Centro de Convivência, 24 (10,2%) do Centro Pop do Benfica, 12 (5,1%), do Core pra Vida e 8 (3,4%), da Casa do Povo de Rua.

Considerando a amostra total, 205 (86,5%) se declararam do gênero masculino, 26 (11,1%) se declararam feminino, 4 (1,7%) responderam “outros” e um

participante não respondeu. A idade variou de 18 a 66 anos, com média de 38,8 anos (DP=11). Quanto ao tempo de situação de rua, o participante com maior tempo estava há 42 anos, enquanto o com menor tempo estava há seis meses em situação de rua. Com relação ao local de nascimento, 210 (88,98%) afirmaram ter nascido no Nordeste, dos quais 180 (76,27%) são do Ceará e 126 (53,39%), de Fortaleza, 16 (6,78%) são do sudeste, 3 (1,27%) de centro-oeste, 3 (1,27%) do norte e 1 (0,42%), do Sul.

Na etapa qualitativa, foram entrevistados seis participantes em situação de rua, sendo quatro homens (66,7%) e duas mulheres (33,3%). Devido às dificuldades oriundas da pandemia de Covid-19, a maioria dos participantes estava em processo de saída da situação de rua, ou por terem sido contemplados com moradia a partir do Programa Minha Casa Minha Vida ou por terem recebido o benefício do Aluguel Social<sup>1</sup>. Dessa forma, apenas uma participante estava dormindo efetivamente na rua. Quatro entrevistas foram feitas de maneira remota, mediante uso da ferramenta de reuniões on-line Zoom, e duas entrevistas foram realizadas presencialmente. Detalhamos abaixo informações acerca dos perfis dos participantes dessa etapa com a atribuição de nomes fictícios:

- Machado foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 18 de setembro de 2020. Tinha 37 anos na ocasião da entrevista, solteiro, estudou até o ensino médio, morou na rua por 1 ano e 8 meses e há 2 anos saiu da situação de rua após ser contemplado com moradia em conjunto habitacional pelo Programa Minha Casa Minha vida. Quando estava em situação de rua, teve a oportunidade de participar de atividades artísticas proporcionadas pelos serviços municipais de atenção a essa população. Devido ao talento artístico, foi convidado para ser educador social de um equipamento social vinculado à prefeitura de Fortaleza.
- Jorge foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 29 de setembro de 2020, tinha 51 anos na ocasião, solteiro, tem nível superior completo no curso de Ciências Sociais, morou durante dois anos na rua e saiu da situação de rua há cerca de três anos. Há dois anos foi beneficiado pelo

---

<sup>1</sup> Benefício municipal concedido a pessoas em situação de rua ou moradores de áreas de risco, que consiste num pagamento mensal no valor de R\$ 400,00 durante o período de um ano. Consideramos como processo de saída da situação de rua, pois muitos continuam frequentando espaços públicos para trabalhar ou acabam voltando a morar nas ruas após o fim do período de um ano

Programa Minha Casa Minha Vida, recebendo moradia em conjunto habitacional. Estava desempregado e recebendo o benefício do auxílio emergencial.

- Oliver foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 10 de outubro de 2020. Tem 40 anos, é casado, estudou até a quarta série, morou por três anos na rua, saiu da situação de rua havia cinco meses, desde que obteve o benefício do aluguel social.
- Alex foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 14 de outubro de 2021. Tem 35 anos, é casado, estudou até a sétima série, afirmou possuir renda mensal de aproximadamente R\$ 600,00, trabalha como vendedor ambulante no centro da cidade, próximo ao quitinete onde reside. Morou na rua durante dois anos e saiu da situação de rua há cerca de um ano, quando passou a receber o benefício do aluguel social.
- Eva foi entrevistada na quitinete onde reside, no dia 20 de outubro de 2020. Tem 37 anos de idade, está em união estável e estudou até a quarta série. No momento da entrevista, estava vivendo da renda de R\$ 600,00 referente ao auxílio emergencial. Morou durante 4 anos na rua e está em processo de saída da situação de rua há um ano e meio. Atualmente mora numa quitinete no centro da cidade com seu companheiro.
- Clara foi entrevistada no Centro Pop localizado no centro de Fortaleza, em 02 de dezembro de 2020. Tem 43 anos de idade, na ocasião da entrevista estava em situação de moradia nas ruas havia cerca de 10 anos e não trabalhava. Morou seis anos nas ruas de Fortaleza, depois migrou para o município de Parnaíba-PI, onde também esteve em situação de rua por quatro anos. Na data da entrevista, tinha retornado a Fortaleza havia apenas um dia.

### **3.3 A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO**

O instrumento de coleta dos dados quantitativos foi um questionário com itens organizados a fim de possibilitar a mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) e a investigação das principais categorias pertinentes ao objetivo do estudo, tais como violência e discriminação em serviço público. Além do instrumento para cálculo do IPM, também fazem parte do questionário a Escala de Discriminação Cotidiana e a Escala de Percepção de Suporte Social. Para a mensuração da Pobreza Multidimensional, o instrumento considerou as



dimensões Trabalho/Renda, Educação, Saúde, Direitos Humanos e Dimensão Subjetiva, totalizando 109 itens, a maioria deles formados por perguntas fechadas. Nesse estudo, apresentamos especificamente a dimensão Direitos Humanos, de modo que nas análises não foram consideradas a Escala de Discriminação Cotidiana e a Escala de Percepção de Suporte Social.

O instrumento para mensurar o IPM foi construído inicialmente a partir das iniciativas de Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2019), que construíram o questionário com base em estudos anteriores, que adotaram a perspectiva multidimensional da pobreza, tais como a pesquisa sobre o índice de Pobreza Multidimensional do Programa das Nações Unidas (PNUD, 2010); a investigação sobre indicadores de Pobreza Multidimensional (COMIN et al., 2007) e de Pobreza Multidimensional Extrema de Ávila, Bagolin e Comin (2012), em Porto Alegre-RS; o estudo de Qizilbash e Clark (2005), na África do Sul; a investigação de Lelli (2001), na Bélgica; e o estudo de Chiappero-Martinetti (2000) na Itália.

Para a construção do questionário, que foi adaptado do instrumento utilizado por Ximenes et al. (2019) ao investigarem pobreza em comunidades rurais, retiramos a dimensão habitação, tendo em vista a ausência de moradia fixa da população em situação de rua, e incluímos a dimensão Direitos Humanos, que se constitui numa inovação em cálculo do IPM, que objetiva investigar as privações no que tange às violações de direitos humanos. O instrumento foi finalizado após passar pela aprovação de cinco juízes com experiência em pesquisas junto à população em situação de rua.

A dimensão Direitos Humanos, portanto, corresponde à inovação dessa pesquisa, tendo em vista que não foi incluída em estudos anteriores de mensuração do IPM. Devido às intensas privações de pessoas em situação de rua, no que se refere à violência e barreiras de acesso aos serviços públicos, essa dimensão se revelou importante para a mensuração e compreensão da pobreza multidimensional dessa população. Nesse aspecto, são comuns queixas de recusa ao atendimento em Unidades de Saúde por não possuir documento ou por não ter comprovante de residência. Também há casos de discriminação por parte de trabalhadores de serviços públicos, que em algumas situações é agravada pelo estigma de usuário de drogas.

Outra categoria abordada nessa dimensão é a violência, com a qual a população em situação de rua convive diariamente, seja devido a rixas com outras pessoas nas ruas seja devido à violência da polícia, guarda municipal e sociedade

em geral. Os itens que abordam essa categoria foram adaptados de um índice de pesquisa domiciliar sobre violência, proposto por Diprose (2007) com o objetivo de compor um instrumento de pobreza multidimensional. O índice proposto divide-se em três grupos de indicadores: o primeiro trata da violência contra a propriedade; o segundo, as violências e ameaças contra a segurança física; e o terceiro corresponde à percepção de segurança e de ameaça. Fizemos a adaptação para usar os indicadores acerca da violência física para pessoas em situação de rua e um item para avaliar a percepção de aumento da violência na rua nos últimos anos. Dessa forma, os itens abordam especificamente furto ou roubo, agressão física sem arma, ataque com arma de fogo, espancamento ou ataques com facas ou outros objetos e violência sexual. Incluímos o item que investiga o autor da agressão, de modo a compreender a motivação da violência, bem como identificar a proporção de violência cometida por agentes estatais contra pessoas em situação de rua, que permite a análise da violação de direitos humanos resultante não somente da omissão, mas da ação do Estado. Estão incluídos ainda nessa dimensão a discriminação em serviço público e a remoção ou proibição de usar algum espaço público, que indica possíveis ações higienistas nas ruas.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

As análises dos dados quantitativos foram feitas com o auxílio do software de análises estatísticas SPSS, versão 21. Inicialmente realizamos a tabulação dos dados dos questionários e, após limpeza do banco de dados, fizemos Análises de Variância (ANOVA), Análises de Correlações, teste t de Student, teste de Qui-Quadrado e Estatísticas Descritivas. O IPM foi calculado conforme proposta apresentada por Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2016), considerando somente a Dimensão Direitos Humanos, incluímos oito indicadores, abordados nos seguintes itens do questionário: quantos documentos você possui? Você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento? Com que frequência foi roubado ou teve objetos furtados na rua? Com que frequência você foi esmurrado, empurrado e/ou chutado na rua? Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado ou atacado com uma arma na rua? já sofreu violência policial? você já sofreu discriminação em algum serviço público? Você já foi obrigado por alguém a se retirar de algum espaço público e/ou privado?

A mensuração do IPM segue uma metodologia *fuzzy*, que, diferentemente de uma lógica binária, implica num contínuo cujas medidas variam de 0 a 1.

Dessa forma, para cada indicador de cada dimensão, foi feito um cálculo que variou de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a pobreza, e quanto mais próximo de 1, maior a pobreza multidimensional. Os cálculos para cada indicador, bem como a média de todos os indicadores, que corresponde ao IPM, foram realizados por meio do software de análises estatísticas SPSS.

Para que fosse possível esse cálculo, selecionamos indicadores para todas as dimensões e atribuímos valores às respostas e notas de corte para cada indicador. No caso da variável dicotômica (com opção de respostas limitadas a não ou sim), que é o caso do indicador *violência policial*, atribuímos valor 0 ou 1. No caso das politômicas, conforme proposta de Ávila, Bagolin e Comin (2012), Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2016), foi feita a harmonização das respostas, a fim de que elas se mantivessem no intervalo de 0 a 1.

Na etapa qualitativa, foram feitas entrevistas de setembro a dezembro de 2020, com seis participantes em situação de rua, sendo quatro homens (66,7%) e duas mulheres (33,3%). Devido às dificuldades oriundas da pandemia de Covid-19, a maioria dos participantes estavam em processo de saída da situação de rua, ou por terem sido contemplados com moradia a partir do Programa Minha Casa Minha Vida ou por terem recebido o benefício do Aluguel Social<sup>2</sup>. Dessa forma, apenas uma participante estava dormindo efetivamente na rua. Quatro entrevistas foram feitas de maneira remota, mediante uso da ferramenta de reuniões on-line Zoom, e duas entrevistas foram realizadas presencialmente. O instrumento de coleta de dados utilizado na etapa qualitativa foi a entrevista individual, que objetiva analisar as significações e vivências dos participantes da pesquisa, compreendendo como se manifesta a pobreza e quais as condições de privações das pessoas em situação de rua.

Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizada a análise temática de conteúdo (BARDIN, 2011). Essa etapa abrangeu três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados (BARDIN, 2011). A pré-análise consistiu na sistematização das ideias obtidas, mediante transcrição dos seis arquivos com as entrevistas para texto, leitura flutuante das entrevistas

---

<sup>2</sup> Benefício municipal concedido a pessoas em situação de rua ou moradores de áreas de risco, o qual consiste num pagamento mensal no valor de R\$ 400,00 durante o período de um ano. Consideramos como processo de saída da situação de rua, pois muitos continuam frequentando espaços públicos para trabalhar ou acabam voltando a morar nas ruas após o fim do período de um ano

transcritas, organização das informações propriamente dita e leitura exaustiva de todo o material textual. A segunda etapa consistiu na exploração do material, com a definição das categorias de análise. Por fim, na última etapa foram feitas as interpretações propriamente ditas, articulando categorias surgidas na decodificação com as categorias analíticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico.

Para facilitar as análises, utilizamos o software ATLAS ti 5.2, cujos recursos se revelaram adequados à técnica de análise adotada. Os arquivos com as transcrições das entrevistas foram convertidos para o formato *rich text format* do editor de texto *word* e adicionadas ao Atlas ti, compondo os seis documentos primários (*Primary Documents – Pdocs*) que fizeram parte da Unidade Hermenêutica, ou seja, do *corpus* da análise qualitativa. As categorizações foram feitas mediante eleição de *Quotations*, ou seja, as unidades de sentido presentes nos relatos dos entrevistados, que, por conseguinte, foram vinculadas às *codes*, que são as subcategorias de análise. Depois de feita essa vinculação em todos os documentos primários, agrupamos as subcategorias às categorias centrais do estudo, conforme demonstra o quadro 1.

**Quadro 1** – Categorias e Subcategorias da análise qualitativa da pesquisa

<b>Categorias centrais</b>	<b>Subcategorias</b>
POBREZA	Aspectos gerais de pobreza
	Dimensão Trabalho/renda
	Dimensão Direitos Humanos
	Dimensão Saúde
	Dimensão Educação
	Dimensão Subjetiva
OPRESSÃO	Relações familiares e sociais
	Preconceito e discriminação
ENFRENTAMENTO	Apoio Social
	Práticas individuais de enfrentamento
	Práticas coletivas de enfrentamento

Fonte: Elaborado pelo autor e autora

## 4 ANÁLISE DA DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA

O IPM da Dimensão Direitos Humanos, conforme pode ser conferido na Tabela 1, apresentou média de 0,34 (DP=0,21). É importante destacar que o indicador que teve menor média refere-se ao item sobre a posse de documentos (M=0,17; DP=0,37), o que contribuiu para reduzir a média final do IPM. Isso se deve ao fato de que a maioria dos participantes, 83,5%, afirmaram ter pelo menos um documento, provavelmente devido ao fato que os questionários foram aplicados no interior de entidades sociais que oferecem serviços específicos para pessoas em situação de rua. Também por esse motivo, o IPM referente ao item “você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento”, também está entre os que apresentaram média mais baixa.

**Tabela 1** – Média do IPM para Dimensão Direitos Humanos e seus Indicadores

	<b>M</b>	<b>DP</b>
<b>IPM Dimensão Direitos Humanos</b>	<b>0,34</b>	<b>0,21</b>
Quantos documentos você possui?	0,17	0,37
Você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento?	0,26	0,33
Com que frequência foi roubado ou teve objetos furtados na rua?	0,51	0,37
Com que frequência você foi esmurrado, empurrado e/ou chutado na rua?	0,37	0,38
Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado ou atacado com uma arma na rua?	0,22	0,31
Se já sofreu violência na rua por parte de quem veio a agressão? Polícia?	0,51	0,50
Você já sofreu discriminação em algum serviço público?	0,33	0,36
Você já foi obrigado por alguém a se retirar de algum espaço público e/ou privado?	0,37	0,31

Fonte: Elaborado pelo autor e autora

A discriminação sofrida pelos participantes no serviço público é um outro indicador importante da Dimensão Direitos Humanos, o qual apresenta relação significativa com a pobreza multidimensional (item “*Você sofreu discriminação em algum serviço público*”). Considerando esse indicador, 55,3% dos participantes

responderam já ter sofrido discriminação em algum serviço público sendo que 30,8% do total da amostra responderam que isso aconteceu muitas vezes ou quase sempre. Ainda a respeito desse item, os participantes que afirmaram ter sofrido discriminação no serviço público apresentaram maior média Humilhação ( $t(233)=-6,564$ ,  $p<0,05$ ), Vergonha ( $t(234)=-3,099$ ,  $p<0,05$ ) e Violência Policial ( $t(213)=-5,800$ ,  $p<0,05$ ). Esse dado revela que essa discriminação, além de representar uma barreira de acesso aos serviços públicos, está relacionada a outras violações, incluindo o que Furtado (2017) chama de violência psicológica, a qual abrange discriminações diversas, rejeição, difamações e humilhações.

A respeito da discriminação em serviço público, um dos entrevistados destacou que as pessoas em situação de rua só são bem atendidas nas unidades de saúde se forem acompanhados por algum profissional de equipamentos assistenciais, de modo que frequentam esse serviço apenas em caso de urgência, como forma de evitar discriminações.

*Pra posto de saúde, quem tá em situação de rua só vai em último caso, só vai quando já tá assim pra não aguentar, porque tem o preconceito, você chega lá e já bate o preconceito mesmo se você chega, se chegar um morador de rua desacompanhado de um profissional, ele é mal atendido, ele é bem atendido se, por exemplo, hoje em dia eu sou educador social, eu tenho meu crachá eu tenho a camisa do do coletivo então eu chego lá, eu tenho identificação de que eu sou profissional, eu chego lá com uma pessoa que tá em situação de rua, eles vão me receber e receber a pessoa super bem, mas se essa mesma pessoa chegar lá sozinha, ela não vai ser bem recebida, não vai, de jeito nenhum, porque já aconteceu muito de pessoas, é... em cima da praça, vê camarada em cima da praça com febre, com com com ferida inflamada, e o cara se automedicar dizeno eu num vô, é... desculpa num ter outra palavra, pa porra daquele hospital ou pa porra daquele posto porque chegar lá vão me barrar, vão me humilhar eu vô ficar com raiva, vou me estressar, então preu num ter raiva eu prefiro ficar aqui; cansei de ouvir isso, cansei de ver cara em cima da praça morre num morre, preferir ficar ali correr o risco de piorar e morrer que ir no hospital por causa que a galera cansa, sabe, ninguém quer ser, é, ofendido [...]* (Machado)

De forma geral, são vários os estudos que demonstram a intensidade das violações de direitos humanos e violência de que sofrem as pessoas em situação de rua, como, por exemplo, as discussões de Amorim, Nobre, Coutinho e Oliveira (2019), que, em pesquisa realizada em Natal, encontraram que 14,5% dos participantes foram impedidos de entrar em instituições e 39% sofreu algum tipo de

discriminação e violência em serviço público. Esses dados revelam violações dos direitos das pessoas em situação de rua, inclusive dos que foram conquistados após o Decreto no. 7053, como decorrência do aumento do conservadorismo e da violência, desafiando os trabalhadores que atuam na execução de serviços voltados às pessoas em situação de rua (MEDEIROS; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019)

No que se refere à violência, outra variável da Dimensão Direitos Humanos, a frequência de violência contra os participantes que responderam ao questionário é significativa, sendo que pelo 87,3% da amostra afirmou ter sofrido algum tipo de violência. Ademais, 24,1% respondeu ter sido vítima de atentado com arma de fogo. Conforme Tabela 2, os tipos de violência mais frequentes foram o roubo e furto, na medida em que 75,6% dos participantes afirmaram ter sido vítimas pelo menos uma vez, seguido de agressão física sem arma, com 58,5% vítimas uma vez ou mais, e de violência física mais grave ou com arma branca (42,8%). A violência sexual apareceu com menor frequência (6,5%).

**Tabela 2** – Frequência e porcentagem da violência

	Nunca		1 vez		2 a 3 vezes		4 a 5 vezes		Mais de 6 vezes		Não respondeu	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
<b>Com que frequência, no período em que você esteve em situação de rua, você:</b>												
Foi roubado ou teve objetos furtados no período	50	21,2	37	15,7	56	23,7	25	10,6	62	26,3	6	2,5
Foi esmurrado, empurrado e/ou chutado	98	41,5	37	15,7	37	15,7	21	8,9	43	18,2	0	0
Foi espancado, esfaqueado, queimado, afogado ou atacado com uma arma (pau, garrafa)	133	56,4	46	19,5	23	9,7	15	6,4	17	7,2	2	0,8
Sofreu violência sexual	219	92,8	7	3,0	3	1,3	0	0,0	5	2,1	2	0,8

Fonte: Elaborado pelo autor e autora

Os resultados das entrevistas foram coerentes com esses dados, tendo em vista que todos os entrevistados se referiram à intensa exposição a riscos de violência

que a situação de rua provoca. Os relatos a esse respeito referem-se principalmente ao medo de ser agredido ou assassinado enquanto dorme. No caso da violência física, os participantes que não sofreram efetivamente agressões físicas, presenciaram agressão grave ou assassinato, enquanto estiveram em situação de rua.

*Quando você dorme na rua, você não sabe se cê vai acordar, porque você tá dormindo ali, pode passar uma pessoa, e ela te confundir com outra, e te matar dormindo; e isso já aconteceu comigo, escapei por pouco, já aconteceu com pessoas que eu conheci, né, teve um rapaz que... que eu não vou lembrar do nome dele, mas assim que eu cheguei, eu vi ele algumas vezes na praça e ele morreu dessa forma, ele se deitou lá em frente o cemitério São João Batista e vinha um outro irmãozím de rua, e o irmãozím passou por ele, tal, o irmãozím tava bruxo, tava drogado, confundiu ele com um desafeto, voltou, e matou ele ali dormindo, então... isso é uma coisa que pode acontecer, acontece bastante e... é uma coisa que eu tinha medo e que quase aconteceu comigo (Machado)*

*Fui acordado de baixo de... de... de baixo de chute, né? ...por causa de uma pessoa que eu num conhecia (Alex)*

Outro relato sintetiza a cotidianidade da violência na rua, ao se referir a uma certa naturalização da violência, que é tão comum que às vezes é encarada como algo normal. Paradoxalmente, por outro lado, para quem não está em situação de rua, a violência é invisível, pois acontece às escondidas.

*Ah! E o que mais me incomodava... Tem a questão da violência, porque fica naturalizada né? Outro dia, teve um acerto de contas do meu lado. Eu paralisado. Num tinha o que fazer. Num... num dá nem... num dá nem pra sentir medo. O cara falou “fica aí”, aí eu... “certo”. Aí atiraram no cara do meu lado, eu fiquei quieto, aí pronto, acabou. E pronto. Não... eu fiquei... quieto. Assim, aí fica dois dias sem dormir... porque eu fico dois dias sem dormir, os outros... Eu tinha... a gente foi numa peça de teatro, num lugar aí, na, vêi... na semana, bateram num cara de pau, quase mataram o cara e mataram um cara. Eu cancelaria. Eu. Eu cancelaria. Os caras fizeram como se nada tivesse acontecido. Só que o estrago no inconsciente da... o estrago... Porque num vai falar que é normal. Não é normal. A morte não é normal. Normal, assim, num senhor de noventa e cinco anos... né? Falência múltipla de órgão... a gente já fica chateado, imagina uma coisa assim? Então as pessoas são muito... doentes. Naturaliza tudo. Naturaliza... entendeu? (Jorge)*



Considerando os grupos que sofreram violência física na rua (item com que frequência você foi esmurrado empurrado e/ou chutado na rua), o teste *qui quadrado* ( $\chi^2(5) = 32,403, p < 0,05$ ) demonstrou diferença significativa entre os que pedem e que não pedem dinheiro, de modo que nesse grupo há uma proporção maior de pessoas que pedem dinheiro, ou seja, as pessoas que exercem mendicância, provavelmente pela maior exposição à estigmatização, são também as que mais sofrem violência física. Esses resultados apontam que a violência é um importante indicador para a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua.

Para Butler (2019), o ser humano é desde o início entregue ao outro, ou seja, marcado pela vulnerabilidade primária a outros seres humanos, estando exposto tanto ao toque como à violência. A violência seria, portanto, o signo mais cruel dessa vulnerabilidade primária. Um ponto que merece destaque é o fato de que essa vulnerabilidade é socialmente desigual, pois “[...] torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é um modo de vida e os meios para garantir a autodefesa são limitados” (BUTLER, 2019, p. 49). Esse é o caso das pessoas em situação de rua, pois, além de seus corpos estarem muito mais vulneráveis à violência devido à intensa exposição, também são julgados como subcidadãos.

As várias formas de violências sofridas pelas pessoas em situação de rua vão muito além das abordadas nos itens do questionário, no entanto, o cruzamento entre os dados do questionário e os relatos das entrevistas demonstra a abrangência das violências como fenômeno característico do desrespeito aos direitos humanos dessa população, incluindo não somente a violência materializada diretamente no corpo, mas também a violência simbólica, humilhações, a discriminação e recusa de atendimento em serviços públicos e a invisibilização. Nonato e Raiol (2018) citam ainda pauladas, espancamento, apedrejamentos, evenenamentos, remoções forçadas, internações arbitrárias e recolhimento de pertences.

Essas violências se inserem no círculo perverso de exclusão, referidas por Amorim et al (2019) como um ciclo no qual a desigualdade social e o desemprego levam as pessoas para a situação de rua que, sendo estigmatizadas como marginais e criminosas, encontram barreiras que dificultam o acesso a melhores condições de vida, reforçando o processo de exclusão. As consequências vão desde adoecimento seguido de morte a várias formas de violências. Para esses autores, a negligência e omissão estatal tem como resultados graves violações de direitos humanos, incluindo o extermínio dessa população.

Os agressores apontados pelos participantes da pesquisa, tanto na etapa quantitativa quanto na qualitativa, ajudam a entender melhor o contexto da violência que cerca as pessoas em situação de rua na cidade. Nesse aspecto, os principais autores da violência contra os participantes são policiais (46%) e outras pessoas em situação de rua (43,5%). Corroborando as considerações de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), as pessoas em situação de rua aparecem tanto como autores como vítimas da violência. Destacam-se a violência física e também roubos e furtos (Tabela 2).

A explicação para chamada violência horizontal, quando a agressão é cometida por outra pessoa em situação de rua, é complexa, pois embora possa ser identificada a construção de relações afetivas, também são comuns conflitos e disputas entre essas pessoas (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019). Os relatos abaixo demonstram esses conflitos, os quais sinalizam violências relacionadas aos crimes, mas também regras rígidas de convivência na rua, com punições muitas vezes severas. Para Silva et al. (2020), as regras construídas na rua, que são duras e marcadas por violência, são recursos para impor respeito e dominação. Desse modo, o ato de violência pode ser uma necessidade de se defender, por orgulho pessoal ou pela cobrança dos outros em relação a reagir a alguma situação de violência (SILVA et al., 2020).

*Eu já vi gente querer formar pros outros sem fazer nada, e matar a pessoa assim, e eu pegar tá num canto assim e am nós vamos matar ele ali, porque ele fez isso e assim assim e, e você não poder fazer nada né, num poder ajudar né, num poder ajudar num poder fazer nada e eu ir mimbora, isso aí deus já me dava vários livramentos também dos outro pegar pau pra vir bater em mim, pra querer bater em mim, eu já briguei na rua muito, já briguei na rua também, tendeu? mar nunca roubei não, graças a deus (Eva)*

*Agora, as crianças vivem se metendo com tráfico e num paga. Compra e num paga, aquelas conversa... porque, assim, isso é suicídio, cara. Todo mundo sabe a regra do jogo. Porque que faz isso? Entendeu? É uma sentença de... eu falei pras meninas... é sentença de morte na rua. Morre dois, três por... por... por semana. Entendeu? E é tudo sinalizado, é tudo organizado... de arrancar mão, de tiro na mão, corta cabe... tudo sinalizado. (Jorge)*

Também é importante analisar a violência estatal, representada aqui pela violência cometida pela polícia contra as pessoas em situação de rua. No IPM da Dimensão Direitos Humanos, o item que considera a violência da polícia é

o que apresenta maior média (M=0,51; DP=0,51). Os relatos dos participantes das entrevistas sinalizam que a violência da polícia faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua. De forma geral, os participantes relatam ter sofrido ou presenciado agressões da polícia contra pessoas nas ruas. No relato de Machado, todos que estão na rua são abordados de forma violenta, ainda que somente alguns cometam crimes. Duas situações específicas relatadas por esse participante ilustram a violência policial contra as pessoas em situação de rua: a primeira trata da realização do Festival de Cinema Cine Ceará, na Praça do Ferreira, centro de Fortaleza-CE. Na ocasião, policiais abordaram violentamente pessoas em situação de rua que estavam na praça, no entanto os que estavam com a camisa do festival foram poupados.

*O policial chegou, identificou a camisa do Cine Ceará, mandou os dois rapazes que tavam com a camisa do Cine Ceará se afastar e os outros eles encostaram na parede e começaram a agir com arbitrariedade, com... spray de pimenta, iam dando alguns chutes, dizendo que os rapazes tinham ido cometer um assalto na parada de ônibus o que não tinha acontecido né, porque os rapazes que tavam com os meninos lá do Cine Ceará eles já tavam perto ali da gente já há algum tempo, então... talvez eles tenham até confundido com outra turma que tivesse feito isso mas já chegou de uma forma arbitrária [...] (Machado)*

Na outra situação relatada pelo mesmo participante revela que a violência da polícia acontece inclusive dentro dos equipamentos sociais voltados para o atendimento das pessoas em situação de rua: no referido relato, foi marcante a fala de um policial que entrou no Centro Pop e falou que queria colocar fogo em todo mundo que estava dentro do equipamento.

*Aconteceu da polícia chegar lá e... duas vezes entrar lá, e entrar com arbitrariedade entrar tratando todo mundo de forma escrota, atrás de dois duas pessoas que tinham, é, cometido uma fita, feito um assalto, quando chegou lá enquadrando todos os homens dentro do equipamento de uma forma bem escrota porque tipo assim ai é um equipamento que que que aceita vagabundos, pra você ter ideia teve um policial que quando chegou foi dizendo assim se eu tivesse poder, eu trancava todas essas portas aqui agora e tacava fogo em todo mundo aqui dentro, ele falou essas palavras, eu nunca vou esquecer enquanto eu viver na minha vida [...] tinham mulheres, tinha crianças lá dentro (Machado)*

Esses resultados são semelhantes aos de outras pesquisas, como a de Pimenta (2019), na qual os agentes estatais foram apontados como os autores mais frequentes das agressões contra as pessoas em situação de rua, e ao estudo de Amorim et al. (2019), que também encontraram relatos que chamam a atenção para a violência estatal, compreendida como uma ação de higienização social.

Nesse aspecto, a população em situação de rua faz parte das classes de pessoas às quais, conforme Moreira e Frota (2014), é atribuído um potencial de perigo que contribui para a sua desumanização, negando-lhes os direitos fundamentais. Como resultado, ao identificarem elementos formuladores da suspeita, fundada no estigma e preconceito, as forças policiais acabam excedendo-se nas suas funções, de modo que a arbitrariedade e o autoritarismo constituem aspectos da cultura policial dominante.

A violência da polícia, enquanto parte da violência estatal, constitui ação de higienização e a limpeza urbana, que, vinculada à lógica neoliberal do mercado financeiro e das grandes corporações, parte da criminalização da pobreza e ocorre mediante ações repressoras, contribuindo assim para a manutenção das estruturas de poder (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019). As ações higienistas e repressivas também se devem à naturalização da pobreza e à culpabilização dessa população pelos problemas e desajustes da cidade (FARIAS; DINIZ, 2019).

Outro dado que merece ser destacado é a relação estatística existente entre ter sofrido violência da polícia e o consumo de álcool e/ou outras drogas. Realizamos testes *qui-quadrado*, que apontaram que as pessoas que sofrem violência da polícia são as que mais consomem álcool e/ou outras drogas ( $\chi^2(1) = 7,943, p=0,005$ ). Conforme a Tabela 3, dos que sofreram agressão da polícia, 86% responderam fazer uso de álcool ou outra droga, enquanto que dentre os que não sofreram agressão da polícia, 61,3% afirmaram que consomem álcool ou outra droga. A frequência de uso de álcool e de outras drogas também é estatisticamente superior no grupo dos participantes que afirmaram ter sofrido agressão física da polícia. O fato de as pessoas que fazem uso de drogas serem mais vulnerável à violência da polícia não causa surpresa, tendo em vista que a postura proibicionista associa o uso de drogas a questões judiciais (LANCETTI, 2015). A esse respeito, Rodrigues, Lima e Holanda (2018) entendem que a proibição e a criminalização daqueles que fazem uso de drogas reforçam a estigmatização, resultando em desrespeito às pessoas em situação de rua.

**Tabela 3** – Diferença do consumo de álcool ou outra droga em relação à violência policial

		48c- Já foi agredido pela polícia?			
		Não		Sim	
		n	%	n	%
29-Você consome álcool ou outra droga?	Não	41	38,7%	23	21,1%
	Sim	65	61,3%	86	78,9%
	Total	106	100%	109	100%

Fonte: Elaborado pelo autor e autora

Convém destacar que a clara exposição à violência pelos participantes da pesquisa prejudica uma das capacidades humanas básicas defendida por Nussbaum (2000), que é a integridade corporal, limitando, dessa forma, a liberdade de se deslocar nos espaços e instituições públicos e /ou serviços privados abertos ao público. Mais do que isso, compreendemos, com base em Honneth (2003), que as várias formas de violações a que estão sujeitas as pessoas em situação de rua, constituem uma negação do reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos e como dignas de respeito e de afeto. Alguns resultados oriundos das análises estatísticas corroboram a compreensão de Honneth (2003), quando fala que as diferentes formas de desrespeito produzem diferentes graus de prejuízos psíquicos. Primeiramente, os maus tratos físicos têm como resultado a perda da autonomia sobre o próprio corpo e a confiança em si mesmo e no mundo, produzindo a vergonha social (HONNETH, 2003). No caso das pessoas em situação de rua investigadas, os resultados apontam para privações mais intensas em categorias como discriminação e humilhação no grupo de pessoas que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência. Outra forma de desrespeito, a negação de direitos, configura uma grave restrição da autonomia moral, acompanhada de um sentimento de não reconhecer a si mesmo, considerando-se como de status inferior. Por fim, a ofensa e a humilhação prejudicam a possibilidade de reconhecimento das próprias capacidades ou potencialidades (HONNETH, 2003).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa demonstrou que a intensidade das privações que atingem as pessoas em situação de rua é um importante indicativo das condições de pobreza

dessa população. A combinação das abordagens quantitativas e qualitativas permitiu compreender os principais matizes dessas privações e, ao mesmo tempo, analisar os significados atribuídos pelos participantes acerca do desrespeito aos direitos humanos. A pobreza multidimensional implica, portanto, diversas violações de direitos humanos, caracterizadas, a princípio, pela ausência de garantia de direitos humanos básicos, tais como moradia, acesso adequado a condições e serviços de saúde e segurança nutricional. São privações que resultam do modelo estrutural da sociedade capitalista, com forte aumento da desigualdade social e da pobreza nas últimas décadas.

A vida nas ruas, no entanto, é marcada também por ações e omissões da sociedade e do Estado, que tem como consequência violações mais diretas contra as pessoas em situação de rua. Nesse aspecto, os resultados dessa pesquisa demonstraram alta percentagem de violências sofridas por essa população e intensa vulnerabilidade e exposição a riscos. Nesse sentido, a violência é naturalizada, na medida em que faz parte da rotina das pessoas que moram nas ruas.

Vale salientar que o crescimento do crime organizado em Fortaleza nos últimos anos tem transformado as relações dos cidadãos com os espaços públicos da cidade, tanto para os moradores da periferia quanto para as pessoas em situação de rua, intensificando mais ainda a vulnerabilidade. A dinâmica urbana da cidade marcada pela violência e desigualdade tem se materializado na realidade da população em situação de rua.

Merece destaque a violência estatal contra as pessoas em situação de rua, demonstrada nas análises das altas médias dos indicadores que compuseram o Índice de Pobreza Multidimensional, tais como as discriminações no serviço público e a violência da polícia. A gravidade do desrespeito às pessoas em situação de rua torna-se mais visível quando o Estado, que deveria implementar políticas públicas garantidoras dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, torna-se um dos principais violadores.

## **6 AGRADECIMENTO**

Ao CNPq, que financiou essa pesquisa através da Chamada MTCTIC/CNPq N° 28/2018 – Universal/Faixa B (Processo 420426/2018-3) e pela Bolsa Pesquisadora PQ 2 - CNPq da última autora.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S. The missing dimensions of poverty data: Introduction to the special issue. **Oxford development studies**, v. 35, n. 4, p. 347-359, 2007.
- AMORIM, A. K. A.; NOBRE, M. T.; COUTINHO, A. F. J.; OLIVEIRA, L. P. Direitos Humanos e População em Situação de Rua Investigando Limites e Possibilidades de vida. In: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**. A vida pode mais. Natal: EDUFRN, 2019.
- AVILA, R. P.; BAGOLIN, I. P.; COMIN, F. V. Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre-RS. **Revista EconomiA**, v.13. n.2 , 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Decreto Federal nº. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, DF, 2009.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Autêntica Business, 2019.
- CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Entre batalhas e pedras: Histórias de vida de moradores de rua, usuários de CRACK. **Revista Hacia la Promoción de la Salud**, v.20, n.1, 49-66, 2015.
- CARVALHO, G. M; MORAES, R. D. Um estudo dos sentidos do trabalho para as pessoas em situação de rua de Manaus. **Trabalho (En) Cena**, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2016.
- CHIAPPERO-MARTINETTI, E. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. **Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, v.2, p. 207-239, 2000
- COMIN, F. V. et al. **Relatório sobre Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre**. Porto Alegre: REDE URB-AL, 2007.
- DIPROSE, R.. Physical safety and security: A proposal for internationally comparable indicators of violence. **Oxford Development Studies**, v. 35, n. 4, p. 431-458, 2007.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FARIAS, M. F.; DINIZ, R. F. População em situação de rua: Invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano In: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**. A vida pode mais. Natal: EDUFRN, 2019.

FIORATI, R. C. et al. As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. spe, e72861, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 66ª. Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FURTADO, C. C. **Políticas Públicas e Direitos Humanos: o Histórico de Inserção da População em Situação de Rua no Disque Direitos Humanos**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. Desafios metodológicos ao estudar a população em situação de rua. IN: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (org). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012.

HOLANDA, J.G. de. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 28-44, fev. 2019.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

KEHL, M. R. Subjetividade, Política e Direitos Humanos. In: SILVA, M. V. O. **Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

LANCETTI, A. **Contrafissura e Plasticidade Psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LELLI, S. Factor analysis vs. Fuzzy sets theory: assessing the influence of different techniques on Sen's functioning approach. **Discussion Paper Series, Center for Economics Studies**. 2001.

MEAD, G. H. **Mente, self e sociedade**. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

MEDEIROS, F. C.; ALMEIDA, H. T.; OLIVEIRA, I. M. F. F. Para além da sopa e do cobertor: trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. In: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**. A vida pode mais. Natal: EDUFRN, 2019.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. **Se essa rua falasse: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua**. Juiz de Fora: Editora UFRJ, 2019.



MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, M. G. R; FROTA, F. H. S. Elemento Suspeito. Considerações Psicossociais e Jurídicas das Abordagens Policiais. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 4, n. 11, p. 102-128, 2014.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza. **Revista de Psicologia**. v.22, n.2, p. 18-28, 2013.

MOURA Jr., J.F. (2015). **Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação**. 2015. 210f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NONATO, D. N; RAIOL, R. W. G. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. **Direito em debate**, v.27, n. 49, p. 90-116, 2018.

NUSSBAUM, M.C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

PIMENTA, M. de M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82-103, 2019.

PIZZATO, R. M. S. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (org). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012.

QIZILBASH, M., & CLARK, A. The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. **Social Indicators Research**, n.74, p. 103–139, 2005.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F. de; HOLANDA, R. B. Identidade, Drogas e Saúde Mental: Narrativas de Pessoas em Situação de Rua. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília , v. 38, n. 3, p. 424-436, set. 2018.

SANTANA, V. S.; CASTELAR, M. População em situação de rua e a luta pela cidadania. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.38, n.2, p. 357-389, abr./jun,2014.

SANTOS, G. P. **O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico**. 2013. 191f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília. Brasília, 2013a.

SANTOS, B. de S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013b.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como estratégia de análise da dialética exclusão/inclusão. In. SAWAIA, B. B. (org). **As artimanhas da exclusão social**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7ª. Edição. Petrópolis: vozes, 2007. p.97-118.

SCHMIDT, K.; ROBAINA, I. M. M. Beyond removal: Critically engaging in research on geographies of homelessness in the city of Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Geography**, v. 16, n. 1, p. 93-116, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SICARI, A. A.; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018.

SILVA, M. L. B; BOUSFIELD, A. B. S.; GIACOMOZZI, A. I.; LEANDRO, M. Atribuição de causalidade à violência para pessoas em situação de rua. **Estudos interdisciplinares em psicologia**, v.11, n.2, p. 17-39, 2020.

XIMENES, V. M. et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estud. Psic1ol. (Natal)*, Natal , v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016.



# Processos de discriminação cotidiana e de pobreza na vida das Pessoas em Situação de Rua

*Verônica Moraes Ximenes*

*Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho*

*Vilkiane Natércia Malberme Barbosa*

*Natacha Farias Xavier*

*Carlos Eduardo Esmeraldo Filho*

## 1 INTRODUÇÃO

A discriminação é uma prática que nega a possibilidade do outro de ter acesso a relações de igualdade e equidade, resultando para Romanelli e Boechat (2018), em violação de direitos de determinados sujeitos. Nesse sentido, a discriminação cotidiana consiste em práticas de tratamento injusto corriqueiro, abertas ou sutis, passíveis de serem vivenciadas por qualquer pessoa que apresente determinados marcadores de diferenciação. A discriminação cotidiana se expressa de forma crônica e sistemática (FREITAS et al., 2015; WILLIAMS et al., 1997). A discriminação por vezes é associada ao preconceito, concebido como um julgamento prévio que tem por base estereótipos, refletido em atitudes negativas desfavoráveis a grupos considerados inferiores, ou a um indivíduo por fazer parte desse grupo (ROMANELLI; BOECHAT, 2018). Outro elemento relacionado às práticas de discriminação é o estigma, concebido como uma relação de poder que desqualifica a existência de determinados grupos, considerados seres humanos de segunda categoria, impossibilitados de realização social plena pelo descrédito (GOFFMAN, 2008).

Destacamos nesse capítulo, a discriminação percebida pelas pessoas em situação de rua, identificadas socialmente em uma relação de descrédito com a utilização da terminologia “pessoas em situação de rua”, em concordância com Nunes e Esmeraldo (2020), por demarcar a transitoriedade da vivência nas ruas e a superação de termos carregados de estigmatização e preconceitos.

O estigma é constituído de símbolos depreciativos que marcam situações de opressão, que identificam as pessoas em situação de rua “pela pele desgastada, pela sujeira no corpo, pelas sacolas carregadas, pelo cheiro de suor, pelas doenças, pela loucura e pelo espaço público como morada” (MOURA JÚNIOR; XIMENES;

SARRIERA, 2013, p.19), além da representação como drogado, criminoso e violento. Essas situações, muitas vezes interpretada como culpa de caráter, responsabilizando o indivíduo pela vontade fraca e a situação de pobreza, acarretando sentimentos de vergonha, humilhação, bem como isolamento social (MOURA JÚNIOR; SARRIERA, 2016).

A situação de pobreza é compreendida a partir de uma perspectiva multidimensional, um fenômeno que afeta as pessoas de diferentes formas, resultando em inúmeras privações que devem ser consideradas quando mensuradas (SEN, 2010). A pobreza multidimensional corresponde a incorporação de diferentes dimensões psicossociais a partir de uma constituição social, política e ideológica (MOURA JÚNIOR et al., 2014). Desse modo, se concebem múltiplas privações tais como o não acesso a serviços como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros (AZEVEDO; BURLANDY, 2010), assim influenciando as formas de sociabilidade e o próprio entendimento do sujeito, enquanto agente de mudança. Tendo uma compressão de sua multidimensionalidade “[...] a pobreza é muito mais complexa do que os determinantes econômicos conseguem avaliar e medir. Ela é, sobretudo, um plano constitutivo da identidade individual e social” (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 538).

Diante das múltiplas opressões vivenciadas, temos como objetivo desse capítulo, analisar a relação entre pobreza multidimensional e a discriminação cotidiana percebida pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza. Apresentaremos o delineamento metodológico com a definição da amostra, os procedimentos de coleta e análise dos dados. Posteriormente, os resultados e discussão dos dados coletados e as conclusões.

## **2 CAMINHO METODOLÓGICO**

O método utilizado tem delineamento quantitativo, realizado a partir de levantamento descritivo correlacional, do tipo transversal, utilizando o questionário como instrumento. Esta pesquisa é parte da pesquisa realizada pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará com a temática das implicações psicossociais da pobreza nos modos de vida das pessoas em situação de rua. Esta foi realizada com as pessoas em situação de rua que frequentam dispositivos socioassistenciais voltados a esta população na cidade de Fortaleza, sendo estes: Centro Pop Centro, Centro Pop Benfica, Centro de Convivência, Casa do Povo de Rua e Corre pra Vida. Como também, a partir das

parcerias estabelecidas com coletivos e movimentos sociais atuantes junto a esta população. A fase de campo ocorreu no período de agosto a setembro de 2019. Os/as pesquisadores/as e estudantes do NUCOM foram responsáveis pela coleta de dados. Devido à escolaridade dos e das participantes, considerou-se necessário que os questionários fossem aplicados de forma individual por cada pesquisador, que realizava a leitura das perguntas e marcava a opção apontada pelo pesquisado e pesquisada. Dessa forma, facilitava a compreensão dos/as participantes sobre os itens aos quais estes estavam sendo indagados e também favorecia a interação no contexto da pesquisa.

Foram aplicados o total de 236 questionários, onde 86,6% se identificaram com sexo masculino, 11% com o sexo feminino e 2,4% se identificaram com a opção “outros”. Na perspectiva étnico racial, 21,9% se identificaram como brancas, 21,1% se identificaram como negros e 51,9% como pardos; 1,7% da população respondente como indígena e 2,5% como amarelos. Quanto à questão Religião, 66,7% se identificaram como cristãos (Católicos, Evangélicos e Espíritas), 1,7% com religiões de matriz africana, os demais 31,6% optaram em responder que não possuem religião (5,5%) ou “tem fé” (24,5%).

O instrumento utilizado foi a Escala de Discriminação Cotidiana (EDC), criado por Williams et al. (1997) para avaliar a discriminação étnica ou racial entre adultos dos EUA e adaptado para jovens portugueses do ensino médio por Freitas et al. (2015). A EDC é composta por 11 itens, com respostas do tipo *Likert* com seis pontos, demonstrando a frequência da percepção de discriminação ocorrida em uma gradação entre nunca a quase todos os dias (FREITAS, et al. 2015). EDC apresenta-se com dois fatores: Fator 1 relacionado ao tratamento injusto - discriminação aberta; e o Fator 2 relacionado a rejeição pessoal - discriminação sutil e com alpha de Cronbach satisfatório ( $> 0,7$ ) e com itens que variam de  $\alpha = 0,790$  a  $\alpha = 0,499$ . A escala utilizada nessa pesquisa foi traduzida para o contexto brasileiro através da reflexão falada com jovens do Ceará e adolescentes do Rio de Janeiro, a partir da versão adaptada para jovens portugueses (ABREU, 2019).

Foi realizado um pré-teste com a população em situação de rua para identificar a clareza, abrangência e aceitabilidade da EDC, bem como a existência de itens inadequados ou invasivos. Dos 11 itens da EDC, dois itens foram considerados inadequados para a população pesquisada, por não apresentar sentido em seu contexto: *as pessoas tratam você de forma negativa por acharem que você parece*

*com uma pessoa do sexo oposto e as pessoas agem como se tivesse algo errado com você.* A retirada dos itens foi realizada, após passar por cinco juízes com larga experiência em pesquisas com pessoas em situação de rua. Dessa forma, a EDC ficou com 9 itens.

Para verificar evidências de validade psicométricas básicas entendeu-se como relevante realizar a Análise Fatorial Exploratória (AFE) da EDC, com o Método de Componentes Principais, seguindo os procedimentos descritos na escala referência (FREITAS et al., 2015). Para verificar o número de fatores a serem retidos, foram utilizados os critérios de Kaiser (*eigenvalue* > 1), Cattell (*scree plot*) e de Horn (análise paralela). Foi considerado para análise o valor da estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO > 0,7), o teste de esfericidade de Bartlett ( $p < 0,05$ ), com rotação Oblimin, seguindo os preceitos da pesquisa referência (FREITAS et al., 2015).

Também utilizamos o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional) composta por 24 itens dispostos nas seguintes dimensões sendo estas: trabalho e renda, educação, saúde, direitos humanos e subjetiva (XIMENES et al., 2016). Este instrumento apresenta diferentes gradações de pobreza, que variam de 0 (menor estado de pobreza multidimensional) a 1 (maior estado de pobreza multidimensional). Os itens que compõem as dimensões também variam suas possibilidades de resposta dentro deste intervalo de 0 a 1. E o somatório das médias das dimensões apresenta o valor do IPM. O IPM tem sido utilizado em diversos estudos que fomentam discussões acerca da pobreza multidimensional, e considerando as especificidades da população em situação de rua, foi realizada uma modificação das dimensões que o compõem, substituindo a dimensão habitação pela dimensão direitos humanos.

Para as análises deste estudo, utilizamos o *software* de análises quantitativas SPSS (Versão 21). Foram realizadas análises de frequência descritivas (tendências de dispersão e centralidade) para caracterizar a amostra em estudo. Para identificar possíveis diferenças de discriminação percebida pelas pessoas em situação de rua em função do sexo, escolaridade e situação de pobreza, empregou-se, o *Teste t-independente* e ANOVA de uma via para amostras independentes. Também criamos quartis em relação ao IPM, para criar diferentes grupos com níveis distintos de pobreza. Foram realizadas análises de correlação  $r$  de Pearson e regressão linear entre a Discriminação Cotidiana e as dimensões da pobreza multidimensional.

### **3 TRILHAS DA DISCRIMINAÇÃO NA VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Iniciamos a discussão dos resultados pelas possíveis relações entre os marcadores identitários dos(as) participantes do estudo. Consideramos importante situar que as discriminações cotidianas percebidas por estes(as) participantes se interrelacionam com o lugar social que ocupam. Não sendo possível, descolar tais análises do contexto social em situação de rua e dos demais marcadores que acarretam sobre as vivências destas pessoas a processos de opressão e submissão.

A validade psicométrica da EDC está presente na média de 2,71 (DP= 1,28 Min.= 0 e Máx.= 5), o que é considerado moderado/alto. Realizou-se a AFE que foi conduzida com os 9 itens da EDC, indicando a validade (KMO = 0,86; teste de esfericidade de Bartlett  $p < 0,05$ ). Analisando a confiabilidade, o alfa de Cronbach total da escala é de 0,86, que representa uma boa confiabilidade. A variância explicada para o valor único foi de 47,15%.

Para apontarmos a quantidade de fatores que melhor funcionaram com a estrutura da EDC, foi realizada Análise Paralela (Critério de Horn) e os critérios de Kaiser, Cattell (scree-plot). Inicialmente foi indicado a presença de dois fatores pelo critério de Kaiser, já o critério de Cattell apontou a existência de um fator mais demarcado (Tabela 1). Esse resultado, de um fator, também foi confirmado pelo critério de Horn, onde o segundo fator (1,20) tem valor superior ao segundo fator de Kaiser (1,10), que aponta a uma estrutura unifatorial para a escala.



**Tabela 1** - Matriz de Componente

	<b>Fator 1</b> Tratamento Injusto	<b>Fator 2</b> Rejeição Pessoal
Você é tratado (a) com menos respeito do que as outras pessoas?	,80	-,16
Você é tratado (a) com menos simpatia do que as outras pessoas?	,73	-,04
As pessoas agem como se fossem melhores do que você?	,72	,14
As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente?	,72	-,04
A pessoas agem como se pensassem que você é desonesto?	,70	-,41
Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é mais mal atendido(a) do que as outras pessoas	,68	-,17
As pessoas ameaçam ou provocam você?	,63	,57
As pessoas agem como se tivessem medo de você	,58	-,39
As pessoas insultam você?	,58	,62

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor

Esse resultado difere da pesquisa de Freitas *et al.* (2015), que indica uma estrutura bifatorial, sendo o Fator 1 relacionado ao tratamento injusto (discriminação aberta) e o Fator 2 relacionado a rejeição pessoal (discriminação sutil). Essa diferença de estrutura sugere a sensibilidade da EDC às diferenças regionais, culturais, de faixa etária, escolaridade, que afetam a vida e o contexto dos/as participantes. Nesse sentido, os resultados indicam que na vivência das pessoas em situação de rua, a discriminação é percebida de forma indistinta, provavelmente relacionada as vivências cotidianas e extremas de violações de direitos humanos.

Quanto à análise de consistência interna dos itens da EDC, a Tabela 2 apresenta os valores obtidos utilizando o coeficiente alfa de Cronbach e a média obtida. Todos os itens da escala apresentam boa correlação com o fator que medem, sendo descartada a necessidade de exclusão de algum deles (maior  $\alpha > 0,85$  e menor  $\alpha > 0,83$ ).

**Tabela 2** – Análise da consistência interna e média dos itens da EDC

Item da EDC	M	DP	Correlação do item total corrigido	Alpha de Cronbach se o item for excluído	Carga Fatorial
As pessoas insultam você?	2,21	1,84	,48	,85	,58
As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente?	2,84	1,84	,62	,84	,72
Você é tratado (a) com menos simpatia do que as outras pessoas?	2,61	1,88	,63	,84	,73
As pessoas agem como se pensassem que você é desonesto?	2,96	1,90	,60	,84	,70
Você é tratado (a) com menos respeito do que as outras pessoas?	2,84	1,96	,71	,83	,80
As pessoas ameaçam ou provocam você?	2,00	1,86	,53	,85	,63
As pessoas agem como se fossem melhores do que você?	3,37	1,77	,63	,84	,72
Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é mais mal atendido(a) do que as outras pessoas	2,57	2,03	,58	,84	,68
As pessoas agem como se tivessem medo de você?	3,08	1,87	,48	,85	,58

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor

Podemos observar a partir dos resultados da Tabela 2 que os itens com maior carga fatorial foram respectivamente “*você é tratado (a) com menos respeito do que outras pessoas?*” (0,80) e “*você é tratado(a) com menos simpatia do que as outras pessoas?*” (0,73). Estes itens se referem a aspectos relativos a tratamento injusto, de uma violência direta e abertamente ofensiva. Os itens com menos cargas fatoriais são, respectivamente: “*as pessoas agem como se tivessem medo de você?*” (0,58) e “*as pessoas insultam você?*” (0,58). Ambos relatam um sentimento de repulsa dos outros para com quem sofre a discriminação. Para Abreu (2019), quanto maior for o nível de discriminação cotidiana, menores serão os níveis de equilíbrio emocional,

sendo que, nos indivíduos em condição de pobreza, são potencializadas as vivências de humilhação e o sentimento de vergonha.

Na Tabela 3, a discriminação pode ser percebida de forma rara, quando as pessoas em situação de rua referem nunca ter passado pela situação de discriminação ou ter ocorrido apenas uma vez no ano; de forma ocasional quando percebem que a discriminação ocorre algumas vezes por ano; e intensa quando a discriminação é percebida de forma frequente, semanal ou diariamente.

**Tabela 3** – Frequência de discriminação percebida

Item da EDC	Rara %	Ocasional %	Intensa %
As pessoas insultam você?	41,3	27,0	30,8
As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente?	25,3	27,8	45,6
Você é tratado (a) com menos simpatia do que as outras pessoas?	21,7	26,5	40,9
As pessoas agem como se pensassem que você é desonesto?	26,6	19,8	52,7
Você é tratado (a) com menos respeito do que as outras pessoas?	29,5	19,8	49,3
As pessoas ameaçam ou provocam você?	44,3	26,6	27,9
As pessoas agem como se fossem melhores do que você?	19,0	19,4	60,9
Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é mais mal atendido (a) do que as outras pessoas?	36,3	18,1	44,7
As pessoas agem como se tivessem medo de você?	22,8	22,4	54,0

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor

As pessoas em situação de rua percebem de forma rara a discriminação em lojas, restaurantes, ou em outros serviços (36,3%), podendo indicar que evitam frequentar serviços e muitos espaços públicos, em uma condição de isolamento social pela pobreza, ou ainda que se cercam de uma rede de apoio social, mapeando os comerciantes que se mostram generosos com as pessoas em situação de rua, especialmente na região do Centro de Fortaleza, onde há uma maior concentração dessas pessoas. Por outro lado, 44,7% das pessoas percebem de forma intensa a discriminação. Cecchetto e Monteiro (2006, p. 206) discorrem que “[...]”

espaços públicos, como shopping centers, agências bancárias, ruas e restaurantes.” são locais mais propícios discriminatórias tanto pela condição social quanto pela cor, assim reflete em práticas de distanciamento, formas no atendimento, e uso violência por seguranças e da própria polícia.

A percepção de discriminação direta que ocorre com frequência intensa, realizada por meio de insultos (30,8%), ameaças e provocações (27,9 %) é considerada preocupante, tendo em vista o risco à integridade física além de subjetiva, de pessoas que sequer tem onde dormir de forma protegida. França e Monteiro (2004) afirmam que, apesar de serem recorrentes o preconceito de forma sutil, a discriminação mais aberta é comum em contextos nos quais é viável encontrar uma justificativa para o comportamento discriminatório.

A discriminação que associa as pessoas em situação de rua à falha moral, ocorre de forma intensa, vinculando à desonestidade (52,7%), à diminuição da capacidade cognitiva ao não ser considerado inteligente (45,6%) e à periculosidade por gerar medo (54,0%). Essas situações produzem afastamento, favorecem a diminuição de chances de trabalho remunerado, de aproximação social e de consideração da dignidade humana no seu reconhecimento como sujeito (ABREU, 2019; MENDES, 2019).

É importante observar a questão “*As pessoas agem como se fossem melhores do que você?*”, quando este índice é o que apresenta um maior percentual em relação aos demais, 60,9%. Pois, conforme destaca Abreu (2019), a dimensão subjetiva nesse ponto da DC, vai apontar a percepção que os sujeitos possuem de si em relação a determinadas situações discriminantes, em que são observadas as limitações e as demarcações dos espaços sociais e que de algum modo, repercutem no sentimento de não pertencimento. Dessa forma, são produzidos mais processos de discriminação e estigmatização, que podem impactar na despotencialização do sujeito (ABREU, 2019). Logo, observa-se que quanto maior for o índice da discriminação cotidiana vivenciadas pela população em situação de rua, maiores são os efeitos da exclusão que eles sofrem.

#### **4 POBREZA MULTIDIMENSIONAL E SUAS INTERFACES NAS RUAS**

As e os participantes deste estudo vivem em situação de extrema pobreza, pois se trata de pessoas em situação de rua, destacamos a multidimensionalidade dessa experiência. Nesse sentido, De Tilio, Vidotto e Galego (2015) destacam, além da questão monetária, a falta de moradia e as restrições de acesso à saúde,

educação, emprego e outros direitos das pessoas em situação de rua. No Brasil, há um processo de estigmatização da população em situação de rua (MOURA JÚNIOR.; SARRIERA, 2016) o que torna relevante compreender se existe correlação entre Discriminação Cotidiana e Pobreza.

Consideramos neste estudo, uma perspectiva de pobreza multidimensional (SEN, 2010). Sendo assim, realizamos na Tabela 4 a análise de Correlação de *Pearson* entre a variável Discriminação Cotidiana e as dimensões da pobreza, como também, com o valor do obtido pelo Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este índice apresenta o valor representativo do somatório de todas as dimensões consideradas nesta análise para a pobreza.

**Tabela 4** – Análise da correlação entre discriminação cotidiana e a pobreza e sua dimensão

Correlação entre Discriminação Cotidiana e Pobreza Multidimensional						
	1.DC	2.DSA	3.DE	4.DDH	5.DTR	6.DSU
Discriminação Cotidiana (DC)	–					
Dimensão Saúde IPM (DSA)	0,16*	–				
Dimensão Educação IPM (DE)	-0,25	-0,01	–			
Dimensão Direitos Humanos IPM (DDH)	0,46**	0,30**	0,03	–		
Dimensão Trabalho e Renda IPM (DTR)	-0,12	-,009	0,14*	0,03	–	
Dimensão Subjetiva IPM (DSU)	0,65**	0,17**	0,07	0,56**	0,03	–
Índice de Pobreza Multidimensional	0,40**	0,47**	0,48**	0,65**	0,52**	0,61**

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor

Nota. \*A correlação é significativa no nível 0,05 [ $p < 0,05$ ]; \*\* A correlação é significativa no nível 0,01 [ $p < 0,01$ ].

Os resultados da Tabela 4 apontam que existe correlação positiva e moderada entre a Discriminação Cotidiana (DC) e o Índice de Pobreza Multidimensional ( $r = 0,40$ ;  $p < 0,01$ ), de modo que quanto mais pobreza, maior é a percepção de discriminação. Analisando cada dimensão do IPM separadamente, observamos que a discriminação cotidiana tem correlação estatisticamente significativa e positiva com as dimensões subjetiva ( $r = 0,65$ ;  $p < 0,05$ ), direitos humanos ( $r = 0,46$ ;  $p < 0,05$ ) e saúde ( $r = 0,16$ ;  $p < 0,05$ ). Podemos afirmar, portanto, que a relação

estatística e significativa entre o IPM e DC acontece principalmente devido às dimensões subjetiva e direitos humanos, ou seja, a correlação entre pobreza multidimensional e discriminação é estatisticamente significativa e positiva porque os participantes que mais sofrem violência, humilhação e vergonha tem maior percepção de discriminação.

Quanto à Dimensão Subjetiva, é importante ressaltar que ela abrange variáveis que indicam humilhação e vergonha, e a Dimensão Direitos Humanos abrange principalmente violência. Dessa forma, quanto mais violência sofrida e quanto maior o sentimento de vergonha e humilhação, maior a percepção de discriminação cotidiana. Esses resultados são coerentes com as conclusões de Moura Júnior, Ximenes e Sarriera (2013), para quem a violência, a humilhação e a vergonha são consequências das práticas de discriminação.

No que se refere à correlação da DC com a Dimensão Direitos Humanos, de maneira geral, esse dado evidencia a complexidade e a intensidade das violações de direitos humanos sofridas pelas pessoas em situação de rua, que devem ser compreendidas dentro do contexto de pobreza na sociedade capitalista. Segundo Mendes (2019), é necessário compreender o sofrimento ético-político das pessoas em situação de rua a partir da dialética exclusão/inclusão como forma de superação das intempéries que atravessam. Nesse sentido, pensar sob o prisma dos direitos humanos, é buscar asseverar que tal enfrentamento não se dá por via individual, mas pela coletividade, mediante a soma de políticas públicas inclusivas, a problematização social e o processo de conscientização da pessoa em situação de rua (MENDES, 2019).

Quanto à Dimensão Saúde, ao realizarmos a análise de correlação de *Pearson* considerando cada variável do cálculo do IPM para essa dimensão, observamos que a correlação estatisticamente significativa da Dimensão Saúde com a DC resulta da variável “quantidade de refeições por dia” ( $r=0,14$ ;  $p<0,05$ ), a única que apresentou correlação estatisticamente significativa com a DC. Além disso, a análise de ANOVA de uma via mostrou que há diferença estatisticamente significativa quanto no que diz respeito à quantidade de refeições por dia ( $F(3, 231) = 3,488$   $p<0,05$ ). O Teste Post Hoc de Bonferroni demonstrou que os participantes que relataram ter apenas uma refeição por dia tem maior média de discriminação do que os que relataram comer duas, três ou quatro vezes ou mais por dia. Vale ressaltar que a maior parte das pessoas em situação de rua obtém alimentos

mediante doações ou inserção em equipamentos institucionais que oferecem refeições. Portanto, a provável explicação para esse resultado é o fato de que as pessoas que tem maior Índice de Pobreza Multidimensional também são as que mais sofrem, tendo em vista que o sentimento de inferiorização provocado pela discriminação pode fazer com que essas pessoas evitem frequentar certos espaços, incluindo serviços públicos e não governamentais (MOURA JÚNIOR.; XIMENES; SARRIERA, 2013).

Os resultados mostram que apenas duas dimensões não apresentaram correlação estatisticamente significativa com a DC, sendo estas a dimensão educação ( $r = - 0,25$ ;  $p = 0,85$ ) e a dimensão trabalho e renda ( $r = - 0,12$ ;  $p = 0,70$ ). Esses resultados não significam que, em termos gerais, a educação e o trabalho não tenham relação com discriminação. No que tange a essas dimensões, para o cálculo do IPM, foram considerados o nível de instrução formal e a realização de cursos, para a dimensão Educação, e o exercício de atividade remunerada e o trabalho com carteira assinada, para a Dimensão Trabalho e Renda

Na Dimensão Trabalho e Renda, prevalece o trabalho informal e precário, na medida que somente 1 participante (0,4%) afirmou ter um emprego com carteira assinada e 7 (3%) responderam ter emprego sem carteira assinada. Para conhecer melhor a relação desta dimensão com a DC, realizamos um Teste *t de Student* para comparar a DC em relação à presença ou ausência de atividade remunerada exercida pelos participantes (Item: Você atualmente exerce alguma atividade remunerada?). O resultado mostrou que não há diferença estatisticamente significativa da média de DC entre os grupos que exercem ou não exercem atividade remunerada ( $t(214) = 0,185$ ;  $p > 0,05$ ). Ou seja, o fato de trabalhar, ou não trabalhar, não implica numa maior percepção de discriminação.

Em relação a Dimensão Educação, 70,2% da população analisada só estudou até o ensino fundamental II (do 5<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano), enquanto apenas 0,9% das pessoas concluíram o Ensino Superior, o que indica um índice elevado de privação em relação ao acesso à educação. No caso dos e das participantes dessa pesquisa, é provável que, por si só, o fato de estar em situação de rua, não ter moradia nem boas condições de higiene já sejam elementos suficientes para que eles sofram e percebam discriminação. Nesse aspecto, conforme Aguiar e Iriart (2012), são comuns, para pessoas em situação de rua, atos de discriminação e recusa de atendimento em serviços públicos devido à falta de moradia fixa e de documentação.

No entanto, essas duas dimensões não devem ser desconsideradas no processo de enfrentamento da situação de rua e de pobreza. A esse respeito, Ximenes et al. (2019), destacam que é necessário maior investimento na educação, trabalho e renda das populações em situação de pobreza, pois tais dimensões demarcam o acesso ou a privação dessas populações ao sentimento de bem estar, consciência e proteção.

Ao analisar a relação com a variável sexo, a população em estudo é majoritariamente composta por homens ( $M= 86,5\%$ ;  $DP= 0,39$ ). Esta tem sido uma característica encontrada nesta população, de acordo com os dados do último Censo Nacional realizado em 2008 (BRASIL, 2009). Para Sarmento (2017), a menor quantidade de mulheres em situação de rua deve-se ao fato de que, para elas, a rua é a última alternativa, depois de esgotadas várias outras possibilidades como casas de parentes, amigos ou conhecidos. Mas é imprescindível chamar a atenção para a questão da amostra deste estudo contar apenas com 11% de mulheres, podendo a sua vivência não ter sido captada pelo instrumento utilizado, especialmente a violência a que elas estão expostas na rua.

Ao considerar o marcador de raça com pessoas em situação de rua e a discriminação cotidiana, a ANOVA de uma via e as amostras independentes não apresentaram resultados estatisticamente significativos. O resultado difere do estudo de Freitas *et al.* (2015) que demonstra que entre os jovens portugueses, a raça/etnia tem efeito na percepção de discriminação ligada à rejeição pessoal, lembrando que esses sujeitos não estavam atravessados pelo contexto de pobreza e faziam parte de outro país em que os marcadores de identidade operam de forma diferente. Com isso, destacamos que o contexto brasileiro, caracterizado, por um lado, pelo mito da democracia racial, e por outro lado, pelo não reconhecimento da dignidade dos sujeitos negros e, conseqüentemente, evidencia-se processos de branqueamento havendo um afastamento dos traços raciais ou da compreensão de uma dada realidade (CARONE; BENTO, 2002). Tal dado sugere que estar em situação de rua, já é uma condição vista de forma tão negativa, que talvez não sofra alteração de constructos raciais. Isso ocorre também devido a uma naturalização das questões raciais enfrentadas no Brasil (ALBUQUERQUE, 2015).

A situação de rua e o contexto de pobreza com seus diversos marcadores de opressão favorecem sentimentos de vergonha e autculpabilização. Para Nunes e Esmeraldo Filho (2020), a vivência cotidiana de ser considerado inferior é capaz



de manter o padecimento e a subalternização, prejudicando o envolvimento em ações coletivas para transformação da situação vivenciada. Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta a frequência de discriminação percebida pelas pessoas em situação de rua, destacando por meio de percentuais, os espaços e as intensidades das marcas deixadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação cotidiana e a realidade de pobreza são processos que constituem a vida das pessoas em situação de rua. A partir dessa pesquisa, constatamos que há relação significativa entre esses processos que apontam para quanto mais pobre o indivíduo, maior a percepção de discriminação. A não diferenciação entre a discriminação aberta relacionada ao tratamento injusto e a discriminação sutil vinculada a rejeição pessoal, que foi identificada na análise unifatorial da Escala de Discriminação Cotidiana, retrata que a discriminação já está naturalizada na realidade de quem vive nas ruas e dificultando os processos de identificação das formas de discriminação.

Ao analisar a pobreza multidimensional com presença significativa da Dimensão Subjetiva que ressalta variáveis como humilhação e vergonha, e a Dimensão Direitos Humanos que abrange principalmente violência, há uma denúncia dessa população com esses dados que demonstram o quanto é negado a essas pessoas a possibilidade de serem sujeitos com sua individualidade e sua subjetividade e reforça que não é somente os aspectos materiais, mas também os subjetivos que demandam ações governamentais para o enfrentamento aos problemas da população em situação de rua.

Esses resultados desta pesquisa já fazem parte da realidade da vida nas ruas, porém relatado como dado de uma pesquisa científica poderão contribuir para dar visibilidade às opressões vividas pela população em situação de rua. O enfrentamento das violações de direitos nos traz pistas de que um caminho possível e transformador se dá por via da consciência das suas vulnerabilidades, pelo acesso a informação, aos serviços de proteção e políticas públicas de atenção a esta população, a uma educação emancipatória, a um trabalho que lhe dê uma renda que lhe permita acessar bens necessários, entre outros aspectos, que podem produzir um caminho de participação ético-política, enquanto sujeito de direitos.

## 5 AGRADECIMENTO

Ao CNPq, que financiou essa pesquisa através da Chamada MTCTIC/ CNPq N° 28/2018 – Universal/Faixa B (Processo 420426/2018-3) e pela Bolsa PQ 2 - CNPq da primeira autora.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU, M. K. de A. **Implicações Psicossociais da Pobreza na permanência de estudantes de universidades públicas do Ceará**. 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2019.

ACCORSSI, A., SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LJ8znTF6NHKcPPYVFW-CBzb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/g7b5Pxr9Js8jDyXBRJTK4XL/?lang=pt>. Acesso: em 20 mai. 2020.

ALBUQUERQUE, W. R. de., FRAGA FILHO, W., **Uma historia do negro no brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2015.

AZEVEDO, D. C. de; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS. 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 15 mai. 2020.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. São Paulo: Vozes. 2002.

CECCHETTO, F.; MONTEIRO, S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 199-218, Abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100011>. Acesso em: 10 mai. 2020.

DE TILIO, R.; VIDOTTO, L. T.; GALEGO, P. S. Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua. *Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto*, v.16, n.2, p.75-87, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 mai. 2020.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, v.22, n.4. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/270/pdf>. Acesso: em 10 jan. 2021.

FREITAS, D. F. *et al.* Adaptação da Escala de Discriminação Quotidiana para Jovens Portugueses. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p.708-717, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/cyHf76BDd5zBrxg7fc4dXWw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MENDES, K. T. **Se essa rua falasse**: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. Juiz de Fora, MG: Editora UFRJ. 2019.

MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza. Brasil. *Revista de Psicologia*, v. 22, n. 2, 2013. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18403/3/2013\\_art\\_vmximenes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18403/3/2013_art_vmximenes.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

MOURA JR, J. F. et al. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, dez. 2014. Disponível em: Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10 jan. 2021.

MOURA JR, J. F.; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. In: XIMENES, V.M. *et al* (Orgs.) **Implicações Psicossociais da Pobreza**: Diversidades e Resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

NUNES, L. F.; ESMERALDO FILHO, C. E. A vivência do sofrimento ético-político das pessoas em situação de rua. *Revista Científico*, v. 20, n. 41, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/apsob/Downloads/717-4822-1-PB.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

ROMANELLI, R. C.; BOECHAT, W. S. F. L. O preconceito e a discriminação da sociedade ante os estereótipos dos criminosos. *Revista Direito Em Foco*, v.10, 2018. Disponível em: [https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/004\\_O\\_PRECONCEITO\\_E\\_A\\_DISCRIMINA%C3%87%C3%83O.pdf](https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/004_O_PRECONCEITO_E_A_DISCRIMINA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em: 10 fev. 2020.

SARMENTO, C. S. **Gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre**. 2017. 91 f. Monografia. (Bacharelado em Ciências Sociais) Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

WILLIAMS, D.R. *et al.* Racial Differences in Physical and Mental Health: Socioeconomic Status, Stress and Discrimination. **Journal of Health Psychology**, v. 2, n.3, p. 335-351, 1997. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/135910539700200305>. Acesso em: 10 fev. 2020.

XIMENES, V. M. et al. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5935/1678-46620160015>. Acesso em: 10 fev. 2020.

XIMENES, V. M.; SILVA, A. M. S.; ESMERALDO FILHO, C. E.; CAMARA, A. E.; Clarindo, J. M. Sentimento de comunidade e pobreza rural no Nordeste, Norte e Sul do Brasil. **Subjetividades**, v. 19, p. 1-13, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-7692019000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-7692019000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 fev. 2020.



# Gênero, pobreza e políticas públicas nas trajetórias de mulheres em situação de rua

*Larissa Pimenta Coldibeli*

*Fernando Santana de Paiva*

*Cássia Beatriz Batista*

## 1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua (PSR), nos moldes atualmente encontrada, é compreendida como um produto de condições históricas e intrínsecas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (MPC) que, por sua própria lógica de funcionamento, fundamentada na elevação da produtividade do trabalho, tem como um dos efeitos imediatos a marginalização de um considerável contingente populacional, sobretudo de mulheres e de grupos socialmente discriminados do mundo do trabalho (SAFIOTTI, 1976; VARANDA; ADORNO, 2004). Situa-se, portanto, o fenômeno da PSR enquanto produto de processos estruturais, constituindo-se como expressão alarmante das desigualdades sociais geradas no seio da sociedade capitalista (SOUSA; MACEDO, 2019).

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (2009), este grupo populacional é caracterizado como heterogêneo, tendo em comum os seguintes aspectos: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular, utilizando-se, de forma temporária ou permanente, de logradouros públicos e de áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, bem como de unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

A pobreza se insere como um fator intrínseco à condição de situar-se nas ruas e, na sociedade capitalista, não é um aspecto residual ou transitório: é estrutural e resultante do seu próprio desenvolvimento (SIQUEIRA, 2012). A população em situação de rua (PSR) vivencia cotidianamente esse cenário, sendo submetida a uma condição de vida precarizada que tem efeitos devastadores em suas vidas, imbricadas em histórias de ruptura de vínculos com instituições, família, redes sociais de apoio, escola formal e mercado de trabalho, e colaborando, inclusive, para o surgimento de sérios problemas de saúde (ALCÂNTARA; ABREU; FARIAS, 2015; COSTA, 2005).

Na tentativa de dar maior visibilidade a essa população e considerando-se a relevância para a implementação de políticas públicas voltadas para esse grupo social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) realizou, entre os anos de 2007 e 2008, a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, considerado o estudo de maior envergadura sobre o assunto já realizado no Brasil. Tendo como público-alvo pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua em 71 municípios brasileiros, o resultado da pesquisa apontou a existência de 31.922 pessoas nessa condição (BRASIL, 2012).

Em 2016, contudo, em análise realizada pelo IPEA buscando-se superar algumas das limitações geográficas verificadas na Pesquisa Nacional, estimou-se a existência de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Em 2020, ano marcado pelo cenário de pandemia da Covid-19, as estimativas eram de que o número de pessoas em situação de rua aumentasse consideravelmente, considerando os impactos sanitários e a grave crise econômica intensificada pela pandemia. De acordo com Natalino (2020), observa-se o aumento expressivo (140%) da população em situação de rua a partir de setembro de 2012, chegando a quase 222 mil pessoas em Março de 2020, quando ocorre o estopim da pandemia no Brasil. As estimativas apontam para o aumento da vulnerabilidade dessa população diante da necessidade de isolamento social, e a necessidade de uma atuação mais intensa por parte do poder público.

Neste cenário estão as mulheres em situação de rua que, embora representem a minoria quando comparadas aos homens, têm suas experiências marcadas pelo entrelaçamento de opressões e desigualdades impostas tanto por sua condição de gênero, quanto pela condição de situarem-se nas ruas, o que sugere a necessidade de uma atenção especial para a sua realidade. Este entrelaçamento conforma experiências e demandas particulares que, por sua vez, não são plenamente abarcadas pelas políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua – que não possuem normativas que especifiquem as mulheres – e tampouco pelas políticas públicas nacionais direcionadas às mulheres, que possuem um olhar voltado principalmente para as necessidades das mulheres que vivem num contexto domiciliar (SANTANA, 2018; LEAL *et al.*, 2020).

Nesta direção, pesquisas recentes apontam as dificuldades de acesso das mulheres à rede de serviços de saúde, nos quais ocorre tanto a negativa de atendimento, quanto exigências burocráticas que impossibilitam a sua ocorrência (CÂMARA, 2019; SANTANA, 2018; VALLE, 2018), bem como a ineficácia desta rede

em atender as demandas e especificidades das mulheres, ofertando um serviço inconsistente, desarticulado, e insensível às suas particularidades (DOS SANTOS, 2014; LIMA, 2016; ROSO; DOS SANTOS, 2017).

A partir de tais considerações, e acreditando-se que o gênero pode influenciar, e até mesmo definir a experiência de estar em situação de rua, pretendemos discorrer sobre a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas para o atendimento às mulheres em situação de rua, atestando que as dimensões específicas relacionadas ao gênero, tradicionalmente negligenciadas em pesquisas e políticas direcionadas às pessoas em situação de rua, devem ser incorporadas às análises sobre o tema (BAPTISTA, 2010; NUNES; SOUSA, 2020). Para tanto, nos ancoramos em uma revisão sistemática realizada durante o período do mestrado de uma das autoras, bem como em sua dissertação, intitulada “A vida tecida em contradições: itinerários terapêuticos de mulheres em situação de rua a partir de uma etnografia multilocal”, a fim de dialogar especificamente com a questão das trajetórias destas mulheres e as políticas de saúde e assistência social.

## **2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS NOTAS**

Ao se depreender uma análise histórica e crítica sobre a realidade das pessoas em situação de rua, percebe-se o entrelaçamento entre as condições de vida às quais estão submetidas, a pobreza, e a oferta de políticas públicas. De acordo com Silva (2009), a população em situação de rua constitui-se como um fenômeno social com considerável relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas. Sabe-se que a presença de pessoas vivendo nas/das ruas remonta à Antiguidade, porém, sua composição atual está intimamente relacionada às mudanças no mundo do trabalho, no contexto das transformações societárias produzidas pelo capitalismo contemporâneo (CERQUEIRA, 2011).

Evidencia-se que as trajetórias das pessoas em situação de rua são marcadas pela pobreza, e estão ligadas ao aprofundamento conjuntural das desigualdades sociais.

As origens da PSR no Brasil remetem a formação social do país, aos sentidos e heranças da colonização, com a constituição de um excedente que é anterior ao próprio desenvolvimento do capitalismo brasileiro, mas que é intensificado por seu desenvolvimento, dada as particularidades enquanto tardio e dependente (SOUSA; MACEDO, 2019, p. 60).



Desse modo, a pobreza não só se constitui como fator responsável pela ida para as ruas, como também se torna uma condição inerente a esse cenário, sendo reproduzida nos planos econômico, social, político e cultural da sociedade. Neste sentido, torna-se relevante pontuar a complexidade do fenômeno da pobreza, que envolve uma pluralidade de conceitos e compreensões. Como pontuado por Siqueira e Alves (2018, p. 30), “apesar da *riqueza* com que se tratam as formas de *manifestação* da pobreza, as análises são *pobres* ao conceber os *fundamentos*, as *causas* da gênese da mesma no MPC”.

Percebem-se diferentes concepções sobre a pobreza coexistindo contraditoriamente, proporcionando leituras desarticuladas da fundamentação política e econômica que sustenta o fenômeno da pobreza, muitas vezes compreendido como problema de ordem moral ou comportamental (MONTAÑO, 2012). Neste âmbito estão as compreensões pautadas em análises individualizantes, baseadas em concepções positivistas ou mesmo pós-modernas, que esbarram nos binômios “integrado/marginal”, “funcional/disfuncional”, ou “incluído/excluído”. Estas tendem a conceber a pobreza como uma escolha pessoal, como “desajuste” ou patologia do próprio indivíduo ou grupo ao qual pertence, ou como uma “incapacidade” de se conquistar uma vida digna (SIQUEIRA; ALVES, 2018).

Amplamente difundida e utilizada, tem-se a compreensão da pobreza a partir de indicadores, como o de renda e emprego, de forma que as medidas da pobreza tornam-se, respectivamente, monetárias ou multidimensionais, estas últimas expressas pelo IDH e o índice de Gini, principalmente. As definições baseadas no critério de renda acabam por convergir na ideia de que os pobres são aqueles que, de algum modo, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos da riqueza social (YAZBEK, 2012). É possível citar também as concepções de pobreza absoluta e relativa, sendo a primeira compreendida a partir da existência do mínimo necessário para se viver, enquanto a segunda a partir das necessidades referentes ao contexto social ao qual o indivíduo pertence (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012).

A aproximação com tais concepções torna-se relevante, na medida em que as mesmas respaldam respostas do Estado e da sociedade civil para o combate à pobreza, fazendo emergir desde medidas higienistas, educacionais e religiosas, que pretendem certo “ajustamento” e proteção do sujeito, até medidas coercitivas e de criminalização da pobreza, que reprimem o sujeito por sua condição (IANNI, 1992; SOUSA; MACEDO, 2019; SIQUEIRA; ALVES, 2018).

Na contramão desta visão e, considerando as características da sociedade capitalista, mesmo em sua face periférica como a brasileira, acredita-se que a pobreza só pode ser compreendida, ética e criticamente, a partir da contradição pobreza/acumulação constitutiva do MPC, em articulação com a acumulação de riqueza, numa dinâmica de exploração e apropriação da mais valia (SIQUEIRA; ALVES, 2018). A pobreza, nessa direção, é um produto necessário ao MPC, de forma que o seu próprio desenvolvimento, ao proporcionar o aumento da riqueza socialmente produzida, não só não reduz a pobreza, como, pelo contrário, a produz e amplia. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza, por outro: “acumulação de miséria equivale a acumulação de capital” (SIQUEIRA, 2012, p. 371).

Compreende-se, portanto, que tanto a pobreza, quanto o fenômeno da população em situação de rua, são produtos do MPC. Este grupo populacional constitui-se como o mais pobre entre os pobres, submetido a opressões e privações constantes de possibilidades, oportunidades e condições de se constituírem enquanto cidadãos. Contudo, a pobreza característica desta população, embora visível no ritmo cotidiano das cidades, por muito tempo foi invisível ao poder público, que atuou com desinteresse e até mesmo contradição, demonstrando ora compaixão e assistencialismo, ora repressão, preconceito e indiferença. Esse cenário abriu espaço para que organizações da sociedade civil assumissem propostas solidárias de cunho assistencialista, predominantes por muito tempo, e para que as políticas sociais adotadas pelos diferentes governos assumissem caráter nitidamente focalista, refletindo a tendência de enfrentar os problemas sociais como fatos isolados (COSTA, 2005; MONTAÑO, 2012).

Apenas com a Constituição de 1988 o sistema brasileiro de proteção social é redesenhado, afastando-se da lógica meritocrática-conservadora e aproximando-se da lógica redistributivista. É nesse contexto que tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira, que é regulamentada em 1993 como política social pública. Assim, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) institui o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (YAZBEK, 2012).

Esse novo desenho da política pública brasileira começa a modificar também o cenário para as pessoas em situação de rua, já que o poder público passa a ter a obrigação de manter serviços e programas de atenção à essa população, garantindo a concretização dos “mínimos sociais” (COSTA, 2005). Assim, nesse novo

cenário de abertura e como resposta à negligência histórica por parte do Estado e às constantes violências sofridas pela população em situação de rua no Brasil, foi organizado, a partir de 2004, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR, 2010), do qual surgiu, a partir do decreto 7.053 de 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

Esta conquista não foi possível sem a organização e a luta de movimentos sociais anteriores, como o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua (1993), o Grito dos Excluídos (1995), e a 1ª Marcha do Povo da Rua, realizada em 2001. O trágico acontecimento conhecido como o “Massacre da Sé”, no qual 15 pessoas em situação de rua foram atacadas resultando na morte de 7, foi o estopim para a organização do MNPR, que passou a pressionar o Estado a adotar medidas de proteção e políticas públicas para este segmento, culminando em 2009 na criação da PNPSR (BRASIL, 2009).

A Política Nacional assume caráter intersetorial, visando a articulações entre as políticas do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social e a garantia do acesso amplo e seguro aos serviços que as integram. Enquanto princípios, postula, além da igualdade e da equidade, a dignidade da pessoa humana, a garantia da cidadania e direitos humanos, o direito ao usufruto da cidade, o respeito às condições sociais e diferenças e o atendimento humanizado e universalizado. No que concerne às diretrizes, a política prevê a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; o respeito às singularidades de cada território; a implantação de ações educativas destinadas à superação do preconceito; a capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e a estruturação de uma rede de proteção incluindo, entre outras, as políticas de saúde (BRASIL, 2009).

Em que pese o caráter intersetorial da política, no âmbito do SUAS, para além dos serviços mais amplos da assistência social, foram criados alguns específicos, visando atender as particularidades desta população. São eles: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi); o Serviço Especializado de Abordagem Social; o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP); o Serviço de acolhimento institucional, direcionado à adultos e famílias e, por fim, o Serviço de acolhimento em repúblicas, para adultos em processo de saída das ruas (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

No âmbito do SUS, a Política apresenta o maior volume de ações e com maior abrangência, estando previstas: a atenção integral à saúde dessa população

a partir de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais; a promoção à saúde, com ênfase no programa saúde da família sem domicílio; o fortalecimento da atenção em saúde mental através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); e a capacitação de trabalhadores da saúde, em especial os do Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e agentes comunitários (BRASIL, 2009). Em 2012, o Ministério da Saúde criou o Manual Sobre o Cuidado à Saúde Junto à População em Situação de Rua, cuja intenção é instrumentalizar o profissional de saúde para contribuir com a ampliação do acesso e a qualidade dos cuidados oferecidos a essa população (BRASIL, 2012).

Atualmente, as políticas direcionadas à saúde da população em situação de rua são fundamentadas pelo Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua (2012), cujas orientações são essenciais para a intervenção do Sistema Único de Saúde (SUS) no enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde. Entre as estratégias de inclusão definidas pelo Plano, destaca-se o Consultório na Rua (CnR), implementado em 2012, que, vinculado à Política Nacional de Atenção Básica, oferta um serviço itinerante através de equipe multiprofissional, buscando a melhoria do acesso a outros serviços de saúde, incorporando práticas de prevenção e promoção da saúde, além da proteção da qualidade de vida (BRASIL, 2012).

Embora esse cenário represente avanços importantes para o cuidado em saúde da população em situação de rua, o acesso às políticas e serviços de saúde ainda não é amplamente assegurado e apresenta entraves, muitos relacionados à própria estruturação dos serviços e preparação dos profissionais. Evidencia-se a falta de capacitação das equipes de trabalhadores públicos, em especial na área da saúde, o que favorece o delineamento de ações não integradas, restritas e superficiais, que pecam ao não investirem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Além disso, percebe-se que todo o estigma que permeia o imaginário social referente a essa população é também reproduzido nas políticas públicas, o que favorece a precariedade dos atendimentos ofertados nos diversos serviços. Em pesquisa realizada por Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), é apontado que profissionais que atuavam nos serviços direcionados à PSR percebiam as pessoas como usuárias de drogas, perigosas, violentas e criminosas. Os próprios usuários relatam sentirem-se mal tratados e humilhados em algumas situações, como quando recebem materiais de higiene vencidos ou percebem uma postura de superioridade dos profissionais que os atendem.

Em acréscimo, Silva, Natalino e Pinheiro (2020) alertam para o fato de que, se o acesso aos serviços de saúde e assistência social pela PSR já encontra entraves e limitações, em cenários de crise, como o que o Brasil se encontra atualmente devido à pandemia da COVID-19, esses obstáculos são agravados pelas medidas adotadas em nome do enfrentamento da pandemia, como a redução da oferta de serviços públicos e a migração para o atendimento remoto.

Fica evidente, assim, como os processos que culminam na inclusão perversa das pessoas em situação de rua na sociedade refletem no acesso e direcionamento das políticas públicas, mesmo naquelas direcionadas a esta população. No caso das mulheres, um dos grupos mais vulneráveis da PSR, para além das dificuldades de acesso relacionadas ao grupo populacional de que fazem parte, vivenciam ainda preconceitos e desafios impostos pela sua condição de gênero, como será ilustrado na seção a seguir.

### **3 GÊNERO, POBREZA E RAÇA: QUEM SÃO AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA?**

Considerando-se que o gênero<sup>1</sup> é capaz de oferecer contornos específicos às experiências das mulheres em situação de rua, torna-se relevante compreender o lugar da mulher na sociedade capitalista, patriarcal e racista, como a brasileira. Percebe-se que as experiências das mulheres em situação de rua, mesmo antes de estarem nesta condição, expressam os efeitos desta sociedade, que confere posições e papéis específicos às mulheres, conformando experiências e subjetividades. Nesta direção, Edgar e Doherty (2001) pontuam que as mulheres em situação de rua são aquelas que “rejeitaram” ou foram rejeitadas por estruturas domésticas e familiares tradicionais em uma sociedade fundamentada no patriarcado, que produz formas diversas de opressão de gênero.

Ressalta-se que o conceito de gênero é compreendido, em acordo com Saifioti (1994), como a relação entre sujeitos historicamente situados e, portanto, pensar a mulher na sociedade capitalista implica, além das diferenças de sexo, as condições de inferioridade, desvalorização e opressão, de modo que as relações

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que, embora no debate aqui apresentado tenhamos focado na experiência de mulheres cisgêneras, reconhecemos a importância de não circunscrever uma visão cis e heteronormativa a respeito do gênero, e compreendemos a diversidade de experiências que são presentes neste campo.

de gênero se tornam relações entre desiguais. Nesta direção, é através do patriarcado que a opressão de gênero se torna diluída nas relações cotidianas, já que ele legitima e organiza as relações sociais no mundo capitalista, tornando-os sistemas interdependentes. Trata-se de um sistema, forte e sólido, de dominação e exploração do trabalho das mulheres pelos homens, cujo núcleo sustenta-se na divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres têm sua força de trabalho apropriada, enquanto os homens se beneficiam coletivamente desse sistema (BIROLI, 2018; SAFFIOTI, 2004).

A divisão sexual do trabalho, por sua vez, institui restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres, as quais, contudo, não incidem igualmente sobre todas as mulheres. A divisão sexual do trabalho posiciona as mulheres desigualmente segundo classe e raça, fazendo com que mulheres, pobres e negras, sofram mais intensamente as opressões da ordem patriarcal por vivenciarem, justamente, o cruzamento dessas opressões (BIROLI, 2018). Nesta direção, o gênero, compreendido como uma categoria analítica e histórica, estruturante das relações sociais (SAFFIOTI, 1994), não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, de forma que é justamente nessa interseção que se constroem as possibilidades e trajetórias de vida.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé W. Crenshaw (1989) busca expressar esse aspecto, ao focalizar sobretudo as intersecções entre raça e gênero, que podem contribuir para moldar a experiência de mulheres negras. É um conceito que frisa a não hierarquização das formas de opressão, postulando a sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014). Nesta direção, Arruzza (2015) ressalta que as relações de opressões não podem ser concebidas como puramente intersecções acidentais, sendo preciso identificar a lógica organizacional que as compõem, marcada pelo capitalismo. Pretendemos frisar, portanto, a importância de se considerar as opressões de gênero, raça e classe como parte integral da sociedade capitalista, assumindo, por isso, caráter complexo e relacional, exigindo uma análise histórica que evidencie o cruzamento de tais marcadores para cada sujeito, em seu tempo e sociedade.

Angela Davis (2016) faz alusão a este aspecto, apontando como a ideologia da feminilidade, que forjou o modelo de esposa e mãe ideais como instrumentos passivos para a reposição da vida humana, não incluía as mulheres negras, escravas e recém libertas. Segundo a autora, “os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia” (DAVIS,

2016, p. 25). Além de serem vítimas constantes de abuso sexual por parte de seus senhores, as mulheres negras escravizadas tiveram seus corpos tomados como “instrumento” de reprodução de mão-de-obra, assumindo o papel de “reprodutoras”, sendo-lhes, inclusive, negado o papel de mãe.

No Brasil, as mulheres negras escravizadas sofreram com a lógica de opressões e abusos, especialmente sexuais, da sociedade escravocrata, que as levou a serem “convertidas” em instrumentos de desejo sexual. Segundo Lélia González (1984), este legado é sentido nos corpos e subjetividades da mulher negra, que em seu cotidiano é vista como doméstica e “anônima”, submetida à racialização do espaço urbano, enquanto em algumas ocasiões, como no carnaval, através do papel de “mulata do samba” e de “rainha”, iguala-se ao “ideal” de mulher branca. De acordo com a autora, ser negra e mulher no Brasil implica ser objeto de uma tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo, somados aos de classe, a coloca no mais alto nível de opressão.

A análise proposta por Silva (2018) ajuda a elucidar esse cenário, ratificando que não é possível pensar a mulher sem considerar que o componente racial não se isola da sua condição social de sexo. Principalmente às mulheres não-brancas é atribuída a naturalidade de sua predisposição para o cuidado e criação, ligadas a ideias de maternidade, além de sua associação à pornografia e prostituição. A autora Flávia Biroli (2018) também demarca que, na sociedade capitalista e patriarcal, a responsabilização diferenciada do cuidado entre homens e mulheres, bem como entre mulheres de diferentes raça e classe social, produz custos diferentes, sobretudo para as mulheres negras situadas nas camadas mais pobres da população, constituindo circuitos de vulnerabilidade e alimentando as desigualdades existentes.

Neste sentido, as mulheres em situação de rua, situadas nas camadas mais pobres da população e em sua maioria negras, para além da precarização imposta à mulher negra, vivenciam aquela imposta às pessoas em situação de rua. Carregam consigo preconceitos e opressões ligados ao gênero, que confere a elas uma inferioridade “natural” do lugar da mulher, e ao de raça, sustentado, entre outros fatores, pelas características particulares da escravidão brasileira, que deixou como legado o homem branco no topo da hierarquia social.

Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, particularidades que compõem o grupo de mulheres em situação de rua no Brasil evidenciam relações desiguais em seu cotidiano. De acordo com a pesquisa, um considerável percentual de mulheres (20%) é responsável por crianças ou

adolescentes nas ruas e/ou albergues, o que implica não só maiores responsabilidades por parte dessas mulheres, comparando-se aos homens, mas também a necessidade de elas criarem estratégias para lidarem com o estereótipo de mulher-mãe, presente, inclusive, nas políticas públicas. Além disso, grande parte delas estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental, o que pode ser um indício de maior vulnerabilidade desse grupo nas ruas, considerando-se ainda que o número de mulheres que não sabem ler e escrever é maior em comparação aos homens (QUIROGA; NOVO, 2009).

A história de vida dessas mulheres é constituída por vivências convergentes, como dificuldades financeiras, violência doméstica, transtornos mentais, dependência de álcool e outras drogas, além da ruptura de laços sociais e familiares. Especificamente, uso de drogas, problemas familiares e violência, são apontados como fatores responsáveis pela situação de vida nas ruas (CÂMARA, 2019; LIMA, 2016; QUIROGA; NOVO, 2009; ROSA; BRÊTAS, 2015; ROSÁRIO, 2015; SANTANA, 2018; SILVA, 2019; VALLE, 2018).

O abuso de drogas é ambivalente no cotidiano das mulheres em situação de rua: como sobrevivência e saúde, serve como defesa e fuga das circunstâncias nocivas a que estão submetidas, mas, por outra via, torna-as vulneráveis e suscetíveis a doenças sexualmente transmissíveis, à já mencionada gravidez indesejada e à violência por parte de seus pares (BISCOTTO *et al.*, 2016; COLDIBELI, 2020; LIMA, 2016; ROSÁRIO, 2015; ROSA; BRÊTAS, 2015; SOUZA *et al.*, 2016; SANTANA, 2018). Em estudo brasileiro realizado com mulheres em situação de rua que fazem uso de drogas, o crack foi apontado como a principal substância de uso pelas entrevistadas. Como substância estimulante, foi compreendido como capaz de atender às demandas impostas pelas ruas, já que cessa a fome, tira o sono e deixa a pessoa em alerta (SOUZA *et al.*, 2016).

A violência, a pobreza e a condição de situar-se nas ruas parecem compor um mesmo ciclo: a violência aparece como fator central, sendo percebida tanto como causa, quanto como efeito da situação de vida nas ruas, impactando fortemente a saúde mental das mulheres; e a pobreza, inerente à condição de situar-se nas ruas, faz com que as mulheres priorizem aspectos outros de sua vida, que não a saúde. Ambos os fatores são apontados como desencadeadores do uso de drogas que, por sua vez, as expõem a mais situações de violência (BISCOTTO *et al.*, 2016; LIMA, 2016; ROSÁRIO, 2015; SANTANA, 2018; VARANDA; ADORNO, 2004).



A esse respeito, estudos evidenciam relatos de mulheres que afirmaram sair de casa por sofrerem algum tipo de violência, seja por parceiros íntimos ou familiares, e encontraram na fuga para as ruas a única maneira de garantirem sua segurança (ROSA; BRÊTAS, 2015; ROSÁRIO, 2015; SANTANA, 2018; SILVA 2019; SOUZA *et al.*, 2016; VALLE, 2018). É alarmante a expressividade dos relatos de abuso físico e sexual perpetrados por homens na vida dessas mulheres, presentes ao longo de toda a sua trajetória de vida, seja testemunhando atos de violência conjugal contra sua mãe, seja sofrendo violência na infância e fase adulta (COLDIBELI, 2020; CRAWFORD *et al.*, 2011; SANTANA, 2018; SCHMIDT *et al.*, 2015; SOUZA *et al.*, 2016).

As autoras Rosa e Brêtas (2015) são enfáticas ao afirmar que, para se compreender a vida das mulheres no contexto das ruas, é necessário compreender também as dinâmicas de poder e violência nas quais essas mulheres estão inseridas. Em sua pesquisa, a violência apareceu como tema transversal e de grande impacto na deteriorização das relações sociais das mulheres, sendo alarmantes os relatos de violência praticada pelos próprios parceiros. Além disso, a maioria das mulheres relataram sofrer situações de violência física ou sexual, seja nas ruas ou fora dela, adquirindo certa tolerância a formas não físicas de violência.

Em concordância com esses achados, Bezerra (2018) afirma que a violência de gênero é categórica na vida das mulheres em situação de rua, que têm a sexualização e a exploração de seus corpos como fator transversal em todas as esferas de sua vida, seja antes ou durante a condição de rua. A autora aponta, ainda, como esse histórico de violência é crucial na conformação das subjetividades dessas mulheres, que têm a violência como um fator estruturante em suas vidas.

Esse contexto de violências, somado às condições das ruas marcadas por dificuldades para conseguir abrigo, comida, roupas e higiene, são apontados como fonte de estresse, ansiedade e sofrimento pelas mulheres (BISCOTTO *et al.*, 2016; SANTANA, 2018). Além disso, estudos demonstram que em muitas ocasiões as mulheres precisam ignorar problemas de saúde ou recomendações médicas pela necessidade de priorizar outras questões diretamente relacionadas à sua sobrevivência, como a alimentação e as de ordem financeira (ESCOREL, 1999).

A relação entre maternidade e a condição de situar-se nas ruas já foi apontada pela pesquisa nacional como um fator de maior vulnerabilidade das mulheres, especialmente quando comparado aos homens. As mulheres em situação de rua que são também mães têm sua saúde fragilizada, e os cuidados com seu próprio corpo

são colocados em segundo plano, em detrimento dos cuidados de seus filhos. Além disso, a responsabilidade pelos cuidados dos filhos é percebida como fonte de estresse, seja por preocuparem com sua saúde e criação, seja pelo medo de perder a sua custódia (COSTA *et al.*, 2015; QUIROGA; NOVO, 2009). Nesta direção, Sanchotene, Antoni e Munhós (2019) apontam o sofrimento de mulheres em situação de rua que almejam permanecer junto aos seus filhos - desejo este considerado como fator de proteção a essas mulheres - mas precisam lidar com a realidade de os terem afastados, sendo criados por familiares ou instituições de acolhimento, sob tutela do Estado.

A maternidade nas ruas também se relaciona ao trabalho, envolvendo maiores preocupações e responsabilidades por parte das mulheres, e aparece muitas vezes relacionada às dificuldades para conseguir algum emprego, ao mesmo tempo em que isto se torna uma necessidade mais urgente por estar diretamente ligada aos cuidados dos filhos. Neste cenário, quando há a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, ela se dá sob condições de extrema precarização, passando desde a baixa remuneração até as condições insalubres de execução do trabalho, de forma que muitas precisam recorrer à mendicância ou à prostituição (ROSÁRIO, 2015; SANTANA, 2018).

Evidencia-se, portanto, que a realidade das mulheres em situação de rua é marcada por histórias imbricadas em situações de violência, opressão e marginalização. Assim, quando todo esse ciclo de violências e desigualdades desemboca nos corpos e subjetividades dessas mulheres, é possível analisar em que medida é dado um lugar de escuta e cuidado nos serviços de saúde e da assistência social, quais os direcionamentos de tais problemáticas, e os desencadeamentos e estratégias buscadas pelas próprias mulheres.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE RESTA ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA?**

Como já delineado neste trabalho, a relação entre as pessoas em situação de rua e as políticas públicas é permeada por diversos obstáculos, de modo que a frágil intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social dificulta a concretização dos direitos mínimos desta população. Estudos com pessoas em situação de rua apontam o acesso restrito deste público aos serviços formais de saúde, com destaque para a utilização de serviços de urgência e emergência. Além

disso, os dispositivos de saúde formal parecem não contemplar as necessidades desta população, que apresenta itinerários marcados pela articulação de redes informais e sociais para o autocuidado e legitimação do direito à saúde (DUARTE JUNIOR, 2018; VALE, 2018).

No caso das mulheres em situação de rua, pesquisas recentes apontam que a maioria não reconhece as instituições de saúde como um recurso principal de atenção, recorrendo, em último caso, à rede ambulatorial e de urgência, e tampouco se sentem incluídas nas instituições e políticas públicas criadas em nome dessa população (DOS SANTOS, 2014; LIMA, 2016; ROSO; DOS SANTOS, 2017). Essas políticas não mencionam ações voltadas para a saúde das mulheres, parecendo negligenciar o fato de que, além de serem mulheres, estão em situação de rua. Dessa forma, se, por um lado, as pessoas em vivência de rua têm necessidades particulares e estratégias próprias de cuidado em saúde, por outro, a falta de atenção por parte das políticas públicas direcionadas a esses aspectos gera sofrimento e menos qualidade de vida (ROSO; DOS SANTOS, 2017).

Percebe-se um direcionamento dos serviços ao universo masculino que, por sua vez, não impede que estereótipos relacionados ao ideal de feminilidade e mulher-mãe estejam presentes nas instituições. Em estudo realizado em centros de acolhimento para mulheres e crianças em situação de rua na cidade de São Paulo, foi demonstrado que em alguns abrigos destinados às mulheres, as usuárias que mais se aproximavam da percepção do que é “normal” em termos de família, cuidado e sexualidade, eram consideradas mais merecedoras do serviço. As mulheres mães consideradas “merecedoras” e “esforçadas” dedicavam-se integralmente à maternidade, e eram recebidas com olhar de valorização, consideradas mulheres “bem sucedidas”, que “trabalham e dão conta do recado”. Por outro lado, as não merecedoras eram alvos de decisões ou encaminhamentos que dificultavam o exercício da maternidade, como por exemplo, o acionamento do Conselho Tutelar (SALATINO; MIRANDA; LOTTA, 2019).

Este cenário reforça a importância de se considerar a influência das construções dominantes de gênero nas interações sociais e profissionais, que podem atuar como formas ocultas de opressão por prestadores de serviços, influenciando o atendimento aos usuários. Nessa direção, os programas direcionados à PSR devem considerar as relações de poder e gênero no planejamento de seus serviços, e um primeiro passo para fazê-lo seria o reconhecimento de que essas relações existem (ZUFFEREY, 2010).

Negativas de atendimento à população e exigências de ordem burocráticas também obstaculizam o acesso das mulheres aos serviços de saúde e assistência social (CÂMARA, 2019). As estratégias utilizadas por elas para vencer algumas dessas barreiras passam pela omissão de informações a seu respeito, como a frequência com que fazem o uso de drogas, e pela utilização de endereços falsos, seja para driblar as regras de atendimento de determinados serviços, seja para evitar atitudes preconceituosas por parte dos profissionais (ROSO; DOS SANTOS, 2017).

Estudo recente realizado com mulheres em situação de rua por Santana (2018), também aponta a burocratização dos dispositivos de saúde como uma grande dificuldade ao acesso dessas mulheres aos serviços. O principal fator ligado a essa dificuldade refere-se ao processo de realização do cartão SUS, que exige documentações e endereço fixo, embora a Portaria 940 do Ministério da Saúde (2011) tenha regulamentado que o Sistema Cartão Nacional de Saúde dispense a comprovação de endereço domiciliar da PSR. Além disso, verificou-se que não há normativas direcionadas a este público que especifiquem as mulheres, e muitas delas vivenciam dificuldades relacionadas ao acolhimento das equipes de saúde, que não consideram suas particularidades e individualidades durante os atendimentos.

Além dos entraves burocráticos, a falta de informação sobre qual serviço procurar para obter ajuda em questões relacionadas à saúde também foi apontado em estudo realizado por Valle (2018), segundo o qual uma mulher expressa sua vontade de realizar o exame ginecológico preventivo, mas não sabe qual serviço de saúde procurar e aponta a dificuldade para conseguir vaga na Atenção Básica. Em acréscimo, o estudo indica que os serviços de saúde são procurados pelos entrevistados, incluindo-se as mulheres, devido à agudização de doenças ou agravos que impossibilitam ou reduzem a mobilidade, e outras ações para a sobrevivência nas ruas.

Nesta direção, em pesquisa realizada com mulheres em situação de rua por Coldibeli (2020), os resultados apontam o protagonismo dos serviços da assistência social no cuidado às mulheres, e o Consultório na Rua como o principal recurso procurado pelas mulheres em busca de ajuda, seguido pelas unidades de urgência e emergência, e pelo CAPS AD. A pesquisa evidencia o papel dos serviços de saúde e da assistência social no gerenciamento e organização das rotinas

diárias das mulheres em situação de rua, ressaltando as contradições postas pelos mesmos, expressas, por exemplo, através das falas das mulheres ao discutirem a distância entre os diferentes serviços, a necessidade de ofertarem horários flexíveis e mais amplos, postularem sobre alternativas de atividades disponíveis (como artesanato, atividades físicas e culturais), e questionarem sobre o funcionamento dos serviços aos finais de semana.

A ineficácia dos serviços se estende ao aparato policial, como apontado por Valle (2018), ao demonstrar que as mulheres em situação de rua não sentem a proteção do Estado na imagem da polícia, que muitas vezes usa de sua autoridade para dar descrédito às denúncias de violências sofridas, culpabilizando as mulheres pelas agressões sofridas. Não obstante, pesquisas apontam situações de violência do aparato policial direcionadas à população em situação de rua, que assumem formas variadas, desde o desamparo ao uso da força física, em nome da sociedade e da manutenção da ordem (CÂMARA, 2019; VALLE; FARAH; JUNIOR, 2020).

Este cenário de dificuldades e restrições é agravado pela crise econômica e social acirrada pela pandemia da COVID-19 que, para além da perspectiva de aumento do número de pessoas em situação de rua, vem exigindo do governo a elaboração de um plano coordenado junto a este grupo de pessoas que, até o momento, não foi identificado. Diante de normativas tanto da OMS, quanto do Ministério da Saúde, que reforçam a necessidade do isolamento social, do uso de máscaras, da lavagem das mãos, e do uso de álcool em gel como medidas gerais para se evitar a propagação do vírus, tona-se importante a indagação sobre como podem, as pessoas em situação de rua, seguirem tais recomendações (NUNES; SOUSA, 2020; PAULA *et al.*, 2020).

Considerando-se a urgência desta problemática, Silva, Natalino e Pinheiro (2020) realizaram um levantamento buscando identificar medidas emergenciais tomadas pelos municípios para o enfrentamento da pandemia junto à população em situação de rua. Por concentrarem a maior parte deste grupo social, foram analisadas as capitais da região Sudeste e Nordeste do Brasil. O levantamento destaca medidas de abrigo, como a disponibilização de novas unidades de acolhimento e unidades específicas para doentes, utilizando-se inclusive da locação de vagas em hotéis; medidas de alimentação, como a ampliação do horário de atendimento dos restaurantes populares; e medidas de higiene, com o

fornecimento de *kits* de higiene em equipamentos e vias públicas, e a instalação de lavanderias e banheiros públicos. Estas medidas, contudo, possuem sérias limitações expressas, principalmente, pela dificuldade de testagem das pessoas em situação de rua, pela insuficiência das vagas de abrigamento, e pelos obstáculos para acesso às transferências de renda para esta população, especialmente vinculadas ao acesso à informação, documentação e tecnologia.

No tocante ao acesso à informação durante a pandemia, pesquisa realizada com pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro aponta que algumas descobriram a pandemia por meio de jornais impressos, que se encontravam expostos em bancas de jornal, ou por meio de notícias jornalísticas. Além disso, a pesquisa destaca como o fechamento do comércio e a decretação do isolamento social afetou o cotidiano das pessoas em situação de rua, na medida em que a circulação de pessoas pelas ruas da cidade diminuiu, levando também à diminuição de doações, ações filantrópicas e oportunidades de pequenos trabalhos diários (PAULA *et al.*, 2020).

No que diz respeito às mulheres em situação de rua, poucos estudos destinaram-se a investigar as suas experiências neste contexto, porém foi encontrado um estudo alertando para o fato de que, embora muitas mulheres em situação de rua sejam gestantes ou mães, não há um plano estratégico humanizado por parte do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios para lidar com suas demandas específicas de cuidado. As vagas em abrigos são insuficientes, e a atenção e cuidado às suas necessidades particulares, como saúde sexual e reprodutiva, permanecem precárias (NUNES; SOUSA, 2020).

Percebe-se, assim, que a realidade das mulheres em situação de rua evidencia a ineficiência de políticas públicas que enquadrem ações intersetoriais capazes de abarcar suas complexidades e singularidades. Em acréscimo, e atestando a gravidade desta problemática, em revisão internacional de literatura sobre a saúde de mulheres em situação de rua, foi encontrado que, apesar dos diferentes contextos e realidades de que se tratam os artigos analisados, a inadequação dos serviços às necessidades e particularidades das mulheres esteve presente em todos eles. Os resultados da revisão apontam, ainda, a importância de se pensar o MPC como o aspecto comum às diferentes realidades que, aliado ao patriarcado, atuam como organizadores, em alguma medida, das possibilidades de vida colocadas às mulheres em situação de rua (COLDIBELI; PAIVA; BATISTA, 2021).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar-se pela realidade das mulheres em situação de rua demonstra a necessidade de se empreender análises contextualizadas e que consideram as particularidades históricas existentes em cada cenário social. As histórias de vida dessas mulheres expressam o entrelaçamento entre as questões que permeiam o gênero, a pobreza, o racismo, a violência, a saúde e as instituições de cuidado, de modo que esta trama de relações precisa ser incorporada às políticas públicas direcionadas a este grupo social.

Observa-se que a condição de gênero produz contornos específicos para as experiências das mulheres em situação de rua, entendidos a partir da interseccionalidade que marca a constituição das suas subjetividades, qual seja, o fato de serem mulheres, pobres e, em sua maioria, negras, em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. Nesta sociedade, como já mencionado, ser mulher significa conviver com os estereótipos e preconceitos relacionados ao ideal de feminilidade que está intrinsecamente relacionado à produção da cultura e ideologia patriarcal, que é sustentado pelo próprio sistema econômico-social vigente, e que confere à mulher papéis específicos na sociabilidade capitalista. Associa-se à mulher o papel de mãe/cuidadora/esposa/dona-de-casa, instituindo-se padrões de relacionamentos, restrições e desvantagens que são reproduzidos no contexto das ruas.

Além disso, a violência, em suas variadas formas de expressão, aparece como um fator central e convergente na vida das mulheres em situação de rua, constituindo suas trajetórias antes e durante a vida nas ruas. A pobreza, condição inerente à situação de rua, também confere contornos particulares às experiências das mulheres, na medida em que vai influenciar diretamente sua saúde, necessidades diárias, bem como as demandas direcionadas aos serviços da assistência social e saúde.

Esta realidade parece colocar um grande desafio a estes serviços, bem como aos profissionais que neles atuam, na medida em que, de algum modo, toda essa complexidade deveria ser abarcada na formulação das propostas de cuidado ofertadas a estas mulheres. Alguns questionamentos tornam-se relevantes nesta direção: Como é possível, aos profissionais, escutar o patriarcado na história de vida dessas mulheres? Os equipamentos de porta aberta, estão abertos a que, de fato? O que dificulta a escuta dessas mulheres pelos serviços? Uma política pautada no princípio da universalidade trata também de um sujeito universal?

A realidade das mulheres em situação de rua evidencia a importância de se adequar os serviços próprios da PSR às suas particularidades e especificidades. Ela desnuda a contradição posta pela universalidade do acesso aos serviços, e a universalização do sujeito alvo do cuidado. Impõe o exercício de se pensar, junto ao princípio da equidade, que as políticas não são direcionadas a todo e qualquer sujeito – supostamente universal - mas, sim, a sujeitos marcados por diferenças conformadas, por exemplo, pelo entrelaçamento de gênero, raça e classe.

Diante disso, acredita-se que uma direção de trabalho possa ser pensada considerando-se, especialmente, dois pontos de reflexão: 1) Atentar para que a atenção ofertada no âmbito das políticas de saúde e assistência social não terminem por reforçar o ideal normativo de mulher vigente na sociedade capitalista; 2) a necessidade de se considerar todo o ciclo de violências presente na história de vida das mulheres, oferecendo espaços de escuta e recebimento dessas demandas, bem como atentar-se para que as próprias instituições não se conformem irrestritamente como instrumentos de poder e promotores de mais violências.

Estas reflexões sinalizam uma direção de trabalho que parece passar, principalmente, por três aspectos: a construção de estratégias de cuidado junto às mulheres em situação de rua; a sensibilização para uma escuta que seja capaz de ouvir o patriarcado nas histórias de vida dessas mulheres; e a incorporação das especificidades e particularidades que compõem este grupo de mulheres, na elaboração das propostas de cuidado. Trata-se de pautar o trabalho no diálogo e na escuta sensível e profunda das trajetórias de vida dessas mulheres, atuando muito mais “com” elas, do que “para” elas. Parece só ser possível realizar um trabalho nesta direção na medida em que há a escuta de suas histórias, o que pode favorecer para que tais mulheres sejam vistas como sujeitos diante das políticas: sujeito de direito, desejos, vontades, sonhos, para além das regras ou condutas previamente estipuladas. Constitui-se um desafio, certamente, porém, há de se apostar no potencial transformador desta práxis como um caminho para a construção de experiências de vida mais criativas, e com potencial de transformação da realidade destas mulheres.

Por fim, enquanto não superamos o MPC e a condição de vida nas ruas, que é uma realidade vivenciada por inúmeros sujeitos (homens, mulheres, crianças, idosos) em nossa desigual realidade socioeconômica, ressaltamos a importância de investirmos em estudos e intervenções que busquem conhecer e se aproximar da realidade concreta em que tais sujeitos se inscrevem. No caso das mulheres em situação de rua, em especial, consideramos que incorporar o debate sobre gênero



em sua perspectiva interseccional pode potencializar a construção de políticas públicas de saúde e de assistência social que sejam capazes de abarcar suas complexidades e singularidades.

## 6 REFERÊNCIAS

ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012.

ALCANTARA, S. C.; ABREU, D. P.; FARIAS, A. A. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 129-143, 2015.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015.

BAPTISTA, I. Women and Homelessness. **Homelessness Research in Europe**, p. 163-185, 2010.

BEZERRA, F. S. “**Nos bares, na lama, nos lares, na cama**”: uma análise ontológica da violência contra a mulher em situação de rua no Brasil contemporâneo. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BISCOTTO, P. R. *et al.* Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. **Revista Escola de Enfermagem**, v. 50, n. 5, p. 750-756, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reensp/a/MW7WynyQxZyQNhWQtTThCgR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Primeiro Censo e Pesquisa nacional sobre população de rua**. Brasília, DF, 2012.

CÂMARA, A. E. **Os modos de vida das mulheres em situação de rua em Maracanaú**. 2019. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CERQUEIRA, A. **Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. Trabalho de conclusão de curso (Departamento de Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COLDIBELI, L. P. **A vida tecida em contradições: Itinerários terapêuticos de mulheres em situação de rua a partir de uma etnografia multilocal**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

COLDIBELI, L. P.; PAIVA, F. S.; BATISTA, C. B. Gênero, pobreza e saúde: revisão sistemática sobre a saúde de mulheres em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2021.

COSTA, S. L. *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 1089-1102, 2015.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2005.

CRAWFORD, D. M. *et al.* Pregnancy and Mental Health of Young Homeless Women. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 81, n. 2, p. 173-183, 2011. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3383651/pdf/nihms379215.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOS SANTOS, V. B. **Mulheres em vivência de rua e a integralidade no cuidado em saúde**. 2014. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia da Saúde). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

DUARTE JUNIOR, C. F. **Histórias de vida e itinerários terapêuticos de pessoas em situação de rua em Itajaí/SC**. 2018. Dissertação de mestrado (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2018.

EDGAR, B.; DOHERTY, J. Women and Homelessness in Europe – Pathways, Services and Experiences. **Bristol: The Policy Press**, 2001.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <[https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%3%A9lia%20%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2021.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEAL, M. H. *et al.* Comparação da política nacional de atenção integral à saúde da mulher com política nacional de atenção básica: um olhar para saúde das Mulheres em situação de rua. Anais do 14º Congresso Internacional da Rede Unida. **Saúde em Redes**, v. 6, supl. 3, 2020.

LIMA, F. V. **Saúde e doença de mulheres em situação de rua: um estudo à luz da história oral**. 2016. Dissertação de mestrado (Mestrado Profissional em Saúde da Família) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ss-soc/a/MXPc4rLkBSzfxQGv5DQgW5H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2021.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicología**, Chile, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. n. 73, Ipea, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portall/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35812](https://www.ipea.gov.br/portall/index.php?option=com_content&view=article&id=35812)>. Acesso em: 5 out. 2021.

NUNES, N. R. A.; SOUSA, P. C. S. Para ficar em casa é preciso ter casa: desafios para as mulheres em situação de rua em tempos de pandemia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 97-112, 2020.

PAULA, H. C. de. *et al.* Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19. **Rev. Brasileira de Enfermagem**, v. 73, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/KWMyNkFjZFGHqFDvjPJQqTz/?lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2021.

PRATES, J. C., PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 191-215, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/1387>>. Acesso em: 5 out. 2021.

QUIROGA, J.; NOVO, M. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: **Rua: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2009, p. 157-173.

ROSA, A. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Comunicação saúde educação**, v. 19, n. 53, p. 275-85, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icsce/a/8T6c9LN8dqCzSJRFyypZDbT/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 out. 2021.

ROSÁRIO, G. O. **Análise das Condições e Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ROSO, A.; DOS SANTOS, V. B. Saúde e relações de gênero: notas de um diário de campo sobre vivência de rua. **Avances em Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 2, p. 283-299, 2017. Disponível em: <[https://revistas.urosario.edu.co/xml/799/79951336007/79951336007\\_visor\\_jats.pdf](https://revistas.urosario.edu.co/xml/799/79951336007/79951336007_visor_jats.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. A mulher sob o modo de produção capitalista. *In*: **Contexto: A mulher na sociedade capitalista**. Hucitec: Editora de humanismo, ciência e tecnologia, 1976, p. 1-22.

SAFFIOTI, H. I. B. Posfácio: conceituando gênero. *In*: SAFFIOTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 271-283.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHOTENE, I. P.; ANTONI, C.; MUNHÓS, A. A. R. MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 146-160, 2019.

SALATINO, L. C.; MIRANDA, J. R.; LOTTA, G. S. Políticas Públicas Para Mulheres Em Situação De Rua: Reflexões Sobre Categorização E Julgamentos. **Revista Política Hoje**, v. 28, n. 1, p. 225-249, 2019.

SANTANA, T. M. **Mulheres em situação de rua e o acesso à saúde na cidade de Salvador**. 2018. Dissertação de mestrado (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SCHMIDT, R. *et al.* Trajectories of women's homelessness in Canada's 3 northern territories. **International Journal of Circumpolar Health**, v. 74, n. 1, p. 1-9, 2015.

SIQUEIRA, L. S. Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica. **Temporalis**, n. 24, p. 353-384, 2012.

SIQUEIRA, L. S.; ALVES, G. L. Pobreza e desigualdade social: uma breve reflexão do Brasil e América Latina. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 4, n. 6, p. 11-36, 2018.

SILVA, L. T. Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras. **Revista Outubro**, v. 31, p. 152-175, 2018.

SILVA, M. S. B. **A experiência de mulheres em situação de rua: uma análise interseccional**. 2019. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, M. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Nota técnica, IPEA**, n. 74, p. 7-18, 2020. Disponível em: < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>>. Acesso em: 5 out. 2021.

SOUSA, A. P.; MACEDO, J. P. População em Situação de Rua: Expressão (Im)pertinente da “Questão Social”. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, p. 1-11, 2019.

SOUZA, M. R. R. *et al.* Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Revista Gaúcha Enfermagem**, v. 37, n. 3, p.1-9, 2016.

VALE, A. **Tecendo redes de produção de cuidado: itinerários terapêuticos de pessoas em situação de rua em um município de pequeno porte**. 2018. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2018.

VALLE, F. A. A. L. **Saúde como direito: o acesso da população em situação de rua ao Sistema Único de Saúde**. 2018. Dissertação de mestrado (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

VALLE, F. A. A. L.; FARAH, B. F.; JUNIOR, C. N. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192, 2020.

VARANDA, W.; ADORNO, R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 56-69, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CPFwkZBjHZXSS6YX-4djjQ4B/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 5 out. 2021.

ZUFFEREY, C. The gendered nature of homelessness service interventions: An Australian study. **Homelessness in Europe: Gender Perspectives on Homelessness**, Bruxelas, p. 21-24, 2010.

# Trabalho e População em Situação de Rua: vidas (das) nas ruas nos espaços urbanos

*Régia Maria Prado Pinto*

## 1 INTRODUÇÃO

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua,<sup>1</sup> publicado em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), identificou 31.922 adultos residentes em ruas, calçadas, praças, cemitérios, rodovias, parques, viadutos, terrenos baldios, postos de gasolina, carros abandonados, pontos de ônibus, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, alambrados de comércio, becos, lixões, ferros-velhos, ou pernoitando em instituições – albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio, igrejas, dentre outros lugares.

O Ceará ainda não realizou pesquisas que identifiquem o número e o perfil da população em situação de rua no estado de forma sistemática até os dias atuais. No entanto, o Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris) do Ceará publicado em 2018 pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos identificou que em 2017 havia 2.535 pessoas em situação de rua em 66 municípios cearenses, de um total de 184, sendo 1.055 em Fortaleza, 326 em Maracanaú e 168 em Caucaia. No Cemaris publicado em 2019, 59 municípios registraram 1.738 pessoas em situação de rua em 2018, sabendo que os maiores índices ocorreram em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

---

<sup>1</sup> O primeiro Censo e Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua foi realizado pelo MDS entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 em 71 municípios brasileiros, com o objetivo de identificar a estimativa de pessoas adultas em situação de rua no Brasil, bem como realizar a caracterização, a fim de subsidiar a implementação e/ou o redimensionamento de políticas públicas voltadas para esse grupo populacional. Entre as capitais, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois esses municípios tinham realizado pesquisas semelhantes em anos anteriores, nem Porto Alegre, porque realizou um estudo simultaneamente ao contratado pelo MDS. Em Belo Horizonte, foram identificados 916 e, em Recife, 888 adultos em situação de rua. Já em Porto Alegre, tal contingente equiparou-se a 0,061% da população das cidades selecionadas. O estudo contemplou as pessoas com ou acima de 18 anos completos e que aderiram à pesquisa de forma voluntária (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

O nosso foco da análise é de que a produção e reprodução do fenômeno em tela está associado à trajetória de vida de cada pessoa em situação de rua, mas têm como solo fundante as desigualdades sociais, marca indelével da sociedade capitalista. No entanto, o desemprego e o trabalho informal estão entre os principais motivos que levam pessoas a terem as ruas como espaços de moradia e sustento, bem como a permanecerem, principalmente nos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal adentrar nas formas e nas condições de trabalho e no acesso à renda de uma análise bibliográfica e pesquisa empírica junto aos/às participantes das entrevistas que utilizam o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua ofertado pelos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Maracanaú (Creas)<sup>2</sup>.

## **2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA**

A definição das cidades de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú para a realização das entrevistas é motivada pela importância de cada uma do ponto de vista econômico, político, social e histórico no estado. As três cidades partilham estruturas imprescindíveis no desenvolvimento do estado, com indústrias, portos, enorme contingente de força de trabalho e uma rede de infraestrutura de serviços mais complexa. No entanto, a cidade é permeada por diversas expressões da pobreza, conforme Iasi (2013, p. 41)

A forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas.

Na capital do Ceará, Fortaleza, o processo de urbanização e industrialização se deu para atender aos interesses do mercado brasileiro e internacional,

---

<sup>2</sup> Nessa cidade, o Centro Pop foi fechado em 2019, sendo então passado o atendimento à população em situação de rua para o Creas. Em julho de 2020, o Centro Pop de Maracanaú foi reaberto no contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

principalmente com o escoamento do algodão para as indústrias têxteis. A urbanização de Fortaleza gerou a mercantilização dos espaços urbanos, sem compromisso com a preservação da memória coletiva e das riquezas ambientais. Como uma grande metrópole, Fortaleza é o retrato do desenvolvimento urbano voltado para a acumulação de capital e marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Pois, as cidades expressam as condições de vida, as relações entre os indivíduos, as desigualdades sociais e a organização dos serviços públicos prestados ao conjunto da população. Segundo Maricato (2013, p. 20):

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social.

Em Maracanaú, a industrialização acelerada influenciou enormemente a urbanização subordinada à garantia de acumulação de capital por parte de grandes empresas instaladas no município atraídas por doação de terrenos pelos diversos governos, financiamento de recursos públicos e exploração da força de trabalho abundante e barata. Assim, a cidade – Polo Industrial do Ceará – é marcada por diversas expressões da pobreza.

Caucaia é uma cidade entre mar, sertão e serra. O turismo é um dos principais responsáveis pela expansão urbana, com a instalação de empreendimentos para atender aos turistas nacionais e internacionais, o que acirrou a disputa pelo direito à terra pela população indígena contra o avanço da especulação imobiliária. Caucaia é a expressão da exploração das praias e do mar para fins exclusivamente de acumulação de capital, mostrando visivelmente diversas contradições sociais forjadas na relação destrutiva com a natureza e desrespeitosa com o povo originário da cidade.

É um cenário de contradições sociais que circunda as três cidades, em que homens e mulheres têm as ruas como espaço de moradia e sustento. O relatório de informações sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (Sagi/MC) mostra 3.612 pessoas cadastradas em



situação de rua em Fortaleza, 360 em Maracanaú e 296 em Caucaia – dados de março de 2021.

Na pesquisa empírica, realizamos 28 entrevistas junto à população adulta em situação de rua atendida pelos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e pelo Creas de Maracanaú. Com o intuito de garantir o anonimato dos/as entrevistados/as, atribuímos-lhes codinomes de ruas de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia que fazem referências e homenagens às mais diversas personalidades históricas e artísticas e às etnias indígenas no estado do Ceará, como uma forma de valorização da nossa história e cultura.

Vale ressaltar que o universo amostral é composto por três mulheres e 25 homens. No tocante à cor, uma mulher declarou-se branca e duas negras. Dos homens, dois se declararam brancos e 23 negros ou pardos. No que se refere à faixa etária, os sujeitos da pesquisa estão predominantemente entre 30 e 55 anos de idade. A maioria dos/as entrevistados/as possui baixa escolaridade ou não é escolarizado/a. Somente três entrevistados/as declararam ter o Ensino Médio completo.

A adesão à entrevista deu-se de forma voluntária, tendo sido gravadas em áudio, garantindo um maior detalhamento e fidedignidade à análise dos relatos sob a anuência dos/as participantes, mediante a leitura e assinatura da Declaração de Livre Consentimento. Com o intuito de garantir o anonimato dos/as entrevistados/as, atribuímos-lhes codinomes de rua.

### **3 A (RE)PRODUÇÃO DO “FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA” NO CEARÁ**

A população em situação de rua surge como um fenômeno social inerente às relações desiguais entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista, que tem como centralidade a acumulação do capital. Convém colocar que as transformações capitalistas impactaram o mundo do trabalho, advindas, principalmente da reestruturação produtiva, reverberaram no aprofundamento do desemprego e do trabalho precário, contribuindo assim, para um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos.

No Ceará, o fenômeno em tela está intimamente relacionado com a inserção do Ceará no cenário nacional e internacional, que demandava algodão, matéria-prima necessária às indústrias têxteis no contexto, principalmente no contexto

da Guerra Civil nos Estados Unidos, denominada também da Guerra de Secessão (1861-1865).

Nesse sentido, pequenas indústrias foram instaladas em todo o Ceará, principalmente em Fortaleza, visando ao beneficiamento e ao escoamento do algodão para o mercado internacional. Fortaleza, a atual capital do Ceará, tornou-se rapidamente o centro político, econômico e cultural do estado.

O fim da Guerra de Secessão em 1865 reduziu drasticamente a demanda por algodão pelos Estados Unidos. Além disso, os longos períodos de seca e a escassez de água afetaram também a produção do algodão, trazendo impactos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais. Na realidade, já em 1877, famílias de sertanejos fugiam da seca e da pobreza a pé, de trem ou nos caminhões denominados de “pau de arara” para Fortaleza. As ruas de Fortaleza começaram a ser ocupadas por um enorme contingente de pessoas com fome, praticando a mendicância. Para Rios (2006, p. 15-16):

Chegando a Fortaleza, os flagelados se arranchavam nas sombras das árvores e nas calçadas de algumas casas. [...]. Os que não tinham parentes em Fortaleza chegavam sem rumo, saíam pedindo esmolas no comércio ou nas casas mais ricas. Muitos procuravam as redações jornalísticas. Tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois, ao chegarem à capital, era aí que costumavam registrar seus pedidos.

As famílias sertanejas construíam também barracos improvisados, surgindo, desse modo, as primeiras favelas em Fortaleza, entre os anos de 1930 e 1950. O entrevistado Tigipió (2019) faz o seguinte relato sobre essa temática:

*As dificuldades financeiras. No interior, tudo é muito difícil. Imagine uma família com 14 filhos; só o meu pai trabalhava. Minha ideia foi logo trabalhar. Então, viemos para Fortaleza. Eu vim para Fortaleza acompanhado de uma família que fui criado por ela. Trabalhava para essa família e morava com eles.*

Assim, indivíduos e famílias acabavam tendo as ruas como espaços de moradia e sustento, vivenciando a pobreza, o preconceito, a violência e a discriminação. Portanto, partimos do pressuposto de que o surgimento do fenômeno população em situação de rua está associado à migração de trabalhadores/as do

sertão para as cidades mais desenvolvidas, a exemplo da capital e da Região Metropolitana de Fortaleza, conforme o extrato do entrevistado:

*Eu trabalhei também como agricultor desde criança. Eu morava em Baturité. Quando eu era criança, trabalhava no roçado que a gente tinha. Quando o meu pai veio para Fortaleza, passei a trabalhar como servente. Depois que ele morreu, os irmãos cada um ficou por sua conta própria. Meus irmãos não têm condições; eles não têm nada; e eu estou nas ruas há dois anos. (ANTÔNIO SALES, 2019).*

O presidente Getúlio Vargas (1930-1945) adotou medidas, como o repasse de recursos públicos e de gêneros alimentícios para os estados atingidos pela seca e a implantação de uma política de controle do preço de alimentos para evitar abuso e a sua falta no mercado como estratégia de minimizar os impactos sociais e os desgastes políticos pela inércia do Governo Federal frente aos problemas gerados pelas secas prolongadas.

Os governos, no âmbito federal, estadual e municipal, implantavam também ações visando escamotear os efeitos da seca, dentre elas: o pagamento de passagens para cearenses migrarem para outras regiões do país; a criação dos campos de concentração chamados de “Currais do Governo”, pois eram cercados por arames ou cercas; e as frentes de trabalho. A instalação de campos de concentração em 1932 buscava impedir a entrada de migrantes nas cidades mais desenvolvidas do Ceará, em especial Fortaleza. As pessoas eram confinadas em condições precárias e trabalhavam em troca de hospedagem e de alimentação.

Os campos de concentração foram fechados em 1933, sob muita pressão de parte de intelectuais e dos meios de comunicação, que denunciavam o tratamento desumano e o genocídio de migrantes sob a organização das três esferas de governo. Os campos de concentração foram extintos durante a II Guerra Mundial, para evitar comparações com os campos nazistas e amenizar os desgastes da classe política cearense no cenário nacional.

Já as frentes de trabalho consistiam em utilizar a força de sertanejos/as na construção de açudes, estradas e ferrovias em troca de alimentação ou salários extremamente baixos, além de mantê-los/as ocupados/as. As frentes de trabalho garantiam a acumulação dos lucros dos proprietários de empreiteiras às custas da exploração da força de trabalho de sertanejos/as.

O marco da industrialização no Ceará no cenário capitalista nacional e internacional deu-se com a implantação do I Polo Industrial, na cidade de Maracanaú,

no governo do coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora (1963-1966), do partido União Democrática Nacional (UDN), que adotou um projeto de modernização por meio de implantação de empresas. O governador Virgílio Távora realizou investimentos em infraestrutura necessária para a industrialização e para o escoamento de mercadorias.

Entre os anos 1970 e 1987, o Ceará vivenciou o denominado *Ciclo dos Coronéis*, grupo político que se revezou na defesa dos interesses de fazendeiros com prestígio político e poder econômico, apropriando-se de recursos públicos para a realização de obras, favorecendo determinadas localidades e fazendas. Os governos dos coronéis eram pautados no mandonismo, no nepotismo, no falseamento do voto, no assistencialismo, no clientelismo, no paternalismo, no fisiologismo, no autoritarismo, na corrupção, na repressão dos movimentos sociais e na desorganização dos serviços públicos.

O governo do coronel César Cals de Oliveira Filho (1971-1975) favoreceu o crescimento econômico por meio da construção de rodovias e construiu a Rodoviária João Tomé, o Teatro do Centro de Turismo do Ceará e a Companhia Energética do Ceará.

Em seguida, o coronel José Adauto Bezerra assumiu o governo cearense (1975-1978). Filho de fazendeiro na área de algodão, deu continuidade à política paternalista, pautada no nepotismo, ao distribuir cargos para membros da família de governos anteriores. Investiu na modernização dos setores energéticos nas zonas rurais, nas obras de saneamento básico e nas medidas de valorização do serviço público.

O militar Virgílio Távora retornou ao governo entre os anos de 1979 a 1982. Ampliou o Distrito Industrial de Maracanaú nas áreas têxtil, metalúrgica e mecânica, favoreceu o sistema de abastecimento de água, criou a Companhia Cearense de Mineração e o Centro de Artesanato do Ceará, que recebeu o nome da sua esposa, Luíza Távora, espaço de referência de artesanato até hoje.

O último governador do *Ciclo dos Coronéis* foi o professor e economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota (1983-1987), fruto de um acordo entre a ala dos coronéis, que queriam permanecer no poder, e os empresários, que já pressionavam por mudanças na política cearense. Gonzaga Mota manteve as mesmas práticas clientelistas, a corrupção generalizada, a ineficiência da máquina pública e a desorganização das contas públicas.

As eleições de 1986 marcaram a derrota dos coronéis e uma nova fase da política no Ceará, com a vitória do jovem empresário Tasso Jereissati, do Partido

da Social Democracia Brasileira (PSDB), representando um projeto de modernização e a ascensão política de uma “nova” elite na direção do estado. Cabe destacar que o contexto nacional de abertura democrática também contribuiu para a decadência do poderio político do *Ciclo dos Coronéis* no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 no Ceará. A agenda liberal em curso no âmbito mundial era incongruente com o pensamento oligárquico que vigorava.

A industrialização no Ceará atingiu o seu ápice nos governos do empresário Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1999 e 1999-2003) e do advogado Ciro Gomes (1991-1994), os chamados “Governos das Mudanças”. O avanço da industrialização deu-se no contexto da implantação da reestruturação produtiva no Brasil.

[...] não seriam os setores progressistas da sociedade que dominariam a política local. Ao contrário, isso ficaria a cargo de uma facção da própria classe dominante, também travestida de nova e moderna: a crescente burguesia cearense, que em 1986 conseguiu eleger para governador do Estado o jovem empresário Tasso Ribeiro Jereissati [...]. (FARIAS, 2015, p. 512).

Os anos de governo de Tasso Jereissati foram marcados por uma agenda comprometida com a aceleração da industrialização com o apoio da burguesia local, nacional e internacional. Os “Governos das Mudanças” representaram uma alteração no ciclo de dominação burguesa, sob o véu da eficiência, da austeridade fiscal, da ética na política, da transparência na gestão pública e do combate ao clientelismo, bem como do apadrinhamento na política, que marcava fortemente o período do coronelismo. Os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes implantaram medidas à luz de uma agenda neoliberal.

O advento ao poder, em meados dos anos oitenta, do século passado, de um grupo de jovens empresários. Uma série de reformas institucionais foi realizada, principalmente administrativa, patrimonial, fiscal e financeira, com repercussões na economia cearense e nas finanças públicas do Estado. Desta forma, o presente estudo analisa as mudanças verificadas na condução do poder público no Ceará, nas décadas de 1980/90, com especial atenção à evolução das finanças públicas. Conclui que houve endividamento, mas também compensação de desequilíbrios no orçamento do Estado, amortização de dívidas e realização de grandes projetos de infraestrutura, porém com reduzido impacto social. O Ceará reduziu os gastos com ações públicas sob a responsabilidade do Estado e permanece como um dos piores bolsões de pobreza do Nordeste. (SOUSA, 2007, p. 602).

Os “Governos das Mudanças” realizaram uma série de alterações no setor industrial sob alguns eixos estruturantes: modernização do parque industrial de Maracanaú, já existente; incentivos à implantação de novas indústrias em diversas cidades do Ceará nas áreas têxtil e de calçados; fomento à agricultura e apoio irrestrito ao agronegócio; volumosos investimentos no turismo; e expansão do comércio e da área de serviços. Nesse sentido:

É necessário que o governo dote o Estado de infraestrutura para permitir a ‘livre’ circulação e a expansão continuada do capital. Neste sentido, implantam-se três eixos principais para as ações: a interiorização da indústria, pela implantação de novas indústrias e modernização do atual parque industrial; modernização da agricultura, pelo agronegócio e turismo, com a instalação de equipamentos necessários para a inserção das áreas litorâneas na rota nacional e consequente expansão do comércio e dos serviços. (ARAÚJO, 2007, p. 103).

Na esfera governamental, este período foi marcado por uma agenda de austeridade fiscal, reduzindo os gastos públicos, eliminando cargos públicos, congelando salários de servidores/as público/as, e também por um plano de aumento de arrecadação de impostos e de privatização de estatais. Mesmo em face de todo o investimento, o Ceará não despontou como uma grande referência industrial para o Brasil nos anos de 1980/1990. Todavia, em contrapartida, o governo de Tasso Jereissati contribuiu para o fortalecimento de uma “oligarquia empresarial” com muito poder econômico e político no Ceará e no Brasil.

Entre os anos de 1995 e 2002, o governo de Tasso Jereissati contou com o forte apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, obteve a liberação de recursos federais para importantes projetos na área de infraestrutura, como a construção de açudes e a ampliação da rede de energia elétrica às áreas rurais, e iniciou as obras da construção do Porto do Pecém, com o objetivo de ampliar o comércio internacional.

As políticas públicas não foram prioridades dos “Governos das Mudanças”, causando insatisfações na sociedade, principalmente da população das periferias. A crise econômica permeou o processo eleitoral, além do desgaste político do PSDB à frente do governo por diversas gestões do Ceará. Mesmo assim, o PSDB conseguiu eleger o seu candidato nas eleições de 2002, o médico Lúcio Gonçalves de Alcântara.

O governador Lúcio Alcântara (2003-2007) iniciou o seu mandato com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país. Contudo, o seu governo não se constituiu como uma oposição ao Governo Federal. Ao contrário, os acordos atraíram recursos para obras em infraestrutura e para a instalação de empresas, como a Companhia Siderúrgica do Pecém.

A vitória de Cid Ferreira Gomes (2007-2015), pela coligação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do à época Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contou com o apoio de Tasso Jereissati. O governador Cid Gomes deu continuidade à política de isenção fiscal e incentivo à industrialização. Investiu em infraestrutura, como o Cinturão das Águas, que possibilitou a transposição das águas do Rio São Francisco para diversas cidades do Ceará e para as indústrias do Porto do Pecém, no distrito do Pecém, pertencente à cidade de São Gonçalo do Amarante.

No governo de Cid Gomes, as obras da termoeletrica foram iniciadas em 2008, tendo a usina entrado em operação em 2012, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e ainda com capital estrangeiro, voltada exclusivamente para manter a estrutura da Companhia Siderúrgica do Pecém, alvo de críticas por estudiosos e ambientalistas. Este empreendimento ampliou a oferta de empregos, mas também trouxe impactos sociais e ambientais: fragilização da pesca, desapropriações, ocupações da faixa litorânea, desmatamentos e ocupações de dunas, especulação imobiliária e conflitos com terras indígenas Anacés, que foram transferidos para outro território depois de acordos judiciais. A sua gestão ficou conhecida também pelas obras inacabadas, como a reforma do Aeroporto Pinto Martins, para atender às necessidades dos jogos da Copa do Mundo, e a polêmica construção de um aquário na Praia de Iracema, o qual atualmente só possui as bases de concreto.

O governador Cid Gomes apoiou a eleição do seu sucessor, Camilo Sobreira de Santana (2015-2018 e 2019- 2022), do PT. Camilo Santana governa com investimentos em infraestrutura, como recuperação de estradas e continuidade das obras de transporte de Veículos sobre Trilhos e do Projeto de Escola em Tempo Integral. Durante o seu governo, a população cearense enfrentou o aumento da violência e da crise na área de segurança pública pela deflagração de paralisações por parte de policiais. O aumento da violência no estado é também resultado da disputa de facções ligadas ao tráfico de drogas, como a facção Primeiro Comando

da Capital (PCC), paulista, e Guardiões do Estado (GDE), cearense, a qual domina o maior número de territórios no estado.

O governador Camilo Santana investiu no turismo. Conforme a Secretaria do Turismo do Ceará, o estado recebeu 136 mil visitantes estrangeiros/as entre agosto e novembro de 2019, atingindo o maior aumento de turistas europeus de todo o Brasil. Em 2017, a administração do Internacional Aeroporto Pinto Martins foi repassada para a empresa alemã Fraport por um período de 30 anos. A concessão se deu a partir do programa de privatização por parte do presidente Michel Temer de aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração.

No ano de 2020, o Ceará, como os demais estados da federação, sofreu com a proliferação do novo coronavírus (Covid-19). A pandemia trouxe repercussão para a economia, no aprofundamento do desemprego e na perda da renda, além da superlotação da rede de saúde no estado. O fechamento parcial de fábricas e setores do comércio aniquilou postos de trabalho. A classe trabalhadora contou ainda com reduzidas e tardias medidas de proteção por parte do Governo Federal, necessárias ao cumprimento do isolamento social.

Apesar da ausência de dados, cremos no aumento de pessoas em situação de rua em face do desemprego, da ausência de renda e de políticas emergenciais mais eficientes e articuladas nas três esferas de governo. A redução de circulação das pessoas alterou o acesso à renda pela população em situação de rua, pois esse público trabalha predominantemente no mercado informal. Essa população é também mais vulnerável aos riscos inerentes à doença, tendo dificuldades de cumprir as medidas sanitárias de isolamento, de distanciamento social e de higienização de mãos e objetos, a qual vivencia ainda a redução das doações.

#### **4 MANIFESTAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

O campo da pesquisa mostrou que a maioria da população em situação de rua é composta por trabalhadores/as desempregados/as ou que trabalham no mercado informal em condições extremamente precarizadas. Nesta seção, debruçamo-nos nos percursos, rendimentos, dificuldades, barreiras e violações vivenciadas pelos/as entrevistados/as ao realizar as suas ocupações nos espaços urbanos das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, a saber: os trabalhos de flanelinhas ou vigias de carros, de catadores/as de materiais recicláveis e de artesãos/ás.



## 4.1 A população em situação de rua trabalha? “Nós trabalhamos!”

### 4.1.1 Flanelinhas e vigias de carros

Ao circularmos pelas ruas, identificamos a presença de flanelinhas ou guardadores/as de carros vigiando os veículos ou limpando os para-brisas dos automóveis nos semáforos nas cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. No Brasil, a profissão de flanelinha foi criada pela Lei Federal nº 6.242/1975 e regulamentada dois anos depois pelo Decreto nº 79.797/1977, todavia são quase inexistentes legislações municipais que regulamentem esse tipo de atividade. A presença desses/as trabalhadores/as nas ruas faz parte do cenário dos grandes centros urbanos como uma das estratégias de acesso à renda.

Dos/as 28 entrevistados/as na pesquisa de campo empírica, sete responderam que são flanelinhas há muito tempo, sendo esta a principal ocupação no acesso à renda.

*Fico em frente ao Banco do Brasil e ao Banco Santander. É o Centro de Caucaia; é bom para você trabalhar. Fico limpando os para-brisas de carros e vendendo água aqui na Caucaia. Eu acordo de manhã, vou no mercado, escovo meus dentes e lavo o rosto. Venho às 8 horas tomar café aqui [Centro Pop] e saio para trabalhar. (TABAJARAS, 2019).*

*Fico na Praça do Mercado ou na Praça da Matriz. Fico durante o dia e a noite com o meu marido. Ficamos somente aqui em Caucaia. Vigiamos as motos. Ficamos de flanelinha olhando as motos. Eu e meu marido ficamos à tarde porque pela manhã já tem outra pessoa. Eu e meu marido trabalhamos juntos. O dia que mais ganhamos foi quando uma vez eu e ele ficamos de 10 horas até as 18 horas: ganhamos R\$ 80,00. (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).*

Todos/as os/as entrevistados/as relatam que acabam construindo uma identidade com o local, constroem redes de solidariedade e de confiança entre os/as moradores/as, os/as comerciantes e os/as transeuntes nas áreas, conforme Lauro Maia (2019):

*E só fico na Gentilândia [praça]; há 28 anos só nessa praça. Sou flanelinha desde criança. Todo mundo me conhece aqui. As amigas das pessoas. Aqui ninguém rouba [...]. Me sinto bem aqui. Para mim, aqui é igual a uma família. Eu também lavo carro. Eu sou muito respeitador.*

Esses/as trabalhadores/as não possuem renda e jornada de trabalho fixas. A seguir, os relatos tratam sobre essa questão:

*Eu trabalho como vigia de carro no Centro Fashion a partir das 5 horas da tarde. Trabalho todos os dias: terça, quarta, quinta e sexta; sábado é o dia que eu ganho mais; é o dia de maior movimento. A partir das 17 horas até as 21 horas e 30 minutos. Por dia, eu ganho até no máximo R\$ 80,00. (SILVA JATAHY, 2019).*

*Vigio carros no Feira Center, aqui em Maracanaú. Vou almoçar no Restaurante Popular e de lá fico pela praça do banco. Fico pela manhã até meio-dia. No Feira Center é fraco à tarde, mas tem dias que ainda volta à tarde. Ganho R\$ 50,00 por semana. (BARBOSA DE FREITAS, 2019).*

A renda é destinada basicamente para a alimentação, principalmente nos fins de semana. Consoante Barbosa de Freitas (2019): “*Eu só ganho R\$ 50,00 por semana; é para comer no fim de semana*”. As instituições que prestam serviços ou ações para a população em situação de rua são fechadas aos fins de semana.

Os/As flanelinhas citam que a rotina de trabalho se dá em torno da movimentação nas vias públicas, portanto sem uma jornada de trabalho fixa. Em Maracanaú e Caucaia, os/as flanelinhas ficam nas proximidades de bancos, restaurantes, mercados, *shoppings*, hospitais e centros comerciais devido ao maior número de aglomeração de carros e pessoas. Além desses locais, em Fortaleza os/as flanelinhas ficam nas proximidades de casas de espetáculos, museus, cinemas, teatros e restaurantes.

As narrativas adiante tratam das dificuldades de exercer a atividade em razão do fato de a Prefeitura de Caucaia ter implantado a forma de cobrança denominada Zona Azul, em agosto de 2019, para estacionar em áreas públicas:

*Agora ficou mais difícil trabalhar como flanelinha. E a gente não pode vender Zona Azul porque não temos comprovante de endereço. A prefeitura colocou Zona Azul, ficou mais difícil para a gente. Todo lugar é Zona Azul. Só o que tinha para a gente fazer aqui era vigiar os carros. A gente poderia trabalhar na Zona Azul também, fazer o cadastro da gente, e a gente não pode vender Zona Azul porque não temos comprovante de endereço. (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).*

*A prefeitura daqui colocou a Zona Azul e prejudicou muito os flanelinhas, como eu. Os donos de carros não querem pagar mais. É disso que os mora-*

*dores de rua tiravam o seu sustento. Estamos deixando de ganhar o dinheiro. Sem isso, muitos podem roubar. Não podemos vender o bilhete de Zona Azul porque não temos a maquininha; sem condições. Veja, em Minas Gerais é diferente: o flanelinha pode vender para o dono dos carros. Aqui, em um estado rico, poderia criar forma, e não dificultar a vida do morador de rua.* (TABAJARA, 2020).

Em Fortaleza, a prefeitura também implantou a modalidade Zona Azul, mas não trouxe tantos impactos para a população em situação de rua que trabalha como flanelinha, tendo em vista a dimensão territorial da capital, além do fluxo de veículos. Em Maracanaú, ainda não existe essa forma de cobrança de estacionamento em via pública pela prefeitura.

Identificamos que o cotidiano desses/as trabalhadores/as é repleto de criminalização e de desqualificação dessa atividade nos espaços públicos por parte da sociedade e do poder público, pois são associados/as aos furtos de veículos. Segundo Barbosa de Freitas (2019): “*Deveria ter um cadastro. Se a gente tivesse um cadastro, seria muito melhor. Uma proteção, uma farda que nos identificasse, porque a gente está ali porque precisa*”.

Durante as entrevistas, identificamos a demarcação de territórios pelos/as flanelinhas nos espaços urbanos, conforme relatam:

*Eu tenho gente que trabalha comigo. Eu pego muito carro para lavar, aí passo para uma pessoa; é R\$ 10,00, então R\$ 5,00 é meu e R\$ 5,00 é dele. Isso não dá confusão.* (LAURO MAIA, 2019).

*Lavo carro e fico vigiando carro. Passo água e sabão. Fico na Praça do Liceu. Ganho R\$ 20,00 e dou a comissão do dono do espaço da praça; dou R\$ 5,00, porque a vaga é dele. Trabalho na vaga. Fico vigiando carros no estacionamento perto da igreja.* (TIGIPIÓ, 2019).

As demarcações dos espaços e semáforos estão intimamente relacionadas à concorrência entre esses/as trabalhadores/as. O respeito à demarcação dos territórios é resultado de imposição, medo ou outras formas de violência entre os/as próprios/as flanelinhas. Vale ressaltar que os/as flanelinhas são associados/as à criminalidade e aos furtos de veículos, o que demonstra a estigmatização e discriminação por eles/as sofridas por serem vistos/as como ameaças à vida e à propriedade privada.

O campo de pesquisa mostrou que esses/as trabalhadores/as têm na atividade de flanelinha ou vigia de carros uma das possibilidades de acesso à renda. No entanto, a renda insuficiente, que não garante o acesso às condições adequadas de vida, bem como garantir moradia. Além disso, esse tipo de trabalho é realizado sem acesso ao sistema de proteção da previdência social e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expostos/as ao sol, chuva e violência nas cidades.

#### 4.1.2 Catadores/as nas ruas

Em idas e vindas às três cidades em que realizamos a pesquisa, cinco entrevistados/as trabalham sistematicamente como catadores/as de materiais recicláveis nas ruas das três cidades pesquisadas, os/as quais nos aproximaram, por meio de seus relatos, da realidade do circuito da reciclagem. É comum identificarmos homens, mulheres, crianças e adolescentes manuseando sem nenhuma proteção os sacos acondicionados pelos/as moradores/as e proprietários/as de comércios nas calçadas. Também podemos identificá-los/as coletando diretamente nos arredores dos aterros sanitários. Em todas as situações, esses/as trabalhadores/as têm nos materiais recicláveis um trabalho extremamente precarizado e insalubre, sendo essa a sua única fonte de renda.

A catação é uma das principais ocupações entre a população em situação de rua em diversas pesquisas. Para o representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE, 2019), “A maioria dos moradores de rua trabalha como catador”. Os/As catadores/as de materiais recicláveis, por meio da catação e da separação dos resíduos sólidos, estão inseridos/as no circuito da reprodução de capital à medida que coletam a matéria-prima para novas mercadorias.

Nesse circuito, as indústrias acumulam capital por meio da exploração dessa força de trabalho e sem custos com o manejo dos materiais coletados dos sacos e latas de lixo nas ruas. Constatamos que os/as catadores/as são invisibilizados/as na cadeia produtiva de transformação dos materiais recicláveis em novas mercadorias para o mercado consumidor. As indústrias lucram às custas da exploração dessa força de trabalho. Vejamos:

*Acordo cedo e cato latinha até as 10 da manhã. Dou uma parada. Descanso depois do almoço, aí volto a catar latinha. Coleta aqui mesmo na Caucaia. Não cato na praia. Lá já tem muita gente, tem muita latinha na praia. Já me*

*cortei, sim. Faz um tempo. Cortei meu dedo.* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

*Um quilo de latinhas é R\$ 1,50. Para fazer um quilo, é preciso 70 latas. Para ganhar R\$ 10,00, temos que catar 700 latas. Papelão é mais barato ainda. O que é mais valorizado é latinha por causa do alumínio. É muita exploração. O capital especula, e assim a pobreza existe. Eu leio Marx e Lenin.* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Nas suas próprias palavras, os/as entrevistados/as narram a exaustiva jornada de trabalho realizada a pé, carregando um peso enorme, do carro e dos materiais colhidos, durante o dia todo, sob o sol escaldante ou no período noturno, estendendo-se por toda a madrugada, de onde retiram uma baixa renda. No período do inverno, os desafios são enormes por conta do lixo molhado. A extensa jornada de trabalho é uma forma de coletar mais material e obter uma renda melhor. É um cotidiano repleto de medo e insegurança, principalmente à noite, como expõe Bárbara de Alencar (2019): “*Eu trabalho com reciclagem. Eu tinha um carro, mas roubaram. Agora coloco no saco e vendo por cinco reais*”.

Os/As cinco entrevistados/as socializam que trabalham há mais de dez anos como catadores/as, tendo quatro deles/as dito que já haviam trabalhado com carteira profissional assinada. O interlocutor Irapuá (2019) havia trabalhado apenas uma única vez com a carteira profissional assinada: “*Trabalhei apenas uma vez de carteira assinada e há mais de 30 anos que trabalho com reciclagem*”. Todos/as catadores/as em situação de rua possuem baixa escolaridade. Fato este, um dos maiores dificultadores de acesso ao trabalho formal.

O trabalho dos/as catadores/as é absorvido pelo capital sem nenhum vínculo empregatício com os/as proprietários/as de depósitos e galpões responsáveis pela guarda e separação do material, bem como as fábricas que utilizam os materiais recicláveis para a produção de novas mercadorias. Sobre os/as *deposeiros/as*, destacamos o trecho à frente:

*O dono do depósito cede o carro, tipo uma geladeira, para a gente resgatar as mercadorias. Passa o dia trabalhando e à noite ele pesa e paga. Cada produto tem uma classificação: cobre, plástico, papel. Depende do produto e da variedade. A gente recebe por quilo. O quilo é R\$ 0,05. O quilo do plástico é R\$ 0,40. Esse depósito é particular; é de uma mulher. Paga muito péssimo.* (BARÃO DE STUDART, 2019).

O relato traz a organização no tocante ao valor de cada resíduo sólido pelos/as proprietários/as dos depósitos de acordo com a disponibilidade do material coletado nas ruas e o seu valor para o setor industrial. A renda auferida com a catação é usada basicamente no acesso à alimentação por todos/as os/as entrevistados/as, principalmente para os finais de semana, quando instituições que prestam atendimentos estão fechadas, conforme o relato: *“A gente amassa a latinha. Trabalhamos em todo canto. Um saco dá R\$ 5,00 ou R\$ 8,00, e aí vendo no depósito. Às vezes, só consigo R\$ 2,00. É pouco, mas é melhor do que estar sem nada.”* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019). Ou seja, a baixa renda obtida não permite que esses/as trabalhadores/as acessem à moradia digna.

Os/As proprietários/as de depósitos também alugam carroças para catadores/as que não as possuem. A propriedade da carroça está associada à possibilidade de obter uma renda maior: *“Quem tem carroça ganha mais dinheiro. Tem gente que tem sua própria carroça, e tem outros que alugam carroça. Essas carroças são feitas de geladeira velha. Estou tentando arranjar uma carroça”* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019). Além disso, há uma subordinação entre deposeiros/as, sucateiros/as ou atravessadores/as, donos/as ou trabalhadores/as dos depósitos que negociam a compra do material coletado. Os/As deposeiros/as se aproveitam e exploram os/as catadores/as: *“O valor que eles pagam é muito pouco”* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

No Ceará, o governador Camilo Santana sancionou o Decreto nº 33.361, de 14 de novembro de 2019, criando a Bolsa Catador, que destina um valor mensal de 25% do salário mínimo aos/às catadores/as por meio de suas cooperativas ou associações, incentivando, desse modo, a coleta seletiva. Esse decreto não contempla a realidade da população em situação de rua que trabalha com a catação devido às seguintes exigências:

I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar. (CEARÁ, 2019).

Embora os critérios não sejam cumulativos, o decreto ignora a realidade dos/as catadores/as sem moradia convencional, sem documentos e sem acesso à

energia elétrica e à água encanada. Para Pedro Pereira (2019): “*Muitos de nós não temos documentos, imagine um CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica]. O jeito é vender para os/as deposeiros/as*”.

Os/As entrevistados/as expõem as condições de trabalho aviltantes e a ausência de equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras, botas e outros) ao revirarem os sacos de lixos nas ruas, ficando expostos/as a diversos vetores de contaminação pelo contato ou pela inalação de produtos tóxicos, bem como pela ingestão de alimentos contaminados.

*Eu trabalho com reciclagem de latinha. Eu já me cortei várias vezes com vidro, quando a gente coloca a mão no saco. Lavo as minhas mãos e continuo catando as latinhas. Eu tenho tuberculose. Bebia muito e fumava demais: três meses; o tratamento seis meses. Eu não bebo nem fumo. (JUVENAL GALENO, 2019).*

*Eu catava tudo: plástico, papelão, ferro-velho. Eu comia comida do lixo, comia tudo, baião de dois, comia o que tivesse dentro das quentinhas [choro]. Perdi a força do meu braço e dói quando eu movimento, quando força. (IRAPUÁ, 2019).*

São comuns marcas de cortes nas mãos dos/as entrevistados/as devido ao contato com materiais cortantes e perfurantes ao manusearem os materiais coletados. O peso das carroças e sacos contribui para o surgimento de dores na coluna e nos braços. Vejamos:

*É uma situação difícil quando a gente fica doente. No momento, estou doente, sem condições de trabalhar esses dias. Eu vendo para um dono de depósito. A carroça não era minha; era do dono do depósito. E agora? Minha clavícula inchada. Eu quase quebro o pescoço. Fiquei na casa do meu amigo um período sem andar. Ainda tentei voltar a carregar o carrinho, mas dói. (IRAPUÁ, 2019).*

Os/As entrevistados/as relatam outros problemas de saúde, como: tuberculose, hérnia e dores nas costas, além de dificuldades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e da total ausência de acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas. Os depoimentos revelam cenas de degradação física e psicológica, uma vez que, para Marx (2013, p. 342): “O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador [...]”.

Identificamos o preconceito relacionado ao padrão estético dos/as catadores/as, logicamente pelo contato com os materiais descartados pela mesma população que os/as estigmatiza. Na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, Carolina de Jesus (2014, p.136) revela que: “Disse-lhe que eu trabalhava muito, que havia carregado mais de 100 quilos de papel. E estava fazendo calor. E o corpo humano não presta!”.

#### 4.1.3 O artesanato e as ruas

O artesanato é extremamente importante para a movimentação econômica em diversas cidades cearenses, principalmente aquelas com grande potencial turístico. Dos/as entrevistados/as, cinco afirmam que o artesanato é a principal forma de acesso à renda. Os/As entrevistados/as produzem suas próprias mercadorias inteiras e vendem em praças, restaurantes, praias, calçadas ou semáforos durante o dia ou a noite, conforme expõem:

*Durante o dia, faço as peças no Centro Pop ou na Pousada Social (das 10 horas às 17 horas) e saio para vender. Trabalho todos os dias. Se eu trabalhasse de carteira assinada, era melhor: direitos aos benefícios; teria condições de ter uma moradia. Eu vendo por R\$ 20,00 ou R\$ 30,00. Eu guardo as peças em uma lanchonete de um rapaz que conheço perto da Praça do Ferreira. Passei três meses dormindo na Pousada Social; perdi o horário e perdi a vaga. Fui vender os carrinhos na Beira Mar; cheguei tarde, perdi a vaga. (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).*

*Eu acordo às 4 horas da manhã e já saio produzindo e vendendo ao mesmo tempo. Encerro às 6 horas da noite. Eu faço uma rotina de trabalho mesmo. Eu vendo nos sinais de trânsito. Eu vendo por R\$ 10,00. Às vezes, ganho R\$ 80,00 por semana, até mais. Com esse dinheiro, eu pago meu almoço, meu café e minha janta. (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).*

José de Alencar (2019), além de trabalhar com catação de latinhas de refrigerantes, confecciona instrumentos musicais com esse material. Segundo ele: “O catador carrega uma quantidade excessiva de peso para ganhar pouco, por isso que eu procurei o artesanato e a reciclagem. Assim, eu agrego valor ao material reciclado. Com dez latinhas que eu coleteo, eu faço uma bateria. Ganho R\$ 10,00 fazendo artesanato” (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).



A renda adquirida com a venda das peças é usada praticamente no acesso à alimentação para os/as entrevistados/as, como mostra o relato a seguir:

*As pessoas nem querem comprar; querem fazer caridade. As pessoas, muitas vezes, nem querem o produto, querem ajudar. Mostrou a peça, às vezes, nem compram, mas me dão R\$ 3,00, R\$ 5,00, R\$ 10,00; nem levam a bateria. Eu acho é bom. Não vejo que desvalorizam o meu trabalho. O nosso conceito de moral na rua muda. Eu acho normal. Toda vida que o sinal abrir, eu só não posso caminhar de grátis. Tenho que ganhar alguma coisa. Para mim, isso é normal. Alguma coisa eu tenho que conseguir. (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).*

A grande dificuldade, entretanto, radica-se na aquisição de material para a confecção das peças. José de Alencar (2019) aprendeu artesanato em uma instituição: “*Eu aprendi a fazer artesanato para dentro do presídio. Aprendi a fazer móveis com cabo de vassoura também e trabalhei também para reduzir a pena.*” O mesmo chama a atenção para o fato de que o trabalho com o artesanato está associado às tradições e às diversas expressões culturais de um povo. Historicamente os/as artesãos/ás trabalham no mercado informal, sem renda e sem garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Em suma, a pesquisa aponta que a população em situação de rua acaba tendo o trabalho informal como a única forma de acesso à renda. Os/as entrevistados/as revelam a importância do trabalho no mercado formal como forma de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de possibilidade de saída das ruas, segundo a fala:

*A principal dificuldade é um trabalho com renda fixa. Fundamental garantir o dinheiro de um apartamento, de uma alimentação e de um transporte. É preciso colocar os nossos talentos para fora. Tem muita gente talentosa nas ruas. (FILGUEIRAS LIMA, 2019).*

O trabalho formal e a moradia são fundamentais para os/as participantes da nossa pesquisa ao pensar em processos de saída:

*O trabalho é tudo na vida de uma pessoa. Eu acho que a gente não vive sem o trabalho. Eu não vivo sem trabalho. Trabalhei muito. Tenho é uma vergonha dessa situação em que estou. Tenho uma filha que não conheci ainda. Eu sei*

*onde ela está. Ela sabe que estou no Ceará, mas não em situação de rua. A mãe dela é casada.* (TABAJARAS, 2019).

*Acreditamos que, com trabalho e moradia, é o começo. E podemos acessar as demais políticas públicas, da saúde, educação e outras ao mesmo tempo. O contexto do Brasil é de exclusão. É um desafio, porque o mercado nos exclui e nos deixa como exército industrial de reserva. O capitalismo aumenta a desigualdade e cresce com essa desigualdade.* (LUIZ GONZAGA, 2019).

A baixa autoestima é identificada nas narrativas durante as entrevistas. A autoestima é calcada na forma com a qual parte da sociedade e do poder público trata a população em situação de rua ou como a percebe. “*Os governantes não acreditam em nós. E muitos de nós também não acreditamos em nós mesmos*” (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). Diante disso, é necessário que as políticas sociais surjam como possibilidades de direitos e apontem para melhores condições de vida: “*O acesso a todas as políticas, e não apenas a meia política. Fazem meias políticas para a população em situação de rua*” (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Um entrevistado nos chama a atenção para o fato de que a baixa escolaridade é uma das principais dificuldades de acesso ao trabalho formal: “*Sem estudo, fica difícil até realizar um curso profissionalizante*” (ANTÔNIO SALES, 2019). A baixa qualificação profissional e escolaridade entre os/as participantes da nossa pesquisa é um dos entraves no acesso ao mercado de trabalho formal, principalmente diante das transformações no mundo do trabalho.

A oferta de projeto de capacitação profissional e de inserção ao mercado de trabalho tem encontrado enormes dificuldades com a implantação de cortes orçamentários, como exposto:

*Aqui em Maracanaú, prometeram um curso profissionalizante na área de refrigeração. É uma área muito boa, mas falaram que não vai mais ter esse ano. Era um curso de refrigeração, mas foi cancelado por conta dos cortes no orçamento, aí vão ofertar cursos que gastam menos dinheiro.* (TAPEBAS, 2019).

Além disso, é consenso que todas as políticas sociais são importantes, mas é preciso uma maior articulação entre elas, especialmente tomadas de decisão para a garantia de acesso ao trabalho e renda. No acesso às políticas sociais, é imprescindível a superação das violações dos direitos nas instituições, como a discriminação, o preconceito e o estigma por parte da sociedade, do governo e dos profissionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três cidades do campo empírico, Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, no Ceará, têm a marca da desigualdade estrutural, sob os pilares de um desenvolvimento econômico e de uma urbanização voltados à acumulação do capital, em detrimento das condições dos interesses da maioria da população.

Caucaia, Fortaleza e Maracanaú possuem os maiores índices de pessoas em situação de rua do Ceará, como já mencionamos. O desemprego e o trabalho precarizado surgem como dois dos principais fatores que levam indivíduos à situação de rua, bem como à sua permanência. No entanto, o mundo do trabalho faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua, sendo inclusive uma preocupação recorrente dos/as entrevistados/as.

Nas suas trajetórias, os sujeitos deste estudo sempre trabalharam, seja no mercado formal ou informal. Entre os/as entrevistados/as, 90% responderam que já haviam trabalhado com a carteira profissional assinada antes de estarem em situação de rua, principalmente em empresas terceirizadas e prestadoras de serviços na área de vigilância, serviços gerais e outras.

Mesmo com experiências anteriores de contratos formais de trabalho, os/as entrevistados/as estão desempregados/as ou trabalham no mercado informal em condições extremamente precarizadas há muitos anos, como os/as flanelinhas ou vigias de carros, catadores/as de materiais recicláveis e artesãos/ãs. De acordo com os relatos dos/as participantes, as ocupações identificadas são realizadas no contexto das ruas, sem renda fixa, sem cobertura previdenciária e sem direitos trabalhistas, em condições extremamente insalubres e degradantes, sob uma extensa carga horária de trabalho e desvalorizadas pela sociedade e pelo poder público.

Entre as ocupações expostas pelos/as entrevistados/as, pretendemos ressaltar que a dinâmica do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis é parte constituinte da cadeia de produção e da circulação de novas mercadorias a partir da reciclagem. Os/As catadores/as fornecem a matéria-prima para as indústrias e ainda contribuem na redução dos impactos ambientais causados pelos materiais descartados nas cidades, que são colocados nas calçadas, aterros sanitários ou lixões. Entretanto, esses/as trabalhadores/as são expropriados/as do acesso a parte dos lucros auferidos pelas indústrias e dos seus direitos. Somado a isso, os/as catadores/as não possuem acesso aos equipamentos de proteção sob a responsabilidade das empresas ou do poder público, tendo contato direto com resíduos orgânicos contaminados e materiais cortantes, perfurantes e enferrujados.

É sabido que a lógica da produção e do consumo tem sido cada vez mais pautada na redução do tempo de vida útil das mercadorias como estratégia de agilizar o ciclo reprodutivo e a ampliação dos lucros. Dessa forma, o aumento da produção e do consumo de mercadorias sem controle e sem respeito aos recursos naturais e ao meio ambiente tem contribuído para a ampliação dos lucros e da destruição do planeta, em que a população pobre é a que mais sente os impactos ambientais daí decorrentes. A obsolescência programada e a redução na taxa de utilidade das mercadorias são estratégias para o aumento da produção e do consumo, mesmo que o aumento do volume de resíduos sólidos traga severos prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população. A aceleração do consumo e a exploração dos recursos naturais têm causado a produção desenfreada de resíduos sólidos e seu descarte indevido ocasiona a poluição das águas de rios, lagoas, praias, mangues e lençóis freáticos. Essa é a lógica destrutiva do capital, nos termos de Mészáros (2011).

As empresas não possuem nenhuma responsabilidade com o destino final das mercadorias vendidas. Nesse contexto, os/as catadores/as responsáveis pela coleta e pela seleção de resíduos sólidos necessários à produção de “novas” mercadorias têm a sua força de trabalho expropriada. A produção de mercadorias em diversas áreas, em especial de bens duráveis, e o incentivo ao consumo desenfreado pelas camadas com maior poder econômico têm garantido a maximização dos lucros de grandes corporações por meio da destruição do meio ambiente e da exploração da força de trabalho.

As idas e vindas ao campo da pesquisa nos mostraram um número significativo de pessoas em situação de rua que trabalha com a coleta de resíduos sólidos como única forma de acesso à renda nos espaços urbanos. Os/as entrevistados relatam que trabalham em condições precarizadas e insalubres tendo em vista que mexem em sacos ou latas de lixos nos diversos. Captamos nos depoimentos dos/as entrevistados que o preconceito e o estigma permeiam o cotidiano nas ruas. Soma-se ainda, os diversos problemas de saúde adquiridos na catação, sendo os mais comuns: tuberculose, hérnia, dores nas costas e contaminação a partir do contato com materiais cortantes e perfurantes ao manusearem os materiais coletados. Em caso de adoecimento, além da ausência de renda, os/as catadores/as encontram dificuldades de acesso ao sistema de saúde

A precariedade do trabalho e a renda ínfima com a venda do material coletado mostram que são insuficientes para garantir o acesso à moradia, à alimentação

e aos bens produzidos coletivamente pelo conjunto da classe trabalhadora, conforme os relatos coletados. Por outro lado, empresários/as lucram imensamente com o trabalho dos/as catadores/as, que garantem a matéria-prima para a transformação de novas mercadorias. A cadeia produtiva que envolve o reaproveitamento de materiais recicláveis é sustentada por um contingente de trabalhadores/as em condições extremamente precárias e insalubres, desprotegidos/as de direitos trabalhistas e previdenciários. O campo empírico em questão mostrou a estreita relação entre a população em situação de rua e as atividades de coleta de lixo, principalmente nos grandes centros urbanos.

O preconceito está intimamente relacionado ao padrão estético dos/as catadores/as, logicamente pelo contato diário com o lixo nas ruas, por lidarem com os resíduos sólidos descartados pela mesma população que os/as estigmatiza, resíduos esses que, a priori, não servem mais, os quais, no entanto, surgem como fonte de renda para uma parcela de trabalhadores/as nos grandes centros urbanos.

Pontuamos ainda que é quase impossível circularmos pelas ruas sem percebermos os/as flanelinhas nos semáforos limpando os para-brisas dos carros ou realizando a vigilância de transportes particulares nas vias públicas nos grandes centros urbanos. Essas/as trabalhadores/as encontram nessas ocupações uma estratégia à renda, construindo uma identidade com o local e demarcando espaços públicos, redes de solidariedade e de confiança entre os/as moradores/as, os/as comerciantes e os/as transeuntes.

As entrevistas realizadas nos evidenciaram a incidência de conflitos entre os/as flanelinhas. Os/As participantes da nossa pesquisa por meio dos seus relatos apontam a existência do preconceito, da intolerância, da criminalização, da estigmatização e a desqualificação dessas pessoas nos espaços públicos por parte da sociedade e do poder público, ao associá-las à criminalidade e aos furtos de veículos. Ou seja, são vistos/as como ameaças à vida e à propriedade privada.

Os relatos coletados nos mostraram que aqueles/as que trabalham com o artesanato encontram inúmeras dificuldades no exercício dessa atividade, como: de acesso ao material para a confecção das peças, de espaços para a guarda e de pagamento suficiente nas vendas. Afirmam ainda que o trabalho é repleto de inseguranças por venderem principalmente no período noturno. A renda adquirida com as ocupações sinalizadas é usada praticamente no acesso à alimentação, sendo, portanto, insuficiente para prover o acesso à moradia digna e às demais necessidades humanas, bem como dificuldades para acessar os serviços públicos.

A população em situação de rua é parte constituinte de um contingente de trabalhadores/as desempregados/as por tempo indeterminado ou permanente, sem condições de disputar as parcas vagas no mercado de trabalho formal em razão da ausência de documentação, endereço fixo, baixa escolaridade e qualificação profissional, com diversos problemas de saúde e o uso abusivo de álcool e outras drogas. Tais barreiras foram confirmadas em nosso campo empírico.

As mudanças no mundo do trabalho ampliam o contingente de trabalhadores/as lançados/as por tempo indeterminado no desemprego e no trabalho precarizado que vivem no pauperismo e sem proteção social. Nesse sentido, inferimos que a população em situação de rua é parte constituinte desses/as trabalhadores/as, com mínimas possibilidades de ser absorvida no circuito da acumulação do capital.

Em suma, nessa sociedade marcada por tantas contradições, os/as entrevistados/as têm nas atividades de flanelinha ou vigia de carros, na catação de materiais recicláveis e no artesanato a possibilidade de acesso à renda, mesmo sem acesso ao sistema de proteção da previdência social e da CLT, expostos/as ao sol, chuva e violência nas cidades.

Diante dessa realidade, os/as entrevistados/as apontam que o poder público deve construir estratégias de acesso ao trabalho formal, considerando a realidade da população em situação de rua como uma forma de construção de novas possibilidades e projetos de vida. O desafio de garantir direitos pressupõe um amplo debate e ações construídas coletivamente, visando à organização política da população em situação de rua no acesso ao trabalho, à moradia, à convivência familiar e comunitária, ao respeito ao modo de vida e ao acesso às políticas sociais que permitam superar as violações de direitos.

## 6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. A industrialização no Ceará: breves considerações. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 97-114, 2007.

BRASIL. Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977. Regulamenta o exercício das profissões de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, a que se refere a Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jun. 1977.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1943.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais**: Bolsa Família e Cadastro Único. Brasília, DF: Sagi, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>. Acesso em: 23 maio 2021.

CEARÁ. **Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris)**. Fortaleza: Secretaria da Proteção, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/sistemas/cemaris/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CEARÁ. Decreto nº 33.361, de 14 de novembro de 2019. Regulamenta o disposto no art. 65, da Lei nº 16.032, de 20 de junho de 2016, que autoriza a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis - Programa Bolsa Catador, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 14 nov. 2019.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica. **Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, 2009.

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia et al. A questão urbana, estúpido. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl Heinrich. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIOS, Kenia Sousa. **Campo de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

SOUSA, Fernando José Pires de. Transformações políticas e institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 602-621, 2007.

# Análise da percepção do suporte social da População em Situação de Rua de Fortaleza-CE

*Andréa Ferreira Lima Esmeraldo*

*Júlia Monte Salles Gonçalves*

*Carolina Marinho Marcelo*

*Renata Cristina Façanha de Meneses*

*Verônica Moraes Ximenes*

## 1 A VIDA NAS RUAS E SEUS DESAFIOS

As ruas são experimentadas como casa por uma população plural e mais exposta à fome, à sede e à violência dentro de contextos de vulnerabilidades múltiplas, que caracterizam a situação de pobreza. Cerqueira (2006) traz a pobreza como uma força dinâmica e frenética, que se metamorfoseia e define cenários e subjetividades, logo, não se define somente pela impotência do consumo, ou seja, baixo poder de compra, devendo ser percebida como heterogênea e articulada a dimensões simbólicas que ancoram relações de sociabilidade.

A concepção de pobreza multidimensional, adotada em nossa perspectiva, se desloca de uma abordagem circunscrita à renda para considerar um quadro mais complexo que considera as oportunidades que as pessoas têm para levar uma boa vida e as suas influências causais (SEN, 2010). Pessoas na condição de pobreza precisam administrar recursos escassos para satisfazer demandas fisiológicas diárias no enfrentamento incansável das fortes privações simbólicas e materiais de acesso a condições adversas de sobrevivência, como privação de comida, roupas, equipamentos e medicamentos; e a serviços essenciais, como água potável, saúde e transporte público, tornando-se mais vulneráveis à morbidez evitável, adoecimentos, violências urbanas e oportunidades de tecer uma existência com menos sofrimentos, sendo o suporte social um importante dispositivo de enfrentamentos a tais contextos.

Nos grandes centros urbanos, pessoas que vivem nas ruas parecem compor a paisagem local, como se cada uma delas pertencesse a uma massa que tem a forma da miséria. Esta primeira impressão, no entanto, esconde a singularidade das histórias e a complexidade das experiências de quem habita e vive nas ruas. Se nos permitirmos uma aproximação, veremos neste universo aqueles que moram nas



ruas, que ali cresceram e fazem desse o seu espaço de permanência, ou nos deparamos com a rua vista como um abrigo temporário do qual se quer escapar, e um passo a mais nos dá a oportunidade de conhecer suas origens e seus anseios. Assim é que recorremos ao conceito expresso na Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), onde a heterogeneidade, a pobreza extrema, o rompimento ou a fragilização de vínculos familiares, a ausência de moradia regular e o uso das ruas para moradia e sobrevivência compõem a identidade social destas pessoas. Pereira (2008) historiciza o conceito ao destacar que mesmo sendo um fenômeno que atravessa o tempo, as características das pessoas que vivem nas ruas acompanham mudanças sociais. Além da perspectiva histórica, Rosa *et al.* (2020) ressaltam que estas pessoas estão comumente identificadas como uma marginalidade urbana, e se inicialmente os loucos predominavam neste cenário, as vicissitudes do capitalismo transformaram sua face; o que nos remete à Spivak (2010), para quem o lugar silenciado dos grupos subalternos, destituídos de sua humanidade, passa a não ser reconhecido.

Ainda que as informações oficiais sejam limitadas pela ausência de pesquisa censitária, já que o censo nacional coleta informações a partir dos domicílios, portanto não inclui as pessoas em situação de rua, estima-se um total de 221.869 pessoas vivendo nas ruas brasileiras (NATALINO, 2020). A partir de pesquisa oficial que considerou algumas capitais (MDS, 2009), é possível afirmar que prevalece o contorno masculino, marcado pelo desemprego, precariedade de formação escolar, uso ou abuso de álcool e outras drogas, como característica marcante da população que habita as ruas. Em Fortaleza, a Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS, 2018) informa que 83,5% das pessoas em situação de rua é do sexo masculino, 14,6% do sexo feminino e 1,9% identificam-se com outros gêneros, e no tocante à escolaridade, 79% tem ensino fundamental ou inferior, dados que se aproximam do perfil nacional.

O uso do espaço urbano como locus de sobrevivência reflete a relação das pessoas em situação de rua com o trabalho e a geração de renda, e engloba também um circuito de reprodução da vida diária, no qual o trabalho e a satisfação de necessidades básicas estão imbricados. Na rua, as possibilidades de trabalho são variadas, transitórias e irregulares, muitas vezes insalubres e insuficientes para subsistência (PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019). Desse modo, para a manutenção da sobrevivência é necessário recorrer a um circuito assistencial, que envolve tanto instituições públicas, como todo um entorno de relações que as pessoas

em situação de rua estabelecem com comerciantes, moradores locais e entidades não governamentais. Câmara (2019) ressalta que na constituição de suas estratégias de sobrevivência, as pessoas em situação de rua reinventam o espaço e seus significados.

A ausência de uma moradia convencional ou regular sinaliza a experiência de desabrigo expressa pela ocupação do espaço público de modo privado (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011), na qual práticas cotidianas e relacionais estão expostas à sociedade e confrontam a dicotomia entre o público e o privado. Ao mesmo tempo, anuncia a desproteção destas pessoas, pois a exposição de sua rotina se faz em paralelo à vulnerabilização de seus corpos. Para Alves e Osterne (2013), na rua tudo é público, facilmente permitido e visível, e as violências são naturalizadas como algo comum. Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2013) refletem sobre os processos de discriminação voltados às pessoas em situação de rua, ressaltando a imagem estigmatizada e depreciativa a que estão sujeitas e evidenciando os sentimentos de vergonha e humilhação, além da violência em decorrência de tais processos.

As vivências que antecipam a saída de casa para as ruas também podem ser importantes indicadores do suporte social circunscrito a essa população, que chega aos espaços públicos já previamente vulnerabilizada, a exemplo da menção a conflitos ou a violências domésticas como propulsoras para a situação de rua (MDS, 2009; BORTOLI, 2016), que prenuncia a fragilização de vínculos familiares. Todavia a rua também não se faz como um espaço de proteção, não sendo imune às relações violentas, ao contrário, violências e outras violações de seus direitos se fazem constantes, sofrendo atravessamentos da própria experiência do viver nas ruas.

Mediante a lógica adversa do desamparo, da falta e da desproteção, o encontro com circuitos de proteção, amparo e seguranças subjetivas, sociais e materiais se constituem estratégias de preservação da vida, da satisfação de necessidade e da humanidade; entretanto, segundo Silva *et al.* (2018) a situação de rua é circunscrita por diversas fragilidades, dentre as quais a da rede de suporte social. A partir das considerações da relevância do encontro com essas redes e da evidência de sua falta, faz-se fundamental discutir essa temática partindo da articulação teórica entre a pobreza, tônica subjacente à vida nas ruas, população em situação de rua e suporte social.

## 2 SUPORTE SOCIAL NO CONTEXTO DAS RUAS: TECENDO REDES

O suporte social é entendido por Siqueira (2008) como a disponibilidade de redes sociais por onde se adquire recursos materiais e psicológicos capazes de promover bem estar aos sujeitos. Segundo a autora, o conceito tornou-se importante através do reconhecimento das relações estabelecidas entre integração social e saúde, quando foi observado que era possível interferir no meio social para afetar positivamente a saúde.

O conceito debatido por Valla (2000) traduz a expressão norte-americana “*social support*” em “apoio social”, aproximando a palavra “suporte” de “apoio”. Dessa forma, consideramos as traduções sinônimas à mesma terminologia. Para Valla (2000, p. 41), apoio social é definido “como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos”. Nos alinhamos ao termo suporte social pela semelhança terminológica à “escala de suporte social”, utilizada como ferramenta desta pesquisa. É importante ressaltar a presença de outros seres humanos para que haja suporte social, sendo importante a concepção de redes sociais como lócus de alteridade e de apoio mútuo.

As redes sociais podem ser compreendidas como as relações que atravessam a existência de um indivíduo, constituídas pelas pessoas com quem são mantidos contatos sociais (SIQUEIRA, 2008) e que possibilitam aos sujeitos lidar com eventos estressores a partir da disponibilidade de um conjunto de recursos emocionais, materiais e informativos (MARENCO-ESCUDELOS; ÁVILA TOSCANO, 2016), o que aponta para as redes como articulações complexas, dinâmicas e potencializadoras de espaços de cuidado e solidariedade. Dutra *et al.* (2013) afirmam que a investigação das redes deve englobar sua estrutura, ou seja, os padrões de comunicação e de relacionamento, bem como a reciprocidade e a consistência das relações. Dessa forma, as redes sociais tecem alternativas, produzem espaços e experiências e tornam possível o amparo do suporte social.

É importante ressaltar que a experiência de suporte social sofre atravessamentos de ordem emocional e prática no cotidiano. De acordo com Siqueira (2008), o suporte emocional conduz o indivíduo a reagir e superar os possíveis transtornos na esfera afetiva através de sua rede social; enquanto o suporte prático representa segurança e tranquilidade para o sujeito, o que o faz acreditar que existem pessoas com disposição para suprir-lhe alguma necessidade de ordem prática.

Taylor (2011) ressalta que a avaliação do suporte social é subjetiva e encontra-se necessariamente vinculada à percepção de cada sujeito, implicando que a apreensão do apoio ofertado e aquele percebido possam divergir.

A presença de suportes sociais e práticos no cotidiano de pessoas que romperam com o espaço doméstico se constituem em fontes de recursos de alimentação, acessibilidade e fortalecimento de recursos emocionais no enfrentamento do cotidiano. Este suporte pode fazer várias frentes e se transmutar em benefícios socioassistenciais, aproximação das políticas públicas, ações da sociedade civil organizada, relações de amizade, de amor e outras estratégias de filiação desenhadas no amparo das redes sociais.

A proposta do suporte social evidencia que os contextos de pobreza não atingem necessariamente todos os pobres da mesma maneira. Grande parcela das classes populares está exposta ao que é chamado um estado de emergência permanente (VALLA; STOTZ, 1997), como a falta de abrigo e ameaça de despejo. A população em situação de rua é, na maior parte das cidades do Brasil, destituída de suporte social por inúmeras questões sociais, inclusive a falta de reconhecimento desta população por parte do Estado (HAMADA *et al.* 2018).

Há, na literatura científica, vários autores que debatem a relevância da presença deste suporte no cotidiano de pessoas em situação de vulnerabilidade. Dutra *et al.* (2013) apontam o suporte social como estratégia coletiva fundamental de sobrevivência para a população em situação de pobreza e outras vulnerabilidades sociais. Andrade e Vaitsman (2002) evidenciam que a percepção de suporte social pode ser um fator de proteção, enquanto o baixo apoio aponta fator de risco, indicando processos de desintegração social. Ferreira *et al.* (2014) afirmam o suporte social como possibilidade de enfrentamento ao estigma internalizado.

O universo da população em situação de rua é multifacetado, tem uma predominância de cor, sexo e escolaridade, o que demonstra a herança de um modelo de sociedade que carrega consigo uma história e cultura marcadamente escravocrata. Esta população compartilha em comum a divisão do espaço público como moradia e carrega como predicados a negritude, a baixa escolaridade e o ser homem como marcadores sociais estruturantes de sofrimento ético político, debatido por Sawaia (1999) como um sentimento de percepção da desigualdade coletiva que o inclui e colide com a lógica excludente à sua volta. Estes lugares sociais se metamorfoseiam, se entrecruzam e geram diferentes formas de experienciar opressões, buscar recursos e de perceber sua relação com o mundo que os rodeia.

A vida nas ruas como alternativa de sobrevivência traz atravessamentos como espaço produtor de misérias e estigmas, mas também, como território onde os enfrentamentos se manifestam como forma de lidar com dificuldades adversas e cotidianas, tornando fundamentais as discussões sobre redes de solidariedade e apoio na promoção de formas de sobrevivências e obtenção de recursos. Por isso, o suporte social pode ser um elemento fortalecedor das estratégias de resistência ao cotidiano adverso da vida nas ruas. Segundo Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016), a articulação e atuação de redes de apoio são potencializadoras de possibilidades de minimizar problemas como a fome, a falta de recursos financeiros e a ausência de um lugar para morar, se constituindo como um contraponto ao individualismo.

O suporte social pode contribuir para uma ampliação das possibilidades de agenciamentos e no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao cotidiano, sobrepujando situações de vergonha, humilhação e subalternidades. O vínculo e o afeto se articulam e se transmutam em alternativas de existência e resistência, oportunizando bons encontros e amortizando o sofrimento, informando e instrumentalizando caminhos às problemáticas de difícil resolução pela falta de recursos. Por isso, é fundamental a compreensão da pobreza através do viés da pluralidade de sua população e de seus desdobramentos, onde constam elementos afetivos, sociais, históricos e estruturais. Nesse sentido, é primordial a complexificação do fenômeno da pobreza como forma de sobrepujar sua naturalização resignada como um fenômeno estanque e sua definição apenas como ausência de renda dentro de uma perspectiva unidimensional.

A imagem dos miseráveis escancara a falibilidade de um modelo econômico e cultural que apregoa a imagem do homem bem-sucedido que só “vence na vida” através de estratégias moralizantes e individualistas, que sustentam a fantasia da meritocracia do esforço pessoal como caminho da riqueza e negligência a historicidade da exploração das desigualdades humanas. O suporte social vem na contramão das narrativas da figura do pobre como moralmente responsável pelo desfecho de sua condição, pressupondo a presença da alteridade a partir de encontros com um outro na forma de filiações, políticas públicas, movimentos políticos e espaços comunitários, formando teias de compartilhamento de forma complexa e multifacetada. Por isso, ressalta-se a relevância do suporte social ou a gravidade de sua falta.

Debater o suporte social da população em situação de rua desloca os pobres do não lugar, do silenciamento e da homogeneização, permite trazer à tona vozes

plurais, e faz com que nos voltemos à realidade de um cotidiano marcado por iniquidades intensificadas por ausências e barreiras de acesso. A partir do apontamento dessas questões, objetivamos analisar a percepção de suporte social junto a pessoas em situação de rua.

### **3 METODOLOGIA E SEUS CAMINHOS**

Trata-se de pesquisa realizada pelo Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará - NUCOM, financiada pelo CNPq, que abordou o tema “Implicações psicossociais da pobreza nos modos de vida das pessoas em situação de rua”. Tem delineamento descritivo correlacional com informações quantitativas, para as quais utilizou questionário como instrumento.

#### **3.1 PARTICIPANTES**

Primeiramente foi realizado um pré-teste com a população a fim de identificar a aceitabilidade e clareza da escala. Participaram deste estudo 285 pessoas em situação de rua do município de Fortaleza, no Ceará, no ano de 2019, atendidas em unidades de prestação de serviços específicos a essa população. Foi adotado como critério de inclusão pessoas com vivência de no mínimo seis meses em situação de rua, escolhidas em amostra por conveniência. Após a exclusão de questionários duplicados, incompletos e realizados com participantes que não atenderam ao critério de inclusão, a amostra final contou com 236 participantes. Do total da amostra, 118 (50%) responderam à pesquisa no Centro Pop do bairro Centro, 74 (31,4%) no Centro de Convivência, 24 (10,2%) no Centro Pop do bairro Benfica, 12 (5,1%) no Projeto Corre pra Vida e 8 (3,4%) na Casa do Povo de Rua.

Em nossa pesquisa, a avaliação das informações sociodemográficas revela uma população com idades que variam de 18 a 66 anos, sendo a média de 38,8 anos (DP=11,00), prevalentemente do gênero masculino (86,5%). Há ainda nítida predominância de pessoas negras em situação de rua, 73,6%, das quais 21,3% se autodeclararam pretas e 52,3% como pardas, enquanto 22,1% se definem como brancas, 1,7% como indígenas e 2,6% como sendo de cor amarela. Um número restrito de pessoas está na rua acompanhado de seu companheiro ou companheira (14%), sendo que esse percentual é maior entre as mulheres (30,8%).

Quanto ao número de filhos, 35% dizem não ter filhos, enquanto 51,7% têm entre 1 e 3 filhos, e 13,2% têm mais de 4 filhos. Considerável número de pessoas afirmou uma religião (católica, 31,8%; evangélica, 34,3%; espírita, 1,7%; religiões de matriz africana, 1,7%) e 50% declara que frequenta o templo de suas expressões religiosas.

Grande parte das pessoas em situação de rua (80%) sabe ler e escrever, sendo que apenas 4,7% não estudaram ou não chegaram a ingressar no ensino fundamental; 64,9% tem o ensino fundamental, podendo ou não ter finalizado esta etapa; 26,4% ingressaram no ensino médio, dos quais 20,9% concluíram; além disso, há um número limitado de pessoas (3,5%) que tem ensino superior (n=8). No mercado de trabalho, um conjunto de 65% das pessoas acessadas por nós já teve trabalho formal. Estando na rua, apenas 1 dos pesquisados (0,4%) tem vínculo empregatício formalizado, enquanto 69,9% atua de maneira informal através da mendicância, do trabalho sem vínculo empregatício ou fazendo bicos, e 32 % se mantém com programas governamentais.

O tempo de moradia na rua apresenta um grande espectro de variação, que vai de menos de 1 ano até 52 anos de vivência de rua, com média de 6,8 anos (DP=8,62). Os motivos que conduzem à situação de rua apresentam perspectivas diferentes de acordo com o gênero, enquanto para os homens o uso de álcool e outras drogas (36,2%) é citado como razão para a ida às ruas, entre as mulheres os conflitos familiares (34,8%) assumem esse lugar, ainda que tanto homens e mulheres tenham no desemprego (Homens=12,8%; Mulheres=14,7%) o impulso para a trajetória de rua.

### 3.2 INSTRUMENTO

Utilizamos a Escala de Percepção de Suporte Social - reduzida (EPSS-r). Este instrumento é uma versão da Escala de Percepção de Suporte Social validada por Siqueira (2008), esta composta por 29 itens distribuídos em dois fatores: suporte prático (19 itens, apoio instrumental e informacional) e suporte emocional (10 itens). A escala reduzida foi validada para populações em situação de pobreza (XIMENES *et al.*, 2020), e possui 12 itens, que avaliam o suporte Cognitivo-Instrumental, traduzido nos auxílios materiais, financeiros e informações que auxiliam a resolução de problemas, aliadas à postura de incentivo (8 itens) retratados nos itens: “Te empresta algo do que você precisa”, “Te empresta dinheiro”, “Orienta suas decisões”, “Te substitui em tarefas que você não pode realizar no momento”, “Esclarece suas dúvidas”, “Te fornece alimentação”, “Te ajuda a resolver um

problema prático” e “Dá sugestões sobre seu futuro” e o suporte Emocional-Cooperativo, observado no campo do afeto, no sentir-se amado, valorizado e cuidado, somado às contribuições na resolução de problemáticas e realização de tarefas (4 itens) presentes nos itens: “ouve com atenção seus problemas pessoais”, “está ao seu lado em qualquer situação” e “preocupa-se com você”. Tais itens pontuam de 0 a 3 como possibilidade de resposta (0=Nunca; 1=Poucas Vezes; 2=Muitas Vezes; 3=Sempre). A relevância da escala reduzida está na atratividade decorrente da quantidade menor de itens a serem respondidos. Os conteúdos e a linguagem encontraram-se adequados à realidade dos participantes.

Neste estudo, assim como no que o precedeu (XIMENES *et al.*, 2020) a confiabilidade da Escala de Percepção de Suporte Social foi aferida por meio do alfa de Cronbach, cujos valores foram  $\alpha=0,90$  e  $\alpha=0,86$ , respectivamente; que segundo Field (2009), em ambos os estudos atende valores ótimos (0,8 - 0,9), indica correlações distintas e confiáveis, e revela também sua consistência interna.

### **3.3 PROCEDIMENTOS**

O questionário amplo, contendo informações descritivas da amostra, índice de mensuração da pobreza, discriminação cotidiana, fontes de apoio social, além da Escala de Percepção de Suporte Social reduzida, foi aplicado de forma individual com apoio de pesquisadoras e pesquisadores do NUCOM, que realizaram leitura e preenchimento do questionário, como forma de suporte às pessoas pesquisadas.

As informações da pesquisa foram submetidas à exclusão de questionários inválidos, a tabulação dos dados e a limpeza do banco de dados, e então foram realizadas análises descritivas a fim de traçar o perfil sociodemográfico dos participantes. A escala foi submetida à análise de consistência interna e análise fatorial, bem como, foram estabelecidas relações entre a EPSS-r com as informações descritivas da pesquisa. Testes não paramétricos foram escolhidos em detrimento dos testes paramétricos em decorrência da não normalidade estatística das informações, avaliada pelos Testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

### **3.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS**

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior no Brasil. Os participantes da pesquisa foram convidados a



participar mediante explicação dos objetivos e risco de sua participação na pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado verbalmente e após sua assinatura iniciou-se a coleta de informações. Foi garantido o sigilo das informações assim como a possibilidade de retirada da participação em qualquer momento da pesquisa sem qualquer ônus, seguindo-se todos os procedimentos éticos da Resolução 196/1996.

## **4 RESULTADOS**

### **4.1 ESCALA DE PERCEPÇÃO DE SUPORTE SOCIAL REDUZIDA EPSS-R NO CONTEXTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Para aferir a validade estrutural da EPSS-r no presente estudo ( $n=236$ ), inicialmente verificamos a adequação das informações para realização da análise fatorial por meio dos indicadores:  $KMO = 0,88$ ; e Teste de Esfericidade de Bartlett ( $66$ )  $825,819$ ;  $p < 0,001$ , que apontou valor significativo ( $p < 0,05$ ), e assim confirmam a possibilidade de fatoração. A confiabilidade e a precisão da EPSS-r obtiveram excelentes dados de consistência interna pelo coeficiente alfa de Cronbach ( $\alpha=0,86$ ).

A Análise Fatorial Exploratória (AFE) considerou os critérios de Kaiser, ( $eigenvalue > 1$ ), Cattel (scree), e Análise Paralela. O critério de Kaiser realizado com método de componentes principais identificou dois componentes com valores próprios maiores que 1 ( $F1 = 4,723$ ;  $F2 = 1,145$ ), sugerindo a extração de dois fatores, que conjuntamente são capazes de explicar 49,96% da Variância Total (VTE), assim distribuídos: 39,42% no Fator 1- Suporte Cognitivo-Instrumental e 9,53% no Fator 2 - Suporte Emocional-Cooperativo. Na Matriz de Componentes, que correlaciona cada variável com os fatores através de sua carga fatorial, tem-se concentração de alta carga fatorial no primeiro fator, quando considerado em nossa amostra ( $n = 236$ ) como significativa carga fatorial  $> 0,4$ , de modo que 11 variáveis da escala estão representadas no primeiro fator de acordo com a Tabela 1.

**Tabela 1** - Matriz de Componentes da EPSS-r\*

Quando você precisa com que frequência você pode contar com alguém que:	Fatores	
	1	2
100 Compreende suas dificuldades	0,719	-0,346
103 Está ao seu lado em qualquer situação	0,718	0,004
102 Esclarece suas dúvidas	0,718	-0,091
105 Te ajuda a resolver um problema prático	0,706	0,242
106 Preocupa-se com você	0,658	-0,088
99 Orienta suas decisões	0,652	-0,359
97 Ouve com atenção seus problemas pessoais	0,637	-0,382
95 Te empresta algo do que você precisa	0,605	0,272
96 Dá sugestões sobre seu futuro	0,597	-0,108
101 Te substitui em tarefas que você não pode realizar no momento	0,564	0,265
98 Te empresta dinheiro	0,488	0,445
104 Te fornece alimentação quando você precisa	0,368	0,569

Fonte: Elaborada pelas autoras

\*Método de extração: Análise do Componente principal

A análise, com base em Cattell, indica, nesta escala, o início da dispersão de variância a partir do segundo fator, e assim preconiza estrutura unifatorial. A análise paralela com permutação de itens de Timmerman e Lorenzo-Seva (2011) também apresentou solução com apenas um fator. Dessa forma, consideramos que o comportamento unifatorial apresentado no Fator 1- Suporte Cognitivo-Instrumental condiz com funcionamento mais adequado para a EPSS-r aplicada a pessoas em situação de rua.

#### **4.2 IDENTIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA RELAÇÃO COM SUPORTE SOCIAL**

Procedemos a transformação da EPSS-r através da variável EPSSr Total a fim de avaliar relações entre suporte social e variáveis constitutivas de marcadores identitários e sociais das pessoas em situação de rua.

Tabela 2. Correlações EPSS Total

Variáveis	KW*	significância p	tamanho do efeito r
Idade	H(2)=16965	0,000	0,26
Sexo	H(2)=10,57	0,936	0,20
Raça	H(4)=4,14	0,414	
Estado civil	H(3)=15,40	0,02	0,01
Tempo de Rua	H(3)=0,84	0,841	

Fonte: Elaborada pelas autoras

\*Estatística do teste com graus de liberdade

Na Tabela 2, a percepção de suporte social apontou não ser afetada pelos indicadores de raça e tempo de rua. A idade apresenta relação significativa com a percepção de suporte social de modo a explicar 26% de seu resultado. A comparação entre grupos (jovens = 18-29 anos; adultos = 30-59 anos; idosos = acima de 60 anos) demonstrou que esse efeito se manifestou entre jovens e adultos ( $U=2718,50$ ,  $p<0,001$ ;  $r=0,27$ ), e entre os demais grupos, jovens/idosos e adultos/idosos, não se manifestou efeito significativo para o suporte social.

Verificamos, na Tabela 2, a relação significativa com sexo, de modo que a percepção de suporte se mostrou maior entre as mulheres, em comparação aos homens ( $U=1632,50$ ;  $p=0,001$ ,  $r=0,21$ ). A percepção de suporte também foi afetada pelo estado civil dos participantes da pesquisa ( $H(3)=15,40$ ,  $p<0,05$ ): a comparação entre grupos mostrou maior percepção de suporte de casados/companheiros em relação a solteiros, com efeito  $r=0,28$  e casados/companheiros em relação à separados com  $r=0,30$ , o que demonstra um efeito moderado na percepção de suporte. Entre os demais grupos não foram verificados efeitos.

A partir de outras análises estatísticas, no tocante à saúde, avaliamos que há diferença significativa entre a percepção de suporte social entre as pessoas que não possuem transtorno mental, quando comparada àquelas que possuem ( $U=4514$ ,  $p<0,05$ ,  $r=1,98$ ). A maior percepção de suporte se expressa para as pessoas que não possuem transtornos mentais.

É relevante mencionar ainda que não foram verificados efeitos do trabalho formal ( $U=5283$ ,  $p>0,05$ ), ou das formas de acesso à renda ( $H(5)=3,58$ ;  $p>0,05$ ) sobre a percepção de suporte para as pessoas em situação de rua. Igualmente, não foram observados efeitos com relação à religião ( $H(5)=4,89$ ,  $p>0,05$ ) ou com a

frequência a alguma igreja/templo ( $U=6267$ ,  $p>0,05$ ). Na comparação entre são ou não beneficiários de programas sociais governamentais não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas ( $U=.5872,50$ ,  $p>0,05$ ).

## 5 ANÁLISE E PERSPECTIVA DOS RESULTADOS

Na análise da EPSS-r, enquanto a pesquisa de Ximenes *et al.* (2020) revelou comportamento bifatorial, no nosso estudo predominou a estrutura unifatorial, resposta que também pôde ser verificada por Abreu (2019). Isto pode indicar que características estatísticas, como tamanho de amostra, que no estudo original contou com 1.113 participantes (XIMENES *et al.*, 2020) e nos subsequentes contemplou 251 participantes (ABREU, 2019) e 236 participantes na nossa pesquisa, causem impacto na estrutura do instrumento (HAIR *et al.*, 2005).

Outro aspecto a ser observado diz respeito a característica da população pesquisada, no caso de Ximenes *et al.* (2020) a escala foi investigada com moradores e moradoras de áreas rurais, e no nosso estudo foi na área urbana com pessoas em situação de rua, e, ainda que sejam grupos de pessoas em situação de pobreza, os modos de vida e as construções identitárias de ambos é diversa e pode indicar que tenham percepções diferentes sobre o suporte social. Donoso *et al.* (2013) mostram que, por ser permeada de incertezas, existem peculiaridades que demandam estratégias para enfrentar a realidade das ruas, que perpassam a busca diária por garantir alimento, sono e dinheiro, e isso se faz por meio de um andar sem lugar certo, uma experiência bem distante dos dias vividos em comunidades rurais.

O fator que apresentou cargas mais consistentes com as pessoas em situação de rua foi o Fator Cognitivo-Instrumental, no qual todos os itens, mesmo aqueles que corresponderiam ao Fator Emocional-Cooperativo, apresentaram valores entre 0,368 à 0,719. Field (2009) recomenda que numa amostra que tenha a partir de 200 participantes as cargas fatoriais são significativas a contar de 0,364, o que se verificou na estrutura unifatorial quando a EPSS-r é aplicada à população em situação de rua. De forma, os itens que expressam o esforço cognitivo-instrumental se aproximam dos itens de conteúdo emocional-cooperativo. Para pessoas em situação de rua, as privações materiais e simbólicas estão postas na urgência de satisfazer necessidades preemptórias de sobrevivência, como apontam Kunz, Eckert e Carvalho (2014) em quem os saberes nas ruas são entremeados pelas táticas para a sobrevivência. Assim, por considerar as especificidades da vida nas ruas,

compreendemos que a estrutura unifatorial pode refletir de maneira adequada a percepção de suporte para as pessoas de nosso estudo.

A percepção de suporte social das pessoas em situação de rua foi então analisada levando em conta a relação da EPSS-r com características que marcam a identidade de PSR.

Identificamos que a Percepção de Suporte Social apontou não ser afetada pelos indicadores de raça e tempo de rua, por outro lado, foi significativamente afetada por idade, sexo e estado civil das pessoas pesquisadas.

Na análise da falta de relação significativa com a raça e suporte social, O extenso histórico de escravização da população negra no Brasil, em sua precária e violenta integração social (SILVA, 2019) permite a compreensão sobre a discrepância na quantidade de pessoas negras em situação de rua, 73,6% em nossa pesquisa, quando comparadas à quantidade que se apresenta na população geral, 54% (IBGE, 2020). Contrário à nossa hipótese inicial de que a percepção de suporte social pudesse se diferenciar em função de marcadores raciais, o que verificamos foi que as diferenças não foram estatisticamente significativas. Palomar e Cienfuegos (2007) afirmam que por estar imbuída de características pessoais, a percepção de suporte social não é, necessariamente, um reflexo do real suporte recebido. Esta informação nos conduz às ideias de democracia racial e harmonia social (NASCIMENTO, 2016) predominantes em nosso processo de socialização, como importante vetor para que a discriminação racial seja diluída em narrativas que invisibilizem o racismo, de modo que mesmo que ocorressem discriminações que comprometam o apoio social recebido pela população de rua, este não seria identificado. Uma outra perspectiva, igualmente reveladora dos estigmas atribuídos às pessoas em situação de rua, é a ideia de indiferenciação de quem vive nas ruas, como se fossem todos semelhantes e pudessem ser identificados como um único todo, o que podemos verificar em nomenclaturas que lhes definem como mendigo, marginal e negro (CUNDA; SILVA, 2020).

Para Câmara (2019), o maior tempo de rua tende a maior apreensão dos modos de vida próprios deste cenário, entretanto compreendemos que ao compor este grupo populacional o tempo de permanência não se configura como um fator identificável à primeira vista, como o são os marcadores de gênero, idade, entre outros. Razão pela qual as ações de suporte ou de discriminação se manifestem à despeito do fator temporal.

As pessoas com idades entre 18 e 29 anos percebem maior suporte social, quando comparadas a pessoas adultas. É possível tecer algumas explicações que

justifiquem esta diferença, as pessoas mais jovens têm uma maior abertura do mercado de trabalho, mantém contato ainda com familiares, uma maior facilidade de comunicação ou possuem uma menor expectativa quanto ao suporte social, pois a percepção de suporte é influenciada por características sociais e de personalidade dos sujeitos (LEVER; MARTINEZ, 2007).

Parceiros ou parceiras e a família configuram a rede de apoio imediata, o que nos permite analisar a maior percepção de suporte entre as pessoas que se encontram acompanhadas em sua trajetória de rua. As pessoas solteiras apresentam menor percepção de suporte, o que ressalta a necessidade de, nas ruas, estarem em grupo para sua proteção e sobrevivência. Para Cunha *et al.* (2017) e Bortoli (2016), um relacionamento amoroso pode funcionar como fonte de cuidado e proteção tanto para homens como para mulheres. Além de ter uma companhia com quem contar, é importante pensarmos que estando nas ruas as mulheres costumam assumir as tarefas de reprodução social e assumem o papel de cuidadoras, o que amplia a sensação de ser cuidado por quem está ao seu lado. A percepção de ser cuidado, assim como as trocas afetivas, estão no cerne da definição de Suporte Emocional-Cooperativo proposto por Ximenes *et al.* 2020.

Ademais, Silva (2012) ressalta que a formação de parcerias e grupos nas ruas é determinada pelo compartilhamento de informações sobre as estratégias de sobrevivência. Assim, a percepção de que alguém está preocupado consigo é compatível com os aspectos práticos de sobrevivência e com o enfrentamento da solidão, corriqueiros às sucessivas rupturas presentes na situação de rua. Neste ponto, os modos de vida podem ter “sua máxima expressão na multiplicidade manifesta em gestos, afetos, sentidos, enfim, nas mais arrematadoras ou singelas formas de expressão no mundo” (CERQUEIRA, 2006, p. 31).

A percepção de suporte social percebida foi maior nas mulheres em comparação com os homens, pois as mulheres além de vincular-se à construção de parcerias afetivas (MDS, 2009), muitas mulheres estão nas ruas com seus companheiros. Historicamente, a relação da mulher com o espaço público é permeado de óbices, visto que numa construção patriarcal, à mulher cabe a vida reprodutiva e o ambiente privado (FEDERICI, 2019; BIROLI, 2018), por conseguinte, o estar nas ruas desafia o papel e o espaço socialmente legitimado para o feminino. A estranheza causada por esse deslocamento pode incidir para que as mulheres acessem mais benefícios, quando habitam as ruas, pois os mitos sobre o feminino, em especial o da fragilidade das mulheres (SAFFIOTI, 2015), aspecto que faz com

que nas ruas pareçam mais subordinadas e menos ameaçadoras (MARSICANO; LEVINSON, 2020). A ideia de docilidade e fragilidade presente na representação social das mulheres pode suscitar reações de solidariedade tanto pelos grupos que convivem nas ruas, como na percepção geral da sociedade, e assim contribuem para maior percepção de suporte entre as mulheres. Ainda que eivada de contradição, visto que é patente a ausência de serviços públicos que atendam demandas específicas de mulheres em situação de rua (CÂMARA, 2019), a maior percepção de suporte entre elas aponta esta categoria complexa, que não pode ser definida exclusivamente pelos recursos dispostos na rede de suporte social.

O baixo suporte social entre as pessoas que apresentam algum transtorno mental foi apontado na nossa pesquisa. Segundo Borysow e Furtado (2014), ao analisar as políticas públicas, identificam que as mesmas se mostram inflexíveis à complexidade das pessoas com transtornos mentais, além de apresentarem entraves burocráticos nos serviços no atendimento da população em situação de rua, configurados em modelos hierarquizados que concentram suas intervenções na retirada das pessoas das ruas, o que pode ser incongruente e violento para as pessoas com transtornos mentais. A loucura, assim como a situação de rua, é alvo de intensa estigmatização, que produz e amplia a exclusão social (NUNES; TORRENTE, 2009), situação que pode reduzir as fontes de apoio para as pessoas com estas características, e demarcar a baixa percepção de suporte social.

Apesar da vinculação religiosa dos participantes da pesquisa e da intervenção assistencial de entidades religiosas junto a pessoas em situação de rua, isto não se refletiu na percepção de suporte social. Assumir uma matriz religiosa ou mesmo frequentar um templo foi indiferente à percepção de suporte social das pessoas em situação de rua. Este achado se contrapõe a Rossi e Tucci (2020), que localizam no convívio religioso o acolhimento e a identificação grupal, capazes de favorecer suporte social no contexto das ruas. Este fato nos convoca a questionar se os estigmas que pesam sobre pessoas em situação de rua seriam capazes de limitar ações de acolhimento mesmo no contexto das práticas e das comunidades religiosas.

Com relação à análise da ausência de significância entre a percepção de suporte social, o trabalho formal e o acesso à renda, precisamos inicialmente considerar a discrepância entre o acesso ao emprego formal antes e depois da situação de rua, como demonstrado em nossa pesquisa, já que a pauperização e a falta de um trabalho não só impulsionam a situação de rua, como favorecem a sua perpetuação, expondo essa população a atividades cada vez mais precárias e incapazes

de possibilitar autonomia financeira (PINHO; PEREIRA; LUSSE, 2019). Igualmente, os estigmas e os preconceitos que acompanham a vivência de rua, além do afastamento de postos de trabalho dignos, contribuem para a ideia de culpabilização pela pobreza e pela situação de rua, de modo a limitar fontes de suporte, além de funcionar como terreno para sentimentos de vergonha e humilhação. Assim é que a discriminação cotidiana, vivenciada pelas pessoas em situação de rua, fragiliza a percepção sobre o suporte social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da percepção de suporte social junto a pessoas em situação de rua aponta para a presença dos aspectos Cognitivo-Instrumental, que englobaram também os aspectos Emocional-Cooperativo na perspectiva da resolução de problemas e necessidades práticas, já que este grupo de pessoas possui privações básicas para a sobrevivência. Então é muito importante associar as necessidades práticas com as necessidades emocionais a partir de uma visão complexa do ser humano e da realidade social. Neste sentido, apontamos algumas limitações do uso único da escala de suporte social como único instrumento de análise, o que obstaculiza uma análise mais compreensiva e aprofundada da dimensão subjetiva da experiência humana. Sugerimos pesquisas futuras que aliem o uso de metodologias quantitativas ao uso de técnicas de entrevistas em profundidade como forma de contribuir com as discussões sobre a percepção de suporte social da população em situação de rua.

O suporte social e os marcadores de identidade, raça e tempo de rua não apresentaram relações de forma significativa. As discussões sobre raça retratam a invisibilidade e a dificuldade de assumir questões raciais presentes na nossa sociedade, e, portanto, também na vida das ruas. No caso do tempo de rua, as necessidades são tão prementes desde o primeiro momento que chegam às ruas, que as pessoas em situação de rua têm dificuldades em atribuir a necessidade de suporte social com o passar dos anos. Há um processo de naturalização das necessidades.

Já as relações significativas entre o suporte social e os marcadores idade, gênero e estado civil estão presentes no que diz respeito às discriminações dos mais jovens, das mulheres e dos solteiros/solteiras que precisam de mais apoio e suporte social para conseguir construir o seu lugar no mundo e nas ruas. Ao abordar o baixo suporte social relacionado às pessoas com transtorno mental, podemos



concluir que os estigmas da loucura junto com o do viver nas ruas fragilizam as possibilidades de ter acesso às práticas de cuidado tanto por parte das políticas públicas, como pela sociedade em geral. O suporte social vinculado aos aspectos religiosos e o acesso ao trabalho também não demonstraram relações significativas, podendo ter associações com as discriminações e estigmas que as pessoas em situação de rua vivem e que dificultam a participação das mesmas em espaços religiosos e laborais.

Podemos ressaltar que os processos de discriminação e estigmatização vivenciados por pessoas em situação de rua prejudicam o acesso ao suporte social e dificultam o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e de resistência diante de situações que invisibilizam e excluem essas pessoas como sujeitos de direitos, premissa de qualquer cidadão e cidadã brasileiro e brasileira.

## 7 AGRADECIMENTO

Ao CNPq, que financiou essa pesquisa através da Chamada MTCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal/Faixa B (Processo 420426/2018-3) e pela Bolsa Pesquisadora PQ 2 - CNPq da última autora.

## 8 REFERÊNCIAS

ABREU, M. K. A. **Implicações psicossociais da pobreza na permanência de estudantes de universidades públicas do Ceará**. 2019. 271f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ALVES, M. E. R.; OSTERNE, M. do S. F. Vidas privadas em espaço público: as várias faces da violência contra a mulher moradora de rua em Fortaleza e os desafios das políticas públicas na cena contemporânea. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 3, n. 9, p. 174-196, 2013.

ANDRADE, G. R. B. de; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho. *In*: **Gênero e Desigualdades**: Os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORTOLI, S. R. **Mulheres adultas em situação de rua e a mídia**: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas. 2016. 217 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016.

BORYSOW, I. da C.; FURTADO, J. P. Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersetoriais para a população em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 6, p. 1069-1076, 2014.

BRASIL. Decreto 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

CÂMARA, A. E. **Os modos de vida de mulheres em situação de rua de Maracanaú**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

CERQUEIRA, M. B. **Pobres, nômades e incivilizáveis**: potência e criação de novos modos de vida. 2006. 167 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CUNHA, J. G. da. *et al.* Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 95-108, 2017.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

DONOSO, M. T. V. *et al.* Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 894-909, 2013.

DUTRA, M. L. *et al.* A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293-1304, 2013.

FEDERICI, S. **O Calibá e a Bruxa**: Mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal : Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919-942, dez. 2014.

FERREIRA, G. C. L. *et al.* Implicações da relação entre estigma internalizado e suporte social para a saúde: uma revisão sistemática da literatura. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, 2014.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2005.

HAMADA, R. K. *et al.* População em situação de rua: a questão da marginalização social e o papel do estado na garantia dos direitos humanos e do acesso aos serviços de saúde no Brasil. **Revista de APS**, v. 21, n. 3, 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2020.

LEVER, J. P.; MARTÍNEZ, Y. I. C. Pobreza y apoyo social: Un estudio comparativo en tres niveles socioeconómicos. **Revista Interamericana de Psicología/ Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 2, p.177-188, 2007.

PALOMAR, J.; CIENFUEGOS, Y. I. Pobreza y apoyo social: un estudio comparativo en tres niveles socioeconómicos. **Revista Interamericana de Psicología**, v. 41, n. 2, p. 177-188, 2007.

MARENCO-ESCUADEROS, A. D.; ÁVILA-TOSCANO, J.H. Dimensiones de apoyo social asociadas con síndrome de burnout en docentes de media académica. **Pensamento Psicológico**, v. 14, n. 2, p. 7-18, 2016.

MARSICANO, A. C.; LEVINSON, E. Mulheres e as ruas: debate sobre gênero atravessado pela classe. *In*: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua: Dossiê Brasil – Grandes Cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua, aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). IPEA. 2020.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, L. B.; XIMENES, V. M. Estratégias de enfrentamento à pobreza: Uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. *In*: Ximenes, V. M. *et al.* (org.). **Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências**, Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 337-368, 2016.

NUNES, M.; TORRENTE, M. de. Estigma e violências no trato com a loucura: narrativas de centros de atenção psicossocial, Bahia e Sergipe. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, supl. 1, p. 101-108, 2009.

PEREIRA, C. P. **Rua Sem Saída**: um estudo sobre a relação entre o estado e a população em situação de rua. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINHO, R. J.; PEREIRA, A. P. F. B.; LUSSI, I. A. de O. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): Perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em Situação de Rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 191-216, 2011.

ROSA, C. F. *et al.* Ritmos cotidianos na experiência de cidadãos em situação de rua em Belo Horizonte/MG. *In*: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. F (Org). **Cidadãos em situação de rua**: Dossiê Brasil - grandes cidades. Curitiba: CRV, 2020.

ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão**: uma análise ético-psicossociológica. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SDHDS. Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. **Cartilha de Políticas Públicas para população em Situação de Rua de Fortaleza**, 2018.

SEN, A. S. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SILVA, C. R. *et al.* Estratégias criativas e a população em situação de rua: terapia ocupacional, arte, cultura e deslocamentos sensíveis. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 489-500, 2018.

SILVA, T. L. **Família, Rua e Afeto**: etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua. 2012, 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SIQUEIRA, M. M. M. Construção e validação da escala de percepção de suporte social. **Psicologia em estudo**, v. 13, n. 2, p. 381-388, 2008.

- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010..
- TAYLOR, S. E. Social support: a review. *In*: FRIEDMAN, S. H. (Ed.). **The Oxford Handbook of Health Psychology**. Oxford University Press, 2011.
- TIMMERMAN, M. E.; LORENZO-SEVA, U. Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. **Psychological Methods**, v. 16, n. 2, p. 209–220, 2011.
- VALLA, V. V. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Interface (Botucatu)**, v. 4, n. 7, p. 37-56, 2000.
- VALLA, V. V., STOTZ, E. N. Apresentação encontro ou desencontro? *In*: **Participação popular, educação e saúde: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- XIMENES, V. M. *et al.* Propriedades Psicométricas da Versão Reduzida da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psico-USF**, v. 25, n. 2, p. 371-383, 2020.

## **“Nada sobre nós, sem nós”: uma discussão sobre a importância de pesquisas participantes junto às pessoas em situação de rua e ao Movimento Nacional da População de Rua**

*Matheus Rios Silva Santos*

*Candida Maria Bezerra Dantas*

*José Vanilson Torres da Silva*

O histórico da população em situação de rua é marcado por diversas formas de exclusão. Seja da vida social da cidade, do reconhecimento como sujeitos possuidores de direitos, do acesso digno à justiça, à saúde, à educação de qualidade, ao mercado de trabalho ou à partilha igualitária dos bens simbólicos e culturais produzidos pela sociedade. Em um nível mais institucional, muitas vezes as pessoas em situação de rua são excluídas dos espaços decisórios de participação popular para discussão e formulação de políticas públicas direcionadas para elas próprias. No acadêmico, as pessoas em situação de rua são constantemente excluídas do processo de construção do conhecimento sobre sua própria realidade concreta, impedidas de exercerem efetivamente a produção de narrativas de si, tendo suas vozes silenciadas cotidianamente em diversos espaços de sociabilidade (BRANDÃO *et al.*, 2019); quando muito são colocadas como objetos de estudo, a partir de uma visão eurocêntrica e normatizadora de ciência.

Em resposta a esses processos de exclusão e a fim de combater as desigualdades e injustiças sociais das classes populares na América Latina, se formou, na década de 1970, uma grande corrente de pensamento na qual se somaram a Educação Popular, a Teologia da Libertação, a Comunicação Alternativa, a Investigação Ação Participativa e a Filosofia da Liberação (TORRES, 2011). Segundo Ortiz e Borjas (2008, p. 617), a convergência dessas disciplinas ficou conhecida como *paradigma emancipatório*. Seu principal objetivo era produzir conhecimento junto aos setores oprimidos das sociedades latino-americanas para que estes compreendessem a realidade complexa na qual estão inseridos e encontrassem caminhos de transformá-la. Desse modo, recorrer ao próprio conhecimento das comunidades populares e oprimidas, tecer diálogo com o conhecimento acadêmico e construir estratégias junto a esses atores sociais no sentido de que eles rompam

com as injustiças históricas a quais foram submetidos, é a grande finalidade deste tipo de epistemologia latino-americana.

Nessa toada, é que nos propomos a discutir a importância de metodologias participativas direcionadas para população em situação de rua, considerando suas especificidades e particularidades na América Latina. Diante disso, é mister pensar metodologias que se adequem às complexas realidades da situação de rua e que, ao mesmo tempo, saibam reconhecer e aproveitar o vasto conhecimento de mundo e de sociedade das próprias pessoas em situação de rua.

Vale dizer que o processo de exclusão obriga essas pessoas a vivenciar e experimentar o mundo através de referenciais-outros, construir e acessar outros tipos de discursividade, formulando outras formas de conhecer-estar no mundo. A ausência do Estado e de políticas públicas estruturantes cria um ambiente de abandono e desilusão frente a um futuro que muitas vezes aparece como um sonho distante.

De igual modo, é importante ressaltar que este cenário de exclusão da população de rua do debate público, bem como dos espaços de decisão e acadêmicos, têm mudado substancialmente a partir de um movimento de luta organizado desde 2005. O Movimento Nacional de População em Situação de Rua, presente atualmente em 15 estados da federação, tem como permanente reivindicação a participação social plena das lideranças e das pessoas em situação de rua, base do movimento, nas instâncias de discussão e deliberação sobre temas ligados a esse público. Isso os leva a incorporar o lema fruto da luta por direitos civis das pessoas com deficiência: “*Nada sobre nós, sem nós*”. Esse pleito tem reverberado, inclusive, para os trabalhos científicos sobre/com a população em situação de rua. Com isso, o objetivo deste capítulo é discutir a importância de metodologias participativas na elaboração e desenvolvimento de pesquisas junto às pessoas em situação de rua e ao Movimento Nacional da População de Rua no campo da Psicologia Social Crítica no Brasil, tecendo diálogos com o campo de estudos decoloniais.

O capítulo está dividido em 4 seções. Na primeira delas, tecemos algumas palavras sobre a própria compreensão da natureza histórica das pessoas em situação de rua, e como esse público foi se tornando paulatinamente sendo compreendido como sujeito político, possuidor de direitos, principalmente a partir do surgimento do Movimento Nacional da População de Rua em 2005. Na segunda seção, apresentamos o resgate histórico do lema “*Nada sobre nós, sem nós*”, vinculando com a questão da participação plena, um dos pilares das sociedades democráticas. Na terceira seção, elaboramos aproximações entre a Psicologia

Social Crítica, os Estudos Decoloniais e suas contribuições para as pessoas em situação de rua. Na última seção, discorreremos sobre as metodologias participativas voltadas para a participação das pessoas em situação de rua e as lideranças do Movimento Nacional da População de Rua.

## **1 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO SUJEITOS DAS PESQUISAS PARTICIPANTES**

Melo (2017, p. 79) afirma que a linguagem e a escolha de termos para enunciar a pluralidade de situações e formas de vida nas ruas têm papel central em sua politização e sua inserção na gramática dos direitos humanos. Mas nem sempre as pessoas em situação de rua foram compreendidas como sujeitos possuidoras de direitos. Alijadas dos processos de construção direta da sociedade, marginalizadas econômica e socialmente, vulnerabilizadas e negligenciadas nas suas questões básicas de saúde, as pessoas em situação de rua tal qual a compreendemos hoje em dia já foram denominadas por uma série de categorizações deformantes.

Segundo Neves (2010, p. 12), alguns termos tais como mendigos, vagabundos, *homeless*, *sans domicile fixe*, população ou morador de rua deformam as razões da própria existência social desse grupo vulnerabilizado. Enquanto essas categorias atribuem ao fenômeno da situação de rua um cunho estigmatizante, moralista e/ou centrado na falta, o trabalho pioneiro no Brasil da autora Marie-Ghislaine Stoffels (1977) avança ao lançar as bases para uma crítica das análises que entendiam o fenômeno a partir da patologia, do crime, do perigo e das faltas morais. Ao se debruçar sobre as teses formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de que os problemas sociais latino-americanos estão ligados à produção da marginalidade social, a dependência dos países e a produção estrutural do desemprego, a autora deslocou o foco das explicações individualizantes e incorporou os fatores macroestruturais e contextuais propiciadores ou desencadeadores da situação de rua. O pensamento cepalino revela, através do método histórico-estruturalista, o quanto a herança colonial permeia as bases do atraso ou a formação de um capitalismo deformado que se instaurou nos países latino-americanos (CEPÊDA; PINTO, 2014). Cabe registrar que, apesar de, à época, a autora ainda utilizar a nomenclatura de mendigos, seu trabalho abre uma nova perspectiva analítica sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua baseado nessa forma de pensamento.



O campo aberto pela autora a partir de uma nova lente analítica sobre a população de rua começou a dar frutos principalmente a partir dos anos 1990. Neste sentido, Daniel de Lucca (2007) é elucidativo ao registrar em sua dissertação de mestrado que:

Até então inumerável, invisível e inominável, nos últimos trinta anos a experiência de rua ganha número, visibilidade e nome próprio – população de rua – e assim entra na cena do espaço público paulistano e também de outras cidades do Brasil. Particularmente no centro de São Paulo, a população de rua parece que está em todo lugar. É alvo de discursos e olhares, regimes enunciativos e de visibilidade. São implantados insistentes dispositivos para se ouvir, ver, registrar e falar da população de rua. Discursividades múltiplas são incitadas: declarações públicas, artigos de jornais, periódicos científicos, monografias, pesquisas estatísticas, livros-depoimentos. Visibilidades também são suscitadas: câmeras, filmes, fotos, sistemas de informação, mapeamentos estatísticos, cartazes, manifestações no espaço público. Sem falar nos agentes, instituições e outras instâncias mais especializadas: ONGs, albergues, uma lei municipal própria, blogs de discussão, datas e periódicos específicos, Pastoral do Povo da Rua, fóruns e mais fóruns, e, agora, um comitê interministerial próprio e um movimento social de escala nacional. (DE LUCCA, 2007, p. 19).

As articulações para a formação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) já demonstram uma inflexão em termos da participação política direta das pessoas em situação de rua. De Lucca (2007, p. 113) faz esse registro ao entrevistar Anderson Miranda, que conta que quando estava participando do Fórum da População de Rua, em 2004, pediu para os técnicos se afastarem um pouco, pois a presença massiva deles inibia a participação da população em situação de rua.

É a partir desse Fórum que começam as articulações para a formação do MNPR. O fato disparador para a intensificação das mobilizações foi o bárbaro evento que ficou conhecido como “Massacre da Sé” em São Paulo, em agosto de 2004. Este episódio só evidenciou a urgência da construção de um movimento social formado por pessoas em situação de rua e voltado para a luta pela garantia dos direitos dessa população. No entanto, é somente durante o 4º Festival do Lixo e Cidadania que aconteceu em 2005, em Brasília, que as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Foi, portanto, neste encontro que houve o lançamento

do Movimento Nacional da População de Rua, como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras (MNPR, 2010, p. 29). O MNPR se tornou, assim, um representante coletivamente instituído na arena política, e passou a disputar e pleitear maior garantia de direitos para as pessoas em situação de rua bem como maior participação nas diversas instâncias decisórias e, de igual modo, nas próprias produções científicas enquanto sujeitos ativos na construção do conhecimento.

**Movimento Nacional População de Rua-MNPR:  
Guerreiras e Guerreiros  
Heroínas e Heróis**

I

Falar do MNPR do Brasil  
É falar de luta e resiliência  
É falar de um povo forte  
Sinônimo de resistência

II

Ele nasce de um massacre  
Em 2004 na praça da Sé  
Feito por um povo de luta  
Povo nascido de MULHER

III

Também tem jovens e adultos  
Criança, idoso e adolescente  
Pense numa turma guerreira  
luta e inspira tanta gente

IV

Mesmo morando nas Ruas  
Buscam forças pra LUTAR  
Esse movimento em movimento  
Nos diz que é preciso continuar

V

Pois o NÃO nós já temos  
Estamos sempre buscando o SIM  
essa força contagia, é inspiração  
Pra você, pra nós e pra mim.

VI

Guerreiras, Guerreiros que lutam  
São verdadeiras Heroínas, Heróis  
Nada sobre mim sem mim  
Nada sobre nós sem Nós!!!

VII

E já se fazem quinze anos  
De muita luta e determinação  
Parabéns MNPR suas batalhas  
São pro mundo inspiração

Autor: Vanilson Torres

Apresentados os sujeitos de diálogo, ou seja, as próprias pessoas em situação de rua, e o seu movimento social institucionalmente organizado, o Movimento Nacional de População de Rua, passamos agora a apresentar o histórico do lema incorporado pelos diversos movimentos sociais que buscam espaços de desenvolvimento de autonomia e o controle sobre ações construídas para as próprias pessoas em situação de rua. Além disso, apresentaremos uma discussão sobre o conhecimento que é próprio das pessoas em situação de rua.

## **2 “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”: A LUTA POR PARTICIPAÇÃO PLENA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

O lema “*Nada sobre nós, sem nós*” é cada vez mais adotado entre os diferentes movimentos sociais nos países democráticos ou de caráter democratizante. Seu princípio básico é o da participação social plena dos grupos minoritários nos espaços decisórios e de planejamento de ações governamentais. As raízes históricas do surgimento do lema remontam a luta por libertação travada por pessoas com deficiência na África do Sul, nos anos 1980. É deste país que é possível perceber como a luta por direitos civis se conecta com a luta por libertação, por meio das denúncias de discriminações e injustiças causadas pelo sistema de segregação racial do Apartheid, que afetava diretamente as pessoas com deficiência. Com isso, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência na África do Sul foi parte constitutiva do movimento por libertação (ROWLAND, 2004, p. 1).

Essa luta histórica travada pela organização *Disabled People South Africa* (DPSA) instaurou uma mudança de paradigma sobre a forma de concepção das pessoas com deficiência. Ao combater o discurso capacitista biomédico, a DPSA deslocou o eixo da discussão sobre a deficiência enquanto questão de saúde para lançá-la no campo dos direitos humanos e da defesa de políticas que atenuassem as discriminações sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Nesta toada, ninguém melhor para conhecer os próprios entraves, barreiras e falta de estruturas adaptadas para essa população do que as próprias pessoas que vivenciam cotidianamente tais situações. Daí surge o famoso slogan: “*Nothing About Us Without Us*” (*Nada sobre nós, sem nós*).

No seu livro “*Nothing about us without us: Inside the disability Rights Movement Of South Africa*”, William Rowland (2004) mostra a importância de um olhar interseccional para uma melhor compreensão de como as diferentes formas de opressões atuam na vida das pessoas com deficiência:

Mas a maioria das pessoas com deficiência também eram negras e, portanto, experienciavam as consequências da pobreza e da discriminação racial em primeira mão nas suas próprias vidas diariamente, a situação se agravava se você fosse mulher e pior ainda se tivesse algum tipo de deficiência. E foi contra isso que a militância se levantou da luta contra o apartheid, se desdobrou no movimento de direitos das pessoas com deficiência e deu o seu aspecto libertário (ROWLAND, 2004, p. 162).

Ao ampliarmos o debate para outras populações vulneráveis, percebemos que as pessoas em situação de rua vivenciam cotidianamente as diversas formas de opressões, discriminações e preconceitos marcadas por essas interseccionalidades. Quando essas são vivenciadas na rua, ganham a dimensão de um campo simbólico-experiencial que pertence ao próprio sujeito que a vivenciou. Não só no campo das violações e violências, mas nas vastas experiências de dormir sobre o cimento/concreto frio, a incerteza da alimentação segura, a falta de se sentir protegido enquanto dorme, ou como será abordado em uma batida policial ou da guarda civil, os códigos, linguagens, gestos e determinadas visões de mundo que são próprias a quem vive *a realidade da rua*. Neste sentido, Melo (2017) traz importante contribuição ao demarcar dois campos de conhecimento que ele chama de *rua x sociedade*. Este autor aponta que é esperado que várias pessoas em situação de rua tenham um conhecimento de como a sociedade funciona, seus meandros e mecanismos de relação. No entanto, Tomás Melo (2017, p. 260) também demonstra que “*a sociedade não sabe o que é a rua*”. Ou seja, para pessoas que não tem trajetória de rua, o *conhecimento da rua* sempre se dará de forma parcial e fragmentada no nível observacional ou teórico, lhes faltando, portanto, o aspecto importante que é o experiencial.

É nesse contexto que consigo perceber a importância da demarcação de uma posição *da rua para rua*, ou ainda, do *nós por nós*. Compreendo esse princípio como a evocação sobre sujeitos políticos que se supõem os mais interessados em interferir no rumo político das decisões sobre o segmento social, quem deve protagonizar essas mudanças e de que forma isso deve ser feito. Sobretudo, trata-se de afirmar a existência de um saber ou conhecimento restrito às pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua (MELO, 2017, p. 261).

É em busca do registro e da valorização deste conhecimento circunscrito ao universo das pessoas em situação/com trajetória de rua que desponta a importância

da utilização de metodologias participativas com as pessoas em situação de rua. Antes de passarmos especificamente para essas metodologias, apresentaremos as bases epistemológicas que a subjazem, dialogando com duas áreas do conhecimento que podem desenhar um horizonte de possibilidades para a construção dessas metodologias: os Estudos da Decolonialidade e a Psicologia Social Crítica.

### **3 DECOLONIALIDADE, PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS**

Um olhar atento para a tradição epistemológica do continente vai conduzir pesquisadores e pesquisadoras para algumas correntes de pensamento próprias do solo latino-americano. Podemos considerar quatro matrizes epistemológicas como centrais do pensamento latino-americano. São elas: a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Dependência, a teoria da decolonialidade e a Psicologia da Libertação. Essas correntes epistemológicas têm em comum: a luta contra as desigualdades, a construção do conhecimento a partir da horizontalidade, a participação ativa dos atores sociais e um projeto político de transformação social. Dialogam, portanto, diretamente com o tipo de formação social do continente, construindo a partir da própria realidade sócio-histórica caminhos de fuga do projeto colonizador.

Considerando que as especificidades das pessoas em situação de rua podem ser compreendidas através de dois eixos principais: aquelas inerentes às condições de vulnerabilidade provocadas pela falta de renda e moradia fixas e por fatores ligados a acontecimentos históricos tais como a escravização e o colonialismo, destacamos os Estudos da Decolonialidade como uma contribuição fundamental para a criação, adoção ou adaptação de metodologias de pesquisas que deem conta de compreender a realidade das pessoas em situação de rua na América Latina.

A perspectiva decolonial é um movimento teórico, epistêmico e político de questionamento da geopolítica do conhecimento (eurocentrismo) e dos pressupostos fundantes da chamada Modernidade. Com influência dos estudos pós-coloniais, estudos subalternos, surgidos principalmente na África e Ásia, na década de 1970, essa perspectiva é fruto da construção coletiva de vários intelectuais latino-americanos de diferentes áreas do conhecimento que começaram a se articular na década de 1990, promovendo encontros e eventos dos quais resultaram produções acadêmicas, orbitando suas construções teóricas ao redor do conceito “colonialidade do poder” e seus desdobramentos.

Um desses desdobramentos é o conceito de colonialidade do saber. Ele revela que a dominação dos povos não se deu somente através da economia, da política e da administração, mas deu-se também através do controle científico de produção de conhecimento. Dessa forma, foi elencada pelos colonizadores uma série de critérios para certificar o conhecimento produzido como válido e confiável. Os autores e autoras decoloniais se propõem a romper justamente com esse tipo de racionalidade instrumental instaurada pela Modernidade. Uma das alternativas propostas é a desobediência epistêmica, ou seja, pensar a partir da exterioridade da Modernidade, do pensamento fronteiro das gentes subalternizadas. Lander (2005, p. 15) recorre a Montero (1998) para expor pelo menos seis alternativas ao pensamento eurocêntrico-colonial na América Latina: a) as concepções de comunidade, participação e saber popular; b) a ideia de libertação enquanto práxis que mobiliza a consciência; c) a redefinição do papel de pesquisador social; d) a multiplicidade de vozes e a pluralidade do conhecimento; e) os modos alternativos de fazer-conhecer e f) a revisão de métodos científicos.

De tal forma que o desafio na perspectiva decolonial é, conforme Castro-Gómez (2007), romper com o ideal de distanciamento entre observador e o que será observado. Em vez desse distanciamento, o pesquisador deve se guiar pela contaminação e aproximação, reconhecendo-se como parte integral daquilo que observa, o que significa dizer que qualquer observação já coloca o observador como parte constituinte da pesquisa social.

Outra contribuição importante que as lentes dos estudos da decolonialidade pode dar é a de desvelar a forma como o fenômeno da situação de rua se manifesta nos países latino-americanos, marcados pelas estruturas decoloniais de poder e pelos longos processos históricos de exclusão e apagamento tanto da cultura, da linguagem, dos modos de existência e de vida dos povos trazidos de África e seus descendentes e dos povos indígenas e seus descendentes. A análise e a compreensão de como os pactos coloniais operam para empurrar as pessoas para as ruas é de fundamental importância para interpretar o fenômeno. Vale lembrar que mesmo depois de estar em situação de rua, o Estado continua atuando para tirar os pertences, destruir barracos, tirar filhos e filhas das mães, negar assistência à saúde humanizada. Estas práticas de violação dos direitos humanos, no contexto da América Latina, são a continuidade e o produto da outra face da modernidade, a colonialidade, e representam um modelo de repressão que recai historicamente sobre os modos de produzir conhecimento, perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos e significação (LOCH; FAGUNDES, 2019, p. 2743).

Assim, um dos mecanismos de vulnerabilização das pessoas em situação de rua se dá pelo acúmulo de opressões geradas pela lógica colonial e moderna de sociedade. Essa lógica se desdobra em vários níveis: trabalho, sexualidade, econômico, racial, étnico, jurídico e administrativo. Ressalta-se que o interesse do colonizador não era aniquilar a existência dos oprimidos, mas conduzi-los a confessar a inferioridade das suas culturas para que fosse possível o processo de dominação, uma vez que a partir desta perspectiva o colonizado estaria colocado também em um processo de servidão mental. Nesse sentido, a luta decolonial é antirracista, feminista e etnicista.

Ao pensar essas questões no campo específico da Psicologia, defendemos uma perspectiva decolonial que se alia à Psicologia Social Crítica ao redimensionar as narrativas sociais sobre as causas e condições que levam as pessoas a irem morar nas ruas, além da busca por construir alianças com elas e ao seu Movimento organizado de luta política para produzir de forma horizontal e participativa o conhecimento socialmente relevante e eticamente comprometido, que aspirem a garantia dos direitos para as pessoas que permanecem nas ruas.

Assim, a Psicologia Social se apresenta como área bastante prolífica por possibilitar a utilização de seus modelos explicativos no sentido de compreender as diversas sociabilidades, vivências e linguagens da população em situação de rua de forma crítica.

No mesmo sentido, a Psicologia Social Crítica mantém um permanente questionamento e problematização das práticas de produção do conhecimento no interior da Psicologia Social. Os movimentos sociais nos levam a ter uma nova compreensão de sujeito produtor-reprodutor do conhecimento bem como requer uma nova postura dos pesquisadores e pesquisadoras diante da dualidade sujeito-objeto do estudo. Pelo menos, desde a crise da Psicologia Social, na década de 1970, há preocupação com as formas de pensar e abordar os problemas sociais e como contribuir para a transformação social através da aplicabilidade prática do conhecimento gerado foi uma constante (ÍÑIGUEZ-RUEDA, 2003, p. 224). É justamente essa aplicabilidade prática o que buscamos ao discutirmos a utilização de metodologias participativas, horizontalizadas e dialógicas entre psicólogos sociais e pessoas em situação de rua e/ou o MNPR. Mais do que isso, o desafio que desponta para a Psicologia Social Crítica é tecer novos paradigmas e resgatar os saberes que contribuam para redirecionar o pensar/fazer uma Psicologia dos/com/para os povos vulnerabilizados, dentre esses, a população em situação de rua.

A fim de romper ou fissurar o padrão colonial de produção violenta do conhecimento, um dos pontos fundamentais é a observância dos valores e do tipo de ética. Sobre isso, Pereira, Guareschi e Machado (2019, p. 84) alertam para o fato de que determinadas posturas éticas, prescritas para a pesquisa e que tem o objetivo de proteger o sujeito podem contribuir para manter assimetrias, reproduzir desigualdades e relações de opressões. Outro ponto levantado pelas autoras e o autor é a limitação das normas para alcançar as especificidades que as pesquisas em Psicologia Social lidam. Enquanto saída para essa limitação propõem uma ética dialógica e da responsabilidade, ou seja, a adoção de uma postura processual na qual seja possível negociar e construir consensos e acordos entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa (PEREIRA; GUARESCHI; MACHADO, 2019, p. 87).

Para isso, uma Psicologia Social Crítica que se vincule às pessoas em situação de rua e ao Movimento Nacional da População de Rua precisa estar aberta para metodologias participativas e decoloniais. O objetivo não é enquadrar, mas tão somente apontar horizontes de construção coletiva entre os/as pesquisadoras e os próprios atores e atrizes que participam da investigação.

#### **4 AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Não é tão comum nos depararmos com a discussão de epistemologias e metodologias de pesquisa que alinhavam sua prática, ética e projeto político com as pessoas em situação de rua. Neste sentido, esta seção tem o objetivo de tecer algumas considerações no sentido de contribuir com o debate acerca da descolonização do saber vinculado com a população de rua.

Diferentemente das propostas não participativas, as metodologias participativas se inclinam para reconhecer que tantos os problemas de pesquisa quanto às suas respostas só podem ser delimitados junto com os sujeitos que vivem no território (BRANDÃO, 2019, p. 122). Assim, a participação das pessoas em situação de rua ou de suas lideranças se torna parte constitutiva do processo de construção das próprias estratégias de pesquisa. Em maior ou menor grau, esse é o eixo orientador das metodologias apresentadas a seguir: a investigação-ação participativa, a história oral e os círculos epistemológicos. É importante ressaltar que não se pretende aqui esgotar todas as possibilidades de metodologias de caráter participativo, mas apenas indicar algumas delas e suas contribuições para a construção de conhecimento junto à população em situação de rua.



## 4.1 A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA (IAP)

Uma das metodologias participativas mais proeminentes e bem estruturadas do tecido epistêmico latino-americano é a Investigação Ação-Participativa (IAP), desenvolvida pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda. A IAP busca compreender e interpretar as práticas sociais (indagação sistemática, crítica e pública) para mudá-las (ação informada, comprometida e intencionada) e melhorá-las (propósito valioso). Seu objetivo principal não é tanto a geração de conhecimento, mas questionar as práticas sociais e os valores que as integram com a finalidade de explicitá-los.

Depois de alertar sobre os perigos de se construir conhecimento para as elites, que durante séculos têm se utilizado desse conhecimento para ganhar mais poder, Rahman e Fals Borda (1992, p. 49) refletem que uma das tarefas atuais e futuras da IAP é de “aumentar não somente o poder das pessoas comuns e das classes subordinadas, devidamente ilustradas, mas também seu controle sobre o processo de produção de conhecimentos, assim como o armazenamento e o uso deles”. Fals Borda (1980) estruturou a Investigação Ação-Participativa em 6 pontos relevantes:

1) O primeiro deles é relativo à posição do pesquisador/pesquisadora no processo de investigação. Ele alerta que para se alinhar às lutas populares, os pesquisadores e pesquisadoras não precisam se camuflar como camponeses ou pessoas do grupo com o qual desenvolvem a pesquisa. Com isso, o sociólogo demonstra que o que se requer dos pesquisadores é autenticidade e compromisso. Isso se alia com a proposta de Martín-Baró (2017b, p. 48) de um compromisso crítico em que não é possível ignorar a justiça fundamental das causas populares ou as intoleráveis situações vividas pelas maiorias de nossos países. Se o compromisso exige do pesquisador proximidade e participação, o caráter crítico exige objetividade e independência. Dialogando com as pesquisas junto às pessoas em situação de rua, cabe construir uma relação nítida e sólida quanto ao papel de cada um na pesquisa. Tendo em vista que o processo de pesquisa vai ser desenvolvido pela parceria entre pesquisadores que provavelmente não tiveram vivência de rua, e uma pessoa que está ou esteve na rua, requer do pesquisador um comprometimento com as condições sociais e históricas da pessoa que se soma à pesquisa. Aqui nunca é demais lembrar o ensinamento de Martín-Baró, “nas ciências sociais, o cientista não pode deixar de se sentir envolvido com os fenômenos que estuda, pois estes também se produzem nele” (MARTÍN-BARÓ, 2017a, p. 80).

Sobre o processo de comprometimento e construção de vínculo, o artigo de Malfitano e Marques (2011) é bem interessante neste sentido. As autoras abordam os meandros das negociações e os insucessos em conseguir as entrevistas, inclusive de forma gravada, com as pessoas em situação de rua. É interessante notar o caso no qual as autoras, ao proporem a entrevista para dois adolescentes em situação de rua, foram por eles convidadas a passar um dia na rua para melhor explicar o seu modo de vida. Assim como as autoras, Pimenta e da Silva (2010) também seguiram os mesmos passos de inserção no campo antes da realização das entrevistas. Esses autores relatam terem sentado à mesa para comer junto às pessoas em situação de rua como forma de aproximação e formação de vínculos.

Em síntese, o que essas autoras e autores apontam é a dificuldade de apreender uma realidade social da qual inicialmente não comungam nem a vivenciam diretamente, mas se propõem a se aproximar, compreender e produzir conhecimento a partir dela. Os modos de concepção desta realidade não estão desprovidos de elementos de naturalização de uma realidade que é por si só constituída historicamente. Neste sentido, não se trata de considerar as pessoas em situação de rua como pessoas iluminadas ou totalmente esclarecidas quanto aos fatores históricos e sociais condicionantes que as levaram a viver em situação de rua, mas ninguém melhor do que elas mesmas para produzir conhecimento sobre sua realidade em si.

2) O segundo ponto elencado por Fals Borda é uma reflexão sobre o antidogmatismo. Neste ponto, o autor colombiano alerta para os riscos de pesquisadores tentarem aplicar, de forma cega, seus conhecimentos técnicos e princípios ideológicos. Nesta mesma linha, Martín-Baró (2017a, p. 78) sinaliza para a chegada em campo de estudo já com a teoria montada a priori. Ao criticar essa forma de idealismo metodológico, Martín-Baró propõe o realismo crítico. Ou seja, são os problemas da realidade concreta que vão permitir a criação de teorizações, para só depois aplicá-las em consonância com o que foi observado. Para a população em situação de rua, essa postura do pesquisador permite, inclusive, um diálogo melhor entre os caminhos teóricos que se adequam à realidade.

3) No terceiro ponto, Fals Borda especifica justamente a importância da devolução sistemática. Esse processo é feito durante todo o desenvolvimento da pesquisa participativa e tem como principal objetivo equilibrar o peso dos valores

alienantes dos participantes da pesquisa e, com isso, levá-los a aumentar o nível de consciência. Ainda neste aspecto, Fals Borda reflete sobre o diferencial de comunicação em que se deve levar em consideração o nível de desenvolvimento político e educativo do grupo.

Um segundo aspecto enfrentado por Fals Borda com relação à devolução sistemática é sobre a importância de se adotar uma comunicação simples. O autor defende que este novo estilo linguístico na apresentação dos materiais pode levar a uma maior difusão das ideias formuladas com o estudo. Esse é um aspecto que transcende à investigação científica. Comumente, quando estamos escrevendo um texto que se direciona para a população de rua, nos esforçamos para incorporar a linguagem oral no texto. Outra estratégia, evidentemente, é evitar uma linguagem rebuscada e carregada de termos abstratos. Uma comunicação simples e direta é um dos primeiros passos para desconstruir uma hierarquia entre os saberes, que muitas vezes se expressam através da linguagem. Dessa forma, essa proposta se incorpora no aspecto decolonial e ético-político na formação entre psicólogos-pesquisadores e pessoas em situação de rua.

O terceiro aspecto é quanto ao fomento para que os movimentos sociais de base tenham maior controle sobre as investigações, bem como consigam desenvolver suas próprias pesquisas. A proposta formulada por Fals Borda coaduna com os interesses do Movimento Nacional da População de Rua, ao estimular que pesquisadores se somem ao movimento para desenvolver pesquisas junto às pessoas em situação de rua, levando em consideração diversos fatores já apontados ao longo deste texto.

O quarto aspecto consiste na formação político-científica de sujeitos dos quadros populares através do compartilhamento de técnicas científicas com eles/elas. Fals Borda argumenta que essa ação visa romper com a dependência desses sujeitos dos intelectuais, de modo a que ganhem autonomia para realizar suas próprias investigações. No caso específico das pessoas em situação de rua, é possível refletir que há uma heterogeneidade de níveis de formação educacional entre essas pessoas. Por mais que exista uma prevalência de pessoas que não têm o domínio total da leitura e da escrita, é igualmente possível encontrar outras pessoas que completaram o ensino superior. No âmbito formativo dentro do movimento, é importante também considerar as diferentes formas de aprendizagem a que a população tem acesso quando integra um movimento social. Maria da Glória Gohn (2011, p. 352-353) correlaciona onze diferentes formas de aprendizagem:

teórica, instrumental, política, cultural, linguística, sobre a economia, simbólica, social, cognitiva, reflexiva e ética. Nesse sentido, as lideranças do Movimento Nacional de População de Rua reiteradamente exaltam que eles/elas também são formados/ formadas pela “universidade da vida”.

4) Fals Borda também reflete a possibilidade da existência dos intelectuais orgânicos. Dialogando com o ponto anterior e recorrendo ao termo gramsciano, o autor colombiano manifesta a importância do diálogo entre os intelectuais próprios dos grupos minoritários e os intelectuais orgânicos. Essa parceria é defendida por Fals Borda ao constatar que os grupos formados somente de intelectuais pertencentes ao grupo minoritário não conseguiriam responder totalmente à discussão científica, já que sua maior contribuição tem sido com o trabalho prático e político no território. Aqui o sociólogo colombiano reafirma que o conhecimento advindo dos/das intelectuais das classes populares através do contato das pessoas com o grupo minoritário, seus problemas concretos e as práticas do território devem se somar ao conhecimento sobre as aplicabilidades da teoria no contexto prático, descrições vívidas dos processos sociais, explicações de estratégias e táticas na luta popular realizada pelos intelectuais orgânicos.

5) Outro ponto que Fals Borda elege como importante é a manutenção do ritmo no trabalho que vá da ação à reflexão e da reflexão à ação. Esse é o caminho proposto pelo autor para se chegar a uma prática transformadora.

6) Por fim, Fals Borda ensina que as condições mínimas para se alcançar este ritmo se resume a duas ideias. A primeira trata-se da proposta de uma ciência mais popular e que use aparatos científicos mais modestos e melhor de se manusear. Já a segunda ideia refere-se à postura do investigador que deve:

“I) descartar a arrogância do letrado ou do doutor, aprender a escutar os discursos concebidos em outras paisagens culturais, e assumir a humildade de quem realmente deseja dar suporte à mudança social necessária; II) romper as relações assimétricas que se imponham geralmente entre entrevistador e entrevistados para explorar unilateralmente o conhecimento destes e; III) incorporar as pessoas de base como sujeitos ativos, pensantes e atuantes, em sua própria investigação (FALS BORDA, 1980, p. 191).

Assim, a Investigação Ação-Participativa (IAP) formulada por Fals Borda elege critérios sólidos e nítidos na construção de uma ciência popular, que valoriza o conhecimento advindo dos grupos minoritários e se propõe a construir conhecimento junto a essas pessoas de forma horizontalizada e dialógica. É uma metodologia politicamente importante que, quando aplicada junto às pessoas em situação de rua, fomenta uma postura crítica do psicólogo/psicóloga-pesquisadora que questione as narrativas totalizantes e estigmatizantes relacionadas às pessoas em situação de rua, e que se esforce para compreender as estruturas coloniais que criam e reproduzem tais representações sociais. Além da IAP, vamos apresentar também a história oral enquanto uma metodologia participativa.

## 4.2. A HISTÓRIA ORAL

Silvia Rivera Cusicanqui (1987) situa o surgimento dos projetos de história oral na esteira das tentativas de recuperação histórica dos movimentos indígenas. A característica central dessa metodologia é ser participante, uma vez que os pesquisadores e pesquisadoras não indígenas que se somam aos movimentos precisam aceitar as exigências éticas dos participantes de base, com quem são definidas as metas, tarefas e formatos da pesquisa.

Um dos objetivos fundamentais desta metodologia não é nem tanto reconstruir a história tal como ela foi, mas compreender a forma como os grupos sociais pensam e interpretam sua experiência histórica. Este resgate abre espaço para se “descobrir as constantes históricas de longa duração, encarnadas no fato colonial, que modela o processo de opressão e alienação que pesa sobre a sociedade colonizada” (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 9).

Nessa perspectiva, a autora boliviana de origem aimará nos alerta que se nós, psicólogos e psicólogas, estamos sendo reprodutores da ordem colonial, se estamos homogeneizando discursos, estamos ajudando, ainda que de forma não intencional, a reforçar as opressões coloniais. Uma alternativa para romper com isso, segundo a autora, é realizar um processo de sistematização em que se forme uma síntese dialética entre os dois sujeitos que refletem juntos sobre a sua experiência e sobre a visão que cada um tem do outro.

Assim se geram as condições para um “pacto de confiança”, de inegável valor metodológico, que permite a geração de narrativas autobiográficas em cujo processo de consciência vai se transformando, superando o me-

ramente acontecido para descobrir o significativo (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 11).

Um último elemento destacado pela Silvia Cusicanqui (1987, p. 11) para a metodologia da história oral é quanto à disponibilidade do pesquisador para se sujeitar ao controle social da coletividade “investigada”. Dessa forma, a participação das pessoas dos grupos subalternizados envolve desde a seleção de temas, o desenho das entrevistas, o sistema de trabalho, a devolução sistemática das transcrições e o que vai ser feito com os resultados da pesquisa.

Através da proposta da história oral, gostaríamos de refletir que a vida nas ruas também representa a intersecção de diferentes tempos históricos que compõem a heterogeneidade das realidades e vivências das pessoas em situação de rua. Queremos dizer com isso que há um conhecimento compartilhado nas ruas que passa de gerações a gerações, como, por exemplo, sobre as formas de se manter em segurança, de encontrar alimentação, banho, insumos, etc.; são saberes que transcendem a experiência individual da pessoa que está em situação de rua e são passadas de forma oral em coletivo. Dessa forma, a história oral pode contribuir como um potente instrumento de sistematização e resgate deste conhecimento coletivo e histórico das pessoas em situação de rua.

Neste processo, surgem alguns questionamentos em torno da coautoria e da manutenção do anonimato dos participantes da pesquisa. A experiência dentro do Movimento e a convivência com as pessoas em situação de rua nos mostra que muitas pessoas querem ter seus nomes registrados no texto da pesquisa. A despeito da cautela, às vezes necessária, para resguardar a confidencialidade e o sigilo da fonte, não parece plausível propor metodologias participativas que mantenha um sujeito Oculto, ou Ocultado, perpetuando formas de invisibilização presentes durante séculos no cenário social. A pesquisa se torna, portanto, o palco no qual esses sujeitos são alçados à categoria de sujeitos possuidores de saberes, com nome, história de vida e visões de mundo próprias.

A postura crítica aqui nos leva a refletir se é isso que essas pessoas buscam: ter seus nomes registrados e assim passarem a ser reconhecidos e reconhecidas por uma determinada comunidade científica. No entanto, não se trata apenas de adentrar e permanecer nos círculos acadêmicos, mas da honestidade intelectual que deve permear as práticas científicas do pesquisador; de fazer referência ao conhecimento de mundo e experiencial de cada sujeito pesquisado; de evitar a

prática do “extrativismo intelectual”, processo no qual o pesquisador simplesmente entra nas comunidades, retira/coleta o conhecimento que pretende e não dá uma devolutiva nem aponta quem foi o sujeito produtor daquele conhecimento. Por outro lado, é, inclusive, a valorização da oralidade que esta metodologia nos convida a praticar.

### 4.3 O CÍRCULO EPISTEMOLÓGICO

O círculo epistemológico é uma metodologia de pesquisa proposta por Eustáquio Romão (2006; 2010) a partir da reformulação dos círculos de cultura de Paulo Freire. O objetivo é o reconhecimento do local geopolítico de enunciação, além de uma afirmação e reconhecimento epistemológico de que os sujeitos participantes têm mais conhecimento do seu contexto e local de enunciação em comparação com o pesquisador. Dessa forma, o participante passa a integrar ativamente da pesquisa, não mais como mero objeto do estudo, mas como *sujeito-pesquisando*. O caráter dialógico da proposta de Romão é explícito: “os pesquisandos não são apenas objeto da pesquisa, alvo de análise e enunciação alheia, mas também sujeitos e lugares de análise e enunciação” (ROMÃO, 2006, p. 177-178).

Ao realizar os círculos epistemológicos, espera-se dos sujeitos-pesquisandos a reflexão sobre a sua própria realidade, sua participação nessa realidade, e sua instrumentalização e conscientização sobre as formas de intervir nela e buscar mudanças. Tal como ensina o mestre Paulo Freire (1987, p. 45), é preciso recuperar o direito de dizer a palavra uma vez que somente “pronunciando o mundo” é que as pessoas constroem a sua compreensão ontológica de ser-no-mundo. Neste sentido, a dialogicidade assume seu caráter construtivo-transformador ao criar caminhos de elaborar significados em comum nesta metodologia. Nesse sentido, a construção do conhecimento se dá através do pensar coletivo, pensar compartilhado com e entre os pares. Busca-se, portanto, explicitar e/ou resgatar “a razão oprimida” ou a racionalidade subalternizada e silenciada dos sujeitos-pesquisandos (ROMÃO, 2010, p. 27).

Em relação à adoção dessa metodologia junto às pessoas em situação de rua, é possível construí-la nas reuniões do próprio Movimento ou em equipamentos sociais que assistem essa população, como os albergues e os centros pop. Seu desenrolar requer sensibilidade e presteza na construção das hipóteses geradoras que conduzirão as entrevistas e as discussões de grupo. É importante que o sujeito-pesquisador tenha tido contato prévio com os participantes do círculo epistemológico,

exerça uma escuta sensível, seja capaz de mediar conflitos e de orientar a discussão em proveito tanto da pesquisa, mas principalmente da possibilidade transformadora gerada por esta metodologia, almejando ganhos reais de compreensão mais aprofundada da realidade e de si por parte dos sujeitos-pesquisandos. “O diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 1987, p. 48), por isso a metodologia do círculo epistemológico encarna uma dimensão política, ética e militante.

## 5 À GUIA DE CONCLUSÃO

O lugar geopolítico e o corpo político de quem fala são fundamentais. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se sempre desvinculados, a busca por um suposto conhecimento universal oculta tanto o sujeito que fala como também o lugar epistemológico, geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito emite sua mensagem.

Com isso, as pesquisas que envolvem metodologias participativas visam escancarar o lugar geopolítico e o corpo político das pessoas em situação de rua. Maiores contribuições trarão essas pesquisas se conseguirem desnudar os mecanismos coloniais, raciais, étnicos, raciais e econômicos que operaram para conduzir aquela pessoa para situação de rua, bem como continuam operando para mantê-la subjugada nessa condição.

A parceria entre pesquisador e pessoas em situação de rua durante a construção de metodologias pode romper com determinados vícios e distorções que parecem intrínsecos ao mundo acadêmico. Para exemplificar o que estamos falando, são incontáveis as situações nas quais a presença de pessoas em situação de rua combate frontalmente narrativas criadas e amplamente compartilhadas em determinados ambientes institucionalizados e que apresentam um suposto saber sobre a realidade das ruas, mas que na verdade, não passam de distorções historicamente construídas para criminalizá-las e/ou para desumanizar as pessoas que nelas vivem.

Assim, as metodologias participativas são um caminho para se problematizar criticamente questões centrais do acesso, técnicas de produção e reprodução do conhecimento junto às pesquisas envolvendo pessoas em situação de rua. Um dos objetivos, em última instância, é gerar espaços nos quais as pessoas em situação de rua possam protagonizar as definições e discussões sobre si mesmas (BRANDÃO, 2019, p. 119). Dessa forma, as metodologias participativas se tornam ferramentas estratégicas capazes de criar espaços de parcerias e geração de conhecimento que



tem uma finalidade em comum: fomentar que as pessoas em situação de rua e o MNPR possam reafirmar cada vez mais “*nada sobre nós, sem nós*”.

## 6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, B. C. *et al.* Processos democráticos na ciência e na política: Metodologias participativas, sujeitos marginalizados e trabalho com a linguagem. In: LIMA, A. M. *et al.* (org.). **Psicologia social crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso**. Porto Alegre: Abrapso, 2019. cap. VII, p. 116-134.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In S. Castro-Gómez, & R. Grosfoguel (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 79-91.

CEPÊDA, V. A.; PINTO, G. L. H. **Dois interpretações do planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cevalino**: Celso Furtado e José Medina Echavarría. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Impresso nas Nações Unidas, Santiago, Chile, 2014.

DE LUCCA, D. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FALS BORDA, O. “La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción”, **en Asociación Colombiana de Sociología, La sociología en Cobre Colombia**. Memoria del Tercer Congreso Nacional de Sociología, Bogotá, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p. 333-361, mai./ago.2011.

ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. La Psicología Social como Crítica: Continuidad, Estabilidad y Efervescencias. Tres décadas después de la “Crisis”. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** – 2003, v. 37, n. 2 p. 221-238.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set. 2005.

LOCH, A. de S.; FAGUNDES, L. M. Crítica das dimensões modernas: a historicidade dos direitos humanos desde o giro descolonial nuestroamericano. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2736-2775, 2019.

MALFITANO, A. P. S.; MARQUES, A. C. R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. O desafio popular à Psicologia Social na América Latina (F. Lacerda Jr. Trad.). *In*: F. Lacerda Jr. (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

MARTÍN-BARÓ, I. Conflito Social e ideologia científica: do Chile a El Salvador. (F. Lacerda Jr. Trad.). *In*: F. Lacerda Jr. (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

MELO, T. **Política dos “improváveis”: Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense/Niterói, 2017.

MNPR. **Conhecer para Lutar: cartilha para formação política**. Instituto Pólis: out. de 2010.

NEVES, D. P. Categorizações deformantes: patrimônios de gestão dos pobres (mendigos, vagabundos, população em situação de rua) Apresentação. *In*: **Antropolítica**. Niterói. n. 29, 2o sem. p. 11-36, 2010.

ORTIZ, M.; BORJAS, B. **La Investigación Acción Participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. Espacio Abierto**, Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela, v. 17, n. 4, p. 615-627, 2008.

PEREIRA, C. C. Q.; GUARESCHI, P. A.; MACHADO, F. V. Ética e participação na prática de pesquisa: contribuições para o pensamento crítico em Psicologia Social. **Psicologia social crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso**/ Organização de Andréa Moreira Lima, Tayane Rogéria Lino, Luiz Felipe Viana Cardoso e Manoela Costa Marra. - Porto Alegre: Abrapso, 2019.

PIMENTA, C. A. M.; SILVA, C. L. da. Moradores de rua e realidade social contemporânea: subsídios para intervenções no município de Taubaté/SP. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR • Taubaté, SP, Brasil, v. 6, n. 3, p. 136-158, set.- dez. 2010.

RAHMAN, A.; FALS BORDA, O. La situación actual y las perspectivas de la IAP en el mundo. *In*. SALAZAR, M. (ed.). **La investigación-acción participativa. Inicios y desarrollo**. Consejo de Educación de Adultos de América Latina, Universidad Nacional de Colombia. Editorial Popular, OEI, Quinto Centenario. Madrid, 1992.

RIVERA CUSICANQUI, S. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Temas Sociales**, número 11, IDIS/UMSA, La Paz, 1987, p. 49-64.

ROMÃO, J. E. *et al.* Círculo epistemológico: Círculo de cultura como metodología de pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**. n. 13. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

ROMÃO, J. E. Razões oprimidas. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 23, n. 2, 2010, p. 7-34.

ROWLAND, W. **Nothing about us without us: Inside the disability Rights Movement Of South Africa**. Unisa Press. University Of South Africa. Pretoria, 2004.

STOFFELS, M. G. **Os Mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TORRES, A. C. **La educación popular: Trayectoria y actualidad**. Universidad Bolivariana de Venezuela. Dirección General de Producción y Recreación de Saberes, 2011.

# As multideterminações do ‘viver nas ruas’ e o olhar psicossocial: ideologia, preconceito e humilhação social

*Antonio Euzébio Filho*  
*Iris Barboza Pastor Souza*

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado no bojo de um projeto de extensão denominado *Atendimento à população de rua: contribuindo para a formação de profissionais junto à Defensoria pública do Estado de São Paulo*, coordenado por um dos autores, que tem pensado a formação técnica e teórica de profissionais que atuam diretamente com a População em Situação de Rua (PSR) em diferentes regiões brasileiras e que vem intensificando o diálogo com movimentos sociais em defesa dos direitos da PSR. Apresentamos como objeto de reflexão teórica as multideterminações do viver na rua, tendo como enfoque a dimensão psicossocial do fenômeno, repercutido em alguns conceitos como ideologia, preconceito e humilhação social. Argumentaremos que a ideologia - compreendida como ideologia da classe dominante, que produz análises parciais da realidade e universaliza elementos particulares (CHAUÍ, 2001; MARTÍN-BARÓ, 1997) - aparece como eixo fundante que sustenta o preconceito e a humilhação vivida pela PSR.

Sabemos que os conceitos aqui tratados são extensamente discutidos no campo da psicologia social. Também é de nosso conhecimento que há muita produção sobre a PSR em nossa área de referência e em tantas outras (SICARI; ZANELLA, 2018), de modo que foi necessário realizar aqui um recorte conceitual e bibliográfico sobre o tema. Este recorte foi realizado percorrendo o seguinte caminho: buscamos entender como que se dá a aproximação entre as palavras-chaves elegidas por nós - “PSR” associada com “preconceito”, “ideologia” e/ou “humilhação social” - a partir de uma busca nas plataformas Scielo e Pepsic entre os anos 2000 e 2021 de todos os artigos que associavam diretamente “PSR” com um ou mais dos conceitos mencionados.

Trata-se de uma revisão narrativa, que segundo Rother (2007) tem a finalidade de responder a uma questão ampla elaborada pelos autores, identificando e avaliando qualitativamente os estudos que remetem ao tema selecionado, com um enquadramento específico de fontes bibliográficas. Este tipo de revisão, segundo a

autora, segue resumidamente os seguintes passos: (1) formulação teórica da problemática de estudo, que no nosso caso, como informado, remete à relação entre as palavras-chave indicadas, na busca por sistematizar um olhar psicossocial sobre o “viver na rua”; (2) definição do recorte da literatura a ser analisada: que neste artigo foi limitado, por uma questão de tempo e espaço, à duas plataformas eleitas pela sua notável relevância e representatividade acadêmica; (3) análise, apresentação e avaliação crítica da bibliografia selecionada.

Quando pensamos no viver na rua, um primeiro elemento a ser destacado é a invisibilidade da PSR. A ausência de dados oficiais de abrangência nacional é um sintoma deste fenômeno. Há, porém, uma estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020, que utilizou dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal e de dados das secretarias e governos municipais. A nota técnica do IPEA estima que existam mais de 221 mil pessoas em situação de rua no país; um crescimento de 140% desde 2012, sendo estes números agravados pela pandemia. O estudo constatou, ainda, que a maioria da PSR (81,5%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente das regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%) (IPEA, 2020).

Na cidade de São Paulo - onde nos situamos e realizamos ações no campo da extensão universitária junto à referida população –, segundo o censo de 2019, existiriam 24.344 mil pessoas em situação de rua, o que seria um grande salto desde 2015, em que se tinham 15.905 mil pessoas nessa situação de vulnerabilidade. Ainda de acordo com o último censo de 2019, 85% era do sexo masculino e 15% mulheres; 386 pessoas se declaram transexuais, o que é uma mudança desde o censo de 2015, que não tinha declaração de pessoas transexuais. Além disso, a grande maioria é parda, sendo 47.6%, e a média de idade é de 41 anos, sendo maior a faixa etária de quem vive na rua dos 31-49 anos (IPEA, 2020).

Os dados e informações sobre a PSR no Brasil e em alguns municípios, como São Paulo, embora sejam muito importantes, ainda não superam a condição de invisibilidade e não dão conta da complexidade da PSR. Um exemplo é a dificuldade de encontrar informações precisas sobre a população de transexuais que vivem nas ruas (MENDES; JORGE; PILLECO, 2020).

A situação de invisibilidade - em que pese os avanços atuais na conformação de dados sistematizados sobre a PSR – não é uma falha técnica, mas uma questão ético-política, o que nos leva a refletir sobre a vida nas ruas sob a ótica da ideologia

dominante, sendo este o elemento fundamental na produção do preconceito e da humilhação social. Trataremos desta questão na sequência e posteriormente visitamos a literatura para compreender quais discussões e análise tem-se feito sobre a condição de viver na rua, procurando compreender este fenômeno para além do elemento econômico fundante, embora não descolado dele.

## **2 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA SOB UMA ÓTICA PSICOSSOCIAL: IDEOLOGIA, PRECONCEITO E HUMILHAÇÃO SOCIAL**

Há pelos menos dois aspectos que retratam, sob uma ótica psicossocial, a condição de viver na rua: preconceito e humilhação social. Estes conceitos foram eleitos pela capacidade que eles têm de interpretar os dramas humanos e tramas subjetivas que compõem uma condição objetiva de vida, isto é, a dimensão psicossocial do “viver na rua”. Tais conceitos, porém, de acordo com os autores utilizados (CROCHÍK, 1996; GONÇALVES FILHO, 1999; GUARESCHI, 2000; MARTÍN-BARÓ, 1997; 2000), não podem ser suficientemente compreendidos sem a questão da ideologia.

Considerando a polissemia do conceito de ideologia, é importante demarcar rapidamente a perspectiva aqui adotada. Partimos da compreensão de Chauí (2001) e Martín-Baró (1997), que resgatam uma das compreensões marxistas do termo, qual seja, a ideologia como conjunto de ideias e valores da classe dominante, cuja finalidade prática é manter a dominação da burguesia sobre as classes oprimidas e dominadas. Nestes termos, a ideologia sustenta o preconceito e a humilhação social sofrida pelas classes subalternas. O pensamento da classe dominante reflete o funcionamento da sociedade capitalista, baseada no individualismo, meritocracia e na valorização da propriedade privada. Aqueles que têm um emprego considerado bom, uma posição socialmente valorizada, uma propriedade, bens e posses são considerados dentro da norma, sob diferentes narrativas: do vencedor, do sucesso e do bem-sucedido. Do contrário, o sujeito marginalizado é culpabilizado pelo fracasso. A condição estrutural de pobreza é compreendida como um fenômeno individual.

Duas características da ideologia são particularmente relevantes em nossa tarefa de refletir, criticamente, sobre um fenômeno social, histórico e complexo como a situação de rua: a ocultação das multideterminações e a universalização de aspectos particulares do fenômeno. Estas características estão presentes, por

exemplo, quando se afirma que o sucesso ou o fracasso (dentro dos parâmetros do capital, fortemente associado à capacidade de consumo) depende do indivíduo isolado, ou quando as narrativas hegemônicas tratam o exemplo de um sujeito que “superou” as condições de rua e venceu na vida (novamente: dentro dos parâmetros estabelecidos pelo modelo liberal), apontando este exemplo como regra e não exceção, novamente culpando os sujeitos afundados na injustiça estrutural (MARTÍN-BARÓ, 1997) pelo fracasso.

Para Chauí (2001, p. 102), “a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante”. A autora afirma, ainda, que as ideias ou reivindicações dos dominados não são consideradas válidas para a sociedade, ou até mesmo são desqualificadas, por meio, por exemplo, da mentira institucionalizada (MARTÍN-BARÓ, 2000).

A ideologia (CHAUÍ, 2001; MARTÍN-BARÓ, 1997) tem duas funções práticas que parecem ser particularmente aplicadas à PSR: produzir preconceito baseado na naturalização da desigualdade social e desqualificar ou diminuir o sujeito pobre, resultando em violência e humilhação social.

Para Martín-Baró (2000), o preconceito se manifesta como análise estereotipada do outro, baseada em esquemas simplificados de análise, sustentados em traços universais que ignoram ou ocultam as especificidades de uma determinada condição, situação ou população, alimentada pelo senso comum – é neste sentido que, como afirmou Guareschi (2000), o senso comum torna-se o campo fértil para a ideologia. O preconceito nos informa, ainda segundo Martín-Baró, da transferência de responsabilidade do sistema para o indivíduo isolado, culminando em uma leitura individualista da desigualdade social. A função prática de termos como “vagabundo”, usualmente utilizados para se referir à PSR rua escrito por Mattos e Ferreira (2004), atuam para eliminação ou recrudescimento do senso de justiça e para justificar atos violentos contra os desviantes, fracassados e culpados pelas mazelas sociais.

Segundo Crochík (1996), o preconceito também atua na conformação de determinados afetos e emoções dirigidas aos grupos que são alvos dos estereótipos. Nesta esteira, Sicari e Zanella (2018) afirmam que a imagem da PSR está comumente associada à doença física e/ou mental, especialmente no campo da saúde, o que se torna presente tanto na academia quanto nas práticas institucionais. As autoras afirmam, ainda, que a psicologização da condição da PSR

também é recorrente, quando, por exemplo, o viver na rua é analisado somente a partir de parâmetros psicológicos, como um trauma familiar.

Para Chauí (2016), o preconceito também seria uma forma de violência, uma vez que o alvo do preconceito é coisificado, desumanizado e retirado de sua condição histórica. Na mesma direção, Souza (2017, p. 17) afirma que: “não refletimos nunca acerca dessas hierarquias [produzidas pela sociedade], assim como não refletimos sobre o ato de respirar. É isto que as faz tão poderosas: elas se tornam naturalizadas”. A naturalização seria, portanto, a base que justifica a violência contra o outro naturalizado.

A inferioridade da PSR é tratada, por meio da ideologia, como um fato consumado, justificado pela condição de pobreza e subalternidade. O que não é observado, segundo Sawaia (2001), é que a exclusão e a inclusão são partes do modo de sociabilidade capitalista, sendo a exclusão o fenômeno que sustenta a narrativa da inclusão social: a PSR está inserida no sistema e é a mais crua manifestação da contradição do capital. É por meio de um exército de desempregados que se baixa a perspectiva salarial, é pela submissão dos derrotados que se aperfeiçoam as estratégias de opressão e dominação. A internalização da culpa está ilustrada na pesquisa realizada por Rozendo (2011), quando a autora traz um trecho de uma narrativa de uma pessoa em situação de rua. Quando o entrevistado é questionado por que vive em situação de rua, ele afirma: “Porque eu aprontei muito, eu perdi meu trabalho, eu perdi tudo por causa da química (Informação oral)” (ROZENDO, 2011, p. 17).

A culpa e a vergonha estão associadas aos processos de humilhação social. Para Gonçalves Filho (1999, p. 15), a humilhação social é “uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes”. Como tal, “trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político.” (GONÇALVES FILHO, 1999, p. 15). Na mesma direção, Estanislau, Feitosa, Ximenes, Araújo e Bonfim (2018, p. 4, 5) consideram que “Vergonha e humilhação fazem parte, assim, do cotidiano de pessoas impedidas de exercer seus direitos e que, dada a sensação interna de pequenez, impotência e fragilidade, sentem-se diminuídas em sua dignidade e altivez”. Os autores completam, ainda, que a “vergonha, assim, é uma vivência interna de julgamento moral negativo (da pessoa e do comportamento) que causa sofrimento, sensação de rebaixamento e inutilidade (...)” (p. 5).

O preconceito e a humilhação social demonstram os resultados práticos da ideologia da classe dominante: rebaixa e humilha os pobres, tornando-os alvos



de violência e mais suscetíveis à uma dominação também psicossocial, sustentada, por exemplo, pela internalização da culpa e pela vergonha. A PSR, por ser o exemplo mais bem acabado do estereótipo do “fracasso” na ótica liberal, está mais suscetível às estratégias de dominação ideológica.

### **3 ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: O OLHAR PSICOSSOCIAL**

#### **3.1 SOBRE A ANÁLISE DA LITERATURA**

Segundo Sicari e Zanella (2018), que realizaram uma cuidadosa revisão bibliográfica da literatura sobre a PSR, é bem consolidada a visão de que esta população vive na invisibilidade, é alvo de preconceito e violência. As razões para viver na rua também se repetem na literatura, mas são várias: condição de miserabilidade e pobreza, uso abusivo de álcool e outras drogas, quebra de vínculos familiares e comunitários, brigas conjugais, violência doméstica e sexual, entre outras. As vivências de rua se configuram como outro eixo de análise na literatura especializada: uma quantidade significativa de produções que discutem as multideterminações do viver na rua pela ótica dos próprios atores, que relatam experiências de preconceito e invisibilidade, mas também de solidariedade e resistência.

Para aprofundamento da dimensão psicossocial do fenômeno, que traz à tona as vivências da rua, buscamos apoio nos conceitos já mencionados e a relação deles com os estudos sobre a PSR. Como afirmado anteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica, por temática, nas bases Scielo e Pepsic (anos 2000 em diante), de artigos que associam, diretamente, as palavras-chave “população em situação de rua” com “ideologia”, “preconceito” e/ou “humilhação social”, tendo sido encontrados: cinco na área de psicologia (AMORIM; NOBRE; COUTINHO; GOMES, 2017; MATTOS; FERREIRA, 2004; ROZENDO, 2011; SILVA; MONTEIRO; ARAÚJO, 2018; PAIVA; ANDRADE, 2020), três na área de saúde (SILVA JÚNIOR; BELLOC, 2018; PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019; VALLE; CARNEIRO JÚNIOR; FARAH, 2020) e um na área de educação (MEDEIROS; MARQUES; FERREIRA, 2020). O conceito de humilhação social não aparece nesta associação direta entre as palavras-chave, porém, alguns textos encontrados abordam esta questão de maneira indireta (a partir das categorias “preconceito” e “vergonha”) e assim contribuíram também para entender

a dimensão psicossocial do viver na rua (MEDEIROS *et al.*, 2020; PAIVA; ANDRADE, 2020; ROZENDO, 2011; SILVA *et al.*, 2018).

Sem entrar no mérito das diferentes concepções de ideologia, preconceito e humilhação social que aparecem nos textos - até porque, em que pese os objetivos de cada artigo, muitas vezes os conceitos não são suficientemente explorados do ponto de vista teórico - os conteúdos dos artigos que nos serviram de base para esta reflexão caminham para três direções: (1) todos os manuscritos realizam algum tipo de crítica a uma visão identificada como hegemônica sobre a referida população - neste caso, alguns classificam esta visão como ideológica, associando ao fenômeno do preconceito. O texto intitulado *Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua*, de Mattos e Ferreira (2004) retrata bem este olhar teórico; (2) todos os artigos, assim como identificado na vasta revisão de Sicari e Zanella (2018), abordam a temática do preconceito, mesmo que ela não se constitua o objeto primário da reflexão teórica. O preconceito contra a PSR aparece como um fato que é facilmente identificado empiricamente. Foram encontrados estudos empíricos, baseados na perspectiva de pesquisa-ação e da pesquisa etnográfica, que analisam vivências de preconceito sob duas óticas: da PSR e de diferentes atores da sociedade: (2.1) as narrativas da população trazidas pelas pesquisas empíricas retratam vivências de escassez e preconceito: o escasso acesso aos serviços essenciais de saúde, por exemplo, é um indicador de miserabilidade econômica, mas também produz angústia, sentimento de desprezo e indiferença; (2.2.) os estudos com os atores externos buscam retratar a construção da imagem da PSR baseada em estereótipos, identificados nas narrativas de participantes das pesquisas: por exemplo: o estudo que retrata o preconceito no processo de reinserção dessa população no mundo do trabalho formal (VALLE; CARNEIRO JUNIOR; FARAH, 2020), no atendimento à PSR nos serviços de saúde (SILVA *et al.*, 2018) e de assistência social (PINHO, *et al.*, 2019), na exclusão sócio-física desta população e dos lugares degradados da cidade, destinados aos “marginais” (AMORIM *et al.* 2017; SILVA JÚNIOR; BELLOC, 2018); (3) Há ainda textos sobre humilhação social e vergonha que, embora não sejam associados diretamente à população de rua, nos ajudaram a compreender a dimensão psicossocial do viver na rua (MEDEIROS *et al.*, 2020; PAIVA; ANDRADE, 2020; ROZENDO, 2011).

### 3.2 IDEOLOGIA, PRECONCEITO E HUMILHAÇÃO SOCIAL: A DIMENSÃO PSICOSSOCIAL DO VIVER NA RUA

O tema da ideologia aparece geralmente como um elemento secundário ao fenômeno do preconceito. O artigo que explora a relação entre estes dois conceitos é atribuído à área da psicologia (MATTOS; FERREIRA, 2004) e discute de forma aprofundada o preconceito contra a PSR entendido como uma expressão da ideologia dominante, próximo à concepção apresentada por Chauí (2016).

Mattos e Ferreira (2004) discutem como é construída a ideologia sobre a PSR, refletindo sobre os dois aspectos mencionados anteriormente: (1) a ideologia manifestada pela omissão das multideterminações do fenômeno, psicologizando a condição de viver na rua com uma suposta falta de vontade de trabalhar, por exemplo; (2) a ideologia como universalização da exceção, que se torna regra, responsabilizando essa população pela própria condição de pobreza em contraponto a um caso de “sucesso”, de alguém que “venceu” na vida (VÉRAS, 2001).

Para Mattos e Ferreira (2004), a ideologia se manifesta como culpabilização do pobre pela própria condição de pobreza e pela construção da imagem preconceituosa dessa população. Os autores discutem a ideologia e o preconceito como construções sociais que contribuem para a marginalização e violência contra a referida população, sendo manifestadas, muitas vezes, em agressões verbais e físicas.

Ainda segundo Mattos e Ferreira (2004), as pessoas em situação de rua vista são retratadas como “sujas”, “perigosas” “ou coitadinhas”, o que alimenta atos de violência, aversão ou assistencialistas.

O medo desta população é algo retratado também nas pesquisas. Sobre esta questão, Mattos (2003), por exemplo, traz um depoimento revelador de um dos participantes da sua pesquisa, uma pessoa que vive nas ruas. Diz esta pessoa: “Elas tinham medo de chegar e se aproximar. Eu acho que esse é o maior erro do povo brasileiro... ter esse medo. Então eu acho que deveriam de ser cortadas essas barreiras (sic)... Elas ficam com medo, como se a pessoa... você dar um choque se ela fosse falar com ela” (MATTOS, 2003, p. 42).

O medo da PSR, para as autoras, é fruto de uma representação ideológica dessa população como naturalmente perigosa e comumente associada ao crime. A ideologia de culpabilização, portanto, aparece associada ao distanciamento social, ao “medo de chegar e aproximar” (MATTOS, 2003, p. 42).

O preconceito, como dito, é um tema recorrente na literatura especializada. Na nossa limitada busca, foram encontrados alguns artigos que associavam as

palavras-chave “população em situação de rua” com “preconceito” (AMORIM *et al.*, 2017; VALLE; CARNEIRO JUNIOR; FARAH, 2020; SILVA *et al.*, 2018; PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019; SILVA JÚNIOR; BELLOC, 2018).

Estes artigos, de uma maneira geral, trazem como aspecto principal a construção social da imagem sobre esta população, trazendo, assim, os diferentes retratos desta população: “drogados”, “fugitivos”, “revoltados”, “de difícil abordagem”, “imediatistas”, “desconhecedores de seu estado de saúde” (SILVA *et al.*, 2018, p. 288). Nesse sentido, os artigos trazem a estigmatização como aspecto principal do preconceito vivido no dia a dia dessa população, assim como fez Souza (2017).

É importante considerar que o preconceito tem efeitos práticos: a justificativa do uso da violência é um deles, como lembra Martín-Baró (2000). Assim, o preconceito aparece associado à violência de Estado, como demonstrado em um relato de um dos participantes da pesquisa de Valle *et al.* (2020, p. 188), que vive na rua: “Uma vez também eu levei uma paulada da polícia ... e eu não fiz nada com a polícia... Apanhei muito mesmo”. A violência policial, diga-se de passagem, é algo recorrentemente retratado nas vivências, como também demonstra o estudo de Amorim *et al.* (2017).

No artigo de Silva *et al.* (2018), o preconceito é identificado nas relações institucionais, neste caso específico, no atendimento realizado pelos serviços de saúde bucal. A impossibilidade do acesso a saúde vem, em grande maioria, devido ao preconceito diante dessa população, como demonstrado: “Pois os cirurgiões-dentistas acham que moradores de rua são incapazes de serem motivados, desenvolverem autonomia e atitudes de autocuidado, dificultando retorno às consultas” (SILVA *et al.*, 2018, p. 288).

Nesse sentido, mostra-se que os profissionais de saúde também propagam os estereótipos atribuídos a PSR, sendo um impasse ao acesso à saúde. Como também relatado no artigo “[...] Não deveria achar que ele pode vir sozinho, porque a gente nunca sabe, né? A mente... o paciente pode tá tranquilo hoje, mas daqui a 15 dias... um mês pode vir sob efeito de drogas e acontecer de não aceitar o tratamento [...] (D6) (SILVA *et al.*, 2018, p. 288).

De acordo com Valle, Carneiro Junior e Farah (2020), o preconceito se manifesta também na perspectiva do acesso à saúde, sendo um obstáculo a mais para ser enfrentado por esta população, que acessa rotineiramente os serviços públicos. Neste caso, os dilemas sobre higiene causam um distanciamento entre a população e os serviços de saúde. Também são demonstradas ao longo do artigo as

dificuldades no atendimento das demandas de saúde desta população, como, por exemplo, a falta de absorventes para as mulheres que vivem nas ruas, dificultando que elas tenham uma higiene pessoal adequada.

Ainda no plano do preconceito e da violência institucional, Pinho, Pereira e Lussi (2019) analisam o preconceito no processo de inserção no mercado de trabalho para as pessoas em situação de rua, provocado por alguns elementos, como: analfabetismo e baixa escolaridade.

Dentre os entrevistados, enquanto 74% sabiam ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% sabiam apenas assinar o próprio nome. Além disso, quase metade (48,4%) não concluiu o ensino fundamental e apenas 3,2% terminaram o ensino médio. Por fim, quase a totalidade (95%) não estudava no momento da pesquisa (BRASIL, 2008b) (PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019, p. 291).

Esses fatores, segundo os autores, produzem obstáculos objetivos para inserção no mercado de trabalho e acirram o preconceito contra a população em situação de rua. O desemprego constitui-se como a base objetiva da ideologia de culpabilização, como também afirmam Silva Júnior e Belloc (2018).

As produções relacionadas diretamente à temática do preconceito trazem também uma reflexão interessante sobre como a PSR vivencia este fenômeno no dia a dia, sendo aqui possível estabelecer uma articulação com as noções de humilhação social e vergonha. Silva *et al.* (2018), por exemplo, refletem sobre a degradação da autoestima da PSR, que é rebaixada socialmente pelas vivências de humilhação social e vergonha, resultado do preconceito. Nesta direção, os autores, que discutem a importância da saúde bucal para a PSR, trazem a seguinte narrativa:

“Eu fico até com vergonha de correr atrás dos meus objetivos porque a situação precária dos meus dentes (...). Porque se eu tivesse com os meus dentes completos, eu já tava caindo em campo. Campo é o que? Falar com o patrão: arrume um serviço aí para mim! Porque muitas firmas só aceitam a pessoa que tem que fazer uns exames... esses negócios... aí não vai aceitar a pessoa assim nunca!” (SILVA *et al.*, 2018, p. 288).

As vivências de vergonha e humilhação são rotineiras para esta população e encontram apoio, justamente, na construção preconceituosa da imagem da PSR.

A internalização destas vivências, para Paiva e Andrade (2020, p. 5) parece estar atrelada a uma visão fatalista de mundo, quando o próprio sujeito entende que é “causador das mazelas sociais” e que “Deus seria encarregado dos eventos que acontecem em sua vida”. Neste sentido, há uma desqualificação da imagem de si mesmo, acionada pela vergonha.

Com efeito, Rozendo (2011, p. 17) também identifica o fenômeno da vergonha e culpabilização da pessoa em situação de rua pela própria condição de vida na rua. Em trecho de entrevista com um morador de rua colhido pela pesquisadora, se lê: “Eu moro na rua porque sou viciado na droga e minha família não aceita eu em casa”. (...) Porque eu aprontei muito, eu perdi meu trabalho, eu perdi tudo por causa da química. (Informação oral)”. A culpa, portanto, é internalizada como fracasso individual, sem nexos fundamentais com as estruturas de uma sociedade que produz injustiças e desigualdades sociais.

Ainda sobre as vivências de culpabilização, vergonha e humilhação, Medeiros *et al.* (2020, p. 52) trazem reflexões que se aproximam do que Gonçalves Filho (1999) retrata como uma experiência de rebaixamento social que está relacionada, diretamente, com a própria condição de existência das classes populares e que é vivenciada sob a forma de angústia diante da própria condição inalterada de subalternidade social, política e econômica. Com esta reflexão, também é possível estabelecer um paralelo com a perspectiva de Martín-Baró (1998) sobre o fatalismo. O autor, buscando compreender a relação de dominação entre oprimido e opressor, sob influência de Paulo Freire, comenta que:

“(...) Diante deste destino fatal, o oprimido interpreta sua impotência como prova de que lhe falta valor pessoal, em contraste com a figura poderosa do opressor a quem tudo parece possível; daí que o oprimido experimenta uma atração irresistível pelo opressor, que se torna seu modelo de identificação” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p. 96. Tradução nossa).

A construção da imagem do poderoso e do fracassado, portanto, é um recurso psicológico de dominação que se manifesta, na ótica de Martín-Baró (1998) como o que ele denomina de ideologia do fatalismo.

A ideologia da classe dominante sustenta as visões preconceituosas e fatalistas de mundo, fomentando processos de humilhação social e de internalização da culpa e da vergonha de classe. Sendo assim, é importante destacar elementos que, segundo Martín-Baró (1997, 1998) orientam uma práxis psicológica voltada para

superação da condição de subalternidade. O primeiro elemento é epistemológico, isto é, se ocupar em desenvolver uma ciência psicológica que tenha como objeto de estudo a perspectiva do oprimido. Isto implica em questionar a psicologia dominante (que, para o autor, é parte da ideologia da classe dominante) e a importação automática de teorias europeias e norte-americanas que nem sempre estão contextualizadas na realidade brasileira e latino-americana.

Nesta direção, do ponto de vista da prática profissional o autor aponta resumidamente algumas contribuições da psicologia: (1) recuperar a memória histórica dos povos oprimidos, contribuindo, desta maneira, para historicizar e humanizar a condição de subalternidade das populações marginalizadas, desnaturalizando e desideologizando a realidade de exploração e opressão, sendo este um caminho para superar o fatalismo, a culpa e a vergonha internalizadas; (2) fortalecer o tecido social e comunitário, que dá sustentação a uma compreensão de mundo menos individualista; (3) fomentar ações de solidariedade de classe, que atuam também para superação do individualismo, mas também para a conscientização das injustiças promovidas pela sociedade de classes; (4) contextualizar e problematizar criticamente, junto aos sujeitos oprimidos, os sentimentos e afetos que conformam um condição de subalternidade e levar em conta a visão do próprio oprimido na elaboração das políticas públicas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As pesquisas e textos de apoio revelam uma compreensão ampla sobre as multideterminações do viver na rua, o que se deve, em grande medida, às narrativas e depoimentos colhidos pelos próprios atores: as pessoas em situação de rua. Neste trilha, Amorim *et al.* (2017, p. 398) afirmam:

As narrativas apresentadas nos mostram a riqueza de dados sobre a vida na rua que merece, ainda, análises mais aprofundadas e que acompanhem a complexidade que lhe constitui. Os encontros na rua nos mostram uma vida de multiplicidades, ao contrário das nossas representações, homogeneidades e generalizações que, por vezes, nos faziam supor histórias iguais. Múltiplas são as motivações e os caminhos que levam a viver na (e da) rua. Múltiplas são as relações com o álcool e as drogas. Múltiplas esclaridades, demandas de saúde, relações com o trabalho, relações com a família. Múltiplos ainda são os modos de viver, entre as astúcias, as táticas e estratégias para sustentar a vida na rua e dela usufruir possibilidades.

Os deslocamentos ou fixações de territórios também revelam variações de movimento na rua. Os usos dos espaços públicos subvertem muitas vezes os usos tradicionais e se fazem formas encontradas de abrigo, alimentação, higiene e lazer. O trabalho aparece de alguma forma na vida de quase todas as pessoas e nos desejos de muitos.

Notamos, neste trecho, que a pesquisa com a PSR traz desafios teóricos e metodológicos que nos obrigam a subverter a lógica da normatização e a identificar fenômenos que se descolam, relativamente, da questão econômica. Neste caminho, buscamos compreender preconceito e humilhação social como faces da mesma moeda e como expressões da ideologia dominante. Há um consenso na literatura que o viver na rua é permeado por preconceito e violência, sendo o primeiro, muitas vezes, caracterizado como o combustível do segundo. Buscamos demonstrar, ainda, que a humilhação social se manifesta como uma vivência do preconceito e contribui para depreciação da própria imagem, da internalização da culpabilização e do fatalismo.

A dimensão psicossocial do viver na rua nos permite olhar para além do aparente. As narrativas trazidas por diversas pesquisas com esta população nos permitem observar as entranhas da desigualdade social, não apenas como fenômeno econômico, embora nunca descolado dele, mas também como experiências de preconceito vividas pelos personagens das ruas, sendo que estas contribuem para rebaixar socialmente o sujeito marginalizado, colocando-o à margem da cidadania, sendo retratado como um sujeito que não merece condições dignas de vida.

Retratos do sujeito da rua como “sujo”, “perigoso”, “vagabundo” desumanizam as relações com outros atores da sociedade, cristalizam relações de poder, elevam a superioridade do opressor sobre o opressor, e finalmente justificam a violência e o descaso contra esta população.

O sujeito que vive na rua torna-se, assim, um objeto, um não humano, uma coisa que se pode descartar, que se pode manipular e que se deve evitar. Na melhor das hipóteses, teremos uma relação assistencialista, baseado na “dó”, na caridade que evite o pior, mas não altera a relação de poder entre quem faz o favor e quem é favorecido. Dissolve-se, assim, a garantia de direitos sociais e ao mesmo tempo a sensação de ser respeitado, de lhe ser garantido o mínimo de dignidade. Para quem não tem dignidade, resta a violência e o preconceito, a vergonha e a humilhação social. Sendo assim, é fundamental como psicólogos e cidadãos, contribuir para garantir as condições objetivas e subjetivas necessárias para alcançarmos a



igualdade e justiça social, o que implica em reconfigurar o horizonte ético-político da psicologia tradicional e das teorias psicológicas dominantes, assim como as práticas profissionais assistencialistas e descoladas das demandas reais da PSR.

## 5 REFERÊNCIAS

AMORIM, A. K. M. A.; NOBRE, M. T.; COUTINHO, A. F. J.; GOMES, F. E. S. Entre canteiros e nuvens, perigos e guarda-chuvas: A experiência de uma pesquisa-intervenção com pessoas em situação de rua. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 22, n. 4, p. 389-400, dez. 2017. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2017000400006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000400006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 maio 2021.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 2001.

CHAUÍ, M. O mito da não-violência brasileira. Produção: CERP-SC, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I0NRYek-P6U>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicologia**, Riberão Preto, v. 4, n. 3, p. 1-24, 1 dez. 1996. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1996000300004#correspBaixo](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004#correspBaixo). Acesso em: 3 mar. 2021.

ESTANISLAU, M. A.; FEITOSA, M. Z. S.; XIMENES, V. M.; SILVA, A. M. S.; ARAÚJO, M. S.; BOMFIM, Z. A. C. Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 2, agosto 2018. Disponível em: [http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/2968/1908](http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2968/1908). Acesso em: 5 mar. 2021.

IPEA, 2020. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. **Ipea na mídia**, [S. l.], p. 1, 12 jun. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811). Acesso em: 3 mar. 2021.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social- um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 9, ed. 2, p. 11-67, 1999. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641998000200002&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65641998000200002&script=sci_arttext). Acesso em: 3 mar. 2021.

GUARESCHI, P. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Edição Especial Temática, p. 33-46, 2000. Acesso em: 4 maio. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, p. 7-27, 1997.

MARTÍN-BARÓ, I. El fatalismo como identidad cognitiva. *In: Psicología de la liberación*, ed. Madrid: Trota: [s. n.], 1998. 39-130.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y trauma en la niñez. *In: Poder, ideología y violencia*. Madrid: Trota: A. & De la Corte, L (org.), 2000. p. 289-332.

MATTOS, R. M. Pessoas em situação de rua. **Processo de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua: da rualização a sedentarização**. 2003. Iniciação científica (Graduação), Universidade São Marcos, São Paulo, 2003.

MATTOS, R. M; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - As representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, agosto 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

MEDEIROS, R; MARQUES, M; FERREIRA, A. C. Encruzilhada das drogas: conflitos em sujeitos que vivem nas ruas de Belo Horizonte – MG, Brasil. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 43, n.2, p. 45-66, 2020.

MENDES, L. G; JORGE, A. O; PILECCO, F. B. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 43, ed. 8, p. 107-119, agosto 2020. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042019001300107](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300107)>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAIVA, M. N; ANDRADE, A. G. S. Abrigo institucional, população em situação de rua e a psicologia: modos de atuação e desenvolvimento de autonomia. **Brazilian Journal of Development**, p. 1-10, 14 abr. 2020.

PINHO, R. J; PEREIRA, A. P. F. B; LUSSI, I. A. O. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos , v. 27, n. 3, p. 480-495, Setembro, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2526-89102019000300480&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000300480&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ROTHER, E. T. Systematic literature review x narrative review. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV-6FR7S9FHTByr/?lang=en> >. Acesso em: 29 mar. 2021.

ROZENDO, S. S. Vida de rua: experiências, caminhos e desvios. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2011.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? **As artimanhas da exclusão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SICARI, A. M; ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Santa Catarina, v. 38, ed. 4, p. 1-18, dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n4/1982-3703-pcp-38-04-0662.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SILVA, L. M. A; MONTEIRO, I; S; ARAÚJO, A. B. V. L. Saúde bucal e consultório na rua: o acesso como questão central da discussão. **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, 285-291, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cadsc/v26n3/1414-462X-cadsc-1414-462X201800030130.pdf>> . Acesso em 27 mar. 2021.

SILVA JUNIOR, D. V; BELLOC, M. M. Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1065-1075, Dezembro 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832018000401065&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832018000401065&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: Da escravidão à Lava-Jato. [S. l.]: Estação Brasil, 2017.

VALLE, F. A. A. L.; CARNEIRO JUNIOR, N.; FARAH, B. F. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192 Mar 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042020000100182&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042020000100182&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 mar. 2021.

VÉRAS, M, P, B. A exclusão social- um problema de 500 anos. **As artimanhas da exclusão**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

# A População em Situação de Rua e suas multipli-cidades

Welison de Lima Souza

Maria Teresa Nobre

## 1 INTRODUÇÃO

A existência de pessoas que vivem à margem das normas regulatórias de conduta e circulação nas cidades é um fenômeno secular e mundial, que vem ganhando novas configurações na contemporaneidade. “Nada do que é urbano lhe é estranho”, afirmaram Roberto Machado *et al.* (1978, p. 247), que inspirados na trajetória foucaultiana (Foucault, 2001, 2005) discutiram como desde a colonização, as cidades brasileiras se constituíram como espaço regulados por uma racionalidade do poder voltada à gestão do urbano. A cidade esquadrihada no plano da norma pelo poder disciplinar era regulada pelo que dela se esperava, em termos de condutas individuais, coletivas e práticas sociais, tendo como marcadores a raça e a classe social. Para os autores citados, a configuração e usos dos espaços urbanos, as regras, valores e normas de conduta, a circulação pelas cidades e a constituição de uma medicina social/psiquiatria brasileiras tiveram sobre o “desvio” um olhar privilegiado de análise. Viver à margem dessas normas institucionais e cidadinas, como viviam os “vagabundos” (desgarrados, moles, doentes e frouxos, facilmente identificados como “vagabundos”), é uma herança colonial utilizada para classificar, nos dias atuais, loucos e pobres desvalidos, drogaditos, desempregados, ex-presidiários, andarilhos e outros, que formam, no cenário urbano do Brasil contemporâneo, a chamada população de rua, que apesar desses estereótipos, nos surpreende com suas singularidades.

Nessa perspectiva, apresentamos neste capítulo uma discussão sobre a diversidade da população em situação de rua, problematizando sua relação com as cidades onde se constituem, e nelas, expressando necessidades e dinâmicas próprias a partir de diferentes cenários urbanos. Interessa-nos pensar a constituição da população de rua<sup>1</sup> que, ao mesmo tempo, produz a cidade e é produzida por

<sup>1</sup> Historicamente existem diferentes nomeações para o fenômeno de pessoas vivendo nas ruas, dentre elas: moradores de ruas, povo de rua, mendigos, nômades, trecheiros etc. Atualmente adota-se majoritariamente “população em situação de rua”, que é a nomeação utilizada no Decreto 7.053/2009 (BRASIL, 2009a) que define essa população e cria a Política Nacional da População em Situação

ela, imprimindo modos de vida singulares e percursos urbanos inusitados, que oscilam entre a precariedade e múltiplas possibilidades de resistência.

Para tanto, buscaremos realizar um paralelo entre as cidades de Natal, capital do Rio Grande do Norte e o CraJuBar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha) no Cariri Cearense, apontando a pluralidade dos modos de vida da população de rua, como desdobramento de processos históricos e de vida, que fazem da rua um lugar praticado (CERTEAU, 2014). Como tal, nos remetemos aos usos e sentidos da rua, já que tomamos a cidade como produzida e produtora das histórias de vida daqueles que a habitam em seus diferentes modos.

Os dados e reflexões que aqui trazemos derivam das nossas pesquisas junto à população de rua nessas duas cidades do Nordeste brasileiro. O primeiro autor traz para a discussão dados das suas pesquisas na região do Cariri Cearense, entre os anos 2018 e 2020. A segunda, dados dos seus trabalhos de pesquisa e extensão realizados em Natal, entre 2013 e 2020. Essas investigações tiveram em comum o objetivo de conhecer essa população, no que diz respeito às condições de precariedade e vulnerabilidade que experimentam e as resistências e formas de enfrentamento das adversidades cotidianas, na sua relação com as cidades onde se constituem.

Num primeiro momento, ambos realizamos nossas pesquisas numa perspectiva prioritariamente institucional, junto ao Consultório na Rua (CnR), no caso de primeiro autor (SOUSA, 2016) e ao Movimento da População de Rua (MNPR/RN), no caso da segunda autora (AMORIM *et al.*, 2019). Contudo, a partir do conceito de táticas trazido por Certeau (2014), que aponta para a arte de privilegiar o tempo e circunstâncias, operando por astúcias que transformam, criam e driblam situações de modo favorável, algumas questões passaram a nos instigar: Como é possível as pessoas que vivem condições de extrema pobreza e precariedade (re)inventar a vida de cada dia? Como é seu cotidiano e como lidam com as adversidades, que enfrentamentos realizam e que saídas encontram, que táticas utilizam? Assim, após alguns anos de trajetória, ampliamos o foco dos nossos trabalhos, deslocando-o da perspectiva institucional-macropolítica, para uma investigação micropolítica do cotidiano, buscando conhecer narrativas sobre

---

de Rua no Brasil. Neste ensaio usamos diversas formas de nomear esse grupo – população de rua, população em situação de rua, população que vive na/da rua - exatamente para apontar a heterogeneidade dessa população e reafirmar as singularidades existentes.

modos de vida dessa população. Por fim, realizamos um terceiro movimento: o de pensar a relação cidade-população de rua, pois embora tenham características e perfis comuns Brasil afora e em relação a outros países como efeitos de estruturas econômicas e conjunturas sociopolíticas nacionais e internacionais, essas populações também têm muitas singularidades que parecem ser produzidas pelas cidades onde “nomadizam”. As investigações que realizamos nos levaram a constatar que percursos históricos e configurações contemporâneas locais produzem marcas nos corpos e nos modos de vida dessas pessoas, que diferem a depender das cidades onde essa população vive e o que as ruas lhes oferecem como possibilidade de sobrevivência e resistência. Aqui nosso olhar se volta a essas diferenças entre o sertão e o litoral, territórios que também são constituídos pela diversidade dessas populações, ao mesmo tempo em que elas imprimem suas marcas nas cidades por onde transitam ou se estabelecem.

Os trabalhos de campo das nossas investigações utilizaram prioritariamente metodologias qualitativas, cujos instrumentos foram: visitas a equipamentos sociais voltados à população de rua, entrevistas semi-estruturadas com gestores e profissionais executores de políticas públicas, lideranças do movimento social e voluntários/as, histórias de vida e narrativas de pessoas em situação de rua e, especialmente, observação participante em eventos e ações, algumas caracterizadas como pesquisa intervenção (ROMAGNOLI, 2014). Algumas vezes priorizamos o caminhar pela cidade como modo privilegiado de nos acercarmos de pessoas em situação de rua, que na imprevisibilidade dessas andanças nos permitiu uma aproximação à “vida como ela é”, nas suas rotinas, percursos, ocupação dos espaços, utilização dos objetos, relações entre os pares e com a sociedade no entorno dessas práticas.

Caminhar é um modo de conhecer e experienciar a cidade, seus sujeitos e suas práticas. Segundo Certeau (2014) caminhar é um ato de enunciação, pelo qual se traça um discurso sobre a cidade, tecendo lugares, moldando espaços. Assim, as deambulações pela cidade como recurso para observação de pessoas em situação de rua são uma maneira privilegiada de aproximação sensorial e imagética da realidade que se esconde por meio do imediatismo do cotidiano” (PAIS, 2015, p. 38). Caminhar e observar de maneira não interventiva direta foi uma estratégia de pesquisa que, nas nossas experiências, deu mais centralidade ao que se vê no campo, às imagens, gestos, cheiros, escuta de falas espontâneas e movimentos, do que aos discursos.

Adotando essa metodologia muitas vezes fizemos longas caminhadas a pé, em dias, locais e horários diferentes, sem trajeto definido *a priori*, com olhar e escuta atentos. Feito esse mapeamento dos locais e práticas observados e estabelecidos alguns contatos informais, retornamos para acompanhar rotinas e percursos, para observar como corria a vida entre permanências e mudanças e para conversar com as pessoas e conhecer suas histórias.

É, pois, desses percursos investigativos que destacamos as discussões trazidas para este ensaio, sem nos determos em uma ou outra pesquisa, especificamente. Na “mistura” desses achados destacamos aqui a relação população de rua-cidade como elemento norteador.

## **2 VIVER NA/DA CIDADE**

Pensamos a cidade e a disputa do espaço urbano, voltando nosso olhar não apenas para o que a situação de rua produz, mas, sobre “o que a rua cria, o que a rua faz viver, o que a rua alimenta” (RUI, MARTINEZ, FELTRAN, 2016, p.15). Ao pensarmos sobre a população de rua, torna-se fundamental refletirmos sobre o quanto essa população transforma o espaço da cidade, interferindo nas práticas cotidianas do lugar que habita, redimensionando lugares, ressignificando equipamentos públicos, reinventando relações sociais e relativizando as concepções de público e privado, como afirma Sennett (1988). Neste sentido, pensamos a cidade como elemento necessário para análise sobre os modos de vida nas ruas, entendendo que trata-se de um processo duplo de produção, pois a produção das ruas e das pessoas que lá habitam também é a produção da cidade, num movimento de criação e reprodução das lógicas que permeiam a tentativa de viver da/na cidade. Neste sentido, Harvey (2012) nos convoca a pensar, colocando que a cidade que queremos deve ter relação com os laços sociais, estilos de vida, com a natureza, com tecnologias e valores estéticos desejados, pensando isso a partir do exercício coletivo de moldar e pensar a urbanização e que isso seria o direito à cidade. Nessa perspectiva, rever os processos de urbanização capitalistas, assentados na ética neoliberal do individualismo significa lutar pelo direito humano negligenciado de habitar dignamente uma cidade, de nela se mover, trabalhar, sonhar e existir, o que significa o direito à vida, em sentido amplo, em contraposição à concepção de cidade como mercadoria, usufruída por poucos.

Viver na/da cidade implica em viver de forma coletiva, uma vez que nela existem diversas formas de regulação e organização de certa ordem da vida cotidiana,

que definem o que é permitido ou não. Deste modo, nos interessa pensar a cidade nas especificidades do contexto urbano em seu caráter dinâmico dos usos citadinos, marcada pela diversidade, que transita entre o planejado e o vivido; o legal e o ilegal; a criação e a repetição. Longe de afirmarmos tais dualidades, apostamos nesses trânsitos que reforçam a cidade como pluralidade que se apresenta em diferentes contextos e tempos, quase uma “cidade pelo avesso”, que fala das múltiplas formas de uso do espaço urbano, conforme ressaltado por Barreira (2015, p. 13). Tal perspectiva aponta para o princípio da cidade tomada como projeção de diferentes processos temporais e espaciais, decorrentes de tensões, conflitos e negociações.

Buscamos, assim, dar visibilidade aos processos que possuem poder de transformação, às iniciativas de desvios de sentido, os quais colocam a cidade enquanto quadro, sobre o qual se inscrevem movimentos cotidianos que superam sua dimensão material e convocam os cidadãos a lidarem com as dimensões de construções simbólicas e transformadoras que dão sentido ao cotidiano.

O caráter da pluralidade da cidade fica evidente quando refletimos sobre os percursos que realizamos no cotidiano, que requerem e mostram uma lógica de conexões e relações, através das quais a ideia de cidade vai sendo construída. Assim, muitas cidades acontecem dentro da cidade aparente, vividas e constituídas também como lugares de memórias. Dentro dessa cidade, conhecida ou instituída nas suas práticas permitidas, há cidades invisíveis (CALVINO, 2000), experienciadas de outros modos, pelos quais as pessoas se expressam e se organizam, ao tempo em que lhe imprimem outra organização, produzem rupturas com as normas instituídas para o espaço urbano.

Se tomamos a cidade como plural, também é necessário tomarmos a população que habita e vive das/nas ruas como tal, apontando para a diversidade, pluralidade e multiplicidade que se dá nessa relação com a cidade, num processo de construir e ser construída. Pensamos isso a partir de distintos modos de viver, de ocupar e usar o espaço e dos processos que fizeram as pessoas chegarem na rua ou mesmo a permanecerem nela. Essa multiplicidade não deve ser tomada como um problema; é preciso que a tomemos como potencialidade, uma vez que, na condição de praticantes da cidade (CERTEAU, 2014), instituem diferentes e criativos usos do espaço por meio de táticas e astúcias, modos de resistir e enfrentar as adversidades.



Muitos e diversos são os usos da/para a rua, desde trabalho, moradia, circulação etc., que tanto imprimem modos próprios de habitar a cidade, quanto modificam o cenário urbano (NOBRE *et al.*, 2018). A rua é um espaço de criação, o lugar onde se fabrica interações, onde se inventa muito mais do que o que o enquadre urbanista propôs (CORDEIRO E VIDAL, 2008). Para uma população que vive nas/das ruas isso quer dizer que, ao lado das condições de precariedade e extrema pobreza, da carência e da privação que faz a lida cotidiana penosa, arriscada e dura, há também outras possibilidades, de reinvenções, criação e resistências.

Com isso, temos o desafio de entender a rua não como lugar de ausências ou faltas (de dignidade, limpeza, direitos, cidadania, trabalho e outros), mas de defender os modos de vida que são produzidos nela, o que aponta um processo ambíguo: por um lado, valoriza-se as vidas na rua e por outro, luta-se pelo direito à saída desta (RUI, MARTINEZ E FELTRAN, 2016).

O desafio colocado pela multiplicidade dos modos de vida na rua, por um lado, fala do reconhecimento de diferentes e singulares vivências na/da cidade, e por outro, indica também a necessidade de conhecer o caráter histórico e os processos sociais e políticos de construção das cidades, ao lado dos processos de subjetivação. Desta forma, cabe discutirmos sobre a importância dos movimentos desta população na cidade, que institui o deslocamento como modo de sobreviver, no qual os trajetos são definidos pela rede de suporte que pode ser construída, conhecida ou mesmo promissora no cenário da cidade (KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014). Ao mesmo tempo em que institui trajetos, percursos e diferentes circuitos por onde é possível transitar na cidade e por meio deles, sobre/viver, trabalhar, dormir, comer, descansar, é preciso evitar ações repressivas, onde sobretudo a violência policial se efetiva, buscando outros modos de circulação. Isso revela como a provisoriabilidade é, paradoxalmente, a marca mais “constante” na vida da população de rua e de seus modos de ocupar a cidade. As certezas se fazem pelo movimento, pela permanência e não pela constância e perenidade.

A seguir, apresentaremos processos de constituição de populações de rua no Cariri cearense e em Natal. Com isso, discutimos como os processos históricos e sociais, que imbricam passado e presente, modulam e imprimem diferenças à chamada “população em situação de rua” e fazem desta um grupo heterogêneo, plural, múltiplo e diverso.

### **3 CIDADE E POPULAÇÃO DE RUA NO CARIRI CEARENSE: ROMEIROS, BEATOS, TURISTAS, ARTISTAS E LOUCOS**

Entender a população de rua na região do Cariri Cearense é entender os processos históricos que marcam a constituição das cidades do Crato, Juazeiro e Barbalha (CraJuBar), os quais são marcados pela ocupação intensa das atividades urbanas com uma relação de interdependência e complementaridade entre elas, formando assim, um aglomerado com forte potencial de desenvolvimento. Tanto é, que em 2009 tem-se a criação da região metropolitana do Cariri, que aponta para o potencial geoambiental da região e também para as possibilidades de geração de emprego e renda, já que o CraJuBar se constitui como polo de educação, saúde e serviços (QUEIROZ, 2014).

Um fato marcante para pensarmos a relação entre a constituição da cidade e da população de rua na região do Cariri, diz respeito ao aspecto religioso que marca a região, e mais especificamente o Juazeiro do Norte, por meio da figura do Padre Cícero e do “milagre da hóstia”, ocorrido em 1889, quando numa sexta-feira da Quaresma a hóstia consagrada pelo Padre Cícero e colocada na boca da Beata Maria de Araújo, se transforma em sangue, e evoca a simbologia do corpo e sangue de Cristo encarnada na eucaristia (CAVALCANTE NETO, 2009). Esse episódio vai se repetir muitas vezes, se tornando notícia que circula rapidamente não só na região, mas também nacionalmente e provoca desde então, um fluxo constante de pessoas vindas de vários lugares para conhecer e/ou viver no “lugar do milagre”.

A notícia da manifestação do amor de Deus para com aqueles que desejavam se converter e procuravam o perdão e o alimento para sua fé, correu os sertões como fogo em rastilho de pólvora. E o povo respondeu ao carinhoso chamamento de Deus, indo numeroso e com toda dificuldade para o “lugar de salvação para as almas” (PANICO, 2009, p. 45).

Conforme Panico (2009), a história de Juazeiro se confunde com o fenômeno das romarias, sendo ressaltado que as romarias de Juazeiro são as únicas do Brasil de cunho eminentemente popular. Isso diz muito sobre a população que se desloca e que tem em Juazeiro, a esperança de melhores dias e condições de vida, numa mística de encontrar nesta terra um lugar sagrado. Foi assim que em 7 de julho, do mesmo ano do “milagre”, durante uma missa, o vilarejo tinha a presença

de 10 vezes mais pessoas do que sua população nativa. É o início das romarias, das grandes peregrinações para a região do Cariri, processo esse que se mantém até os dias de hoje. Marques (2009) afirma que as romarias produzem uma nova geografia em que o pequeno distrito, que ainda não era Juazeiro, se torna local de fluxo e instalação de pessoas, tanto que 12 anos depois, em julho de 1911, se dá a emancipação política de Juazeiro do Norte, desmembrando-se do município do Crato. As romarias produzem crescimento populacional e econômico da agora cidade Juazeiro do Norte.

Muitas pessoas que vem para as romarias em Juazeiro, acabam por ficar na cidade, seja por decisão ou por terem se perdido de seu grupo e não tendo condição para voltar, acabam ficando nas ruas da cidade, na expectativa de melhores condições de vida e/ou de retorno para suas cidades, que seriam viabilizadas pelas bênçãos do Padre Cícero. Isso é tão enraizado na cidade, que Juazeiro é conhecida como “Cidade da Fé”, “Terra da Misericórdia”, e “Terra da Mãe de Deus” que remetem à dimensão da caridade que permeia uma mística da cidade.

Os romeiros vindos de ônibus, carros, paus-de-arara, ou a pé, tomam a cidade nas romarias, mudando a dinâmica do trânsito, lotando as ruas de movimento, cor, chamando atenção de quem vem e quem vai, pelo sotaque, pelas vestimentas, ou apenas pelo chapéu de palha, símbolo do romeiro. Assim se produz a figura do romeiro nas ruas do Cariri. A experiência das romarias e do romeiro, são vivências da rua, da cidade e ocorrem permeadas pela fuga das regulações autoritárias da Igreja Católica, que negou durante muito tempo essa experiência por conta de seu caráter popular (SANCHIS, 2006), que se desvia e confronta as das normas, dogmas e regras da igreja oficial.

Na tentativa de controle de romeiros e das diferentes vivências religiosas ou não, que ocorrem nas ruas, há diversas ações que buscam vigiar e até limpar esses modos de vida divergentes dos cenários da cidade, sobretudo quando se está em situação de rua. Neste sentido, pensando nas articulações entre romaria, cidade e população de rua, tomemos por norte, uma conceituação do que seja romaria, trazida por Sanchis (2006, p. 86),

Um caminhar, muitas vezes penoso, doloroso até, em condições voluntariamente precárias, por isso demorado, mas cheio de encantos – imersão numa natureza selvagem e encontros lúdicos no caminho – até a concretização da apresentação e presença do peregrino a um “Santo”: santuário próximo ou longínquo, Sagrado feito gente, com quem se conversa, se

troca bens, energia e saúde (promessas), perto de quem se vive uma pequena porção de tempo, o tempo feito Festa: comida, bebida, encontros, dança; até a volta para um cotidiano transfigurado, já na espera de outra romaria. Um ritmo de vida – e na vida.

Essa definição fala de uma experiência eminentemente da cidade e da rua, assim, as romarias nos remetem à construção de outros modos de relação com o tempo, com o corpo, e com uma dimensão coletiva, pela vivência penosa e dolorida das caminhadas, que muitas vezes se faz em percursos tidos como errantes, mas cheios de sentido ou pelo contato com outros, permeado por trocas, negociações e pactuações de cuidado, de proteção e de sobrevivência (SANCHIS, 2006). O movimento é constante e necessário para o romeiro, assim como para a população de rua, que tem suas possibilidades de permanência limitadas aos espaços (FRANGELLA e RUI, 2017), o que produz uma pluralidade de modos de viver e sentir a cidade.

A relação entre a população de rua e o romeiro se confunde em muitos momentos. Em contato com o Centro Pop de Juazeiro do Norte, tivemos a informação de que após as grandes romarias da cidade, que são: Romaria de Nossa Senhora das Dores (setembro); Romaria de Finados (novembro) e Romaria de Nossa Senhora das Candeias (fevereiro), há um aumento dos atendimentos no serviço. Este é um serviço especializado previsto na Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) e também na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social, voltado para pessoas que moram ou sobrevivem do espaço da rua, que deve promover acesso à higiene pessoal, alimentação, documentação, dentre outras necessidades da população de rua.

As romarias estão muito relacionadas ao turismo religioso, tanto que existe uma secretaria específica para isso em Juazeiro: a Secretaria de Turismo e Romaria. Talvez por isso, se tenha pouca atenção à “figura do romeiro” quando este fica em situação de rua. É quase como se ele mudasse de papel, perdendo assim, sua condição de “convidado” na cidade, e também seu *status* social, que garante acesso a diferentes serviços e direitos. No período das grandes romarias, a cidade se volta para isso, o comércio “ferve” pela quantidade de gente que chega na cidade e circula pelos principais pontos turísticos: igrejas, museus, estátua do Padre Cícero e praças principais do centro. É possível ver equipes de saúde, assistência e segurança pública nesses pontos, garantindo cuidado, assistência e proteção para

os romeiros. Passado esse período das romarias, as pessoas que ficam vão sendo “esquecidas” ou melhor dizendo, são remetidas à condição de exclusão e em muitos casos, se tornam agora alvo das ações de limpeza (SCOREL, 1999). Assim, em muitos casos e com essa “mudança de *status*”, se veem obrigados a ter que sair destes mesmos espaços onde anteriormente eram convidados a estar, como igrejas, praças, centros comerciais e demais pontos turísticos da cidade.

A praça Padre Cícero, um dos pontos principais do turismo religioso, no centro de Juazeiro, é um ponto de encontro central, pois há lojas de roupas e utensílios em geral, de móveis, agências bancárias, farmácias, restaurantes; há também muitos vendedores ambulantes, que sempre se esquivam das normas instituídas pela prefeitura, no que diz respeito à permanência nos espaços. Há ainda muitas igrejas; para cada lado que se vá, é possível encontrar uma, mais próxima ou mais distante. É quase um circuito no entorno da praça. No entanto, desde a última reforma, ocorrida em 2018, a praça ficou mais bonita e ganhou diversas melhorias, mas já não é permitido que pessoas possam ficar deitadas nos bancos dormindo ou circulando para mendicância ou para maguear. À noite, mesmo quando a praça está vazia, muitas pessoas que fazem das ruas local de dormida, acabam indo para as marquises de lojas e restaurantes no entorno da praça, pois ficar na praça é proibido. Assim, podemos perceber que essa ocupação dos espaços não é aleatória, ela é estratégica, bem como a produção da exclusão dos espaços também o é, de modo que:

Um conjunto de fatores define esta ocupação dos espaços, que se faz em função da “permissão social” para ocupação ou da ocorrência de menor pressão do poder público e dos demais moradores da cidade. Porém, será sempre um lugar estratégico que será ocupado, ou seja, aquele que de algum modo favorece a sua sobrevivência (KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014, p. 927).

Os artistas de rua – muitos dos quais migrantes, inclusive estrangeiros (vindos da Colômbia e Paraguai) – também não podem se apresentar mais na praça, sem que tenham uma autorização para tal. A burocracia para apresentar um espetáculo inviabiliza-se junto ao medo constante de ser abordado pela Guarda Municipal e até ter seu material de trabalho confiscado pelos agentes públicos, o que faz com que o espaço seja esvaziado e os espetáculos sejam executados distantes dali, muitas vezes, nos semáforos longe da praça ou do centro da cidade, com menos circulação de pessoas, mas também, com menos regulações.

A constituição da população que vive nas ruas no CraJuBar também é atravessada pelas figuras históricas dos beatos, que nascem a partir da Ordem Beatos, uma ordem secular criada pelo Padre Ibiapina que tinha como missão levar suporte espiritual e material para os mais necessitados no sertão nordestino. Essa experiência religiosa se constituiu como um modo de vida baseado na prática da castidade, a vivência da mendicância e da penitência, tendo como missão o trabalho pela causa divina com fortes marcas da religiosidade popular, pelas vestimentas, cruzeiros e rosário no pescoço que ainda hoje perambulam em ato de mendicância, caridade e pregação da fé (CAMPOS, 2008; GOMES, 2009).

Cabe também aqui trazer um outro elemento importante para pensar a população de rua no CraJuBar. É a existência do Hospital Psiquiátrico Casa de Saúde Santa Teresa que funcionou da década de 1970 até o ano de 2016, sendo a inauguração do Hospital na cidade do Crato um marco de “progresso” já que por um lado ampliava a rede de serviços de saúde e por outro, se tornava uma alternativa para lidar com o problema de mendigos e loucos que circulavam na cidade (GIMBO, 2017). Temos assim, a associação ainda tão presente nos dias atuais de práticas higienistas e manutenção da ordem social. O fechamento do hospital não aconteceu juntamente com a estruturação da rede substitutiva de saúde mental, o que acabou por levar diversas pessoas à condição de desassistidas no que diz respeito aos cuidados em saúde mental. Muitas das pessoas que viviam no Hospital, hoje vivem nas ruas do CraJuBar, se misturando e criando modos de ver, viver e se relacionar com a cidade.

Essas diferentes figuras e contextos não se esgotam no que diz respeito a pensar a constituição da população de rua no CraJuBar. São pistas para acompanhar e afirmar a pluralidade da população de rua. Marcados pelos elementos históricos, sociais e econômicos da cidade ela se constitui com características locais, o que não permite ou traz muita dificuldade para pensá-la em termos homogêneos e isso não se manifesta enquanto problema, mas como potência a ser encarada em nossos modos de produzir pesquisas e políticas.

#### **4 CIDADE E POPULAÇÃO DE RUA EM NATAL: TURISTAS, ANDARILHOS, ARTISTAS, ARTESÃOS.**

A cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, é conhecida como a “Cidade do Sol”. Cortada pelo Rio Potengi e cercada em toda a sua extensão litorânea por dunas de areias brancas e/ou cobertas por vegetação de restinga, a

capital potiguar tem paisagens paradisíacas, com uma grande variedade de atrações turísticas, que incluem passeios, aventuras, trilhas, um rico artesanato e gastronomia local muito apreciada, além de uma rede de cultura e lazer, com um grande número de bares, restaurantes e casas noturnas (SEMURB, 2016).

Fundada em 1597 tinha ares provincianos até fins do século XIX, realidade que começou a mudar com a chegada do republicanismo e com a promoção da província à condição de estado (CASCUDO, *apud* GUIMARÃES, 2020). A cidade cresceu do ponto de vista territorial e demográfico, demandando ordenamento do espaço urbano, com construção e embelezamento de áreas nobres e consequente periferização das classes populares. Para as classes dominantes a beleza e a limpeza das áreas urbanas centrais onde habitavam eram o suficiente para dar-lhes renome nacional e internacional. Na primeira metade do século XX novos bairros foram criados, dois planos urbanísticos foram construídos que esquadriharam áreas importantes da cidade, traçando avenidas longas e ruas planejadas. (GUIMARÃES, 2020). Com a Segunda Guerra Mundial, foi instalada em Natal uma Base Naval e uma Base da Força Aérea Norte-americana, promovendo um intenso processo de urbanização em função do aumento da população (SEMURB, 2016). A presença dos americanos na cidade, cerca de 25 mil soldados entre 1943 e 1945, trouxe inúmeras transformações sociais, com repercussões sobre os hábitos, costumes, práticas de lazer e sobre a vida cultural da cidade. Além dos aviões que sobrevoavam diuturnamente a cidade, havia jornais que circulavam em inglês, transmissão de rádios nas praças, exibições do cinema hollywoodiano, romances, compras em dólar, escambo com produtos enlatados, o início do uso lúdico das praias e a construção da primeira fábrica de Coca-Cola da América Latina (OLIVEIRA, 2014), fatos que projetaram a cidade no cenário internacional, fazendo “crescer os olhos” de futuros investidores.

A partir da década de 1980, o potencial turístico da cidade atraiu a atenção de empresários brasileiros e estrangeiros, muitos dos quais fixaram moradia definitiva, adquirindo terras, abrindo comércios, gerenciando empreendimentos na rede hoteleira, gastronômica e turística, que incluiu também, tristemente, o turismo sexual (LARANJEIRA, 2012).

O investimento e exploração de riquezas e bens materiais e simbólicos, produziu um *boom* imobiliário na cidade, que ao lado do crescimento do parque industrial na grande Natal, atraiu muitos migrantes de outras regiões do estado que para ela se deslocaram como mão de obra para a indústria da construção civil

e outras atividades industriais e econômicas ou em busca de trabalho, melhor qualidade de vida e o acesso a bens e serviços na capital que crescia promissora de oportunidades, em contraste com a dura realidade das cidades interioranas, marcadas pela seca e pela falta de opções de trabalho e estudo. Esse crescimento e urbanização acelerado da cidade nas últimas décadas transformaram radicalmente modos de vida local e tiveram grandes impactos do ponto de vista ambiental, com destaque para a construção da Via Costeira, que interligou as praias da região central da cidade à Praia de Ponta Negra, principal cartão postal da cidade produzindo a privatização de áreas praieiras, o desmonte de dunas e a devastação da vegetação nativa. Além dos aspectos ambientais, os impactos sociais foram intensos com o deslocamento e perda de trabalho de comunidades praieiras e ribeirinhas, intensificando o processo de favelização e o aumento dos índices de violência urbana, em parte ligados ao tráfico de drogas. Nos últimos anos a cidade se destacou nesses índices, inclusive nacionalmente, com o aumento de mortes violentas e conflitos entre facções no território potiguar, dando ao estado lugar de destaque na taxa de homicídios entre jovens e os maiores índices de violência letal contra mulheres e negros em 2017 (SILVA, 2020).

Ao circular pela cidade, encontramos diferentes faces de uma mesma “Natal-cidade-do-sol”. Os contrastes são evidentes entre as zonas norte e oeste que correspondem às regiões administrativas habitadas pela maior parte da população que possui os menores rendimentos, e as zonas leste e sul que, juntas, apresentam melhores indicadores de qualidade de vida, residências luxuosas e concentração de grandes centros de consumo, lazer e educação. A zona norte ou a “outra metade de Natal” (SILVA, 2020) é de ocupação recente e difere da zona sul desde os seus projetos iniciais de ocupação urbana, que correspondem a diferentes interesses de classes sociais. A zona norte passou a ser intensamente ocupada depois das políticas de incentivo habitacional do Governo do Estado na década de 1970, o que representou uma alternativa à habitação dos mais pobres, enquanto a zona sul significou desde sempre um projeto voltado à construção de imóveis para as classes médias e altas (QUEIROZ *apud* SILVA, 2020). A zona norte é separada das demais pelo Rio Potengi, cortado por duas pontes e quem nela habita tem maior dificuldade de acesso às outras regiões que concentram as atividades de trabalho, educacionais, comerciais, industriais etc. É também uma área estigmatizada pela pobreza e pela violência. como as demais áreas periféricas, entre as quais as tradicionais comunidades de Mãe Luiza e do Passo da Pátria, localizadas



geograficamente em áreas de paisagens exuberantes, com vistas para o mar ou para o rio.

As intensas e constantes disputas pelos espaços privilegiados da cidade em termos de potencial turístico e exploração comercial está constantemente em choque com os interesses das comunidades locais, permanentemente ameaçadas pela especulação de grandes setores imobiliários, como é o caso da pressão atual desses grupos por uma revisão do atual Plano Diretor que ainda garante alguma sustentabilidade ambiental e a permanência dessas populações nas áreas que tradicionalmente ocupam. Dentre as mudanças propostas que atingem diretamente a população em situação de rua está a verticalização da orla da Praia dos Artistas e da Praia do Meio, com a proposta de quebra do gabarito atual para edificações que atualmente não podem ultrapassar 3 andares. Essas praias de grande beleza e fácil acesso são caracterizadas por casas simples, vilas, pequenos hotéis e pousadas, onde residem e por onde circulam pessoas humildes que vivem de pequenos serviços e comércios ou sobrevivem do mercado informal, como os vendedores ambulantes, artistas de rua e artesãos. A prefeitura da cidade já se posicionou a favor dos empresários do mercado imobiliário na disputa entre eles e as comunidades locais, por sua vez apoiadas por inúmeras instituições de defesa do meio ambiente, universidades, conselhos profissionais e outros segmentos da sociedade civil. Os projetos de radical privatização e verticalização da orla, que inclui também a Praia de Ponta Negra, modificarão drasticamente a paisagem, o que será um enorme prejuízo não só para as comunidades que vivem e trabalham nessas áreas, mas também para toda a cidade, pois coloca em risco “o patrimônio maior dos natalenses, a beleza das praias, que passará a ser patrimônio de alguns bem-nascidos com capacidade financeira para morar na orla”. A implantação desse projeto implica na remoção de quase 70 mil pessoas dessas comunidades que nelas vivem há mais de um século para áreas longínquas, o aquecimento do clima pela construção de arranha-céus e a descaracterização da paisagem, com impactos para o turismo (ANDRADE, 2019).

A população em situação de rua está inserida nestes cenários, seja como migrantes que vieram em busca de trabalho, seja como “nômades urbanos” vindos de outros estados ou mesmo países, atraídos pela cidade ensolarada, turística e promissora, que potencialmente permitiria uma vida mais livre, através das artes, da música, do artesanato. Ao contrário do que às vezes se imagina um grande número de pessoas em situação de rua tem profissão, embora isso não tenha relação

com os níveis de escolaridade, que são baixos, na maioria dos casos. Em uma das pesquisas que realizamos em Natal (AMORIM *et al*, 2019) encontramos pedreiros, eletricitas, pintores, porteiros e profissionais da construção civil e hotelaria, artesãos que produzem e vendem seus trabalhos geralmente em pontos turísticos, artistas de rua (músicos e malabaristas, principalmente) que trabalham sobretudo nos semáforos e na orla e muitos trabalhadores informais, como vendedores ambulantes e flanelinhas. Mais de 70% das pessoas ouvidas numa amostra de 159 indivíduos não possui nenhum tipo de emprego formal e quase 40% nunca trabalhou com carteira assinada, o que revela um elevado nível de precariedade no trabalho dessa população, aliado ao crescente desemprego que assola a sociedade brasileira. Os artesãos e artesãs de rua relatam que sua arte é “mais valorizada pelos gringos, principalmente os europeus” (NOBRE *et al.*, 2018) o que pode justificar a sua preferência pela cidade ou um maior tempo de permanência nela, mesmo se o andarilhar pelo mundo é um traço comum desse grupo.

Na capital potiguar a população de rua ocupa majoritariamente os bairros de Cidade Alta, Alecrim, Ribeira e áreas circunvizinhas, dada a facilidade de acesso aos serviços públicos que lhes atendem (abrigo, Centro Pop e restaurantes populares) e a possibilidade de exercerem seus ofícios, de fazerem “bicos” e de manguear/mendigar para sobreviver. Na praia de Ponta Negra, incluindo a Vila de Ponta Negra (área antigamente ocupada por pescadores, rendeiras e pequenos agricultores), na orla da cidade e em regiões adjacentes também vivem muitas pessoas em situação de rua. Nessas regiões atuam três equipes do Consultório na Rua, o que não acontece com a zona norte que não recebe a visita deste serviço itinerante de saúde, sob alegação de que são um pequeno número, sendo assistida exclusivamente por grupos de voluntários vinculados a igrejas de várias denominações religiosas. Esse fato corrobora as constatações de muitos pesquisadores sobre a concentração da população de rua nas regiões centrais das cidades. Em Natal essa concentração coincide com o abandono progressivo do comércio no centro, transferido para *shoppings centers* em áreas nobres, o que provocou uma progressiva degradação dessa região, inclusive do patrimônio arquitetônico de muitos edifícios, casas antigas, praças e monumentos (ANDRADE, 2019). Nessas regiões há paradoxalmente a existência de muitos imóveis abandonados, tanto públicos quanto privados, que não cumprem sua função social e produzem uma contradição própria do capitalismo: há mais imóveis desocupados sem cumprir sua função social do que pessoas sem casa. Esses “vazios urbanos” são

frequentemente ocupados por pessoas em situação de rua, tanto individual, quanto coletivamente. Uma dessas ocupações intermitentes é o Viaduto do Baldo, que liga a Cidade Alta ao Alecrim e que é alvo constante de intervenções do poder público para sua desocupação. Ali vivem artistas de rua, catadores de materiais descartáveis, flanelinhas e andarilhos de passagem pela cidade. Tantas vezes a área seja evacuada, tantas vezes será reocupada em ato de resistência das pessoas que ali montam seus barracos transformando-os em lugar “seguro” para dormir, plantar, cozinhar, criar animais, descansar e se abastecer para a lida de todo dia.

Essas características da população de rua em Natal remetem à ideia de cidade como narrativa (BARREIRA, 2015), onde diferentes versões sobre a cidade estão em disputa. Essa imagem se presta muito bem à população de rua de Natal, que em suas diferentes expressões, modos de vida, experiências, narrativas e usos do espaço urbano busca fazer com que na “Cidade do Sol”, o sol brilhe para todos.

## **5 PARA “CONCLUIR”: AS CIDADES E AS GENTES DA RUA, ENTRE O SERTÃO E O MAR**

O Decreto 7.053/2009 (BRASIL, 2009a) que criou a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), embora ressalte a heterogeneidade desse grupo populacional, está longe de apontar a sua singularidade. Nele é enfatizada as condições de pobreza extrema, os vínculos familiares frágeis ou rompidos, a inexistência de moradia, a utilização de logradouros públicos e lugares degradados como espaço de moradia e sustento e o uso de albergues noturnos. O Decreto prevê ações intersetoriais destinadas a esta população, que contemplem o direito à moradia, assistência, trabalho, educação, saúde e segurança, etc. e que garantam o respeito às condições sociais, diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa e atenção às pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009b).

Tratando-se de diretrizes de uma política pública entendemos que seu foco seja o que há de comum nesta população, passível de intervenção governamental. Porém, na condição de pesquisadores/as e ativistas em direitos humanos cabe-nos apontar os limites dessa definição, que aliás, pauta-se na carência: tudo nela é falta. Entretanto, muitas são as especificidades do habitar a rua, o que em qualquer contexto, implica pensar em pessoas com histórias e movimentos de vida singulares onde a rua é alternativa de sobrevivência ou produção de vida.

É indiscutível as condições de extrema pobreza dessa população, a sua condição de vulnerabilidade e precariedade, mas também é inegável as potencialidades e inventividades das muitas maneiras de viver o cotidiano que essas pessoas engendram como reinvenção e resistência, assim como a produção novos territórios materiais e existenciais, ultrapassando as fronteiras da carência e da vitimização/culpabilização que ancoram as representações quase hegemônicas que se tem sobre elas (NOBRE, BARREIRA, 2018),

Contudo, o que temos observado nestes cenários é que tanto o cotidiano, quanto o movimento de invenção e resistência, não são os mesmos em qualquer território ou cidade. Mesmo dentro da mesma cidade há uma enorme diversidade na constituição de uma população de rua. Somente para citar um aspecto podemos destacar a expressão “em situação de rua” que do ponto de vista político tem a função de desmistificar a figura do “morador de rua”, jamais usada pelo Movimento da População de Rua (MNPR), que a abandonou por considerar a reversibilidade da condição de viver nas ruas. Entretanto, para além do “politicamente correto” essa figura não desapareceu das ruas das nossas cidades. Esses “moradores de rua”, sozinhos ou coletivamente, ocupam prédios abandonados, viadutos e outros espaços, transformando-os em moradia. Há certamente os que vivem em “situação de rua”, na condição de usuários de serviços públicos ou filantrópicos que lhes dão abrigo ou pernoite; outros ainda conseguem pagar o aluguel de um quarto ou casa onde podem dormir, mas continuam dependendo das ruas para se alimentar e fazer higiene pessoal, beber água e, sobretudo, “inventar dinheiro”, seja trabalhando, seja “mangueando” ou mendigando. Há outros que tem casa e família domiciliada, mas trabalham distante dos seus bairros e passam a semana vivendo/morando nas ruas, porque não possuem o dinheiro do transporte para ir e vir todos os dias ou porque o uso abusivo das drogas não lhes permite esse retorno para suas casas diariamente. Enfim, são incontáveis as múltiplas expressões da vida nas ruas que oscilam entre condições provisórias ou permanentes, desde a ocupação dos espaços urbanos aos modos de vida cotidiana nas suas multipli-cidades.

É aqui que se instaura a pluralidade e criatividade da população de rua, pois ainda que seja constantemente expulsa de espaços da cidade, sempre está inventando outros modos de vivê-la, fatos que observamos tanto no CraJuBar, quanto em Natal. Esses trajetos, que são construídos caminhando, circulando, alterando normas de usos da cidade, constroem outras cidades dentro da cidade.

Diante dos recursos e possibilidades colocadas por ela, há modos diversos de vida na rua, que entendemos produzir uma “nova” população de rua, singular em cada cidade. Neste sentido, embora nas duas regiões pesquisadas o turismo seja um dos elementos constituidores das populações de rua locais, o perfil das pessoas é totalmente diferente: no CraJuBar a religiosidade constituinte do turismo está muito distante do turismo que busca o entretenimento e o prazer numa cidade litorânea como Natal. As pessoas em situação de rua que permanecem nessas cidades em decorrência do turismo têm necessidade, anseios e modos de vida incomparáveis. Instaure-se uma geografia movente; é a cidade que se faz em práticas, de modo contingente, que se imprimem como táticas, que manipulam e alteram o antigo, nele produzindo fendas que podem tender ao novo. Essas práticas dissidentes se impõem ao circunstancial, mudando a organização do espaço e suas relações, criando modos próprios de uso e de fazer a rua e a cidade, que usualmente não correspondem às leis do lugar.

De acordo com Melo (2018) houve uma mudança no perfil da população de rua no Brasil a partir da segunda metade dos anos 2000. Antes esse contingente era quase exclusivamente masculino, com idade média de 30 anos, formado por desempregados, ex-trabalhadores não mais aptos ao mercado de trabalho, alcoolistas crônicos, institucionalizados por muito tempo ou que perderam os vínculos parentais e, em grande parte oriundos das zonas rurais. Agora, esse perfil é formado majoritariamente por jovens, entre 18 e 30 anos de idade, há a presença significativa de mulheres na mesma faixa de idade, sem experiência profissional e com alta incidência do uso de *crack*. São oriundos da própria cidade, geralmente de favelas, que se afastaram do núcleo familiar em decorrência do uso da droga ou do seu comércio, que hoje representa uma possibilidade de renda para jovens excluídos do mercado de trabalho. Embora a drogadição seja corriqueira em pessoas em situação de rua nas duas regiões, o tráfico de drogas e a existência de alguns vinculados a facções criminosas é uma realidade natalense e ainda que não exista uma rede eficaz de cuidados a usuários de drogas, as possibilidades de atendimento são mais ampliadas na capital Potiguar do que na região do Cariri. Por isso, a presença de pessoas com sofrimento mental na condição de “andarilhos pela cidade” decorrente de outras causas além da drogadição é mais rara em Natal do que no CraJuBar.

De fato, encontramos esse novo perfil nas nossas pesquisas, comum a toda a população de rua no Brasil. As pessoas estão indo cada vez mais cedo para as ruas

e em qualquer cidade brasileira onde pesquisarmos o fenômeno da população de rua nos depararemos com o problema do uso abusivo das drogas e da falta de uma política pública que aponte saídas, pois o enfrentamento do problema exige uma mudança nos modos com o Estado lida com essa questão, que passa necessariamente pela descriminalização do seu uso e pela regulamentação do seu consumo fora de padrões repressivos, culpabilizantes e punitivos, ao lado de uma rede de apoio e suporte que possa sustentar uma redução de danos no sentido amplo.

Assim como a drogadição, outros fatores são comuns às populações de rua nas cidades que aqui apresentamos, tanto no CraJuBar, quanto em Natal. Dentre essas similaridades parece evidente a condição de “indesejáveis da cidade” que essas populações representam, nessas e em outras cidades, o que via de regra acarreta ações de expulsão e limpeza urbana, seja através de processos higienistas, seja através da gentrificação, afastando essas pessoas que fazem da rua espaço de vida, habitação e/ou de trabalho. Vê-se aquilo que Frangella e Rui (2017) denunciam: as modificações urbanas também deslocam outros personagens e quando pensamos na população de rua, isso se torna ainda mais evidente, pois os interesses financeiros e urbanísticos acabam se sobrepondo aos interesses de grupos que estão à margem desses projetos, o que provoca esvaziamento dos espaços e transformam lugares públicos a partir de lógicas de consumo, tão distantes da realidade das pessoas que vivem nas ruas.

A abordagem que aqui trazemos e que pretende singularizar esse fenômeno não desconhece que a existência de populações em situação de rua em todo o mundo é efeito do capitalismo e da implantação de políticas neoliberais que enxugam cada vez mais o Estado na garantia de direitos às populações; da crise mundial no campo dos direitos humanos, com impactos sobre questões de gênero, etnia e saúde mental; dos processos da urbanização e gentrificação das grandes cidades; dos processos migratórios nacionais e transnacionais; das desigualdades na distribuição de riqueza que produz a concentração de renda de um lado e a extrema pobreza de outro. Agrava sobremaneira esse cenário o modo como o governo brasileiro tem enfrentado a pandemia da COVID-19 o que expõe a desigualdade no acesso à saúde e as possibilidades de cuidado (ANDERSON et al, 2020) e tem afetado desigualmente grupos sociais, a partir da negação e retrocessos na garantia de direitos e pelo desmonte das políticas públicas que vem acontecendo depois de 2016, em especial no âmbito do direito à saúde, o que neste momento impacta diretamente o direito à cidade e os modos de viver na/da

cidade pela população de rua. Sobre este lastro de misérias coletivas e problemas macropolíticos e estruturais as multiplicidades se produzem como resistência e é preciso voltar nosso olhar para elas, especialmente em situação de extermínio de populações vulneráveis como agora.

Para concluir trazemos uma última questão: Mas, afinal, o que as populações de rua têm de singular? Pensamos que a resposta a essa pergunta é dada pela cidade, não por nós, pesquisadores/as, não pelos militantes e apoiadores/as do Movimento Nacional da População de Rua, por gestores e profissionais das políticas públicas, por voluntários e pessoas do terceiro setor, por ativistas de direitos humanos ou parlamentares sensíveis a esta causa. Como disse Beto Francisco (REIS, 2015), artesão e militante histórico do Movimento da População de Rua - “nômade urbano” que andarilhou entre inúmeras cidades e países, mas escolheu Natal, pela proximidade do mar para viver seus últimos dias -, as ruas são sempre refúgio:

A rua, nos momentos mais difíceis, foi sempre meu abrigo, não teve outro lugar para eu ir. A rua foi o lugar que eu me encontrei. Eu não tenho a rua como a grande mazela. Minha vida na rua também tem meu lado liberto, tem meu lado livre. Não tenho a rua como a grande comoção negativa da minha vida, não... Minhas grandes alegrias são nas ruas. São nas ruas que eu vendo meu trabalho, são nas ruas que eu conheço pessoas, são nas ruas que eu namoro, são nas ruas que eu paquero, são nas ruas que eu conquisto coisas, são nas ruas que eu realizo projetos e hoje eu defendo um povo que está nas ruas. E o artista é isso mesmo [...]. Nós do movimento temos interesse em oxigenar isso. Que as pessoas saiam das ruas, mas aqueles que querem ficar, que fiquem com dignidade.

As palavras de Beto remetem ao que disse João do Rio (2013) poeta carioca do início do século XX: a rua tem alma e na sua generosidade é niveladora das mazelas dos que dela/nela vivem, ao mesmo tempo em que lhes acolhe a dor e a arte e nunca os abandona ou trai. É nosso desejo que possamos ouvir essas vozes que vem da cidade e que ela mesma nos conduza às respostas que buscamos ou às perguntas que ela mesma deseja que lhe façamos. Pois como afirma Calvino (2000, p. 42): “De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”.

## 6 REFERÊNCIAS

AMORIM, A. K. A. *et al.* Direitos humanos e população em situação de rua: investigando limites e possibilidades de vida. NOBRE, M. T. *et al.* **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais!** Natal: EDUFRN, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28193>. Acesso em 27 de Mai. 2021.

ANDERSON, R. M. *et al.* How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? **The Lancet**, 395(10228), p. 931–934, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30567-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30567-5/fulltext). Acesso em 15 de Jun. 2021.

ANDRADE, I. **Proposta de verticalização da orla de Natal atende aos interesses do mercado imobiliário.** Entrevista especial com Ion de Andrade por César Sanson em IHU On-Line, 2019. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/10/18/proposta-de-verticalizacao-da-orla-de-natal-atende-aos-interesses-do-mercado-imobiliario-entrevista-especial-com-ion-de-andrade/>. Acesso em 31 de maio de 2021.

BARREIRA, I. A. F. A cidade como campo de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 11-13, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2422>. Acesso em 20 de Dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7053&ano=2009&ato=b-99MzZE5UeVpWT33d>. Acesso em 20 de Mai. 2021.

BRASIL. **Rua:** aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMPOS, R. B. C. Como Juazeiro do Norte se tornou a terra da Mãe de Deus: penitência, ethos de misericórdia e identidade do lugar. **Religião & Sociedade** [online]. v. 28, n. 1, p. 146-175, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/3WdT8Lc6qj9h4p-P4C4v5H4n/?lang=pt#>. Acesso em 15 de Abr. de 2021.

CAVALCANTE NETO, J. L. **Padre Cicero:** poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORDEIRO, G. I.; VIDAL, F. (Orgs.). **A Rua:** Espaço, Tempo, Sociabilidade. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.



ESCOREL, S. *Vidas* ao léu: trajetória de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2001

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANGELLA, S., RUI, T. Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, n. 47, p. 23-38, 2017.

GIMBO, L. M. P. **Análise Arqueogenealógica da Casa de Saúde Santa Teresa**: abertura, manutenção e fechamento de um hospital psiquiátrico. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25274/1/LedaMendesPinheiroGimbo\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25274/1/LedaMendesPinheiroGimbo_DISSERT.pdf). Acesso em 10 de Dez.2020.

GOMES, A. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. **Revista USP**, n. 82, p. 54-67, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13750>. Acesso em 20 de Dez. 2020.

GUIMARÃES, M. L. P. **Políticas do urbano na contemporaneidade**: experiências cotidianas em uma feira natalense. Natal, 2020. 157f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31652/1/Politicaurbanocontemporaneidade\\_Guimaraes\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31652/1/Politicaurbanocontemporaneidade_Guimaraes_2020.pdf)

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em 18 de Ago. 2021.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S.V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/k3SQD6TLfjtDVhWfMgmyWcg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de Abr. 2021.

LARANJEIRA, A. **Turismo sexual na praia de Ponta Negra: um estudo sob a ótica dos comerciantes**. 2012. 57 f. Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo. Natal, 2012.

MACHADO, R. *et al.* **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

MARQUES, R. Deslocando corpos e significados: espaço, tempo e política entre romeiros do Padre Cícero. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 256-260, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/jPrNGLkSCLxsmSFmhGd8gxy/?lang=pt>. Acesso em 20 de Abr. 2021.

MELO, T. Mundos que refugam, ruas como refúgio: Reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan Fernandes* (3), 1, 10-31, 2018.

NOBRE, M. T., *et al.* Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RSnSSnQQXkykvXj8KCJtsD/?lang=pt>. Acesso em Abr. 2021.

NOBRE, M. T., BARREIRA, I. F. A. A reinvenção de si no mundo da rua: trajetos e narrativas de quem nela vive. **Interação em Psicologia**, v. 22, n.3, p. 200-210, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/56093>. Acesso em 20 de abr. 2021.

OLIVEIRA, G. P. **As transformações da cidade na Segunda Guerra Mundial**. Natal: EDUFRN, 2014.

PAIS, J. M. Deambulações cotidianas: a emergência de um método na observação dos sem-teto. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n.21, p. 35-72, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235597>. Acesso em 27 de Fev. 2021.

PANICO, F. A Expressão Litúrgica da Romaria em Juazeiro do Norte - Ceará. **Revista de Cultura Teológica**, n. 67, p. 41-58, 2013. Disponível em: <https://ken.pucsp.br/cultura-teo/article/viewFile/15452/11551>. Acesso em 15 de Abr. 2021.

QUEIROZ, I. S. Região metropolitana do cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n3/1676-8329-mercator-13-03-0093.pdf>. Acesso em 15 de Nov. 2020.

REIS, R. **Documentário “Conheço o meu lugar: a trajetória de Beto e outros Franciscos** (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pIuroeLherA> Acesso em 31 de maio de 2021.

RIO, J. **A alma encantadora das ruas: crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicol. Soc.* 26 (1). Abr 2014. Acesso em 11 de outubro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>

RUI, T., MARTINEZ, M., FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

SANCHIS, P. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. **Ciências Sociais e Religião**, v. 8, n. 8, p. 85–97, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13240>. Acesso em 20 de Maio. 2020.

SEMURB. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo **Anuário Natal 2016**. Prefeitura Municipal de Natal. 292p., 2016

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, M. R. P. **Sofrimento ético-político no cotidiano de trabalhadoras comerciais da Zona Sul de Natal-RN**. 2020. 135f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/28499/1/Sofrimentoeticopolitico\\_Silva\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/28499/1/Sofrimentoeticopolitico_Silva_2020.pdf). Acesso em 31 de maio de 2021.

SOUSA, W. L. **O Cuidado às Pessoas em situação de rua de Maceió** - Alagoas: um estudo de caso. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2203>. Acesso em 20 de Maio.2021.

# População em situação de rua e seus entrelaçamentos com a violência e a segurança

*Rayssa Modesto de Souza Brito*

*Samyla Fernandes de Sousa*

*João Paulo Pereira Barros*

*Verônica Moraes Ximenes*

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento das taxas de incidências criminal nas décadas de 1980 e 1990 evidenciaram um cenário de crise que garantiu o destaque para o tema da segurança pública no Brasil, que permaneceu na agenda política e social desde então (CANO, 2006). O crescimento acelerado da violência letal no Brasil desde a década de 1980 já anunciava um processo endêmico, considerando tanto os fatores estruturais que produzem essas dinâmicas criminais quanto sua generalização espacial e temporal (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005).

Esse processo se estende até a atualidade e o Brasil permanece entre os países mais violentos do mundo, segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade da Saúde (SIM/MS), aconteceram 57.956 homicídios no Brasil, em 2018, correspondendo a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes, a população mais atingida é a do grupo de jovens, entre uma faixa etária de 15 e 29 anos, foram 30.873 vítimas de homicídios, somando uma taxa de 60,4 homicídios para cada 100 mil jovens. Essa violência fica mais explicitada quando é perpassada pelos marcadores de raça, somente no ano de 2018, 75,7% das vítimas de homicídios foram pessoas negras, com uma taxa de 37,8 % por 100 mil habitantes, entre 2008 e 2018 as taxas de mortes de pessoas negras cresceram intensamente, somando um aumento de 11,5%, enquanto o número de homicídios de pessoas não negras diminuiu em 12,9%, demonstrando a grande desigualdade racial existente no país (IPEA, 2020).

Segundo Martín-Baró (2017) violência é um termo guarda-chuva, genérico, que se dá por processos e comportamentos distintos, e cujo significado pode se tornar muito abstrato e vago, a violência pode ser tanto uma agressão física, quanto moral, tanto uma repressão política como uma coerção educativa. O autor acredita que a violência deve ser julgada em cada caso, aprofundando cada

ato que a qualifica, e que a violência não deve ser adjetivada, mas substantivada, para entender a sua natureza, sua amplitude e raízes e deter da sua concretude histórica. Para Batista (2003) a violência é um fenômeno constitutivo da realidade social brasileira, marcada pela escravidão. A escravidão imprime um sentido histórico da crueldade caracterizado não só pelo trabalho compulsório do negro, como também pela despersonalização legal do escravo, tratado como mercadoria. A população em situação de rua (PSR) no Brasil está intrinsecamente atravessada por essa imbricação de classe, raça e violência, suas origens históricas no país retomam os processos de colonização e escravidão. Segundo Mendes, Ronzani e Paiva (2019) a gênese do fenômeno da PSR no Brasil data o fim da escravidão e início da industrialização nacional.

O compromisso do Estado brasileiro com a manutenção da escravidão, enquanto primeiro regime de trabalho do país, em detrimento de sua superação já refletia uma questão social que não foi superada com a abolição. Se por um lado o Estado ressarcia a elite escravocrata pelo fim da escravidão, a população negra, não indenizada, não foi absorvida pelo lento processo de industrialização nacional. A população negra de ex-escravos foi transformada em reserva de mercado em conjunto com um excedente de mão de obra de migrantes de diversas origens caracterizados pela situação de pobreza, e passaram a sobreviver nas periferias urbanas por meio de trabalhos precarizados em condições indignas, mendicância, caridade e pequenos furtos (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

A Pesquisa Nacional sobre a PSR realizada em 2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 71 municípios brasileiros evidencia que a inserção da PSR ao mercado de trabalho se dá pela via da informalidade, de modo que um número mais expressivo atua como catadores de material reciclável (27,5%), seguido por flanelinhas (14,1%), por trabalhadores dos setores de construção civil (6,3%) e dos setores de limpeza (4,2%) e por carregadores e estivadores (3,1%). A maioria nunca trabalhou com carteira de trabalho assinada (47,7%), e apenas 15% pedia dinheiro em espaços públicos, desconstruindo a ideia de que essa população ganha a vida exclusivamente através da mendicância, e evidenciando a falta de oportunidades (BRASIL, 2011).

Mendes, Ronzani e Paiva (2019) apontam que a PSR faz parte de um exército de reserva produzido pela expansão do modo de vida capitalista e pela consequente dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção. Como parte de uma superpopulação relativa em sua forma mais estagnada, as pessoas em

situação de rua são submetidas a grandes jornadas de trabalho sem que possuam segurança ou proteção social. Para os autores a precarização do trabalho e os processos de vulnerabilidade aos quais a PSR está submetida são anteriores às ruas e indicam as trajetórias da pobreza como elementos conjunturais de ampliação das desigualdades sociais.

As desigualdades socioeconômicas associadas aos processos de exclusão são elementos que contribuem com o crescimento da violência no Brasil, assim como a ineficácia do governo em atender à crescente demanda populacional por políticas públicas habitacionais, educacionais, laborais e nas áreas de saúde e de segurança pública, nos centros urbanos em decorrência do crescimento da população urbana nas décadas de 1970 a 2000 (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005). Desse modo, apesar dos direitos sociais conquistados pela PSR a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à vida, moradia, educação, saúde, à dignidade, e demais direitos sociais, e do desenvolvimento de políticas públicas de assistência social, quando o Estado se voltou de forma mais específica a assistência da PSR, as pessoas que vivem nas e das ruas ainda são alvos de práticas abusivas e de opressão. São “expulsas” das cidades, em uma tentativa de “limpeza” dos espaços urbanos e da (des)responsabilização estatal, ou seja, continuam sendo alvos da marginalização urbana, sendo constantemente alvos de violência (FIGUEIREDO; GUERRA, 2016).

Ademais, Nobre *et al.* (2018) apontam que mesmo após quase uma década da institucionalização da Política Nacional para a PSR, problemas como a escassez dos recursos e equipamentos públicos e de programas de educação, saúde, moradia e trabalho voltados para pessoas em situação de rua permanecem. Assim como são mantidos os preconceitos, a estigmatização, o assistencialismo e até a violência física e simbólica nos serviços públicos que atendem a PSR, destacadamente aqueles que fazem uso de drogas, apresentem sofrimento ou transtornos psíquicos, não sejam bem instruídos ou que tenham sexualidades fora dos padrões heteronormativos.

A PSR vivencia diversas formas de violência, desde violência simbólica a atos de homicídios, que abarcam, assim, manifestações físicas como espancamentos, pauladas, apedrejamentos e envenenamento, e manifestações institucionais como remoções e internações arbitrárias, reconhecimento de pertences, negligência nos atendimentos e assistência e ausência de políticas públicas eficientes (NONATO; RAIOL, 2018). Nobre *et al.* (2018) entendem que a violência faz parte da

vida cotidiana da PSR em suas diversas formas, sejam elas físicas e simbólicas, como a violência policial, institucional, o descaso Estatal, o sucateamento das políticas públicas, além da violência sexual, de gênero, a invisibilidade, preconceito e opressão. Os perpetuadores dessas violências também são diversos, tanto a sociedade civil, quanto agentes de segurança pública, como a polícia e guardas municipais, que também são reconhecidos como praticantes de violência contra a PSR (NONATO; RAIOL, 2018).

Como aponta Wacquant (2003), diante do aumento da pobreza e da violência, das quais o próprio Estado é amplamente responsável, a resposta governamental de contenção e controle dos grupos pauperizados e criminalizados é a tessitura de suas funções repressivas a partir de um Estado disciplinar. Nonato e Raiol (2018) afirmam que a suposta solução e os meios de combate aos altos índices de violência e criminalidade adotados pelos órgãos de segurança pública baseiam-se numa apologia à arbitrariedade a partir do recrudescimento e cristalização de práticas violentas como o próprio assassinato, evidenciando, assim, o processo deliberado e sistemático de criminalização e higienização de grupos populacionais vulnerabilizados, transformando-os em indesejados sociais e suspeitos, não passando despercebido que esses sujeitos são majoritariamente pobres e pretos, como é o caso das pessoas em situação de rua.

Desde o processo da escravidão e da valorização do capital no país, a pobreza é entendida como “vadiagem” e é associada à criminalidade. A pobreza é uma questão social que merece mais atenção, mas que ao longo da história foi vista como uma questão de polícia e caso de violência. Figueiredo e Guerra (2016) relatam que o Estado Penal brasileiro se expressa em duas maneiras: no estigma e na criminalização, ou seja, atingindo contornos raciais e étnicos, que estão em volta da população mais pobre e conseqüentemente da PSR, que é vista como perigosa para a sociedade e que “ameaçam” o patrimônio público, constituindo assim a criminalização da pobreza e do não direito à cidadania.

Em nome da suposta garantia da segurança pública e da ordem promovida oficialmente, a PSR se vê entrelaçada à violência, seja pela construção social e discursiva que atribui, de forma equivocada, às pessoas em situação de rua a perpetuação da violência, seja pela ação violenta do Estado e dos agentes sociais que justificam a violência contra a PSR nesse suposto perigo à segurança representado por eles. Desse modo, elaboramos um estudo bibliográfico para pensar a questão do duplo e contraditório entrelaçamento da população em situação de rua com a

violência, onde ela é apontada como causa, mas é, na prática, vítima de diversas formas de violência. Bem como nos propomos a pensar de forma breve quais tem sido as respostas das políticas de segurança pública frente a essa anunciada violência.

## **2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS ENTRELAÇAMENTO HISTÓRICOS COM A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

As pessoas em situação de rua são descritas enquanto sujeitos que habitam espaços públicos das cidades, os utilizando para desenvolver suas atividades diárias e individuais e como espaço de convivência, e constituem uma população complexa e heterogênea (RODRIGUES; LIMA; HOLANDA, 2018). Segundo o Decreto nº 7.053 de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, a população em situação de rua é definida como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

A Pesquisa Nacional sobre a PSR desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2008 identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos vivendo em situação de rua nas 71 capitais brasileiras que fizeram parte do estudo. Em sua maioria esse grupo é composto por homens (82%) não brancos, que se declararam pardos (39,1%) e negros (27,9%) e que apresentam baixa escolaridade, (63,5%) não concluiu o Ensino Fundamental, (17,1%) não sabem ler e escrever e (8,2%) apenas assinam o próprio nome. A permanência na rua ou em albergues é longa, dura mais de 2 anos para quase metade dos entrevistados (48,4%), e mais de 5 anos para (30%) deles. O censo também evidenciou que Fortaleza abrigava 1701 pessoas em situação de rua, correspondendo a 0,069% de seus habitantes (BRASIL, 2009b).

Nonato e Raiol (2018) destacam os contextos de risco social, insegurança, a marginalização e a exclusão de acesso a direitos fundamentais como a saúde,



educação, trabalho e alimentação aos quais estão submetidas as pessoas em situação de rua. Para além do direito à moradia, Moura Júnior, Ximenes e Sarriera (2013) afirmam que além das privações materiais e das condições estruturais da situação de rua, somam-se situações opressoras como atitudes discriminatórias e violências que naturalizam a condição de rua e a concebem como uma problemática individual, a-histórica e permanente. Intensifica-se, assim o processo de marginalização desses sujeitos. Mendes, Ronzani e Paiva (2019) alertam que o reconhecimento da PSR como símbolo máximo de pobreza produz um *status* de desvalorizado a esses indivíduos.

Segundo Moura Júnior (2012) o reconhecimento da população em situação de rua como inferiores, e pelos papéis sociais de pobre, drogado, sujo, violento, criminoso e vagabundo constrói as mais perversas formas de relação com esses sujeitos, que apontam para a identidade social estigmatizada de morador de rua e a culpabilização dos mesmos pela própria condição de pobreza. As pessoas em situação de rua são consideradas causadoras de incômodos à sociedade pelas suas condições de vida, submetidas ao descaso social, não são tidas como pessoas de direitos e têm seu acesso às condições de cidadania e dignidade negado. A sociedade estabelece uma relação de desprezo e medo com esses grupos que são culpabilizados pela sua condição de pobreza, passando a ser alvos de uma retaliação repressiva da justiça penal (FIGUEIREDO; GUERRA, 2016).

O amplo reconhecimento das pessoas em situação de rua enquanto grupo que oferece ameaça social e a negação do contexto de vulnerabilidade e risco ao qual estão submetidos, reforça, segundo Nonato e Raiol (2018), o imaginário de uma sociedade do medo. Dissemina-se a ideia de que alguns grupos sociais devem ser temidos e controlados pela ação truculenta da polícia. Coimbra (2006) argumenta que a associação da pobreza com a criminalidade e do pobre com a violência tem sido construída há séculos a partir da produção e fortalecimento de certas subjetividades que já eram evidenciadas nos discursos das elites brasileiras no final do século XIX ao constituírem o dispositivo da periculosidade. A noção de periculosidade, segundo Bicalho, Kastrop e Reishoffer (2012) surge de forma direcionada, sendo atribuída a sujeitos ditos naturalmente propensos ao crime, e que, portanto, deveriam ser reprimidos e controlados pelas agências sociais.

Barros e Benício (2017) salientam que o que caracteriza alguém como delinquente é, acima de tudo, sua própria existência e não seus atos infracionais. Assim, no contexto das práticas punitivo-penais, a noção de periculosidade produzida no

século XIX a partir de uma criminologia positivista que buscava a causa do ato infracional nos sujeitos e em suas condições de vida, compreende que o sujeito passa a ser considerado diante da sociedade não pelos seus atos de efetiva infração e, sim, em nível de sua virtualidade, de modo que o direito penal é direcionado ao autor e não ao fato (BICALHO; KASTRUP; REISHOFFER, 2012). Coimbra (2006) aponta que o controle das virtualidades, daquilo que o sujeito poderá fazer, é um instrumento importante e eficaz de desqualificação de alguns sujeitos, destacadamente negros, pobres, moradores das periferias.

Para Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) essas noções produzidas pela criminologia e outras ciências positivistas no século XIX ainda orientam e embasam as políticas de segurança pública, principalmente nos centros urbanos, de modo a manter a transferência de responsabilidade pela violência urbana a determinados sujeitos e grupos sociais, o privilégio pelas estratégias repressivas que visem a eliminação dos supostos responsáveis pela criminalidade e a crescente sensação de insegurança. Desse modo, é fundamental que a situação de rua seja evidenciada enquanto problema, e não as pessoas em situação de rua (NONATO; RAIOL, 2018).

Martín-Baró (2017) entende que o uso do medo e da violência para alcançar seus propósitos demonstra a incapacidade daqueles que estão no poder de lidar com os problemas sociais, não oferecendo, assim, alternativas mais eficazes. Desse modo, para o autor, a violência é utilizada em nossa sociedade como uma forma de poder, para conseguir algo que não consegue através de outros meios, nessa tentativa de manter a “ordem”. Essa violência é aceita socialmente, o agressor não se responsabiliza pelos seus atos, naturalizando muitas vezes esses comportamentos graves.

O medo é, assim, raiz constituinte de uma ideologia exterminadora, e é cotidianamente administrado pelos meios de comunicação. No Brasil ainda está em curso um processo ideológico de disseminação de um “medo branco”. Desse modo, as massas urbanas, trabalhadoras e majoritariamente negras que habitam os morros e quilombados têm sido historicamente representadas como perigosas pelas elites brasileiras e em resposta a esse suposto perigo exigem intensificação do controle social e penas mais duras. Esses sujeitos ditos perigosos não merecem respeito, sejam eles jovens negros, moradores das favelas, camelos, flanelinhas, “pivetes”, são instrumentos do medo e da vulnerabilidade e estão passíveis de inúmeras violências como espancamentos, linchamentos, torturas e extermínio se construindo, assim, a imagem de um inimigo interno (BATISTA, 2003).

A vida desses sujeitos remete ao que Agamben (2007) considera ser uma vida nua, que ao passo que é excluída, também é capturada pelo ordenamento. A vida nua é a vida matável e insacrificável do *homo sacer*, este se refere a uma antiga figura do direito romano que fornece o enigma do sagrado a política, incluindo a vida humana no ordenamento unicamente pela sua exclusão, ou seja, pela sua absoluta matabilidade. Assim, para além da ambivalência da sacralidade inerente a condição do *homo sacer*, destaca-se a exclusão a qual ele está preso e a violência a qual está exposto. Essa violência e a morte que qualquer um, a qualquer momento pode infligir a ele não é classificável nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio. Assim, a política moderna é caracterizada, sobretudo pelo processo o qual a exceção se torna regra e o espaço da vida nua vai passando a ocupar o espaço político.

As formas contemporâneas do poder de morte em subjugar a vida em um interesse máximo de destruição das pessoas e de submissão de populações inteiras a condição de mortos em vida, operam através do que Mbembe (2016) chama de necropolítica. Essas políticas de morte são compreendidas como macroestruturas que operam em países colonizados e que funcionam por meio da soberania. Esta diz respeito à capacidade de decisão sobre quais vidas importam e quais vidas são descartáveis (MBEMBE, 2016). Para Agamben (2007), dizer que a vida nua está, desde suas origens, a serviço da soberania, é destacar a sujeição da vida a um poder de morte e irreparável abandono.

Nessa compreensão, a PSR, diante da decisão soberana de não valor, é submetida a essas políticas de morte em um conjunto de ações que subjagam suas vidas, seja pela ação de violência direta, seja pela discriminação e preconceitos, pela insuficiência das políticas ou pelas barreiras de acesso aos seus direitos. Outro elemento interessante das reflexões de Mbembe (2019) para pensar a PSR diz respeito à compreensão de que o poder na atualidade funciona através da produção da invisibilidade, do silenciamento e do esquecimento.

O pretexto de que as pessoas em situação de rua são perigosas e ameaçam a segurança e o bem-estar da sociedade opera, então, como uma forma de dominação. Nonato e Raiol (2018) entendem que esse pretexto mantém a constante ameaça de intervenções higienistas de limpeza das cidades no caso de as pessoas em situação de rua atrapalharem a organização social das cidades, por não serem suficientemente ordeiras, trabalhadoras e conformadas com as condições indignas que vivem.

A marginalização e criminalização da PSR no Brasil data a época Imperial quando a mendicância e a vadiagem eram tidas como crimes contra a organização social. O código penal vigente da época considerava como delitos públicos, pois as pessoas em situação de rua se utilizavam dos espaços públicos para fins que não eram socialmente aceitos (RODRIGUES *et al.*, 2020). Figueiredo e Guerra (2016) alegam a prevalência dessa forma de compreender a situação de rua até a atualidade, tendo-se preservado as ideias de conservação dos bons costumes e do valor do trabalho, assim, pessoas que não se alinham a esses valores acabam sofrendo com a criminalização e repressão das políticas de segurança pública, culminando em higienização e segregação social.

Alessandro Baratta (2002, p. 165) descreve bem essa criminalização:

As maiores chances de ser selecionado para fazer parte da ‘população criminosa’ aparecem, de fato, concentrada nos níveis mais baixos da escola social (subproletariado e grupos marginais). A posição precária no mercado de trabalho (desocupação, subocupação, falta de qualificação profissional) e defeitos de sociabilização familiar e escolar, que são características dos indivíduos pertencentes aos níveis mais baixos, e que na criminologia positivista em boa parte da criminologia liberal contemporânea são indicados como as causas da criminalidade, revelam ser, antes, conotações sobre a base das quais o status de criminoso é atribuído.

Batista (2015) aponta a arbitrariedade e seletividade do sistema penal na América Latina, entendendo que este é positivo e está dirigido aos pobres e dissidentes. Nesse sentido, a análise feita por Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012), das expedições irregulares e inconstitucional dos “mandados de busca coletivos”, é pertinente a esta reflexão já que aponta como a criminalização da pobreza está sacramentada pelos procedimentos jurídicos. Os mandados de busca coletiva evidenciam a negação da condição de cidadania dos moradores das favelas e a presunção de estão envolvidos com o tráfico de drogas, justificando serem alvos de investigação policial. Assim seus direitos fundamentais são negados ao ser negado a eles a presunção de inocência até que se existam evidências suficientes de ilicitude segundo estipulado pelos princípios constitucionais. Essa presunção de culpa e negação de direitos fundamentais e constitucionais, com tem sido dito, também é verificada quando tomamos as pessoas em situação de rua como sujeitos.

Como apontam Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) a criminalização da pobreza e a escolha pelo extermínio enquanto política de segurança pública estão

inseridas em redes complexas de produção subjetiva que incorporam projetos de redução da maior idade penal, penas mais duras e medidas de segregação urbana como aumento dos muros, adoção de circuitos internos de segurança e instalação de câmeras e cercas elétricas, e são capazes de possibilitar a suspensão de princípios éticos e direitos constitucionais e legais, de modo a comprometer as bases democráticas ocidentais. Entendemos que essas produções subjetivas mencionadas atravessam concretamente os modos de vida da PSR, limitando sua circulação nas cidades e sua permanência nos logradouros públicos, bem como intensificando a ação violenta da sociedade civil e dos agentes de segurança pública e privada contra esse grupo.

Nonato e Raiol (2018) afirmam que a violência contra a PSR e sua justificativa de que as pessoas em situação de rua são potencialmente perigosas e indesejáveis, representa uma estratégia neoliberal na área de segurança pública cujas matrizes operacionais e ideológicas tem raízes na herança do autoritarismo. Atribui-se, assim, ao Estado o monopólio de uma violência legítima, estando respaldado socialmente para, em nome da coesão social, fazer uso da força física, ainda que essa legitimidade vá de encontro com suas atribuições de garantia dos direitos individuais e das condições de cidadania, bem como os direitos humanos fundamentais, dentre os quais, o direito à vida, segurança, liberdade e acesso à justiça.

Carvalho e Silva (2011) entendem que o contexto de globalização provocou transformações na estruturação e na definição do papel do Estado que por um lado reduziu sua participação nos âmbitos econômicos e sociais e por outro, ampliou sua atuação no âmbito da segurança pública com a expansão dos instrumentos de controle. Essa via dupla de recrudescimento do controle e de marginalização econômica e social evidenciam que o Estado penal surge no bojo do Estado neoliberal, a partir da precarização do trabalho e degradação das relações sociais de produção. Batista (2015) cita, já desde o período liberal, juntamente com o enfraquecimento do Estado e o aumento do desemprego, a desarticulação dos movimentos sindicais como elementos que contribuíram para o fortalecimento dos mecanismos de controle social.

Para Wacquant (2003) essa passagem progressiva de um Estado Caritativo, à um Estado penal e policial pautado na contenção punitiva das categorias excluídas ao ser assumido enquanto política social evidencia um novo Estado híbrido, nem protetor, nem mínimo, mas Estado-centauro, com cabeça liberal e corpo

autoritarista. No Brasil, a aliança do autoritarismo e do liberalismo faz parte de um projeto excludentes das elites brasileiras, fruto de um processo conservador de transição para o capitalismo que manteve intactas as elites agrárias e a despersonalização dos negros e classes pobres urbanas (BATISTA, 2003).

Mbembe (2019) entende que a emergência de Estado global que normaliza um estado de exceção onde ficam suspensas as noções de direito e liberdade caracterizam o projeto de modernidade. Vivemos em um mundo cada vez mais digitalizado e financeirizado, marcado pela proliferação de fronteiras e zonas militarizadas onde a violência econômica se expressa para além da exploração do trabalhador, pela transformação de uma parcela da população em sujeitos supérfluos, cumprindo-se a função necroeconômica do capitalismo.

A população tornada supérflua é aquela cujos sujeitos já não são mais necessários a cadeia de exploração capitalista, entretanto suas existências precisam ser administradas. A administração dessa população é realizada, dentre outras maneiras, pela sua exposição a riscos e perigos, muitas vezes mortais, e pelo isolamento e enclausuramento em zonas de controle, como é o caso das prisões (MBEMBE, 2019). Essa forma de violência do capitalismo, no âmbito da política diz respeito à chamada necropolítica. Barros, Benício e Bicalho (2019) entendem o conceito de necropolítica de Mbembe como um indicador tático importante para o campo das violências, permitindo a análise dos genocídios e encarceramento de determinados grupos sociais nas democracias liberais e evidenciando a continuidade da colonialidade.

Assim, Wacquant (2003) aponta que o encarceramento serve historicamente, para além da regulação da miséria, para sua perpetuação e armazenamento dos refugos do mercado. A ascensão do Estado penal responde menos a ascensão da criminalidade, que permanece constante, mas ao deslocamento social provocado pelo declínio do Estado caritativo. Essa transição do Estado caritativo para o Estado penal auto justifica-se uma vez que os efeitos dessa transição contribuem diretamente com a ampliação da insegurança e da violência que deveria solucionar.

O Estado Caritativo é aquele cuja intervenção estatal é insuficiente, se baseia em programas sociais limitados, fragmentados e isolados das demais políticas para a população, além de partirem de concepções moralistas e moralizantes da pobreza como resultado das limitações individuais dos pobres, seus objetivos não são a busca pelo fortalecimento dos laços sociais, mas amenizar a miséria. Suas intervenções sociais e os benefícios, cada vez mais reduzidos, são continuamente

destinados aos privilegiados, enquanto seu poder disciplinar se volta cada vez mais às classes desprivilegiadas e às categorias étnicas dominadas, se abstendo, assim, de intervir amplamente diante das desigualdades sociais, resultando na ampliação e intensificação da pobreza. Desse modo, a guerra contra a pobreza é transformada em uma guerra contra os pobres, a quem se atribui a culpa dos males do país (WACQUANT, 2003).

Essa política estatal de criminalização das consequências da miséria de Estado opera a partir da transformação da assistência social em mecanismo de controle das classes tornadas perigosas, quando o acesso à assistência fica condicionado ao exercício de determinadas normas de conduta, por exemplo, e da contenção repressiva dos pobres, com a sistematização do encarceramento em massa que atinge prioritariamente os negros (WACQUANT, 2003). Mbembe (2019) aponta a necessidade de fazer convergir o pensamento crítico ligado à luta de classe e ligado à formação das raças, uma vez que entende que a história do capitalismo indica que para funcionar, desde seu início, esse modelo socioeconômico precisou criar subsídios raciais, assim o capitalismo tem como função genética a produção, não só de classes, como também de raça.

A escravidão, desde o capitalismo primitivo, é o grande exemplo da imbricação de classe e raça, bem como a forma de tratamento do negro se perpetua no contemporâneo para além dos próprios negros (MBEMBE, 2019). Nesse sentido, para Mbembe (2016), as formas anteriores de poder colonial como o biopolítico e disciplinar se combinam a necropolítica. Além da imbricação de classe e raça, Câmara (2019) afirma que outros marcadores sociais se somam aos processos de exclusão e marginalização da PSR, como as questões de gênero, etnia, orientação e identidade sexual, territorialidade, modos de vida e consumo de substâncias.

## **2.1 RESPOSTAS DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Carvalho e Silva (2011) entendem que apesar do compromisso legal com a segurança individual e coletiva assegurado pela Constituição Federal de 1988, sua promulgação não culminou, simultaneamente, no desenvolvimento de uma política de segurança pública democrática. Após duas décadas de ditadura militar, o país não foi capaz de modificar o Estado penalizador e a institucionalização da criminalização, mantendo, assim, o autoritarismo, principalmente na segurança pública.

Para Batista (2015) a transição da ditadura para a “democracia” no Brasil foi marcada pelo deslocamento do inimigo interno para o criminoso comum, assim foi possível manter a estrutura de controle social e ampliar os investimentos na chamada “luta contra o crime”. O auxílio da mídia foi fundamental nesse processo ampliando as campanhas de pânico social e permitindo o crescimento sem precedentes da internalização do autoritarismo. Desse modo, Cano (2006) afirma que não houve transição completa de um modelo de polícia do controle do cidadão para uma polícia de proteção, preservando-se os resquícios da formação oligárquica e herança autoritária da polícia brasileira.

Permanece no país a militarização da segurança pública e manutenção de um modelo de guerra para as operações, prevalecendo o objetivo de aniquilação de um inimigo (CANO, 2006). Para Cerqueira, Lobão e Carvalho, (2005), o modelo de policiamento brasileiro é tradicional e ultrapassado e suas deficiências são ontológicas e inerentes às bases institucionais sob as quais a polícia foi organizada no Brasil. Dentre seus problemas estão o ciclo policial repartido, corporativismo exacerbado, militarização, distanciamento entre polícia e comunidade, funcionamento sem planejamento e orientação técnica e desvalorização socioeconômica dos policiais, assim, a própria polícia passa a ser um problema de segurança pública.

Nos bairros pobres verifica-se o problema da segurança pública através das ocupações e blitz operações que se assemelham a guerras em território inimigo, como é o caso das operações policiais realizadas pelo Caveirão. Para Bicalho, Kastrop e Reishoffer (2012) essa forma de atuação militarização e fortemente repressiva é uma estratégia de eliminação dos sujeitos considerados inimigos a partir de uma lógica de existência de um “inimigo interno” que culmina na guerra como produto da violência urbana.

Os abusos aos direitos humanos e uso da força física, como nos frequentes casos de tiroteio nas comunidades pobres e tortura contra presos e condenados também são apontados como formas de operacionalizar a segurança pública. Tanto esses aspectos, quanto a precarização do trabalho da área de segurança pública, que também produz tendência de privatização da segurança, a formação precária dos agentes de segurança e a corrupção policial precisam ser superados para se produzir políticas de segurança pública democráticas (CANO, 2006).

As respostas governamentais frente a violência letal no Brasil, de maneira geral, têm sido pautadas numa retórica e politização do tema de segurança pública que tem reforçado diversos mitos que embora passem a funcionar como meio de



compreensão da realidade, criam obstáculos ao combate da violência. Ademais a reprodução de uma estrutura burocrática de justiça criminal ultrapassada organizada em torno das demandas da “delinquência” produzidas no século XIX, não é capaz de se adequar as complexas necessidades das sociedades urbanas no século XXI (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005).

As políticas de segurança pública têm agido de forma paliativa nas situações emergenciais, estando deslocadas da realidade social, além de não apresentarem consistência, perenidade e articulação setorial e horizontal (CARVALHO; SILVA, 2011). Cano (2006) entende que a implementação das políticas de segurança no país não costuma partir de processos planejados em função de indicadores, dados globais e objetivos específicos, mas de respostas imediatas dos poderes públicos às crises, reagindo, costumeiramente, a casos com repercussão midiática, com propostas de curto prazo que perdem a força junto do interesse público, além de se verificarem políticas reativas pautadas mais na repressão do que na prevenção.

Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005, p. 13) criticam o que avaliam como desinteresse do Estado em combater a violência, tendo em vista “a ausência histórica de uma Política de Segurança Pública consistente, proativa, preventiva, baseada nas comunidades, em que a polícia moderna fosse apenas um pilar, e cujo planejamento fosse balizado a partir de informações estatísticas minimamente confiáveis”. Para os autores existe um interesse na manutenção do aparelho repressivo do estado que da forma como está estrutura mais serve para a manutenção da própria violência.

Carvalho e Silva (2011) defendem que as questões da segurança pública no Brasil devem ser pensadas a partir das contradições no que se refere ao papel do Estado, uma vez que quando este transfere ao mercado a função de regulação das relações sociais, reduz os mecanismos de assistência social e intensifica a penalização como meio de controle das periferias e dos grupos pauperizados, ele passa a atuar na manutenção das relações de poder, servindo às classes dominantes em detrimento do poder popular.

Carvalho e Silva (2011) afirmam que o Estado mínimo se dirige exclusivamente aos ricos, possibilitando o crescimento do lucro pela via do mercado, em contrapartida é máximo, no que se refere ao controle dos grupos em situação de pobreza. Desse modo, Nonato e Raiol (2018) acreditam que essas tensões entre o ideário jurídico e a realidade social devem ser refletidas justamente a partir de seus paradoxos e contradições entre as posições teóricas e normativas sobre os direitos humanos, os direitos e garantias fundamentais e a realidade da PSR no Brasil.

### 3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A violência e, de forma correlata, a segurança pública no Brasil são temas de destaque, cujos atravessamentos nas vidas dos brasileiros são marcados pela produção do medo como forma de justificar o poder estatal de controle de determinadas classes sociais pauperizadas e racializadas a partir da criminalização, da ação repressiva e extermínio desses sujeitos. Dentre os grupos que sofrem os efeitos da institucionalização da criminalização pelo poder estatal encontra-se a PSR e dentre os processos de vulnerabilização aos quais estão submetidos, anteriormente a própria situação de rua, é possível verificar os processos de violência contra esse grupo.

A violência contra a população de rua é múltipla, indo desde a violação dos seus direitos à violência física e o assassinato e é perpetrada tanto pela sociedade civil, quanto pelo próprio Estado. Esses sujeitos vivem em um permanente estado de exceção e personificam aqueles a quem Agamben (2007) chama de *homo sacer*, bem como ocupam no contexto neoliberal o lugar de sujeitos supérfluos como analisado por Mbembe (2019). Esses autores evidenciam o gerenciamento da pobreza a partir da disciplinarização e extermínio de pessoas como as que vivem em situação de rua, num claro projeto de guerra contra os pobres como analisado por Wacquant (2003). É, portanto, importante compreender a violência a partir de seu contexto socioeconômico, histórico e político de forma a transformar a relação que se estabelece com os sujeitos ditos perigosos e democratizar as políticas de segurança pública no país.

### 4 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O poder Soberano e a vida nua*. 2.ed. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

BARATTA, A. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: editora Revan. Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. de. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8 n. 2, p. 34-43, 2017.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, p. 33-44, 2019.

BATISTA, V. M. Introdução. *In*: BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis**: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro. 2ª ed. Editora Revan. p. 35-41. 2003.

BATISTA, V. M. A juventude e a questão criminal no Brasil. *In*: José Luiz Q. de Magalhães, Maria José G. Salum, Rodrigo T. Oliveira (orgs.), **Mitos e Verdades sobre a Justiça Infanto-Juvenil Brasileira**: Por que somos contrários à redução da maioridade? Brasília: ed. CFP, 2015.

BICALHO, P. P. G., KASTRUP, V. E REISHOFFER, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicologia & Sociedade**; v. 24, n. 1, p. 56-65, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e da outras providências. 2009<sup>a</sup>. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua. Brasília: MDS, 2009b.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro Pop. Brasília, 2011. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_centro\\_pop.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2021.

CÂMARA, A. E. **Os modos de vida de Mulheres em situação de rua em Maracanaú**. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2019.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: Tentativas de modernização e democratização Versus a guerra contra o crime. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano III, n. 5, 2006.

CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **R. Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. X. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. *In*: BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005.

COIMBRA, C. M. B. **Direitos humanos e criminalização da pobreza** [Palestra] *In*: Anais do I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

FIGUEIREDO, E. H.; GUERRA, D. L. Da população em situação de rua: a criminalização do invisível. **Ripe Divisão Jurídica**, v. 50, n. 66, p. 160-176, 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

MBEMBE, A. Poder brutal, resistência visceral. **N-1**. Série pandemia. p. 6-25. 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. **Revista do ppgav/eba/UFRJ**, n. 32, 2016.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. **Se essa rua falasse**: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

MOURA JR., J. F. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua em Fortaleza**. 2012. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

MOURA JR, J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 2, n. 22, p. 18-28, 2013.

NOBRE, M. T. *et al.* Narrativas de modos de vida na rua: histórias e Percursos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. **Direito em debate: revista do departamento de ciências jurídicas e sociais de Jundiá**. Ano XXVII n. 49, p. 90-116, 2018.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F.; HOLANDA, R. B. Identidade, Drogas e Saúde Mental. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 424-436, 2018.

RODRIGUES, I. S. R. *et al.* A gênese social da situação de rua no Brasil. *In*: RODRIGUES, I.S.; FERNANDES, D.C (org.). **Cidadãos em situação de rua**: Dossiê Brasil - Grandes cidades. Curitiba: editora CRV, 2020.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução: AGUIAR, Eliana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **Andie de Castro Lima**

Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Estudante de Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP/UFC) e de especialização em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integra o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus/UFC). Email: lima.castro94@gmail.com

### **André Luiz Barbosa Souza**

Arte educador, militante social e educador popular. Membro do Coletivo Arruaça e profissional técnico do Setor de Serviço Social do Instituto Compartilha. Artista, produtor cultural e contra-mestre de capoeira. Conselheiro do Comitê Estadual de Política Pública para população em Situação de Rua - CEPOP- CE. Membro da Coordenação do Comitê Municipal de Políticas Públicas Para Pessoas em Situação de Rua - COMPOP. Membro da Coordenação do Fórum de Rua de Fortaleza. Email: andreluiz.foca@gmail.com

### **Andrea Ferreira Lima Esmeraldo**

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2019) e Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará. Servidora de um Centro de Referência na Assistência Social - Secretaria de Assistência Social e Cidadania e psicóloga da Prefeitura Municipal de Maracanaú. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, psicologia social, mulheres, pessoas em situação de rua criança e adolescente e suas. Email: andreaesmeraldopsi@gmail.com

### **Andressa Pontes Macedo Melo Cavalcante**

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, bolsista de extensão do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC). E-mail: andressa-pmmc@alu.ufc.br

### **Andreza Kelly Angelim Rocha**

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará, Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM UFC e do Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade - LAFES, Bolsista Extensionista da Pró-Reitoria de Extensão da UFC. E-mail: andrezakangelim@alu.ufc.br

### **Antonio Euzébios Filho**

Psicólogo formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005). Concluiu o Mestrado (2007) e o Doutorado (2010) pela PUC-Campinas. Atuando principalmente em contextos educativos e comunitários. Atualmente é professor assistente doutor do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP) e do programa de pós-graduação em Psicologia Social- IPUSP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. E-mail: antonioeuzebios@usp.br

### **Arlindo Ferreira**

Artesão. Integrante do Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza-CE. E-mail: arlindoferreira1158@gmail.com

### **Bruno Souza Barbosa**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM/UFC) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Psicologia/UFC). Atua junto à população em situação de rua, população negra e população LGBTQIA+. E-mail: bruno.barbosa.contato@gmail.com

### **Candida Maria Bezerra Dantas**

Possui graduação (2003) e mestrado (2007) em Psicologia pela UFRN, doutorado em Psicologia Social também pela UFRN (2013) e pós-doutorado pela UFC (2019). É Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFRN e membra permanente do PPGPsi da UFRN. Atua com os seguintes temas: feminismo, política, relações de gênero e contextos de vulnerabilidade. E-mail: candida.dantas@gmail.com

### **Carlos Eduardo Esmeraldo Filho**

Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC) e do Fórum de Rua de Fortaleza. Atualmente Professor do Centro Universitário Unifanor. E-mail: cefilho@gmail.com

### **Carolina Marinho Marcelo**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM UFC e bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: carolinamarinhom@gmail.com

### **Cássia Beatriz Batista**

Graduação, mestrado e doutorado em Psicologia pela UFMG. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rey (UFSJ). Docente nos Programas de Pós-Graduação de Educação e de Psicologia e na graduação de medicina e de psicologia na UFSJ. Coordenadora do Núcleo de Saúde Coletiva (NESC) e do Grupo de Estudos Narrativas e Cuidado (Grená). cassiabeatrizb@ufsj.edu.br

### **Elias Figueiredo Neto**

Especialista em Psicologia Social e Comunitária pela FATECI, graduado em Licenciatura Plena em Ciências da Religião pelo Instituto de Ciências Religiosas e Universidade Estadual Vale do Acaraú (ICRE/UVA). Atualmente coordena o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), equipamento vinculado a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Email: anjosaile@hotmail.com

### **Emília da Silva Evangelista**

Graduada em Serviço Social pela UFPA. Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: emiliaevangelista@yahoo.com.br



### **Emilie Collin Silva Kluwen**

Graduada em Serviço Social. Especialista em Serviço Social, Política Social e Segurança Social. Especialista em Saúde Mental, na modalidade Residência Integrada em Saúde Multiprofissional. Militante e integrante do Coletivo Arruaça. Conselheira Suplente no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH. Conselheira Suplente do Comitê Estadual de Política Pública para população em Situação de Rua - CEPOP- CE. Membro da Coordenação do Fórum de Rua de Fortaleza. Email: emiliecskluwen@hotmail.com

### **Eugênia Maciel Costa**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza Assessora do MNPR. E-mail: emacieltcosta2014@bol.com

### **Fábio Pereira da Silva**

Educador social e redutor de danos, é graduando em Serviço Social pela Faculdade Estácio. Trabalha no Programa ATITUDE como Motorista redutor de danos há dez anos. Atua na área de assistência social. E-mail: sport25fabio@hotmail.com.

### **Fernanda Gonçalves de Souza**

Licenciada em Ciências da Religião pelo ICRE, Secretária Executiva e Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. Membro do Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua. E-mail: ppr-fortalezace@gmail.com

### **Fernando Santana de Paiva**

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de graduação e pós-graduação no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID). E-mail: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

### **Gabriele Cavalcante Sousa**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, extensionista do Núcleo de Psicologia Comunitária - NUCOM, com atuação em Psicologia Comunitária junto a população em situação de rua. E-mail: gabrielecavalcant@gmail.com.

### **Gilson Rodrigues Silva Júnior**

Educador social e redutor de danos, graduando em Ciências Sociais pela UFRPE. Trabalha como assessor parlamentar em Recife. Atua nas áreas de Direitos Humanos e assistência social e pesquisador de ciências humanas. E-mail: gilpurisilva@gmail.com.

### **Halaine Cristina Pessoa Bento**

Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Estudante de Mestrado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (PPGP/UFC) e de especialização em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integra o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus/UFC). Email: halaine\_cristini@hotmail.com

### **Hedwig Reul**

Religiosa da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente. Terapeuta Comunitária pelo Projeto 4 Varas em Fortaleza. Agente da pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: pprfortalezace@gmail.com

### **Iris Barboza Pastor Souza**

Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário São Camilo. Orientanda de Iniciação Científica do Prof. Doutor Antonio Euzébios Filho pelo Instituto de Psicologia- USP, com interesse na área de psicologia social e estudos voltados a área. irisbps@hotmail.com

### **Itamar Sousa de Lima Júnior**

Educador social e redutor de danos, psicólogo e mestre em psicologia, militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Trabalha na Secretaria executiva de Direitos Humanos de Pernambuco; é colaborador do Conselho Regional de Psicologia - PE, Grupo Ruas e Praças e Pastoral do Povo da Rua - PE. Atua nas áreas de assistência social e Direitos Humanos. E-mail: [itamarsljunior@gmail.com](mailto:itamarsljunior@gmail.com).

### **João Paulo Pereira Barros**

Psicólogo, Mestre em Psicologia e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação da UFC. Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq. Email: [joaopaulobarros@ufc.br](mailto:joaopaulobarros@ufc.br)

### **José Vanilson Torres da Silva**

Coordenador nacional do Movimento Nacional da População de Rua. É formado em Ruologia que é a vivência, sobrevivência, linguagens e especificidades do estar em situação de rua, formado pela Universidade das Ruas-UDR. Dessa forma, sua área de atuação se insere no campo dos movimentos sociais, direitos humanos e as políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua. E-mail: [josevanil-sontorres@gmail.com](mailto:josevanil-sontorres@gmail.com)

### **Júlia Monte Salles Gonçalves**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Foi bolsista PIBIC do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Atualmente, tem sua atuação na área clínica. E-mail: [julia.mosago@gmail.com](mailto:julia.mosago@gmail.com).

### **Larissa Pimenta Coldibeli**

Psicóloga pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestra e doutoranda em Processos Psicossociais em Saúde pela UFJF, e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Sujeitos, Política e Direitos Humanos (NUPSID). E-mail: [coldibeli.larissa@gmail.com](mailto:coldibeli.larissa@gmail.com)

### **Lídia Valesca Bomfim Pimentel**

Graduada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Sociologia, com tese intitulada “Vida nas Ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade”, defendida em 2005. Atua na pesquisa e nas práxis com a população em situação de rua desde 1992; É fundadora do Grupo Espirita Casa da Sopa; membro do Fórum de Rua de Fortaleza e do Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua. E-mail: lidiavalesca@gmail.com

### **Lino Allegri**

Padre da Diocese de Bolzano Itália. Missionário no Brasil, em Fortaleza desde 1990. Assessor e agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. Defensor dos Direitos Humanos e foi Coordenador do Centro de Defesa e Promoção do Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: lino.allegri@gmail.com

### **Lisane Marques Lima**

Mestranda em Política Social pela UnB. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UECE e, Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNILAB. Graduada em Gestão Pública pela UNIFOR. Consultora Técnica em Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas. Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: lisanemlima@gmail.com

### **Magaly Marques Lima**

Graduada em Letras pela PUC-RS. Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: magmlima@hotmail.com

### **Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho**

Graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutoranda em Psicologia (UFC), professora do Instituto Federal da Paraíba-Campus Sousa, integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM, facilitadora de Biodança pela Associação Latino Americana de Biodança(ALAB). E-mail: apsobreira1@hotmail.com

### **Maria das Dores Costa**

Religiosa da Congregação Filhas da Caridade de São Vicente. Terapeuta Comunitária pelo Projeto 4 Varas em Fortaleza. Agente da pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: pprfortalezace@gmail.com

### **Maria Teresa Nobre**

Psicóloga (FACHO/PE), com Doutorado e Pós-doutorado em Sociologia (UFC), Profa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN). Atua no campo da análise institucional, com ênfase em direitos humanos, direito à cidade e etnografias urbanas. Email: tlnobre@hotmail.com

### **Mariana Elâni Santos de Oliveira.**

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Artes do IFCE (PPGARTES/IFCE). É artista e educadora social do Coletivo Arruaça, Arte Educadora da Fundação Social Raimundo Fagner e integrante do Coletivo Arremate de Teatro. Email: marianaelani2@gmail.com

### **Matheus Rios Silva Santos**

Psicólogo, formado pela UEFS. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Desde 2018, atua como psicólogo-apoiador do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Dessa forma, sua área de atuação se insere no campo dos movimentos sociais, direitos humanos e as políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua. E-mail: matheusr-santos@gmail.com

### **Messias Douglas Coelho Pessoa**

Mestre em Antropologia Social pelo Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Bacharel em Humanidades pela UNILAB. Email: messiasdouglass1@gmail.com

### **Natacha Farias Xavier**

Psicóloga e Psicomotricista pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Doutoranda e Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM). Atualmente é docente na Uninassau Fortaleza. E-mail: [natacha.nfx@hotmail.com.br](mailto:natacha.nfx@hotmail.com.br)

### **Nicole Sousa Pompeu de Saboya**

Graduanda de Psicologia (UNIFOR). Conciliadora Judicial pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC-TJCE). Palhaça no Coletivo Cio das 5 e Voluntária no Instituto Trêsmars. Email: [nicolespsaboya@gmail.com](mailto:nicolespsaboya@gmail.com)

### **Priscila Nottingham de Lima**

Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Graduada em Serviço Social (UECE). Agente da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: [priscilanotty@gmail.com](mailto:priscilanotty@gmail.com)

### **Rayssa Modesto de Souza Brito**

Graduada em Psicologia pela UECE; Mestranda em Psicologia na UFC; Bolsista de Programa Institucional de Bolsas Funcap; Membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM); atua na área da Psicologia Comunitária e com temáticas referentes às drogas. E-mail: [msb.rayssa@gmail.com](mailto:msb.rayssa@gmail.com)

### **Raquel Souza Lobo Guzzo**

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) dos programas Graduação e Pós-graduação em Psicologia. Graduada em Psicologia pela PUC-Campinas, Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento pela USP. Realizou Estágio Pós-Doutoral na University of Texas/ USA, em Avaliação Psicológica e na University of Rochester /USA em Desenvolvimento de Programas de Prevenção em Saúde Mental. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. Email: [rslguzzo@gmail.com](mailto:rslguzzo@gmail.com)

### **Régia Maria Prado Pinto**

Graduada e mestre em serviço social pela Universidade Estadual do Ceará. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente social do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Maracanaú, Ceará (CE), e do Hospital Instituto Doutor José Frota (IJF), em Fortaleza (CE). E-mail: regiapradop@gmail.com

### **Renata Cristina Façanha de Menezes**

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Psicóloga vinculada à Secretaria municipal de Desenvolvimento Social de Eusébio-CE. E-mail: renatafacanha@gmail.com

### **Rosana Marques Lima**

Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UECE e, Especialista em Gestão Pública Municipal pela UNILAB. Graduada em Gestão Pública pela UNIFOR. Assistente Técnica da Política da Cultura no Estado do Ceará. Agente da Pastoral do Povo da Rua Arquidiocese de Fortaleza. E-mail: adm.marques-rosana@gmail.com

### **Samyla Fernandes de Sousa**

Graduada em Enfermagem pela UNICATÓLICA; Pós-Graduada em Gestão em Saúde na UNILAB; Mestranda em Psicologia na UFC; Bolsista CAPES; Membro do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM); atua na área da Enfermagem com ênfase em Saúde Coletiva. E-mail: samyla.fernandes@hotmail.com.

### **Sara Ferreira Soares**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM UFC e bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: sarafs@alu.ufc.br

### **Verônica Morais Ximenes**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutorado em Psicologia pela Universidad de Barcelona, Pós-doutorado em Psicologia pela UFRGS, Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC, Coordenadora do Núcleo de Psicologia (NUCOM) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Email: vemorais@yahoo.com.br

### **Vilkiane Natercia Malherme Barbosa**

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em caráter de residência em Atenção Básica/Saúde da Família (UFPI). Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Doutorado pela CAPES. Integrante do Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM. Colaboradora da ReaPODERE (Rede de Estudos e Afrontamento das Pobrezas, Discriminações e Resistências). E-mail: vilkimalherme@outlook.com

### **Tiago Lemões**

Professor no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio doutoral na Université Paris VIII. Mestre em Ciências Sociais e licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas. Coordena o Grupo de Antropologia e Direitos Humanos (GANDH/UCPel) e integra o Krisis - Laboratório de Antropologia, Filosofia e Política (UNIVASF). E-mail: tiagolemoes@gmail.com

### **Wagner Gonçalves da Silva**

Educador Social, poeta, ator, compositor, militante junto ao povo em situação de rua. Integrante do Coletivo Arruaça.

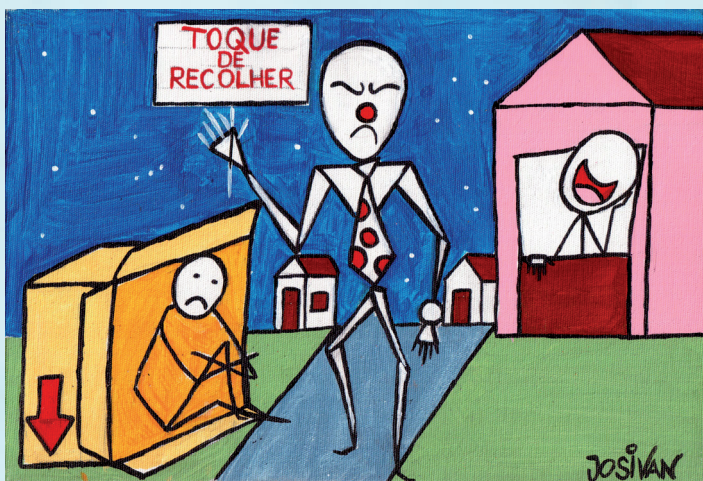


### **Welison de Lima Sousa**

Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPfgPsi/UFRN). Atua e pesquisa sobre saúde mental, redução de danos, cidade, cotidiano e população de rua. Email: welisonls@gmail.com

### **Zulmira Áurea Cruz Bomfim**

Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com pós-doutorado na Universidade da Coruña (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFC (PPGP/UFC) e coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus/UFC). Email: zulaurea@gmail.com



Este livro é a concretização de um sonho construído pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, a partir dos recursos financeiros possibilitados pelo projeto de pesquisa “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”, financiado pelo Edital Universal 2018 do CNPq (Processo 420426/2018-3) no período de 2019, 2020 e 2021. O livro, organizado no contexto da Pandemia de Covid-19, reúne relatos de pesquisas científicas, ensaios teóricos e apresentações de experiências da sociedade civil junto à população em situação de rua, contando ainda com a autoria de representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte e do Ceará. De modo, a englobar a diversidade de discussões e problematizações a partir de diferentes áreas e perspectivas teórico-metodológicas, são vinte capítulos divididos em dois eixos: **Relatos de trajetórias e resistências do viver nas ruas** e **Desafios na construção teórica e metodológica do viver nas ruas**.

